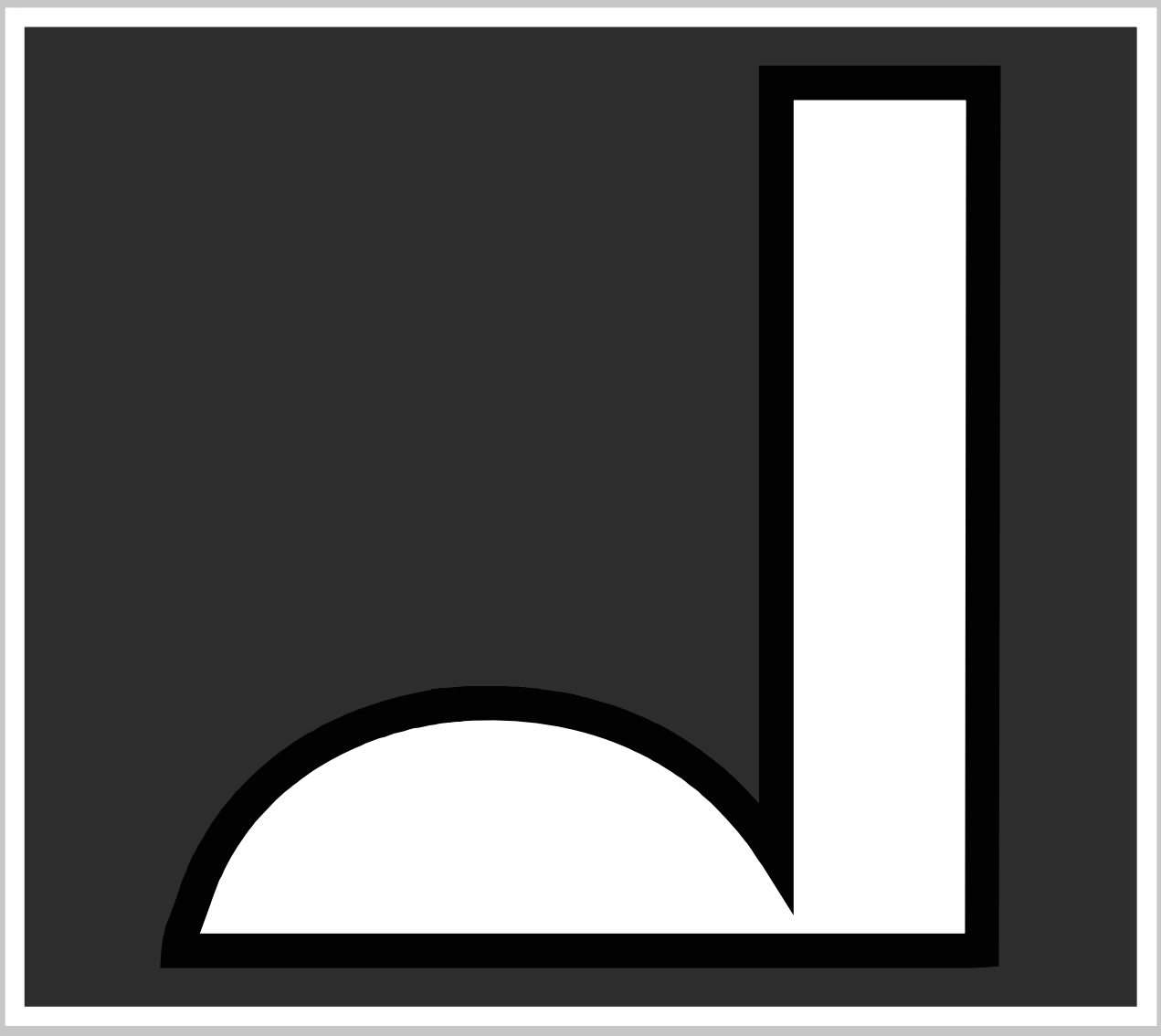
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 107, DE 2006-CN

(Mensagem nº 796/2006, na origem)

Encaminha ao Congresso Nacional,
o Relatório de Avaliação do Plano Plurianual para 2004-2007

VOLUME I

TOMO I

ANO LXI - SUP. AO Nº 166 - QUINTA-FEIRA, 21 DE SETEMBRO DE 2006 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL **1º Vice-Presidente** Tião Viana – PT-AC **2º Vice-Presidente** Antero Paes de Barros – PSDB-MT **1º Secretário** Efraim Morais – PFL-PB **2º Secretário** João Alberto Souza – PMDB-MA	**3º Secretário** Paulo Octávio – PFL-DF **4º Secretário** Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO **Suplentes de Secretário** **1ª -** Serys Slhessarenko – PT-MT **2º -** Papaléo Paes – PSDB-AP **3º -** Alvaro Dias – PSDB-PR **4º -** Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 16	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32
LÍDER **Ney Suassuna** VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando Ramez Tebet (vago) **LÍDER DO PMDB – 20** **Ney Suassuna** VICE-LÍDERES DO PMDB Luiz Otávio Valdir Raupp (vago) (vago) Alberto Silva Wellington Salgado de Oliveira	**LÍDER** **Ideli Salvatti – PT** VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB **LÍDER DO PT – 11** **Ideli Salvatti** VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino **LÍDER DO PL – 3** **João Ribeiro** VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas **LÍDER DO PSB – 2** **Antônio Carlos Valadares** VICE-LÍDER DO PSB (vago)	**LÍDER** **Alvaro Dias – PSDB** VICE-LÍDERES (vago) Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL **LÍDER DO PFL – 16** **José Agripino** VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago) **LÍDER DO PSDB – 16** **Arthur Virgílio** VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 **Osmar Dias** VICE-LÍDER DO PDT (vago) **LÍDER DO PRB– 2** **Marcelo Crivella**	**LÍDER DO PTB – 5** **Mozarildo Cavalcanti** VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi **LÍDER DO P-SOL – 1** **Heloísa Helena**	**LÍDER DO GOVERNO** **Aloizio Mercadante – PT** VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal **Júlio Werner Pedrosa** Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações **José Farias Maranhão** Diretor da Subsecretaria Industrial	**Raimundo Carreiro Silva** Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal **Ronald Cavalcante Gonçalves** Diretor da Subsecretaria de Ata **Denise Ortega de Baere** Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

PLANO PLURIANUAL 2004-2007

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO

Volume I

Exercício 2006

Ano Base 2005

Brasília, setembro de 2006

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva
Vice-Presidência da República
José Alencar Gomes da Silva
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República
Dilma Vana Roussef
Ministro de Estado da Justiça
Márcio Thomaz Bastos
Ministro de Estado da Defesa
Waldir Pires
Ministro de Estado das Relações Exteriores
Celso Luiz Nunes Amorim
Ministro de Estado da Fazenda
Guido Mantega
Ministro de Estado dos Transportes
Paulo Sérgio Passos
Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Luís Carlos Guedes Pinto
Ministro de Estado da Educação
Fernando Haddad
Ministro de Estado da Cultura
Gilberto Passos Gil Moreira
Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Luiz Marinho
Ministro de Estado da Previdência Social
Nelson Machado
Ministro de Estado da Saúde
José Agenor Alvares
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Luiz Fernando Furlan
Ministro de Estado de Minas e Energia
Silas Rondeau Cavalcante da Silva
Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Paulo Bernardo Silva
Ministro de Estado das Comunicações
Hélio Costa
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia
Sérgio Machado Rezende
Ministra de Estado do Meio Ambiente
Marina Silva
Ministro de Estado do Esporte
Orlando Silva de Jesus Júnior
Ministro de Estado do Turismo
Walfrido Silvino dos Mares Guia Neto
Ministro de Estado da Integração Nacional
Pedro Brito Nascimento
Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Guilherme Cassel
Ministro de Estado das Cidades
Márcio Fortes de Almeida
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República
Luiz Soares Dulci
Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
Jorge Armando Felix
Advogado-Geral da União
Álvaro Augusto Ribeiro Costa
Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União
Jorge Hage Sobrinho
Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Patrus Ananias
Secretário de Relações Institucionais da Presidência da República
Tarso Genro
Secretário Especial dos Direitos Humanos
Paulo de Tarso Vannuchi
Secretária Especial de Políticas para as Mulheres
Nilcéia Freire
Secretário Especial de Aqüicultura e Pesca
Altemir Gregolin
Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Matilde Ribeiro

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

PLANO PLURIANUAL 2004-2007

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO

Volume I

Exercício 2006
Ano Base 2005

Brasília, setembro de 2006

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO K
FONE: 55 (61) 3429.4080
FAX: 55 (61) 3226.8122
Site: www.planejamento.gov.br
CEP: 70040-906 – Brasília – DF

© **2006, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos**

Normalização Bibliográfica: DIBIB/CODIN/SPOA

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI.
relatório anual de avaliação do plano plurianual 2004-2007 - exercício 2006 - ano base 2005: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI. - Brasília: MP, 2006.

1570p. : il

1. Planejamento Público.

CDU: 711

S U M Á R I O

Volume I

Apresentação 37

Introdução 39

Avaliação do Cenário Macroeconômico 43

Avaliação da Gestão do Plano 55

Avaliação dos Programas 105

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 107
Ministério da Ciência e Tecnologia 209
Ministério da Cultura 257
Ministério da Defesa 305
Ministério da Educação 385
Ministério da Fazenda 443
Ministério da Integração Nacional 491
Ministério da Justiça 551
Ministério da Previdência Social 617
Ministério da Saúde 669
Ministério das Cidades 727
Ministério das Comunicações 773
Ministério das Relações Exteriores 801
Ministério de Minas e Energia 841
Ministério do Desenvolvimento Agrário 937
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome 977
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior 1029
Ministério do Esporte 1089
Ministério do Meio Ambiente 1123

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 1223
Ministério do Trabalho e Emprego 1273
Ministério do Turismo 1321
Ministério dos Transportes..... 1335
Presidência da República..... 1403
Secretarias Especiais..... 1535
Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca 1461
Secretaria Especial dos Direitos Humanos 1475
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial 1519
Secretaria Especial de Política para as Mulheres 1535
Poderes Legislativo e Judiciário, TCU e Ministério Público da União..... 1551

Volume II

Apresentação 09

Introdução 11

Anexo I 15

Volume III

Anexo I - Continuação 846

Volume IV

Apresentação 9

Introdução 11

Anexo II 15

Volume V

Apresentação 9

Introdução 11

Anexo III 15

Anexo IV 1027

ÍNDICE GERAL POR ORGÃO

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 107

Sumário Executivo 109
Abastecimento Agroalimentar 112
Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário 118
Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico 121
Desenvolvimento da Avicultura 127
Desenvolvimento da Bovideocultura 130
Desenvolvimento da Caprinocultura, da Eqüideocultura e da Ovinocultura 134
Desenvolvimento da Economia Cafeeira 137
Desenvolvimento da Fruticultura - Profruta 141
Desenvolvimento da Heveicultura 145
Desenvolvimento da Horticultura 147
Desenvolvimento da Suideocultura 152
Desenvolvimento das Culturas de Cereais, Raízes e Outras Espécies Vegetais 157
Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas e Plantas Fibrosas 161
Desenvolvimento do Complexo Agroindustrial Sucroalcooleiro 166
Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural 173
Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau 175
Gestão da Política Agropecuária 178
Manejo e Conservação de Solos na Agricultura 180
Minimização de Riscos no Agronegócio 185
Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social 188
Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio 191
Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários 195
Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários 201
Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas 205

Ministério da Ciência e Tecnologia

Sumário Executivo 209
Biotecnologia 311
Ciência e Tecnologia para Inclusão Social 219
Ciência, Natureza e Sociedade 222
Desenvolvimento da Nanociência e da Nanotecnologia 225
Difusão e Popularização da Ciência 228
Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa 231
Gestão da Política de Ciência e Tecnologia 235
Inovação e Competitividade 238
Mudanças Climáticas Globais 241
Nacional de Atividades Espaciais - PNAE 244
Nacional de Atividades Nucleares 247
Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico 250
Sociedade da Informação 253

Ministério da Cultura 257

Sumário Executivo 259
Brasil Patrimônio Cultural 263
Brasil, Som e Imagem 269
Cultura Afro-Brasileira 273
Cultura, Educação e Cidadania 276
Engenho das Artes 280
Gestão da Política de Cultura 284
Identidade e Diversidade Cultural 287
Livro Aberto 291
Monumenta 295
Museu Memória e Cidadania 300

Ministério da Defesa 305

Sumário Executivo 307
Adestramento e Emprego Combinado das Forças Armadas 310
Adestramento e Operações Militares da Aeronáutica 312
Adestramento e Operações Militares da Marinha 316
Adestramento e Operações Militares do Exército 320
Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade Civil 325
Calha Norte 327
Comunicações, Comando, Controle e Inteligência nas Forças Armadas 330
Controle de Armamentos, Munições e Explosivos 332

Desenvolvimento da Aviação Civil 335
Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária 338
Ensino Profissional da Aeronáutica 341
Ensino Profissional da Marinha..... 343
Ensino Profissional do Exército 346
Gestão da Política de Defesa Nacional..... 348
Mobilização para Defesa Nacional..... 350
Proantar..... 352
Produção de Material Bélico 355
Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira 357
Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil 361
Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro 364
Recursos do Mar..... 366
Segurança da Navegação Aquaviária 369
Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro..... 372
Serviço de Saúde das Forças Armadas..... 375
Tecnologia de Uso Aeroespacial 378
Tecnologia de Uso Naval 380
Tecnologia de Uso Terrestre 383

Ministério da Educação..... 385

Sumário Executivo..... 387
Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos 391
Brasil Escolarizado..... 398
Desenvolvimento da Educação Especial 401
Desenvolvimento da Educação Infantil..... 406
Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica 410
Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica..... 413
Desenvolvimento do Ensino Fundamental 418
Desenvolvimento do Ensino Médio 423
Educação para a Diversidade e Cidadania..... 426
Gestão da Política de Educação..... 431
Universidade do Século XXI 434
Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica..... 438

Ministério da Fazenda..... 443

Sumário Executivo..... 445
Administração Tributária e Aduaneira 449
Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais..... 452

Banco para Todos 454
Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas e Áreas Afins 456
Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários 458
Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional 461
Desenvolvimento dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização 465
Educação Fiscal 468
Fortalecimento da Administração Fiscal dos Estados - PNAFE 470
Fortalecimento da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios - PNAFM 472
Gerenciamento de Risco e Prevenção de Perdas e Acidentes 475
Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União 477
Gestão da Política de Regulação de Mercados 479
Gestão da Política Econômica 481
Gestão das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito 484
Produção de Moeda e Documentos de Segurança 486
Recuperação de Créditos e Defesa da Fazenda Nacional 488

Ministério da Integração Nacional 491

Sumário Executivo 493
Desenvolvimento da Agricultura Irrigada 496
Desenvolvimento da Faixa de Fronteira 501
Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONVIVER 506
Drenagem Urbana Sustentável 512
Eficiência na Agricultura Irrigada 515
Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial 518
Integração de Bacias Hidrográficas 521
Organização Produtiva de Comunidades Pobres - PRODUZIR 524
Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres 527
Proágua Infra-estrutura 530
Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - PROMESO 534
Promoção e Inserção Econômica de Sub-regiões - PROMOVER 541
Resposta aos Desastres 544
Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação 548

Ministério da Justiça 551

Sumário Executivo 553
Assistência Jurídica Integral e Gratuita 557
Combate à Criminalidade 561
Combate ao Crime Transnacional 565

Defesa do Consumidor 570
Defesa dos Direitos Difusos 572
Defesa Econômica e da Concorrência 576
Democratização do Acesso à Informação Legislativa 581
Estrangeiros no Brasil 583
Gestão da Política na Área da Justiça 586
Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas 588
Modernização da Polícia Federal 592
Modernização do Sistema Penitenciário Nacional 595
Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento 599
Reconhecimento de Utilidade Pública 603
Reforma do Judiciário 605
Segurança Pública nas Rodovias Federais 607
Sistema Único de Segurança Pública - SUSP 610

Ministério da Previdência Social 617

Sumário Executivo 619
Arrecadação de Receitas Previdenciárias 623
Educação Previdenciária 626
Gestão da Política de Previdência Social 629
Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União 630
Previdência Complementar 632
Previdência de Inativos e Pensionistas da União 635
Previdência Social Básica 637
Qualidade dos Serviços Previdenciários 642
Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal 625

Ministério da Saúde 669

Sumário Executivo 651
Alimentação Saudável 654
Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos 657
Assistência Suplementar à Saúde 659
Atenção à Saúde da População em Situações de Urgências, Violências e outras Causas Externas 662
Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos 665
Atenção Básica em Saúde 668
Atenção Especializada em Saúde 671

Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sistema Único de Saúde..... 673
Atenção Integral à Saúde da Mulher..... 676
Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde 677
Controle da Tuberculose e Eliminação da Hanseníase..... 681
Doação, Captação e Transplante de Órgãos e Tecidos 684
Educação Permanente e Qualificação Profissional
no Sistema Único de Saúde..... 687
Gestão da Política de Saúde 689
Gestão do Trabalho no Sistema Único de Saúde 691
Investimento para Humanização e Ampliação do Acesso à Atenção à Saúde 693
Participação Popular e Intersetorialidade na Reforma Sanitária
e no Sistema Único de Saúde..... 694
Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis 699
Saneamento Rural 702
Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue..... 706
Vigilância Ambiental em Saúde..... 709
Vigilância e Prevenção de Doenças e Agravos Não Transmissíveis 711
Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças Transmissíveis 713
Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes 717
Vigilância, Prevenção e Atenção em HIV/AIDS e
outras Doenças Sexualmente Transmissíveis 720
Vigilância, Prevenção e Controle da Malária e da Dengue 723

Ministério das Cidades..... 727

Sumário Executivo..... 729
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Médio e Grande Porte 732
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte 734
Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros 736
Financiamento Imobiliário Habitacional..... 741
Fortalecimento da Gestão Urbana 743
Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano 746
Habitação de Interesse Social..... 748
Mobilidade Urbana 751
Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H 754
Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais 757
Revitalização da Infra-estrutura em Áreas do Patrimônio Histórico Nacional 760
Saneamento Ambiental Urbano 762
Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos 766
Urbanização, Regularização Fundiária e Integração
de Assentamentos Precários..... 769

Ministério das Comunicações..... 773

Sumário Executivo..... 775
Aprimoramento dos Serviços Postais..... 777
Gestão da Política de Comunicações..... 781
Inovação Tecnológica em Telecomunicações..... 784
Oferta dos Serviços de Telecomunicações..... 787
Universalização do Acesso aos Serviços de Comunicação Eletrônica..... 790
Universalização dos Serviços de Telecomunicações..... 794

Ministério das Relações Exteriores..... 801

Sumário Executivo..... 803
Análise e Difusão da Política Externa Brasileira..... 806
Assistência a Cidadãos Brasileiros no Exterior e Atendimento Consular..... 810
Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica Internacional..... 813
Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior..... 816
Ensino Profissional Diplomático..... 819
Gestão da Participação em Organismos Internacionais..... 824
Gestão da Política Externa..... 827
Promoção das Exportações..... 829
Relações do Brasil com Estados Estrangeiros..... 833
Relações do Brasil com Estados Estrangeiros e Organizações Internacionais..... 837
Relações e Negociações do Brasil no âmbito dos Organismos Internacionais..... 838

Ministério de Minas e Energia..... 841

Sumário Executivo..... 843
Abastecimento de Energia Elétrica..... 847
Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural
e Álcool Combustível..... 849
Atuação Internacional na Área de Petróleo..... 851
Brasil com Todo Gás..... 854
Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia..... 858
Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool
e Outros Combustíveis..... 861
Eficiência Energética..... 865
Energia Alternativa Renovável..... 868
Energia na Região Nordeste..... 871
Energia na Região Norte..... 875
Energia na Região Sul..... 878
Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste..... 882

Energia nos Sistemas Isolados 886
Geologia do Brasil 891
Gestão da Política de Energia 895
Gestão da Política Mineral 897
Indústria Petroquímica 900
Luz para Todos 903
Mineração e Desenvolvimento Sustentável 907
Oferta de Petróleo e Gás Natural 911
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural 915
Qualidade do Serviço de Energia Elétrica 919
Qualidade dos Derivados do Petróleo, Gás Natural e Álcool Combustível 926
Refino de Petróleo 929
Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados 932
Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados 935

Ministério do Desenvolvimento Agrário 937

Sumário Executivo 939
Agricultura Familiar - PRONAF 942
Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais 947
Crédito Fundiário 952
Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais 957
Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária 962
Educação do Campo (PRONERA) 966
Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário 969
Paz no Campo 971
Regularização e Gerenciamento da Estrutura Fundiária 974

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome 977

Sumário Executivo 979
Acesso à Alimentação 984
Avaliação de Políticas Sociais do Governo Federal 988
Erradicação do Trabalho Infantil 898
Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome 995
Proteção Social à Criança, ao Adolescente e à Juventude 998
Proteção Social à Pessoa com Deficiência 1003
Proteção Social ao Idoso 1008
Rede Solidária de Restaurantes Populares 1012
Sistema Único de Assistência Social 1016
Transferência de Renda com Condicionalidades - Bolsa Família 1021

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior 1029

Sumário Executivo 1031
Arranjos Produtivos Locais 1033
Artesanato Brasileiro 1039
Comércio Eletrônico 1043
Competitividade das Cadeias Produtivas 1046
Cultura Exportadora 1053
Defesa Comercial 1056
Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte 1059
Desenvolvimento do Comércio Exterior 1063
Gestão das Políticas Industrial, de Comércio e de Serviços 1069
Interiorização do Desenvolvimento da Amazônia Ocidental 1071
Metrologia e Qualidade Industrial 1075
Pólo Industrial de Manaus 1079
Propriedade Intelectual 1082

Ministério do Esporte 1089

Sumário Executivo 1091
Brasil no Esporte de Alto Rendimento 1095
Esporte e Lazer da Cidade 1102
Gestão das Políticas de Esporte e de Lazer 1108
Inserção Social pela Produção de Material Esportivo 1110
Rumo ao Pan 2007 1113
Segundo Tempo 1115

Ministério do Meio Ambiente 1123

Sumário Executivo 1125
Agenda 21 1128
Amazônia Sustentável 1131
Áreas Protegidas do Brasil 1135
Combate à Desertificação 1139
Comunidades Tradicionais 1142
Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros 1145
Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos 1150
Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas 1153
Conservação, Uso Sustentável e Recuperação da Biodiversidade 1155
Desenvolvimento Sustentável do Pantanal 1158
Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis 1160

Gestão da Política de Meio Ambiente 1164
Gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos..... 1169
Litoral Brasileiro Sustentável 1173
Mudanças Climáticas e Meio Ambiente..... 1176
Nacional de Ecoturismo 1179
Nacional de Florestas 1184
Prevenção de Riscos e Combate às Emergências Ambientais..... 1190
Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas
e Incêndios Florestais - Florescer..... 1192
Proambiente 1195
Probacias 1198
Qualidade Ambiental - Procontrole 1201
Recursos Pesqueiros Sustentáveis..... 1204
Resíduos Sólidos Urbanos 1207
Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade
e Degradação Ambiental..... 1210
Viver sem Contaminação 1217
Zoneamento Ecológico-Econômico 1220

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ..1223

Sumário Executivo..... 1225
Avaliação do Plano Plurianual 1227
Compras Governamentais..... 1230
Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública..... 1233
Gestão da Política na Área de Planejamento 1235
Gestão de Recursos Humanos e Democratização das Relações
de Trabalho no Setor Público 1238
Gestão do Patrimônio Imobiliário da União 1241
Gestão do Plano Plurianual..... 1246
Gestão dos Orçamentos da União 1249
Gestão Pública para um Brasil de Todos 1253
Governo Eletrônico 1256
Inclusão Digital 1259
Informações Estatísticas e Geocientíficas 1261
Prospecção e Avaliação de Políticas Públicas 1266
Recenseamentos Gerais..... 1270

Ministério do Trabalho e Emprego 1273

Sumário Executivo..... 1275
Democratização das Relações de Trabalho..... 1278

Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda 1282
Economia Solidária em Desenvolvimento 1286
Erradicação do Trabalho Escravo 1291
Gestão da Política de Trabalho, Emprego e Renda..... 1294
Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda 1296
Primeiro Emprego..... 1301
Qualificação Social e Profissional..... 1306
Rede de Proteção ao Trabalho 1312
Segurança e Saúde no Trabalho..... 1315

Ministério do Turismo.....1321

Sumário Executivo..... 1323
Brasil: Destino Turístico Internacional..... 1325
Gestão da Política de Turismo..... 1328
Turismo no Brasil: Uma Viagem para Todos..... 1330

Ministério dos Transportes 1335

Sumário Executivo..... 1337
Corredor Araguaia-Tocantins 1340
Corredor Fronteira Norte 1344
Corredor Leste 1348
Corredor Mercosul 1351
Corredor Nordeste 1354
Corredor Oeste-Norte..... 1358
Corredor São Francisco 1362
Corredor Sudoeste..... 1365
Corredor Transmetropolitano..... 1369
Exploração da Infra-Estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário..... 1372
Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval..... 1375
Gestão da Política dos Transportes 1379
Infra-estrutura de Transportes..... 1379
Manutenção da Malha Rodoviária Federal 1383
Manutenção de Hidrovias..... 1386
Navegação Interior 1390
Serviços de Transporte Aquaviário 1394
Serviços de Transporte Ferroviário 1397
Serviços de Transporte Rodoviário..... 1399

Presidência da República.....1403

Sumário Executivo 1405

Gabinete da Presidência da República

Certificação Digital 1410
Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental 1412
Democratização do Acesso à Informação Jornalística, Educacional e Cultural 1415
Divulgação dos Atos Oficiais e Produção Gráfica 1409
Gestão da Política de Comunicação de Governo 1422
Gestão das Políticas de Governo 1425
Informações Integradas para Proteção da Amazônia 1428
Inteligência Federal 1432
Nacional de Juventude 1436
Nacional de Redução da Demanda e da Oferta de Drogas 1441
Promoção da Ética Pública 1446

Advocacia-Geral da União

Defesa Jurídica da União 1449

Controladoria-Geral da União

Avaliação da Gestão dos Administradores de Recursos Públicos Federais 1452
Correição no Poder Executivo Federal 1457

Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca.....1461

Sumário Executivo 1463
Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura 1465
Desenvolvimento Sustentável da Pesca 1469
Gestão da Política Pesqueira 1472

Secretaria Especial dos Direitos Humanos.....1475

Sumário Executivo 1477
Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas 1480
Atendimento Socioeducativo do Adolescente em Conflito com a Lei 1486
Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes 1490
Direitos Humanos, Direitos de Todos 1494

Gestão da Política de Direitos Humanos 1498
Nacional de Acessibilidade 1500
Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente 1504
Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência 1509
Proteção da Adoção e Combate ao Seqüestro Internacional. 1514

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.....1519

Sumário Executivo 1521
Brasil Quilombola 1524
Gestão da Política de Promoção da Igualdade Racial 1530

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres...1535

Sumário Executivo 1537
Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas 1540
Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres no Mundo do Trabalho 1543
Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres 1546

Poderes Legislativo e Judiciário, TCU e Ministério Público da União.....1551

Sumário Executivo 1553

Câmara dos Deputados

Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados.....1556

Justiça do Trabalho

Prestação Jurisdicional Trabalhista 1559

Superior Tribunal de Justiça

Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça 1562

Tribunal de Contas da União

Controle Externo 1566

ÍNDICE EM ORDEM ALFABÉTICA DE PROGRAMAS

Abastecimento Agroalimentar 112
Abastecimento de Energia Elétrica 847
Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural
e Álcool Combustível 849
Acesso à Alimentação 984
Adestramento e Emprego Combinado das Forças Armadas 310
Adestramento e Operações Militares da Aeronáutica 312
Adestramento e Operações Militares da Marinha 316
Adestramento e Operações Militares do Exército 320
Administração Tributária e Aduaneira 449
Agenda 21 1128
Agricultura Familiar - PRONAF 942
Alimentação Saudável 654
Amazônia Sustentável 1131
Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais 452
Análise e Difusão da Política Externa Brasileira 806
Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário 118
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Médio e Grande Porte 732
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte 734
Aprimoramento dos Serviços Postais 777
Áreas Protegidas do Brasil 1135
Arranjos Produtivos Locais 1033

Arrecadação de Receitas Previdenciárias 623

Artesanato Brasileiro 1039

Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais 947

Assistência a Cidadãos Brasileiros no Exterior e Atendimento Consular..... 810

Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas 1480

Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade Civil 325

Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos 657

Assistência Jurídica Integral e Gratuita 557

Assistência Suplementar à Saúde 659

Atenção à Saúde da População em Situações de Urgências, Violências

e outras Causas Externas 662

Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos 665

Atenção Básica em Saúde..... 668

Atenção Especializada em Saúde 671

Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sistema Único de Saúde..... 673

Atenção Integral à Saúde da Mulher..... 676

Atendimento Socioeducativo do Adolescente em Conflito com a Lei 1486

Atuação Internacional na Área de Petróleo 851

Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados 1556

Avaliação da Gestão dos Administradores de Recursos Públicos Federais ..1452

Avaliação de Políticas Sociais do Governo Federal..... 988

Avaliação do Plano Plurianual 1227

Banco para Todos 454

Biotecnologia 311

Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos 391

Brasil com Todo Gás..... 854

Brasil Escolarizado 398

Brasil no Esporte de Alto Rendimento 1095

Brasil Patrimônio Cultural 263

Brasil Quilombola 1524
Brasil, Som e Imagem..... 269
Brasil: Destino Turístico Internacional.....1325
Calha Norte 327
Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas e Áreas Afins 456
Certificação Digital.....1410
Ciência e Tecnologia para Inclusão Social 219
Ciência, Natureza e Sociedade..... 222
Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde 677
Combate à Criminalidade..... 561
Combate à Desertificação 1139
Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes 1490
Combate ao Crime Transnacional 565
Comércio Eletrônico 1043
Competitividade das Cadeias Produtivas 1046
Compras Governamentais.....1230
Comunicações, Comando, Controle e Inteligência nas Forças Armadas..... 330
Comunidades Tradicionais.....1142
Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros.....1145
Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos 1150
Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas 1153
Conservação, Uso Sustentável e Recuperação da Biodiversidade 1155
Controle da Tuberculose e Eliminação da Hanseníase..... 681
Controle de Armamentos, Munições e Explosivos 332
Controle Externo 1566
Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica Internacional..... 813
Corredor Araguaia-Tocantins 1340
Corredor Fronteira Norte 1344
Corredor Leste 1348

Corredor Mercosul 1351
Corredor Nordeste 1354
Corredor Oeste-Norte.....1358
Corredor São Francisco 1362
Corredor Sudoeste.....1365
Corredor Transmetropolitano.....1369
Correição no Poder Executivo Federal 1457
Crédito Fundiário 952
Cultura Afro-Brasileira 273
Cultura Exportadora.....1053
Cultura, Educação e Cidadania 276
Defesa Comercial 1056
Defesa do Consumidor 570
Defesa dos Direitos Difusos..... 572
Defesa Econômica e da Concorrência 576
Defesa Jurídica da União.....1449
Democratização das Relações de Trabalho.....1278
Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental 1412
Democratização do Acesso à Informação Jornalística, Educacional
e Cultural 1415
Democratização do Acesso à Informação Legislativa 581
Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano
de Passageiros 736
Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda 1282
Desenvolvimento da Agricultura Irrigada 496
Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico 121
Desenvolvimento da Aviação Civil 335
Desenvolvimento da Avicultura..... 127
Desenvolvimento da Bovideocultura 130

Desenvolvimento da Caprinocultura, da Eqüideocultura
e da Ovinocultura 134
Desenvolvimento da Economia Cafeeira 137
Desenvolvimento da Educação Especial 401
Desenvolvimento da Educação Infantil 406
Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica 410
Desenvolvimento da Faixa de Fronteira 501
Desenvolvimento da Fruticultura - Profruta 141
Desenvolvimento da Heveicultura 145
Desenvolvimento da Horticultura 147
Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária 338
Desenvolvimento da Nanociência e da Nanotecnologia 225
Desenvolvimento da Suideocultura 152
Desenvolvimento das Culturas de Cereais, Raízes
e Outras Espécies Vegetais 157
Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas e Plantas Fibrosas 161
Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública 1233
Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno
e Médio Porte 1059
Desenvolvimento do Comércio Exterior 1063
Desenvolvimento do Complexo Agroindustrial Sucroalcooleiro 166
Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural 173
Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica 413
Desenvolvimento do Ensino Fundamental 418
Desenvolvimento do Ensino Médio 423
Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários 458
Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional 461
Desenvolvimento dos Mercados de Seguros, Previdência
Complementar Aberta e Capitalização 465

Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONVIVER 506
Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura 1465
Desenvolvimento Sustentável da Pesca 1469
Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau 175
Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais 957
Desenvolvimento Sustentável do Pantanal 1158
Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária 962
Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia 858
Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior 816
Difusão e Popularização da Ciência 228
Direitos Humanos, Direitos de Todos 1494
Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool
e Outros Combustíveis 861
Divulgação dos Atos Oficiais e Produção Gráfica 1409
Doação, Captação e Transplante de Órgãos e Tecidos 684
Drenagem Urbana Sustentável 512
Economia Solidária em Desenvolvimento 1286
Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis 1160
Educação do Campo (PRONERA) 966
Educação Fiscal 468
Educação para a Diversidade e Cidadania 426
Educação Permanente e Qualificação Profissional
no Sistema Único de Saúde 687
Educação Previdenciária 626
Eficiência Energética 865
Eficiência na Agricultura Irrigada 515
Energia Alternativa Renovável 868
Energia na Região Nordeste 871
Energia na Região Norte 875

Energia na Região Sul 878
Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste..... 882
Energia nos Sistemas Isolados 886
Engenho das Artes..... 280
Ensino Profissional da Aeronáutica 341
Ensino Profissional da Marinha..... 343
Ensino Profissional Diplomático..... 819
Ensino Profissional do Exército 346
Erradicação do Trabalho Escravo 1291
Erradicação do Trabalho Infantil..... 898
Esporte e Lazer da Cidade 1102
Estrangeiros no Brasil 583
Exploração da Infra-Estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário 1372
Financiamento Imobiliário Habitacional 741
Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante
e da Indústria Naval.....1375
Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa 231
Fortalecimento da Administração Fiscal dos Estados - PNAFE 470
Fortalecimento da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios - PNAFM . 472
Fortalecimento da Gestão Urbana 743
Geologia do Brasil..... 891
Gerenciamento de Risco e Prevenção de Perdas e Acidentes 475
Gestão da Participação em Organismos Internacionais..... 824
Gestão da Política Agropecuária..... 178
Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União 477
Gestão da Política de Ciência e Tecnologia..... 235
Gestão da Política de Comunicação de Governo 1422
Gestão da Política de Comunicações..... 781
Gestão da Política de Cultura..... 284

Gestão da Política de Defesa Nacional..... 348
Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário 969
Gestão da Política de Desenvolvimento Regional
e Ordenamento Territorial 518
Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome..... 995
Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano 746
Gestão da Política de Direitos Humanos 1498
Gestão da Política de Educação..... 431
Gestão da Política de Energia 895
Gestão da Política de Meio Ambiente 1164
Gestão da Política de Previdência Social..... 629
Gestão da Política de Promoção da Igualdade Racial 1530
Gestão da Política de Regulação de Mercados 479
Gestão da Política de Saúde 689
Gestão da Política de Trabalho, Emprego e Renda.....1294
Gestão da Política de Turismo.....1328
Gestão da Política dos Transportes 1379
Gestão da Política Econômica 481
Gestão da Política Externa 827
Gestão da Política Mineral 897
Gestão da Política na Área da Justiça..... 586
Gestão da Política na Área de Planejamento 1235
Gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos.....1169
Gestão da Política Pesqueira.....1472
Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas 1540
Gestão das Políticas de Esporte e de Lazer 1108
Gestão das Políticas de Governo 1425
Gestão das Políticas Industrial, de Comércio e de Serviços 1069
Gestão das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito..... 484

Gestão de Recursos Humanos e Democratização das Relações de Trabalho no Setor Público 1238
Gestão do Patrimônio Imobiliário da União 1241
Gestão do Plano Plurianual.....1246
Gestão do Trabalho no Sistema Único de Saúde 691
Gestão dos Orçamentos da União 1249
Gestão Pública para um Brasil de Todos 1253
Governo Eletrônico 1256
Habitação de Interesse Social..... 748
Identidade e Diversidade Cultural 287
Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas 588
Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres no Mundo do Trabalho....1543
Inclusão Digital 1259
Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União 630
Indústria Petroquímica 900
Informações Estatísticas e Geocientíficas 1261
Informações Integradas para Proteção da Amazônia.....1428
Infra-estrutura de Transportes.....1379
Inovação e Competitividade 238
Inovação Tecnológica em Telecomunicações 784
Inserção Social pela Produção de Material Esportivo 1110
Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda 1296
Integração de Bacias Hidrográficas 521
Inteligência Federal 1432
Interiorização do Desenvolvimento da Amazônia Ocidental.....1071
Investimento para Humanização e Ampliação do Acesso à Atenção à Saúde..... 693
Litoral Brasileiro Sustentável 1173
Livro Aberto..... 291

Luz para Todos 903
Manejo e Conservação de Solos na Agricultura 180
Manutenção da Malha Rodoviária Federal 1383
Manutenção de Hidrovias 1386
Metrologia e Qualidade Industrial.....1075
Mineração e Desenvolvimento Sustentável 907
Minimização de Riscos no Agronegócio 185
Mobilidade Urbana 751
Mobilização para Defesa Nacional..... 350
Modernização da Polícia Federal 592
Modernização do Sistema Penitenciário Nacional 595
Monumenta 295
Mudanças Climáticas e Meio Ambiente.....1176
Mudanças Climáticas Globais..... 241
Museu Memória e Cidadania..... 300
Nacional de Acessibilidade 1500
Nacional de Atividades Espaciais - PNAE 244
Nacional de Atividades Nucleares..... 247
Nacional de Ecoturismo 1179
Nacional de Florestas 1184
Nacional de Juventude 1436
Nacional de Redução da Demanda e da Oferta de Drogas.....1441
Navegação Interior 1390
Oferta de Petróleo e Gás Natural..... 911
Oferta dos Serviços de Telecomunicações..... 787
Organização Produtiva de Comunidades Pobres - PRODUZIR 524
Participação Popular e Intersetorialidade na Reforma Sanitária
e no Sistema Único de Saúde 694
Paz no Campo 971

Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial
para a Inserção Social 188
Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade
e Sustentabilidade do Agronegócio 191
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo
e Gás Natural 915
Pólo Industrial de Manaus 1079
Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça 1562
Prestação Jurisdicional Trabalhista 1559
Prevenção de Riscos e Combate às Emergências Ambientais 1190
Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres 1546
Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas
e Incêndios Florestais - Florescer 1192
Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis 699
Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres 527
Previdência Complementar 632
Previdência de Inativos e Pensionistas da União 635
Previdência Social Básica 637
Primeiro Emprego 1301
Proágua Infra-estrutura 530
Proambiente 1195
Proantar 352
Probacias 1198
Produção de Material Bélico 355
Produção de Moeda e Documentos de Segurança 486
Promoção da Ética Pública 1446
Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico 250
Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - PROMESO 534
Promoção das Exportações 829

Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente 1504
Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência.....1509
Promoção e Inserção Econômica de Sub-regiões - PROMOVER..... 541
Propriedade Intelectual 1082
Prospecção e Avaliação de Políticas Públicas 1266
Proteção da Adoção e Combate ao Seqüestro Internacional. 1514
Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento ... 599
Proteção Social à Criança, ao Adolescente e à Juventude 998
Proteção Social à Pessoa com Deficiência.....1003
Proteção Social ao Idoso.....1008
Qualidade Ambiental - Procontrole 1201
Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários..... 195
Qualidade do Serviço de Energia Elétrica 919
Qualidade dos Derivados do Petróleo, Gás Natural e Álcool Combustível.... 926
Qualidade dos Serviços Previdenciários..... 642
Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H 754
Qualificação Social e Profissional.....1306
Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais 757
Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira 357
Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil 361
Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro 364
Recenseamentos Gerais.....1270
Reconhecimento de Utilidade Pública..... 603
Recuperação de Créditos e Defesa da Fazenda Nacional 488
Recursos do Mar..... 366
Recursos Pesqueiros Sustentáveis.....1204
Rede de Proteção ao Trabalho 1312
Rede Solidária de Restaurantes Populares 1012
Refino de Petróleo 929

Reforma do Judiciário 605
Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União,
Estados, Municípios e Distrito Federal 625
Regularização e Gerenciamento da Estrutura Fundiária 974
Relações do Brasil com Estados Estrangeiros
e Organizações Internacionais 837
Relações do Brasil com Estados Estrangeiros 833
Relações e Negociações do Brasil no âmbito
dos Organismos Internacionais 838
Resíduos Sólidos Urbanos 1207
Resposta aos Desastres 544
Revitalização da Infra-estrutura em Áreas do Patrimônio
Histórico Nacional 760
Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação
de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental 1210
Rumo ao Pan 2007 1113
Saneamento Ambiental Urbano 762
Saneamento Rural 702
Segundo Tempo 1115
Segurança da Navegação Aquaviária 369
Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro..... 372
Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos ... 766
Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas 205
Segurança e Saúde no Trabalho.....1315
Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários..... 201
Segurança Pública nas Rodovias Federais..... 607
Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue..... 706
Serviço de Saúde das Forças Armadas..... 375
Serviços de Transporte Aquaviário 1394

Serviços de Transporte Ferroviário 1397
Serviços de Transporte Rodoviário.....1399
Sistema Único de Assistência Social 1016
Sistema Único de Segurança Pública - SUSP..... 610
Sociedade da Informação 253
Tecnologia de Uso Aeroespacial 378
Tecnologia de Uso Naval 380
Tecnologia de Uso Terrestre 383
Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação..... 548
Transferência de Renda com Condicionalidades - Bolsa Família.....1021
Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados..... 932
Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados..... 935
Turismo no Brasil: Uma Viagem para Todos.....1330
Universalização do Acesso aos Serviços de Comunicação Eletrônica..... 790
Universalização dos Serviços de Telecomunicações..... 794
Universidade do Século XXI 434
Urbanização, Regularização Fundiária e Integração
de Assentamentos Precários..... 769
Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores
da Educação Básica 438
Vigilância Ambiental em Saúde..... 709
Vigilância e Prevenção de Doenças e Agravos Não Transmissíveis..... 711
Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças Transmissíveis..... 713
Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes..... 717
Vigilância, Prevenção e Atenção em HIV/AIDS e
outras Doenças Sexualmente Transmissíveis 720
Vigilância, Prevenção e Controle da Malária e da Dengue 723
Viver sem Contaminação 1217
Zoneamento Ecológico-Econômico 1220

APRESENTAÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 9º da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004 e suas alterações, o Governo Federal apresenta ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira os resultados da avaliação do Plano Plurianual (PPA).

A Avaliação Anual do PPA constitui-se em importante instrumento gerencial para o aperfeiçoamento da formulação e gestão dos programas que integram o Plano e os orçamentos anuais.

A prática da avaliação fortalece o planejamento e a aprendizagem nas organizações governamentais, mediante a geração de informações qualificadas sobre as metas alcançadas e as restrições enfrentadas na implementação dos programas, fornecendo, ainda, recomendações para auxiliar a tomada de decisão. Nesse sentido, a avaliação dos programas contribui diretamente para a melhoria da qualidade do gasto público, e, principalmente, para o atendimento das demandas da sociedade.

O Relatório Anual de Avaliação é produto do trabalho realizado em conjunto pelos atores diretamente envolvidos no processo: as gerências dos programas, as Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Gestão (SPOA), as Unidades de Monitoramento e Avaliação (UMAs), as Secretarias Executivas dos órgãos setoriais e as equipes técnicas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Secretaria de Gestão – SEGES, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI e Secretaria de Orçamento Federal – SOF).

O processo de avaliação foi implementado de forma sistematizada, por meio do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), em três etapas, a saber:

- A primeira, avaliação do programa, conduzida pelo gerente de programa e sua equipe, tem a finalidade de avaliar o desempenho de cada programa, mediante a análise da concepção, da implementação e dos resultados alcançados.
- A segunda, avaliação setorial, de responsabilidade da Secretaria-Executiva de cada Ministério, objetiva avaliar a gestão e a contribuição do conjunto dos resultados dos programas para os objetivos setoriais estabelecidos.
- A terceira, avaliação do Plano, realizada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, contempla: i) a avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas utilizadas na elaboração do Plano, mediante a comparação entre os valores previstos e realizados e ii) a avaliação da gestão do plano plurianual, que consiste na análise dos fatores que auxiliaram ou dificultaram a implementação e o alcance dos objetivos do conjunto de programas

Os resultados da Avaliação Anual do PPA, referente ao exercício de 2005, subsidiaram a elaboração dos Projetos de Lei Orçamentária Anual para 2007 e de Revisão do PPA

2004/2007, ambos encaminhados ao Congresso Nacional em 31 de agosto de 2006, contribuindo para a melhoria da qualidade da programação.

Todas as informações produzidas pela Avaliação Anual do PPA 2004-2007 serão divulgadas pela internet, contribuindo, assim, para conferir transparência às políticas implementadas e prestar contas à sociedade sobre os resultados da aplicação dos recursos públicos federais. A divulgação das avaliações dos programas também é realizada por meio da publicação de cadernos específicos por órgão responsável, de forma a facilitar a compreensão e subsidiar o controle e a participação da sociedade.

Ao longo dos últimos anos, o Governo Federal tem obtido avanços na implantação de uma cultura de avaliação, requisito fundamental para que a gestão pública seja, de fato, orientada para resultados. Alguns desafios, contudo, precisam ser superados: i) o aperfeiçoamento dos sistemas de monitoramento para geração de informações tempestivas e confiáveis sobre a execução física e a evolução de indicadores dos programas; ii) a instituição de mecanismos de incentivo aos gerentes de programas e coordenadores de ação; e iii) a capacitação em avaliação de equipes técnicas em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

A implantação do Sistema de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual (SMA) é uma das respostas a esses desafios. O efetivo funcionamento desse Sistema, representado pela instalação da Comissão de Monitoramento e Avaliação (CMA) do PPA e pela constituição das Unidades de Monitoramento e Avaliação nos órgãos da Administração Pública Federal, conforme estabelecido no Decreto nº 5.233/04, tem contribuído para uma maior integração dos processos de monitoramento e avaliação às demais etapas do ciclo de gestão, especialmente no que se refere à alocação de recursos no orçamento e aos processos de tomada de decisão.

A estratégia de consolidação do Sistema de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual nos próximos anos tem como foco o fortalecimento, nos ministérios e secretarias especiais, das Unidades de Monitoramento e Avaliação, mediante a formação de equipes qualificadas, o desenvolvimento de metodologias de avaliação e o apoio à implantação de sistemas de monitoramento, entre outros esforços, de forma a consolidar as práticas de excelência em monitoramento e avaliação na Administração Pública Federal.

Introdução

O Poder Executivo deve enviar ao Congresso Nacional, até o dia 15 de setembro, o Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2004 – 2007 (PPA), conforme determina o artigo 9º da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004 e suas alterações:

> *"Art. 9º .O Poder Executivo enviará ao Congresso Nacional, até o dia 15 de setembro de cada exercício, relatório de avaliação do Plano, que conterá:*
>
> *I - avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano, explicitando, se for o caso, as razões das discrepâncias verificadas entre os valores previstos e os realizados;*
>
> *II - demonstrativo, na forma do Anexo II desta Lei, contendo, para cada ação:*
> *a) a execução física e orçamentária das ações orçamentárias nos exercícios de vigência deste Plano;*
> *b) as dotações correspondentes às ações orçamentárias da lei orçamentária em vigor e as previstas na proposta orçamentária enviada em 31 de agosto;*
> *c) as estimativas das metas físicas e dos valores financeiros, para os três exercícios subseqüentes ao da proposta orçamentária enviada em 31 de agosto, das ações orçamentárias constantes desta Lei e suas alterações, das novas ações orçamentárias previstas e das ações não-orçamentárias;*
>
> *III - demonstrativo, por programa e por indicador, dos índices alcançados ao término do exercício anterior e dos índices finais previstos;*
>
> *IV - avaliação, por programa, da possibilidade de alcance do índice final previsto para cada indicador e de cumprimento das metas, indicando, se for o caso, as medidas corretivas necessárias;*
>
> *V - justificativa, por projeto de grande vulto, da ocorrência de execução orçamentária acumulada ao final do exercício anterior, em valor superior ao valor financeiro previsto para o período do Plano;*
>
> *VI - justificativa, por projeto de grande vulto, da ocorrência de execução orçamentária acumulada ao final do exercício anterior, em valor inferior a 15%, 30% e 50%, do valor financeiro previsto para o período do Plano, para os relatórios apresentados em 2005, 2006 e 2007, respectivamente;*
>
> *VII - justificativa da não-inclusão, na proposta orçamentária enviada em 31 de agosto, de projeto de grande vulto já iniciado ou que, de acordo com as respectivas datas de início e de término, constantes do Plano, deveriam constar da proposta, e apresentação, para esses últimos, de nova data prevista para o início" (...).*

A fim de atender o disposto no art. 9º e seus incisos, o Relatório Anual de Avaliação está estruturado em cinco volumes, que trazem a avaliação do Plano Plurianual e

os respectivos demonstrativos da programação apresentados na forma dos Anexos I a IV.

O Volume I é constituído pela avaliação do PPA e de cada um de seus programas. A Avaliação do Plano é composta pelos elementos descritos a seguir:

- A Avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas, que embasaram a elaboração do Plano Plurianual, mostrando as razões das eventuais discrepâncias verificadas entre o cenário previsto e a realidade econômica brasileira no exercício de 2005.
- A avaliação da gestão do plano, que consiste na análise agregada das informações obtidas a partir da avaliação de cada um dos programas e da avaliação setorial de cada órgão, incluindo uma análise quanto ao tratamento dos temas transversais relativos à raça, gênero, criança e juventude e pessoas com deficiência nos programas do PPA.
- A avaliação de cada um dos programas constantes do Plano Plurianual, abrangendo aspectos relativos aos resultados, à concepção e à implementação.

A partir deste último item é possível identificar os resultados obtidos em 2005, os fatores que afetaram o desempenho dos programas e as recomendações para seu aperfeiçoamento. Tal avaliação é obtida a partir da percepção dos gerentes de programas e suas equipes, dentro de uma perspectiva de auto-avaliação. As informações são obtidas por meio de roteiros de questões respondidas no Sistema de Informações Gerenciais e Planejamento – SIGPlan.

As avaliações de cada programa estão agrupadas por órgão de governo. Cada uma apresenta informações relativas a resultados, ao desempenho e outros aspectos relevantes, bem como oferece recomendações para o aperfeiçoamento dos programas. Além disso, contêm avaliação quanto à possibilidade de alcance dos índices finais previstos para cada indicador de programas e um demonstrativo de execução orçamentária e não-orçamentária. Esse demonstrativo inclui os valores referentes às ações desenvolvidas, tanto no âmbito do próprio órgão responsável, quanto em outros ministérios, no caso dos programas multissetoriais.

As avaliações dos programas de cada Mistério e das Secretarias Especiais são precedidas de um sumário executivo que contém informações sintéticas dos resultados e dos principais aspectos da avaliação da concepção e da implementação do conjunto de programas. Inclui, ainda, um quadro informativo quanto aos recursos previstos e realizados do conjunto de ações orçamentárias e não-orçamentárias de responsabilidade do órgão.

Os Volumes II e III, na forma do Anexo I, contemplam a programação plurianual prevista para o período 2004-2007 e a execução física e financeira das ações no exercício de 2005, tendo como referência a programação proposta pelo Projeto de Lei de Revisão do Plano Plurianual. O documento traz ainda os índices alcançados, por indicador e por programa, ao término do exercício de 2005, bem como a avaliação da possibilidade de alcance dos índices finais previstos.

O Volume IV, na forma do Anexo II, apresenta as estimativas das metas físicas e dos valores financeiros dos programas e ações previstos para o período 2007-2010, conforme o art. 9°, II, c) da Lei supracitada.

O Volume V, na forma dos Anexos III e IV, demonstra a execução acumulada do PPA, tendo como referência o Plano vigente até 2005, bem como os esclarecimentos relativos à programação e execução de projetos de grande vulto quando da ocorrência das situações previstas nos incisos V, VI, e VII do art. 9º da Lei nº 10.933/2004.

O conjunto de informações contidas neste Relatório fornece subsídios para a apreciação pelo Congresso Nacional dos Projetos de Lei Orçamentária Anual de 2007 e de Revisão do Plano Plurianual 2004-2007 encaminhados em 31 de agosto de 2006, bem como contribui para maior transparência da ação governamental.



Avaliação do Cenário Macroeconômico

Avaliação do Cenário Macroeconômico

Introdução

A Avaliação do Cenário Macroeconômico, conforme determina o artigo 9º, inciso II, da Lei 10.933 de 2004, é realizada por meio da análise do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano e das razões das discrepâncias verificadas entre os valores previstos e os realizados.

Essa avaliação trata do crescimento econômico no ano de 2005 e de suas perspectivas para 2006 e 2007, a partir da análise dos componentes que integram o Produto Interno Bruto - PIB, pela ótica da demanda e da oferta agregada. Além disso, analisa-se a política fiscal, por meio da comparação entre as estimativas de receita e despesa e o cenário fiscal realizado, bem como o comportamento a nível de poupança e investimento agregados.

A Estratégia de Crescimento e a Evolução do Ano de 2005

A taxa de crescimento da economia brasileira de 2,3%, observada em 2005, ficou aquém do previsto, devido a uma séria de fatores, conforme se verá a seguir. Na revisão do Plano Plurianual, realizada em 2004, a estimativa da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi de 3,4%, para 2005. As expectativas para 2006 e 2007 mantiveram-se em 4,5%.

A tabela a seguir ilustra, segundo a ótica da demanda, os valores projetados e os efetivamente realizados no período de 2004/2007.

Tabela 1 - Crescimento Real do PIB 2004-2007, segundo a ótica demanda agregada (previsto e realizado) - (%a.a.)

	2004		2005		2006		2007	
	Previsto[1]	Realizado	Previsto[2]	Realizado	Previsto[3]	Previsto[4]	Previsto[5]	PLOA
PIB	**3,8**	**4,9**	**3,4**	**2,3**	**4,5**	**4,5**	**4,5**	**4,75**
Consumo das Famílias	3,2	4,1	3,3	3,1	4,5	4,5	4,5	4,7
Consumo do Governo	3,0	0,1	1,5	1,6	4,0	3,0	4,0	3,0
Investimento	4,9	10,9	5,0	1,6	7,0	9,0	7,0	11,
Exportações de bens e serviços	10,4	18,0	11,1	11,6	7,0	8,0	7,0	7,0
Importações de bens e serviços	10,3	14,3	13,3	9,5	10,0	14,0	10,0	15,0

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
1 - Relatório de Avaliação Orçamentária do 4º bimestre de 2004.
2 - Relatório de Avaliação Orçamentária do 3º bimestre de 2004.
3 - Lei da Revisão do PPA de 2005.
4 - Relatório de Avaliação Orçamentária do 3º bimestre de 2006.
5 - Lei da Revisão do PPA de 2005.

A expansão do investimento (1,6%) ficou abaixo do previsto (5,0%), conforme evidenciado na Tabela 1. Entre os fatores que condicionaram esse desempenho destacam-se: (i) a elevação da taxa Over-Selic a partir de setembro de 2004 até maio de 2005, quando atingiu 19,75% a.a., para fazer frente à inflação; e (ii) a deterioração do cenário político.

A frustração da projeção de expansão do produto em 2005 também esteve associada à decisão empresarial de reduzir os estoques acumulados ao invés de aumentar a produção, o que redundou numa variação negativa dos estoques de 52,3% nesse ano. As projeções para 2005 não contemplavam esse declínio, pois, em 2004, a variação dos estoques já havia apresentado retração de 22,8% em relação a 2003. Entre os produtos que tiveram as maiores quedas de estoques destacam-se: adubos, laminados de aço, açúcar, óleos combustíveis, resinas e café.

O setor externo manteve a contribuição positiva para a expansão do PIB (0,8%), com as exportações crescendo 11,6% e as importações 9,5%, ambos em relação a 2004. O consumo das famílias aumentou 3,1%, valor muito próximo ao previsto (3,3%) e contribuiu com 1,7% para a expansão do PIB. A expansão do emprego e da renda real e o incremento do volume de crédito para a pessoa física, especialmente, do crédito consignado, contribuíram para o desempenho do consumo das famílias.

A análise da composição do PIB pela ótica do produto (oferta agregada) mostra o baixo crescimento da agropecuária (0,8%), afetada por problemas climáticos e de incidência de febre aftosa. A indústria também apresentou expansão (2,5%) abaixo da prevista (4,4%), influenciada, entre outros fatores, pela trajetória da taxa de juros observada a partir do último quadrimestre de 2004 até maio de 2005. O crescimento do produto dos serviços (2,0%) ficou próximo ao previsto (2,2%), conforme evidenciado pela Tabela 2.

Tabela 2 – Crescimento Real do PIB 2004-2007, segundo a ótica da oferta agregada (previsto e realizado) - (%a.a.)

	2004		2005		2006		2007	
	Previsto[1]	Realizado	Previsto[2]	Realizado	Previsto[3]	Previsto[4]	Previsto[5]	PLOA
PIB	**3,8**	**4,9**	**3,4**	**2,3**	**4,5**	**4,5**	**4,5**	**4,75**
Agropecuária	5,1	5,3	3,0	0,8	4,4	3,5	4,4	4,0
Indústria	4,2	6,2	4,4	2,5	5,0	6,0	5,0	7,0
Serviços	3,3	3,3	2,2	2,0	4,2	3,6	4,2	3,6

Fonte: Ministério do Planejamento do Planejamento Orçamento e Gestão
[1] Relatório de Avaliação Orçamentária do 4º bimestre de 2004.
[2] Relatório de Avaliação Orçamentária do 3º bimestre de 2004.
[3] Lei da Revisão do PPA de 2005.
[4] Relatório de Avaliação Orçamentária do 3º bimestre de 2006.
[5] Lei da Revisão do PPA de 2005.

Em 2005, observou-se forte desaceleração no crescimento das indústrias de transformação e de construção em relação a 2004. As taxas de expansão caíram de 7,7% e 5,7%, respectivamente, para 1,3% em ambas. Na abertura por categorias de uso, observa-se que o menor crescimento ocorreu entre os bens intermediários

(0,9%), influenciado pela retração em alimentos e bebidas para a indústria (-9,5%). A produção de bens de capital e de bens de consumo duráveis apresentou desaceleração comparada ao crescimento do ano anterior, mas verificou-se expansão de 3,6% e 11,4%, respectivamente. Já a indústria extrativa, apresentou um crescimento de 10,9%, fundamentalmente devido às condições internacionais favoráveis.

O comércio (3,3%) e os transportes (3,2%) impulsionaram o crescimento do setor de serviços em 2005. O crescimento nesse setor foi influenciado pelo aumento de 3,1% no consumo das famílias, verificado no mesmo ano, e negativamente pela baixa expansão dos serviços de comunicação (0,1%).

Para 2006 projeta-se uma recuperação da atividade econômica com base no crescimento da demanda interna. Entre os elementos que credenciam esse cenário destacam-se: (i) a contenção da inflação no segundo semestre de 2005 que permitiu a redução da taxa Over-Selic, que em agosto atingiu 14,25% a.a; (ii) reajustes salariais e aumento do salário mínimo que têm garantido a recuperação real da massa salarial; (iii) redução da vulnerabilidade externa com reflexos na queda do risco país e na estabilidade da taxa de câmbio. Com isso, para 2006, do lado de demanda, projeta-se um crescimento maior do que o observado em 2005, liderado pela expansão do consumo das famílias e do investimento.

Para 2007, a taxa de crescimento projetada foi revista de 4,5% para 4,75%, compatível com um cenário de estabilidade interna resultado da baixa inflação, queda nos juros, recuperação do rendimento dos trabalhadores e da massa salarial e política fiscal, bem como com uma conjuntura de estabilidade externa.

Demanda Agregada

A previsão de crescimento do PIB para 2006 foi mantida em 4,5%, mas com alterações nos componentes da demanda agregada. Na ótica da demanda foram revistas as expansões do consumo do governo, do investimento e das exportações e importações de bens e serviços.

O consumo das famílias apresentará expansão maior em 2006 em virtude da manutenção da trajetória de aumento real nos salários e da redução no custo do crédito. O controle da inflação permitiu que os reajustes nominais nos salários implicassem aumentos reais, com crescimento na renda dos trabalhadores. Em 2006, entre janeiro e julho, o rendimento médio real do trabalho cresceu 4,0% e a massa salarial real 5,9% em relação ao mesmo período de 2005. A redução na taxa de juro básica da economia e a perspectiva de manutenção desta trajetória de queda diminuem o custo do crédito e criam as condições para o aumento de empréstimos para pessoas físicas. Nos primeiro e segundo trimestres de 2006, o consumo já apresentou recuperação, com crescimento, respectivamente, de 3,6% e 4,0% ante os mesmos períodos de 2005.

A redução na taxa de juros, com impacto na Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, a perspectiva de aumento na demanda e as medidas microeconômicas implementadas nos últimos anos devem garantir o crescimento do investimento. A política de desoneração tributária implementada nos dois últimos anos e as medidas tomadas para fortalecer o segmento da construção civil, aliadas a um ambiente de juros em queda, já produzem resultados. No primeiro trimestre de 2006, a formação bruta de

capital fixo cresceu 9,0% frente ao igual período do ano anterior em decorrência da expansão da construção civil e da maior aquisição de máquinas e equipamentos.

A recuperação da renda e da atividade tende a elevar as importações de bens e serviços. Entre janeiro e julho de 2006, o *quantum* importado de bens cresceu 14,1% ante o mesmo período de 2005, com destaque para bens de capital (29,6%) e bens intermediários (14,1%). Nos demais meses do segundo semestre espera-se uma continuidade no crescimento das importações de bens de capital, além de um aumento de insumos importados, na esteira do crescimento da indústria. Os gastos com serviços também devem crescer seguindo a recuperação da atividade e da renda. O aumento das importações não deve afetar o resultado da balança comercial, pois as exportações também têm mantido o crescimento.

As exportações de bens e serviços, embora com taxa menor que a verificada em 2005, cresceram 9,3% no primeiro trimestre de 2006. Espera-se uma desaceleração no segundo semestre do ano, permitindo, todavia, um resultado recorde em termos nominais. A manutenção da alta dos preços das *commodities* e de bens manufaturados em virtude do crescimento da economia mundial, além da política de comércio exterior do Governo são os principais fatores a impulsionar as exportações brasileiras.

A partir do segundo semestre de 2006 espera-se uma menor contribuição relativa do setor externo ao crescimento do PIB, com uma desaceleração do quantum das exportações e um aumento do *quantum* das importações. Dessa forma, a demanda interna, com o aumento do consumo e dos investimentos, passa a desempenhar papel mais importante no crescimento da economia.

Projeta-se um crescimento do consumo do governo superior ao verificado no ano de 2005, em parte por causa de uma baixa base de comparação. Todavia, mantém-se a política responsável na área fiscal, onde continuam sendo respeitadas as metas de resultado primário estabelecidas pelo governo. O crescimento da economia permite a ampliação dos gastos do governo, tanto em custeio como em investimentos públicos. Isto possibilita uma recuperação da infra-estrutura e maior expansão dos programas sociais, estabelecendo ações para repartir, com maior equidade, os frutos do crescimento econômico. Ademais, evitam-se gargalos na estrutura produtiva com redução dos custos de logística, contribuindo para a estabilidade dos preços e a sustentação do esforço exportador.

Oferta agregada

Para 2006 e 2007, à semelhança do que ocorreu nos anos anteriores, projeta-se que o crescimento da atividade econômica continue a ser liderado pelo setor industrial. No caso da indústria de transformação, essa estimativa é ancorada nos seguintes fatores: (i) a redução da taxa de juros internos e do custo dos empréstimos externos em virtude da queda do risco país; (ii) o aumento da demanda interna em conseqüência do aumento da massa salarial; e (iii) a recomposição dos estoques após dois anos de queda.

Com relação aos demais ramos da indústria, destacam-se as expectativas de crescimento da indústria extrativa e de construção. A atividade extrativa deve continuar a apresentar altas taxas de crescimento, devido aos elevados preços no

mercado internacional de dois dos seus principais produtos, petróleo e minério. No caso do ramo de petróleo, um fator adicional é a estratégia de manutenção da auto-suficiência nacional alcançada no início de 2006. Na construção civil, o crescimento será impulsionado pelas medidas e reformas microeconômicas que vêm sendo implementadas pelo governo desde 2004, dentre elas destaca-se a reestruturação do Fundo de Cobertura de Variações Salariais - FCVS, que propiciou a retomada dos financiamentos imobiliários e a desoneração de materiais de construção.

Para 2006, projeta-se uma recuperação do setor agropecuário em relação a 2005, quando houve quebra de safra em conseqüência de adversidades climáticas, além da ocorrência da febre aftosa que afetou parte dos rebanhos. Todavia, o crescimento de 2006 foi revisado de 4,4% para 3,5% em decorrência da perda de rentabilidade e devido ao endividamento dos produtores, que provocaram a redução da área plantada. Ademais, a safra 2005/2006 também foi afetada por problemas climáticos, embora em menor grau. Para 2007, estima-se um maior crescimento da agropecuária em virtude das medidas adotadas pelo governo para equacionar o endividamento do setor.

Em relação ao setor de serviços, a revisão decorre da perda de dinamismo das atividades de comunicação e administração pública, nesse último caso devido à racionalização dos gastos de consumo do governo federal. Não obstante, os ramos de comércio e transportes devem liderar o crescimento do setor, influenciados pela recuperação da atividade industrial e do consumo das famílias.

Setor Externo

No setor externo, projeta-se uma redução do superávit em transações correntes, compatível com o crescimento da atividade econômica. Apesar do declínio no resultado da conta corrente, esta deverá permanecer superavitária, atingindo 1,3% do PIB em 2006 e 1,1% em 2007.

Em 2006, a maior expansão do PIB implicará em aumento na importação de bens e serviços. Assim, projeta-se que as importações somem US$ 90,1 bilhões, aumento de 22,5% ante o ano anterior. Conforme mencionado, o *quantum* importado de bens entre janeiro e julho cresceu 14,1% e o valor 23,2% frente a igual período de 2005. A diferença entre o crescimento do *quantum* e do valor é explicada principalmente pelo comportamento do preço do petróleo no mercado internacional. Com relação aos serviços, estima-se crescimento, em 2006, dos gastos com transportes de 10,3% e com viagens internacionais de 18,8%.

Apesar do aumento das importações, a balança comercial manterá um superávit próximo ao observado em 2005. Estima-se saldo positivo próximo a US$ 44 bilhões para o ano de 2006, com exportações somando mais de US$ 134 bilhões, apesar da valorização cambial. Uma das explicações para a manutenção da trajetória de alta das exportações está no aumento do preço das mercadorias enviadas para o exterior (11,5% entre janeiro e julho de 2006), beneficiado pela conjuntura econômica internacional.

Ainda no setor externo, é importante observar a melhora na conta de rendas, cujo déficit como proporção do PIB tem caído desde 2003. O governo vem dando continuidade às medidas de redução e de melhoria do perfil do endividamento

externo público, iniciadas em 2005. A quitação antecipada de dívidas junto a organismos multilaterais, com destaque para o FMI, bem como com investidores privados, com ênfase no Clube de Paris e no resgate de *Bradies*, permitiu a redução da dívida externa pública. Com isso, os pagamentos de juros e amortizações para os próximos anos foram substancialmente reduzidos. Assim, projeta-se uma redução do déficit em rendas como proporção do PIB para 2006 e 2007.

Os superávits em transações correntes obtidos desde 2003 permitiram o crescimento das reservas internacionais. Elas passaram de US$ 25 bilhões em janeiro de 2004 para US$ 71 bilhões em agosto de 2006, apesar do pagamento antecipado de mais de US$ 30 bilhões em dívida externa. A manutenção do superávit em conta corrente em 2007 permitirá a manutenção da trajetória de alta.

Em 2007, a tendência de crescimento da atividade econômica deverá reduzir o superávit comercial, que ainda assim será positivo. As importações de bens devem crescer mais que as exportações. Dentre as categorias de uso, as importações de bens de capital e bens intermediários devem manter a trajetória ascendente.

A Tabela 3 apresenta o cenário para o saldo em transações correntes, como porcentagem do PIB, consistente com as metas de crescimento projetadas para o período de 2004 a 2007.

Tabela 3: Projeção do Saldo em Conta Corrente: 2004 - 2007
(em % do PIB)

	2004[1]	2005[1]	2006	2007
Conta Corrente	1,9	1,8	1,3	1,1
Balança Comercial	5,6	5,6	4,6	4,2
Exportações	16,0	14,9	14,1	14,5
Importações	-10,4	-9,3	-9,4	-10,3
Serviços	-0,8	-1,0	-0,9	-1,0
Exportações	2,1	2,0	1,9	2,1
Importações	-2,9	-3,1	-2,9	-3,1
Rendas	-3,4	-3,3	-2,8	-2,6
Transferências Unilaterais	0,5	0,4	0,4	0,5

Fonte: IBGE e BACEN.
[1] Observado.

Setor Público

A política fiscal continua sendo norteada por três objetivos principais, quais sejam: a redução gradual da relação dívida/PIB por meio da geração de superávits primários, a priorização dos gastos sociais e a expansão do investimento público.

A Tabela 4 apresenta as projeções das variáveis relevantes, como proporção do PIB, bem como o orçamento realizado em 2004 e 2005. Para 2006 apresenta-se o previsto em 2005 e a projeção oficial atualizada, adotada na 3ª avaliação bimestral do Orçamento

da União, datada de julho de 2006. Para 2007, adotaram-se os parâmetros previstos em 2005 e as projeções atuais, que consideram os dados que balizaram o Projeto de Lei Orçamentária de 2007.

Tabela 4 – Receitas e Despesas Primárias do Orçamento Fiscal e da Seguridade do Governo Central (em % do PIB)

	2004		2005		2006		2007	
	Previsto[1]	Realizado	Previsto[2]	Realizado	Previsto[3]	Previsto[4]	Previsto[5]	PLOA
I. RECEITA TOTAL	24.53	24.04	24.4	25.33	24.48	26.14	24.55	26,24
I.1 - Receita Administrada	16.57	16.23	16.47	17.19	16.25	17.24	16.35	17,41
I.2 - Arrec. Líquida INSS	5.58	5.31	5.54	5.60	5.64	5.87	5.67	5,87
I.3 - Receitas Não Administradas	2.3	2.41	2.27	2.39	2.47	2.91	2.47	2,93
II. TRANSF. A EST. E MUNICÍPIOS	3.72	3.62	3.94	4.15	3.97	4.33	4	4,43
III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)	20.81	20.41	20.46	21.18	20.51	21.82	20.56	21,81
IV. DESPESAS	18.38	17.62	18.29	18.47	18.22	19.52	18.23	19,36
IV.1 Pessoal e Encargos Sociais	5.11	5.02	4.74	4.81	4.63	5.08	4.57	5,13
IV.2 Benefícios da Previdência	7.33	7.12	7.51	7.54	7.46	7.82	7.53	7,89
IV.3 Outras despesas correntes e de capital	5.9	5.48	6.05	6.13	6.13	6.62	6.14	6,34
V. PRIMÁRIO FISCAL E SEGURIDADE	2.7	2.97	2.38	2.38	2.45	2.45	2.45	2,45

[1] Decreto nº 5.094, de 01/06/2004.
[2] Relatório de Avaliação Orçamentária do 3º bimestre de 2004.
[3] Lei da Revisão do PPA de 2005.
[4] Relatório de Avaliação Orçamentária do 3º bimestre de 2006.
[5] Lei da Revisão do PPA de 2005.

Em 2005, todas as categorias de receitas superaram as estimativas, apresentando-se maiores que o projetado. Dentre elas, a receita administrada mostrou o maior crescimento. Tal fato deve-se ao comportamento de alguns setores da economia (combustíveis, telecomunicações, eletricidade, extração de minerais metálicos e bebidas), cujo desempenho repercutiu diretamente na arrecadação de tributos como o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI-bebidas.

Com relação às despesas em 2005, verifica-se, para todos os itens, uma execução maior do que a estimativa realizada. Houve um aumento, em proporção do PIB, das despesas de pessoal, de outras despesas correntes e de capital e dos benefícios previdenciários. Apesar disso, o desempenho das receitas garantiu, com folga, o cumprimento da meta de superávit primário.

No que se refere ao exercício de 2006, a meta de superávit primário do Governo Central foi fixada em 2,45% do PIB, apresentando a mesma peculiaridade adotada no ano anterior: os gastos com o Projeto Piloto de Investimentos, estimados em 0,14% do PIB, serão deduzidos da meta.

Concomitantemente à política fiscal responsável, vem sendo estimulada a melhoria da qualidade do gasto público, além da priorização dos investimentos em infra-estrutura para eliminar os gargalos ao crescimento econômico. O Projeto-Piloto de Investimentos retrata este compromisso, tendo sido aplicados, em 2005, R$ 915

milhões e destinados, em 2006, R$ 3 bilhões (0,14% do PIB) e R$ 4,59 bilhões em 2007 (0,20% do PIB). Esses recursos serão deduzidos da meta de resultado primário do Governo Central prevista naqueles anos. Os recursos com o Projeto Piloto estão direcionados, principalmente, para a infra-estrutura - Ministério dos Transportes, Ministério das Cidades e Ministério da Integração Nacional.

Em relação às receitas e despesas primárias de 2006, observa-se, na projeção atual, um aumento em praticamente todos os itens se comparados ao previsto em 2005. Na receita, isso pode ser explicado pelo desempenho de alguns setores já mencionados (combustíveis, minerais, metálicos e eletricidade). Nas despesas, medidas de reestruturação e revisão de carreiras do serviço público e a recuperação do poder de compra do salário mínimo explicam o aumento. É importante salientar que toda a política de crescimento de despesas não compromete o alcance da meta de superávit fiscal para 2006.

Para o exercício de 2007, a meta de superávit primário do Governo Central mantém-se em 2,45% do PIB. O resultado primário do Governo Central deverá ser de R$ 56,24 bilhões, sendo a receita total estimada da ordem de R$ 603,41 bilhões (26,24% do PIB) e a receita administrada, de R$ 400,31 bilhões (17,41% do PIB). Por sua vez, a despesa primária deverá ser de R$ 449,93 bilhões (19,57% do PIB).

A seguir, é analisado o comportamento das variáveis macroeconômicas que influenciam as projeções fiscais e as estimativas da relação dívida/PIB.
Inicialmente, destaca-se que a trajetória de queda da taxa de juros média prevista originalmente no PPA em 2003, para o período 2004-2007, teve que ser revista face à necessidade de acomodar a atividade econômica numa trajetória compatível com a convergência da taxa de inflação às metas de inflação determinadas pelo Conselho Monetário Nacional - (CMN).

Em relação à previsão de 2004, a inflação observada, medida pelo IPCA e pelo IGP-DI foi acima das expectativas, conforme pode ser verificado na Tabela 5, a seguir. Em 2005 os resultados convergiram para o cumprimento da meta, com o IPCA ficando um pouco acima do estimado em 2005. Para 2006 e 2007 existem fortes evidências do cumprimento das metas de inflação.

Outro fator positivo para a queda da inflação, que contribuiu também para a redução da relação dívida/PIB, foi a apreciação da taxa de câmbio ao final do período, registrando o valor de R$2,72 em 2004, contra a previsão de R$3,10 para 2004. Em 2005, observa-se o mesmo padrão de comportamento, tendo sido registrada uma taxa de câmbio de R$2,30 contra uma estimativa de R$2,60. Para 2006 e 2007 espera-se uma taxa de câmbio mais valorizada do que a prevista.

É importante destacar o comportamento da relação Dívida Líquida do Setor Público/PIB. Observa-se, para o ano de 2004, que a relação dívida/PIB prevista era de 56,77%. O cenário favorável, conjugado à política de responsabilidade fiscal, permitiu que essa relação alcançasse 51,67% do PIB. Estimava-se para 2005 que a relação dívida/PIB alcançaria 51,5% do PIB o que realmente aconteceu. Em abril de 2006, a relação baixou para 51%. Em 2006 e 2007, com parâmetros macroeconômicos atualmente vigentes, estima-se que a relação dívida/PIB continue a apresentar uma tendência de queda, refletindo, em parte, resultados positivos do Governo com a política fiscal.

Tabela 5 – Principais parâmetros e projeções utilizadas nas estimativas de endividamento do setor público em 2004-2007

Variáveis	2004		2005		2006		2007	
	Previsto[1]	Realizado	Previsto[2]	Realizado	Previsto[3]	Previsto[4]	Previsto[5]	PLOA
Taxa real de crescimento do PIB	3,8	4,9	3,4	2,3	4,5	4,5	4,5	4,75
Inflação IGP - DI Acumulada em 12 meses (% a.a.)	11,3	12,1	4,0	1,2	5,48	3,5	4,7	4,3
Inflação IPCA acumulada em 12 meses (% a.a.)	6,7	7,6	5,6	5,7	4,.5	3,7	4,5	4,5
Taxa de câmbio R$/US$ (valor ao final do ano)	3,1	2,7	2,6	2,3	2,8	2,2	3,0	2,3
Dívida Líquida do setor público (em % do PIB)	56,8	51,7	51,5	51,5	51,1	50,8	50,0	49,7

[1] Decreto nº 5.094, de 01/06/2004.
[2] Relatório de Avaliação Orçamentária do 3º bimestre de 2004.
[3] Lei da Revisão do PPA de 2005.
[4] Relatório de Avaliação Orçamentária do 3º bimestre de 2006.
[5] Lei da Revisão do PPA de 2005.

A despeito da valorização cambial, o setor externo vem ampliando os resultados positivos, com crescimento vigoroso das exportações e do saldo comercial, garantindo o excelente desempenho no saldo em transações correntes. Esse resultado, juntamente com o ingresso de investimento estrangeiro direto, os atuais níveis de reservas internacionais e a queda do endividamento externo vêm reduzindo a vulnerabilidade externa da economia brasileira e indicando um cenário confortável para o Balanço de Pagamentos.

Investimento e Poupança

O investimento e a poupança observados em 2005 ficaram abaixo das expectativas contidas no Relatório de Avaliação do PPA 2004-2007 do ano de 2005, gerando uma diferença de pouco mais de um ponto percentual entre o previsto naquela ocasião (21,8% do PIB) e o realizado (20,6% do PIB). A elevação dos juros básicos e a quebra de safra em 2005 geraram incertezas que explicam boa parte da reversão das expectativas de investimento. Por outro lado, o consumo final realizado em 2005 foi de 75,0% do PIB, ante a estimativa de 72,3% do PIB.

Embora o investimento realizado tenha ficado abaixo do previsto como percentual do PIB, o valor do investimento, a preços constantes, aumentou em 2005. A projeção para o restante do período do plano (2006 e 2007) indica que a participação do investimento no PIB seguirá o valor observado em 2004. Esse aspecto, conjugado com a relativa estabilidade do consumo total, gera continuidade da recuperação da absorção doméstica. O aumento do investimento deverá ser de cerca de 0,8 % do PIB em 2006 e de 1,3 % do PIB em 2007.

O crescimento do investimento, e conseqüentemente da renda nacional, tem como contrapartida o aumento da participação da poupança agregada no PIB. Com o

superávit em conta corrente em pouco mais de 1,0% do PIB para 2006 e 2007, a poupança interna crescerá para patamar próximo de 24,0% do PIB.

A Tabela 6 apresenta o conjunto de projeções de consumo, poupança e investimento consistente com as metas de crescimento do PPA 2004 – 2007.

Tabela 6: Projeções de consumo, poupança e investimento em 2004-2007 (% do PIB)

	2004[1]	2005[1]	2006	2007
I– Absorção doméstica	95,3	95,6	96,2	97,1
I.1- Consumo Final	74,0	75,1	74,8	74,4
I.2- Investimento	21,3	20,6	21,4	22,7
II- Saldo em Bens e Serviços	4,8	4,6	3,7	3,2
III- Rendas e transferências unilaterais correntes	-2,9	-2,9	-2,4	-2,1
IV- Saldœm conta corrente (II + III)	1,9	1,8	-	1,1
V- Poupança	21,3	20,6	21,4	22,7
V.1- Poupança interna*	23,2	22,4	22,7	23,8
V.2- Poupança externa**	-1,9	-1,8	-1,3	-1,1

Fonte: IBGE. Elaboração: ASSEC/MP.
[1] Realizado.
* PIB mais rendas e transferências unilaterais correntes menos consumo.
** Inverso do saldo em conta corrente.

O Brasil consolida ambiente propício à expansão do investimento e ao aumento da produtividade, o que permite que se acelere o ritmo de expansão da capacidade produtiva de forma sustentada e mais acelerada no médio e longo prazos.

A manutenção da estabilidade macroeconômica e, especialmente, da disciplina fiscal ampliam o espaço para a retomada dos investimentos públicos, sobretudo de infra-estrutura, e dos alavancados por parcerias público-privadas. É importante salientar a adoção de reformas microeconômicas e um conjunto de políticas voltadas para o estímulo ao investimento privado, em especial pela redução do custo do próprio investimento.

Estão em curso medidas que permitem a diminuição do custo da intermediação financeira e a desoneração dos bens de capital. Já é perceptível o efeito da trajetória descendente da taxa básica de juros, o que propicia menores *spreads* bancários. À redução dos juros, aliam-se medidas de estímulo a uma maior concorrência entre as instituições financeiras, bem como de aperfeiçoamento de normas e procedimentos para o aumento da segurança jurídica dos contratos, como é o caso da nova lei de falências, minimizando o risco de perdas por inadimplência.



Avaliação da Gestão do Plano

Avaliação da Gestão do Plano

Introdução

A Avaliação da Gestão do Plano visa a subsidiar a aferição da capacidade do Governo Federal para implementar seus programas. Dada a abrangência dos temas abordados pela metodologia adotada, é possível avaliar a necessidade de aperfeiçoamentos na atuação do Governo, tanto pela ótica da gestão dos meios - recursos humanos, materiais, logísticos, de tecnologia da informação e financeiros, entre outros - quanto pela ótica da alocação dos recursos ao atendimento dos objetivos dos programas, representada pelo Plano e suas revisões e pelos orçamentos anuais.

Essa avaliação foi construída a partir da análise das informações fornecidas pelos órgãos setoriais e está dividida de acordo com os principais temas abordados na Avaliação Anual do PPA. A primeira parte apresenta uma visão sistêmica do desempenho dos programas, com base nas informações obtidas pela avaliação dos seus resultados, da sua concepção e da sua implementação. A segunda trata as informações obtidas pela avaliação setorial, de forma a evidenciar a institucionalização do modelo de gestão do Plano, nos aspectos que já foram incorporados pelos órgãos. Na última parte do trabalho é realizada uma análise relativa aos temas transversais (raça, gênero, criança e juventude e pessoas com deficiência) nas políticas públicas desenvolvidas no âmbito dos órgãos do governo federal, tendo como principal insumo as informações constantes da avaliação setorial.

Visão Sistêmica do Desempenho dos Programas

Contextualização

O quadro abaixo mostra a composição do PPA 2004-2007 e dos orçamentos anuais, por tipo de programas, nos exercícios 2004 e 2005.

Programas do PPA por Tipo	2004	%	2005	%
Apoio Administrativo	2	0,5	2	0,5
Finalístico	313	79	317	81
Gestão de Políticas Públicas	50	13	46	12
Operações Especiais[1]	10	2,5	10	2,5
Serviços ao Estado	19	5	17	4
Total de Programas	**394**	**100**	**392**	**100**

Fonte: Sigplan

[1] Os programas do tipo "Operações Especiais" estão presentes no quadro a titulo demostrativo, pois constam somente dos orçamentos, mas não integram o PPA. Destinam-se a as ações referentes ao serviço e refinanciamento das dívidas interna e externa, às transferências constitucionais ou decorrentes de legislação específica (que não contribuem para a consecução dos objetivos dos demais tipos de programas) e aquelas relativas a outros encargos especiais, e à reserva de contingência.

Os 392 programas vigentes em 2005 compreendiam 4.552 ações financiadas com recursos fiscais do orçamento da união (ações orçamentárias). Destas ações, 2.355 eram atividades (52%), 1.403 eram projetos (31%) e 794 eram operações especiais (17%). Existiam, ainda, 383 ações não-orçamentárias em 2005 .

A principal maneira de se aferir os resultados dos programas é o uso de indicadores, que servem para medir a evolução do problema enfrentado por cada programa. O quadro abaixo ilustra o perfil do uso de indicadores no PPA.

Indicadores de Programas do Plano Plurianual 2004-2007	2004	2005
Total de Indicadores	635	798
Número de programas com pelo menos um indicador	287	315
Percentual de Programas do PPA que possuem indicadores	73	80
Percentual de Programas Finalísticos e de Serviços ao Estado que dispõe de Indicadores	85	94

Fonte: Sigplan

A presença de indicadores é considerada obrigatória nos programas do tipo "Finalístico" e de "Serviços ao Estado". Aproximadamente 94% desses programas, percentual considerado satisfatório, estão efetivamente dotados de indicadores.

Contudo, tão importante quanto a existência de indicadores para se avaliar os resultados de cada um dos programas de governo é a regularidade de sua apuração. A avaliação revela progressos quanto a esses dois últimos aspectos. Observa-se que, embora quase todos os programas finalísticos e de serviços ao Estado disponham de indicadores (94%), pouco mais da metade dos indicadores constantes do PPA foram efetivamente apurados em 2005 (55%), em contraste com o total de indicadores apurados em 2004 (43%).

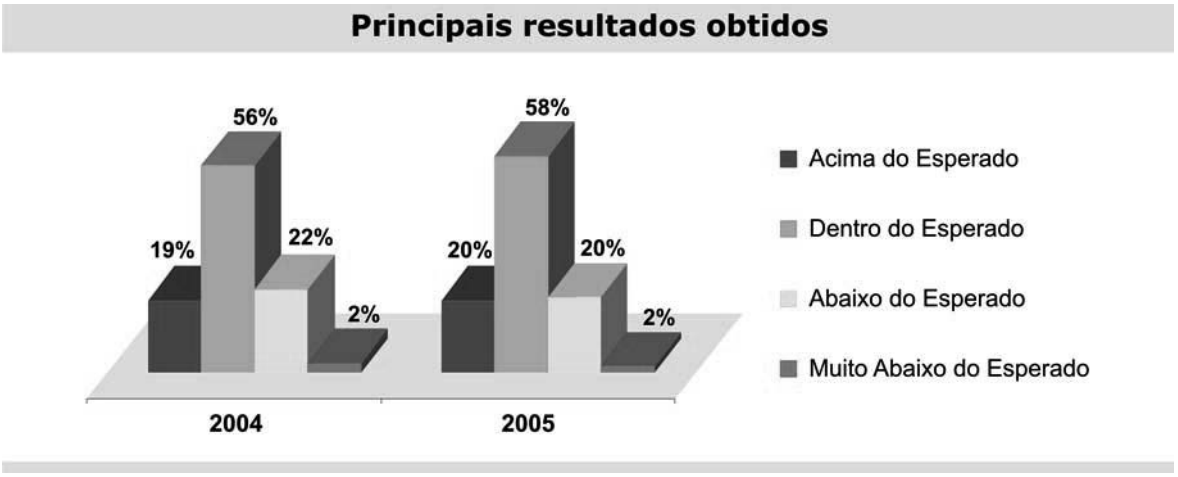
Apuração de Indicadores	2004	%	2005	%
Número total de indicadores apurados	270	43	440	55
Programas com todos os indicadores apurados*	112	34	158	47
Programas com pelo menos um indicador apurado*	144	43	190	57
Programas sem nenhum indicador apurado*	143	43	125	37

* Programas finalísticos e de serviços ao Estado

Fonte: Sigplan

A seguir, serão apresentados os tópicos relativos aos temas considerados relevantes para a implementação do PPA, segundo a percepção das equipes gerenciais responsáveis pelo gerenciamento dos programas.

Resultados Obtidos

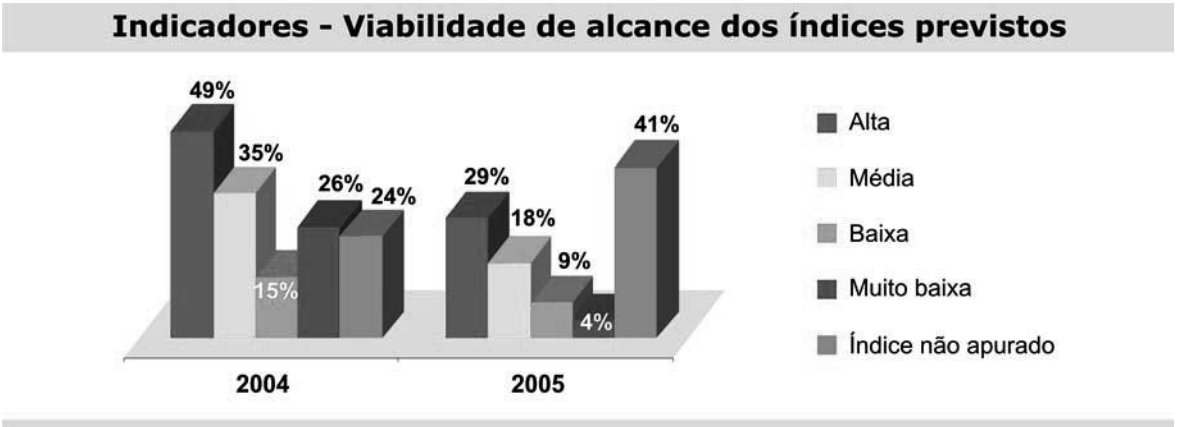


Fonte: Sigplan

Na perspectiva dos gerentes, em 2005, dos 369 programas avaliados, 215 alcançaram resultados considerados como satisfatórios (58%) e 72 obtiveram resultados superiores aos esperados, segundo a percepção das equipes gerenciais responsáveis. Os percentuais obtidos em 2005 são semelhantes aos verificados em 2004, quando foram avaliados 361 programas.

Esses dados, quando comparados à percepção quanto à suficiência dos recursos orçamentários, revelam, que, embora sejam considerados suficientes por menos da metade dos programas (43% do total), produziram resultados considerados "dentro do previsto" ou "acima do previsto" em 78% do total de programas, segundo a percepção das equipes gerenciais. Isso equivale a dizer que cerca de 30% dos programas avaliados atingiram resultados satisfatórios, ainda que dispondo de recursos insuficientes.

Indicadores - Viabilidade de Alcance dos Índices Previstos



Fonte: Sigplan

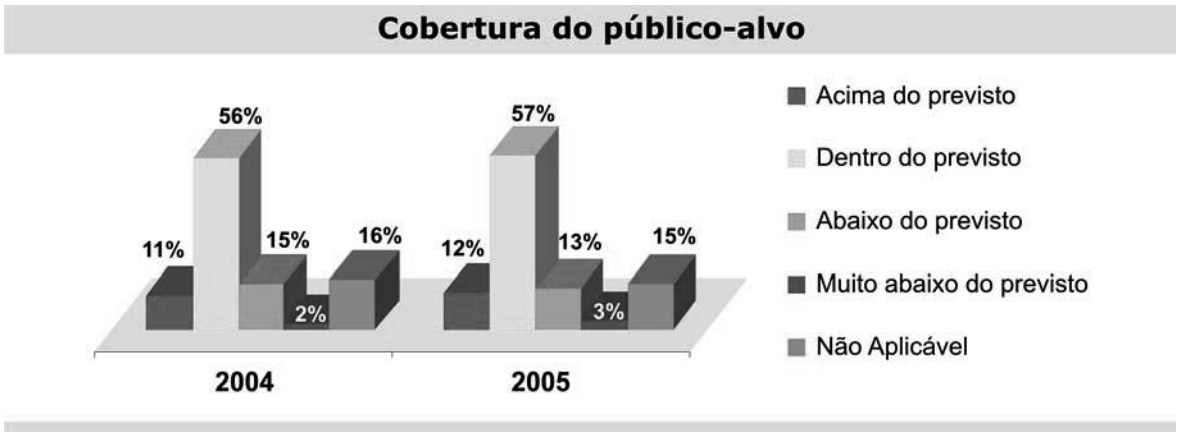
Um aspecto fundamental da avaliação dos resultados dos programas é a apuração da viabilidade de alcance dos índices finais dos indicadores. A avaliação de 2005 mostra uma mudança significativa na percepção dos gerentes de programas e de suas equipes quanto à viabilidade de alcance dos índices finais previstos. Enquanto que, em 2004, em 84% dos programas a possibilidade de alcance dos índices previstos para

os indicadores em 2007 era estimada como alta ou média, em 2005 esse percentual caiu para 47%. Verifica-se, todavia, que é possível alterar os índices previstos dos indicadores ao final do PPA, anualmente, no momento de cada revisão.

É importante destacar as mudanças significativas na composição da base de indicadores a partir de 2005, em decorrência da revisão feita no exercício anterior. Em 2004, 674 indicadores estavam associados aos programas do PPA e em 2005 esse número subiu para 780, um incremento de quase 16% de um ano para o outro. Os relatórios individualizados de cada programa apresentam as razões explicitadas pelas suas gerências quanto à possibilidade de alcance dos índices. Observa-se, contudo, que o aumento do número de indicadores não significou aprimoramentos qualitativos.

No ano de 2005, 318 indicadores não tiveram seus índices apurados, contra 164 em 2004, evidenciando maiores dificuldades na apuração tempestiva dos índices.

Cobertura de Atendimento ao Público-Alvo



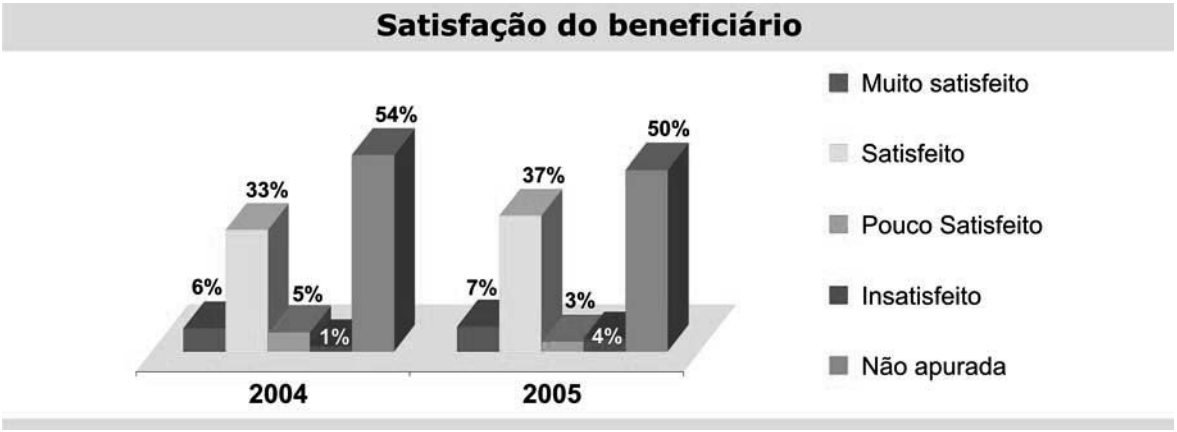
Fonte: Sigplan

A avaliação dos programas quanto à cobertura do público-alvo apresentou resultados semelhantes nos anos de 2004 e 2005. Nos programas avaliados, a cobertura do público-alvo foi considerada dentro do previsto em 56% e 57% dos casos nos anos de comparação, respectivamente. Observa-se resultados similares quanto aos programas cuja cobertura do público-alvo ficou acima do previsto, alcançando 11% e 12% do total de programas avaliados nos anos de 2004 e 2005, respectivamente. Cabe destacar, entretanto, que o percentual de programas com a cobertura do público-alvo abaixo do previsto foi maior do que o percentual de programas com a cobertura acima do previsto nos dois anos.

Ao se analisarem os resultados da avaliação em 2005 por setor, constata-se um maio percentual de programas com a cobertura do público-alvo acima do esperado nas áreas "Gestão do Estado" (25,0%), "Produtivo" (25,0%) e "Social" (36,4%), enquanto que o percentual de programas com a cobertura do público-alvo abaixo do esperado foi maior no setor "Infra-estrutura" (40,8%). Por outro lado, a análise da cobertura do público-alvo dentro do esperado mostra que, embora o percentual de programas nessa situação tenha sido maior nos setores "Gestão do Estado" (25,8%) e "Social" (25,4%), alguns Ministérios se destacaram, tais como: o da Defesa, no setor "Gestão do Estado" (27,8%); o de Minas e Energia, no setor "Infra-estrutura" (52,6%); o da

Saúde, no setor "Social" (34,0%); e o do Meio Ambiente, no setor "Transversal" (69,2%).

Satisfação dos Beneficiários em Relação à Execução do Programa

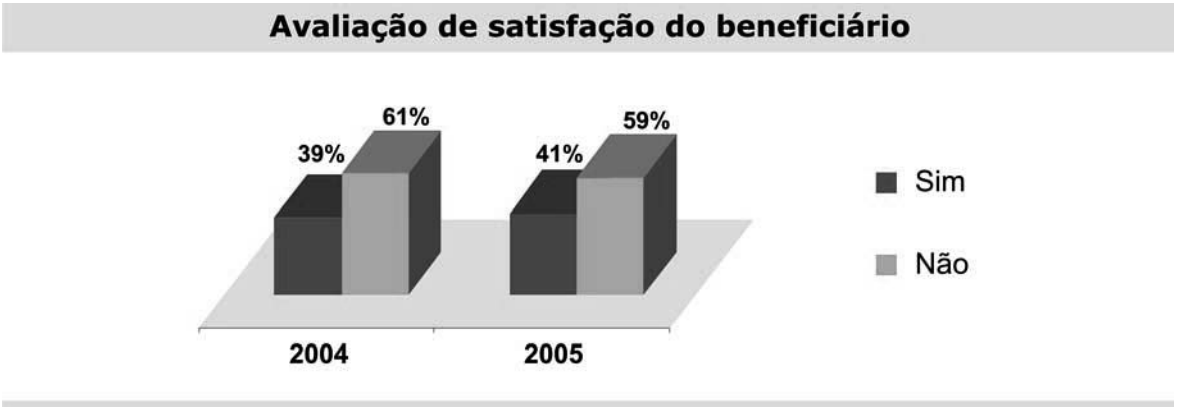


Fonte: Sigplan

A satisfação dos beneficiários foi apurada em 186 programas (44% do total), dos quais cerca de 163 (87% dos que mediram a satisfação) consideraram seus beneficiários satisfeitos ou muito satisfeitos.

O perfil das respostas é semelhante ao observado no exercício de 2004, quando não foi apurada a satisfação dos beneficiários em mais da metade dos programas avaliados.

Observa-se que as gerências declararam haver mecanismos de medição da satisfação dos beneficiários em 41% dos programas, conforme resposta à questão. Todavia, em resposta à outra questão complementar, apenas 14% dos gerentes informaram que não apuravam a satisfação dos beneficiários. Assim, estima-se que 45% dos programas que aferiram a satisfação do beneficiário, não utilizaram mecanismos formais de medição, indicando que parte dessa avaliação foi realizada sem a utilização de mecanismos objetivos, ou seja, baseou-se exclusivamente na subjetividade das equipes gerenciais.



Fonte: Sigplan

Nos relatórios de avaliação estão registradas as formas de captar a percepção do público-alvo, que muitas vezes não condizem com as metodologias habituais de

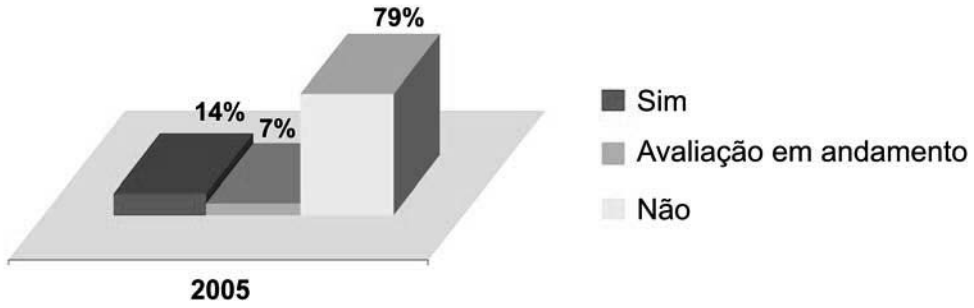
consulta. É freqüente considerar-se como evidência de satisfação os registros pontuais de usuários que externaram sua satisfação com os benefícios e o atendimento proporcionados pelo programa, bem como as opiniões emitidas em eventos tais como reuniões, ouvidorias, sites na Internet, palestras e *workshops*.

Além disso, é comum inferir-se a satisfação do público-alvo a partir da conclusão de projetos e atividades desenvolvidos pelos programas, como, por exemplo, deduzir-se que o usuário está satisfeito porque se finalizou a construção de um trecho rodoviário, foi inaugurado um hospital, etc.

Realização de Avaliações

Em 2005, a inclusão de uma questão relativa à realização de outras avaliações, além da avaliação anual dos programas do PPA, originou um mapeamento das respostas que permite conhecer melhor o desenvolvimento das funções de avaliação nos órgãos setoriais.

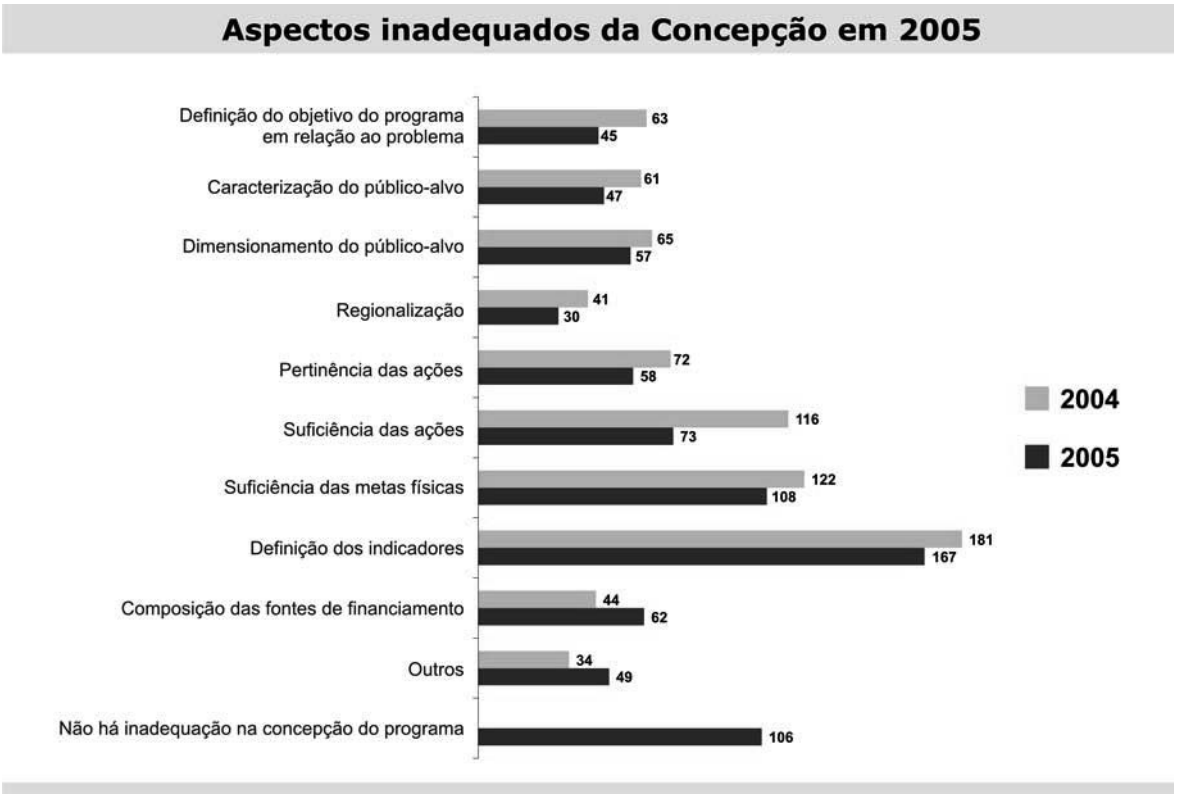
Existência de outras Avaliações do Programa



Fonte: Sigplan

Dentre os gerentes dos 368 programas avaliados, 79 informaram a existência de outras avaliações em 2005 - 53 concluídas no exercício de 2005 e outras 26 em andamento. Merecem destaque, quanto ao percentual de programas avaliados ou em avaliação, os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (88%), do Trabalho e Emprego (30%) e da Saúde (28%). Contudo, a análise qualitativa da questão relativa a este tema demonstra que 41% das respostas denotam um conceito inadequado de avaliação por parte de alguns órgãos setoriais, os quais consideram como sendo avaliação a realização de processos relacionados ao monitoramento dos programas. Desse ponto de vista, é válido afirmar que apenas 13% dos programas do PPA realizaram avaliações outras com a finalidade de orientar a implementação e aferir a efetividade de seus programas. No cômputo geral, 22 programas (27%) realizaram avaliações externas, 18 (22%) registraram as avaliações realizadas por instituições de controle e financiamento, tais como o Tribunal de Contas da União (TCU), a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e 8 (10%) mencionaram as avaliações internas, realizadas no âmbito do órgão setorial.

Concepção de Programas



Fonte: Sigplan

Em 2005, aproximadamente 87% dos programas (263) apontaram algum problema na concepção. A definição dos indicadores foi o aspecto da concepção onde mais se perceberam necessidades de aprimoramento, conforme as avaliações apresentadas por 167 gerentes de programas. No escopo das inadequações, os indicadores representam 21% dos casos. Embora 97% dos programas do tipo "Finalístico" e 100% do tipo "Serviços ao Estado" apresentassem indicadores, foram percebidas deficiências significativas relacionadas à capacidade de medição de resultados e à dificuldade de apuração periódica dos índices dos indicadores. Para exemplificar, dos 798 indicadores distribuídos entre os 392 programas do PPA, apenas 440 foram apurados no ano de 2005. Entre os Ministérios que perceberam mais evidentemente o problema estão os do Meio Ambiente e da Defesa, com 16 e 12 programas, respectivamente.

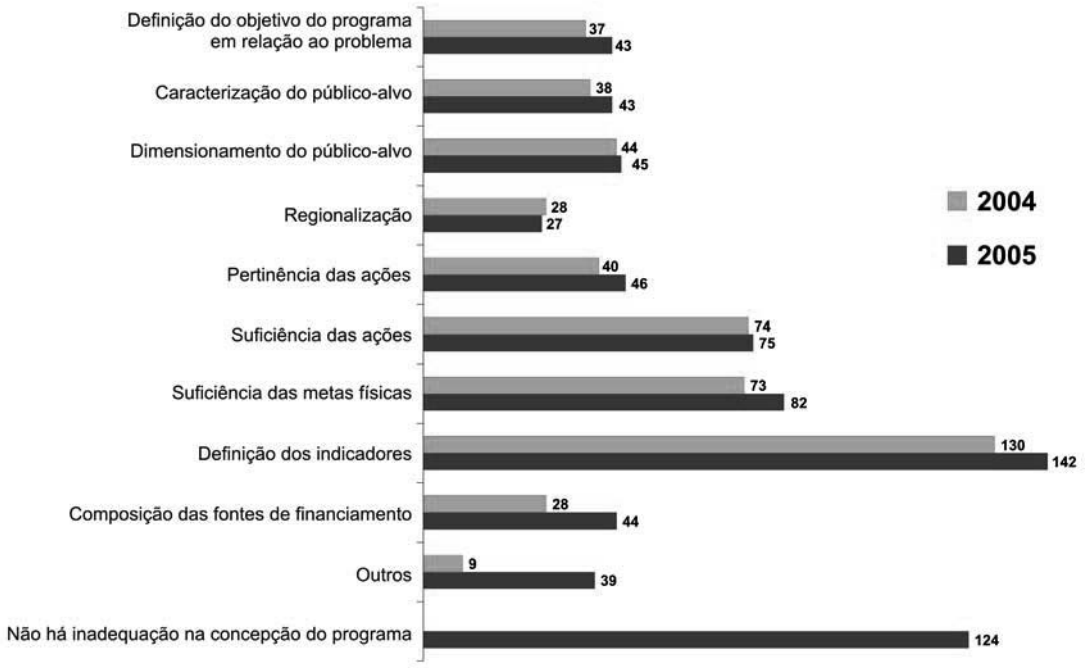
Outro aspecto considerado inadequado diz respeito à insuficiência das metas físicas das ações. Gerentes de 108 programas consideraram que as metas físicas não estão quantificadas de modo a possibilitar o alcance dos objetivos dos programas. Esse problema é mais evidente nos Ministérios da Defesa (17 programas) e do Meio Ambiente (8 programas). Em geral, o problema aparece difusamente nos demais Ministérios. Os Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Previdência Social, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e dos Transportes identificaram o problema em apenas 1 programa cada.

Merece atenção, também, a percepção da suficiência das ações. Os gestores de 73 programas consideraram que as ações não são suficientes para o alcance dos objetivos, contra 116 em 2004, o que demonstra uma percepção de melhoria neste quesito da ordem de 37%. Ministérios como os da Educação e da Agricultura, Pecuária e

Abastecimento não identificaram este problema. Salvo quanto ao problema relativo à insuficiência das ações, as demais variáveis comportaram-se de forma similar nos anos de 2004 e 2005.

Outros aspectos assinalados em 2005, porém com menores ocorrências, referem-se à inadequação do objetivo do programa, à má caracterização e ao mau dimensionamento do público-alvo, à dificuldade de localização regional do problema, à pertinência das ações e à composição das fontes de financiamento. Além disso, entre os problemas informados pelos gerentes de programas encontram-se incorreções na descrição dos atributos dos programas, dificuldades de desmembramento de programas demasiado abrangentes, dificuldade de inserção e coordenação de ações multissetoriais e inadequação de alguns produtos de ações.

Aperfeiçoamentos necessários na revisão da concepção do programa

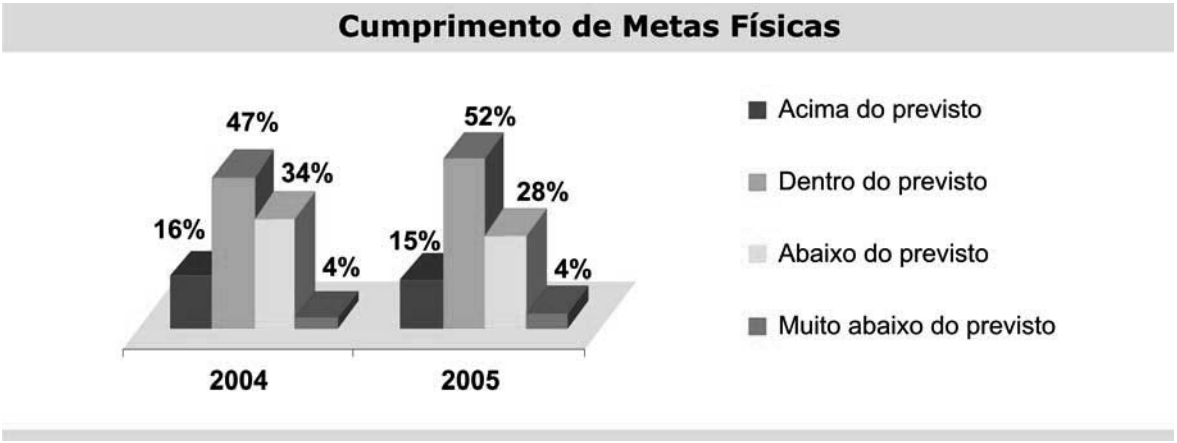


Fonte: Sigplan

No início de 2006, momento da avaliação relativa ao ano base de 2005, os gerentes declararam que havia 245 (66%) programas que necessitavam de aprimoramento na concepção, mesmo após as modificações promovidas pela revisão do Plano encaminhada ao Congresso Nacional em 31 de agosto de 2005. Dentre os aspectos da concepção que ainda necessitavam de aprimoramento foi citada a definição dos indicadores em 142 programas, correspondendo a 20% do total das inadequações. Tal fato mostra uma aparente melhora em relação a 2004 (26%). Assim, percebe-se que, embora o problema da deficiência nos indicadores tenha sido diagnosticado no processo de revisão do PPA, não se obtiveram ainda avanços satisfatórios. Os Ministérios que declararam maiores problemas na definição dos indicadores são o dos Transportes (13 programas), o de Minas e Energia (12 programas), o do Meio Ambiente (12 programas) e o da Defesa (10 programas). A insuficiência das ações e metas físicas também continua a ser um problema. Todavia, identificou-se na revisão de 2006, em todos os itens pesquisados, uma percepção de melhoria, ainda que gradual, em relação à qualidade da concepção dos programas.

Entre os outros aspectos da concepção que foram citados estão a redefinição de atributos de programas e ações, principalmente em relação a seus produtos; a abrangência de objetivos que dificultam a gestão; a dificuldade em tratar temas transversais; e a necessidade de mudança na postura de planejamento, como por exemplo, a aplicação de mais recursos na prevenção do que na mitgação de problemas.

Atendimento das Metas Programadas



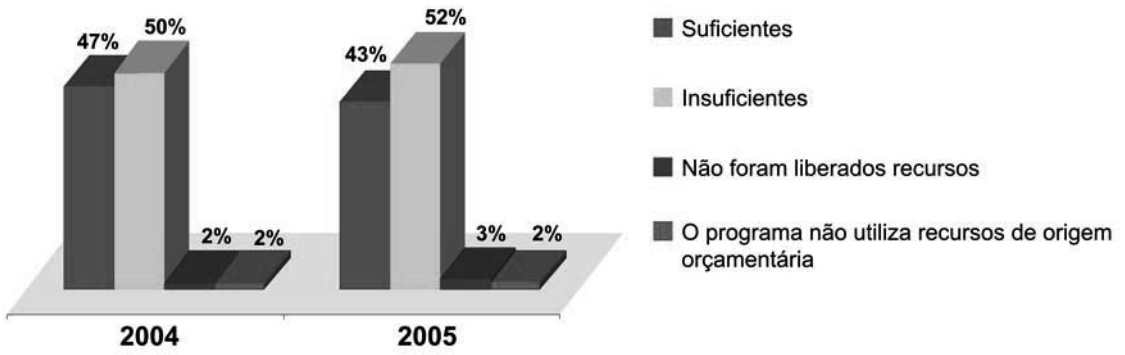
Fonte: Sigplan

A avaliação dos programas quanto ao cumprimento das metas físicas mostra que houve uma melhoria nos resultados de 2005 em comparação com os de 2004. O cumprimento das metas físicas foi considerado dentro do previsto em 47% e 52% dos programas avaliados nos anos de 2004 e 2005, respectivamente. Observa-se que os resultados dos programas cujo cumprimento de metas físicas ficou acima do previsto foram similares nos dois anos - 16% e 15% do total de programas avaliados nos anos de 2004 e 2005, respectivamente. Contudo, ressalta-se que o percentual de programas que tiveram cumprimento de metas físicas abaixo do previsto foi menor do que no ano de 2005.

Quando se analisam os resultados da avaliação de 2005 por setor, constata-se que o percentual de programas com cumprimento de metas físicas acima do esperado foi maior nas áreas "Gestão do Estado" (30,4%) e "Social" (44,6%), enquanto que o percentual de programas com o cumprimento de metas físicas abaixo e muito abaixo do esperado foi maior no setor "Infra-estrutura" (35,2% e 56,3%, respectivamente). Por outro lado, a análise do cumprimento de metas físicas dentro do esperado mostra que, embora o percentual de programas nessa situação tenha sido maior nos setores "Gestão do Estado" (24,5%) e "Social" (26,6%), alguns Ministérios destacaram-se, tais como o da Defesa, no setor "Gestão do Estado" (31,9%); o de Minas e Energia, no setor "Infra-estrutura" (48,4%); o da Saúde, no setor "Social" (33,3%); e o do Meio Ambiente, no setor "Transversal" (59,3%).

Implementação de Programas: Execução Orçamentária e Não-Orçamentária

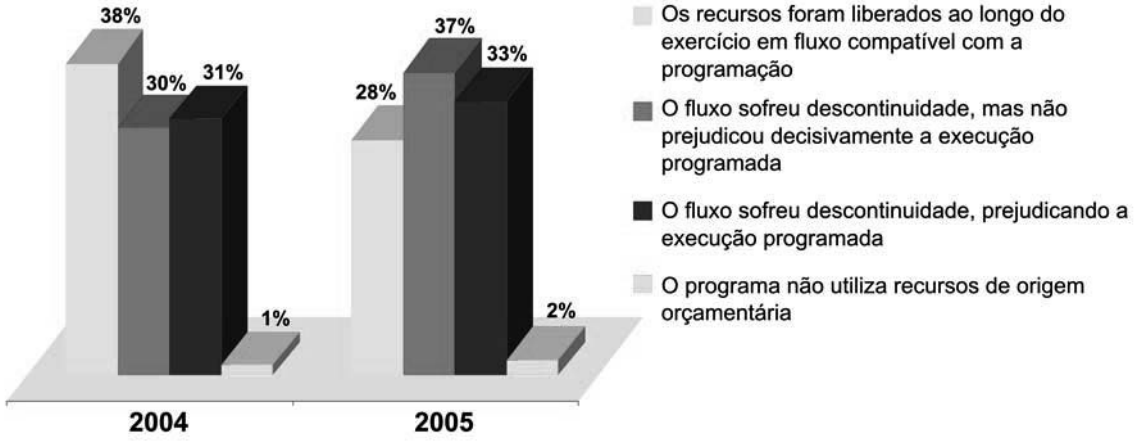
Recursos Orçamentários Executados



Fonte: Sigplan

Os recursos orçamentários executados em 2005, em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual (LOA), foram considerados suficientes por 43% dos programas (160), localizados principalmente nos Ministérios da Saúde, Minas e Energia, Planejamento, Orçamento e Gestão, Fazenda e Educação. Contudo, 52% dos programas consideraram os recursos orçamentários executados insuficientes para a sua implementação. Esta informação pode, ainda, ser complementada pela sua análise em relação às informações obtidas em 2004, o que permite evidenciar um ligeiro aumento na marcação deste item. Nos Ministérios da Defesa, Meio Ambiente, Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Transportes a indicação de insuficiência de recursos orçamentários executados variou entre 65% e 94% da programação total.

Compatibilidade do Fluxo de Recursos



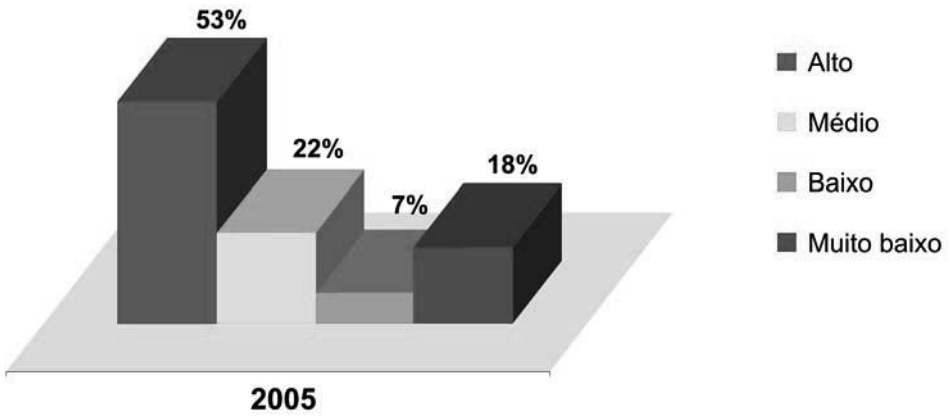
Fonte: Sigplan

A análise da execução dos recursos orçamentários deve considerar a compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física, uma vez que a execução orçamentária é diretamente influenciada pela liberação dos recursos durante o exercício. Neste quesito, em 2005, o fluxo de recursos foi geralmente considerado compatível pelos Ministérios de Minas e Energia, Saúde, Planejamento, Orçamento e Gestão

e Relações Exteriores. No entanto, observa-se uma discreta variação em relação a 2004, influenciada pelo aumento de ocorrências de descontinuidade do fluxo de recursos em 71% dos programas, embora 37% deles, entre os quais se destacam os Ministérios de Ciência e Tecnologia e da Defesa, declarem que essa descontinuidade de fluxo de recursos não prejudicou decisivamente sua implementação.

Contudo, a análise da série histórica 2000-2006 referente à compatibilidade entre a liberação de fluxos financeiros e a implementação dos programas revela que a "descontinuidade com prejuízo para a execução" pode ser considerada uma restrição sistêmica por atingir cerca de 1/3 dos programas do Plano Plurianual a cada ano. O prejuízo à execução orçamentária em função da descontinuidade de liberação de recursos foi apontado, principalmente, pelos Ministérios dos Transportes, do Meio Ambiente, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Cidades e pela Secretaria Especial de Direitos Humanos.

Impacto das ações que utilizam recursos de origem não orçamentária



Fonte: Sigplan

Em 2004, a questão foi analisada sob o prisma da suficiência. Constatou-se que apenas 51 programas (14%) utilizaram recursos de origem não orçamentária, sendo que 36 programas os consideraram suficientes. Em 2005, a questão foi reformulada com o objetivo de medir o impacto da utilização deste tipo de recursos na implementação dos programas. Por meio deste detalhamento pretende-se evidenciar a contribuição desta fonte de recursos para o alcance dos resultados dos programas. Em 2005, além do aumento no índice de ações que utilizaram recursos de origem não orçamentária (22%), constatou-se que o impacto destes recursos na implementação dos programas foi considerado alto, principalmente, em programas sob a responsabilidade de Ministérios como os de Minas e Energia, Meio Ambiente e Fazenda.

Execução das Ações de Gestão e Administração do Programa (GAP)

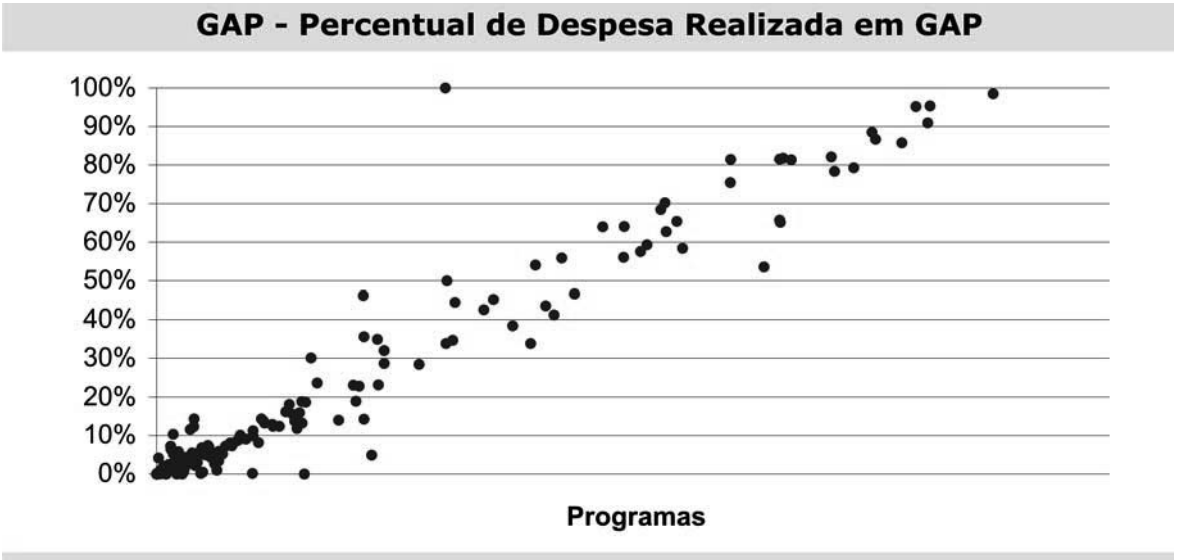
As ações padronizadas denominadas "Gestão e Administração do Programa" (GAP)[2] fazem parte de 229 programas (60%) do Plano Plurianual. Sua finalidade

[2] As despesas que podem ser objeto de gasto na GAP são: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas

é constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas.

A despesa fixada pela LOA de 2005 para o custeio das ações GAP representa, em média, 14,08% do valor total dos programas do PPA. A realização de despesas nesse tipo de ação correspondeu a uma média de 16,37% do valor total liquidado pelos programas finalisticos que possuíam essa ação. O valor total executado por ações deste tipo superou 7,78 bilhões de reais.

A metade dos programas executou até 3,76% do total da despesa em ações GAP (valor mediano). Essa concentração de baixos valores percentuais de execução pode ser evidenciada no gráfico a seguir, que demonstra o gasto percentual em ações GAP de cada um dos 229 programas.



Fonte: Sigplan

Não obstante, 32 programas executaram mais da metade de suas despesa nessa ação. Isso corresponde a 8% dos programas do PPA ou 14% dos programas que dispõem de ação GAP. É importante lembrar que a GAP pode comportar despesas de pessoal ativo e encargos sociais, sobretudo em unidades orçamentárias que são responsáveis por apenas um programa no PPA.

Em 2005, o roteiro de avaliação dos programas do PPA passou a incorporar uma questão destinada a verificar junto às gerências de programas quais os principais objetos de gasto na GAP, sua contribuição para o programa e as dificuldades que impedem a apropriação dos objetos de gasto às ações finalísticas do programa.

Nos 185 programas que responderam à questão foram identificados apenas objetos de gasto compatíveis com a finalidade da ação, com destaque para as despesas de passagens e diárias e realização de eventos. A principal dificuldade apontada para a apropriação de gastos da GAP é a inexistência de um sistema de custeio que possibilite a apropriação dos custos nas ações finalísticas de programas. É destacada pelas gerências de programa a conveniência administrativa proporcionada pela

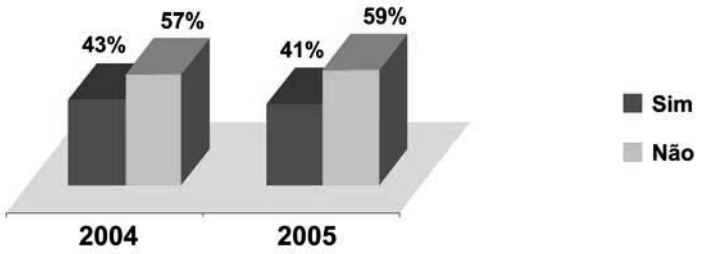
públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

ação, que contribui de forma difusa para a consecução dos resultados previstos para o conjunto das demais ações dos programas.

Adequação dos Recursos Materiais e da Infra-Estrutura

No que se refere aos recursos materiais e à infra-estrutura, questionou-se por meio de pergunta objetiva sobre sua adequação e disponibilidade. Em caso de marcação afirmativa, a questão oferecia opções sobre a localização da inadequação: nas equipes gerenciais e ou nas executoras.

Adequação dos Recursos Materiais e Infra-Estrutura disponíveis



Fonte: Sigplan

Ao se compararem os problemas relativos a recursos materiais e de infra-estrutura entre os anos de 2004 e 2005 nota-se uma constância. Em 2005, gerentes de 216 programas informaram a existência do problema. Entre esses, houve 132 relatos sobre inadequação na infra-estrutura e 121 sobre inadequações de recursos materiais por parte das equipes executoras. O problema na gerência é menos evidente, tendo sido relatado em 111 casos de inadequação em infra-estrutura e 74 casos relativos a recursos materiais.

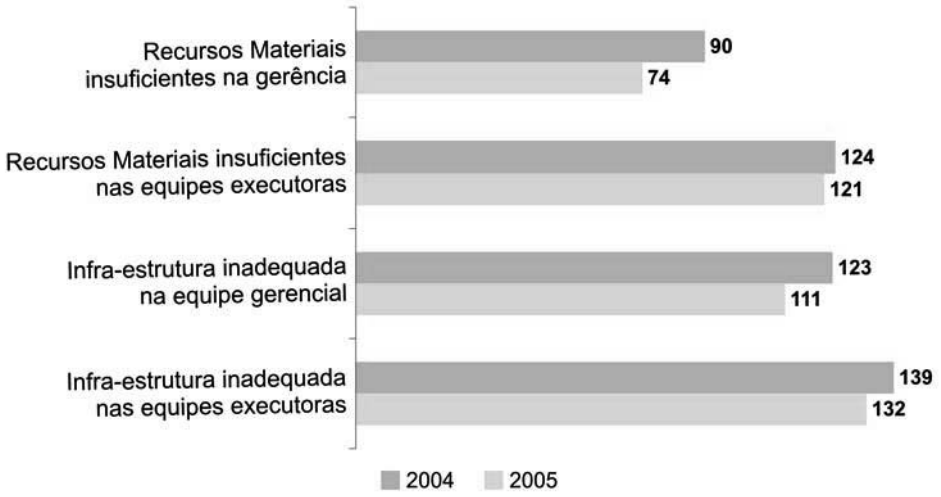
Em 2005, os problemas relativos a recursos materiais concentraram-se nas equipes executoras, representando 121 ocorrências. A concentração deste problema ocorreu nos seguintes Ministérios: da Defesa (13 programas), dos Transportes (13), da Justiça (11 programas) e da Saúde (10 programas).

Os problemas relativos à infra-estrutura, por sua vez, afetam uniformemente as gerências e as equipes executoras, somando 243 ocorrências. Nas equipes gerenciais o problema está concentrado nos Ministérios das Cidades (11 programas), da Justiça (9 programas) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (8 programas). Nas equipes executoras, o problema é mais aparente nos Ministérios da Justiça (13 programas), da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (11 programas), da Defesa (11 programas), da Saúde (11 programas) e do Planejamento, Orçamento e Gestão (8 programas).

Os problemas enfrentados pelos órgãos referem-se à falta de: equipamentos de informática; laboratórios para o desenvolvimento de novas tecnologias; material de consumo e bens, especialmente veículos; e manutenção e ampliação de espaço físico e instalações. Para especificar os problemas enfrentados, destaca-se principalmente a falta de espaço físico e de informatização, como por exemplo, na Controladoria-Geral da União. Embora alguns órgãos tenham encontrado soluções para problemas de espaço físico, como é o caso do Centro Gestor e Operacional do Sistema de

Proteção da Amazônia (Censipam), que gerencia o programa "Informações Integradas para Proteção da Amazônia" e do Programa de Desenvolvimento da Economia Cafeeira, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que decidiu pela transferência da administração da rede armazenadora dos estoques oficiais de café à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), outros ainda necessitam buscar soluções para a ampliação de suas instalações. O programa "Defesa Jurídica da União", por sua vez, executado pela Advocacia-Geral da União, carece de informatização dos processos judiciais e da criação e interiorização de novas varas. Em alguns casos, como o do programa "Modernização do Sistema Penitenciário Nacional", percebe-se que o problema de ausência de espaço físico nas equipes executoras é mais evidente.

Recursos Materiais e Infra-Estrutura Insuficientes/Inadequados



Fonte: Sigplan

Há ainda problemas que ocorrem no nível local como, por exemplo, o ProJovem, que depende das parcerias com os Municípios para investimentos em espaço físico. Já o programa "Desenvolvimento da Bovideocultura" apresenta ênfase na escassez de infra-estrutura em vários Estados da região Norte e Nordeste. O programa "Desenvolvimento da Suideocultura" também apresenta dificuldades de realização de convênios nessas regiões. O programa "Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis" também informa que alguns Estados e Municípios necessitam de equipamentos, tais como geladeiras, termômetros, caixas térmicas para a melhoria da qualidade da rede de frio, informatização dos sistemas em coordenações municipais e salas de vacinação. O programa "Gestão do Patrimônio Imobiliário da União" necessita de adequação e ou reforma da estrutura física das suas gerências regionais.

O programa "Democratização do Acesso à Informação Jornalística, Educacional e Cultural", do Gabinete da Presidência da República, embora tendo afirmado melhoria no gerenciamento e nos processos, que permitiram avanços em 2005, ainda carece de investimentos em equipamentos e tecnologia, problema que tem afetado diversos setores. Alguns programas que identificaram esse problema de forma específica estão citados a seguir: "Desenvolvimento da Agricultura Orgânica (Pró-Orgânico)"; "Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau";

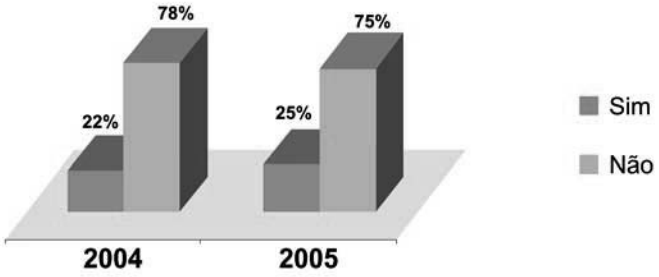
"Manejo e Conservação de Solos na Agricultura", que necessita de *notebooks* e GPS; "Minimização de Riscos no Agronegócio", que necessita de equipamentos de informática para a operacionalização dos seguros; "Arrecadação de Receitas Previdenciárias", no qual o desenvolvimento dos sistemas de tecnologia de informação não acompanhou as demandas requeridas; "Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas"; e "Sociedade da Informação", no qual se identifica insuficiência na infra-estrutura interna de comunicação de dados de universidades.

Além dos problemas relativos à tecnologia, 33 programas carecem de ampliação e recuperação da frota de veículos utilizados para o desenvolvimento de suas ações:

Finalmente, diversos programas, como é o caso do "Reforma do Judiciário", agregam mais de uma deficiência concomitantemente: falta de infra-estrutura, de equipamentos de informática, de telefones e de mobiliário.

Adequação e Necessidades de Recursos Humanos

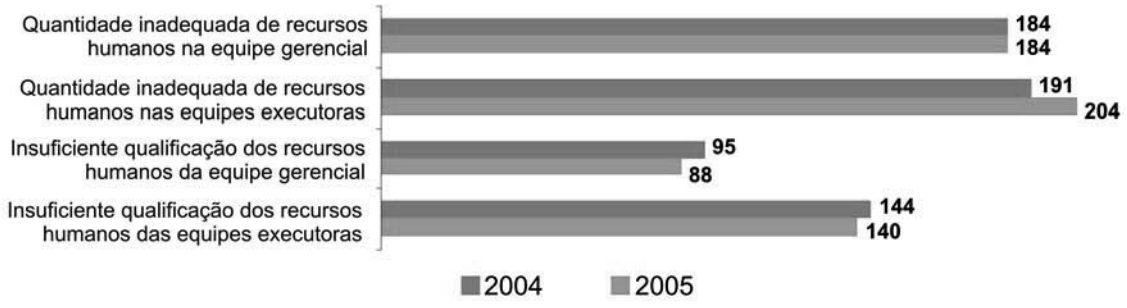
Adequação dos Recursos Humanos disponíveis



Fonte: Sigplan

A inadequação dos recursos humanos disponíveis nos Ministérios para a implementação dos programas pode ser considerada como uma restrição sistêmica em cerca de 2/3 dos programas do Plano Plurianual. No quadro a seguir constata-se que a inadequação quantitativa é mais percebida nas equipes executoras (55% em 2005).

Qualidade e Quantidade de Recursos Humanos



Fonte: Sigplan

Na análise qualitativa da questão vários fatores foram apontados como responsáveis pela insuficiência de recursos humanos, destacando-se a falta de plano de carreira e de quadro de pessoal próprio, em alguns órgãos setoriais e a alta rotatividade dos funcionários no serviço público. Neste aspecto, ressalta-se que os órgãos que oferecem salários pouco atrativos perdem freqüentemente servidores para outras instituições públicas por motivo de aprovação em concursos públicos. Um outro aspecto que influencia a rotatividade de servidores é a sua migração da unidade central para os órgãos setoriais, caso típico no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A alta rotatividade influencia também na qualificação dos recursos humanos, exigindo a promoção de constante capacitação. Como conseqüência, vários Ministérios informam que o quadro de pessoal, no âmbito dos programas, é composto por servidores terceirizados, estagiários, consultores, servidores contratados temporariamente e por ocupantes de cargos comissionados. A escassez de recursos humanos é mencionada como a principal restrição à implementação do programa, no que se refere ao acompanhamento da execução de suas ações, atividade em geral prejudicada, principalmente, nos casos em que a ação é executada de forma descentralizada.

No que se refere à qualificação dos recursos humanos, constata-se a menção à necessidade de investimento sustentável em treinamento e capacitação pela totalidade dos Ministérios. Em alguns casos, dado à especificidade do trabalho e à iminência da aposentadoria dos atuais servidores, a inadequação em relação à qualificação consiste na realização de preparação prévia no médio e longo prazo de novos funcionários. Em outros, a insuficiência de recursos humanos impede a participação dos servidores existentes em cursos de capacitação.

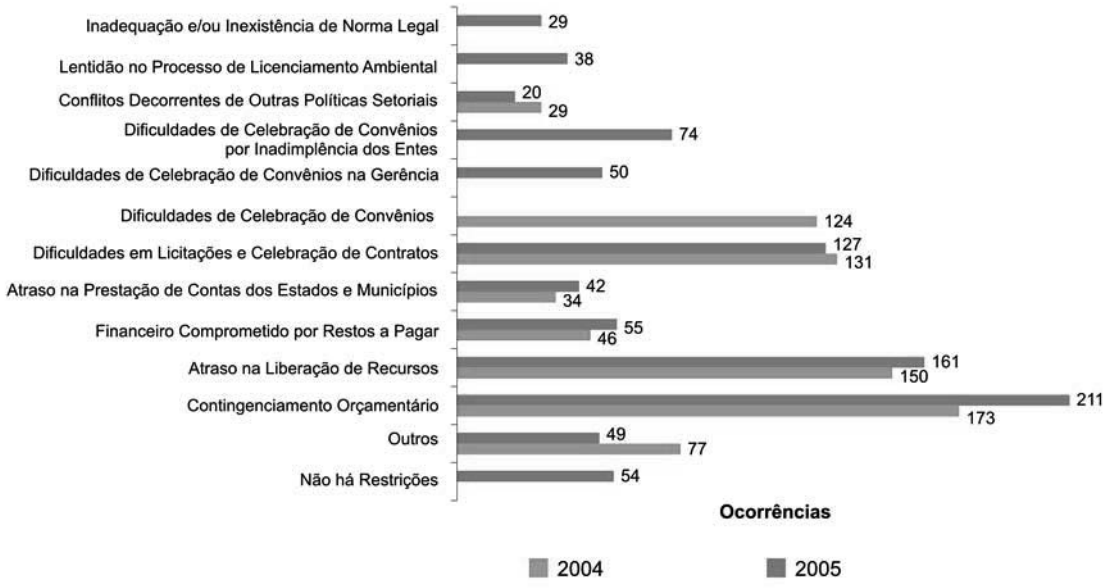
Restrições ao Desempenho dos Programas

Tanto em 2004 quanto em 2005 os gerentes informaram que 54 programas não apresentavam nenhuma das opções de restrições ao desempenho das ações, o que representa 14,6% do total de programas avaliados. Os outros 315 programas avaliados indicaram 856 restrições, contra 764 em 2004. Observe-se que é possível indicar mais de uma restrição para o mesmo programa. Além disso, outras restrições foram indicadas em questões específicas, como é o caso dos recursos humanos e materiais. Foram disponilizadas mais opções de restrições no roteiro de avaliação de 2005 do que de 2004, razão pela qual alguns itens do gráfico não contém registros neste exercício.

Em ambos os anos as restrições mencionadas pelos gerentes concentraram-se em questões relacionadas ao contingenciamento orçamentário, ao atraso na liberação de recursos e às dificuldades em licitações e celebração de contratos. O contingenciamento foi considerado um problema por 173 programas em 2004 e 211 em 2005, interferindo em 48% e 57% dos programas avaliados, respectivamente. Em 2005, os Ministérios nos quais a magnitude do problema foi percebida com maior intensidade foram os do Meio Ambiente (20 dentre 27 programas avaliados), da Defesa (19 dentre 27 programas avaliados), da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (17 dentre 24 programas avaliados) e dos Transportes (17 dentre 19 programas avaliados). Alerta-se que os órgãos relatados a seguir identificaram o problema em todos os seus programas: Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (3 programas), Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (2 programas), Advocacia-Geral da União (1 programa), Câmara dos Deputados (1 programa),

Controladoria-Geral da União (2 programas), Justiça do Trabalho (1 programa) e Superior Tribunal de Justiça (1 programa). Destaca-se como exceção o Ministério da Educação, onde o problema foi percebido em apenas 2 programas.

Restrições que Interferiram nas Ações de Maior Impacto



Fonte: Sigplan

O atraso na liberação dos recursos foi mencionado por 150 programas em 2004 e 161 em 2005, representando 42% e 44% do total de programas, respectivamente. Em 2005, os Ministérios nos quais o problema foi percebido com maior intensidade foram os da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (18 programas), do Meio Ambiente (14 programas), da Defesa (13 programas) e dos Transportes (13 programas). Alerta-se que os órgãos relatados a seguir identificaram o problema em todos os seus programas: Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, Justiça do Trabalho e Superior Tribunal de Justiça.

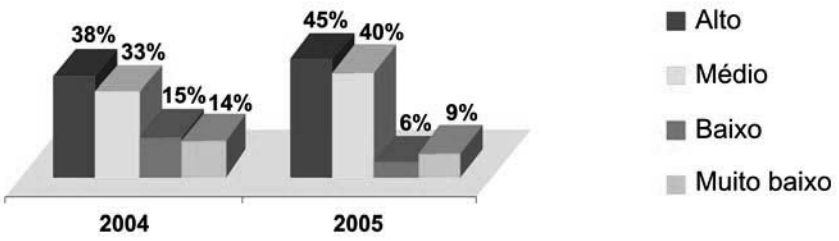
As dificuldades em licitações e celebração de contratos, por sua vez, foram mencionadas por 131 programas em 2004 e 127 em 2005, o que corresponde a 36% e 34% do total de programas, respectivamente. Em 2005 os Ministérios nos quais o problema foi percebido com maior magnitude foram os de Minas e Energia (13 dentre 26 programas avaliados), dos Transportes (13 programas) e da Saúde (12 dentre 25 programas avaliados). Alerta-se que os órgãos relatados a seguir identificaram o problema em todos os seus programas: Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, Câmara dos Deputados e Justiça do Trabalho.

No que se refere às dificuldades de celebração de convênios, em 2005 analisaram-se separadamente as localizadas na gerência (50 programas) e as provenientes da inadimplência dos entes (74 programas). Em 2004 essas dificuldades afetaram 124 programas. Percebe-se que durante os dois anos não houve reduções significativas nas restrições. Em 2005 foram incluídas duas modalidades de restrições: lentidão no processo de licenciamento ambiental (38 programas) e inadequação e ou inexistência de norma legal (29 programas). A primeira restrição foi mais evidente nos Ministérios dos Transportes (12 programas) e de Minas e Energia (10 programas). Em relação à segunda restrição, não houve concentração em nenhuma área específica.

Entre as demais restrições citadas encontram-se algumas que já estavam no rol de opções objetivas da questão específica do roteiro de avaliação. Há ainda aquelas relativas a problemas orçamentários (dotação orçamentária insuficiente) e financeiros, a recursos humanos e materiais e a mudanças de políticas, entre outras. Há também as de ordem administrativa, específicas de alguns programas, como é o caso da estrutura laboratorial incompatível com o tamanho do agronegócio brasileiro, que prejudica a implementação do programa "Desenvolvimento da Avicultura".

Desempenho de Programas com Ações de execução Descentralizada

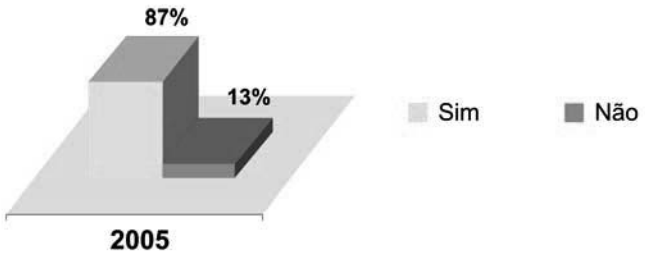
Desempenho dos Programas com Ações de execução descentralizada



Fonte: Sigplan

A maioria dos programas com ações de execução descentralizada apresentou um desempenho alto ou médio nos anos de 2004 e 2005. Além disso, destaca-se a melhoria no desempenho desses programas no ano de 2005 em comparação ao de 2004. Observa-se que aumentou o percentual de programas com desempenho alto (de 38% para 45%) e médio (de 33% para 40%). Por outro lado, houve redução no percentual dos programas que apresentaram um desempenho baixo (de 15% para 6%) e muito baixo (de 14% para 9%). A análise por setor demonstra que o desempenho de grande parte dos programas com ações de execução descentralizada nos setores de Estado, de infra-estrutura e transversal foi considerado médio, enquanto que a maior parte desse tipo de programa nos setores produtivo e social obteve um desempenho alto.

Existência de integração com a gerência do programa

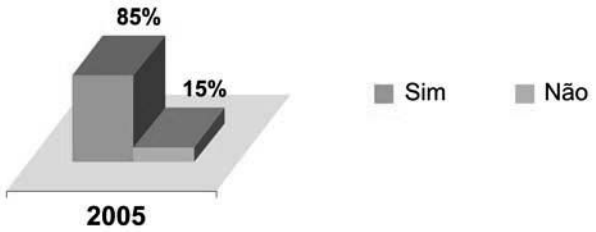


Fonte: Sigplan

A avaliação inovou em 2005 quando questionou a atuação dos executores no caso desses programas. Os dados revelam que houve integração entre os executores e as gerências em 87% dos programas. Isso pode ser constatado também no gráfico

abaixo, uma vez que houve disponibilização à gerência de informações sobre a execução das ações em 85% dos programas.

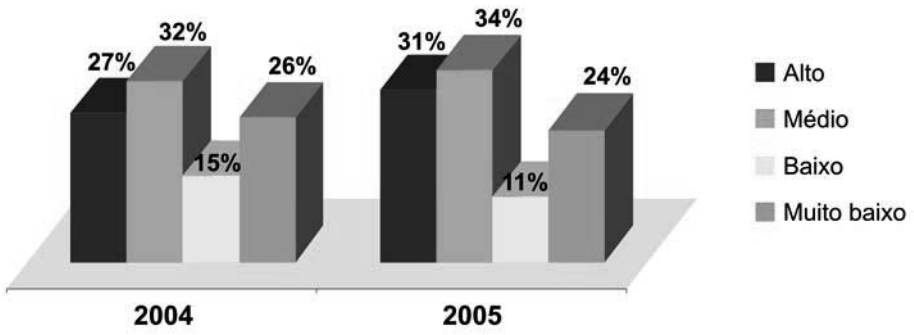
Informação disponibilizada pelos executores



Fonte: Sigplan

Desempenho dos Programas Multissetoriais

Desempenho das Ações Executadas em Outros Ministérios (programas multissetoriais)



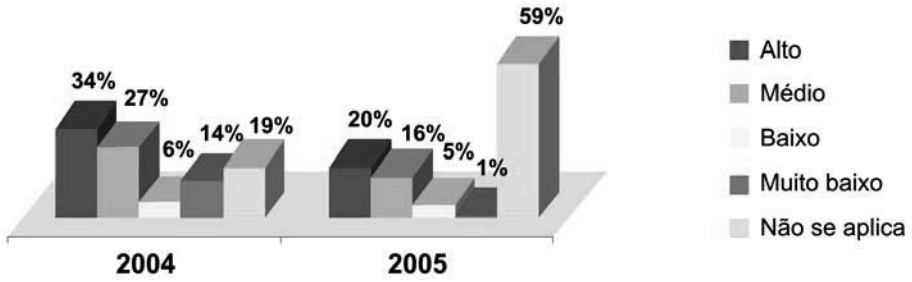
Fonte: Sigplan

Os programas multissetoriais vêm apresentando significativa melhoria no desempenho das ações com execução em outros Ministérios. Em 2005, dos 114 programas existentes, 65% dos programas multissetoriais apresentaram médio e alto desempenho. Contudo, ainda são apontados problemas relacionados à insuficiência de recursos pelo Ministério executor da ação (49% dos programas), à disponibilização de informações necessárias (48% dos programas) e à integração entre a gerência do programa e a coordenação da ação (46% dos programas). A principal conseqüência da falta de interação entre os órgãos executores envolvidos na implementação é o predomínio de uma visão setorial na elaboração dos programas que compõem o Plano Plurianual.

Desempenho de Ações Executadas em Outras Unidades Administrativas

A análise dos programas intra-setoriais, ou seja, aqueles que possuem ações de responsabilidade de mais de uma unidade administrativa do mesmo órgão, mostra que, em 2005, houve uma redução na quantidade de ações executadas em outras unidades administrativas cujo desempenho foi considerado alto ou médio, em comparação com 2004 (de 34% para 20%). Isto pode ser explicado por uma diminuição do número de ações intra-setoriais, uma vez que o número de ações em que essa situação não se aplica aumentou substancialmente (de 19% para 59%) e o percentual de ações executadas em outras unidades administrativas com desempenho baixo ou muito baixo não aumentou em 2005.

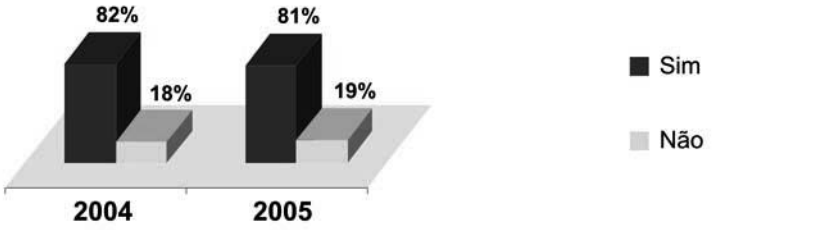
Desempenho das Ações Executadas em Outras Unidades Administrativas (programas intra-setoriais)



Fonte: Sigplan

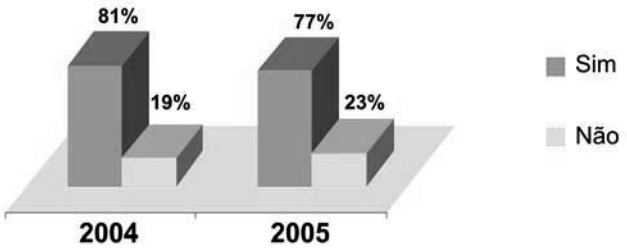
Ainda em relação aos programas intra-setoriais, o roteiro de avaliação questionou, também, sobre a disponibilização das informações necessárias pela unidade administrativa executora da ação e a existência de integração entre a gerência do programa e a coordenação da ação. Os gráficos abaixo mostram que não há diferença entre os resultados de 2004 e 2005. Nos dois anos houve disponibilização das informações necessárias pela unidade administrativa executora da ação e integração entre a gerência do programa e a coordenação da ação em cerca de 80% das ações, um resultado positivo, dado que este aspecto é essencial para o bom desempenho dos programas intra-setoriais.

Disponibilização das informações necessárias pela unidade administrativa executora da ação



Fonte: Sigplan

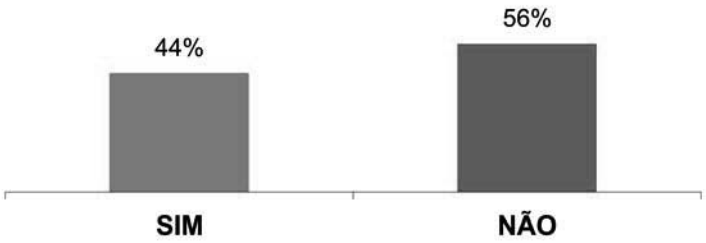
Existência de integração entre a gerência do programa e a coordenação da ação



Fonte: Sigplan

Realização de Parcerias

Existência de Parcerias Não Governamentais em 2005

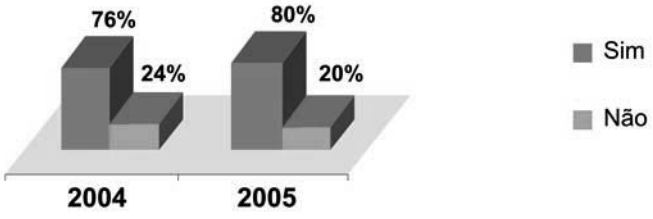


Fonte: Sigplan

Identificou-se em 2005 que 44% dos gerentes, o que corresponde a 164 programas, afirmaram manter parcerias não governamentais. Tendo em vista que, em 2004, a questão do roteiro solicitava apenas uma resposta subjetiva, não foi possível promover uma análise comparativa entre os dois anos. Destacam-se os Ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com 22 e 18 programas trabalhando com parcerias, respectivamente. Ressalta-se que parte das parcerias não esta expresa sob a forma de ações não-orçamentarias do Plano Plurianual.

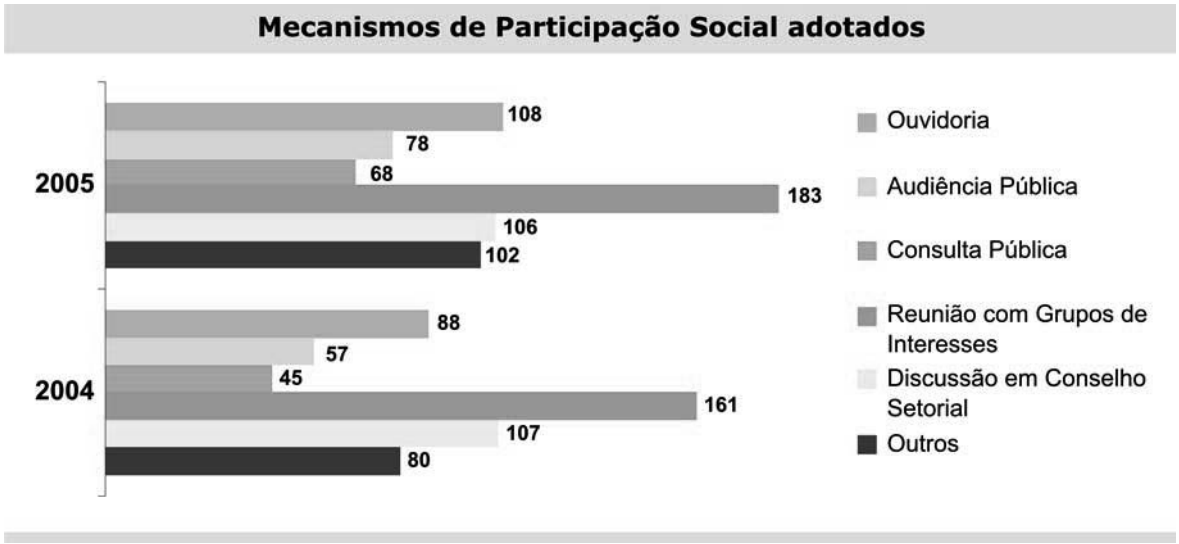
Mecanismos de Participação Social

Existência de mecanismos de Participação Social



Fonte: Sigplan

Os resultados da avaliação nos anos de 2004 e 2005 mostram que, na maioria dos programas avaliados, há mecanismos de participação social. O percentual de programas que possuem mecanismos de participação social foi praticamente o mesmo em 2004 (76%) e 2005 (80%). Cabe destacar que em 11 Ministérios ,100% dos programas possuem algum tipo de mecanismo de participação social. A análise dos resultados revela que, nos dois anos, houve um aumento do número de programas que adotaram mecanismos de participação social, conforme se segue.



Fonte: Sigplan

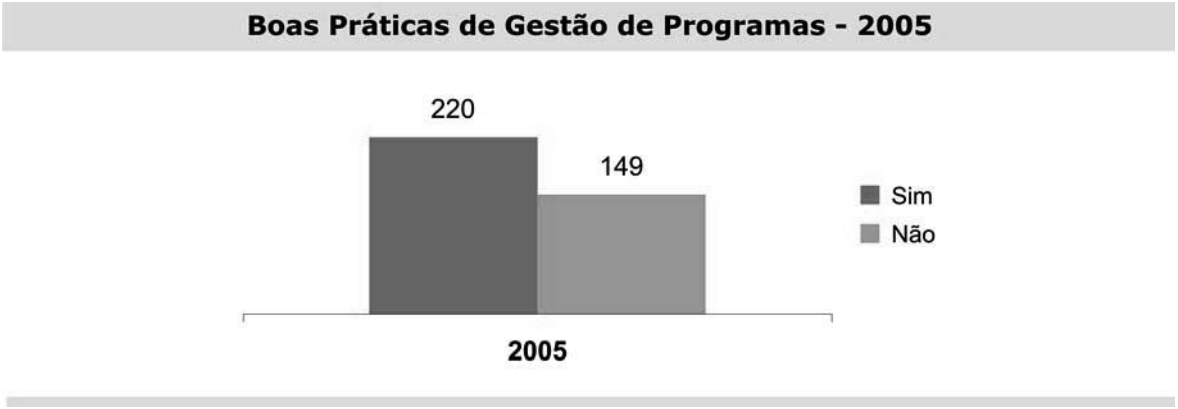
Os Ministérios foram questionados, ainda, quanto ao tipo de mecanismo de participação social adotado na gestão dos seus programas. Dos 275 programas que, em 2004, informaram possuir mecanismos para promover a participação social, 59% utilizaram a reunião com grupos de interesses. O percentual de programas que utilizaram a discussão com conselho setorial, ouvidoria, audiência pública e consulta pública como mecanismo de participação social foi de 39%, 32%, 21% e 16%, respectivamente. Em 2005, os resultados foram semelhantes, uma vez que 50% dos 294 programas que possuíam mecanismos de participação social também utilizaram a reunião com grupos de interesses. O mesmo vale para os demais mecanismos: discussão com conselho setorial (29%), ouvidoria (29%), audiência pública (21%) e consulta pública (18%). Ressalte-se que os Ministérios informaram a adoção de outros mecanismos, tais como portais na Internet, participação da sociedade civil organizada em fóruns, comissões e comitês gestores e câmaras setoriais, centrais de atendimento. Foram cerca de 30% dos programas com mecanismos de participação social em 2004 e 2005.

Boas Práticas na Gestão de Programas

Os gerentes deveriam responder se existem práticas de gestão a serem relatadas. Caso a resposta fosse afirmativa, os gerentes deveriam descrevê-las. Entendem-se como práticas de gestão as atividades executadas sistematicamente com a finalidade de gerenciar uma organização, constituindo padrões de trabalho. São também chamadas de processos, métodos ou metodologias de gestão.

Cerca de 60% (220) dos programas informaram utilizar boas práticas de gestão que podem ser replicadas na administração pública federal. Todavia, é preciso ressaltar

que diversos aspectos citados pelos órgãos não constituem propriamente práticas de gestão. Além disso, em alguns casos não é possível identificar de que forma tais procedimentos são implementados com os dados fornecidos para a avaliação.



Fonte: Sigplan

Alguns Ministérios destacam-se quanto ao número de práticas de gestão informadas: Minas e Energia (18 programas), Defesa (17 programas), Transportes (17 programas), Saúde (15 programas), Agricultura, Pecuária e Abastecimento (12 programas), Meio Ambiente (12 programas), Justiça (11 programas), Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (10 programas), Educação (9 programas) e Desenvolvimento Agrário (8 programas).

Os sistemas de monitoramento e avaliação constituem a maioria das experiências citadas. Os projetos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) são freqüentemente acompanhados e avaliados por meio do Sistema Embrapa de Gestão (SEG). No programa "Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau", as práticas são monitoradas permanentemente por meio de um Sistema Informatizado de Acompanhamento de Extensão Rural. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome constituiu uma Secretaria para tratar o tema da avaliação. O programa "Resíduos Sólidos Urbanos" utiliza o Sistema Gerencial de Acompanhamento de Projetos de Saneamento (SIGESAN), que permite o monitoramento dos convênios. O programa "Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos" utiliza o Sistema Brasil Alfabetizado, disponível para acesso amplo, para a consolidação das informações sobre a operacionalização e execução das ações, além do Plano de Avaliação do Programa Brasil Alfabetizado, que permite a atuação de diversas instituições especializadas na área de avaliação.
O Ministério da Educação apresenta outras boas práticas. Por exemplo, o programa "Desenvolvimento do Ensino Fundamental" criou o Sistema de Controle de Remanejamento e Reserva Técnica (Siscort), que coloca à disposição das escolas e secretarias estaduais e municipais de educação um sistema desenvolvido para auxiliar as redes públicas de ensino fundamental a remanejar os livros didáticos distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). O programa "Educação para a Diversidade e Cidadania" criou o Projeto Escola Aberta, que é uma excelente oportunidade de socialização em espaços carentes de áreas de lazer, que pode ser replicada em situações semelhantes.

Existem também experiências que visam a garantir a transparência nas ações de governo. No programa "Proágua Infra-estrutura", por exemplo, estão sendo desenvolvidos projetos-piloto que estimulam a participação pública na tomada

de decisão e que buscam formas de garantir a sustentabilidade dos sistemas implantados. Também foi citada, em alguns casos, a participação no Portal da Transparência. Além disso, alguns programas apresentam soluções simples, porém capazes de aprimorar sua gestão, como é o caso do programa "Luz para Todos", que possui um Manual de Operacionalização que normatiza todo o processo de funcionamento e a define as responsabilidades dos diversos atores. Em relação à economia de recursos públicos, que poderia minimizar os problemas relativos à escassez de equipamentos de informática e de tecnologia, foi relatado o uso, por exemplo, de softwares livres. Nesse aspecto, o programa "Inclusão Digital" está desenvolvendo uma ação focada no recondicionamento de computadores. Outro fator de inovação mencionado em alguns programas refere-se á gestão participativa, como é o caso do programa "Gestão da Política Pesqueira".

Estudos sobre boas práticas também têm ocorrido, por exemplo, no programa "Mobilidade Urbana", que está identificando os Municípios brasileiros com boas práticas associadas à mobilidade urbana das pessoas com deficiência.

O Ministério da Defesa apresentou algumas práticas que podem ser adotadas por outros órgãos. O programa "Adestramento e Operações Militares da Aeronáutica" citou programas e sistemas de controle de estoque de suprimentos. Outro exemplo é o do programa "Ensino Profissional do Exército", que utiliza o Sistema de Planejamento Administrativo de Ensino e Cultura (SISPAEC), que realiza o levantamento das necessidades de recursos orçamentários, combustíveis, rações operacionais e indenização e requisição de passagens e diárias sob a gestão do Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército.

Apenas um pequeno grupo de boas práticas foi relatado detalhadamente. Ressalta-se que a identificação de como essas práticas podem ser replicadas depende de um contato mais próximo com os órgãos que as relataram.

Conclusões

A finalidade da análise da avaliação da gestão do PPA foi a de evidenciar os principais aspectos positivos e as dificuldades relacionadas à implementação do conjunto dos programas, a partir da perspectiva de suas gerências responsáveis, na etapa de avaliação de programas do Plano Plurianual 2004-2007. Seu objetivo é indicar os aperfeiçoamentos necessários ao alcance dos objetivos almejados pelos programas de Governo.

Comparando-se a avaliação anual de 2005 com a de 2004, percebe-se uma discreta melhoria em relação ao exercício anterior, na visão das equipes gerenciais responsáveis pelos programas do PPA, quanto aos resultados obtidos e ao alcance das metas físicas. Esses desempenhos ocorreram num contexto de redução da insuficiência e maior descontinuidade no fluxo de recursos. É importante destacar, no entanto, que houve uma queda significativa na perspectiva e no alcance dos indicadores, sugerindo uma tendência negativa para o próximo exercício em relação à capacidade de se atingir os resultados previstos ou revelando uma baixa capacidade de previsão de resultados com base em sua sensibilidade aos recursos alocados nas ações planejadas.

Quanto à concepção, destacou-se a melhoria no desenvolvimento de novos indicadores, cuja apuração foi também mais efetiva em relação ao primeiro ano de

execução do PPA. Em relação aos demais atributos dos programas, constatou-se a necessidade de um maior aperfeiçoamento para o próximo ano, algo inesperado em se tratando da avaliação de um plano que já havia sido revisado em 2004.

Dentre os principais problemas sistêmicos apontados ressalta a inadequação de recursos humanos, seja do ponto de vista de qualificação, seja do de adequação da força de trabalho, situação que afeta cerca de dois terços dos programas do Plano. Em seguida, destacam-se o contingenciamento orçamentário e o atraso na liberação de recursos como as restrições mais prejudiciais ao desempenho dos programas, ao lado das dificuldades no estabelecimento de contratos e convênios.

A análise dessas informações indica que um desafio ainda maior do que o de elaborar um diagnóstico dessas restrições sistêmicas à ação do Governo é o de criar procedimentos para sua superação, seja no campo do aperfeiçoamento da gestão dos programas, seja no da melhoria da gestão das organizações responsáveis pela sua execução. O sucesso da avaliação depende, portanto, não apenas do necessário aperfeiçoamento dos sistemas de informações para a implementação do Plano Plurianual, mas, sobretudo, da participação interessada e consciente dos agentes públicos, de forma a que se envolvam na construção coletiva de soluções, razão pela qual se faz necessário fortalecer as funções de monitoramento e avaliação nas organizações integrantes do Sistema de Planejamento e também do Sistema de Monitoramento e Avaliação (SMA).

A parte seguinte da avaliação da gestão do plano destina-se a analisar o grau de consolidação do SMA com base nas informações obtidas por meio da etapa de avaliação setorial.

Visão Sistêmica do Desempenho dos Programas

Contextualização

A etapa de avaliação setorial subdivide-se em três partes interdependentes: 1) a avaliação quanto à concepção do conjunto dos programas, 2) a avaliação quanto ao resultado do conjunto dos programas e 3) a avaliação da gestão setorial.

As duas primeiras partes visam a captar informações para subsidiar a revisão do Plano, enquanto que a avaliação da gestão setorial tem a finalidade de indicar aperfeiçoamentos necessários para o gerenciamento do conjunto dos programas, a partir da identificação de aspectos positivos e necessidades de aperfeiçoamento. A primeira parte do questionário (perfil) busca identificar a configuração do modelo de gestão setorial, a partir da verificação dos seguintes aspectos: Comitê de Coordenação de Programas, Unidade de Monitoramento e Avaliação (UMA), Sistema Informatizado de Apoio ao Gerenciamento e apoio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP aos órgãos setoriais. As demais partes do roteiro avaliam o funcionamento deste modelo e os resultados alcançados.

Trinta órgãos realizaram a avaliação. A reflexão sobre o modelo de gestão setorial do PPA será apresentada a seguir.

Comitê de Coordenação de Programas

O Comitê de Coordenação de Programas deve funcionar em cada órgão do Poder Executivo com a finalidade de coordenar os processos de gestão dos programas para o alcance dos objetivos setoriais. O Comitê é composto pelo Secretário-Executivo do órgão ou cargo equivalente, que o coordenará, pelo Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, ou cargo equivalente, pelos gerentes de programa e pelos titulares de unidades e entidades vinculadas ao órgão. O funcionamento efetivo do Comitê de Coordenação de Programas reforça a função de planejamento nos Ministérios e coloca a gestão dos programas na agenda da alta administração, estabelecendo a relação entre a gestão de cada programa e a estrutura formal do órgão, permitindo o alinhamento e a consecução dos objetivos das políticas setoriais. As funções atribuídas ao Comitê podem ser desempenhadas por outras instâncias colegiadas que porventura estejam em funcionamento nos órgãos. A atuação do Comitê deve propiciar o monitoramento e a avaliação dos planos gerenciais dos programas, de forma a pactuar metas e resultados. Esse Comitê de Coordenação deve atuar, também, de forma pró-ativa na eliminação de restrições, na gestão dos fluxos orçamentários e financeiros, na definição das prioridades do setor e na avaliação e revisão do planejamento setorial.



Fonte: Sigplan

É importante notar que o roteiro de avaliação da gestão setorial considera dois aspectos: a existência de um Comitê de Coordenação de Programas e as outras formas de coordenação existentes mas não contempladas no modelo de gestão do PPA. Em 2005, dos 30 órgãos que preencheram a avaliação, 14 informaram que tinham um Comitê de Coordenação de Programas instalado e atuante, a saber: Advocacia-Geral da União, Ministérios da Ciência e Tecnologia, Cultura, Educação, Integração Nacional, Justiça, Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Esporte, Saúde, Transportes, Turismo e Secretarias Especiais de Aqüicultura e Pesca e Políticas para as Mulheres. Deve-se ressaltar que o Ministério do Desenvolvimento Agrário, embora tendo escolhido a opção de que havia um "comitê instalado e atuante", informou que o comitê não está funcionando plenamente. É interessante notar que, no Ministério da Saúde, o Colegiado de Gestão desempenha a função de Comitê de Coordenação de Programas. Sete órgãos

informaram precisamente a periodicidade de reunião dos comitês. Alguns órgãos que afirmaram promover reuniões periódicas fazem também encontros extraordinários. Outros órgãos realizam encontros apenas na medida da necessidade.

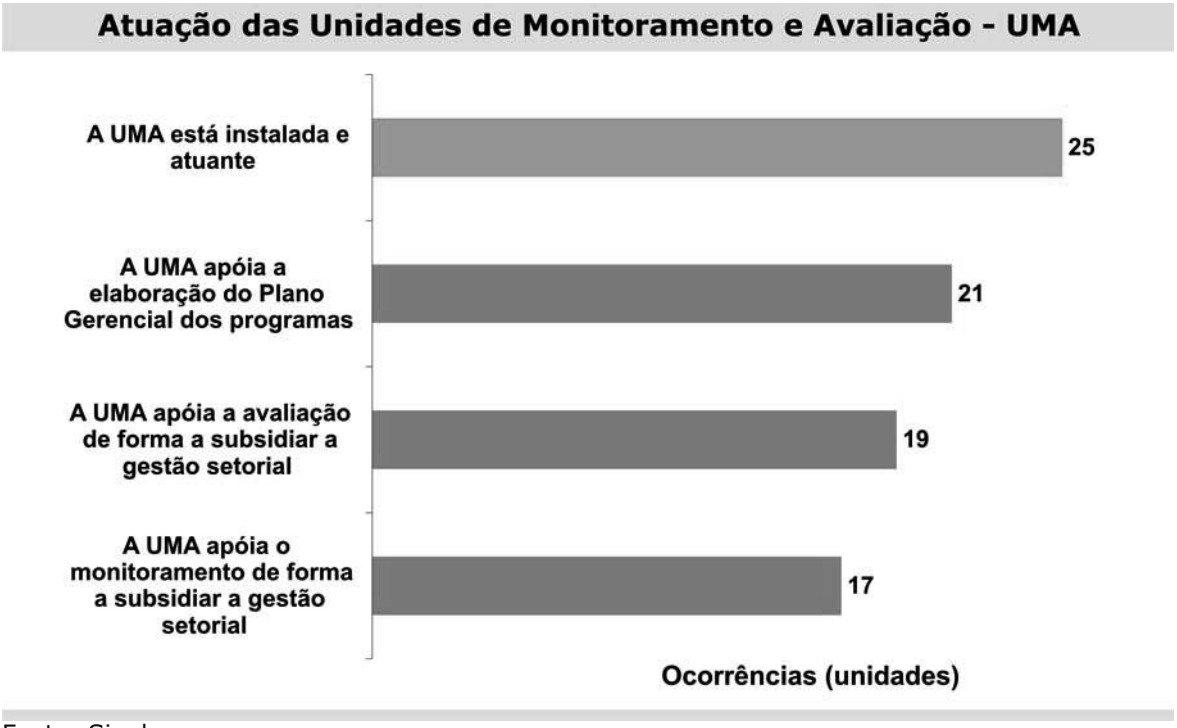
Dezesseis órgãos informaram que não tinham um Comitê de Coordenação de Programas instalado e atuante. Dentre eles, 7 informaram explicitamente que constituíram Comitês de Coordenação de Programas, conforme determina o modelo de gestão do PPA, porém não os colocaram em funcionamento. São eles: Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Fazenda, Cidades, Comunicações, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Meio Ambiente e Planejamento, Orçamento e Gestão. Alguns órgãos, por sua vez, relataram em resposta subjetiva que a coordenação dos programas tem participação da Secretaria-Executiva ou de unidade equivalente, ainda que o Comitê de Coordenação de Programas, quando existente, não seja atuante: Ministérios das Cidades, das Relações Exteriores (Secretaria Geral das Relações Exteriores), de Minas e Energia, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Trabalho e Emprego e Secretarias Especiais de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (gabinete).

Dentre os órgãos que informaram que não tinham um Comitê de Coordenação de Programas instalado e atuante, ressalta o caso da Presidência da República, na qual o processo de avaliação engloba a Secretaria Geral, o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e a Casa Civil, No caso do GSI, a unidade de coordenação dos programas tem atuação regular e sistemática, promovendo reuniões periódicas com a presença dos gerentes de programa e coordenadores de ação, sob a coordenação do chefe da UMA. Percebe-se que a coordenação de programas de alguns órgãos encontra-se na área de planejamento, sem o envolvimento da Secretaria Executiva.

Tendo em vista que algumas questões do roteiro são subjetivas, torna-se difícil relatar outras semelhanças entre os órgãos ou fazer inferências sobre a atuação da coordenação setorial. Seria necessário conduzir entrevistas com cada um dos órgãos para esclarecer as dúvidas suscitadas e obter informações mais detalhadas sobre o funcionamento dos Comitês de Coordenação de Programas.

Unidade de Monitoramento e Avaliação (UMA)

Dentre os 30 órgãos que preencheram a avaliação setorial, 25 informaram que tinham uma Unidade de Monitoramento e Avaliação (UMA) instalada e atuante. Nesses 25 órgãos, a UMA subsidia a gestão setorial dos programas por meio de monitoramento (17 casos) e de avaliação (19 casos) . O apoio ao monitoramento e à avaliação ocorre parcialmente em 6 e em 5 órgãos, respectivamente. Em relação ao apoio à elaboração do plano gerencial, a resposta de 21 órgãos foi afirmativa.



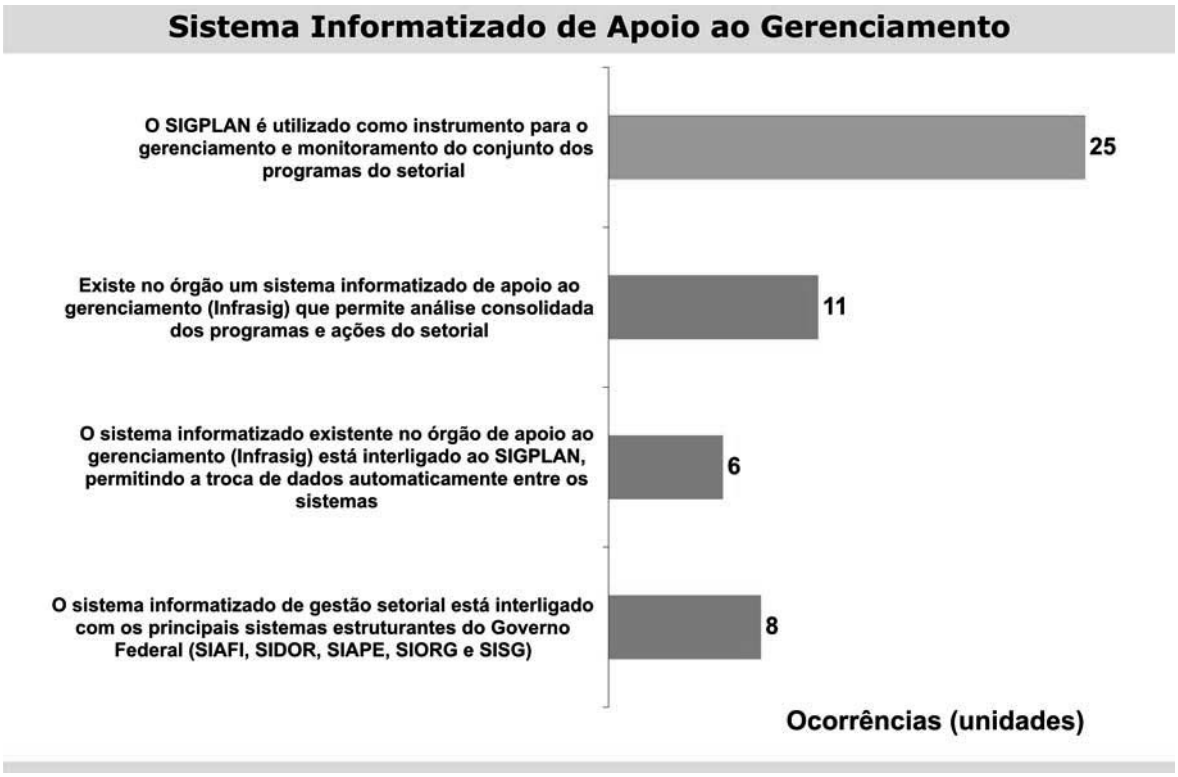
Fonte: Sigplan

Sistema Informatizado de Apoio ao Gerenciamento

O SIGPLAN é utilizado como instrumento de gerenciamento e monitoramento do conjunto dos programas setoriais em 24 órgãos. Apenas 11 órgãos informaram que possuem um sistema informatizado específico para apoiar o gerenciamento (Infrasig), que permite a análise consolidada dos programas e ações do órgão? setorial: Gabinete da Presidência da República, Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Ciência e Tecnologia, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Educação, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Saúde, do Turismo e dos Transportes e Secretarias Especiais de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. O Infrasig do Ministério dos Transportes, todavia, foi iniciado apenas em 2006, mas aparece na estatística de 2005, porque a questão específica foi respondida afirmativamente. Além disso, não foi identificada existência de Infrasig no Gabinete da Presidência da República e na Secretaria Especial de Direitos Humanos, que também responderam afirmativamente à referida questão.

É possível que esses órgãos utilizem um sistema de informação assemelhado ao Infrasig. Observa-se, ainda, que a Agência Nacional de Energia Elétrica, a Agência Nacional de Águas e o Ibama efetivamente usam o Infrasig, mas esse dado não aparece na estatística por ser tratar de unidades vinculadas a órgãos supervisores.

Em 6 órgãos o Infrasig está interligado ao SIGPLAN, permitindo a troca automática de dados entre os dois sistemas: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Ciência e Tecnologia, da Educação, da Saúde e do Turismo. Este último, todavia, não consta como interligado ao SIGPLAN, conforme informações internas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.



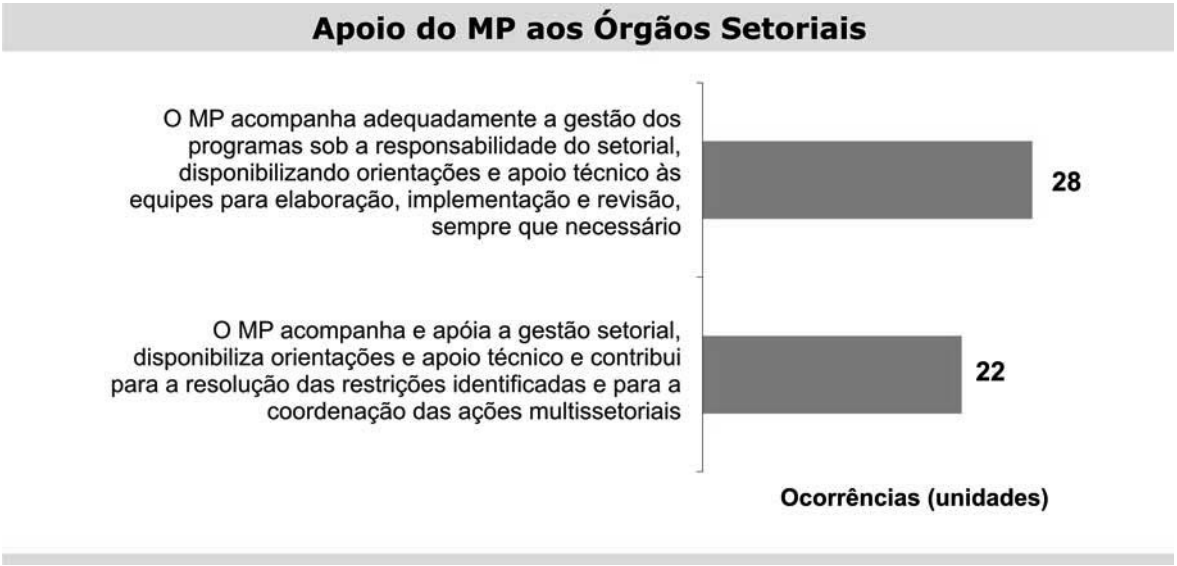
Fonte: Sigplan

Conforme as respostas dadas no instrumento de avaliação, o sistema informatizado de gestão setorial está interligado a, pelo menos, um dos principais sistemas estruturantes do Governo Federal[3] (SIAFI, SIDOR, SIAPE, SIORG e SISG) em 8 órgãos: Advocacia-Geral da União, Controladoria-Geral da União, Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Ciência e Tecnologia, da Educação, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Turismo e dos Transportes.

Atuação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Duas questões que mesclavam opções de resposta objetiva e subjetiva subsidiaram a avaliação da atuação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) na coordenação dos processos de monitoramento, avaliação e revisão dos programas do PPA e na prestação de orientação e apoio técnico à gestão tático-operacional. A primeira questão tratava do apoio do MP à gestão dos programas sob responsabilidade do órgão setorial, a partir da disponibilização de orientações e do apoio técnico às equipes para elaboração, implementação e revisão, sempre que necessário. A segunda questão tratava do apoio do MP à gestão setorial para viabilizar a disponibilização de orientações e apoio técnico, a contribuição para a resolução das restrições identificadas e a coordenação das ações multissetoriais. Aparentemente, alguns órgãos deram interpretações redundantes às duas perguntas, conforme revelou a análise das respostas subjetivas. Realmente, as questões têm pontos de intersecção, demandando aperfeiçoamento do instrumento a ser aplicado em 2007.

[3] Os sistemas citados são os seguintes: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), Sistema Integrado de Dados Orçamentários (SIDOR), Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), Sistema Integrado de Informações Organizacionais (SIORG) e o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG).



Fonte: Sigplan

Houve ainda sugestão no sentido de que as questões, cujas opções de resposta objetiva eram "sim" e "não", passassem a contemplar, também, a opção "parcialmente". As dificuldades sentidas pelos respondentes podem estar relacionadas à natureza abrangente das questões, que cobrem diversos itens simultaneamente mas permitem apenas duas respostas que implicam em escolha forçada: sim e não. Além disso, o mesmo órgão enfatizou a necessidade de acrescentar nesse bloco um campo para "comentários" adicionais às respostas .

Questão 1 - ***O MP acompanha adequadamente a gestão dos programas sob a responsabilidade do órgão setorial, disponibilizando orientações e apoio técnico às equipes para a elaboração, implementação e revisão, sempre que necessário?***

Os gestores de 28 órgãos consideram que o MP acompanha adequadamente a gestão dos programas sob responsabilidade setorial, disponibilizando orientações e apoio técnico às equipes para elaboração, implementação e revisão. Dentre eles, grande parte enfatizou o trabalho realizado pelos analistas do MP no apoio aos órgãos. Outros aspectos citados refletem o apoio dado aos órgãos setoriais, tais como capacitações gerenciais; reuniões de nivelamento; oficinas com consultores para a elaboração dos planos gerenciais; orientação técnica para avaliação do PPA; reuniões com o órgão setorial visando à solução e ou minimização de problemas e restrições na execução orçamentária e financeira; oficinas realizadas no final de 2005, com a participação da Casa Civil, abordando o tema de restrições e o apontamento das principais dificuldades para 2006; auxílio no acompanhamento e análise do desempenho dos programas e ações; auxílio na solução de dúvidas técnicas; facilitação no relacionamento entre os órgãos e as entidades da Administração Federal (principalmente no âmbito dos programas multissetoriais); disponibilização de manuais e participação em alguns comitês.

O Ministério do Meio Ambiente propôs melhorias nos mecanismos de monitoramento dos programas, principalmente no que se refere ao SIGPLAN, salientando as seguintes questões: acompanhamento mais estruturado, com a emissão de relatórios críticos, além dos dados quantitativos, no decorrer do exercício e não só no final deste; adaptação do sistema para aqueles órgãos que não exercem atividades típicas de infra-estrutura; inclusão de dados relativos ao contingenciamento; utilização

da linguagem do orçamento quanto aos conceitos de liquidado e realizado; e utilização do Sistema para a revisão de programas de forma a evitar o trabalho repetido e a publicação de incorreções no projeto de lei em função do trabalho feito manualmente.

A Secretaria de Aqüicultura e Pesca enfatizou a necessidade de maior aproximação do MP com os gerentes de programa e coordenadores de ação, promovendo maior conscientização quanto à importância do PPA para a implementação de políticas públicas com foco nos resultados. No Ministério da Educação esse contato tem sido garantido por meio da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Um outro aspectos levantado pelos órgãos refere-se ao distanciamento do IPEA em relação aos trabalhos que envolvem o PPA.

Dois órgãos retrataram sua insatisfação em relação à atuação do MP: Gabinete da Presidência da República e Ministério da Integração Nacional. O Gabinete da Presidência da República considera a atuação do MP satisfatória no que se refere à disponibilização de uma metodologia padronizada, à formalização dos relatórios e documentos exigidos, ao cumprimento de prazos, etc. Todavia, o órgão considera a metodologia genérica e inflexível, incapaz de fornecer respostas suficientes para atender às peculiaridades de cada programa.

O Ministério da Integração Nacional reconhece os esforços sistemáticos desenvolvidos pelo MP, notadamente a partir de 2003, que resultaram na edição da Lei nº. 10.933 e do Decreto nº. 5.233, que disciplinaram o novo modelo de gestão do PPA, inserindo novos arranjos de coordenação que favorecem a melhor gestão dos programas. O órgão verifica, todavia, a existência de um hiato entre as iniciativas legais e normativas do MP e outras, como por exemplo, a implementação do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GESPÚBLICA), que envolve uma agenda de transformações da gestão, necessárias à promoção dos resultados preconizados no PPA. Além disso, o órgão identifica a necessidade de um esforço maior para garantir a aplicabilidade das ferramentas disponibilizadas pelo MP (manuais e sistema de informação) às peculiaridades e à realidade setorial. Percebe-se que tanto o Gabinete da Presidência da República, quanto o Ministério da Integração Nacional refletem a dificuldade de adaptar a metodologias às suas especificidades institucionais.

Questão 2 - ***O MP acompanha e apóia a gestão setorial, disponibiliza orientações e apoio técnico e contribui para a resolução das restrições identificadas e para a coordenação das ações multissetoriais?***

Segundo os gestores de 22 órgãos, correspondem a 73% do total de avaliações respondidas, o MP acompanha e apóia a gestão setorial, disponibiliza orientações e apoio técnico e contribui para a resolução das restrições identificadas e para a coordenação das ações multissetoriais. Novamente foi ressaltada a importância do analista setorial do MP no apoio à gestão dos órgãos setoriais. Outros fatores mencionados incluem a relevância das capacitações sobre o ciclo de gestão e das orientações quanto à elaboração das propostas orçamentárias, à revisão e avaliação do PPA e o apoio ao aprimoramento dos sistemas de informação. O Ministério da Saúde informou que o MP propicia e estimula a integração com outros Ministérios, como no caso dos programas de saneamento - que guardam estreita ligação com o Ministério das Cidades - e do programa "Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos indígenas" - que está ligado ao Ministério da Justiça. Conforme o Ministério

da Saúde, em ambos os casos o MP, sempre que solicitado, intermedia informações ou encontros para a realização dos ajustes que se revelam necessários ao longo da execução.

Diversos órgãos, mesmo alguns daqueles que responderam afirmativamente à pergunta, relataram dificuldades ao tratar de programas multissetoriais: Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Previdência Social, das Relações Exteriores, do Meio Ambiente e Secretaria e Aqüicultura e Pesca. O Ministério do Desenvolvimento Agrário, embora respondendo afirmativamente, relatou que o MP disponibiliza todo o material técnico e orienta o órgão setorial no tocante à gestão orçamentária e do PPA, porém se abstém de manifestação sobre os pleitos apresentados e as questões relativas à implementação dos programas, exceto por eventual demanda e ocorrência que torne necessário contato mais próximo.

Por parte dos órgãos que afirmaram a falta de apoio do MP, houve citações relativas principalmente à dificuldade em obter auxílio para soluções de restrições. Foi mencionado que as restrições à gestão dos programas, citadas nos relatórios anuais de avaliação do Plano, não têm sido objeto de medidas efetivas de resolução por parte do MP. Dentre as restrições que carecem de apoio para superação estão as relativas a pessoal, recursos orçamentários e financeiros, entraves legais à execução, além de restrições específicas de alguns órgãos setoriais. Além disso, foi citada a demora de resposta do MP quanto a certos aspectos como alterações do cadastro de ações.

Conclusões

Pela primeira vez, a avaliação setorial do PPA incluiu um mapeamento do grau de incorporação da metodologia de gestão do PPA 2004-2007, permitindo conhecer os avanços e os aspectos institucionais que necessitam de aperfeiçoamento para a efetiva construção de um modelo orientado para resultados. O perfil identificou a atuação dos órgãos setoriais na gestão dos programas e na apropriação de metodologias e ferramentas disponiblizadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, além da atuação do órgão central na condução do modelo. O roteiro de questões também identificou os avanços do desenvolvimento descentralizado das funções de monitoramento e avaliação na administração pública federal, obtidos a partir da instituição do Sistema de Monitoramento e Avaliação.

Praticamente todos os órgãos apresentam mecanismos de gestão do conjunto de programas, independente da constituição de um Comitê de Coordenação de Programas, conforme preconiza o modelo de gestão. Todavia, a presença da Secretaria-Executiva não ocorre para todos os órgãos.

A instituição das Unidades de Monitoramento e Avaliação, por sua vez, foi satisfatória, tendo em vista sua presença em mais de 80% dos órgãos. Tal fato explica-se, em parte, devido à utilização de membros da estrutura já consolidada das Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Gestão na constituição das UMA da maioria dos setoriais. Além disso, percebe-se que a atuação das UMA no apóio ao monitoramento e à avaliação pode ser aprimorado. Este apoio deveria ser medido de forma mais precisa a partir de investigação junto às secretarias finalísticas de cada setorial.

No que se refere aos mecanismos de monitoramento, percebe-se uma consolidação do SigPlan. Todavia, as especificidades de cada órgão têm sido garantidas mediante

a utilização de infrasigs, que aos poucos estão sendo interligados ao SIGPLAN, permitindo a troca de dados automaticamente entre os sistemas.

A atuação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão foi considerada satisfatória. As deficiências centraram-se principalmente em relação ao apoio na superação das restrições e na gestão de programas multissetoriais. Em relação às restrições, avançou-se a partir do relatório mensal de restrições, acessado por todos os envolvidos, sendo ainda necessário outros avanços. E os setoriais ainda necessitam de apóio na gestão de programas com ações executadas por outros órgãos, principalmente em termos de execução física.

Finalmente, percebe-se avanços na consolidação do modelo de gestão. Todavia, os dados revelados pela avaliação do plano revelam lacunas entre o modelo idealizado e o seu grau de maturidade atual. Os órgãos continuam a necessitar de apoio para implantação das ferramentas disponibilizadas pelo modelo, que devem ser aperfeiçoadas constantemente para auxiliar os órgãos no alcance de seus objetivos.

Avaliação da Transversalidade

Contextualização

A introdução da gestão por resultados gera maior complexidade para as organizações públicas, na medida em que busca medir a efetividade da ação governamental na sociedade. Os problemas e demandas da sociedade possuem múltiplas causas e, portanto, devem ser tratados em sua totalidade e não por meio de uma gestão setorial. Dessa forma, a transparência e o fortalecimento da gestão pública, obtidos pelo novo modelo, exigem uma maior integração entre setores, mediante a atuação coordenada de organizações governamentais e não governamentais.

O governo federal assumiu como um compromisso o princípio da transversalidade de gênero e raça, abrangendo pessoas com deficiência, crianças, adolescentes e jovens, entre outros cidadãos, na formulação e no desenvolvimento das políticas públicas, incluindo-se aí todos os setores de atuação e segmentos de poder.

Entende-se como transversalidade uma forma de institucionalização de uma cultura de planejamento, gestão e avaliação que considere essas perspectivas no âmbito das políticas públicas, envolvendo os diversos setores da sociedade, com o objetivo de reduzir as desigualdades existentes. A transversalidade é uma forma de atuação horizontal, não hierárquica, que busca construir políticas públicas integradas, por meio de ações articuladas.. Trata-se de uma abordagem ampla, cujos principais objetivos são:

- Incorporar conceitos e práticas comuns no tratamento da transversalidade nas políticas governamentais.
- Melhorar a integração entre os órgãos, com a finalidade de evitar a pulverização e a fragmentação das ações governamentais e promover um maior impacto sobre os problemas identificados.
- Aumentar o grau de articulação entre instituições e demais atores envolvidos na gestão temática.
- Identificar oportunidades setoriais de investimentos em atividades específicas relativas aos temas.

- Divulgar e disseminar o conhecimento relativo aos temas nas diversas instâncias e fóruns governamentais e não-governamentais.

Dada a sua amplitude e abrangência, a gestão transversal deve se configurar em prioridade política para ser efetiva. Essa priorização advém da possibilidade de otimização da alocação de recursos públicos, da melhoria na qualidade do gasto público e do alcance da efetividade da ação governamental.

Dessa forma, um desafio presente para a gestão governamental é o de superar a concepção usual de condução das políticas públicas de forma setorial, pois estas tendem a enfrentar determinados problemas existentes na sociedade de modo fragmentado e superficial, em função da divisão da administração pública em setores.

O objetivo deste trabalho é avaliar a inserção do enfoque transversal na construção e gestão de políticas e programas no exercício de 2005. A análise busca fornecer subsídios e informações sobre a importância de uma cultura de planejamento que reflita a abordagem transversal e sua utilização na gestão de programas.

Este documento está estruturado em três partes, além desta contextualização, quais sejam: uma visão geral de alguns temas transversais que foram priorizados pelo governo federal no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007; uma análise da inclusão desses temas nas políticas setoriais, utilizando como subsídio o resultado das questões incluídas no roteiro da avaliação setorial ano-base 2005, etapa integrante da Avaliação Anual de Programas do PPA 2004-2007; e a apresentação das principais conclusões, bem como a discussão dos desafios a serem enfrentados pela administração pública em relação à questão transversal.

Temas Transversais

1. Gênero

A Constituição Federal de 1988 instituiu e consolidou importantes avanços na ampliação dos direitos das mulheres e no estabelecimento de relações de gênero mais igualitárias. A dimensão gênero deve estar presente na análise das desigualdades sociais brasileiras, bem como ser contemplada na formulação e na implementação de políticas públicas.

No aspecto institucional, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), criada em 1º de janeiro de 2003 com *status* de Ministério, vem atuando na formulação, coordenação e articulação de políticas que promovam a igualdade entre homens e mulheres. Uma de suas primeiras tarefas foi a de discutir com a sociedade os pressupostos, os princípios e as diretrizes para a formulação da Política Nacional para as Mulheres. Esse debate transcorreu na Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (I CNPM), realizada em julho de 2004, que contou com a participação de cerca de 120 mil mulheres. Os resultados dessa discussão serviram de base para o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), lançado em 8 de dezembro de 2004. Este plano possui 199 ações, distribuídas em 26 prioridades, as quais foram traçadas a partir de 4 linhas de atuação:

- Autonomia, Igualdade no Mundo do Trabalho e Cidadania.
- Educação Inclusiva e Não Sexista.

- Saúde das Mulheres, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos.
- Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

A SPM vem trabalhando no sentido de assegurar a implementação das ações do PNPM, bem como de fortalecer as bases para essa implementação por meio das seguintes estratégias: pactuação do Plano com os governos estaduais e municipais; fortalecimento dos organismos de políticas para mulheres, criados nas esferas estaduais e municipais; e atuação do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano.

O Comitê, instituído em 8 de março de 2005, é composto por representantes governamentais das esferas federal e estadual e da sociedade civil por meio do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). As suas atribuições são: promover a articulação entre os diferentes órgãos de governo responsáveis pela implementação do Plano e acompanhar e avaliar periodicamente o cumprimento de seus objetivos, metas, prioridades e ações, por meio da implantação do Sistema de Acompanhamento e Monitoramento do PNPM. O Comitê atua, também, no sentido de incorporar conceitos e práticas nas políticas governamentais de todas as áreas e nas diversas instâncias e fóruns governamentais e não-governamentais.
A implementação do PNPM e o seu monitoramento significam mais do que o cumprimento de metas e a realização de ações acordadas. Trata de concretizar a proposta de transversalidade de gênero nas políticas públicas com transparência e controle social.

Como ação facilitadora do fortalecimento da institucionalidade de gênero e potencialização da implementação do PNPM, foi criado o Fórum de Organismos Governamentais de Políticas Públicas para as Mulheres. Em 2005, existiam 104 organismos atuando na implementação de políticas para as mulheres em todo o país. O fato de existirem esses organismos nos governos locais reforça a política e atuação da sociedade e tende a garantir a continuidade das iniciativas.

Cabe destacar, ainda, o apoio do CNDM à SPM na articulação com outras instituições da administração pública federal e da sociedade civil, na formulação de políticas públicas com a perspectiva de gênero e no relevante trabalho para ampliar o controle social na implementação e acompanhamento das políticas públicas para as mulheres.

2. Raça

A temática da igualdade racial é pautada na Constituição Federal de 1988, que contém preceitos antidiscriminatórios, tais como: a afirmação do caráter pluriétnico da sociedade brasileira, a garantia aos remanescentes de quilombos da propriedade de suas terras e a criminalização do racismo, entre outros.

A criação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 21 de março de 2003, explicita as diretrizes governamentais para o enfrentamento da discriminação e das desigualdades raciais. Assim, foram definidos os elementos estruturais e de gestão necessários à articulação dos diversos atores sociais, bem como à formulação e coordenação de políticas públicas que visam a reduzir as desigualdades raciais que ainda persistem na sociedade brasileira.

Com este objetivo, em 20 de novembro de 2003, foi instituída a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, cuja execução baseia-se em três princípios:

- Transversalidade: pressupõe que o combate às desigualdades raciais e a promoção da igualdade racial perpassam as diversas áreas e, portanto, devem constituir premissas e pressupostos do conjunto das políticas de governo.
- Descentralização: implica num modo de gestão que comprometa todos os entes da federação.
- Gestão democrática: visa a ampliar os canais de diálogo, colaboração, harmonização das ações e apoio da sociedade civil.

A I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade (I CONAPIR), realizada de 30 de junho a 2 de julho de 2005, mobilizou 95 mil pessoas. Os debates que ocorreram nesse evento acerca do tema "Estado e Sociedade: Construindo a Igualdade Racial" apontaram as diretrizes para o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Por meio da I CONAPIR, a SEPPIR fortaleceu suas ações na estrutura do governo federal e consolidou um modelo de gestão participativa. Um dos mecanismos de gestão democrática é o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), que tem por finalidade propor, em âmbito nacional, políticas de promoção da igualdade racial com ênfase na população negra e em outros segmentos étnicos, de forma a combater o racismo, o preconceito e a discriminação racial e reduzir as desigualdades, inclusive nos aspectos econômico-financeiro, social, político e cultural, ampliando o processo de controle social sobre as referidas políticas.

O Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (FIPIR) foi criado como um espaço para discussão, articulação e coordenação da ação conjunta das três esferas de governo. As adesões ao FIPIR somavam, em 2005, 393 governos estaduais e municipais. Nessas esferas existiam em funcionamento 107 organismos municipais e 23 setores estaduais para tratamento das questões étnico-raciais.

Na busca da transversalidade nas políticas públicas, o processo de elaboração do plano consistiu num trabalho conjunto entre o governo e a sociedade civil. O plano representa um instrumento orientador de políticas públicas que contribuem para o êxito dos objetivos do governo no sentido de empreender o desenvolvimento sustentável com eqüidade social, passível de ser alcançado se superadas as desigualdades de raça.

Dentre as suas diretrizes, cabe destacar a criação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que articula as políticas nacional, estadual, distrital e municipal; a introdução da temática étnico-racial no processo de formação e capacitação do governo federal; a inclusão dos quesitos raça, cor e etnia em todos os instrumentos de coleta de dados, registros, pesquisas e formulários públicos, para a conformação de um Sistema de Informação das Relações Étnico-Raciais.

3. Criança e Adolescente

O tema Criança e Adolescente foi incorporado ao mundo jurídico brasileiro em 1979, com a criação do código de menores. Desde então, a luta pela inclusão do tema na agenda política foi lenta, porém, gradual, tendo culminado na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990. O ECA tem 267 artigos calcados no pressuposto básico que as crianças e os adolescentes devem ser vistos como pessoas em desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinatários de proteção

integral. A criação do ECA contribuiu decisivamente para a criação do sistema de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, atualmente composto por 4.585 Conselhos Tutelares, 47 Delegacias Especializadas, 27 Defensorias Públicas e 32 Centros de Defesa.[4]

Nesse sentido, merece destaque o trabalho realizado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República, em parceria com o Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (CONANDA), no que se refere à mobilização, articulação, implantação, capacitação e qualificação de todos os segmentos públicos, privados e da sociedade civil para a criação de uma rede de proteção à criança e ao adolescente, garantindo o cumprimento do ECA, além do desenvolvimento de um amplo programa de fortalecimento dos Conselhos de Direitos, Fundos e Conselhos Tutelares de todo o país. Assim, nos últimos anos, destaca-se o aumento do número de ações, tanto do Estado como de diversos setores da sociedade, na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Um exemplo dessa mobilização e articulação é o Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente 2004-2007 (PPACA), resultado do Termo de Compromisso Presidente Amigo da Criança, assinado pelo então candidato Luiz Inácio Lula da Silva em 2002. Este documento é composto por compromissos de metas, traduzidos em aproximadamente 210 ações incluídas na programação do Plano Plurianual 2004-2007, que têm como objetivo principal a melhoria dos indicadores atuais relativos à situação da criança e do adolescente. O PPACA contém compromissos de gestão cujo enfoque são as iniciativas necessárias para o cumprimento das metas estabelecidas. Dado o caráter transversal intrínseco à atenção às Crianças e aos Adolescentes vários Ministérios participaram da elaboração do Plano e agora atuam na implementação das ações sob sua responsabilidade.

Foi constituído o Comitê Gestor do Plano, para acompanhar e monitorar o PPACA (2004 a 2007), composto por representantes de todos os órgãos que desenvolvem ações inseridas no Plano[5], além de representantes dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Rede de Monitoramento, constituída por 36 entidades da sociedade civil.. Anualmente são elaborados relatórios demonstrando os avanços no tratamento do tema pelos vários órgãos e entidades e apontando demandas por investimentos ainda não implementados.

Em 2005 ressaltaram as seguintes iniciativas: 1) o acompanhamento sistemático, pelo CONANDA, da execução orçamentária das ações na área da criança e do adolescente, inclusive a discussão da proposta orçamentária para 2006 dos Ministérios e Secretarias do Governo federal que executam ações na área da criança e do adolescente; 2) a conclusão do levantamento realizado pela Matriz Intersetorial de Enfrentamento à Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, que serviu para identificar cerca de 930 Municípios com situação de exploração sexual de crianças e adolescentes; e 3) a definição por parte da SEDH, em conjunto com o CONANDA (Resolução nº. 101, de 17 de março de 2005), dos procedimentos e critérios para a aprovação de projetos a serem financiados com recursos da Subsecretaria de

[4] Relatório Anual de Acompanhamento (jan/dez) do Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente – 2004/2007.

[5] Compõem o Comitê Gestor do Plano representantes dos Ministérios da Educação, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Saúde, Trabalho e Emprego, Justiça, Integração Nacional, Cidades e Esporte.

Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA/SEDH) e do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (FNCA).

4. Juventude

O tema juventude, principalmente no que diz respeito aos jovens maiores de 18 anos, só passou a ser considerado como foco da ação pública e social em meados da década de 90. Essa inserção deve-se a fatores como o aumento da violência nas grandes cidades, o crescente índice de desemprego e, principalmente, a ausência de perspectivas de grandes mudanças sociais no curto prazo para esse público, que exigiam soluções para o enfrentamento da exclusão da qual os jovens eram vítimas e não protagonistas. A questão ganhou visibilidade, ainda, pela intensificação da presença de atores juvenis e organizações da sociedade civil que passaram a demandar a execução de políticas específicas para a juventude.

Nesse sentido, a condução de uma política nacional de juventude, de alcance estratégico, pressupõe uma atuação integrada e transversal em sua implementação, gestão e avaliação, de forma que as políticas públicas de juventude não representem apenas uma agregação de ações desconexas em cada Ministério.

Assim, com o objetivo de investir na população jovem, criando condições necessárias para o rompimento do ciclo de reprodução das desigualdades, o atual governo aprovou, em março de 2004, a constituição de um Grupo Interministerial, sob responsabilidade da Secretaria Geral da Presidência da República, com a participação de 19 Ministérios, Secretarias e órgãos técnicos especializados, para a elaboração de um diagnóstico das condições sociais da população de 15 a 24 anos e o mapeamento das ações governamentais que focalizem os jovens como público-alvo, tendo em vista a indicação de desafios a serem enfrentados por uma política nacional para a juventude.

Os trabalhos do Grupo Interministerial da Juventude deram origem à implantação da Política Nacional de Juventude, criada pela Medida Provisória nº. 238 em 1º de fevereiro de 2005 e regulamentada pela lei n°. 11.129 em 30 de junho de 2005. A Política Nacional de Juventude compreende:

- O **Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária** (**ProJovem)**, voltado para o segmento juvenil mais vulnerável e que visa a atender os jovens de 18 a 24 anos que não concluíram a oitava série do ensino fundamental e não têm vínculos formais de trabalho.
- A **Secretaria Nacional de Juventude**, estrutura específica dedicada ao tema e responsável pela: (a) formulação, supervisão, coordenação, integração e articulação das políticas públicas para a juventude; e (b) articulação, promoção e execução de programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados para a implementação de políticas para a juventude.
- O **Conselho Nacional da Juventude**, órgão colegiado integrante da estrutura básica da Secretaria-Geral da Presidência da República, composto por representantes de órgãos governamentais, organizações juvenis, organismos não-governamentais e personalidades reconhecidas pelo seu trabalho com jovens. O Conselho atua no assessoramento ao governo federal para a implantação de políticas públicas voltadas para os jovens,

na realização de estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica e cultural juvenil e na promoção de encontros, seminários e outros eventos que propiciem o debate sobre o tema juventude. O Conselho Nacional da Juventude é um espaço de diálogo entre a sociedade civil, o Governo e a juventude brasileira.

O ProJovem é, atualmente, executado em parceria com as prefeituras das 27 capitais brasileiras mais o Distrito Federal, além de 14 Municípios. Em 2005, os cursos oferecidos pelo ProJovem obtiveram parecer favorável da Câmara de Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação, como um curso experimental, com base no artigo 81, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Isto significa que a participação nos cursos oferecidos no âmbito do programa possibilita o recebimento da certificação de conclusão do ensino fundamental e da qualificação profissional (formação inicial).

5. Pessoa com Deficiência

O termo Pessoa com Deficiência é o que melhor define a condição da pessoa que nasceu com algum tipo de deficiência ou o adquiriu, entendida a deficiência como "toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano"[6]. Não se trata aqui de apresentar um termo politicamente correto, mas de fazer refletir a terminologia utilizada sobre as mudanças de mentalidade relativas ao tema, incorporando os avanços obtidos. De acordo com o Manual de Mídia Legal[7], "partir da certeza de que TODOS somos diferentes, não existem os *especiais*, os *normais*, os *excepcionais*, o que existe são pessoas com deficiência".

Dessa forma, os termos "portador" e "deficiente" devem ser evitados, de acordo com o mesmo Manual. Enquanto o primeiro termo enseja que as pessoas portam uma deficiência como portam uma bolsa, o segundo induz à idéia de que a pessoa inteira é deficiente, qualificando o todo pela parte. Cabe ressaltar, porém, que a Constituição Brasileira e alguns normativos legais ainda utilizam o termo "pessoa portadora de deficiência", o que permite sua utilização dado o contexto jurídico. De forma análoga, o termo "portador de necessidades especiais", embora inadequado por sugerir uma visão excludente da pessoa com deficiência, pode ser utilizado na área educacional como indicativo de necessidades educacionais que requerem técnicas pedagógicas diferenciadas. Neste caso, este tipo de recurso deve ser disponibilizado para quaisquer alunos e, por isso, não está necessariamente vinculado à deficiência.

Os primeiros registros de preocupação com a efetiva integração da pessoa com deficiência surgem a partir da década de 1980. Neste momento, as políticas assistencialistas vigentes são questionadas e cresce a demanda por políticas de garantia de inclusão ativa, viabilizando a integração das pessoas com deficiência na sociedade de maneira digna e participativa. Nesse contexto, embora a Emenda

[6] Decreto nº. 3.298/99, art. 3º, inciso I.

[7] O Manual da Mídia Legal faz parte de uma série de publicações da ONG Escola de Gente que, desde 2002, dedica-se a qualificar a mídia brasileira na abordagem do tema de inclusão de pessoas com deficiência na sociedade. Manual da mídia legal: jornalistas e publicitários mais qualificados para abordar o tema inclusão de pessoas com deficiência na sociedade. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

nº. 12 à Constituição Federal de 1967, promulgada em 1978, seja considerada um dos maiores avanços relativos à proteção específica desse grupo social no Brasil, a Constituição Federal de 1988 tem o mérito de detalhar o texto anterior e adicionar novos direitos.

Após a promulgação da Constituição de 1988, várias leis e decretos foram promulgados com o objetivo de assegurar a mudança de paradigmas existentes nas questões relacionadas às pessoas com deficiência, tais como a Lei nº. 7.853/89, o Decreto nº. 3298/99 e as Leis nº. 10.048/00 e 10.098/00. Estas últimas, regulamentadas pelo Decreto nº. 5.296/04, ampliaram o conceito de acessibilidade, indo além da supressão de barreiras físicas e englobando aspectos como a superação de barreiras na comunicação e informação, nos sistemas de transporte público coletivo e, de forma mais abrangente, buscando a eliminação de qualquer tipo de preconceito e atitudes discriminatórias.

Os dados do último censo demográfico do IBGE, realizado em 2000, constataram que a questão da deficiência no Brasil atinge diretamente 14,48% e indiretamente 43,44% do conjunto da população, ultrapassando a estimativa da Organização Mundial da Saúde. Em números absolutos, trata-se, respectivamente, de 24,6 milhões e 73,8 milhões de pessoas.

Os direitos das pessoas com deficiência ganham caráter transversal na medida em que são os mesmos previstos para todos os cidadãos, diferindo apenas no que diz respeito às adequações necessárias para que sejam exercidos. Dessa forma, a verdadeira inclusão pressupõe a atuação conjunta e integrada dos diversos setores responsáveis pela implementação de políticas voltadas a esse grupo social, tais como: saúde, educação, trabalho, transporte, lazer, cultura, esporte, acessibilidade, entre outros, sejam eles entes governamentais (em todos os níveis de governo) ou não-governamentais, para que a previsão legal seja efetivamente observada e implantada.

De acordo com o Programa de Ação Mundial para as Pessoas Portadoras de Deficiência, elaborado pela ONU, a freqüência de pessoas com deficiência nas áreas de maior carência está relacionada, fundamentalmente, às condições socioeconômicas do país, que se refletem diretamente sobre a população mais vulnerável. Entende-se por vulnerabilidade as precárias condições de vida, a falta de informação em relação à proteção da saúde, altos índices de doenças infecto-contagiosas e o inadequado atendimento, etc. Embora a pobreza e a marginalização social não sejam exclusivas das pessoas portadoras de deficiência, certamente agem de forma mais cruel sobre elas.

No âmbito do governo federal, a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) é o órgão de assessoria da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, responsável pela gestão de políticas voltadas para integração da pessoa com deficiência. A CORDE orienta a sua atuação em dois sentidos: primeiro no exercício de sua atribuição normativa e reguladora das ações desta área no âmbito federal e segundo, no desempenho da função articuladora de políticas públicas existentes, tanto na esfera federal como em outras esferas governamentais. A Política Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência é, ainda, acompanhada e avaliada pelo Conselho Nacional da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE).

Em 2005, merecem destaque: 1) a participação da CORDE na elaboração da regulamentação da acessibilidade nas telecomunicações e na radiodifusão, segundo estabelece o Decreto nº. 5.296/04; 2) a realização do seminário internacional "Acessibilidade e Inclusão", que promoveu o debate entre especialistas sobre a política nacional de acessibilidade em implementação no país por força do Decreto nº. 5.296/04; e 3) a realização, no Brasil, da VIII Conferência da Rede Intergovernamental Ibero-Americana de Cooperação Técnica (RIICOTEC) que contou com a participação de representantes dos governos de 21 países. Nessa ocasião, o Brasil foi premiado com o "Segundo Prêmio Anual de Reconhecimento" pelos esforços envidados no país para o desenvolvimento de políticas públicas e promoção da inclusão das pessoas com deficiência.

Análise dos Resultados

A Avaliação Anual do Plano Plurianual (PPA 2004-2007) contempla em sua metodologia a etapa denominada Avaliação Setorial, realizada pelas Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOAs) dos Ministérios, sob a orientação das respectivas Secretarias-Executivas. A finalidade desta etapa é avaliar a gestão do conjunto dos programas e a contribuição e adequação dos resultados e da concepção dos programas aos objetivos setoriais estabelecidos pelos Ministérios.

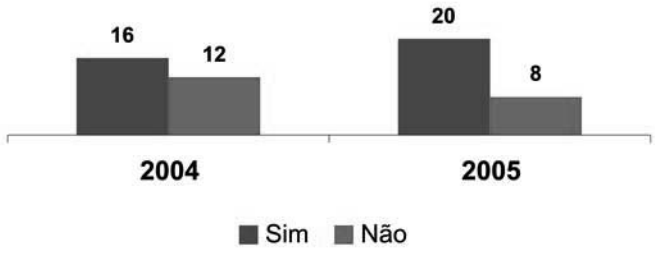
O roteiro da Avaliação Anual do PPA, exercício 2005, ampliou o escopo das questões que já haviam sido trabalhadas na avaliação de 2004. Assim, além da abordagem pelos órgãos setoriais dos temas gênero e raça nas políticas, nos programas e nas ações do PPA, foram incluídos quesitos sobre temas como pessoas com deficiência e criança e juventude. A finalidade das questões era conhecer a presença desses temas na formulação e implementação dos programas do PPA, visando ao seu aperfeiçoamento.

A consolidação das informações fornecidas pelos Ministérios setoriais no que diz respeito aos temas transversais será apresentada a seguir. Para os temas gênero e raça foi possível realizar uma análise comparativa entre os anos 2004 e 2005.
A ausência de preenchimento ou envio da avaliação setorial por parte do Ministério das Relações Exteriores e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 2004, do Ministério da Saúde (MS) em 2005, e do Ministério do Turismo (MTur) nos dois anos, prejudicou a análise por não retratar o universo das ações de governo implementadas.

Deve-se fazer também uma ressalva com relação às informações do Ministério do Meio Ambiente (MMA) sobre os temas gênero e raça ao informar que "os princípios do desenvolvimento ambientalmente sustentável requerem que sejam contemplados esses temas no âmbito das políticas executadas pelo MMA. Tanto é assim que, além de esses temas serem tratados nos diversos programas do MMA, inclusive com ações especificamente dirigidas, por exemplo, aos quilombolas, aos indígenas e às quebradeiras de coco, o Ministério executa, também, um programa especificamente dirigido às comunidades tradicionais". Em função disso, considerou-se que todos os programas e ações do MMA contemplam os temas de gênero e raça. Contudo, essa informação reflete muito mais um tratamento transversal da política do Ministério do que propriamente a sua programação.

Primeiramente, os Ministérios foram questionados quanto à contemplação dos temas transversais em suas políticas setoriais. Dos 28 Ministérios que realizaram a avaliação setorial em 2004, 57% afirmaram que consideravam os temas transversais em suas políticas setoriais. Os resultados para 2005 mostram que houve uma melhoria significativa, uma vez que, dos 28 Ministérios que realizaram a avaliação setorial, 71% informaram que os temas transversais eram contemplados em suas políticas setoriais[8].

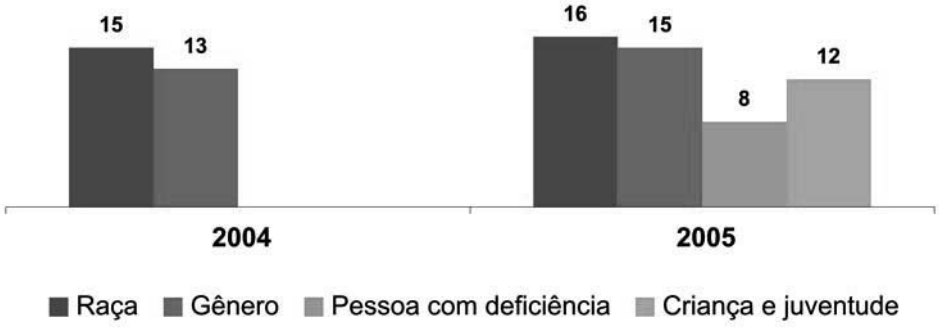
Ministérios que contemplam em suas políticas setoriais os temas transversais



Fonte: Sigplan

A análise por tema transversal revela que a quantidade de Ministérios que contemplam os temas gênero e raça foi praticamente a mesma em 2004 e 2005. Constata-se que, em 2004, dentre os ministérios que afirmaram contemplar temas transversais nas suas políticas setoriais, cerca de 94% e 81% abordaram as questões de gênero e raça, respectivamente. Em 2005[9] esses percentuais correspondem a 75% e 80%, respectivamente. Cabe ressaltar que essa diferença entre os resultados de 2004 e 2005 pode ser explicada pelo aumento do universo de ministérios que contemplaram em suas políticas os temas transversais em 2005, devido à consideração dos temas criança e juventude e pessoa com deficiência. Por outro lado, os resultados de 2005 são menos expressivos para os temas pessoa com deficiência e criança e juventude (40% e 60%, respectivamente).

Ministérios que contemplam em suas políticas setoriais temas transversais (por tema)



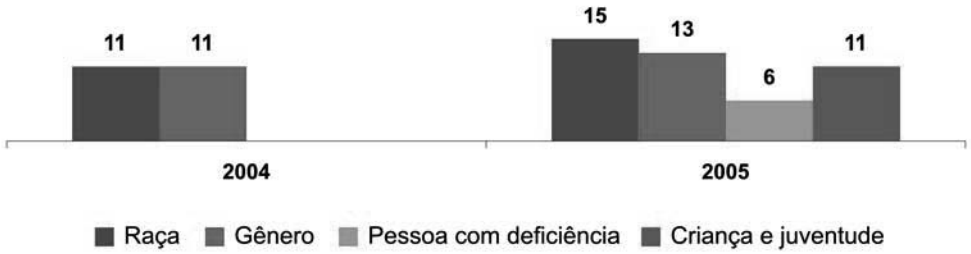
Fonte: Sigplan

[8] Ressalte-se que, em 2005, foram considerados os temas pessoa com deficiência e criança e juventude, além dos temas gênero e raça.

[9] Conforme ressaltado, os resultados de 2005 não contemplaram a programação dos Ministérios do Desenvolvimento Social, da Saúde e do Turismo.

A avaliação setorial questionou, ainda, sobre a forma como esses temas estão contemplados nas políticas dos Ministérios. A maioria dos Ministérios cujas políticas consideram os temas transversais possui ações no PPA voltadas para esses temas. Cabe destacar que, em 2005, houve um aumento de 18% e 36% na quantidade de Ministérios que possuíam ações no PPA voltadas para os temas gênero e raça, respectivamente, em comparação com 2004. Em 2005, dos Ministérios que contemplaram nas suas políticas o tema pessoa com deficiência, 75% possuíam ações no PPA voltadas para esse tema. Em relação ao tema criança e juventude, esse percentual aumenta para 92%.

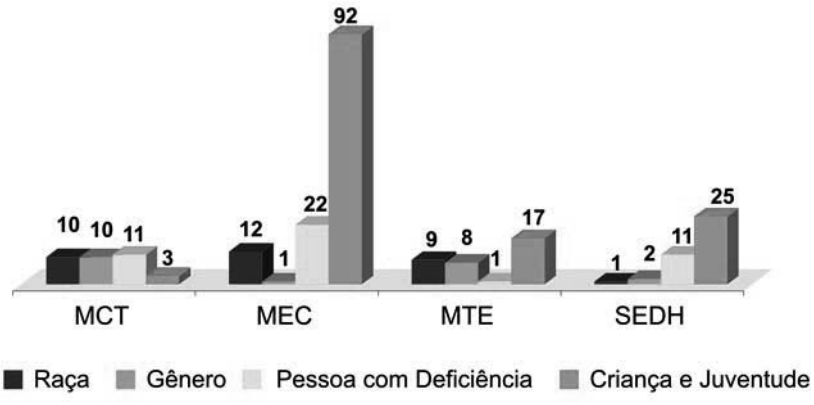
Ministérios que possuem ações voltadas para os temas transversais contempladas no PPA



Fonte: Sigplan

Por último, cabe destacar que, em 2005, apenas 4 órgãos setoriais (MEC, SEDH, MTE e MCT) possuíam ações no PPA que contemplavam todos os temas transversais que foram abrangidos nesta avaliação. O número de ações contempladas nesses órgãos, considerando-se as perspectivas de gênero, raça, pessoa com deficiência e criança e juventude, foi de 127 no MEC, 39 na SEDH, 35 no MTE e 34 no MCT. O gráfico abaixo apresenta a distribuição das ações por tema em cada órgão.

Ministérios que contemplaram temas transversais priorizados pelo Governo Federal - 2005



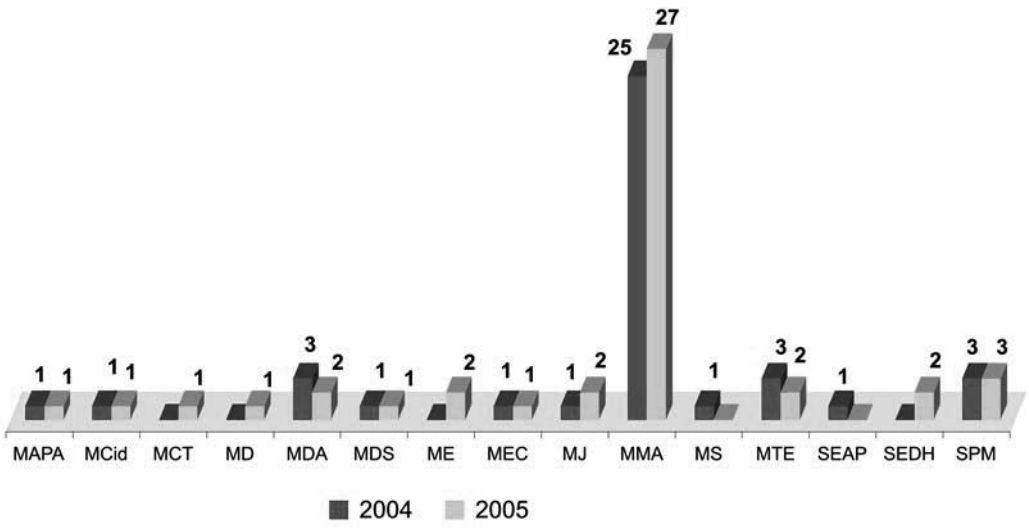
Fonte: Sigplan

1. Gênero

Em 2004, 41 programas do PPA (239 ações) consideraram o tema gênero na sua concepção e ou implementação, o que representa 11% do total de programas avaliados

no ano, enquanto que, em 2005, essa quantidade aumentou para 46 programas (344 ações), correspondendo a 12% dos programas avaliados.

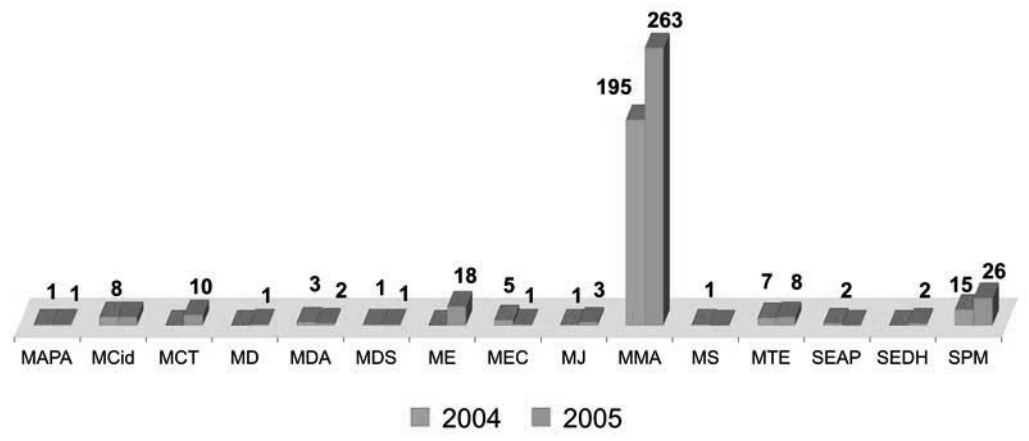
Número de programas em que o tema Gênero está contemplado (por Ministério)



Fonte: Sigplan

Cabe destacar que a participação do tema foi significativa no âmbito dos programas e ações dos Ministérios das Cidades, do Desenvolvimento Agrário, do Esporte, do Meio Ambiente, do Trabalho e Emprego e das Secretarias Especiais de Agricultura e Pesca, de Direitos Humanos e de Políticas para as Mulheres.

Número de ações em que o tema Gênero está contemplado (por Ministério)

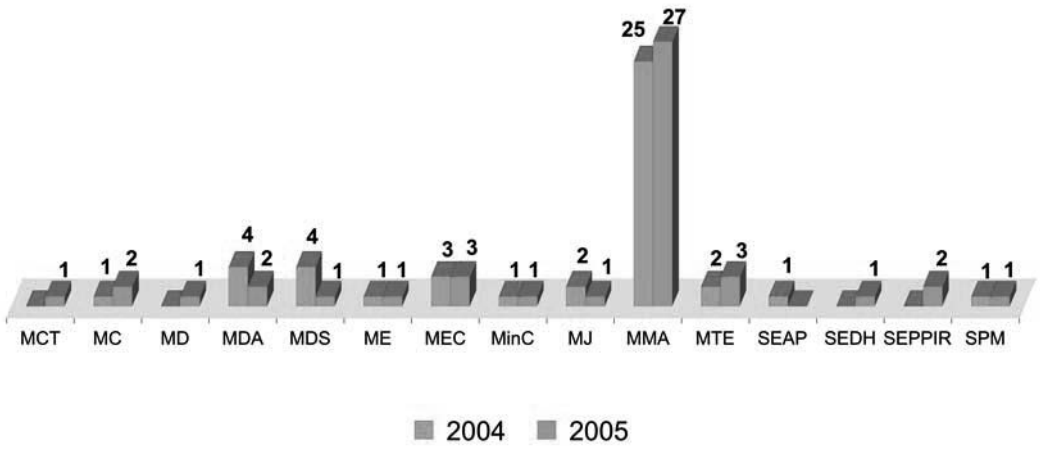


Fonte: Sigplan

2. Raça

Da mesma forma, a análise mostra que a abordagem do tema raça, em 2004 e 2005, ocorreu em 12% dos programas avaliados (45 em 2004 e 47 em 2005). Em termos de ações, essa participação aumentou de 268 em 2004 para 382 em 2005.

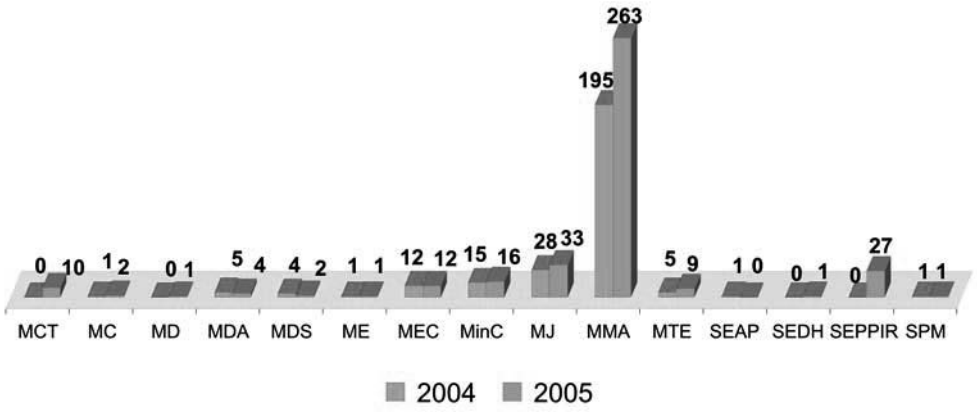
Número de programas em que o tema Raça está contemplado (por Ministério)



Fonte: Sigplan

Os órgãos que se destacaram em relação à participação do tema raça no âmbito dos seus programas e ações foram os Ministérios do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento Social, da Educação, do Meio Ambiente, do Trabalho e Emprego e as Secretarias Especiais de Agricultura e Pesca, de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres.

Número de ações em que o tema Raça está contemplado (por Ministério)



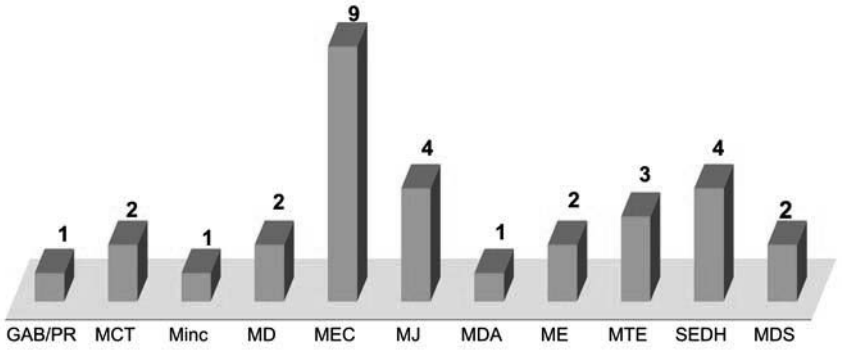
Fonte: Sigplan

3. Criança e Juventude

Quanto ao tema criança e juventude, o resultado da análise da questão demonstra que 31 programas (8,4%), por meio de 183 ações, contemplam os temas criança e/ou juventude em sua implementação. É importante destacar que os Ministérios da Saúde e do Turismo, que não preencheram e ou não enviaram a avaliação setorial, são Ministérios que possuem um número representativo de ações voltadas para esse público alvo. A figura abaixo demonstra a participação dos temas criança e ou juventude na programação dos Ministérios, considerando-se apenas as respostas obtidas na avaliação setorial.

Assim, considerando-se a participação destes temas no conjunto total de programas dos órgãos avaliados, merecem destaque o Ministério da Educação (64,29%); a Secretaria Especial de Direitos Humanos (44,44%); o Ministério do Esporte (33,33%) e o Ministério do Trabalho (30%). Esta distinção é ratificada pelo número de ações presentes nestes Ministérios.

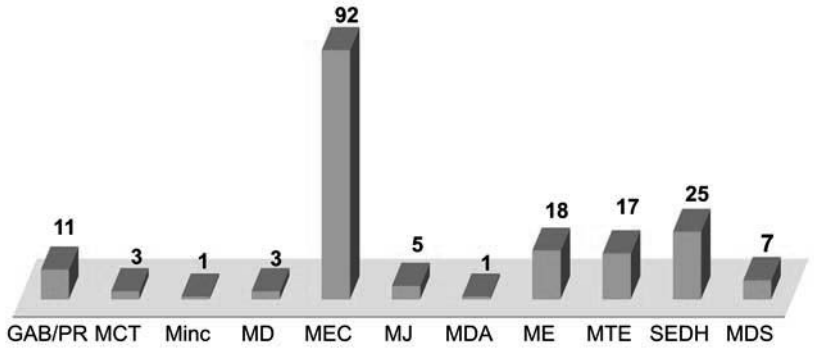
Número de programas em que o tema Criança e Juventude está contemplado (por Ministério)



Fonte: Sigplan

Em 2005, o Plano Presidente Amigo da Criança considerou 183 ações, distribuídas em 40 programas do Plano Plurianual, como ações necessárias ao alcance de 5 compromissos voltados para o atendimento de crianças e adolescentes: Promoção de Vidas Saudáveis, Promoção de Educação de Qualidade, Proteção contra Abuso, Exploração e Violência e Combate ao HIV/AIDS. O tema juventude, por sua vez, coordenado pela Secretaria Nacional de Juventude, esteve contemplado em 17 programas do governo federal.

Número de ações em que o tema Criança e Juventude está contemplado (por Ministério)

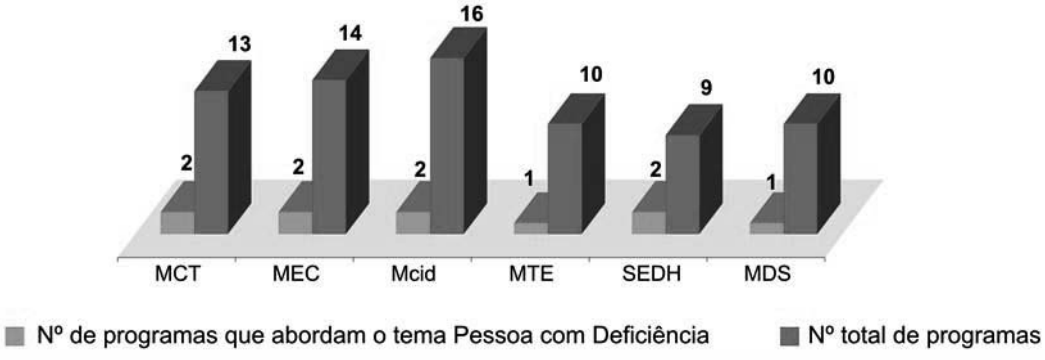


Fonte: Sigplan

4. Pessoa com Deficiência

Dos 20 Ministérios que informaram contemplar os temas transversais em sua programação, apenas 6 referiram-se à incorporação da pessoa com deficiência em sua política diretamente, como demonstra a figura a seguir. De forma análoga ao ocorrido com os demais temas, a ausência de avaliações setoriais de alguns Ministérios prejudicou a análise quantitativa e qualitativa da questão.

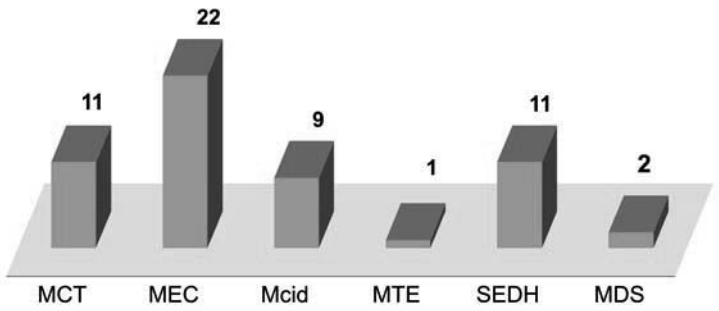
Participação do tema Pessoa com Deficiência no conjunto de programas dos Ministérios



Fonte: Sigplan

Em 2005, de acordo com o levantamento realizado pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, constavam do Plano Plurianual cerca de 19 programas que atendem à pessoa com deficiência em pelo menos uma de suas ações, totalizando 61 ações. Destas, 38 têm este grupo social como beneficiário direto, enquanto que nas outras 23, este grupo integra o público-alvo do programa.

Número de ações em que o tema Pessoa com Deficiência está contemplado (por Ministério)



Fonte: Sigplan

Conclusões

A análise das desigualdades sociais brasileiras, bem como a formulação de políticas destinadas a combatê-las, não podem prescindir das dimensões de gênero, raça e etnia, criança e adolescente, juventude, pessoa com deficiência, entre outras. As ações de redução das desigualdades e de inclusão social devem permear amplo conjunto de áreas ou setores de governo, ultrapassando o tratamento setorial das políticas públicas, a partir do princípio da transversalidade. Os resultados da avaliação da gestão setorial dos Ministérios são fontes de informações para a análise avaliativa do grau de adesão e gestão de temas transversais nos programas do PPA 2004-2007. O presente relatório evidencia avanços para a gestão pública em determinadas áreas, dado que alguns Ministérios incorporaram o enfoque transversal nas suas políticas.

A avaliação setorial, entretanto, não foi capaz de demonstrar efetivamente como os Ministérios estão refletindo esse enfoque nos programas e ações do PPA. Outros instrumentos têm demonstrado uma realidade diferente, tais como o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, o Plano Presidente Amigo da Criança e o levantamento realizado pela SPI acerca dos programas e ações existentes no PPA que atendem à pessoa com deficiência. De qualquer forma, a avaliação setorial obteve êxito, pois evidenciou uma incipiente cultura de planejamento baseada na problematização e na abordagem transversal desses temas.

Pode-se argüir que a inclusão dessas temáticas no processo de elaboração do PPA ainda se mostra insuficiente para atender às especificidades de cada tema. Como resultado disso tem-se programas e ações governamentais abrangentes e universais que não levam em consideração os papéis socialmente diferenciados e, conseqüentemente, o impacto das políticas sobre cada grupo específico da sociedade. Tais deficiências geram uma grande dificuldade de mensuração e avaliação dos resultados da ação governamental orientada no sentido de promover a eqüidade.

Nesse contexto, a abordagem transversal apresenta-se como um importante instrumento de aperfeiçoamento do planejamento e gestão de políticas públicas, pois possibilita o recorte do público-alvo e indica o nível de atendimento de grupos específicos; requer uma atuação integrada por parte dos Ministérios, evitando sobreposições e ou fragmentações e promovendo a complementaridade de programas e ações governamentais; e permite um melhor dimensionamento da atuação governamental e a identificação de eventuais lacunas.

Por outro lado, cabe ressaltar que a participação dos temas transversais na programação dos órgãos não deve necessariamente estar associada à existência de programas ou recursos orçamentários com rubricas destinadas ao atendimento de públicos-alvos específicos, uma vez que tal visão causaria a pulverização de recursos e, conseqüentemente, maiores dificuldades para a gestão orçamentária. Além disso, a efetiva inclusão das temáticas pressupõe o recorte destes públicos-alvos nas políticas implementadas pelos diversos Ministérios e na gestão dos programas do PPA, cujas ações podem apresentar finalidades mais abrangentes.

Em face das questões apontadas, a gestão transversal apresenta-se como um dos grandes desafios para a administração pública. Grandes avanços já foram obtidos na promoção da transversalidade de alguns temas, como a criação de Secretarias Específicas[10] para a coordenação das políticas de gênero, raça, direitos humanos, além da Secretaria Nacional de Juventude. O próximo passo, agora, é influenciar o planejamento dos programas e ações nos diversos setores, de forma a que os temas transversais estejam presentes no desenho, na implementação, no monitoramento e na avaliação dessas políticas públicas. Conseqüentemente, será possível, inclusive, a análise do orçamento e do gasto público, sob a mesma ótica, bem como a avaliação do impacto dessa atuação sobre as condições de vida de públicos específicos.

[10] Secretaria Especial de Direitos Humanos – SEDH; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM; Secretaria Especial para a Promoção de Políticas de Igualdade Racial - SEPPIR.



Avaliação dos Programas



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Abastecimento Agroalimentar
Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário
Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico
Desenvolvimento da Avicultura
Desenvolvimento da Bovideocultura
Desenvolvimento da Caprinocultura, da Eqüideocultura e da Ovinocultura
Desenvolvimento da Economia Cafeeira
Desenvolvimento da Fruticultura - Profruta
Desenvolvimento da Heveicultura
Desenvolvimento da Horticultura
Desenvolvimento da Suideocultura
Desenvolvimento das Culturas de Cereais, Raízes e Outras Espécies Vegetais
Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas e lantas Fibrosas
Desenvolvimento do Complexo Agroindustrial Sucroalcooleiro
Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural
Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau
Gestão da Política Agropecuária
Manejo e Conservação de Solos na Agricultura
Minimização de Riscos no Agronegócio
Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social
Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio
Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários
Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários
Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Sumário Executivo

Em 2005, do total previsto para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, foram utilizados R$ 4,2 bilhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir.

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 5.593.073.395,00	**Realizado orçamentário[1]:**	R$ 4.210.696.469,00
Recursos não orçamentários previstos:	-	**Realizado não orçamentário:**	-
Total previsto:	R$ 5.593.073.395,00	**Total realizado:**	R$ 4.210.696.469,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R$ 211,4 milhões inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R$ 168,6 milhões:

Principais Resultados

Com clima diversificado, energia solar abundante e quase 13% de toda a água doce disponível no planeta, o Brasil pode acrescentar 136 milhões de hectares (ha) em área cultivada sem derrubar uma única árvore da floresta amazônica. Deste total, 106 milhões de ha podem ser plantados sem impactos e 30 milhões de ha com integração lavoura-pecuária e recuperação de pastagens degradadas. Esses fatores fazem do país um lugar de vocação natural para a agropecuária e para todos os negócios relacionados às suas cadeias produtivas. Os principais resultados obtidos pelo conjunto dos programas do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento em 2005 a serem destacados foram:

- O agronegócio é responsável pela manutenção do superávit da balança comercial brasileira, participando com 30% do PIB de R$ 508,27 bilhões, 40% das exportações em um total de US$ 42,1 bilhões, 37% dos 34,3 milhões de empregos, sendo 17,7 milhões somente no campo, contribuindo significativamente para a redução dos índices de desemprego. No período, destacam-se as exportações de soja com US$ 9 bilhões e carnes com US$ 7,8 bilhões, sendo que a carne bovina somou US$ 3 bilhões, o frango US$ 3,3 bilhões e os suínos em torno de US$ 1,1 bilhão.
- Os recursos programados para custeio e comercialização da agricultura comercial na safra 2005-2006 somam R$ 33,2 bilhões, superando em 15,5% o volume programado da safra anterior.
- Alto índice de acerto nas previsões do tempo (85%) contribuiu para minimizar os riscos de perda da produção agrícola decorrente da ação de eventos climáticos do agronegócio.

[1]. A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

- O país ocupa o primeiro lugar no ranking mundial de produção e exportação de açúcar, álcool, suco de laranja e café, e o primeiro lugar em exportação de carne bovina, frango, soja e tabaco.
- Manutenção das condições sanitária e industrial nos segmentos produtivos, propiciando maior aceitação dos produtos agrícolas brasileiros no mercado internacional.
- Aquisição de 335.160,74 toneladas de produtos alimentares, beneficiando 81,2 mil agricultores familiares.
- Geração de 150 novas cultivares, realização de 240 monitoramentos e zoneamentos agropecuários e lançamento de 160 novas metodologias científicas de trabalhos que contribuíram para o desenvolvimento do agronegócio, em bases sustentáveis, para o planejamento e para o desenvolvimento territorial.
- Incremento de 10% nas exportações FOB das cooperativas, ou seja, de US$ 2 bilhões em 2004 para US$ 2,2 bilhões em 2005.
- Conclusão do marco regulatório do Programa de Biodiesel e instalação do Pólo Nacional de Biocombustíveis.
- Criação do Conselho Agropecuário do Sul, foro importante de coordenação de políticas agrícolas da região, com participação dos Ministros de Agricultura da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.
- Melhoria na segurança da gestão e nos mecanismos de combate e prevenção da corrupção, através da coordenação e agilidade aos procedimentos que tratam dos desvios da conduta funcional.
- Formação, aperfeiçoamento e desenvolvimento de 1.413 pessoas.

Aspectos Relevantes

O atingimento dos resultados foi prejudicado pelas restrições identificadas a seguir: descompasso entre a programação física e a execução financeira; recursos financeiros liberados de forma inoportuna; dificuldades na formalização de convênios; falta de integração com outros órgãos governamentais no que concerne à fiscalização de produtos agropecuários; carência de Fiscais Federais Agropecuários; ausência de indicadores internos vinculados aos principais processos de trabalho do órgão; integração deficiente entre a estrutura gerencial do PPA e a estrutura funcional do órgão; comunicação interna deficiente.

Recomendações

- Melhorar os processos internos para celebração de convênios do Ministério, de modo a conferir maior celeridade administrativa ao andamento das propostas.
- Melhorar a infra-estrutura material e de pessoal dos sistemas de defesa sanitária dos Estados, principalmente na Região Norte, e a infra-estrutura de apoio dos órgãos de fiscalização do trânsito estadual e internacional.
- Contratação e capacitação de técnicos e fiscais federais agropecuários.
- Melhorar os instrumentos de coordenação e de gerenciamento do conjunto de programas do PPA.
- Melhorar a estrutura organizacional, o arranjo do setor e a coordenação setorial.
- Melhorar o relacionamento com os beneficiários e a sociedade.

- Melhorar a gestão das informações utilizadas pela coordenação para o gerenciamento setorial.
- Melhorar os processos administrativos do órgão setorial (gestão de pessoas, gestão orçamentária e financeira e gestão de suprimentos).
- Elaborar indicadores de processos finalísticos e de apoio à gestão do órgão.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade do pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Abastecimento Agroalimentar

Objetivo

Contribuir para a expansão sustentável da produção, por meio da geração de excedentes para a exportação e da atenuação das oscilações de preços recebidos pelos produtores rurais e formar e manter estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno e para a segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

Público-Alvo

Segmentos produtivos das cadeias do agronegócio, agricultores familiares, assentados da reforma agrária e famílias em situação de risco nutricional, comunidades tradicionais e do setor varejista.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 4.168.811.369,00	Empenho Liquidado: R$ 3.222.551.368,00 Pago estatais: - Total: R$ 3.222.551.368,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 5.849.941.000,00	R$ 8.869.950.931,00

Indicador(es)

1. Margem de Disponibilidade de Algodão em Pluma

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 32 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 16

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice apurado em 2005 apresentou um aumento em relação a 2004, uma vez que o consumo aparente de algodão em pluma, equivalente a 900 mil t, foi inferior, e o estoque de passagem, 288,5 mil t, superior. Em dezembro de 2005, os estoques públicos representavam 2% do estoque final, ou seja, 4,6 mil t, correspondendo a 1,8 dia de consumo.

2. Margem de Disponibilidade de Arroz em Casca

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 17 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 9

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Em 2005, o consumo de arroz em casca foi de 12,9 milhões t, contra 12,66 milhões t em 2004. Os estoques finais registravam 2.134.550 t, 41,6% a mais que em 2004. O estoque governamental, de 926,9 mil t, representava 43% do total e corresponde a 26 dias de consumo.

3. Margem de Disponibilidade de Milho

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 8 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 10

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice apurado em 2005, a partir da relação percentual entre a quantidade estocada de milho e o consumo aparente, foi de 8%, que, comparado ao ano de 2004, apresentou uma redução de 60%, uma vez que o consumo aumentou em 2,36%, e os estoques de passagem apresentaram uma redução de 57,55%. Os estoques públicos, 1.975.516 t, representam 60% dos estoques finais e correspondem a 18 dias de consumo.

4. Margem de Disponibilidade de Trigo

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 12 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Em 2005, o consumo de trigo em grãos foi de 10.333.000 t, apresentando um acréscimo de 1,56% em relação a 2004. Os estoques de passagem registraram um aumento correspondente a 194%.

Os estoques governamentais, 1.050.500 t, representavam 85% do estoque final, correspondendo a 37 dias de consumo.

5. Produção Nacional de Grãos

Unidade de medida: Milhão de tonelada
Último índice apurado: 113,5 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 152,9

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A produção nacional de grãos da safra 2004/2005 foi de 113,5 milhões t. A previsão à época da elaboração do PPA foi de 138,6 milhões t, tendo sido revista em agosto de 2004 para 131,9 milhões t e, em agosto de 2005, foi revisada para 113,7 milhões t. A redução na produção equivalente a 22% comparativamente a estimativa inicial e decorreu principalmente dos problemas da estiagem ocorrida na região sul, especialmente no Rio Grande Sul, provocando uma quebra de safra notadamente de milho.

6. Taxa de Variação da Renda dos Produtores Agropecuários

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -4 em 2005 (estimado)
Índice previsto ao final do PPA: 7

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Para 2005, o valor ainda não foi fechado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mas, caso se repita o comportamento do último trimestre de 2005, o Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário deverá ficar em torno de R$ 152,6 milhões, representando uma redução equivalente a 4% em relação a 2004, provocada principalmente pela quebra da safra de produtos importantes, como milho, algodão, café, laranja, arroz e fumo.

Outro fator importante que abalou o setor agropecuário foi o surto de febre aftosa, retraindo a produção de carnes suína e bovina.

7. Taxa de Participação dos Produtos da Agricultura Familiar nas Aquisições do Governo Federal

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 11 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 8,38

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
No que se refere a 2005, o índice apurado foi de 11%, sendo que o total de aquisições da agricultura familiar foi de 335.161 t (incluindo as compras locais) e as demais aquisições governamentais (AGF e Contrato de Opção de Venda) foi de 2,6 milhões t de diversos produtos agrícolas. Em relação à previsão inicial, houve um aumento bastante significativo, mas certamente inferior ao volume de aquisições demandadas pelo setor.

Contextualização

A agropecuária é uma atividade de risco, sujeita a indefinições climáticas. Além do risco na produção, há também muitas incertezas quanto à comercialização, atingindo mais de perto os segmentos que produzem em menor escala e de forma menos organizada, devido à concorrência dos grandes produtores e criadores e do mercado externo.

A presença do governo é fundamental para: garantir a permanência do homem no campo, reduzindo o êxodo rural e as tensões sociais, além de disponibilizar maior quantidade de alimentos para suprir carência alimentar; contribuir para a estabilidade do sistema econômico e a oferta de alimentos para a população; e assegurar aos produtores rurais preços mínimos de comercialização.

Principais Resultados

- Aquisição de 2,6 milhões t, sendo 922,8 mil t pelo exercício dos Contratos Públicos de Opção de Venda (345,9 mil t de arroz em casca e 576,8 t de trigo em grãos), e pelas AGFs 1,7 milhão t (4,9 mil t de algodão em pluma, 566,8

mil t de arroz em casca, 637,1 mil t de milho em grãos e 481,4 mil t de trigo em grãos).
- Venda, por meio do sistema eletrônico de comercialização da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), de 74,9 mil t de produtos dos estoques públicos.
- Aquisição de 335,2 mil t de produtos, beneficiando 15.445 agricultores.
- Garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

No contexto geral das ações que integram o programa, o cumprimento das metas físicas ocorreu dentro do esperado, destacando que, das 15 ações finalísticas, 7 (37%) superaram as metas físicas fixadas e 1 (5%) executou 100% do previsto.
No que se refere aos benefícios concedidos aos empregados da CONAB, das 4 ações, 2 cumpriram 97% do programado.

Em relação à ação "Formação dos Estoques Públicos", a meta física atingiu 65% do programado. Caso a liberação de recursos financeiros pelo Ministério da Fazenda (MF) correspondesse ao montante necessário, certamente a meta teria sido cumprida, principalmente em função da difícil situação de alguns produtos agrícolas amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), como o arroz, milho e trigo, que exigiam uma maior intervenção governamental.

Quanto à concepção do programa, estuda-se a viabilidade/validade de inclusão de 3 ações orçamentárias especificas para o exercício de 2007.

Sugere-se a inclusão da ação "Comercialização da Produção da Agricultura Familiar", visando ao fortalecimento e conseqüente consolidação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Cabe estatutariamente à CONAB a competência da formação e comercialização de estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários.

Propõe-se a ação "Apoio Técnico e Logístico aos Programas e Ações Federais de Segurança Alimentar e Nutricional", visando a explicitar a atuação da CONAB neste sentido, uma vez que é oficialmente a executora operacional da Política de Segurança Alimentar e Nutricional (Fome Zero), conforme Portaria Interministerial MESA/MAPA nº 183, de 14/04/2003, e também do PAA, por meio dos convênios firmados com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e para 2006 com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A Portaria MAPA nº 171, de 24/03/2005, instituiu no âmbito da CONAB o "Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (PROHORT)", com a finalidade de fomentar o desenvolvimento do setor, em interação com os Estados, Municípios e agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição.

De maneira geral, os recursos orçamentários aprovados para o programa foram suficientes, excetuando algumas ações como, por exemplo, a "Aquisição de Produtos Provenientes da Agricultura Familiar", cuja demanda é muito maior do que os recursos disponibilizados, tendo inclusive recebido suplementação orçamentária no decorrer do exercício.

No caso especifico da ação "Formação dos Estoques Públicos", a dotação orçamentária é suficiente, mas o aspecto financeiro é inadequado, pois o Tesouro Nacional, em função do espaço fiscal de atuação, impõe limites bastante restritivos à execução. A liberação de recursos no final do exercício limitou o número de atendimentos aos agricultores e, caso tivesse sido realizada no período em que foi feita a solicitação, as intervenções governamentais teriam resultados mais satisfatórios no ciclo baixista de preços de alguns produtos.

Outra ação que necessita de um volume maior de recursos orçamentários/financeiros é a "Administração da Rede Própria de Armazéns", cuja demanda para atender à aquisição de equipamentos, à reforma e à manutenção da estrutura de armazenagem é sempre superior ao orçamento aprovado.

A ação "Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras" exigia maior dotação para a realização dos cadastramentos e recadastramentos, o que não foi possível, nem mesmo por suplementação orçamentária, cujo processo é bastante moroso e requer, na maioria das vezes, o cancelamento da dotação de outra ação ou aprovação pelo Congresso Nacional, o que normalmente ocorre já no final do exercício, dificultando ou inviabilizando a execução.

No exercício de 2005, a execução orçamentária do programa comportou--se da seguinte forma:

- Computadas as ações não-orçamentárias do Banco do Brasil, a execução foi de 121%, correspondendo a R$ 12,1 bilhões.
- Considerando-se somente as ações da CONAB, MDS e MF, a execução representou 76% da dotação orçamentária disponibilizada (R$ 4,2 bilhões), ou seja, R$ 3,2 bilhões. Este percentual de execução, se excluída a ação relacionada à formação de estoques públicos, cuja atuação está condicionada à conjuntura do mercado de produtos agrícolas e às disponibilidades fiscais e financeiras do Tesouro Nacional, é equivalente a 95%, indicando uma excelente execução orçamentária.

São 4 as ações não orçamentárias, sob responsabilidade do Banco do Brasil, que integram o programa e estão diretamente vinculadas ao desenvolvimento e comercialização da produção agrícola. Em 2005, o volume de recursos financeiros aplicados no programa correspondeu a 73% do total executado, ou seja, dos R$ 12,1 bilhões empenhados, R$ 8,8 bilhões referem-se às ações do Banco do Brasil. As metas programadas para o exercício foram todas superadas. Foram comercializados 62.048 contratos a título de Aval para Venda Antecipada da Produção, alavancando recursos na ordem de R$ 4,4 bilhões. Visando a minimizar os riscos causados pelas variações de preços agrícolas, o Banco do Brasil comercializou 12.145 contratos via mercados futuros e de opções, dando a oportunidade ao produtor rural de planejar melhor sua atividade, pela garantia antecipada de preços de comercialização. Por meio do site de agronegócios, promoveu-se a comercialização de 80.929 contratados, envolvendo R$ 2,3 bilhões. Para os negócios com cooperativas, o volume contratado foi de 15.442 contratos, no valor total de R$ 1,8 bilhão.

O desempenho da execução das ações do programa implementadas em outros ministérios em 2005 foi alto. Ressalta-se o caso do MDS, uma vez que a CONAB é executora operacional de 4 dos 6 instrumentos do "Programa de Aquisição

de Alimentos – PAA". No que se refere às ações do MF, das 7 ações, 2 decorrem dos instrumentos da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, também executados pela CONAB. No que tange, às ações do Banco do Brasil, a atuação é bastante independente, principalmente por tratar-se de ações não-orçamentárias.

Algumas ações contaram com a participação de parceiros não-governamentais, como a "Capacitação da Mão-de-Obra do Setor Armazenador" e a "Organização dos Micros e Pequenos Varejistas", que, em 2005, apresentaram desempenho prejudicado pela reavaliação do projeto.

As principais restrições à execução do programa foram:

- Atraso na liberação de recursos. Além das limitações financeiras, a liberação de recursos para atender às demandas de Aquisições do Governo Federal (AGFs) ocorreu no último bimestre do ano, inviabilizando o atendimento a mais produtores rurais.
- Conflitos decorrentes de outras políticas setoriais. A política econômica vigente conflita com as necessidades do setor agrícola, que têm sua atuação limitada pela obrigatoriedade de geração de superávit primário, o que acarreta em recursos inferiores a demanda.
- Atraso na liberação de recursos ocorre em desconformidade com o calendário agrícola. Quando o recurso é liberado, já há uma defasagem em relação às necessidades do setor.
- Restrições financeiras. Especificamente no caso da ação "Formação dos Estoques Públicos", a dotação orçamentária aprovada na LOA é suficiente, entretanto, não há disponibilidade financeira compatível, uma vez que esta é ditada pelo espaço fiscal definido pelo MF e pelo resultado das vendas dos estoques públicos decorrente da necessidade de regular preços e abastecimento, ou seja, não se coloca à venda produtos agrícolas simplesmente para gerar receita.

Outros Aspectos Relevantes

Liberação de recursos coerente com o calendário agrícola.

Recomendações

- Do total da dotação orçamentária destinada ao programa (R$ 12,1 bilhões), R$ 228,8 milhões foram destinados para a ação "Gestão e Administração do Programa (GAP)", dos quais foram liquidados 99,4%, ou seja, R$ 227,4 milhões.
- O principal objeto de gasto refere-se a pagamento com remuneração de pessoal e respectivos encargos, representando 76,23% do total da GAP. Os demais gastos estão afetos às despesas de funcionamento e manutenção das bases físicas da Companhia e, ainda, a investimentos ligados especialmente à área de informática e de reposição/aquisição de equipamentos não-operacionais e móveis.
- Sua contribuição é fundamental para a implementação das ações finalísticas, pois custeia a infra-estrutura, principalmente dispondo os recursos humanos, tecnológicos e materiais necessários à implementação/execução das ações finalísticas.

Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário

Objetivo

Fomentar a produção agropecuária e facilitar o abastecimento por meio do uso adequado de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas e do provimento de infra-estrutura de produção, armazenagem, processamento e comercialização de produtos de origem agrícola, dando suporte a ganhos de competitividade, à agregação de valor e à melhoria do bem-estar social dos envolvidos em todos os estágios das cadeias produtivas.

Público-Alvo

Produtores rurais e participantes do agronegócio.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 276.666.990,00	Empenho Liquidado: R$ 160.010.395,00 Pago estatais: - Total: R$ 160.010.395,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador

Este programa não possui indicadores.

Contextualização

Destaca-se a necessidade de atendimento das demandas locais, em fortalecimento aos projetos de desenvolvimento agropecuário.

Principais Resultados

- Aquisição de 1.852 equipamentos, como patrulhas mecanizadas, motoniveladoras, tratores, máquinas e implementos agrícolas.
- Apoio a 671 projetos de desenvolvimento do meio rural.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O programa atende a inúmeros Municípios no fornecimento de equipamentos e apoio a projetos no meio rural. A cobertura do público-alvo decorre do número de Municípios atendidos pelo programa, que correspondeu às expectativas. Como medidas de controle das ações, há relatórios internos, atualizados a cada liberação de dotação orçamentária. Grande parte dos contratos, entretanto, são executados pela Caixa Econômica Federal (CEF), com liberações efetuadas no fim do ano de

2005, o que prejudica o monitoramento sobre o desempenho físico das ações.

A ação "Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário" teve 48,2% de liberação da meta financeira, com realização de 50,3% da meta física, e a ação "Mecanização Agrícola", 65,8% de liberação na meta financeira e realização de 68,1% da meta física. Esta informação é baseada nos convênios celebrados diretamente com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e nas informações prestadas pela CEF sobre os convênios por ela executados.

Parte da liberação dos recursos ocorreu entre os dias 26 e 30 de dezembro, causando prejuízo no encaminhamento dos recursos para empenho. Para os convênios do MAPA, sempre há recursos advindos do convenente na forma de contrapartida. As alterações aprovadas pelo Congresso Nacional dificultaram o atendimento dos projetos, pois ampliaram o número de emendas a serem atendidas pela Lei Orçamentária Anual (LOA) 2005, sem previsão de ampliação das dotações orçamentárias.

É necessário maior número de servidores na equipe gerencial e executora. Faltam cursos no âmbito do MAPA para qualificar a equipe gerencial e o quadro de pessoal é formado, em sua maioria, por funcionários terceirizados. Além disso, precisa-se de cursos técnicos para qualificar os servidores que fazem o acompanhamento dos convênios.

O contingenciamento orçamentário atrasa a decisão quanto ao atendimento dos convênios com datas definidas e ocasiona priorização e execução acelerada dos projetos, provocando falhas nos processos. O valor inscrito em restos a pagar causa impacto no orçamento do ano seguinte e o atraso na liberação das parcelas de pagamento dos convênios ocasiona o atraso na prestação de contas.

É comum a situação de inadimplência na maioria dos Municípios proponentes, impedindo a celebração de novos convênios. A execução das ações apresenta resultados positivos e atende ao objeto do programa.

A integração da equipe gerencial do programa com os executores da ação viabilizou a apresentação do relatório final pelo técnico parecerista com o acompanhamento in loco do convênio. Em todos os convênios há técnicos das Superintendências Federais de Agricultura, que fazem acompanhamento e esclarecem dúvidas do convenente quando os mesmos são firmados diretamente pelo MAPA.

Há convênios firmados com sindicatos, associações e cooperativas que têm alcançado excelentes resultados, entretanto, há dificuldade na adequação dos convenentes à nova legislação do pregão eletrônico.

O ministério conta com serviço de ouvidoria que interage com os setores parceiros. Como a ouvidoria foi recentemente implantada, os resultados efetivos ainda não podem ser apurados.

O programa não conta com sistema de avaliação da satisfação dos beneficiários.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações

Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-Orgânico

Objetivo

Aumentar a oferta de produtos orgânicos e sua exportação.

Público-Alvo

Produtores, processadores, distribuidores e consumidores.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 1.987.967,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.177.919,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 1.177.919,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 8.800.000	-

Indicador(es)

1. Taxa de Participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 0,09 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 0,16

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Não informado.

Contextualização

A explosão da demanda por produtos orgânicos ao longo da década de 90, sem que o país estivesse apto a aproveitar as oportunidades geradas pelo mercado e, mesmo, a garantir a identidade e a qualidade dos produtos gerados em sistemas de produção orgânica, motivou a criação do programa.

O consumo de produtos orgânicos começou na década de 90, tornando-se a atividade de maior crescimento na agricultura mundial. Segundo informações do International Trade Centre (ITC), da Conferência das Nações Unidas Sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), as vendas combinadas de alimentos e bebidas orgânicas nos principais mercados consumidores passaram de apenas US$ 2 bilhões em 1989 para US$ 16 bilhões em 1999 e US$ 19 bilhões em 2000. Estima-se que em 2005 esse comércio ultrapasse US$ 31 bilhões. Hoje a agricultura orgânica é desenvolvida, em maior ou menor intensidade, por mais de 130 países

que produzem uma larga variedade de produtos orgânicos. Pode-se dizer que para cada produto convencional existe uma versão orgânica.

A produção orgânica representa uma forma de reduzir a dependência em recursos não-renováveis, evitar o impacto negativo do uso de fertilizantes e pesticidas sintéticos, preservar a diversidade biológica dos ecossistemas naturais e a recomposição ou incremento da diversidade biológica dos ecossistemas modificados em que se inserem as propriedades rurais, utilizando-se de produtos e processos que garantam a sustentabilidade social, ambiental e econômica da atividade agropecuária. Os produtos orgânicos não podem ser diferenciados dos produtos convencionais pela sua aparência, mas pela forma como são produzidos e processados. Daí a necessidade de um sistema de certificação, que possa dar ao consumidor a garantia de que está comprando produtos que foram de fato produzidos de acordo com as normas para produção orgânica.

Para que o Brasil possa se inserir efetivamente no mercado internacional de produtos orgânicos, precisa implementar algumas ações, de forma articulada, que permitam superar alguns entraves. Dentre essas ações, destacam-se: (1) ampliar o número de técnicos capacitados a dar assistência aos produtores que queiram se inserir no sistema, bem como aos demais agentes da cadeia de produção orgânica sobre os mecanismos necessários à produção, processamento, embalagem, estocagem, transporte e comercialização dos orgânicos; (2) transferir aos técnicos e aos produtores os resultados de estudos e pesquisas que proporcionam aos produtores orgânicos brasileiros produtos e processos que tornam a sua atividade mais eficiente e competitiva; (3) manter um sistema oficial de certificação de produtos orgânicos para dar garantias ao consumidor sobre a identidade e qualidade dos produtos e facilitar seu acesso ao mercado internacional; (4) promover e apoiar eventos que possibilitem a divulgação dos produtos orgânicos brasileiros para ampliação de sua colocação no mercado interno e externo; (5) garantir o acesso a crédito, com características diferenciadas, considerando-se as particularidades do sistema de produção orgânica, principalmente no aspecto referente a produtores em processo de conversão do sistema convencional para o orgânico; (6) promover ampla divulgação à sociedade sobre o que é o produto orgânico e como funciona o sistema de certificação brasileiro; (7) implementar ações de fomento que possibilitem a ampliação do acesso a insumos e equipamentos apropriados ao desenvolvimento da agricultura orgânica, entre eles o material genético com características selecionadas para uma maior resposta ao manejo orgânico

Principais Resultados

- Incremento de 10% na "Taxa de Participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira".

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Em função de o processo de regulamentação da Lei nº 10.831/03 ainda não ter sido concluído, não é possível mensurar os números reais associados à definição do índice de desempenho previsto para o programa. Com a regulamentação, será implementado o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica, que conterá o acompanhamento e o controle de todos os produtores orgânicos brasileiros

com as respectivas áreas de produção. Como esse controle ainda não existe, é possível se acompanhar a produção por meio de informações coletadas junto às certificadoras que já atuam no país e de informações repassadas pelas Comissões Estaduais da Produção Orgânica, que as obtêm junto aos órgãos estaduais de agricultura, de assistência técnica e extensão rural e de organizações não-governamentais. Esses dados são importantes, apesar de imprecisos, para a orientação das políticas nas áreas de organização e capacitação, de fomento, de pesquisa e transferência de tecnologia, entre outras.

Ao longo de 2005, foram executadas ações fundamentais para o futuro controle das áreas com produção orgânica, tais como o treinamento de técnicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para atuarem na fiscalização da produção orgânica e a elaboração de manuais operacionais para fiscalizações e auditorias em unidades de produção orgânica, como segue:

- elaboração dos textos referentes à regulamentação da Lei nº 10.831/03, sendo 1 Decreto e 6 Instruções Normativas.
- instalação de 24 Comissões da Produção Orgânica nas Unidades da Federação (CPOrg-UF), representadas por 398 organizações governamentais e não-governamentais.
- criação de 24 Núcleos de Agricultura Orgânica nas Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SFA) e na sede do MAPA, com a participação de mais de 300 técnicos de todos os setores.
- realização de 24 seminários nas unidades da federação, com a finalidade de nivelamento de conceitos em agroecologia, orientações sobre a regulamentação da lei e a formação das Comissões e Núcleos da Produção Orgânica nas Unidades da Federação.
- realização da Semana do Alimento Orgânico, campanha de esclarecimento ao público consumidor, realizada no período de 10 a 16 de setembro, em 18 Estados brasileiros. A campanha abordou direta e indiretamente 700 mil consumidores, por meio de 150 entrevistas e matérias veiculadas em jornais e emissoras de rádio e TV.
- realização do 1º Encontro Nacional de Agricultura Orgânica, com o objetivo de capacitar 90 técnicos do MAPA em registro, inspeção e fiscalização na rede de produção orgânica, no período de 14 a 18 de novembro.
- realização do Encontro Nacional de Educação e Capacitação em Agroecologia e do Sistema de Produção Orgânico, com o objetivo de discutir políticas públicas para educação em agroecologia, realizado no período de 30 de novembro a 2 de dezembro, com a participação de pessoas de diversas entidades.
- realização de 146 palestras em seminários, cursos e oficinas, para um público externo de 32.223 pessoas e interno de 400 técnicos do MAPA.
- celebração de convênio com a Fundação de Apoio à Pesquisa Agropecuária do Estado de São Paulo para a produção de sementes de 3 espécies de adubos verdes (60 ha) e 25 mil cartilhas a serem utilizadas em cursos nas unidades da federação.

É importante ressaltar que o ano de 2005 caracterizou-se pela consolidação do "Pró-Orgânico" na implementação de medidas estruturantes, básicas para a garantia de continuidade e efetividade das suas ações, que permitirão a concretização de seus objetivos. A criação da coordenação de agroecologia na reforma organizacional

do MAPA, a criação das Comissões nas Unidades da Federação e dos núcleos nas Superintendências Federais de Agricultura foi um salto significativo nesse processo.

A ação "Certificação da Produção Orgânica" tem por finalidade manter um sistema oficial de avaliação da qualidade orgânica, para dar garantias ao consumidor e facilitar o acesso desses produtos ao mercado internacional. A execução da ação "Certificação da Produção Orgânica de Alimentos" está diretamente vinculada ao marco legal regulatório da certificação e dos mecanismos de avaliação da conformidade orgânica. A regulamentação dessa lei, iniciada em janeiro de 2004, está em processo avançado de discussão, de forma participativa com entidades públicas e privadas que atuam no setor agropecuário orgânico. Considerando-se a natureza participativa e representativa deste processo, aliada ao fato de que os encaminhamentos são consensuais, pode-se concluir pela satisfação dos beneficiários.

O monitoramento do desempenho físico das ações ocorreu ao longo do ano, com a divulgação quadrimestral das informações, cuja coleta e organização devem ser aprimoradas. Foram realizadas 47 reuniões para a construção dos textos, com o envolvimento de 120 pessoas de diferentes setores.

As ações do programa são executadas pelo MAPA e a ação "Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Produção Orgânica de Alimentos" é executada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Essas ações receberam R$ 1.987.967,00 e executaram R$ 1.177.919,00. Não foram utilizados R$ 810.048,00 do orçamento do programa, visto que metade dos recursos só foram descontingenciados em dezembro, não havendo tempo hábil para sua utilização. O contingenciamento de recursos durante o ano de 2005 impediu o cumprimento dos cronogramas previamente estabelecidos, tendo como conseqüência, em vários casos, a inviabilização de algumas atividades por perda de prazos. Para contornar a situação, foi necessária a realocação de recursos entre ações e a captação de recursos externos, via parcerias institucionais.

Os recursos não-orçamentários foram oriundos de parcerias, principalmente para a realização da Semana do Alimento Orgânico, e imprescindíveis para a amplitude da campanha, realizada em 18 capitais brasileiras, mostrando a importância da captação externa de recursos para ampliar as ações previstas. Em função de questões tecnológicas e da revisão da linha de financiamento BB Agricultura Orgânica, a ação "Financiamento para Produção Sem Uso de Agrotóxicos (agricultura orgânica)" não foi operacionalizada. Entretanto, o banco prevê o retorno das operações para o primeiro semestre de 2006, quando destinará, em linha de crédito específica, valores da ordem de R$ 9,7 milhões para financiamento de até 300 contratos. A revisão visa a possibilitar a apuração das operações com produtores orgânicos que são contratadas como convencionais. Está previsto no plano de ação de revitalização da linha, além de demanda tecnológica, ampla divulgação do programa, ressaltando a sua relevância para o banco e para a sociedade.

No âmbito da gerência do programa, há necessidade de novos equipamentos de informática, principalmente microcomputadores, e recursos audiovisuais, pois somente em dezembro de 2005 ocorreu liberação para a realização de investimentos, também sem tempo hábil para a execução.

Os recursos humanos ainda são insuficientes para a execução das atividades, mas tem-se utilizado o apoio de estagiários para suprir parte desta deficiência. Ainda há necessidade de capacitação da equipe técnica em agricultura orgânica para a realização dos trabalhos inerentes ao programa.

Em função das restrições financeiras, não foi possível a alocação dos recursos no momento solicitado, mas todos os envolvidos no processo foram informados sobre a situação e foram tomadas medidas emergenciais para o cumprimento de atividades consideradas estratégicas, como as que envolveram a regulamentação da Lei nº 10.831/03.

A única ação que não é executada pela Coordenação de Agroecologia é a de publicidade, executada pela Coordenação de Publicidade e Relações Públicas, que em todo tempo esteve integrada e empenhada para o cumprimento das demandas geradas.

As Comissões da Produção Orgânica nas Unidades da Federação foram criadas pela Portaria nº 158/04 do MAPA e têm por objetivos o assessoramento técnico do "Pró-Orgânico" e o direcionamento de políticas públicas para o setor. Em 2005, ocorreram a instalação de 24 Comissões, que são formadas de forma paritária, do setor público e privado, podendo ter de 8 a 20 membros. As instituições participantes devem ter reconhecida atividade no setor orgânico e ser representativas de algum dos seus segmentos, como produção, processamento, certificação, comercialização, pesquisa e assistência técnica. As Comissões já instaladas possuem a participação de 398 organizações governamentais e não-governamentais.

A Câmara Setorial da Agricultura Orgânica foi instalada em 15 de março de 2004 e faz parte da estrutura funcional do Conselho do Agronegócio, visando à aproximação das partes envolvidas com a agricultura orgânica para que possam propor medidas e orientar as políticas públicas destinadas a esse segmento. A Câmara é composta por representantes de entidades empresariais e de trabalhadores, de organizações não-governamentais e de órgãos públicos relacionados com os diferentes segmentos da cadeia produtiva orgânica.

Em todas as etapas da execução do programa ocorreu a participação do público-alvo e o programa foi avaliado e aprovado em reunião da Câmara Setorial. As parcerias não-governamentais apresentaram ótimos resultados, permitindo o alcance das metas apresentadas.

A Câmara Setorial da Agricultura Orgânica e as Comissões da Produção Orgânica nas unidades da federação são fóruns constantes de assessoramento da execução e avaliação do programa. Considerando o envolvimento do setor, por meio dos fóruns de assessoramento do programa, os beneficiários avaliam e contribuem para a execução e resultados.

O produto estabelecido na ação de certificação, "hectares certificados", ainda não pode ser plenamente avaliado, pois somente após a regulamentação da Lei nº 10.831/03, haverá habilitação para cobrar dos organismos certificadores (certificadoras) e de outras entidades de controle social (associações e cooperativas) o fornecimento e a atualização de dados que permitam o dimensionamento da área ocupada com a atividade.

Outros Aspectos Relevantes

As despesas administrativas realizadas pela ação "Gestão e Administração do Programa (GAP)" corresponderam a 1,03% do orçamento, o que é insignificante quando comparado com os resultados alcançados pelo programa em 2005.

Os gastos da GAP correspondem a:

1. despesas com serviços administrativos, como tarifa de telefone e fax; disponibilização, manutenção e conservação de equipamentos de informática: R$ 5.247,00.
2. pagamento de 1 estagiário no período de junho a novembro e de 2 no mês de dezembro: R$ 4.160.00.
3. despesas com deslocamento e diárias para participação em 2 eventos: R$ 2.705,00.

Pode-se observar, pela descrição dos elementos de despesa, que esses meios são essenciais à execução de todas as ações do programa.

Não há dificuldades de apropriação dos gastos da gestão do programa, mas cabe ressaltar que foi necessário, em função do contingenciamento, o remanejamento de recursos entre ações, de acordo com as prioridades, resultando em uma liquidação baixa.

Recomendações

Não há recomendações.

Desenvolvimento da Avicultura

Objetivo

Elevar a performance dos rebanhos avícolas mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.

Público-Alvo

Produtores e industriais da avicultura e fabricantes e comerciantes de produtos de uso veterinário.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 4.203.827,00	Empenho Liquidado:	R$ 2.187.370,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 2.187.370,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Valor das Exportações de Aves

Unidade de medida: US$
Último índice apurado: 3.496.187.645,00 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 2.856.851.000,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice já foi alcançado.

2. Peso Médio de Carcaça de Frangos

Unidade de medida: kg
Último índice apurado: 1,4 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 2,37

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média.

3. Quantidade de Aves Exportada

Unidade de medida: t
Último índice apurado: 2.761.966 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 3.620.828

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa.

4. Taxa de Controle da Doença de *Newcastle* nos Plantéis Avícolas

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 100 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Há alta perspectiva de que o índice seja mantido em 100%.

Contextualização

A competitividade internacional no setor de aves exige que o Brasil mantenha a cadeia de avicultura bem articulada e provida de todos os meios para suplantar a concorrência internacional, incluindo a disponibilidade de novas tecnologias.

Principais Resultados

Destacam-se as seguintes realizações de 2005:

- Controle de 100% da doença de Newcastle nos plantéis avícolas.
- Exportação de 3.620.828 t de aves exportadas em 2005, um crescimento de 13% em comparação a 2004.
- Conquista do primeiro lugar no ranking mundial de produção e exportação de frango.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O programa visa a beneficiar todos os setores envolvidos na cadeia produtiva da avicultura. As restrições de trânsito, comércio interestadual e exportações são impostas aos produtos de risco para doença de Newcastle e influenza aviária (gripe do frango), sendo as duas doenças as maiores barreiras sanitárias às exportações de produtos avícolas. A erradicação da doença de Newcastle e a manutenção de zona livre de influenza aviária têm contribuído para o aumento das exportações e para a obtenção de superávits comerciais. O bom desempenho do programa ocorreu devido à execução das ações "Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Avicultura" e "Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Avicultura".

A ação "Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Avicultura" controlou 9.701 propriedades, o que corresponde a 107,79% da meta prevista de 9.000 propriedades. Dos R$ 3 milhões previstos no orçamento, foi utilizado R$ 1,8 milhão, ou seja, 60,19%. O número de propriedades superior ao previsto ocorreu porque alguns Estados assumiram o custeio das atividades planejadas.

A ação "Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Avicultura" executou 100% da meta física prevista no exercício (13 tecnologias), a despeito de a liberação dos recursos ter ocorrido somente no mês de dezembro. Os resultados disponíveis na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) focam os seguintes temas: criação e reprodução de frango colonial e galinhas caipiras,

formulação e preparo de rações, produção orgânica de carne avícola e cortes industriais de frango de corte e colonial.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Com a finalidade de uniformizar o entendimento para a apuração do resultado físico do produto das ações "Fomento ao Uso de Material Genético, de Organização e Capacitação de Agentes Atuantes" e "Transferência de Tecnologia", o órgão setorial deve atuar junto aos coordenadores de ação de maneira a evitar erros de interpretação quanto à sua apuração.

Desenvolvimento da Bovideocultura

Objetivo

Elevar a performance dos rebanhos bovinos e bubalinos mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.

Público-Alvo

Criadores de gado de leite e de corte e indústrias do ramo de laticínios e de frigoríficos.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 110.413.582,00	Empenho Liquidado:	R$ 77.193.761,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 77.193.761,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Erradicação da Febre Aftosa em Bovídeos

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 9,98 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Muito Baixa.

2. Produtividade Leiteira Bovina

Unidade de medida: Litro por animal/ano
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 1.500

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Não há, pois não houve apuração do índice em 2005.

3. Taxa de Desfrute de Bovinos

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 22 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 24

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Não há, pois não houve apuração do índice em 2005.

4. Taxa de Transferência de Embriões

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 50

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Não há, pois não houve apuração do índice em 2005.

5. Taxa de Obtenção de Peles Bovinas de Primeira Qualidade

Unidade de medida: Litro por animal/ano
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 23

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Não há, pois não houve apuração do índice em 2005.

Contextualização

O Brasil possui um dos maiores rebanhos bovinos do mundo, mas, apesar do grande potencial gerador de renda e de empregos desse setor, os índices de produtividade são muito baixos. Há necessidade de incrementar a pesquisa e o desenvolvimento para alterar essa situação.

O país insere-se no mercado como um histórico importador de produtos lácteos para abastecimento da sua população. Tal situação decorre, sobretudo da baixa produtividade do rebanho, que tem sido responsável pela fraca competitividade do setor leiteiro nacional frente a um mercado internacional cada vez mais competitivo e globalizado. O desenvolvimento de programas de melhoramento zootécnico, alicerçados em técnicas de inseminação artificial e transferência de embriões, constitui a forma mais eficaz para se promover a melhoria dos sistemas de produção e, conseqüentemente, o fortalecimento da cadeia produtiva de leite. Contudo, o aumento da produtividade e da competitividade do setor somente será possível se, associado a isso, houver rigoroso controle da incidência de doenças dos animais e melhoria na tecnologia utilizada.

Principais Resultados

- Aumento de 23,40% no valor das exportações de carne, de US$ 2,457 bilhões em 2004 para US$ 3,032 bilhões em 2005.
- Aumento de 16,67% na quantidade exportada de carnes, de 1,2 milhão t em 2004 para 1,4 milhão em 2005.
- Reconhecimento internacional do Estado do Acre como livre de febre aftosa com vacinação.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Este programa visa a beneficiar todos os setores envolvidos na cadeia da bovideocultura. As restrições ao trânsito e comércio interestadual e de exportação impostas aos animais e produtos, em decorrência de enfermidades dos bovídeos, inibem investimentos no setor pecuário, com reflexos negativos na geração de emprego e renda.

Com a reintrodução da febre aftosa nos Estados do Mato Grosso do Sul e Paraná, foi suspenso temporariamente, pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), o reconhecimento internacional de zona livre de febre aftosa com vacinação dos Estados do Paraná (PR), Mato Grosso do Sul (MS), Mato Grosso (MT), Goiás (GO), Minas Gerais (MG), São Paulo (SP), Espírito Santo (ES), Rio de Janeiro (RJ), Bahia (BA), Sergipe (SE) e Tocantins (TO). Apesar dessa suspensão, a União Européia (principal importadora) mantém um embargo a somente 3 Estados: MS, SP e PR.

O sucesso das ações de defesa sanitária animal tem como elemento-chave a participação da comunidade interessada (produtores, agroindústrias, comércio, universidades etc).

Em relação à regionalização, há necessidade de melhor conhecimento dos dados cadastrais e censitários de cada Unidade da Federação (UF), de forma a promover a melhor regionalização possível, bem como o dimensionamento da meta física.

O produto "propriedades controladas" para as ações de controle e prevenção de doenças não exprime a finalidade da ação, é equivocado, devendo ser alterado para "propriedades atendidas".

No caso específico do indicador "Taxa de Transferência de Embriões", a terminologia mais adequada é "Taxa de Prenhez", que demonstra com mais eficácia o resultado da ação.

A unidade de medida "número de tecnologias transferidas", isoladamente ou sem uma descrição mais precisa, não é a mais adequada, pois não permite quantificar o número de beneficiários diretos e indiretos da ação nem o grau de adoção dos conhecimentos e tecnologias transferidos. Por outro lado, o grau de adoção é também de difícil aferição, já que o processo de apropriação pelos beneficiários é gradual e pode se estender por vários anos em conseqüência de ações realizados uma só vez.

O sistema de defesa sanitária animal exige investimentos altos e disponibilização contínua e adequada de recursos para manutenção de atividades fundamentais, que, comparadas aos benefícios obtidos, podem ser consideradas de custo relativamente baixo. Em 2005 os recursos foram insuficientes para atender aos convênios com os Estados e só foram liberados no final do ano, prejudicando as ações de vigilância epidemiológica.

O atraso na liberação de recursos aos Estados comprometeu a execução das atividades de defesa sanitária animal, cujas ações dependem necessariamente da participação dos órgãos estaduais de defesa sanitária animal para realizar sua execução. A situação da grande maioria dos Estados é crítica e, nos últimos anos, o apoio do Governo

Federal foi insuficiente, extemporâneo e descontínuo. Apesar de as metas físicas terem sido cumpridas, observa-se grande fragilidade nas estruturas estaduais, o que poderá em curto espaço de tempo comprometer os avanços alcançados.

O setor privado investiu cerca de R$ 450 milhões em aquisição de vacinas contra a febre aftosa.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Revisar os processos internos para celebração de convênios do Ministério, de modo a conferir maior celeridade administrativa ao andamento das propostas.
- Aprimorar a infra-estrutura material e de pessoal dos sistemas de defesa sanitária dos Estados.
- Melhorar o processo de levantamento e consolidação das informações das ações.
- Com a finalidade de uniformizar o entendimento para a apuração do resultado físico do produto das ações "Fomento ao Uso de Material Genético", "Organização e Capacitação de Agentes Atuantes" e "Transferência de Tecnologia", o órgão setorial deve atuar junto aos coordenadores de ação, a fim de evitar erros de interpretação quanto à sua apuração.
- Viabilizar a liberação continua dos recursos.

Desenvolvimento da Caprinocultura, da Eqüideocultura e da Ovinocultura

Objetivo

Elevar a performance dos caprinos, ovinos, eqüídeos e de pequenos e médios animais mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.

Público-Alvo

Produtores e industriais da avicultura e fabricantes e comerciantes de produtos de uso veterinário.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 3.254.416,00	Empenho Liquidado:	R$ 2.296.922,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 2.296.922,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Rendimento de Carcaça de Caprinos e Ovinos

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 45 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 48

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média.

2. Taxa de Refugo de Peles de Caprinos e Ovinos

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 30 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 20

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta.

3. Taxa de Desfrute de Caprinos e Ovinos de Corte

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 25 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 35

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média.

4. Taxa de Obtenção de Peles Caprinas e Ovinas de Primeira Qualidade

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 20 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta.

5. Produtividade Leiteira Caprina

Unidade de medida: Litro por animal/ano
Último índice apurado: 154,5 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 189

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média.

Contextualização

A demanda por produtos diferenciados de leite, carne e pele de caprinos com qualidade superior vem crescendo significativamente, o que implica numa necessidade cada vez maior de tecnologias adequadas para a caprinocultura.

O setor da ovinocultura no Brasil apresenta um enorme potencial de produção de carne, pele e lã, tanto para abastecimento do mercado interno como para atendimento do mercado internacional. Um esforço adicional de pesquisa e desenvolvimento para o setor deverá ser realizado.

Muitas são as espécies de animais da fauna brasileira com potencial de domesticação ou de exploração racional e que dependem de estudos específicos para tornarem seu aproveitamento em uma atividade economicamente sustentável.

Principais Resultados

- Organização da cadeia produtiva de caprinos, ovinos e apicultura.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O desempenho do programa ficou prejudicado. As ações, de modo geral, apresentam boa execução quando comparadas aos valores disponibilizados. No entanto, quando comparadas à Lei Orçamentária Anual (LOA), observa-se a baixa execução.

Para as ações "Assistência Financeira a Associações de Criadores de Eqüinos e Entidades Turfísticas" e "Fiscalização de Conformidade das Atividades Turfísticas e Hípicas", além da falta de recursos do orçamento, não houve repasse dos impostos cobrados aos Jockeys Clubs. A falta de um fluxo regular de disponibilização dos recursos provoca prejuízos qualitativos na realização das metas físicas.

Com a organização da cadeia produtiva de caprinos, ovinos e apicultura, por meio da instituição de dois pólos de produção integrada, um com ovinos no Estado do Ceará e outro com apicultura no Estado de Santa Catarina, os atores participantes da cadeia produtiva têm a oportunidade de se organizar e, a partir daí, traçar estratégias para o desenvolvimento de práticas que visem à melhoria na qualidade do produto oferecido, bem como na qualidade de vida das pessoas envolvidas. Apesar da aprovação desses dois pólos, a expectativa inicial era de instituir, no mínimo, mais dois para cada cultura. Esta situação ocorreu devido ao forte contingenciamento financeiro imposto ao programa.

A seleção de animais melhoradores, por meio de provas de ganho de peso (uma na Paraíba e outra no Distrito Federal) e de teste de progênie, no Estado de Sergipe, permitirá a elevação dos indicadores da caprinovinocultura, beneficiando os produtores envolvidos.

A vigilância é fundamental para a prevenção e o controle das principais doenças de caprinos e ovinos, no entanto, os recursos destinados aos Estados foram repassados de forma extemporânea e insuficiente, o que comprometeu o funcionamento adequado do sistema de defesa sanitária animal. Esta situação é incômoda porque pode ser decisiva no aparecimento e difusão de algumas doenças, prejudicando gravemente a caprinovinocultura.

Quanto à ação "Capacitação de Técnicos e Profissionais", apesar do cumprimento das metas físicas e a liberação quase integral do programado, os recursos foram liberados de forma descontínua ao longo do ano, prejudicando a eficiência das atividades desenvolvidas pela ação.

A meta física da ação "Prevenção e Controle de Doenças", não corresponde à realidade. Este número está sendo influenciado por lançamentos pelos Estados de atividades que não correspondem ao produto especificado. Constatou-se que o nível de realização real é de aproximadamente 30%, um valor baixo provocado pelo contingenciamento orçamentário.

Outros aspectos relevantes

Não há.

Recomendações

- Regularidade na liberação de recursos.
- Com a finalidade de uniformizar o entendimento para a apuração do resultado físico do produto das ações "Fomento ao Uso de Material Genético, de Organização e Capacitação de Agentes Atuantes" e "Transferência de Tecnologia", o órgão setorial deve atuar junto aos coordenadores de ação, de maneira a evitar erros de interpretação quanto à sua apuração.

Desenvolvimento da Economia Cafeeira

Objetivo

Promover o aumento da renda dos agentes da cadeia produtiva do agronegócio do café.

Público-Alvo

Segmentos da cadeia produtiva do café: produção, industrialização, comercialização e exportação.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 1.280.426.115,00	Empenho Liquidado: R$ 1.275.415.796,00 Pago estatais: - Total: R$ 1.275.415.796,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Consumo Interno de Café

Unidade de medida: Milhão de sacas
Último índice apurado: 15,5 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 14,4

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média.

2. Volume de Produção de Café

Unidade de medida: Milhão de sacas
Último índice apurado: 32,9 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 25

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa

3. Volume de Exportação de Café

Unidade de medida: Milhão de sacas
Último índice apurado: 25,9 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 24

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média.

Contextualização

Historicamente, a produção, a industrialização e o comércio de café têm representação significativa para a economia brasileira. Atualmente, o café é cultivado em aproximadamente 300 mil propriedades rurais, em 1.850 Municípios distribuídos em 14 Estados da Federação, onde ocupa uma área cultivada correspondente a 2,2 milhões ha. Ao todo, estima-se que esta cadeia produtiva gera 8,4 milhões de empregos diretos e indiretos e é responsável pela geração de riquezas, que representam 2,2% da pauta de exportação brasileira e 5,4% do agronegócio.

A produção brasileira de café ocupa posição de destaque no mercado mundial, sendo o 1° produtor (39,8% da produção mundial), e o 1° exportador (31,8% das exportações mundiais de café), com uma geração de divisas de US$ 1,4 bilhões.

Houve queda do preço internacional do café e, conseqüentemente, da renda dos produtores. Sendo o Brasil o líder de produção e do mercado mundial no agronegócio que representa 2,2% das exportações nacionais, eventuais desequilíbrios de preço e renda poderão representar perda de divisas para o país e empobrecimento rural.

Principais Resultados

- Conquista do 1º lugar na exportação mundial de café, com 25,90 milhões de sacas exportadas em 2005.
- Conquista do 1º lugar na produção mundial de café, com 32,94 milhões de sacas produzidas em 2005.
- Aumento de 4,03% no consumo interno de café, passando de 14,9 milhões de sacas em 2004 para 15,50 milhões de sacas em 2005.
- Atendimento a 24 mil mutuários, beneficiários das linhas de financiamento à cafeicultura.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O programa "0350 - Desenvolvimento da Economia Cafeeira" contribui para o aumento da produção agropecuária, o abastecimento do mercado interno e externo, a geração de saldos crescentes na balança comercial e o atendimento das novas demandas e programas sociais, estimulando as cadeias produtivas para a geração de renda e emprego e o desenvolvimento regional.

A safra colhida em 2005 alcançou 32,94 milhões de sacas, das quais 25,9 milhões de sacas do produto foram exportadas. Houve uma redução de 17,18% no volume de produção do café, em relação ao ano anterior. A explicação para o menor desempenho na produção do café em 2005 está relacionada ao ciclo bianual da cultura do café.

Cabe destacar que o Brasil, 2º consumidor mundial do café, consumiu 15,5 milhões de sacas em 2005, um resultado 4,03% maior do que em 2004. Dessa forma, o país continua a apresentar um crescimento do consumo, respondendo aos estímulos produzidos por um conjunto de fatores, como a melhoria contínua da qualidade do café oferecido aos consumidores. Além disso, tem-se estimulado a ampliação

do investimento em marketing, publicidade e promoção, desenvolvendo uma bem-sucedida estratégia, objetivando o aumento do consumo do café.

Foram concedidos aos cafeicultores recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ), oriundos de linhas de crédito para o financiamento de colheita e estocagem no valor de R$ 800 milhões e R$ 449 milhões para custeio, totalizando R$ 1,249 bilhão. Em 2005 foi efetuada a guarda e conservação de 3.174.393 sacas de cafés dos estoques oficiais, representando o patrimônio do FUNCAFÉ, de aproximadamente R$ 526,86 milhões, além da manutenção de 35 unidades armazenadoras nos Estados do Paraná, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo, das quais 26 possuem cafés estocados. Foram geradas, em 2005, 45 tecnologias pelo Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café, coordenado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) no contexto da ação "Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura". O Consórcio é responsável pela execução do maior programa mundial de pesquisa e desenvolvimento do café, envolvendo, em 2005, 45 instituições brasileiras de pesquisa e extensão, 872 pesquisadores e extensionistas, bem como 160 bolsistas, na implementação de 322 subprojetos de pesquisa, superando em 30,89% o valor programado para 2005, que era de 246 subprojetos. Cabe destacar, também, a 2ª Conferência Mundial do Café, realizada no período de 23 a 25 de setembro de 2005, na cidade de Salvador /BA), que contou com a presença dos Presidentes do Brasil e da Colômbia e dos representantes das delegações dos países vinculados à Organização Internacional do Café (OIC), além de empresários do setor privado, entre outras autoridades nacionais e internacionais, totalizando 1.184 inscritos, sendo 486 estrangeiros de 65 países. As conclusões dessa Conferência serão apresentadas pelo Ministro da Agricultura na próxima reunião do Conselho Internacional do Café, em maio de 2006.

Na ação "Conservação dos Estoques Reguladores de Café", o total previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2005 não permitiu o pagamento de despesas com reparos e manutenção das unidades armazenadoras, bem como para o reensaque e reemblocamento dos cafés que se encontram derramados e para a substituição de sacarias que se encontram em mau estado de conservação. O Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC), nesse sentido, aprovou a transferência da administração da rede armazenadora dos estoques oficiais de café para a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), excetuando-se as unidades de Aimorés e Caratinga em Minas Gerais, que deverão ficar sob a administração da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais (CASEMG), Astorga e Loanda, no Paraná, e a Unidade de Catanduva, hoje sob a administração da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP). Com esta medida, os armazéns do extinto Instituto Brasileiro do Café (IBC), que constituem patrimônio da União repassados na forma da legislação vigente por intermédio dos respectivos termos de entrega ao MAPA, expedidos pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU), continuam com esse mesmo status, uma vez que deverá ser repassada à CONAB apenas a gestão deles. O estoque de café, de 3.174.393 sacas, ficará sob a guarda da CONAB mediante uma remuneração, que deverá ser suficiente para cobrir, no mínimo, o custo operacional da empresa.

A CONAB poderá explorar comercialmente as unidades, recebendo produtos de terceiros e a destinação do eventual lucro obtido com o aluguel do conjunto dos armazéns, que deverá ser compartilhado em proporções iguais entre a CONAB e o FUNCAFÉ, será definida pelo Conselho do Deliberativo da Política Cafeeira (CDPC).

A ação "Publicidade de Utilidade Pública" não está adequada às ações de publicidade e promoção, já que busca aumentar o consumo interno e externo do café, além de consolidar a marca Cafés do Brasil, no país e no exterior.

A maior parte dos recursos do programa são provenientes das Operações Oficiais de Crédito, recursos sob supervisão do FUNCAFÉ. O fluxo dos recursos sofreu descontinuidade nas ações "Publicidade de Utilidade Pública", "Remuneração às Instituições Financeiras pela Operação de Financiamentos à Cafeicultura" e "Capacitação de Técnicos e Produtores do Agronegócio do Café", impedindo que se alcançassem as metas físicas programadas.

Outros Aspectos Relevantes

A ação "Gestão e Administração do Programa (GAP)" utilizou R$ 3.032.946, o que representa 0,23% dos R$ 1.278.348.394 utilizados pelo programa.

A gestão deste programa segue as orientações dadas pelo CDPC, que aprova o planejamento das ações, acompanha a sua implementação e avalia os seus resultados. Tanto a aprovação do planejamento, quanto o acompanhamento das ações que compõem o programa ficam registrados em atas do CDPC, sendo as providências necessárias ao bom andamento do programa tomadas de imediato junto aos órgãos competentes.

Os principais objetos de gasto na GAP foram: descentralização de crédito efetuada à Embrapa, destinada ao apoio à Gestão do Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (PNP&D/Café); descentralização de crédito à CONAB para proceder, com o apoio do FUNCAFÉ, ao levantamento de estoques privados de café e às estimativas de safra para 2005; bem como promover o custeio de despesas com viagens e locomoção e demais atividades meio, necessárias à gestão e administração do programa.

Recomendações

- Incluir a ação "Promoção do café Brasileiro no Exterior". A fim de que o MAPA possa cumprir adequadamente a legislação do FUNCAFÉ, a qual tem pertinência com a Instrução Normativa nº 2, da Secretaria-Geral da Presidência da República, de 20/02/2006, que rege a publicidade do Governo Federal, permitindo ações de publicidade, mercadologia e promoção.

- Incluir a ação "Equalização de Juros nos Financiamentos para Custeio, Investimento, Colheita e Pré-Comercialização do Café".
- Regularidade no fluxo de recursos.
- Aumentar a equipe executora com pessoal que já detenha bastante conhecimento nas áreas financeira e orçamentária.
- Alterar a formula de calculo do indicador "Volume de produção de café".
- Atuação do órgão setorial junto ao coordenador da ação, de maneira a evitar erros de interpretação quanto à sua apuração, a fim de uniformizar o entendimento para a apuração do resultado físico do produto da ação "Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Economia Cafeeira".

Desenvolvimento da Fruticultura - PROFRUTA

Objetivo

Elevar padrões de qualidade e competitividade da fruticultura brasileira ao patamar de excelência requerido pelo mercado internacional.

Público-Alvo

Agentes da cadeia frutícola: produtores, processadores, distribuidores, atacadistas, varejistas, técnicos, pesquisadores, gestores, traders, população de pólos frutícolas e consumidores finais.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 10.179.735,00	Empenho Liquidado:	R$ 8.326.230,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 8.326.230,00

Previsto não orçamentário	**Realizado não orçamentário**
-	-

Indicador(es)

1. Quantidade Exportada de Frutas Frescas

Unidade de medida: 1.000 tons
Último índice apurado: 897,31 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 1.443

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta.

2. Quantidade Exportada de Sucos de Frutas

Unidade de medida: 1.000 tons
Último índice apurado: 1.860
Índice previsto ao final do PPA: 3.017

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média.

3. Valor das Exportações da Fruticultura

Unidade de medida: Milhão de dólares (US$ milhão)
Último índice apurado: 1.862 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 2.790

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta.

4. Taxa de Participação das Exportações Brasileiras no Mercado Mundial de Frutas

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 3,38 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 1

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice já foi alcançado e deve ser mantido a níveis superiores a taxa prevista para o final do PPA.

Contextualização

A fruticultura brasileira, com produção de 43 milhões de toneladas anuais, em área plantada de 2,2 milhões ha, é a terceira maior produção de frutas frescas do mundo, superada apenas pela China e Índia. A sua pauta de produção, caracterizada pela extensão e diversidade, é uma das mais complexas e inclui frutas de clima temperado, tropical e subtropical, além das chamadas exóticas, como a graviola, cupuaçu, açaí, siriguela, pitomba, sapoti, dentre tantas outras espécies. Em razão de intensa tecnificação, que vem sendo introduzida desde a década de 80, sobretudo em pré e pós-colheita, hoje a fruticultura brasileira é capaz de ofertar frutas ao longo das quatro estações do ano, a exemplo da laranja, manga, uva, banana, inclusive, maçã. No entanto, a participação brasileira no mercado mundial de frutas frescas, avaliado em cerca de US$ 45 bilhões, é reduzida, registrando exportações no valor de US$ 248,3 milhões em 2002, 0,6% desse mercado.

Muitos fatores afetam o desempenho do Brasil, principalmente as carências estruturais, como as de vias de transporte, pontos estratégicos de embarque e desembarque, logística em armazenamento, acondicionamento e distribuição, estruturas de organização e gestão especializadas em comércio internacional e, na área fitossanitária, sistemas estruturados de monitoramento e controle de pragas, vigilância fitossanitária, além de barreiras fitossanitárias em fronteiras interna e externa. Quanto a ocorrências de perdas, significativos índices são observados desde a produção no campo até os pontos de distribuição, como desperdícios que atingem cerca de 90% no segmento do caju e 50% no setor da banana. Dentre os fatores externos, os de maior relevância referem-se a mecanismos de proteção vigentes no segmento agrícola, fortemente subsidiado por países como os Estados Unidos (EUA) e membros da União Européia (UE), além de rigorosos critérios em barreiras fitossanitárias e limites máximos de resíduos químicos, que ainda não contemplam os requisitos básicos para as frutas tropicais.

Os esforços do PROFRUTA priorizam ações para qualificação de técnicos e gestores da cadeia das frutas, em estratégicas áreas temáticas, abrangendo os principais pólos do país, e representam um dos fatores de impacto nos resultados até aqui alcançados. Compreendem atividades em processos de incorporação tecnológica no campo e tratamentos em empacotadoras, em conformidade com requisitos de mercado internacional, como o do sistema da Produção Integrada de Frutas (PIF), que se fundamenta em princípios da sustentabilidade ambiental e agrícola, segurança

alimentar e saúde humana e, sobretudo, viabilidade econômica. Associado às ações de capacitação, outro fator de importância refere-se à organização da base produtora, que confere possibilidades de agregação de valor, escala de produção e padrões de qualidade na oferta, mediante ações de integração de diferentes agentes da cadeia das frutas. O resultado observado é a melhor competência gerencial, maior padrão qualitativo das frutas ofertadas e, conseqüentemente, mais competitividade na inserção do setor frutícola em importantes mercados interno e externo. As principais parcerias envolvidas nesta matriz de integração registram 21 órgãos federais, 19 estaduais, 13 universidades, 17 associações de produtores e cooperativas e, ainda, 3 instituições internacionais, totalizando 73 organismos atuando em áreas temáticas como biotecnologia, entomologia, fitossanidade, nutrição, solo, água, biologia, ecologia, logística em pré e pós-colheita, tecnologia da informação, gestão do agronegócio, dentre outras áreas. A interação das atividades é processada em cada um dos 57 projetos implementados pelo convênio Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (MAPA/CNPq), sendo 27 na área da PIF, 25 em Implantação de Viveiros Matrizes e Borbulheiras e 5 da Defesa Fitossanitária, abrangendo as espécies frutíferas de importância socioeconômica nos principais pólos do País.

Principais Resultados

- Incremento de 5,5% na quantidade exportada de frutas frescas.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A PIF eleva o nível tecnológico da produção, amplia mercados para exportação de frutas, como já vem ocorrendo nos últimos três anos, e racionaliza em até 70% a utilização de agroquímicos. Como exemplo, cita-se o caso da cultura da maçã na região sul do País, onde houve redução anual do uso de fungicidas ditiocarbamatos na ordem de 600 tons correspondentes a R$ 9 milhões em economia por parte dos produtores. Dentre outros benefícios das PIFs, podemos comprovar o aumento da produtividade, a alta qualidade da fruta produzida, diminuição do uso de fertilizantes em até 40%, economia do uso da água na irrigação, aumento de infiltração de água no solo e conseqüente elevação do lençol freático, diminuição dos processos erosivos, incremento na diversidade e população de inimigos naturais das pragas e doenças, manutenção das áreas de reservas naturais, proporcionando alimentos seguros e com rastreabilidade em toda cadeia produtiva.

O sistema PIF já atingiu 17 espécies frutíferas em 13 Estados da Federação com 14 Normas Técnicas Específicas publicadas, com 24 projetos de fruticultura em andamento e envolvimento de aproximadamente 500 instituições públicas e privadas, tais como: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), CNPq, Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), universidades, instituições estaduais de pesquisa, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP), associações de produtores, cooperativas, certificadoras, entre outros. Foram beneficiados mais de 1.161 produtores, com área total de 38.127 ha e produção total de 1.140.336 ton de frutas. Foram realizados 947 eventos, com 12.955 participantes, publicados 168 trabalhos científicos e instaladas 27 estações edafoclimáticas.

A instalação da biofábrica para controle biológico da mosca das frutas colaborou intensamente com a redução do uso de agrotóxicos e a sustentabilidade técnica da produção de frutas no Brasil.

O programa tem por finalidade elevar os padrões de qualidade e competitividade da fruticultura brasileira ao patamar de excelência requerida pelos mercados nacional e internacional, mediante a disponibilização de material genético superior, treinamento intensivo de técnicos e produtores e implantação do sistema PIF, que contribui para a diminuição das desigualdades sociais por meio da geração de emprego e renda (como o aumento de 3% na PIF maçã), eleva o nível tecnológico da produção e amplia mercados para exportação de frutas.

Apesar do contingenciamento dos recursos financeiros, os projetos e ações propiciaram ótimos resultados, devido à estratégia de envolvimento de todas as cadeias produtivas e capacidades técnicas existentes nos diferentes Estados do Brasil. Um dos resultados foi o comprometimento de 500 instituições com a PIF em todo território nacional. Os recursos que seriam aplicados para o fomento ao uso de material genético melhorado para fruticultura foram contingenciados em sua totalidade, tornando-se um entrave à expansão da fruticultura nacional, devendo-se disponibilizar para os próximos anos recursos suficientes para implementar tal ação.

Atualmente existe, na região norte do Brasil, o monitoramento da mosca da carambola, praga exótica com grande poder de adaptação e destruição de pomares de frutas nativas e cultivadas. Todavia, o contingenciamento de recursos orçamentários, de 60,25%, favorece a introdução e disseminação desta devastadora praga em todas regiões produtoras de frutas no Brasil, notadamente as localizadas no nordeste do País. Pragas, como cancro cítrico, cidia pomonela da macieira e sigatoka negra da bananeira, causam imensos prejuízos à fruticultura nacional, requerendo constantes esforços e ações conjuntas dos setores de pesquisa, extensão e defesa vegetal em todo território nacional. Para a sustentabilidade do sistema de produção de frutas no Brasil, necessita-se de aportes financeiros para os casos emergenciais de disseminação e constatação de novas pragas e doenças no Brasil. Não havendo outros contingenciamentos, certamente os índices previstos no PPA 2004/2007 serão atingidos.

O monitoramento das ações é realizado por meio de visitas semestrais aos locais de implantação dos projetos, por meio dos coordenadores regionais, e, quando necessário, por meio de relatórios sobre o andamento e evolução dos mesmos, sendo obrigatório o envio de um relatório final sobre os resultados dos projetos.

Há insuficiência de pessoal e de qualificação dos recursos humanos disponíveis nos níveis administrativo e técnico.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Melhorar a infra-estrutura e os recursos materiais da equipe técnica e gerencial com a aquisição de veículos, computadores e GPS.

Desenvolvimento da Heveicultura

Objetivo

Buscar a sustentabilidade do sistema agroindustrial gumífero, mediante o incremento da rentabilidade econômica, o desenvolvimento social e a conservação ambiental.

Público-Alvo

Produtores, beneficiadores, industriais e trabalhadores da cadeia produtiva da borracha natural.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 4.250.000,00	Empenho Liquidado: - Pago estatais: - Total: -

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Auto-Suficiência em Borracha Natural

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 40 em 31/12/2002
Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Não aplicável.

Contextualização

O "Programa de Desenvolvimento da Heveicultura" teve sua conclusão prevista no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 para o ano de 2005, face ao prazo final da concessão da subvenção econômica. A Lei nº 9.479/97, que criou a concessão de subvenção econômica a produtores de borracha natural, estabeleceu o prazo de oito anos de duração da subvenção, que expirou.

Principais Resultados

O programa não teve execução no ano de 2005 e não constará da programação de 2006.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Como não houve execução durante o ano de 2005, não é possível avaliar adequação ou inadequação da concepção do programa.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Desenvolvimento da Horticultura

Objetivo

Aumentar a produtividade e garantir a sanidade na olericultura, na floricultura e no cultivo de plantas medicinais e de especiarias, de forma a atender os padrões requeridos pelo mercado nacional e internacional.

Público-Alvo

Agentes da cadeia de olerícolas, plantas medicinais, floricultura e especiarias.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 2.579.094,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.640.047,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 1.640.047,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Produtividade das Lavouras de Batata-Inglesa

Unidade de medida: kg/ha
Último índice apurado: 22.084 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 25.122

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta.

2. Produtividade das Lavouras de Cebola

Unidade de medida: kg/ha
Último índice apurado: 18.346 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 20.186

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta.

3 Produtividade das Lavouras de Tomate

Unidade de medida: kg/ha
Último índice apurado: 62.240 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 71.087

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta.

Contextualização

Verifica-se desorganização e baixa verticalização de cadeias relevantes para a nutrição humana ou com elevado potencial de agregação de valor, de criação e de manutenção de postos de trabalho no campo. Algumas cadeias estão descritas a seguir:

- **Olericultura**: preparar o horticultor para o mercado moderno por meio de organização dos produtores em comitês, consórcios, associações e cooperativas com a finalidade de proporcionar ao segmento produtor, informações da pesquisa, da defesa agropecuária e do mercado.
- **Plantas medicinais**: embora a medicina moderna esteja bem desenvolvida na maior parte do mundo, grande setor da população dos países em desenvolvimento depende dos profissionais tradicionais, das plantas medicinais e dos medicamentos fitoterápicos para a sua atenção primária. Além disso, durante as últimas décadas, o interesse do público pelas terapias naturais aumentou enormemente nos países industrializados e acha-se em expansão o uso de plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos. O mercado mundial de fitoterápicos em 2000 movimentou US$ 19,6 bilhões e há previsão de que somente a Europa registre volume de vendas de US$ 7,5 bilhões. A Alemanha lidera o uso de fitoterápicos, com vendas de US$2,7 bilhões, sendo o valor gasto por habitante/ano de US$ 84, o que demonstra que 40% do total de remédios prescritos por médicos são fitoterápicos.
- **Especiarias**: especiarias são atividades lucrativas de alto valor agregado, gerador de emprego e renda, que se encontram à margem das prioridades do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) a despeito de o Brasil ser membro da Comunidade Internacional de Pimenta do Reino (CIP). Há necessidade de realização de estudos sobre a cadeia produtiva das especiarias, com prioridade para pimenta do reino, para que o MAPA se posicione no futuro com um programa de desenvolvimento para o setor.

Principais Resultados

- Crescimento de 9,6% nas exportações de flores e plantas ornamentais.
- Incremento da produtividade nas lavouras de batata-inglesa em 13,8%.
- Incremento da produtividade nas lavouras de cebola em 10,0%.
- Incremento da produtividade nas lavouras de tomate em 14,2%.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Atendendo às demandas do mercado internacional, que sinaliza para a valorização do aspecto qualitativo e do respeito ao meio ambiente de qualquer produto, o Sistema de Avaliação da Produção Integrada (SAPI) vem se transformando no grande fiador dos produtores brasileiros na oferta de alimento seguro, produzido sob normas ambientais, econômicas e sociais. Com a nova estrutura do MAPA, foi instituído o SAPI e o indicador proposto é a adesão do produtor ao Sistema de Produção

Integrada. No âmbito do programa foi firmado convênio com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) para a instituição de pólos de produção integrada de tomate industrial, batata-inglesa e tomate de mesa. Também foi desenvolvido um modelo de produção integrada de tomate Indústria nos Estados de Goiás e Minas Gerais com atividades previstas para avaliar a viabilidade econômica da produção integrada, que iniciou um diagnóstico socioeconômico da cultura do tomate Industria nestes Estados, com a colaboração da Unilever, tendo os seguintes trabalhos em andamento:

- diagnóstico do Sistema de Produção nos Estados selecionados.
- atividades de monitoramento da presença de mosca-branca virulífera de indivíduos de moscas-brancas em várias regiões do Brasil, sendo 16 amostras em Goiás.
- avaliação da eficiência de produtos químicos para mancha-bacteriana e pinta-preta F.
- atividades sobre adequação do manejo da água e do solo para o sistema de produção integrada de tomate industrial.
- acompanhamento do manejo de irrigação, com base no balanço de água em propriedades integradas.
- condução, na estação experimental da Unilever, de unidades de observação de manejo de irrigação em gotejamento, com vistas à melhoria da qualidade do tomate para fins de processamento industrial.

Está em elaboração o Manual de Boas Práticas Agrícolas de Tomate para Processamento Industrial, bem como do Manual do Sistema de Análise de Pontos Críticos de Controle (APPCC). Foi apresentado o "Programa Integrado de Hortaliças: o Caso Tomate Indústria" na Mesa Redonda de Certificação e Produção de Qualidade, durante o 45º Congresso Brasileiro de Olericultura realizado em Fortaleza-CE. Também foi apresentado o "Produção Integrada de Tomate Industrial" no Workshop sobre Rede de Pesquisa e Inovação em Sistemas de Garantia de Qualidade, organizado na sede da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Foram realizados 2 minicursos sobre a rastreabilidade e o uso de meios informatizados na Produção Integrada de Frutas (PIF) e o de Manejo Integrado de Pragas na Produção Integrada de Frutas.

Foi iniciado o desenvolvimento de um modelo de Produção Integrada de Batata no Estado de Minas Gerais, que tem a adesão de 15 produtores. Foram realizados 12 eventos e trabalhos técnicos, capacitando mais de 1.500 pessoas em Produção Integrada de Batata.

Com o início da implantação do programa já se pode evidenciar a racionalização do uso de agrotóxicos em batata em 50%, de inseticida em 34% e de fungicida. Com esses resultados foram publicados 5 trabalhos em anais de congresso. Foram estabelecidas parcerias públicas e privadas com instituições tais como: Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal de Lavras (UFLA), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), EMBRAPA, e Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

No programa de indução ao Sistema de Produção Integrada de Hortaliças, foram treinados 435 agentes da cadeia produtiva, contando com a participação de entidades como BASF, BAYER, ANDEF, DU PONT, IHARA, ARISTA, FMC e SYNGENTA.

No tocante ao "Programa de Desenvolvimento de Flores e Plantas Ornamentais", a análise conjuntural sobre a evolução das exportações brasileiras de flores e plantas ornamentais, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2005, revelou que as exportações brasileiras de flores e plantas ornamentais atingiram US$ 25,75, com crescimento de 9,58% sobre o volume de vendas do ano anterior. Mesmo com crescimento apurado em 2005, as exportações de flores e plantas ornamentais ficaram abaixo das estimativas traçadas, no início do ano passado, por empresários e analistas do setor, que projetavam aumento de 15% sobre os valores comercializados em 2004, com base no desempenho do setor entre os anos de 2001 e 2004. A estimativa de crescimento começou a ser revista no primeiro semestre de 2005, em função da valorização do real frente ao dólar, que reduziu a competitividade dos produtos nacionais.

Apesar do contingenciamento dos recursos financeiros, foram realizados cursos, reuniões, palestras, seminários e outras atividades de organização da cadeia produtiva pertinentes à horticultura e à adoção de planos integrados de desenvolvimento, alcançando-se resultados acima do esperado. O conjunto de atividades desenvolvidas no programa permitiu ao público-alvo interagir com maior intensidade com a comunidade científica que está desenvolvendo e disponibilizando novas informações e conhecimentos sobre o cultivo de hortaliças de forma convencional e integrada. As reuniões prévias de lançamento dos projetos com a finalidade de avaliar a demanda das indústrias processadoras de tomate para a Produção Integrada de Tomate Indústria nos Estados de Goiás e Minas Gerais e dos produtores de batata, contaram com representantes de 8 indústrias, de técnicos do MAPA, de extensionistas, universidades e instituições de pesquisa.

Na indução ao Sistema de Produção Integrada de Batata foram treinados 435 agentes da cadeia produtiva. Foi possível perceber que as propostas foram bem aceitas por todos os participantes, indicando uma real demanda por parte das empresas. Várias indústrias exercitam ações pertinentes ao projeto, tais como estratégias visando a reduzir a utilização de agrotóxicos, reduzir impactos ambientais, diminuir custos, aumentar a produção e evitar o uso de mão-de-obra infantil nas lavouras. Os participantes ressaltaram a importância de implementar este sistema para dar maior sustentabilidade ao Agronegócio do Tomate e da Batata. Ressaltaram, ainda, a importância da proposta em termos de segurança alimentar. Atendendo a essa demanda, a proposta visa a estabelecer as normas e diretrizes para a criação e a implementação de um sistema de produção integrada, com o envolvimento de todo o agronegócio tomate indústria e batata, que permita a obtenção de um selo de qualidade.

Os princípios básicos da produção integrada estão amparados basicamente na elaboração e desenvolvimento de normas e orientações de comum acordo entre os agentes da pesquisa, ensino e desenvolvimento, extensão rural e assistência técnica, associações de produtores, cadeia produtiva específica, empresários rurais, produtores, técnicos por meio multidisciplinar. Pelo sistema, garante-se que o produto foi produzido seguindo o roteiro de um sistema adequado à segurança alimentar e ambiental. O resultado é um produto garantido em toda sua cadeia, da fazenda à mesa do consumidor.

A periodicidade do acompanhamento das ações é mensal, de abrangência nacional e o monitoramento é via sistema interno da EMBRAPA e sistema SIPLAN. As

ações de transferência de tecnologia desenvolvidas também são objeto de auditoria interna da EMBRAPA para fins de comprovação de sua realização. A execução das metas físicas previstas foi abaixo do esperado, tendo atingido 50% ao final do ano, o que se deve à não-liberação de recursos financeiros nos primeiros quatro meses do ano e, a partir da liberação, a redução em 50,06% dos recursos orçamentários. Foram liberados somente 49,94% dos recursos orçamentários previstos e em sua maioria no segundo semestre de 2005. Conseqüentemente, com o volume de recursos disponibilizado, não foi possível atingir as metas físicas previstas.

A execução das ações "Transferência de Tecnologia" e "Organização e Capacitação de Agentes Atuantes na Cadeia Produtiva" permitiram, por meio da realização de dias de campo, palestras, treinamentos e vitrines tecnológicas, atividades que promovem a participação social, o levantamento de expectativas e demandas e a troca de experiências entre os diversos segmentos de produtores rurais em um ambiente participativo e dinâmico. Nos eventos de treinamento, são aplicados questionários para avaliação da satisfação dos beneficiários. A consolidação destas informações permite a adaptação e melhoria futura do conteúdo, linguagem, formato e infra-estrutura do treinamento.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Com a finalidade de uniformizar o entendimento para a apuração do resultado físico do produto da ação "Prevenção e Controle de Pragas na Horticultura", o órgão setorial deve uniformizar o entendimento junto aos coordenadores de ação, de maneira a evitar erros de interpretação quanto à apuração e ao resultado do seu produto.

Desenvolvimento da Suideocultura

Objetivo

Elevar a performance dos rebanhos de suídeos, mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.

Público-Alvo

Público-Alvo: Produtores e industriais da suinocultura e fabricantes e comerciantes de produtos de uso veterinário.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 2.922.643,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.318.215,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 1.318.215,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Valor das Exportações de Suínos

Unidade de medida: US$
Último índice apurado: 1.167.000.000
Índice previsto ao final do PPA: 770.959.922

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Segundo balanço divulgado pela Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (ABIPECS), o Brasil exportou 625.075 toneladas para cerca de 70 países. Esses números ressaltam a importância econômica e social dessa exploração, que gera milhares de empregos, distribui renda e ajuda na fixação do homem ao campo.

2. Peso Médio de Carcaça dos Suínos

Unidade de medida: kg
Último índice apurado: 72
Índice previsto ao final do PPA: 98,43

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média.

3. Quantidade Exportada de Suínos

Unidade de medida: t
Último índice apurado: 625.075
Índice previsto ao final do PPA: 801.104

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta.

4. Taxa de Controle Peste Suína Clássica

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 51
Índice previsto ao final do PPA: 80

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta.

Contextualização

A atividade suinícola no Brasil está presente em quase metade das propriedades agrícolas existentes no país. Essa atividade emprega mão-de-obra tipicamente familiar, sendo responsável pela colocação de 2,5 milhões de empregos diretos e indiretos no mercado de trabalho, constituindo-se em importante fonte de renda e estabilidade social. Dentre as funções sociais da suinocultura destacam-se: viabilizar o pequeno e médio produtor agrícola, gerar emprego, fixar o trabalhador no meio rural e contribuir para o desenvolvimento das regiões produtoras de cereais. Além disso, a suinocultura deve crescer a taxas significativas e competir com produtos de qualidade para ampliar sua participação no mercado internacional.

Dentro desse contexto, garantir a sanidade do rebanho suíno nacional e melhorar seus índices de produção são demandas impostas pela sociedade e pelo mercado, sendo, portanto, objeto de ação do programa.

Principais Resultados

- Crescimento de 50% no valor exportado em 2005, US$ 1,123 bilhão, em relação a 2004, US$ 744 milhões.
- Crescimento de 23% na quantidade exportada em 2005 (579.413 t) contra 470.967 t em 2004.
- Manutenção da zona livre da Peste Suína Clássica (PSC) em 14 Estados brasileiros, sem novos registros de notificações na zona infectada.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A grande competitividade e o alto nível tecnológico utilizado pela suinocultura nacional levaram o país a atingir o recorde no valor exportado de produtos suínos apesar dos focos de febre aftosa.

Hoje o Brasil possui uma zona livre de PSC, composta pelo Distrito Federal e 13 Estados: Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, São

Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia, Sergipe, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Deve-se considerar que na zona livre de PSC, encontra-se a grande maioria do rebanho comercial de suídeos do Brasil. A medida da taxa de controle da peste suína clássica considera apenas a área territorial, quando deveria também considerar o rebanho, tendo em vista que a população desta área pode variar e, ainda, a variação na distribuição geográfica da exploração, conforme as aptidões regionais, particularidades ou dificuldades estruturais da região a ser considerada no país.

A manutenção do status sanitário da enfermidade, que é limitante para as exportações, habilita o país a pleitear os mercados internacionais, transformando os resultados alcançados no comércio exterior, em grande parte, em apenas uma conseqüência. A não-notificação da enfermidade, dado importante, pode ter ocorrido por deficiências existentes no Serviço Veterinário Oficial do País, não significando, portanto, ausência da enfermidade. Essa situação gera o risco de se perderem todos os avanços conquistados ao longo de anos de trabalho.

Os diversos programas trabalhados na estrutura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) têm relações entre si, principalmente na área de defesa animal. Um exemplo clássico seria a febre aftosa, uma enfermidade de bovinos, mas a que os suínos, caprinos, ovinos e outras espécies fissípedes são suscetíveis. Isso denota que esses programas deveriam ser conduzidos harmonicamente, por terem implicações uns sobre os outros.

A ação "Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Suideocultura" teve um baixo desempenho físico, apesar do bom desempenho financeiro. Isso ocorreu porque a ação depende de convênios com os órgãos executores nas diversas Unidades da Federação, que foram celebrados apenas ao final do ano. A ação deve ser trabalhada dia a dia, por ser basicamente preventiva ou fiscalizadora, não sendo possível a reversão dos prejuízos.

Apesar de não existir um mecanismo oficial para medir a satisfação do público, em diversas oportunidades ocorrem insatisfações, por motivos diversos, mas principalmente por crise de autoridade e morosidade nas decisões ou execução de ações, as quais são atribuídas a interferências político-administrativas ou deficiências estruturais em órgãos executores.

O indicador "Peso Médio da Carcaça de Suíno" não é adequado para medir o desempenho da ação, pois é um número fixado por razões comerciais. Para manter os padrões dos cortes industriais, o peso da carcaça não pode variar muito. Assim, seriam exemplos de índices importantes para medir o desempenho: "Idade Média de Abate", que expressaria os ganhos de precocidade da espécie suína; "Taxa de Conversão Alimentar", que denotaria a evolução da capacidade do animal em produzir proteína nobre; "Leitões Produzidos por Matriz/Ano", que ressaltaria a capacidade de produção e rendimento de carcaça.

A denominação do indicador "Número de Suínos Exportados" não corresponde ao número informado, que se refere à quantidade de produto de origem suína exportada, que deveria ser a denominação empregada. O item "Número de Suínos Exportados" deve ser mantido, pois também são exportados suínos vivos para reprodução.

O atraso nas liberações dificulta a execução das ações planejadas. Nos casos de pesquisas e, principalmente, quando a ação trabalha a defesa animal, a descontinuidade dos repasses compromete seriamente o esforço despendido ao longo de anos, para evitar a reintrodução de enfermidades em zonas livres, fragilizando a vigilância epidemiológica de doenças exóticas.

As ações "Fomento de Material Genético" e "Organização e Capacitação de Agentes" foram totalmente prejudicadas. A ação referente à pesquisa foi prejudicada em sua qualidade e a ação "Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças" teve seus convênios firmados apenas ao final do ano.

As ações, de modo geral, foram prejudicadas devido aos cortes orçamentários, ao contingenciamento e à dificuldade na efetivação de convênios com órgãos executores. Mesmo a ação ligada à pesquisa, que tem seus recursos garantidos, foi prejudicada pela liberação extemporânea dos recursos financeiros.

Há dificuldades quanto à celebração de convênios e à falta de comprometimento político dos Estados, principalmente nas regiões Nordeste e Norte do país. Há necessidade de leis que resgatem a autoridade do MAPA para que indefinições como as que ocorreram quando do foco de febre aftosa no Estado do Paraná, não prejudiquem todo o País.

O quadro funcional necessita de técnicos para acompanhar mais de perto as atividades desempenhadas pelos órgãos executores. Na grande maioria dos Estados, tanto nas Superintendências Federais de Agricultura, como nos órgãos executores, o quadro funcional é pequeno e necessita de renovação, pois muitos funcionários estão em vias de se aposentarem. Nos órgãos estaduais essas necessidades muitas vezes são supridas por contratações temporárias, que além de não darem a segurança necessária ao funcionário, principalmente quando suas atividades são na área de fiscalização, não podem aproveitar a experiência adquirida, desperdiçando inclusive recursos utilizados para treinamentos. Esse é o quadro existente diante de crescentes exigências impostas pelo comércio internacional. As equipes executoras e a gerencial necessitam de treinamentos.

Os órgãos do Ministério precisam de uma maior interação, como também, de funcionários técnico-administrativos.

Alguns órgãos executores não disponibilizaram os dados por falta de convênios, deficiências estruturais e, inclusive, falta de treinamento para a concepção do programa, devido à troca do responsável pelo repasse das informações. A interação da gerência com as coordenações muitas vezes são dificultadas. Geralmente os contatos são realizados com os responsáveis técnicos pelas ações.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Revisar os processos internos para celebração de convênios do MAPA, de modo a conferir maior celeridade administrativa ao andamento das propostas.

- Melhorar a infra-estrutura material e de pessoal dos sistemas de defesa sanitária dos Estados.
- Melhorar o processo de levantamento e consolidação das informações das ações.
- Promover a liberação contínua dos recursos.
- Viabilizar treinamento para as equipes executoras e a gerencial.
- Realizar a condução harmônica dos diversos programas do MAPA.
- Aumentar a interação entre os órgãos do MAPA.
- Com a finalidade de uniformizar o entendimento para a apuração do resultado físico do produto das ações "Fomento ao Uso de Material Genético", "Organização e Capacitação de Agentes Atuantes" e "Transferência de Tecnologia", o órgão setorial deve atuar junto aos coordenadores de ação, de maneira a evitar erros de interpretação quanto à sua apuração.

Desenvolvimento das Culturas de Cereais, Raízes e Outras Espécies Vegetais

Objetivo

Elevar a produtividade no cultivo de cereais, forrageiras, raízes e outras espécies vegetais, mediante o controle de pragas e a incorporação de novas tecnologias.

Público-Alvo

Produtores, associações de produtores, agroindústrias, pesquisadores e extensionistas.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 8.157.117,00	Empenho Liquidado: R$ 6.705.996,00 Pago estatais: - Total: R$ 6.705.996,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Produtividade das Lavouras de Arroz

Unidade de medida: kg/ha
Último índice apurado: 3.671 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 3.757

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta.

2. Produtividade das Lavouras de Trigo

Unidade de medida: kg/ha
Último índice apurado: 2.063 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 3.730

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média.

3. Produtividade das Lavouras de Milho

Unidade de medida: kg/ha
Último índice apurado: 3.442 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 4.640

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média.

4. Produtividade das Lavouras de Sorgo

Unidade de medida: kg/ha
Último índice apurado: 2.112 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 3.626

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa.

5. Produtividade das Lavouras de Feijão

Unidade de medida: kg/ha
Último índice apurado: 789 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 920

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média.

6. Produtividade das Lavouras de Mandioca

Unidade de medida: kg/ha
Último índice apurado: 13.400 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 13.740

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média.

Contextualização

As restrições para incorporação de novas áreas para a agricultura, aliadas à crescente demanda interna e externa por cereais e outras espécies vegetais para consumo humano e animal, tornam fundamental o aumento da produtividade, por meio da disseminação de novas tecnologias geradas pela pesquisa. O programa é extremamente importante, pois a competitividade do agronegócio de cereais depende dos resultados da pesquisa e do efetivo controle de pragas para que, além do aumento de produtividade, haja estabilidade de produção.

Principais Resultados

- Aumento de 5,8% na produtividade das lavouras de feijão.
- Aumento de 3,4% na produtividade das lavouras de arroz.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Em relação aos indicadores, houve forte redução na área de cultivo do arroz, especialmente na região centro-oeste, devido às dificuldades de comercialização na safra 2004/05. Entretanto, a produção cresceu, fato que teve por base o aumento da produtividade. Em 2005 ocorreu a maior safra de arroz da história, gerando

excedentes que deprimiam os preços. A produção do trigo tem seguido uma tendência negativa, devido aos problemas de comercialização, fato que prejudica a produtividade. Além disso, houve redução de cerca de 14% na área de cultivo, em função das dificuldades de comercialização na safra 2004/20005. A produção prevista tem estimativa de queda em 16%.

A produção de milho foi afetada pela estiagem, principalmente no Paraná, maior produtor brasileiro. Espera-se um aumento de área cultivada com feijão para a safra 2005/2006. Na região nordeste, que participa com 24% da produção, espera-se redução de área plantada, mas aumento de produção. Para a região sudeste, que participa com 25%, espera-se um aumento de área, principalmente em São Paulo, maior produtor da região. E para a região sul, que detém 43% da produção nacional, estima-se um aumento de área. A safra 2004/2005 sofreu com condições adversas de clima, principalmente no nordeste e no sul. A produtividade das lavouras de mandioca permanece em um patamar estável.

Dentro da ação "Organização e Capacitação de Agentes", houve: a contratação de dois novos projetos de produção irrigada; a contratação de um projeto de monitoramento agropecuário por satélite com Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/Centro Nacional de Pesquisa e Monitoramento por Satélite (EMBRAPA/CNPM); apoio à realização do projeto de capacitação rural na atividade sisaleira pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural Administração (SENAR); apoio à realização do projeto de desenvolvimento integrado do bambu no Mato Grosso do Sul pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Na ação "Transferência de Tecnologia" houve o lançamento, a demonstração e a disponibilização de sementes de novos cultivares e híbridos a técnicos e produtores rurais; a realização de eventos voltados para a transferência de tecnologia e conhecimento sobre sistemas de produção, cultivo e comercialização. Na ação "Fomento ao Uso de Material Genético", houve a contratação de projetos de estudos de apoio ao agronegócio com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/AC (CNPq/AC); e apoio à realização do XIV Congresso Brasileiro de Sementes, em Foz do Iguaçu/PR. Nas ações "Fomento ao Uso de Material Genético" e "Organização e Capacitação de Agentes", houve contingenciamento de recursos, o que limitou a sua abrangência. Dentro da ação "Transferência de Tecnologia", o conjunto de atividades permitiu que os integrantes do segmento da produção primária tivessem à sua disposição informações, tecnologias e conhecimentos mais recentes sobre o cultivo de cereais e raízes, passíveis de aplicação direta na sua atividade. Seu desenvolvimento ocorreu nas unidades da Embrapa e as demandas atendiam a público-alvo pré-definido.

Devido ao contingenciamento dos recursos, a abrangência do programa foi afetada e, conseqüentemente, a satisfação do beneficiário. O monitoramento das ações é realizado a cada dois meses, via sistema SIPLAN do Ministério.

A ação "Transferência de Tecnologia" sofreu com a irregularidade do fluxo programado, mas atingiu 80% das metas previstas. O contingenciamento de recursos prejudicou a execução das metas físicas das ações "Organização e Capacitação de Agentes" e "Fomento ao Uso de Material Genético".

No início do ano, quando os recursos ainda não haviam sido liberados, os parceiros não-governamentais foram fundamentais no apoio ao desenvolvimento das ações. A participação social no programa ocorre por meio da realização de dias de campo,

palestras e treinamentos. As ações desenvolvidas visaram a capacitar todos os agentes da cadeia produtiva. A satisfação do beneficiário é avaliada por meio de questionários e os resultados apurados servem para adaptação e melhorias futuras de conteúdo, linguagem e infra-estrutura.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Com a finalidade de uniformizar o entendimento para a apuração do resultado físico do produto da ação "Prevenção e Controle de Pragas", o órgão setorial deve atuar junto ao coordenador de ação, de maneira a evitar erros de interpretação quanto à sua apuração.

Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas e Plantas Fibrosas

Objetivo

Elevar a produtividade e diversificar a produção de oleaginosas e de plantas fibrosas mediante a ampliação de áreas com culturas alternativas.

Público-Alvo

Produtores de oleaginosas e plantas fibrosas, industriais, exportadores e consumidores.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 8.903.011,00	Empenho Liquidado:	R$ 6.403.822,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 6.403.822,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Área Plantada com Mamona, Dendê e Amendoim

Unidade de medida: ha
Último índice apurado: 247.300 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 350.000

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixo.

2. Produtividade das Lavouras de Soja

Unidade de medida: kg/ha
Último índice apurado: 2.627 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 2.940

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média.

3. Produtividade das Lavouras de Algodão

Unidade de medida: kg/ha
Último índice apurado: 3.147 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 3.692

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta.

4. Área Plantada com Algodão e Sisal

Unidade de medida: ha
Último índice apurado: 1.162.486 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 1.094.860

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta.

Contextualização

A conquista da liderança do mercado internacional do complexo de soja e a evasão de divisas com a importação de óleo diesel mineral, a despeito das excepcionais condições edafoclimáticas brasileiras e da diversidade de culturas oleaginosas, credenciam o país como o de maior potencial para produção de biodiesel, além de outras explorações possíveis para a biomassa (fins alimentícios, químicos e para fabricação de fertilizantes).

Atualmente a produção de oleaginosas restringe-se principalmente à cultura de soja, cuja produção apresentou crescimento bastante significativo nos últimos anos, transformando-a em um dos principais produtos de exportação do país. Entretanto, o Brasil dispõe de uma diversidade de culturas de oleaginosas, que podem servir de alternativas, principalmente para os agricultores menos capitalizados, que, além de absorver mão-de-obra em toda a sua cadeia produtiva, representam um grande potencial para geração de renda. Destacam-se, dentre essas culturas, a mamona, o dendê, o girassol e o algodão. As condições edafoclimáticas do país são consideradas favoráveis para a produção dessas espécies, que poderão ser exploradas para a produção de biomassa para fins alimentícios, químicos, energéticos e para fabricação de fertilizantes. As oleaginosas podem servir, inclusive, de matéria-prima para produção de óleo diesel vegetal.

Estudos internacionais, divulgados por diversas fontes, incluindo o National Biodiesel Board (NBB), relatam que o Brasil é o país com maior potencial mundial de produção de biodiesel, possuindo a capacidade de substituir até 60% da demanda mundial atual de óleo diesel mineral. Caso se considere somente a floresta de babaçu, que possui uma área nativa de 17 milhões ha, é possível produzir 40 milhões de toneladas anuais de coco, equivalendo a 17 mil toneladas anuais de óleo, capazes de produzir 20 bilhões de litros anuais de biodiesel. Pode-se considerar que o Brasil, por meio deste programa, em médio prazo, passará de importador de óleo diesel mineral para exportador de biodiesel, a partir da transformação da matéria-prima em produto acabado, melhorando o desempenho na balança comercial, além de produzir outros produtos agregados.

Principais Resultados

- Incremento da área plantada com algodão e sisal em 17,8%.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A área plantada com dendê não está sendo identificada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), nem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

- Para o algodão, em relação à safra 2004/2005, houve uma queda de 30% na área plantada, fato atribuído às dificuldades com o preço e à mudança do comportamento dos produtores, que vêm apostando mais na cultura da soja.
- A área de mamona sofreu redução de 39,8%, diferentemente do que se esperava, tendo em vista o incentivo à produção de biodiesel.
- Após 8 anos consecutivos de incremento, nesta safra registra-se 5% de redução de área plantada, prejudicando a produtividade da soja. O baixo rendimento deve-se também aos efeitos climáticos.
- Mesmo com as dificuldades de comercialização, a produtividade média das lavouras de algodão supera os níveis de produtividade obtidos na safra passada.
- Na ação "Prevenção e Controle de Pragas em Oleaginosas e Plantas Fibrosas" obteve-se a ampliação do Consócio Antiferrugem para o controle da ferrugem asiática da soja.

Na ação "Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas e Plantas Fibrosas" foram realizados:

1. Capacitação de profissionais e técnicos nas regiões sul, centro-oeste e nordeste sobre os mais recentes resultados das pesquisas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), envolvendo culturas de oleaginosas e plantas fibrosas com foco nas espécies canola, mamona, gergelim, algodão e soja.
2. Dias de campo, treinamentos, unidades demonstrativas e vitrines tecnológicas voltados para a transferência de tecnologias e conhecimentos sobre sistemas de produção, produção de sementes, manejo integrado de pragas e fitossanidade para todos os produtores rurais das regiões mencionadas.

Na ação "Organização e Capacitação de Agentes Atuantes", foram contratados novos projetos de produção integrada de soja no Estado do Paraná e de amendoim em São Paulo, Ceará e Paraíba. Na ação "Prevenção e Controle de Pragas", os resultados foram acima do esperado: a meta de treinar 2 mil agentes multiplicadores da assistência técnica (40 turmas x 50 treinandos), que treinariam 100 mil produtores líderes (2 mil agentes x 50 treinandos), foi amplamente superada. Os dados registram o treinamento de 5.642 técnicos do Consórcio, que repassaram a outros 38.583 produtores líderes os conhecimentos adquiridos. Possivelmente, todos os 240 mil produtores de soja do país receberam algum tipo de informação disponibilizada pelo Consórcio, cujas atividades executadas ao longo do ano agrícola 2004/2005 despertaram interesse dos técnicos, tendo mais agentes integrados ao grupo inicial. Na Reunião Anual do Consórcio Antiferrugem já eram 120 membros oriundos de 86 instituições de pesquisa, ensino e assistência técnica. Além dos especialistas, 30 laboratórios de diagnose foram convidados a participar da iniciativa, com o objetivo de confirmar a presença da praga nas amostras coletadas por técnicos e produtores,

no entanto, ao longo do ano, outros 29 laboratórios solicitaram sua integração ao Consórcio, totalizando 59 em maio de 2005.

Em relação à ferrugem asiática, a situação mostra que diversas ocorrências foram constatadas no início do desenvolvimento da doença, possibilitando o controle adequado. As informações disponibilizadas na rede e a capacitação oferecida aos técnicos e produtores contribuíram para o monitoramento correto das pragas.
As metas físicas previstas são insuficientes para o alcance das ações, que contemplam duas das principais commodities brasileiras, a soja e o algodão. O país cultiva mais de 20 milhões de hectares com soja e mais de 1 milhão de hectares com algodão. Há ainda as outras oleaginosas de menor área cultivada, mas que vêm ganhando importância econômica com o advento do biodiesel.

A unidade de medida da ação "Transferência de Tecnologia" é "tecnologia transferida", que, isoladamente ou sem uma descrição mais precisa, não é a mais adequada, pois não permite quantificar o número de beneficiários diretos e indiretos da ação nem tampouco o grau de adoção dos conhecimentos e tecnologias transferidos. Por outro lado, o grau de adoção é de difícil aferição, pois o processo de apropriação pelos beneficiários é gradual e pode se estender por vários anos em conseqüência de ações realizadas uma só vez.

A ações são monitoradas internamente a cada dois meses por meio do sistema SIPLAN do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Com relação ao cumprimento das metas físicas na ação "Prevenção e Controle de Pragas", os recursos foram contingenciados e tardiamente liberados. Não houve recursos para o acompanhamento do final da safra, que ocorre no primeiro trimestre do ano. Quando os recursos são liberados, praticamente já se encerrou a colheita nos Estados. As ações "Organização e Capacitação de Agentes" e "Fomento ao Uso de Material Genético" tiveram seus recursos contingenciados. Na ação "Transferência de Tecnologia", a meta prevista de 25 eventos não foi atingida em função da não-liberação dos recursos orçamentários previstos. Conseqüentemente, somente 18 das 25 metas foram cumpridas (72%). Na ação "Prevenção e Controle de Pragas" os recursos para convênios são sempre insuficientes. Na Lei Orçamentária Anual 2005 (LOA) não foram programados recursos para investimento e somente puderam ser contemplados convênios com recursos para custeio.

Houve contato entre a gerência do programa e os executores das unidades administrativas, mas a interação pode ser melhorada com reuniões periódicas, discutindo as ações, as metas e a busca de recursos. Parceiros não-governamentais aportam grandes somas de recursos, no caso da ação de prevenção e controle de pragas. As multinacionais do setor chegam a superar o investimento do ministério no controle de pragas, promovendo o treinamento de produtores, realizando palestras e cursos e equipando laboratórios. A sociedade civil participa de reuniões, palestras e dias de campo, representada por entidades de classe (associações de produtores rurais e conselhos profissionais). Os melhores resultados desta parceria estão no campo, principalmente nas ações que não tiveram recursos liberados e contaram com a iniciativa privada, como a "Prevenção e Controle de Pragas" e a "Transferência de Tecnologia".

Nos eventos de treinamento, são aplicados questionários para avaliação da satisfação

dos beneficiários e a consolidação destas informações permite a adaptação e melhoria futura do conteúdo, linguagem, formato e infra-estrutura do treinamento. As ações têm o objetivo de melhorar a produção de plantas oleaginosas e fibrosas, auxiliando tecnicamente o produtor. Busca-se fazer isso dentro do orçamento programado e com avaliação conjunta de técnicos e produtores, para se ter a certeza de que o 'trabalho atingiu o fim esperado.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Com a finalidade de uniformizar o entendimento para a apuração do resultado físico do produto das ações "Fomento ao Uso de Material Genético", "Organização e Capacitação de Agentes Atuantes" e "Transferência de Tecnologia", o órgão setorial deve atuar junto aos coordenadores de ação, de maneira a evitar erros de interpretação quanto à sua apuração.

Desenvolvimento do Complexo Agroindustrial Sucroalcooleiro

Objetivo

Garantir a estabilidade de preços e do abastecimento interno de álcool e de açúcar e aumentar as exportações de álcool combustível.

Público-Alvo

Produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool, usinas, destilarias e consumidores.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 526.283.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 21.017.503,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 21.017.503,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Volume das Exportações de Álcool

Unidade de medida: m^3
Último índice apurado: 2.592.293 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 3.000.000

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Embora tenha havido forte crescimento do mercado externo para o álcool (indústria química e uso como aditivo para combustíveis), o que sugeriria a possibilidade de se ultrapassar as metas de exportações, a demanda interna por álcool combustível, impulsionada pelos veículos *flex-fuel*, constitui o grande óbice à disponibilidade de produto para exportação. Registre-se que o setor realiza altos investimentos na expansão da capacidade produtiva, mas as vendas destes veículos já representam 75% do mercado e superaram todas as expectativas. Com isso, a menos que os preços internacionais para o álcool sejam suficientemente altos, de forma a motivar os consumidores domésticos a optarem por gasolina, haverá dificuldades para se continuar aumentando as exportações nos próximos anos.

2. Taxa de Variação de Preços do Álcool Anidro

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 24,52 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 6

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A elevação dos preços internacionais do petróleo, combinada com movimento similar no mercado de açúcar, provocou forte aumento nos preços domésticos do açúcar e do álcool. A volatilidade em 2005 foi muito elevada, mas acredita-se que nos próximos anos isso não ocorrerá, pois há expectativa de que a demanda continue crescendo, permitindo padrões mais elevados de preços, inclusive durante a safra. A redução da volatilidade não reverterá em benefício para os consumidores, que deverão arcar com preços médios mais altos. Neste sentido, o aporte de recursos para financiamento à estocagem de álcool pode ajudar decisivamente no sentido de minimizar os riscos de desabastecimento durante a entressafra..

3. Taxa de Variação de Preços do Álcool Hidratado

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 27,26 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Com a elevação dos preços internacionais do petróleo e do açúcar, o mercado doméstico deverá trabalhar com preços mais altos para o álcool hidratado, utilizado como substituto à gasolina. A taxa de crescimento do consumo dependerá da relação de preços com a gasolina. Essa relação tende a se manter desfavorável ao álcool durante a entressafra, dado que a frota de veículos flex-fuel e o consumo potencial estão crescendo muito rapidamente, a procura internacional está muito aquecida e o Brasil é o único país em condições de exportar grandes volumes. Com isso, mesmo com o esperado crescimento da produção, caso não haja mecanismos para estimular a formação de estoques, a tendência é de grande volume de exportações durante a safra, o que resultará na redução da oferta interna na entressafra. Isso redundará em elevada flutuação de preços. Destaque-se que os preços internacionais remuneradores, combinados com o elevado custo financeiro (taxa de juros) da estocagem, tornam difícil para a maioria das unidades produtoras manter estoques para abastecer o mercado na entressafra.

4. Taxa de Variação de Preços do Açúcar Cristal

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 20,25 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 7

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O mercado internacional de açúcar vive um período de forte alta de preços (maiores preços dos últimos 12 anos). Ainda não há informações concretas que permitam afirmar se trata-se de um movimento especulativo ou de uma nova tendência, motivada pela concorrência do álcool na destinação das matérias-primas, como no caso brasileiro e da própria União Européia, que deverá aumentar a produção de álcool a partir da beterraba, matéria-prima do açúcar produzido nos países de clima temperado. Há, entretanto, a convicção de que, aos preços atuais, é viável o retorno de velhos produtores ao mercado, como é o caso de Cuba, que chegou a exportar mais de 7 milhões t/ano nos anos 90 e produziu pouco mais de 2 milhões t no ano passado. Com o retorno desses produtores, há a possibilidade de que os preços recuem, mas a tendência de aumento na produção e no uso do álcool gera dúvidas

quanto às condições dos produtores tradicionais para atendimento às demandas dos dois mercados. É muito difícil avaliar o comportamento do mercado nos próximos anos, pois os próprios contratos futuros não são um parâmetro seguro.

Contextualização

Com a completa desregulamentação do setor sucroalcooleiro na década de 90, o governo abdicou do controle direto sobre a produção e a comercialização, tanto da matéria-prima (cana-de-açúcar) quanto dos produtos finais (açúcar e álcool). Entretanto, é fundamental que se disponha de mecanismos de monitoramento para identificar eventuais fatores de desequilíbrios e adotar, preventivamente, os instrumentos mais adequados à sua correção, fomentando a produção ou regulando o mercado. Nesse contexto, o álcool combustível passou a ser o elo mais frágil da cadeia produtiva, sofrendo diretamente os reflexos dos desequilíbrios causados pela sazonalidade da produção, pelos altos custos da formação e do carregamento de estoques e pelo pequeno fluxo de comércio internacional, podendo gerar crises de abastecimento interno de um produto estratégico na matriz energética do país. Como o álcool combustível não possui um produto substituto, o consumidor final torna-se cativo e tem uma chance muito limitada de reagir a eventuais manipulações de preços. Outro problema a ser equacionado diz respeito à logística de escoamento do produto. A produção está concentrada em determinadas regiões, enquanto o consumo ocorre em todo o país, provocando uma elevação do preço do produto ao consumidor final nas localidades distantes das regiões produtoras. Além disso, nos anos de safras muito grandes, há sempre os riscos de queda de preços, reduzindo a rentabilidade da atividade ou, até mesmo, tornando-a negativa. Isso leva à descapitalização dos produtores rurais e à redução do nível de renda dentro da cadeia produtiva, com fortes impactos sobre a geração de postos de trabalho e a remuneração dos trabalhadores, bem como compromete a regularidade futura da produção.

Principais Resultados

- Aumento da produção sucroalcooleira: 386 milhões t de cana processadas, resultando em 26,4 milhões t de açúcar e 15,9 bilhões l de álcool.
- Recorde histórico das exportações do complexo sucroalcooleiro: 18,2 milhões t de açúcar e 2,6 bilhões l de álcool, resultando em receitas da ordem de US$ 4,7 bilhões.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Os dados referentes à produção e às exportações vêm crescendo dentro do esperado. Entretanto, com o lançamento dos veículos flex-fuel e a elevação dos preços internacionais do açúcar, o segundo semestre de 2005 foi caracterizado por alta nos preços do açúcar e do álcool. No caso do álcool, o risco de desabastecimento causou grandes preocupações no âmbito do governo, especialmente porque a elevação dos preços -instrumento natural para retrair a demanda - poderia impactar as metas inflacionárias. Como não houve a aplicação dos recursos destinados ao financiamento da estocagem de álcool (recursos que seriam relativamente insuficientes, considerando-se o baixo volume de produto e permitiriam retirar do mercado somente a quantidade correspondente a menos de um mês de consumo), o governo não dispôs de meios para tentar regular o abastecimento na entressafra. Com

a demanda externa aquecida e uma quebra na produção em relação à inicialmente prevista (embora tenha atingido um recorde), ficou comprometido o abastecimento, o que se refletiu nos preços.

O complexo agroindustrial sucroalcooleiro constitui, atualmente, um dos segmentos de maior dinamismo na economia brasileira. Além de ter registrado recorde histórico de produção, há pelo menos 50 novas unidades em fase de implantação, que entrarão em operação até 2008. Esse ritmo de crescimento supera as expectativas de 4 anos atrás. Entretanto, a vitória do Brasil, juntamente com a Austrália e a Tailândia, no painel contra a União Européia - quando se questionou o regime açucareiro europeu - combinada com o crescimento do consumo per capita na Ásia e o crescente interesse pelo álcool combustível, leva a crer que os próximos anos serão de grandes perturbações no mercado doméstico de açúcar e álcool. Para amenizar o problema é fundamental a parceria com outros produtores, no sentido de dar suporte técnico para que sigam a experiência brasileira de produção de açúcar e álcool de forma integrada, aumentando a oferta internacional e reduzindo o risco de dependência em relação à produção brasileira.

O principal instrumento no âmbito do programa é o financiamento à estocagem de álcool combustível, que não foi implementado na safra passada, impedindo o atendimento ao público-alvo. Da mesma forma, no que diz respeito à inspeção e certificação de unidades produtoras, a ausência do marco regulatório impossibilita a implementação das atividades programadas. Quanto ao controle de pragas da cana-de-açúcar, apesar da restrição orçamentária, foi feito o monitoramento. Os recursos não teriam permitido adotar quaisquer ações para conter uma eventual propagação de pragas, caso elas houvessem se manifestado.

Como o financiamento e a equalização da estocagem de álcool combustível, que produziriam efeitos positivos em termos de satisfação dos usuários, não foram implementados; estão insatisfeitos tanto os produtores, que não contaram com os recursos a baixo custo, quanto os consumidores, que assistiram a um forte movimento de alta nos preços, devido à ausência de estoques reguladores. Entretanto, o ambiente de mercado sugere que os preços de equilíbrio serão muito mais favoráveis aos produtores do que aos consumidores, uma vez que os preços do petróleo estimulam o consumo do álcool, motivando a alta dos seus preços. A procura por álcool, por sua vez, contribui para reduzir a oferta de açúcar, cujos preços também sobem.

As metas físicas devem ser consideradas de forma dinâmica. Quando se considera a política de financiamento à estocagem como instrumento para regular preços, especialmente para conter os aumentos na entressafra, é fundamental que a dotação orçamentária permita retirar do mercado um montante equivalente a pelo menos 2 meses de consumo, ⅓ do consumo previsto na entressafra. Como os recursos não permitem fazer isso, especialmente porque a demanda vem crescendo em ritmo acelerado e a dotação orçamentária continua a mesma dos últimos 4 anos, existe uma natural dificuldade. Entretanto, além de limitados, os recursos não foram aplicados na safra passada.

Há uma grande dificuldade de encontrar indicadores apropriados para o programa. Os indicadores utilizados, embora sinalizem bem o que está acontecendo com o setor, não permitem estabelecer correlação entre o comportamento do mercado e as ações do programa. Como o açúcar é uma commodity e o álcool está seguindo o

mesmo caminho, os preços são formados muito mais por ação de fatores externos do que pela eventual intervenção pública, a partir da utilização de instrumentos de regulação.

O programa precisa ser reavaliado, no sentido de se definir qual o seu propósito fundamental. Ao buscar promover o desenvolvimento do complexo sucroalcooleiro, sua principal motivação é promover o desenvolvimento equilibrado da atividade, de forma a assegurar o abastecimento doméstico de álcool, devido à sua natureza estratégica enquanto combustível, num ambiente em que os preços do açúcar no mercado externo são mais remuneradores. Dessa forma, além das linhas de crédito à produção com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), é fundamental a oferta de instrumentos de regulação, de forma a assegurar a atratividade da produção do álcool. Dentro dessa perspectiva do financiamento à estocagem (redução do custo de carregamento dos estoques que abastecerão o mercado na entressafra), é preciso desenvolver instrumentos sinalizadores de preços (contrato de opções, por exemplo) e, eventualmente, a formação de estoques reguladores públicos. Os recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) poderiam contemplar a aquisição, o pagamento dos custos de armazenagem e a contratação de certificadora responsável pela garantia dos estoques. Adicionalmente, o programa deve ser aperfeiçoado dentro do contexto da busca da maior eficiência energética, ou seja, poderia haver recursos para desenvolvimento de pesquisas específicas, como a conclusão da rota tecnológica da produção de álcool por hidrólise lignocelulósica, uma excelente alternativa para aproveitamento do bagaço e da palha da cana.

Do ponto de vista da regulação do mercado de combustíveis, o único instrumento operacionalizado com recursos da CIDE é o financiamento à estocagem de álcool. Para que a regulação tenha mais eficácia é preciso que haja flexibilidade para a adoção dos instrumentos mais apropriados para cada situação, como contratos de opções, prêmios para o escoamento da produção, financiamento à produção por meio de Cédulas do Produto Rural (CPRs), financiamento à estocagem e, eventualmente, aquisições e vendas. Dessa forma, é ideal que haja uma ação, com limites definidos para despesas correntes e inversões financeiras, mas com flexibilidade para a escolha entre os instrumentos. Isso, naturalmente, significa certa perda de controle por parte da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), na medida em que não seria possível estabelecer uma relação linear entre despesas correntes e inversões financeiras, caso comum quando se opta por contratos de opções.

A definição dos indicadores está diretamente relacionada à capacidade que as ações têm de interferir no produto final. Se o programa contasse com dotação orçamentária suficiente para promover a regulação de preços e estimular a expansão do setor, o indicador mais razoável seria "Taxa de Crescimento do Setor (Volumes de Produção)", subdividida em importantes aspectos, a saber: crescimento das exportações, crescimento da participação do álcool na matriz energética e crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do setor. Complementarmente, uma vez que se trata mais de meio do que fim, poderiam ser usados indicadores complementares, tais como "Número de Unidades Inspecionadas e Certificadas", "Área Controlada (Controle de Pragas)" e, num contexto de conservação ambiental, "Taxa de Redução da Área onde a Queimada ainda é Praticada (queimada que antecede o corte da cana)".

O programa, atualmente, tem um escopo muito pequeno em relação às dimensões econômica, ambiental e social do setor. A dotação orçamentária das ações permite um certo nível de interferência no objeto, como no caso do financiamento à estocagem de álcool combustível. A dotação dessa ação dos últimos anos permitiria contemplar menos de 10% da produção (menos de um mês de consumo), o que é muito pouco, considerada a sazonalidade da produção e a atratividade dos mercados externos de açúcar e, mais recentemente, do álcool.

O programa está baseado em três ações, coordenadas por diferentes órgãos. No caso da "Prevenção e Controle de Pragas da Cana-de-Açúcar", o órgão responsável, Departamento de Saúde Animal (DSA), também tem a missão de gerenciar ações semelhantes, envolvendo outros produtos agrícolas. Como há restrições orçamentárias, ao estabelecer prioridades, o setor sucroalcooleiro fica em segundo plano, porque os riscos são significativamente menores (se comparados com os da fruticultura, por exemplo). No caso da ação "Inspeção e Certificação de Unidades Produtoras de Açúcar e Álcool", o órgão responsável, o Departamento de Defesa e Inspeção Vegetal (DDIV), esbarra no problema da ausência de marco regulatório. Por fim, quanto à ação "Financiamento e Equalização de Taxas de Estocagem de Álcool", a aplicação dos recursos depende da aprovação das regras pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), o que requer a iniciativa de algum dos Conselheiros, em especial o Ministro da Fazenda. No ano passado, por entender que a aplicação desses recursos não seria prioritária, dado o contexto de aperto fiscal, o Ministério da Fazenda (MF) não submeteu ao CMN a minuta de voto encaminhada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A ausência de marco regulatório e insuficiência de dotação orçamentária impediram o cumprimento das metas físicas. No caso do programa, a conjuntura internacional desfavorável acabou por provocar forte volatilidade nos preços. Ainda que houvesse dotação orçamentária suficiente para implementar o programa de financiamento à estocagem, dificilmente haveria condições de atingir as metas de redução das flutuações de preços. Essa tendência reproduzir-se-á nos próximos anos. Desse modo, a estocagem deve ter como foco a garantia do abastecimento interno.

Os problemas estão relacionados muito mais aos volumes do que ao fluxo dos recursos. Exceção deve ser registrada em relação aos recursos para o financiamento à estocagem de álcool combustível, que não foram liberados.

Em relação aos recursos descentralizados para a realização do levantamento de safra da cana, o desempenho é considerado médio, uma vez que a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) ainda está desenvolvendo uma metodologia para fazê-lo. Trata-se de um produto novo para a empresa, com algumas peculiaridades em relação aos grãos, em que se baseia a sua experiência. Dessa forma, especialmente no que diz respeito a uma apropriada avaliação da destinação da matéria-prima (açúcar ou álcool), ainda há deficiências a serem corrigidas.

Outros Aspectos Relevantes

A ação "Gestão e Administração do Programa (GAP)" teve como principais itens de despesa o custeio do levantamento de safra da cana-de-açúcar e o pagamento das despesas de deslocamento da equipe técnica do Departamento da Cana-de-Açúcar e Agroenergia (DCAA). A execução só não foi maior devido aos limites de

gastos com diárias e passagens, o que impossibilitou a participação em importantes eventos internacionais no segundo semestre. Os limites da GAP são muito pequenos em relação à dotação do programa, porque a principal ação, "Financiamento à Estocagem", custa mais de R$ 524 milhões, dos quais R$ 500 milhões são inversões financeiras. As despesas mais expressivas referem-se ao pagamento da equalização de taxas com as operações de financiamento do ano de 2004.

Os principais objetivos são: custear as despesas operacionais e administrativas do DCAA; permitir a contratação de alguns estudos de grande relevância, como o levantamento de safra da cana-de-açúcar, e pagar as despesas de deslocamento da equipe técnica do Departamento, visto que a GAP é a única fonte para este fim, custeando também as despesas relacionadas à atuação do departamento nas outras áreas da agroenergia, em especial, o biodiesel. Os estudos, além de permitirem um maior nível de conhecimento sobre a realidade do setor, geram informações de natureza oficial, permitindo que o governo fique independente de fontes privadas de informação. Já as despesas com deslocamento são fundamentais para promover a integração com o setor produtivo, interna e externamente, num ambiente em que cresce o interesse mundial em conhecer e copiar a experiência brasileira de produção e uso do álcool combustível.

A maior dificuldade está relacionada às agendas próprias de cada um dos órgãos responsáveis pela coordenação das demais ações. Fica difícil caracterizar as atividades desses órgãos que seriam imputáveis à GAP. Há exceções, como as eventuais despesas de deslocamento para inspeção de usinas, atividade não realizada devido à ausência de arcabouço regulatório. Da mesma forma, no caso da implementação do "Programa de Financiamento à Estocagem", despesas com deslocamento para fiscalizar os estoques também poderiam ser custeadas. Já quanto ao controle de pragas, é difícil separar o que seriam ações pontuais (com foco no setor sucroalcooleiro) de ações sistêmicas (proteção vegetal como um todo).

Recomendações

- Criação da ação "Financiamento da Produção de Álcool e Açúcar (Recursos do BNDES)".
- Agilização nas decisões do Conselho Monetário Nacional em relação às regras para o financiamento e equalização de taxas de estocagem de álcool.
- Criação do marco regulatório para a ação "Inspeção e Certificação de Unidades Produtoras de Açúcar e Álcool".

Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural

Objetivo

Fortalecer o cooperativismo e o associativismo rural, objetivando a eficiência do setor e da prestação de serviços.

Público-Alvo

Associações rurais e cooperativas.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 17.672.000,00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 9.411.594,00 - R$ 9.411.594,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Variação do Número de Cooperados no País

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 10,24 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 14

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O aumento do número de associados foi mais evidente nas cooperativas dos ramos trabalho, crédito e saúde. O cooperativismo é cada vez mais reconhecido como uma solução para questões, tais como a falta de emprego e acesso ao crédito.

Contextualização

A função do cooperativismo é organizar econômica e socialmente os indivíduos na sociedade, cujos benefícios revertam-se em avanços sociais e melhoria na qualidade de vida da sua comunidade. Apesar de ser uma política instrumental, trata-se de um meio para, juntamente com outras iniciativas, impactar positivamente, em diversas dimensões, a vida dos seus beneficiários. Em primeira análise, pode-se destacar que, por si só, o cooperativismo e o associativismo podem diminuir a exclusão social, experimentada por grupos e redes sociais que não dispõem de acesso à plena participação social, econômica e política.

Principais Resultados

Aumento na taxa de variação do número de cooperados no país, de 7% em 2004 para 10,24% em 2005.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A obtenção de resultados em 2005 ficou abaixo do esperado. A liberação tardia dos recursos contingenciados impossibilitou o atendimento de demandas, já que a equipe de pessoal disponível para análise de propostas não teve tempo suficiente para atender a todas. A performance da ação de promoção do cooperativismo foi prejudicada pelo contingenciamento dos recursos e pela não-liberação de recursos para as emendas previstas.

Um número significativo de dirigentes e empregados de cooperativas foram capacitados em gestão de negócios, principalmente no Nordeste, uma das regiões mais carentes do país. Apesar do número de entidades atendidas ter sido menor do que o previsto, em função da época da liberação dos recursos contingenciados, a priorização de entidades de representação das cooperativas e associações rurais viabilizou o atendimento de beneficiários acima do previsto.

O acompanhamento da execução das metas dos convênios firmados é realizado in loco por técnicos das Superintendências Federal de Agricultura nos Estados, por meio de delegação formal (Portaria). O relatório de acompanhamento encaminhado para Brasília é parte integrante da prestação de contas do convênio.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. A demora na liberação dos recursos contingenciados fez com que houvesse uma concentração de trabalho num curto espaço de tempo, incompatível com a estrutura existente nas equipes executoras.

A demanda nacional por recursos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para apoio ao cooperativismo e ao associativismo rural, bem como a disponibilização dos recursos, é concentrada num curto espaço de tempo, necessitando de uma equipe adequada ao trabalho, que envolve análise e aprovação das propostas efetuadas.

Outros Aspectos Relevantes

Os recursos utilizados pela ação "Gestão e Administração do Programa" (R$ 686.555,00), viabilizaram as ações de representação do cooperativismo e do associativismo rural, por meio da participação em eventos sobre o tema e das despesas referentes ao acompanhamento da execução das metas dos convênios firmados nos Estados.

Recomendações

Não há recomendações.

Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau

Objetivo

Ampliar a geração de emprego e renda nas regiões produtoras de cacau mediante o desenvolvimento e verticalização da atividade agropecuária regional.

Público-Alvo

Produtores e trabalhadores rurais das regiões produtoras de cacau.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 27.212.500,00	Empenho Liquidado:	R$ 17.955.858,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 17.955.858,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Ocupação na Agropecuária das Regiões Cacaueiras do Brasil

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 35 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 36

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Conforme pode ser constatado no índice apurado em 2005, já se alcançou 97,2% do índice previsto ao final do PPA. Vale ressaltar que o trabalho desenvolvido pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e a perspectiva do desempenho da economia para o ano de 2006 são favoráveis para o alcance do índice.

2. Renda Agropecuária nas Regiões Cacaueiras do Brasil

Unidade de medida: R$/ ha
Último índice apurado: 1.096 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 1.100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Aumento de 65% em comparação a 2005. No entanto, é necessário dar continuidade às atividades de fomento, de implementação de novas tecnologias, à capacitação produtiva, à mão-de-obra qualificada e ampliação de crédito para evitar retrocessos.

3. Taxa de Degradação Ambiental nas Regiões Cacaueiras do Brasil

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 38 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 30

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Considerando que essa atividade envolve questões multissetoriais, relações interinstitucionais, intergovernamentais, aspectos culturais, econômicos imediatos e sociais, dentre outros, exige-se uma ação conjunta e mudanças de paradigmas, que estão sendo construídas de forma participativa e coletiva para obtenção de resultados sustentáveis. É importante evidenciar que o programa da CEPLAC de Desenvolvimento Sustentável torna-se mais relevante por estar sendo executado nos dois grandes biomas do mundo, a Mata Atlântica e a Floresta Amazônica.

O índice apurado no exercício apresentou uma defasagem de 8,57%. Vale ressaltar que o acúmulo e a forma da realização das ações apontam para um melhor desempenho dos índices nos anos seguintes.

Contextualização

Este programa visa a recuperar a renda do produtor rural, por meio do aumento da produtividade do agronegócio, em especial do cacau e sistemas agroflorestais, contribuindo para a elevação da competitividade da agropecuária, reduzindo assim as desigualdades regionais, promovendo abertura de postos de trabalhos, conservando os recursos naturais e melhorando a qualidade de vida no campo.

Principais Resultados

- Aumento de R$ 1.095,95 na renda agropecuária nas regiões cacaueiras do Brasil, o que representa um acréscimo de 65% em relação a 2004.
- Crescimento de 9% na taxa de ocupação na agropecuária das regiões cacaueiras do Brasil em relação a 2004.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O desempenho do programa ficou abaixo do esperado. A ação "Controle da Doença Vassoura-de-Bruxa" apresentou execução física de 57,12%, com 98,29% da meta financeira, o que reflete um índice satisfatório da disponibilização orçamentária, mas que não corresponde à plenitude das demandas físico-financeiras da proposta inicial. A "Difusão de Tecnologias para o Agronegócio do Cacau e Outros Sistemas Agroflorestais" alcançou 89,73% da meta física com 97,96% da meta financeira . A ação "Geração de Tecnologias para o Agronegócio do Cacau e Outros Sistemas Agroflorestais" atingiu 100% da meta física e 97,7% da financeira.

É importante justificar que o cronograma de liberação de recursos financeiros no início do exercício não atendeu à previsão orçamentária. Além disso, houve contingenciamento inicial de 70% do Limite Orçamentário, determinado pelo Decreto nº 5. 379/2005. Todavia, para a ação de Gestão e Administração do Programa não houve interrupção no fluxo de recuros, que foram liberados quase totalmente. A execução de algumas ações finalísticas, por sua vez, como Controle da Doença

Vassoura-de-Bruxa, Sistemas Agroflorestais e Difusão e Geração de Tecnologias para o Agronegócio do Cacau foi viabilizada devido ao remanejamento de recursos, o que permitiu a continuidade das atividades de assistência técnica, extensão rural e educação produtiva. A partir de setembro de 2005 o repasse dos recursos foi regularizado para as demais ações.

Conveniente justificar, ainda, que o produto da ação "Geração de Tecnologias para o Agronegócio do Cacau e outros Sistemas Agroflorestais" foi alterado de "Tecnologia Trabalhada" para "Tecnologia Desenvolvida", mantendo-se a mesma meta física traçada (167), uma vez que se trata de promover o estudo, o acompanhamento, a adaptação e a aplicabilidade dos resultados das tecnologias experimentadas pelo técnico e/ou já em fase de adoção pelo usuário no campo e no laboratório, levando em conta, também, as novas tecnologias desenvolvidas. O número da meta traçada é muito alto para se desenvolverem novas tecnologias durante o exercício de 2005. Nesse caso, deve ser considerado o tempo de maturação de projetos de pesquisa abrangidos pelo programa, a maioria de médio e longo prazo, especialmente quanto a cultivos perenes. A Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) elaborou 161 projetos de pesquisa, ainda em execução, bem como adaptou 64 tecnologias.

Vale ressaltar que, para a avaliação do cumprimento das metas físicas, a situação climática na sua adversidade (seca e chuva) causou problemas nos 6 Estados onde a CEPLAC atua, especialmente para a ação "Controle da Doença Vassoura-de-Bruxa". No Espírito Santo, a chuva provocou uma maior intensidade da doença.

A seca na região norte do país dificultou o acesso por via fluvial às propriedades programadas. Além disso, o investimento pelos produtores/parceiros nas práticas de controle da enfermidade foi desmotivado pela queda do preço do cacau e pelas dificuldades de acesso ao crédito em função das exigências da averbação da reserva legal de propriedade e o fluxo descontínuo na liberação de crédito pelos bancos oficiais.

Outros Aspectos Relevantes

Dos R$ 6.302.501,00 disponibilizados para a execução da ação "Gestão e Administração do Programa" (GAP), foram utilizados R$ 6.272.523.

Recomendações

Não há recomendações.

Gestão da Política Agropecuária

Objetivo

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais, a avaliação e o controle dos programas nas áreas agrícola e pecuária.

Público-Alvo

Governo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 53.671.360,00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 43.318.423,00 - R$ 43.318.423,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 11.502.445.000,00	R$ 11.843.685.389,56

Indicador(es)

A metodologia não prevê indicadores para programas do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

Contextualização

O momento atual requer nova forma de atuação do Estado. As atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais devem assumir especial relevância na formulação, na avaliação, no reordenamento e no controle dos programas finalísticos.

Principais Resultados

- Concessão de Crédito Rural no valor de R$ 11.843.685.390 para 825.382 contratos.
- Prestação de Assistência Técnica aos Beneficiários do Programa de Cooperação Nipo - Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER, com 625 produtores atendidos a um custo de R$ 7.313.859.
- Realização de 7 pesquisas de acompanhamento e avaliação de safras.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O total dos recursos utilizados na execução das ações do programa, R$ 11.888.553.839, teve a seguinte composição: recursos orçamentários no valor de R$ 43.318.423; restos a pagar de 2004 de R$ 1.550.026; e recursos não-orçamentários de R$ 11.843.685.390.

Os resultados do programa ficaram dentro do esperado. Para a obtenção dos resultados propostos foram realizadas palestras, encontros, viagens e notas técnicas, seminários, eventos envolvendo organismos, entidades e governos nacionais e internacionais, prestação de assistência técnica aos produtores participantes do PRODECER, prestando-lhes orientação e acompanhamento em suas atividades agrícolas; apoio institucional nas demandas dos produtores e cooperativas; participação nas negociações dos saldos devedores dos produtores e cooperativas, junto aos agentes financeiros do programa; preparação e participação de visitas de autoridades governamentais aos projetos do PRODECER; integração das bases de dados; suprimento com infra-estrutura e equipamentos de TI ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); adequação dos sistemas de informação em produção à necessidade do MAPA; disponibilização, em perfeito funcionamento, dos sistemas de informação do Ministério; implantação da central de relacionamento e serviços do MAPA; atualização da base de dados; celebração de convênio de acesso ao portal Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); capacitação de 100% do total previsto para o exercício de 2005.

O desempenho dos parceiros não-governamentais tem sido de extrema importância para o desenvolvimento das atividades conjuntas, porém o desempenho ainda é baixo. Para os Estados e Municípios, o problema é a falta de apoio à execução da infra-estrutura de escoamento da produção; e, no caso dos agentes financeiros, há dificuldades na renegociação da dívida dos produtores.

Outros Aspectos Relevantes

O programa utilizou R$ 1.550.026,00 dos restos a pagar do exercício 2004 na execução de suas ações.

Recomendações

- Tempestividade na liberação de recursos.

Manejo e Conservação de Solos na Agricultura

Objetivo

Assegurar o uso e o manejo adequados do solo e promover a recuperação de áreas degradadas, com vistas a garantir a produção sustentável de alimentos e a disponibilidade de água de qualidade para consumo humano e animal.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 2.250.805,00	Empenho Liquidado:	R$ 2.046.168,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 2.046.168,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Utilização e Manejo Adequados do Solo

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 25,33 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 29,56

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa.

Contextualização

Os principais desafios para se atingir uma agricultura sustentável são a minimização dos impactos ecológicos decorrentes da perda da diversidade biológica pela retirada da cobertura natural; a redução da erosão e de outros processos de degradação do solo e seus reflexos sobre o ciclo hidrológico nas bacias hidrográficas, sobre as águas e, conseqüentemente, sobre as comunidades aquáticas; e o controle da utilização dos agroquímicos, os quais exercem efeitos deletérios cumulativos nas diversas cadeias tróficas.

A degradação do solo decorre da exploração sem observância de sua capacidade de uso, sem aplicação de tecnologias de manejo adequadas e do uso intensivo da motomecanização. Dentre as práticas que contribuem para essa situação destacam-se: a) desmatamento de encostas, matas ciliares e áreas de nascentes; b) locação e construção incorreta de estradas vicinais; c) desconhecimento por parte dos agricultores e do poder

público municipal acerca dos cuidados e tecnologias apropriadas para preservar o solo e reter a água das chuvas; d) escassez de crédito para investimentos em preservação ambiental; e) inexistência de instrumentos efetivos de política pública para a proteção de solo e água; f) baixa capacidade de organização dos pequenos agricultores para fazer frente às exigências relativas à gestão do negócio agrícola, manejo ambiental incluso, dentre outros.

As conseqüências traduzem-se em: a) perda do solo agricultável por meio da erosão e, conseqüentemente, de sua capacidade produtiva; b) redução da capacidade de recarga dos lençóis freáticos, com reflexos negativos na vazão dos cursos d'água; c) assoreamento de córregos, rios e lagos; d) redução da vida útil de represas; e) água de baixa qualidade para abastecimento urbano; f) aumento dos custos dos alimentos produzidos; f) empobrecimento do agricultor; g) abandono da terra; h) agravamento da situação do desemprego nos centros urbanos.

De acordo com o Instituto Agronômico de Campinas (IAC), somente o Estado de São Paulo perde, a cada ano, 194 milhões de toneladas de terras férteis. A quantidade de nutrientes perdida nessas terras equivale, em termos de fertilizantes, a algo em torno de US$ 200 milhões. Esse quadro demonstra os prejuízos econômicos relativos apenas aos nutrientes carreados para fora da propriedade, sem considerar a perda da capacidade produtiva do solo ou a perda da matéria orgânica, fonte primordial de nitrogênio e responsável pela capacidade de troca catiônica (CTC) dos solos, além de constituir um forte indicativo dos demais impactos ambientais daí decorrentes.

Pesquisas realizadas no Estado do Paraná demonstram perdas de 15 a 20 t/ha/ano de solos em áreas intensamente mecanizadas, representando uma perda de nutrientes no valor de US$ 250 milhões. Existem evidências de que a deposição de sedimentos, além de provocar o assoreamento dos mananciais e reduzir a capacidade armazenadora dos reservatórios, aumenta os custos de tratamento de água para o abastecimento urbano e afeta negativamente toda a ictiofauna regional. Outro aspecto importante a ser considerado é a ausência de práticas conservacionistas adequadas no âmbito das bacias hidrográficas, que aumentam em 50% o custo anual de manutenção das estradas vicinais, avaliado em US$ 950/km/ano.

Somente na região dos cerrados, existem cerca de 31 milhões de hectares de pastagens, quase todas consideradas degradadas ou em processo de degradação. Essas pastagens mantêm uma capacidade de suporte que varia entre 0,5 e 1,2 UA/ha/ano. Dados da Fundação MS de Pesquisa demonstram que, após a recuperação desses solos num processo de Integração Lavoura–Pecuária em Sistema Plantio Direto, após 2 ou 3 anos de soja, é possível produzir 20 arrobas de carne no primeiro ano, diminuindo gradativamente a produção no segundo, terceiro e quarto anos, para, respectivamente, 14, 9 e 5,4 arrobas/ha/ano de carne, o que demonstra a importância da aplicação de tecnologia apropriada de manejo de solo para a sustentabilidade do processo produtivo e para o desempenho econômico da atividade na região.

Estimativas do Banco Mundial para o Estado do Paraná apontam para R$ 10,70 por 10 mil m^3 de água tratada. A questão da água para consumo humano assumiu tamanha proporção, que hoje compõe a agenda de governos de diversos países, inclusive do Brasil, onde grande parte dos sistemas hídricos encontra-se em condições críticas devido a uma demanda crescente, associada ao excesso de carga de poluentes domésticos e industriais. O quadro atual do desenvolvimento socioeconômico do país demonstra,

de forma inequívoca, que a sustentabilidade das atividades agropecuárias está intimamente ligada ao uso e conservação do solo e dos sistemas hídricos, que deverão ser conduzidas dentro de num processo integrado e participativo de gerenciamento de bacias hidrográficas, tendo o setor público como definidor de políticas e promotor de investimentos, em uma atuação compartilhada com o setor privado, para garantir impactos positivos das inversões financeiras e de capital humano no uso sustentável dos recursos naturais renováveis, com benefícios para as gerações atuais e futuras.

Principais Resultados

- Aumento de 20% da área agricultável com uso e manejo adequado de técnicas de plantio direto e práticas conservacionistas.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Tendo em vista a ampla utilização de práticas de manejo e conservação de solo e água, a exemplo do plantio direto na palha, que atingiu no exercício de 2005 uma área beneficiada em torno de 20 milhões de hectares, hoje equivalente a cerca de 50% da área cultiva com grãos no país, estima-se que os índices previstos serão ultrapassados ao final do período previsto para o Plano Plurianual (PPA) 2004-2007.

O programa atendeu a demandas regionalizadas, sobretudo quanto às questões relativas à capacitação de técnicos e produtores rurais no tocante ao manejo e conservação do solo e da água, bem como na recuperação de áreas degradadas. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) lançará em 2006 o programa "Integração Lavoura-Pecuária", cujo objetivo é a recuperação de pastagens degradadas, tendo o plantio direto como principal sistema de produção, em que as práticas de manejo e conservação de solo e água constituem seu foco principal. Ademais, cabe salientar que o MAPA participa ativamente de Conselhos Nacionais, Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalhos Interministeriais de Desenvolvimento, a exemplo do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), voltados para questões ambientais no processo produtivo, em especial na região do arco do desmatamento na Amazônia, na implantação da BR 163, na desertificação do semi-árido e revitalização do Rio São Francisco.

Com base nos recursos financeiros, a programação prevista foi executada, apesar das limitações orçamentárias e do atraso na liberação. Na ação "Organização e Capacitação de Agentes em Uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais", foram realizados cursos técnicos sobre manejo e conservação de solos, com objetivo de capacitar técnicos e produtores rurais. Na ação "Fomentos a Práticas de Manejo e Conservação de Solos na Agricultura", foram realizados cursos técnicos e gerenciais para produtores, com vistas à recuperação de áreas degradadas e redução do processo erosivo. Foi previsto como meta física para o ano de 2005 um total de 10 mil produtores atendidos, porém este valor contemplava produtores atendidos de forma direta e indireta. É possível realizar o treinamento de apenas 211 produtores, em três eventos de capacitação, bem como o treinamento de produtores e técnicos rurais.

O programa é constantemente avaliado pela equipe da coordenação do MAPA, por meio de reuniões periódicas regionais com a participação das Superintendências

Federais de Agricultura e dos órgãos parceiros de pesquisa e assistência técnica, com vistas ao redirecionamento das ações. Reuniões regionais, contato permanente com os responsáveis pelo Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário das Superintendências Federais de Agricultura nos Estados, visitas de acompanhamento aos projetos e reuniões com as entidades parceiras envolvidas com a execução do programa, são os mecanismos de monitoramento adotados para acompanhar o desempenho físico das ações.

O montante previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) não foi liberado em sua totalidade, o que prejudicou a execução. O contingenciamento dos recursos foi superior a 90% do inicialmente programado e a liberação ocorreu em pequenas parcelas.

A Portaria que limitou as despesas trimestrais para deslocamento e diárias inviabilizou o acompanhamento e monitoramento do programa nos Estados.

Os trabalhos técnicos nos deslocamentos e acompanhamento do programa poderiam ser mais eficazes caso a equipe dispusesse de computadores portáteis para registrar in loco os resultados alcançadas e as dificuldades detectadas, bem como o uso de banco de dados em tempo real e aparelhos de GPS.

Foi constatada, durante as visitas aos Estados, a necessidade de melhoria na infra-estrutura do Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário (SEPDAG) das Superintendências Federais de Agricultura nos Estados para prover o apoio necessário à execução do programa.

A equipe gerencial carece de um maior número de fiscais federais agropecuários, tendo em vista a ampliação das atividades com a implantação do programa "Integração Lavoura-Pecuária", necessitando ainda de engenheiros florestais para dar suporte técnico às atividades na área florestal. Do mesmo modo, as SEPDAGs nos Estados precisam de técnicos para apoiar os diversos programas sob sua responsabilidade.

Considerando-se a rápida e constante evolução das áreas técnicas sob responsabilidade da equipe, faz-se necessário um maior investimento na qualificação técnica e gerencial dos servidores, bem como maior facilidade na liberação desses técnicos para participação em congressos, seminários e visitação de áreas afins em centros de referência nacionais e internacionais.

A inadimplência de entidades proponentes tem dificultado a realização de convênios de interesse mútuo. A participação de entidades não governamentais na execução do programa se faz mediante convênios e não têm ocorrido dificuldades durante sua implementação.

Tem-se procurado envolver os beneficiários na discussão dos objetivos e metas do programa, adaptando-os, sempre que possível, à demanda das comunidades interessadas. A participação social tem colaborado para os resultados do programa pela demanda específica de áreas com problemas de erosão e degradação e para o atendimento das necessidades de capacitação de técnicos e produtores nas práticas de uso, manejo e conservação do solo e da água. A satisfação dos beneficiários é aferida por meio de questionários ao final dos cursos para avaliar se o conteúdo

atendeu às expectativas dos interessados e como forma de aperfeiçoamento.
Considerando-se a importância do programa para a conservação dos recursos naturais, em especial do solo e da água, e para a manutenção da capacidade produtiva agropecuária, é necessário melhor fluxo de recursos financeiros e liberação tempestiva ao longo do período.

Outros Aspectos Relevantes

O valor correspondente ao limite disponibilizado na ação "Gestão e Administração do Programa" (GAP) e o montante gasto tiveram um aproveitamento de 84%.

Os recursos alocados no GAP permitem o acompanhamento e o monitoramento das ações, principalmente no que concerne às despesas de diárias e deslocamento, bem como despesas outras administrativas.

Recomendações

- Com a finalidade de uniformizar o entendimento para a apuração do resultado físico do produto das ações "Fomento ao Uso de Produtos" e "Organização e Capacitação de Agentes Atuantes", o órgão setorial deve firmar o entendimento junto aos coordenadores de ação, de maneira a evitar erros de interpretação quanto ao resultado do produto físico destas ações.

Minimização de Riscos no Agronegócio

Objetivo

Minimizar os riscos da produção agrícola, decorrentes da ação de agentes biológicos e climáticos.

Público-Alvo

Produtores agrícolas, cooperativas, agentes financeiros de crédito e seguro rural.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 102.232.860,00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 47.385.886,00 - R$ 47.385.886,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Acerto nas Previsões do Tempo

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 85,4 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 88

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta.

2. Taxa Média de Adesão ao Seguro Rural

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 51,9 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 30,8

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. O índice mensura apenas a taxa de adesão das operações de custeio agrícola sob amparo do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), que é o seguro do governo federal. Como medida corretiva, deve-se ajustar o índice, de forma a mensurar também a adesão do produtor rural ao seguro privado com subvenção ao prêmio.

Contextualização

A atividade agrícola sujeita-se a um conjunto de fatores de risco que independem do domínio dos agricultores, sendo os mais relevantes os decorrentes de fenômenos

climáticos adversos e a incidência de pragas e doenças, com reflexos negativos na renda do agricultor e na produção e produtividade das culturas.

O zoneamento agrícola auxilia na habilitação dos produtores para enfrentarem os riscos inerentes à sua atividade, com base em informações sobre tempo, pluviometria, solo e cultivares, sugerindo os momentos de plantio e as culturas adequadas para cada região. Para tanto, há que se realizar levantamentos meteorológicos e climatológicos com elevado grau de acerto e com a escala adequada ao atendimento das necessidades de informações do setor produtivo. O zoneamento também orienta a contratação de seguro da produção, instrumento relevante para um setor com baixo nível de capitalização e que enfrenta dificuldades para suportar a totalidade dos riscos.

Principais Resultados

- O alto índice de acerto nas previsões do tempo (85%) contribuiu para minimizar os riscos de perda da produção agrícola, decorrentes da ação de eventos climáticos do agronegócio.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O cumprimento das metas físicas do programa ficou dentro do previsto. Das 8 ações do programa, 3 não possuem meta física, a saber: "Cobertura de Déficit nas Operações de Seguro Rural", "Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 2003)" e "Gestão e Administração do Programa".

Daquelas que possuem meta física definida, apenas a ação "Implantação de Estações Automáticas de Coleta de Dados Meteorológicos" não cumpriu a meta, pois foi afetada pelo contingenciamento do orçamento. Como o descontingenciamento ocorreu somente ao final do ano fiscal, só foi possível realizar a aquisição, mas não a instalação das estações. Seria importante que no início do exercício houvesse a completa disponibilidade dos recursos orçamentários, de forma que a aquisição e instalação ocorressem dentro do mesmo ano.

Os recursos orçamentários executados foram suficientes, porém o contingenciamento prejudicou, em especial, a execução da ação "Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural", em virtude de o segmento securitário rural possuir um calendário próprio de contratação das apólices de seguro.

A descontinuidade do fluxo de recursos prejudicou o desempenho do programa, principalmente na ação "Implantação de Estações Automáticas de Coleta de Dados Meteorológicos", que só apresentará resultado em 2006. A ação "Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas" também foi afetada, uma vez que a maior parte dos recursos financeiros foram liberados somente em novembro de 2005. É necessária uma solução para a questão do contingenciamento a fim de que a execução das ações não seja novamente comprometida.

No tocante à ação "Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural", as dificuldades ocorreram por atrasos na habilitação das seguradoras, principalmente na obtenção de certidões de regularidade, problema que deve ser contornado neste ano.

A maioria das ações lotadas no Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) atingiram cerca de 100% de execução das metas físicas, obedecendo aos cronogramas financeiros previstos.

Outros Aspectos Relevantes

O montante de recursos liquidados da ação "Gestão e Administração do Programa (GAP)" foi de 46,25% do valor total de empenho liquidado para o programa.

Observa-se, ainda, que a GAP engloba apenas as despesas administrativas e de infra-estrutura referentes ao INMET e aquelas referentes às suas ações.

Recomendações

- Criar indicador "Taxa de Ocorrência de Perdas por Eventos Climáticos dos Empreendimentos Enquadrados no PROAGRO".

Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social

Objetivo

Construir base de conhecimentos científicos e tecnológicos em atividades agropecuárias e agroindustriais, voltada aos empreendimentos de pequeno porte.

Público-Alvo

Produtores, trabalhadores e comunidades ligadas à produção agropecuária e extrativista de base familiar, assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais e empreendimentos agropecuários e agroindustriais de pequeno porte, com baixa capacidade de inserção social e econômica.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 13.524.113,00	Empenho Liquidado:	R$ 13.299.753,0
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 13.299.753,0

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Número-Índice da Produtividade dos Pesquisadores envolvidos nos Projetos Financiados pelo Programa

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 95 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 105

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta.

Contextualização

A baixa tecnificação e organização de estratos do agronegócio tradicional e de pequena escala motivaram a criação do programa. Ao tempo em que se reconhece o papel do agronegócio no desenvolvimento social e econômico do Brasil, apoiado em esforços da pesquisa científica e tecnológica nacional, fica claro que um conjunto importante de segmentos sociais ligados à atividade, principalmente vinculados à produção agropecuária de base familiar e a comunidades tradicionais, ficaram à margem ou foram excluídos ao longo dos processos de desenvolvimento do país. Embora a questão tecnológica possa ser importante para alguns estratos que compõem esse conjunto, fica evidente que a tecnologia, por si só, não é suficiente para promover a inclusão social de muitos outros estratos, como aqueles não reúnem certas condições básicas de

acesso à terra, de organização, de base técnica e social para criar meios e instrumentos para acessar, processar e utilizar informação técnica, gerar renda e outros meios de vida. Da mesma forma, em termos espaciais, o desenvolvimento do agronegócio do país não foi homogêneo. Surge, portanto, a necessidade de se promover um concerto institucional amplo, que, ao mesmo tempo em que promova a construção das bases sociais necessárias para qualificar esses estratos para alcançar meios de vida, possa potencializar o desenvolvimento territorial como forma de oferecer oportunidades para torná-los sustentáveis do ponto de vista social e econômico.

Um programa estruturante de pesquisa, com o objetivo de ofertar conhecimento necessário para promover a inclusão social, deve incluir componentes fundamentais de pesquisa em ciências sociais e humanas, associadas à pesquisa tecnológica propriamente dita, com ênfase em métodos participativos. Um programa de pesquisa estruturante em suporte ao desenvolvimento rural, inclusão social e meios de vida sustentáveis deve buscar: desenvolver modelos inovadores de organização e associativismo adequados aos vários estratos sociais que compõem esse conjunto, reproduzíveis, de grande efeito multiplicativo; modelos de organização e desenvolvimento territorial, explorando características sociais, culturais, ambientais e econômicas para gerar meios de vida sustentáveis; modelos de agregação de valor, explorando, dentre outros aspectos, a multifuncionalidade do meio rural ou potencial de processamento agroindustrial; modelos e instrumentos de gestão adaptados aos empreendimentos e propriedades de pequeno porte; inovações nos processos de logística e comercialização visando diminuição de custos de transação; intensificação técnico-científica e da inovação nos sistemas de produção; e modelos inovadores de capacitação e transferência de tecnologia, dentre outros. Esse programa de pesquisa, de caráter interinstitucional e transdisciplinar, forneceria os elementos estruturantes para apoiar efetivamente políticas públicas e programas mais específicos de desenvolvimento, fomento, capacitação e transferência de tecnologia, visando à inclusão social desse segmento em bases não-emergenciais, pela superação de restrições estruturais de mais longo prazo.

Principais Resultados

- Desenvolvimento de sistema de secagem de produtos vegetais em pequena escala de produção.
- Lançamento da Fazenda Modelo para o pequeno empreendedor agrícola em assentamentos de reforma agrária.
- Desenvolvimento do caju anão precoce e de mudas fruteiras de quintal.
- Levantamento das variedades de palmeiras nativas utilizadas pelos índios Krahô.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O índice de produtividade dos pesquisadores é bastante alto, apesar do fluxo financeiro irregular durante o ano, o qual prejudicou a realização das metas físicas previstas. Os índices estão coerentes com as previsões realizadas. Na execução das ações destacam-se:

- Organização de espaços culturais para atividades de educação ambiental; construção de viveiros de mudas de espécie nativas do cerrado; expedições para coleta e identificação de espécies e recuperação de áreas degradadas; enriquecimento de áreas de cerrado com fruteiras; conscientização da

população nas áreas de cerrado da importância das espécies nativas e da conservação do bioma como um todo.

- Adaptação e utilização de dispositivo metodológico participativo para apoio do desenvolvimento sustentável de assentamentos de reforma agrária; estabelecimento de uma rede com estudo de tipos de sistemas de produção e das principais situações edáficas; aquisição de tanque de resfriamento de leite para uso coletivo; e alternativas em processos de recuperação de áreas degradas, com o uso de leguminosas associadas a microorganismos e integração lavoura/pecuária.
- Desenvolvimento de metodologia de conservação on farm, reintrodução de germoplasma vegetal destinado à alimentação (batata-doce, mandioca e amendoim); implementação de sistemas agroflorestais; estudo de fertilidades de solos; caracterização ambiental, coleta e conservação de mais de 100 acessos de plantas utilizadas na alimentação.

Os projetos de pesquisa financiados no Plano Plurianual (PPA) são avaliados e monitorados pelo Sistema Embrapa de Gestão (SEG) a cada quatro meses.

O fluxo financeiro ao longo do ano foi irregular, mas não impediu a realização das metas físicas, entretanto o atraso prejudicou quantitativamente e qualitativamente a realização da programação. O desempenho das parcerias não-governamentais foi eficiente, pois os parceiros contribuíram com o provimento dos meios necessários para o desenvolvimento das pesquisas e obtenção de resultados.

Por meio da ouvidoria da EMBRAPA, todos os beneficiários do programa podem se manifestar apresentando sugestões, colaborações e críticas. Desta forma as reuniões com os diferentes grupos de interesse são necessárias para o desenvolvimento das atividades. Além disso, é realizada pesquisa de satisfação do beneficiário.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio

Objetivo

Incrementar a base de conhecimentos científicos e tecnológicos, necessária para a manutenção e evolução da capacidade competitiva das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, enfatizando as dimensões relacionadas à sustentabilidade ambiental, qualidade e segurança dos seus produtos e processos.

Público-Alvo

Cadeias produtivas, empreendimentos de produção agropecuária e agroindustrial, atores sociais, políticos e econômicos relacionados ao agronegócio brasileiro e formuladores de políticas para o agronegócio.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	Empenho Liquidado:	R$ 121.670.166,00
	Pago estatais:	-
R$ 123.833.231,00	Total:	R$ 121.670.166,00

Previsto não orçamentário	**Realizado não orçamentário**
-	-

Indicador(es)

1. Número-Índice da Produtividade dos Pesquisadores Envolvidos nos Projetos Financiados pelo Programa

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 95 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 104

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta.

Contextualização

Garantir a competitividade e a sustentabilidade do agronegócio comercial brasileiro, por meio da incorporação de inovações científicas e tecnológicas que visam a garantir avanços de produtividade, de agregação de valor, de defesa sanitária, de aumento de produtividade dos insumos e recursos, segurança ambiental, inocuidade, entre outros aspectos.

O agronegócio brasileiro, notadamente estratificado em dois segmentos, um de desempenho econômico reconhecido e socialmente integrado e outro de grande importância social, porém pouco ou nada integrado ao sistema econômico, desempenha

papéis importantes no abastecimento do mercado interno de alimentos e matérias-primas, na geração de riqueza, no equilíbrio das contas externas, na geração de emprego e renda e na estabilização de fluxos migratórios, entre outros papéis sociais e econômicos relevantes. Evitar erosão genética dos materiais em produção, avanços de pragas e doenças, aperfeiçoar o manejo e uso de recursos naturais e do ambiente, melhorar desempenhos de sistemas de produção que necessitam estar aliados a avanços de produtividade, de agregação de valor, de defesa sanitária, de aumento da produtividade dos insumos e recursos, de garantia de segurança ambiental e de inocuidade, tudo isso exige a incorporação contínua de inovações na forma de conhecimentos científicos e tecnológicos, de instrumentos e metodologias de pesquisa, de novos arranjos institucionais e métodos de transferência de tecnologia, aos sistemas sociais e econômicos. O sistema de produção de conhecimento, pelas suas características próprias, tem um ciclo de produção plurianual, de caráter contínuo, cujo cumprimento é determinado pela natureza do objeto de pesquisa, com produto relativamente intangível, e seus efeitos nos sistemas produtivos se consolidam após períodos relativamente longos de validação e transferência.

Principais Resultados

- Desenvolvimento de uma metodologia com utilização de ressonância magnética nuclear para avaliação de qualidade interna das frutas.
- Elaboração de ferramentas para simulação de crescimento e desenvolvimento do trigo.
- Obtenção do processo de leite de soja hidrossolúvel pasteurizado, aromatizado e não cromatizado, com melhores características sensoriais.
- Processamento de imagens obtidas com câmera digital para determinação da fração de vegetação em parcelas de cana-de-açúcar.
- Pré-validação de métodos e sistemas de detecção de fraude no café torrado e moído.
- Identificações de proteínas animais em rações, possíveis canais de contaminação do Mal da Vaca Louca.
- Desenvolvimento de híbridos de banana resistentes a Sigatoka Negra e ao Mal do Panamá.
- Desenvolvimento de variedades de ervilhas resistentes a doenças no planalto central.
- Lançamento do Capim Pojuca, com características de grande produção de forragem, pouco exigente à fertilização, tolerância a fogo e boa aceitação entre bovinos e eqüinos.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O índice de produtividade dos pesquisadores é bastante alto, apesar do fluxo financeiro irregular, o qual prejudicou a realização das metas físicas. Os índices estão coerentes com as previsões.

Dentre as realizações no programa destacam-se:

- Aplicações de procedimentos para o fracionamento das proteínas presentes em amostras de alimentos animais e elaboração de métodos para determinação alfa-amilase e o NQ antes do processo de germinação.
- Disponibilização da base DRIS para avaliação do equilíbrio nutricional da

soja; mapeamento de seqüências expressas etiquetadas obtidas da pituitária anterior; desenvolvimento do método de refletância a partir do número digital de imagens ETM; uniformidade de imagens landsat para previsão de safras agrícolas como método para padronização de série multitemporal de imagens digitais (RG 90); desenvolvimento e aperfeiçoamento da "Língua Eletrônica", que permite com precisão e baixo custo avaliar o paladar de vários produtos agrícolas, além de verificar a qualidade da água; proposição de processos de determinação de organoflorados presentes em espécies agrícolas.

- Ganhos na produção e qualidade dos ovos durante a vida das aves, explorando o aumento da variância genética com a idade em ambiente comercial simulado; lançamento do frango de corte nacional Embrapa 021 e do Frango Colonial 04; detecção de circovírus tipo 2 (PCV2) em sêmen de suínos; nova versão da linha intitulada "suíno light" (MS 60); sistema modelo para a criação no semi-árido, que combinam o pasto nativo e cultivado com técnicas para armazenar forragem; desenvolvimento de tecnologias de baixo custo que recuperam pastagens degradadas, tais como recomendações de doses e formas de adubação para as principais forrageiras, lançamentos de cultivares de gramíneas adaptadas a diferentes condições ambientais.
- Lançamento de cultivares de café (Oeiras, Paraíso, Catucaí-Açu, Ouro verde, Robustão) com características superiores às variedades atuais; zoneamento agrícola do milho e do feijão no Rio Grande do Sul; zoneamento de aptidão climática da heveicultura no Brasil; zoneamento agroclimático para as culturas do arroz de terras altas e feijão no Estado de Minas Gerais; obtenção de estirpes de rizóbio para leguminosas florestais - CAPE CPATC57 de Beauveria bassiana; manejo da adubação verde com crotalária no consórcio com quiabeiro sob manejo orgânico; lançamento do Algodão BRS Mucuripe CNPA 97.1682; algodão BRS verde; algodão BRS 97.7663; lançamento do híbrido de milho BRS 1001 e do milho BRS 2020; lançamento do Sorgo BRS 506, BRS 800, BRS 701, BRS 700; da soja BRS 239, 240, 241, Candieiro, Guapa, Invernada, Cambona, Querência, Tebana, Torena, Macota, 30, 231, 232; do Feijão Talismã; e da Cenoura Alvorada; Batata BRS Eliza; Tomate Duradoro e Viradoro Finestra; Abóbora Jabras; zoneamento agrícola da cultura de milho no Estado de Alagoas.
- Estudos analíticos sobre a quantificação de estoque e balanço de carbono e emissões de gases de efeito estufa, provenientes de diferentes sistemas de uso da terra no Brasil; identificação parcial de práticas de manejo animal que promovam a redução das emissões de metano, de forma associada à melhoria da eficiência produtiva; e análises do monitoramento sobre cana-de-açúcar e cerrado nas interações.
- A EMBRAPA, em parceria com instituições públicas e privadas, desenvolveu técnicas que melhoram a eficiência técnica e econômica das operações florestais, também chamadas de Exploração de Impacto Reduzido (EIR); gerou informações sobre a biologia, ecologia, comportamento e técnicas de manejo e criação, além de conduzir um programa de grandes animais no bioma Pantanal, além da realização de um censo aéreo de populações silvestres; desenvolveu metodologia que permite determinar as chances de ocorrerem cheias no pantanal; possibilitou a detecção de contaminações de cadeias alimentares nos rios do pantanal por mercúrio; zoneamento agroecológico do Estado do Rio de Janeiro; zoneamento e recomendação

dos pontos de monitoramento da qualidade físico-química e bacteriológica das águas de superficiais na sub-bacia do Rio Pardo.

Os projetos financiados no Plano Plurianual (PPA) são monitorados e avaliados pelo Sistema Embrapa de Gestão (SEG) a cada quatro meses.

O fluxo financeiro ao longo do ano foi irregular, mas não impediu a realização das metas físicas, entretanto o atraso prejudicou quantitativamente e qualitativamente a realização da programação. O desempenho das parcerias não-governamentais foi eficiente, pois os parceiros contribuíram com o provimento dos meios necessários para o desenvolvimento das pesquisas e obtenção de resultados.

A formulação de propostas de pesquisa e desenvolvimento é fundamentada em consultas aos conselhos setoriais específicos, como por exemplo, o Conselho Assessor Nacional da Embrapa.

O público-alvo foi atendido conforme o previsto e os resultados estão de acordo com as expectativas dos beneficiários. Por meio da ouvidoria da EMBRAPA, todos os beneficiários do programa podem se manifestar apresentando sugestões, colaborações e críticas. Desta forma as reuniões com os diferentes grupos de interesse são necessárias para o desenvolvimento das atividades. O programa possui mecanismos de participação social com consumidores, agroindústrias e formuladores de políticas. A satisfação dos beneficiários é avaliada por meio da pesquisa de satisfação do cliente adotado pela empresa. No SEG, os projetos são acompanhados e avaliados, podendo a experiência ser estendida à Administração Pública Federal.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

Objetivo

Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.

Público-Alvo

Agricultores e estabelecimentos produtores e comerciais de insumos agropecuários.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 10.470.000,00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 5.677.549,00 - R$ 5.677.549,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Irregularidade de Defensivos Agrícolas

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 5 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Não há índice previsto ao final do PPA.

2. Taxa de Conformidade de Fertilizantes Agrícolas

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 91 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 96

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média.

3. Taxa de Conformidade de Inoculantes

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 91 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 99

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média.

4. Taxa de Conformidade de Corretivos Agrícolas

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 83 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 96

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média.

Contextualização

O programa visa a garantir a qualidade e conformidade de insumos e serviços agropecuários, salvaguardando os produtores e a atividade agropecuária. A qualidade dos insumos e serviços agrícolas e pecuários tem influência direta na produtividade, sendo fatores preponderantes no incremento da competitividade do agronegócio brasileiro. Para garantir os padrões de qualidade e conformidade desses produtos e serviços, faz-se necessária uma ação permanente de fiscalização por parte do poder público sobre as empresas e sobre os produtos e serviços colocados no mercado à disposição dos consumidores.

Principais Resultados

- Aumento de 4% da taxa de conformidade na produção de fertilizantes agrícolas.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Ao longo de 2005, mediante as ações do programa, foram:

- registrados 4.344 estabelecimentos, sendo que 3.489 são produtores de sementes e mudas e 855 de fertilizantes.
- registrados 20.842 produtos, sendo 20.183 de fertilizantes e 659 de agrotóxicos e afins (foram contabilizados 21 produtos técnicos, 68 formulados de agrotóxicos, 2 pré-misturas, 492 especiais temporários, 72 exclusivamente para exportação e 3 para uso emergencial).
- protegidas 152 cultivares.
- registradas 836 cultivares.
- credenciados 146 estabelecimentos para o tratamento quarentenário.
- realizadas 36.245 fiscalizações.

Apesar de não ter sido registrado no sistema, o índice de referência apurado para a "Taxa de Conformidade de Agrotóxicos" (nome correto do indicador), e não "Taxa de Irregularidade de Defensivos Agrícolas" em 31/12/2004 foi de 90%. O índice do indicador, cuja fórmula de cálculo é a relação entre o número de fiscalizações "conformes" (Fc) em relação ao total de fiscalizações realizadas (Fr) multiplicado por 100, apurado em 31/12/2005 foi de 95%, valor equivalente ao esperado ao final do programa em 2007. Convém considerar que a taxa de conformidade do insumo é apurada com base nos resultados de análise laboratorial de material colhido no

processo fiscal. Ela é resultante da divisão do número de ocorrência "conforme" (com os padrões de acordo com o previsto em lei) pelo número total de ocorrências multiplicado por 100. Assim, o seu valor está sujeito a variações ascendentes e descendentes em função do número de fiscalizações realizadas, da regularidade e qualidade com que são feitas e da representatividade dos entes em relação ao universo fiscalizado.

No de 2005 o processo fiscal foi prejudicado por várias razões, sendo a irregularidade do fluxo de recursos e a paralisação de servidores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) as duas principais. O que mais influenciou os valores das taxas de conformidade foram a irregularidade e a forma como as fiscalizações foram feitas. O fluxo de recursos foi atípico e apresentou meses de atraso. Em época de regularidade do fluxo de recursos, houve paralisação de Fiscais Federais Agropecuários e de pessoal de apoio. Como o índice tem vinculação com a ocorrência de fiscalizações em relação ao universo a ser fiscalizado, as variações nos índices precisam ser vistas com reserva.

O fator limitante para o atingimento do público-alvo é conseqüência da inoportunidade na liberação dos recursos orçamentários e financeiros. Isso acontece tanto em relação aos prazos quanto ao espaço geográfico. As ações que compõem o programa cuidam de questões associadas a processos biológicos. Os insumos e os serviços agropecuários têm aplicação em determinadas fases desses processos. Cuidar dessas questões fora dos prazos aceitáveis é perda de tempo e de recursos. Por essas razões é que, com freqüência, o público-alvo não é coberto de forma adequada.

Quase todas as ações do programa fiscalizam a produção de insumos, o que significa reprimir a atuação de fraudadores das normas que regulam os diferentes segmentos do mercado. Nesse sentido aqueles que operam legalmente sentem-se satisfeitos com a ação do Estado, entretanto, outros questionam o fato de o Estado não cobrir o universo dos que agem irregularmente.

As fiscalizações sem a oportunidade necessária, ou seja, em pontos de controle correto, não permitem detectar com precisão as irregularidades e seus causadores, o que impossibilita a definição de estratégias de correção e canaliza o processo fiscal para o atendimento de denúncias, que conduz o agente fiscal à atitude punitiva e não contribui para impedir o dano já causado ao consumidor do insumo.

Os recursos alocados ao programa não comportam a realização das despesas previstas. As mudanças ocorridas na legislação relativa aos insumos e serviços agropecuários ampliaram o público-alvo incluindo outros agentes da cadeia do agronegócio, como laboratórios, certificadores (pessoas e entidades), reembaladores e armazenadores. Em decorrência da ampliação do público-alvo, o MAPA desenvolve, por intermédio do Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas (criado em 2005), trabalhos para conhecer melhor e dimensionar com maior precisão todo o público do programa. Faltam indicadores de 7 das 9 ações e isso prejudica a medição da sua contribuição para o resultado do programa.

O orçamento de algumas ações não considera a receita resultante de arrecadação decorrente de taxas instituídas e constantes de lei. Além disso, ignora-se o fato de que a instituição dessas taxas foi resultado de intensa negociação com o setor

privado, como solução para a escassez de recursos, que impedia a prestação de serviços reclamados. Recursos ingressaram nos cofres do Governo, mas não foram alocados no setor responsável pelos serviços. Assim, o empresariado está pagando por serviços não prestados, desgastando o MAPA e o Governo.

O MAPA já iniciou trabalhos no sentido de redimensionar o público-alvo, adequando-o às mudanças na legislação.

Na composição do orçamento das ações é preciso considerar como receita a arrecadação decorrente de taxas cobradas com previsão em lei. Além disso, é preciso ter abertura para que o gerente do programa, auxiliado pelos coordenadores das ações, negocie parcerias com os segmentos sociais. Deve ficar assegurado que a sociedade terá o retorno em termos dos serviços negociados.

O monitoramento das ações é feito, usando os instrumentos corporativos de acompanhamento, analisando as manifestações de representantes do setor produtivo, apreciando material veiculado pelos meios de comunicação. As dificuldades decorrentes da execução de ações por outro órgão ou secretaria são tratadas no âmbito do planejamento estratégico do MAPA e deverão ser contornados em breve.

As metas físicas das ações são alcançadas, mas não podem ser avaliadas como dentro do previsto, porque a sua qualidade, em alguns casos, fica prejudicada. Um exemplo é o custo das fiscalizações, o outro é o de fiscalizações em função de denúncias apresentadas. Em ambos, a quantidade não significa o atingimento das metas segundo o espírito do programa. Além disso, a fiscalização em função de denúncias tende a levar a punição sem qualquer oportunidade de medida corretiva a danos posteriores.

A execução orçamentária foi baixa, comparada com a dotação, exceto na "Fiscalização de Sementes e Mudas" e na "Fiscalização de Serviços Agrícolas", entretanto, se comparada a oportunidades das liberações, as demais ações podem ser consideradas como tendo desempenho satisfatório. Contudo, é preciso ficar claro que em todos os casos, houve perda decorrente da realização de serviços em tempo e local que não eram os mais indicados do ponto de vista da representatividade. O fluxo de recursos financeiros foi irregular e não obedeceu à lógica das ações que integram o programa. Essa lógica exige atitude pontual dos executores na linha de frente e aporte de recursos.

O trabalho fiscal depende de deslocamentos, o que envolve logística de transporte, instrumental de trabalho, combustível, entre outros. Os cortes de recursos impossibilitaram a realização de parcerias com entidades estaduais que necessitam do aporte de financeiro para prestar serviços que o MAPA pode delegar. Equipamentos obsoletos, deficiência de sistemas informatizados de acompanhamento, inexistência de frota de veículo para suporte à ação fiscal e, em alguns casos, transporte inadequado de material tóxico, inexistência de instrumento de trabalho, como GPS e microcomputadores. A liberação do orçamento e da disponibilidade financeira precisa seguir o calendário das atividades agropecuárias.

O quadro de Fiscais Federais Agropecuários é insuficiente para atendimento ao público-alvo, provocando demora na prestação dos serviços solicitados. É

insuficiente também para a realização das fiscalizações que dariam cobertura a uma amostra representativa do universo passível de ser fiscalizado. Há necessidade de treinamento permanente do quadro de pessoal, notadamente dos Fiscais Federais, e de preparação desses quanto ao processo de planejamento e gestão, bem como para entendimento e análise do processo fiscal no contexto do agronegócio.

Há necessidade de se redefinir o perfil do quadro funcional do MAPA, com abertura para ingresso de profissionais com formação nas áreas de administração, informática e recursos humanos. Além disso, é preciso promover um melhor equilíbrio entre profissionais de ciências agrárias e de médicos veterinários, considerando a importância dessas classes para a agropecuária brasileira. Existem casos em que a execução dos serviços depende da concorrência de terceiros e, quase sempre, negocia-se a participação, elabora-se o projeto e esbarra-se em impedimentos legais. Essa situação tem prejudicado acordos, tanto de natureza pública, quanto privada. Apesar disso, conseguiu-se no ano de 2005 firmar uma parceria com a iniciativa privada para o desenvolvimento de um sistema informatizado, o RENASEM. No caso, a Associação Brasileira de Sementes e Mudas (ABRASEM) tratou do desenvolvimento de um sistema informatizado para web, que está em processo final de elaboração e será doado ao MAPA. O sistema está previsto em lei, servirá para cadastrar agentes que atuam no Sistema Brasileiro de Sementes e Mudas, e será implantado em todo o País até meados de 2006.

A questão da integração entre a gerência do programa e os coordenadores de ação ocorrem, não por problemas de relacionamento funcional, mas devido ao diminuto tamanho das equipes em relação ao volume de trabalho demandado por órgãos superiores e pelo cliente externo.

Em parceria com a iniciativa privada, a Câmara Setorial de Insumos Agropecuários debate as questões inerentes ao setor e auxilia no encaminhamento de soluções. Além disso, serve de referência para avaliação da satisfação da clientela quanto aos serviços prestados no âmbito das ações, contribuem para a adequação de normativos às atualidades do mercado, ajudam na avaliação quando manifestam a sua satisfação quanto aos serviços recebidos e são agentes de eventuais consultas.

Uma das referências em relação à satisfação dos beneficiários é a sua participação em Câmara Setorial que, de outra forma, é a compilação de manifestações escritas e consultas não-formais feitas a representantes de segmentos do setor de insumos e serviços agropecuários.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Alterar o indicador "Taxa de Irregularidade de Defensivos Agrícolas" para "Taxa de Conformidade de Defensivos Agrícolas".
- Com a finalidade de uniformizar o entendimento para a apuração do resultado físico do produto das ações de Fiscalização, o órgão setorial deve atuar junto aos coordenadores de ação de maneira a evitar erros de interpretação quanto à sua apuração.

- Uma medida que resolveria grande parte dos problemas enfrentados seria o ajuste do fluxo de recursos à lógica das ações que fazem parte do programa. Essa medida pode ser viabilizada, analisando o conjunto das necessidades das diversas ações, distribuindo os créditos orçamentários e regulando o fluxo financeiro segundo as reais necessidades do programa. Isso implica em interrupção da distribuição linear dos recursos.
- Com relação ao quantitativo destinado às ações, é preciso aportá-los, pelo menos de acordo com a disposição do público-alvo em arcar com as despesas.
- Transferir do Coordenador Nacional (CAN) de ação para o Gerente Executivo (GE) a responsabilidade pela alocação dos recursos, ficando a cargo do CAN a manifestação quando a oportunidade do ponto de vista técnico. Quem tem a visão do programa e, portanto, do equilíbrio necessário no andamento da execução das ações é o GE.

Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários

Objetivo

Impedir a introdução e disseminação de pragas e doenças na agropecuária.

Público-Alvo

Produtores e comerciantes de produtos agropecuários.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 28.699.907,00	Empenho Liquidado:	R$ 13.227.626,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 13.227.626,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 92 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 95

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta.

Contextualização

Para evitar a entrada de pragas e doenças exógenas no país, bem como preservar as áreas livres e os sistemas produtivos regionais da disseminação interna de agentes biológicos nocivos, é necessário identificar os pontos de risco do trânsito de produtos agropecuários e controlar as entradas, inclusive aplicando medidas quarentenárias e emergenciais, objetivando aumentar a competitividade do setor.

Principais Resultados

- Ampliação da inspeção de permissões de trânsito de produtos agropecuários em 3%.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Ao longo do exercício foram realizadas no âmbito do programa:

- Inspeção de 4.304.872 partidas no trânsito interestadual e internacional de produtos e insumos agropecuários.
- Reestruturação administrativa do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional, com a criação de Serviço de Gestão da Vigilância nas 27 Superintendências Federais de Agricultura nos Estados e a oficialização das 113 unidades de fiscalização nos portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais.
- Aquisição de equipamentos de informática, de escritório e de apoio à fiscalização do trânsito internacional, o que conferiu maior agilidade e rapidez na troca de informações.
- Realização de 16 auditorias técnico-operacionais nas unidades da vigilância agropecuária internacional.
- Realização de campanha de educação sanitária voltada para os passageiros de vôos internacionais.
- Articulação com os diversos órgãos envolvidos na fiscalização do trânsito internacional para a edição de normas conjuntas.
- Capacitação de Fiscais Federais Agropecuários com atuação na vigilância agropecuária internacional.

Apesar das limitações orçamentárias e da inadequação de recursos humanos e infra-estrutura, o programa atingiu os resultados esperados.

Os produtores e comerciantes de produtos agropecuários são atendidos por demanda à fiscalização do trânsito de produtos e insumos agropecuários, viabilizando o comércio, bem como a garantia sanitária e de qualidade. Além disso, os consumidores são beneficiados com a segurança no consumo de produtos e insumos agropecuários fiscalizados, o que confere qualidade e salubridade aos mesmos.

O indicador do programa é subjetivo mas não foi encontrada alternativa plausível. Para o acompanhamento das ações, o ministério dispõe do sistema SIPLAN, em que os coordenadores estaduais das ações alimentam os dados sobre o desempenho físico, que podem ser criticados pelos coordenadores nacionais. É prevista atualização mensal dos dados no sistema, com a informação sobre o número de partidas inspecionadas por ação, além de comentários que permitem avaliação mais abrangente sobre o seu desempenho.

A inadequação na capacitação dos coordenadores estaduais, associada à grande demanda de trabalho, comprometeu o acompanhamento das ações, entretanto, o SIPLAN ofereceu recursos para um monitoramento satisfatório.

Considerando-se que as metas físicas são compostas por partidas inspecionadas no trânsito de produtos e insumos agropecuários e que isso ocorre por demanda dos setores produtivos e comerciais, as previsões de inspeções são elaboradas com base nos dados dos exercícios anteriores e em expectativas comerciais. A diferença entre a meta física prevista nas ações e o que efetivamente foi realizado é justificada, via de regra, por fatores que interferem nas tendências de mercado, como questões sanitárias, climáticas e taxas cambiais.

A infra-estrutura para as ações de fiscalização do trânsito interestadual e internacional de produtos e insumos agropecuários é extremamente deficitária, o que, inclusive, compromete a segurança alimentar e a salubridade agropecuária nacional. Os recursos previstos no orçamento não são suficientes para aparelhar satisfatoriamente o sistema de vigilância agropecuária. Surpreendentemente, os recursos previstos são contingenciados, comprometendo ainda mais a efetividade das ações e a realização dos investimentos requeridos. Não é levado em consideração que o risco de ingresso e a disseminação de pragas vegetais ou de enfermidades animais pode provocar sérios impactos sociais (empregos), ambientais (uso de agrotóxicos e medicamentos veterinários) e econômicos (elevação do custo de produção, redução na produção agropecuária e fechamento de mercados internacionais - barreiras sanitárias). Adicionalmente, a ineficiência no desempenho das ações pode comprometer a segurança alimentar e a saúde dos consumidores por eventuais falhas na fiscalização da qualidade dos produtos e insumos comercializados. Os prejuízos eventualmente gerados pelo ingresso ou disseminação de pragas e doenças agropecuárias seriam altos.

A liberação dos recursos não ocorreu conforme previsto, comprometendo os investimentos e o desempenho das ações. Via de regra, boa parte do orçamento é liberada no final do exercício, inviabilizando os procedimentos administrativos para sua correta utilização. O montante de recurso previsto para utilização no programa foi insuficiente, considerando que os recursos programados pela Secretaria Executiva destinavam-se a atender demandas de informatização que extrapolavam o âmbito do programa.

Não há orçamento suficiente para atender às demandas por recursos materiais nas unidades da vigilância agropecuária internacional e nos serviços de gestão nas superintendências. São insuficientes para disponibilizar a infra-estrutura adequada para a fiscalização do trânsito internacional, como instalações laboratoriais compatíveis, equipamentos de proteção individual, instalações administrativas, informatização e veículos. Os Estados, em sua maioria, não dispõem das condições financeiras para disponibilização dos recursos materiais necessários para as ações de vigilância interestadual. Para tanto, faltam barreiras interestaduais e equipamentos de apoio. Deveriam ser instituídas taxas sobre as ações fiscais demandadas, que poderiam ser revertidas para complementação do financiamento do programa e proporcionariam receitas ao sistema de fiscalização. O assunto extrapola o âmbito do programa e está sendo tratado pela Secretaria Executiva, que poderá prever, em projeto de lei, o restabelecimento da cobrança de taxas.

Tanto para as ações de fiscalização do trânsito internacional (Fiscais Federais Agropecuários e Técnicos de Nível Médio do Ministério), como para as ações de fiscalização do trânsito interestadual (Engenheiros Agrônomos, Médicos Veterinários e Técnicos de Nível Médio dos Estados), as equipes são insuficientes, comprometendo a eficácia das ações do programa. São necessárias atividades de qualificação e atualização para as equipes fiscais do ministério e dos Estados.

A insuficiência orçamentária e a inadequação dos recursos humanos comprometem a realização de treinamentos. Os recursos previstos já eram insuficientes e isto foi agravado com o contingenciamento, prejudicando as ações. Os recursos só tiveram liberação regular a partir do segundo quadrimestre, e aqueles destinados para investimento no trânsito internacional, inicialmente programados para junho, só

foram liberados em agosto. O atraso na liberação dos recursos prejudicou a realização de licitações nas superintendências e também a celebração de convênios e termos aditivos com os Estados para execução das atividades do trânsito interestadual.

Como a gerência não recebeu as informações relativas à ação "Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais", a avaliação dos convênios com os Estados para execução das atividades de controle do trânsito interestadual de vegetais ficou prejudicada.

No âmbito do ministério existe a ouvidoria, que recebe demandas da sociedade e as repassa aos gestores das ações para atendimento. São realizadas atividades de supervisão e auditoria técnico-operacional de caráter regular no acompanhamento das ações.

Outros Aspectos Relevantes

O programa foi avaliado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em 2005.

A programação da ação "Gestão e Administração do Programa (GAP)" foi realizada pela Secretaria Executiva. A totalidade dos recursos programados destinar-se-iam a custeio de informatização, mas não foram utilizados no programa. Dessa forma, a ação não teve desempenho no exercício, embora reconhecida a sua importância para o gerenciamento do programa.

Recomendações

- Com a finalidade de uniformizar o entendimento para a apuração do resultado físico do produto das ações de vigilância fitozoossanitária no trânsito de produtos agropecuários, o órgão setorial deve atuar junto aos coordenadores de ação, a fim de evitar erros de interpretação quanto à sua apuração.

Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Objetivo

Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos usuários.

Público-Alvo

Cadeia agropecuária: produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas e consumidor final.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 42.847.898,00	Empenho Liquidado:	R$ 30.880.829,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 30.880.829,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Número de Estabelecimentos de Produção de Alimentos e Bebidas com Controle Sanitário

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 3.690 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 3.800

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. A ligeira diferença entre o índice apurado em 2005 e o previsto ao final do PPA sugere que a meta será atingida.

2. Taxa de Conformidade na Produção de Alimentos e Bebidas

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado. Desde 2004 estes valores não foram apurados.

3. Número de Estabelecimentos com Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC)

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 300
Índice previsto ao final do PPA: 300

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. O índice apurado em 2005 supera em 20% o índice de referência. Além disso, espera-se que o índice supere o previsto para o final do PPA.

Contextualização

Assegurar a inocuidade e melhoria da qualidade dos produtos e alimentos de origem animal e vegetal é fundamental para a adequada proteção do consumidor, bem como para assegurar a competitividade da agroindústria brasileira, tanto para o comércio nacional como internacional, contribuindo para a redução do Custo Brasil e adequando as regras e padrões internacionais nos termos dos acordos da Organização Mundial do Comércio (OMC), especialmente de agricultura.

Ressalta-se, ainda, a influência e interação com outras áreas e atividades, como melhoramento da produtividade agrícola e pecuária, demanda de pesquisas aplicadas, melhor implementação dos sistemas de classificação de vegetais e de carcaças de animais, políticas de abastecimento e comercialização.

O programa visa a atacar os problemas de risco à saúde humana, pela contaminação de produtos de origem agropecuária, e ao mercado, pela fraude e ausência de qualidade e conformidade.

Principais Resultados

- Crescimento de 20% no número de estabelecimentos de produção de alimentos e bebidas com controle sanitário (300) em relação ao índice inicial do PPA (250).

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Apesar de os indicadores atuais refletirem adequadamente os resultados quantitativos do programa, eles deverão ser fundamentados em estatísticas e análise de riscos para serem melhor substanciados em uma próxima oportunidade de revisão. Além disso, os produtos devem incorporar um componente da qualidade da implementação das ações. Alguns produtos devem ser revistos, como, por exemplo, o número de estabelecimentos inspecionados/fiscalizados e o nível de adequação dos estabelecimentos após inspeção fiscal ou ação de treinamento. Por fim, os produtos de transferência de tecnologia devem ser revistos à luz das peculiaridades deste processo.

O contingenciamento de recursos e a pouca clareza em relação às políticas de disponibilização efetiva de recursos dentro dos prazos requeridos dificultou o trabalho dos gerentes, dos coordenadores de ação, dos responsáveis técnicos e dos executores operacionais. Houve dificuldade em planejar a execução, tendo em vista os constantes atrasos na liberação dos recursos.

Este programa é extenso e poderia ser dividido em programas objetivos, como área animal e área vegetal, mas garantindo sua integração, a qual seria aferida a partir de projetos em cooperação, benefícios múltiplos, usuários múltiplos, transversalidade na cadeia produtiva, dentre outros.

A periodicidade de monitoramento é mensal, embora algumas ações, principalmente na área animal, estejam associadas a dificuldades muito maiores de monitoramento constante, devido à estrutura verticalizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

O desempenho físico das ações foi efetuado de forma limitada pela gerência-executiva, mas em escala substancialmente menor pela gerência. A comunicação e o trânsito de informações no MAPA ainda são objeto de dificuldades extremas, somadas ao ritmo de trabalho pouco planejado imposto ao gerente do programa. Ainda assim, as informações de execução são obtidas periodicamente e problemas críticos são imediatamente corrigidos. A arquitetura horizontalizada do MAPA favoreceria uma gestão por processo, uma necessidade deste programa.

Apesar de a execução programada não ter sido interrompida, houve transtornos consideráveis durante todo o trabalho. Os problemas poderiam ter sido facilmente evitados com a melhoria dos processos de planejamento e a devida valoração das atividades de defesa por tomadores de decisão externos ao MAPA.

Apesar do alto nível de experiência das equipes, são necessários treinamentos para a adequada execução operacional do programa.

Outros Aspectos Relevantes

A ação "Gestão e Administração do Programa (GAP)" apresentou baixa execução financeira. O valor empenhado liquidado reflete cerca de 50% da execução do orçamento disponível. Foram comprometidos mais de 99% dos recursos que seriam destinados ao pagamento de serviços terceirizados de informática. Todavia, foi possível cobrir despesas relativas: a passagens, diárias, pagamento de estagiários e aluguel, possibilitando a manutenção de atividades do programa; a participação no Codex Alimentarius (reuniões para discussão de projetos críticos, palestras de informação e sensibilização), o que permitiu a obtenção de informações necessárias à consecução do programa; e a mão-de-obra para ações operacionais e de apoio.

Recomendações

- Melhorar a comunicação e o trânsito de informações entre os órgãos do MAPA.
- Inclusão do indicador "Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal e Vegetal".



Ministério da Ciência e Tecnologia

Biotecnologia
Ciência e Tecnologia para Inclusão Social
Ciência, Natureza e Sociedade
Desenvolvimento da Nanociência e da Nanotecnologia
Difusão e Popularização da Ciência
Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa
Gestão da Política de Ciência e Tecnologia
Inovação e Competitividade
Mudanças Climáticas Globais
Nacional de Atividades Espaciais - PNAE
Nacional de Atividades Nucleares
Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Sociedade da Informação

Sumário Executivo

Em 2005, do total previsto para o Ministério da Ciência e Tecnologia, foram utilizados R$ 3,6 bilhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 5.140.026.727,00	**Realizado orçamentário[1]:**	R$ 3.589.627.714,00
Recursos não orçamentários previstos:	-	**Realizado não orçamentário:**	-
Total previsto:	R$ 5.140.026.727,00	**Total realizado:**	R$ 3.589.627.714,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R$ 312,5 milhões inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R$ 283,5 milhões.

Principais Resultados

Os principais resultados obtidos pelo conjunto dos programas do Ministério da Ciência e Tecnologia em 2005 a serem destacados foram:

- Aumento no volume de bolsas concedidas - O programa "Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa" contabilizou 51.753 bolsas-ano, experimentando um aumento de 5% em relação ao ano de 2004. Cada bolsa-ano compreende doze mensalidades pagas a um ou mais beneficiários no ano. As modalidades que mais cresceram foram as de pós-doutorado (33,5%), desenvolvimento tecnológico industrial (12,5%), desenvolvimento científico regional (11,8%), mestrado (9,2%) e doutorado (8,3%).
- Avanço considerável nas pesquisas científicas e tecnológicas, evidenciado pelo número de publicações, com destaque para as revistas estrangeiras indexadas, principalmente nos campos da Física, Astronomia, Matemática, Tecnologia da Informação, Biotecnologia e das Fontes Alternativas de Energia.
- Recuperação da infra-estrutura física de praticamente todas as Unidades de Pesquisa vinculadas ao MCT.
- Conclusão do Projeto PRODES (Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia) e do sistema DETER (Detecção de Desmatamento em Tempo

[1] A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

Real), voltados ao monitoramento da Amazônia, ambos operados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

- Lançamento de várias Chamadas Públicas pela Finep, a exemplo do Programa Institucional de Infra-estrutura para Pesquisa e Pós-graduação - Proinfra, que teve 91 projetos aprovados.
- Contratação de 2.771 projetos aprovados a partir de Editais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e lançamento de três novos Editais, contemplando várias áreas do conhecimento científico.
- Atualização em 8.558% da velocidade de transmissão da Rede E-Conhecimento, alcançando a banda agregada total de 35 Gbps (gigabits por segundo) e, por força da nova tecnologia óptica utilizada, com uma redução de custo por gigabit de 37,8% em relação a 2003, situando a rede acadêmica brasileira que apóia as instituições de pesquisa do Brasil no mesmo patamar de conectividade das redes existentes nos países mais desenvolvidos.
- Desenvolvimento do Portal Inovação, uma plataforma interativa para troca de dados entre universidades, empresas e institutos de pesquisa, visando a promover a cooperação entre a competência nacional em C&T e a comunidade empresarial, de forma a desencadear processos inovadores nos diversos setores socioeconômicos do país. Essa nova plataforma permite a declaração das demandas do setor empresarial e dispõe de um espaço de interação, envio de propostas e de buscas especializadas por oportunidades de cooperação.
- Regulamentação da Lei de Inovação, fundamental para incentivar parcerias entre centros de pesquisa, universidades e o setor produtivo. Além da subvenção, foram estabelecidos os dispositivos legais para a incubação de empresas e a possibilidade de compartilhamento de infra-estrutura, equipamentos e recursos humanos, públicos e privados, para o desenvolvimento tecnológico e a geração de produtos e processos inovadores, criando-se também regras para a participação do pesquisador público nos processos de inovação tecnológica desenvolvidos no setor produtivo.
- Criação de incentivos fiscais para a inovação nas empresas criados pela Lei nº. 11.196, que inclui a redução de 50% do IPI incidente sobre equipamentos destinados à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico. As empresas inovadoras também se beneficiarão, pois poderão deduzir do Imposto de Renda até o dobro das despesas com pesquisa e desenvolvimento, abater como despesas operacionais as transferências destinadas à execução de atividades de inovação em microempresas e empresas de pequeno porte e por inventores independentes, além de receber subvenção pública de até 50% da remuneração de pesquisadores contratados para exercer atividades de inovação tecnológica.
- Regulamentação da Lei nº 11.105 (Lei de Biossegurança), que estabeleceu um novo marco em normas de segurança e mecanismos de fiscalização das atividades de construção, cultivo, produção, manipulação, transporte, transferência, importação, exportação, armazenamento, pesquisa, comercialização, consumo, liberação no meio ambiente e descarte de organismos geneticamente modificados.
- A carteira de projetos implantados ou em implantação pelo Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas (Pappe), que financia atividades de

pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos inovadores, em fases que precedem os seus processos de comercialização, totaliza 570 projetos, envolvendo um conjunto de 530 empresas (micro, pequenas, médias e grandes empresas, incubadas ou não).

- Aquisição pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) de dois novos cíclotrons, a serem instalados em Belo Horizonte e em Recife, que permitirão a ampliação da produção de radioisótopos e radiofármacos para diagnóstico e terapia de várias doenças, contribuindo para ampliar a utilização da energia nuclear na melhoria da qualidade de vida dos brasileiros.
- Apoio a 349 projetos de fomento à transferência de tecnologia e parcerias entre instituições de pesquisa e comunidades carentes, em áreas como o processamento de materiais recicláveis e a produção de alimentos para famílias pobres e pequenos criatórios.
- Realização da 2ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, mobilizando 844 instituições, que organizaram 6.710 atividades de popularização da ciência e da tecnologia em 333 Municípios brasileiros.
- Realização da 1ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, contando com a participação de 10,5 milhões de estudantes de 31 mil escolas, constituindo-se em um dos maiores certames estudantis de teste de conhecimentos de todo o mundo.
- Na área da nanociência e nanotecnologia, apoio a 10 novas redes de pesquisa, a 19 projetos de pesquisa conduzidos por jovens pesquisadores (doutores com até cinco anos de formação), a nove projetos de pesquisa participativa com empresas, a três laboratórios estratégicos - Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, Embrapa Instrumentação e Centro Estratégico de Tecnologia do Nordeste (Cetene) - e a onze projetos de apoio a incubadoras em nanotecnologia, contribuindo para o desenvolvimento da nanociência e da nanotecnologia, que são áreas portadoras de futuro identificadas na Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior.
- Com a entrada em vigor do Protocolo de Quioto, o Brasil tem se destacado como um dos países mais organizados e estruturados no que tange à implementação de projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), estando em segundo lugar quanto ao número de projetos em desenvolvimento, com um total de 85 projetos em processo de validação e registrados, o que representa 23% do total de projetos no mundo e uma redução de 133 milhões de toneladas de CO2 equivalentes durante o primeiro período de obtenção de crédito.

Aspectos Relevantes

- Dos 13 programas existentes em 2005, seis deixaram de existir em 2006 (programas 0466, 1110, 1112, 0463, 0475 e 0465) e um foi criado (1388 - Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior - PITCE). A quase totalidade das ações e indicadores dos programas excluídos, no entanto, foi migrada para outros programas e continuam existindo na programação. As dificuldades descritas a seguir prejudicaram a implementação do programa.
- Inexistência de quadro próprio de pessoal na Agência Espacial Brasileira.
- Qualificação insuficiente dos recursos humanos das equipes gerenciais de três programas (programas 1112, 0471, 1122) e nas equipes executoras

(programas 0461, 1122), levando a dificuldades no gerenciamento de programas tematicamente abrangentes como o programa "Ciência, Natureza e Sociedade".

- Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes gerenciais em nove dos 13 programas vigentes em 2005 (programas 1113, 1112, 0475, 0473, 0471, 0466, 0464, 0461, 1122) e nas equipes executoras de quatro programas (programas 0473, 0464, 0461, 1122), levando a um acúmulo de atribuições e atividades. Tal problema tende a se agravar em função da idade média elevada dos servidores e as conseqüentes aposentadorias futuras e a falta de reposição de quadros.
- Financeiro comprometido com restos a pagar em cinco programas (programas 0460, 1112, 0471, 1122, 0464).
- Dificuldades de comunicação e articulação com outros Ministérios em cinco dos sete programas multissetoriais vigentes em 2005 (programas 0466, 0461, 1122, 0464, 1112).
- Recursos materiais e ou infra-estrutura inadequada nas equipes gerenciais de cinco programas (programas 1113, 1112, 0471, 0465, 1122) e nas equipes executoras de três programas (programas 1113, 0465, 0461), em alguns casos com espaço físico inadequado à alocação dos servidores. A insuficiência na infra-estrutura interna de comunicação de dados de universidades e unidades de pesquisa é um óbice ao melhor aproveitamento das aplicações avançadas disponíveis através da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP).
- Recursos orçamentários insuficientes e contingenciamento de quatro programas (programas 1110, 0475, 0465, 0463), não permitindo o atendimento das demandas de pesquisa, necessário para impulsionar a área de nanotecnologia. Os recursos também são insuficientes, com a entrada em vigor do Protocolo de Quioto, para atender à demanda pela implementação desse instrumento, como a análise de grande número projetos do MDL.
- Liberação de recursos e autorização de aumento do limite para empenho apenas no final do exercício em sete programas (programas 1113, 1112, 0471, 0465, 0461, 1122, 0463), impactando negativamente no desempenho das ações.
- Liberações dos limites de empenho por períodos quadrimestrais (programas 0465, 0464). No Programa Nacional de Atividades Espaciais, essa restrição prejudicou a realização de licitações de grande vulto, retardando ainda mais o cronograma dos projetos.
- Dificuldades no monitoramento e acompanhamento das ações (programas 1110, 0465), por carência de recursos humanos para tal (programas 0471, 0466).
- Dificuldades em licitações e celebração de contratos em dois programas (programas 1113, 0461).
- Dificuldades na celebração de convênios por inadimplência ou incapacidade administrativa de Estados e Municípios (programa 0471) e "burocracia excessiva" (programa 0466).
- Definição inadequada do público-alvo de dois dos programas (programas 1113, 1110).
- Definição inadequada de indicadores para dois dos programas (programas 1122, 1113).

Recomendações

- Definir novos índices previstos ao final do PPA para os indicadores cujos índices previstos já foram alcançados.
- Fazer gestão no sentido de garantir a apuração dos indicadores não apurados ou apurados somente como "estimativa" em 2005, inclusive estabelecendo mecanismos de apuração.
- Alterar os indicadores do tipo "Número-índice", transformando-os em números absolutos, ajustando as correspondentes fórmulas de cálculo.
- Retomar o acesso do MCT à base do ISI (Institute for Scientific Information), fonte do indicador "Número-índice de artigos publicados por pesquisadores brasileiros em periódicos científicos indexados no ISI". Para tanto, fazer contato com a Coordenação de Acesso à Informação Científica e Tecnológica da CAPES/MEC que controla o acesso ao ISI para o Portal CAPES, evitando assim, gastos redobrados de tempo e dinheiro para a esfera federal.
- Revisar os indicadores dos programas 1122 - "Ciência, Natureza e Sociedade", 0463 - "Inovação e Competitividade" (incluindo indicador de difusão tecnológica), 0464 - "Nacional de Atividades Espaciais" (incluindo indicador de produção científica), 0466 – "Biotecnologia", 0471 - "Ciência e Tecnologia para Inclusão Social" e 1113 - "Nacional de Atividades Nucleares" (incluindo indicador de segurança nuclear) e 0460 - "Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa".
- Alterar a forma de implementação do programa 0471 - "Ciência e Tecnologia para Inclusão Social" e seus instrumentos, de forma a garantir maior execução financeira.
- Liberar recursos em reserva de contingência dos Fundos Setoriais.
- Incrementar a articulação do MCT com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) com relação à execução da ação 2092 - "Desenvolvimento de Produtos e Processos no Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA)" e para ter mais acesso às estatísticas de patentes do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade do pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

Biotecnologia

Objetivo

Desenvolver produtos e processos biotecnológicos relevantes para a produção industrial, a agropecuária, a saúde humana e o meio ambiente.

Público-Alvo

Comunidade científica e tecnológica e empresas atuantes na pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos biotecnológicos.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 64.234.247,00	Empenho Liquidado:	R$ 57.734.495,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 57.734.495,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Número-índice de tecnologias geradas no âmbito do programa

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 120

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado em 2005.

2. Número-Índice de Empresas de Biotecnologia apoiadas pelo programa

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 150

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado em 2005.

Contextualização

O termo Biotecnologia refere-se a um conjunto amplo de tecnologias envolvendo a utilização, alteração controlada e otimização de organismos vivos ou suas células e moléculas para a geração de produtos, processos e serviços. A biotecnologia permeia inúmeros segmentos industriais, utilizando técnicas inovadoras e promovendo

revoluções no tratamento de doenças, no uso de novos medicamentos para aplicação humana e animal, na multiplicação e reprodução de espécies vegetais e animais, no desenvolvimento e melhoria de alimentos, na utilização sustentável da biodiversidade, na recuperação e tratamento de resíduos, entre outras áreas com potencial cada vez maior de aplicação. Destaque especial deve ser dado aos seguintes aspectos existentes no país: competência já instalada em termos de infra-estrutura, grupos de pesquisa e recursos humanos; uma das maiores biodiversidades do planeta, com potencial de utilização na geração de novos produtos e processos de forma sustentável; um parque industrial cada vez mais atuante em diversos segmentos da biotecnologia; condições climáticas e hídricas ideais de solo para expansão da agricultura tropical; grandes demandas em questões de saúde humana que requerem soluções autóctones; desafios no setor da agropecuária, associados à melhoria da produtividade e expansão da fronteira agrícola, entre outros.

Principais Resultados

- Implementação de iniciativas de geração de tecnologias inovadoras, com destaque para os seguintes projetos: 1) algodão resistente a insetos, executado pela Embrapa Biotecnologia e Recursos Genéticos; 2) validação do ensaio de liberação de citocinas in vitro para o controle da qualidade de produtos injetáveis em humanos; 3) diagnóstico sorológico da tuberculose - novos testes com antígenos recombinantes; 4) sistema calicreína-cininas como alvo para novas terapias (ex. obesidade e hipertensão)
- Formação de recursos humanos em temas avançados de biotecnologia, com a realização de oito cursos de curta duração, no âmbito do CBAB (Centro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia), além do apoio à participação de alunos e professores brasileiros em 10 cursos argentinos e um colombiano.
- Fortalecimento da rede nacional de biologia molecular estrutural, bem como das redes estaduais de pesquisas proteômicas, com destaque: Rede Proteômica do Paraná, que avalia o status protéico do cafeeiro em condições de estresse híbrido; Rede Proteômica. da Bahia, focada na interação do cacaueiro infectado com o fungo causador da vassoura-de-bruxa; Rede Proteômica do Ceará, voltada para a identificação de proteínas em condições de estresses bióticos e abióticos.
- Fortalecimento da pesquisa em biologia molecular estrutural no Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), bem como, a ampliação da competência na área nessa instituição.
- Na área de biofármacos e imunobiológicos destacam-se um elenco de ações que recebeu recursos provenientes do Fundo Setorial de Biotecnologia, a exemplo de: bioprodutos de uso terapêutico baseados em ações farmacológicas de substâncias extraídas da flora e da fauna brasileira; vacinas para rotavírus e influenza; pesquisas básicas, pré-clínicas e clínicas em terapia celular utilizando-se células tronco embrionárias e adultas; tecnologia e escalonamento industrial para produção de imunobiológicos para saúde humana e animal.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Foram identificadas restrições administrativas: o poder de articulação entre as ações por parte da gerência dos programas foi diminuído pela institucionalização das ações.

A burocracia excessiva para contratação de convênios diminuiu o desempenho da execução das ações descentralizadas. Com relação aos recursos humanos na equipe gerencial, há necessidade de um quantitativo maior para dar suporte às diversas atividades de monitoramento, acompanhamento e avaliação das atividades. No caso de execução da ação desenvolvimento de produtos e processos no Centro de Biotecnologia da Amazônia – CBA, implementada em outros Ministérios, houve dificuldade por falta de personalidade jurídica do CBA e como conseqüência o desempenho da ação e a articulação com o Ministério executor ainda é deficiente.

Outros Aspectos Relevantes

O Programa foi extinto na última revisão do Plano Plurianual, suas ações tendo sido transferidas para o Programa 1388 – "Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior". O indicador "número-índice de tecnologias geradas no âmbito do programa" também foi transferido, com pequena alteração no título, para o Programa 1388. Assim, foram feitas apenas recomendações que se aplicam a essas ações e a esse indicador, mesmo estando em outro programa.

Recomendações

- Readequar os indicadores, especialmente do ponto de vista da periodicidade.
- Alterar o indicador de "número-índice de tecnologias geradas" para "número de tecnologias geradas", com as respectivas alterações na forma de cálculo e valores previstos.
- Alterar a fórmula de cálculo de "relação entre o número de tecnologias (produtos, processos, técnicas, protocolos) geradas no ano corrente e o número de tecnologias geradas no ano-base, multiplicado por 100" para "número de tecnologias (produtos, processos, técnicas, protocolos) geradas no ano corrente".
- Estabelecer parcerias com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq para aumentar a quantidade e a qualificação dos pesquisadores na área de biotecnologia.
- Incrementar a articulação com o MDIC com relação à execução da ação "Desenvolvimento de produtos e processos no Centro de Biotecnologia da Amazônia-CBA".
- Solucionar a questão da personalidade jurídica do CBA.
- Realizar gestão no sentido de garantir a apuração do indicador "número-índice de tecnologias geradas na área de biotecnologia", inclusive estabelecendo mecanismos de apuração.

Ciência e Tecnologia para Inclusão Social

Objetivo

Ampliar a capacidade local e regional para gerar e difundir o progresso técnico, visando à competitividade econômica e à qualidade de vida da população.

Público-Alvo

Instituições de ensino e pesquisa, empresas, prefeituras e comunidade local.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 153.295.156,00	Empenho Liquidado:	R$ 93.025.648,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 93.025.648,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador

1. Número-índice de tecnologias geradas no âmbito do programa

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 105 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 115

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média.

2. Número-índice de profissionais capacitados em tecnologias de impacto social

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 110 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 115

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. Trata-se de estimativa, pois não existe mecanismo para apurar o índice com exatidão.

Contextualização

A experiência internacional contemporânea demonstra a importância da visão sinérgica e integrada das regiões como forma de direcionar o planejamento para o

desenvolvimento sustentável. A apropriação de ciência, tecnologia e inovação no nível local, no sentido de aportar conhecimento para melhor atender às demandas sociais específicas e combater disparidades intra e inter-regionais, possibilita uma melhor compreensão da dimensão local do aprendizado e vai ao encontro da tendência de projetar políticas públicas que valorizem potencialidades e especificidades locais.

Principais Resultados

- Realização da 1ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, contando com a participação de 10,5 milhões de estudantes de 31 mil escolas, constituindo-se em um dos maiores certames estudantis de teste de conhecimentos de todo o mundo.
- Implantação da Rede de Tecnologia Social (RTS). Trata-se de um sistema organizacional integrado por instituições públicas e privadas detentoras de capacidade para atuar no desenvolvimento, difusão, reaplicação, acompanhamento e avaliação de Tecnologias Sociais.
- Lançamento de quatro editais, em conjunto com o CNPq: 1) Tecnologias apropriadas à agricultura familiar – R$ 6,3 milhões; 2) Extensão e disponibilização de tecnologias para inclusão social: água, alimentação humana e alimentação animal – RS 10 milhões; 3) Projetos integrados de geração e disponibilização de tecnologias apropriadas de base ecológica para agricultura familiar – R$ 4 milhões; 4) Tecnologias sociais para inclusão social dos catadores de materiais recicláveis – R$ 4 milhões.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Na equipe gerencial, a infra-estrutura é inadequada, os recursos materiais são insuficientes, a quantidade de recursos humanos é inadequada e sua qualificação é insuficiente. O monitoramento ainda é incipiente, pois a gerência carece de pessoal técnico para realizar tal trabalho.

Algumas das metas físicas ficaram comprometidas pela escassez de recursos e pelo reduzido limite para empenho imposto ao programa. O fluxo de recursos financeiros sofreu descontinuidade, pois só ocorreu aumento do limite para empenho no último mês do exercício de 2005, o que prejudicou a realização das atividades administrativas necessárias para a celebração de instrumentos jurídicos com as entidades executoras.

Outras restrições encontradas foram a liberação financeira insuficiente para o efetivo início das atividades definidas em cada projeto, o financeiro comprometido com restos a pagar e dificuldades de celebração de convênios por inadimplência de Estados e Municípios. Apesar do esforço da gerência quanto à orientação na elaboração de projetos, alguns entes executores não apresentaram as informações e os documentos necessários, em tempo hábil, para o apoio das demandas. Há desconhecimento, por parte da gerência, de ações implementadas em outras unidades administrativas do Ministério

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Realizar gestões no sentido de garantir a apuração do indicador "número-índice de profissionais capacitados em tecnologias de impacto social" e não apenas a geração de uma "estimativa", inclusive estabelecendo mecanismos de apuração.
- Alterar a forma de implementação do programa e seus instrumentos de forma a garantir maior execução financeira, tendo em vista que se trata do programa com mais baixa execução financeira sob responsabilidade do Ministério da Ciência e Tecnologia.
- Modificar os indicadores do tipo "número-índice", transformando-os em números absolutos e alterando as fórmulas de cálculo correspondentemente.
- Detalhar melhor o indicador "número-índice de tecnologias geradas no âmbito do programa".
- Explicitar o significado de "tecnologias de impacto social" no indicador "Número-índice de profissionais capacitados em tecnologias de impacto social".

Ciência, Natureza e Sociedade

Objetivo

Ampliar o conhecimento técnico-científico sobre as interações entre a natureza, a ciência e a sociedade, que contribuam para o entendimento das mudanças globais e para a melhoria da qualidade de vida da população.

Público-Alvo

Comunidade científica e a sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 129.508.789,00	Empenho Liquidado:	R$ 111.422.582,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 111.422.582,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 8.800.000	-

Indicador(es)

1. Número-índice de mapas temáticos gerados, contendo o cálculo da extensão e distribuição do desmatamento na Amazônia

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 140 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 180

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta.

2. Taxa de Acerto da Previsão Climática Sazonal para o Sudeste, Centro-Oeste e Sul do Nordeste

Unidade de medida: percentagem
Último índice apurado: 65 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 65

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice previsto ao final do PPA já alcançado em 2005.

3. Taxa de Acerto da Previsão da Tendência Climática Sazonal – Região Amazônica, Norte do Nordeste e Sul

Unidade de medida: percentagem
Último índice apurado: 80 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 80

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice previsto ao final do PPA já alcançado em 2005.

4. Número-Índice de Coleções Científicas

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 100 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 266

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado em 2005.

Contextualização

O programa visa entender melhor os mecanismos que determinam as mudanças globais e melhorar a capacidade de previsão meteorológica, climática, hidrológica e ambiental como um instrumento de proteção da vida, de redução de custos e de perdas materiais. Através do entendimento das complexas interações entre o meio ambiente (ecossistemas e recursos naturais), o clima (em sua variabilidade natural e antropogênica) e a sociedade, assim como os impactos destas interações sobre as mudanças globais, será possível contribuir para o desenvolvimento sustentável, com aumento da produção, redução da pobreza e dos desequilíbrios regionais e proteção do meio ambiente. O conhecimento gerado terá impactos na definição de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável, possibilitará desenvolver ferramentas analíticas para o planejamento regional e expandirá as fronteiras da ciência para a sustentabilidade no país. Essas ferramentas são importantes para se entender os óbices naturais, tecnológicos e institucionais à melhoria da qualidade de vida, à proteção dos ecossistemas e do meio ambiente. O programa aumentará a eficiência econômica nos setores de agricultura e agronegócio, energia e transportes. Será, ainda, fundamental para a otimização de atividades ligadas à prevenção da poluição atmosférica e hídrica, à proteção de ecossistemas e conservação de recursos naturais, e à defesa civil, reduzindo vulnerabilidades sociais e econômicas aos extremos ambientais.

Principais Resultados

- Implementação de duas redes de sustentabilidade - pecuária e pesca no Pantanal.
- Implementação de projetos em todas as áreas temáticas do GEOMA.
- Implementação das sub-redes e dos projetos de pesquisa da Fase II do Subprograma de C&T do PPG7.
- Fortalecimento e informatização das coleções biológicas.
- Apoio a 43 cursos de pós-graduação em Taxonomia.
- Apoio a vários projetos temáticos de bases de dados das plantas aromáticas

e frutos da Amazônia.
- Apoio ao projeto piloto para cultivo e destilação de plantas aromáticas da Amazônia para obtenção de óleos essenciais.
- Apoio às coleções fiéis depositárias.
- Apoio ao projeto "Pesquisa em Biodiversidade do Semi-Árido", para implantação e manutenção de redes de inventário da biota, e manutenção, ampliação e informatização dos acervos biológicos em áreas temáticas do Nordeste.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

As ações implementadas por outros Ministérios são um entrave para o gerente do programa, uma vez que dificultam o acesso a informações que visam ao acompanhamento e à avaliação das mesmas. Os atuais indicadores estão restritos a apenas duas áreas de atuação do programa. Na equipe gerencial, faltam equipamentos de informática compatíveis com os programas utilizados e espaço adequado para instalação da equipe gerencial e seus instrumentos de trabalho. A quantidade de recursos humanos na equipe gerencial é insuficiente, sendo necessários mais servidores de nível médio (apoio) e superior (assessoria técnica). Nas Coordenações responsáveis pelas ações finalísticas, existe um número de servidores contratados temporariamente que, em breve, terão seus contratos encerrados, fato que poderá trazer sérios transtornos para o desempenho das atividades dessas áreas, caso não sejam efetivados os novos servidores concursados para o quadro efetivo. A qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial e das equipes executoras é insuficiente, dada a abrangência temática do programa. Outra restrição é o atraso na liberação de recursos, em relação ao pedido formal de pagamento. A imposição de limites financeiros menores que os limites orçamentários, agravados com o financeiro comprometido com os restos a pagar, vem se tornando uma prática negativa para o desempenho das ações.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Definir novos índices previstos ao final do PPA para os indicadores "taxa de acerto da previsão climática sazonal para o Sudeste, Centro-Oeste e Sul do Nordeste" e "taxa de acerto da previsão da tendência climática sazonal – Região Amazônica, Norte do Nordeste e Sul". Os índices previstos já foram alcançados.
- Ampliar os indicadores e adequar os existentes.
- Modificar os indicadores do tipo "número-índice", transformando-os em números absolutos e alterando as fórmulas de cálculo correspondentemente.

.

Desenvolvimento da Nanociência e da Nanotecnologia

Objetivo

Desenvolver novos produtos e processos em nanotecnologia visando o aumento da competitividade da indústria nacional.

Público-Alvo

Setor produtivo, instituições de ensino e pesquisa e sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 12.275.246,00	Empenho Liquidado:	R$ 11.183.240,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 11.183.240,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de participação do programa na geração de pedidos de patentes em nanotecnologia

Unidade de medida: %
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado em 2005.

2. Número-índice de novos produtos e processos desenvolvidos com apoio do programa

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 100 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: 1000

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado em 2005. Não foi possível estabelecer um método eficiente para verificação do indicador junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

Contextualização

A nanotecnologia é, hoje, um dos principais focos das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação em todos os países industrializados. Seu desenvolvimento tem sido apontado como uma nova revolução tecnológica, simbolizando sua importância como área estratégica perante a globalização, que impõe alta competitividade tecnológica. Estima-se que, de 2010 a 2015, o mercado mundial para materiais, produtos e processos industriais baseados em nanotecnologia será de 1 trilhão de dólares. A nanotecnologia já encontra aplicações em praticamente todos os setores industriais e de serviços. Seu impacto deverá impulsionar vários setores da economia: eletroeletrônica, veículos e equipamentos de transportes, tecnologia da informação, construção civil, química, petroquímica, agronegócio, biomedicina e terapêutica, ótica, metrologia, metalurgia e produção mineral. O elevado grau de inovação, conferido pelas mudanças em produtos e processos industriais gerados pela nanotecnologia, deverá causar obsolescência de diversos produtos e processos, atualmente em uso. Para evitar que essa obsolescência comprometa a competitividade da indústria brasileira e o conseqüente desenvolvimento econômico do país é necessário um programa ousado e consistente, estruturado em vigorosa atividade de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Ifocada na interação entre o setor produtivo e o setor acadêmico, visando à criação de produtos.

Principais Resultados

- Criação de 10 redes de pesquisa em nanociência e nanotecnologia.
- Contratação de 19 projetos de pesquisa realizados por jovens pesquisadores (doutores com até cinco anos de formação).
- Contratação de 9 projetos cooperativos empresas/universidades.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A principal restrição referiu-se a mudanças constantes na política setorial, que fogem à governabilidade do gerente executivo e dos coordenadores de ação. Essas mudanças impediram a implementação de uma das ações de acordo com a estratégia prevista. Alguns aspectos de concepção do programa foram considerados inadequados, como a inclusão de "sociedade" no público-alvo, o que dificulta a obtenção de resultados no índice de satisfação do público-alvo, pois os resultados das pesquisas básicas demoram um tempo considerável para se transformar em produto capaz de causar impacto perceptível pela sociedade. O programa ressente-se da ausência de instrumentos formais que assegurem o acompanhamento dos projetos pelos coordenadores das ações. Os recursos financeiros do não são suficientes para atender à demanda do programa.

Outros Aspectos Relevantes

O programa foi extinto na última revisão do Plano Plurianual, suas ações tendo sido transferidas para o Programa 1388 – "Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior". O indicador "número-índice de novos produtos e processos desenvolvidos com apoio do programa" também foi transferido, com pequena alteração no título, para o Programa 1388. Assim, foram feitas apenas recomendações que se aplicam a essas ações e indicador, mesmo estando em outro programa.

Recomendações

- Criar instrumentos formais que assegurem o acompanhamento dos projetos pelos coordenadores das ações.
- Fazer gestão no sentido de garantir a apuração do indicador "número-índice de novos produtos e processos desenvolvidos na área de nanotecnologia", inclusive estabelecendo mecanismos de apuração.
- Modificar o indicador "número-índice de novos produtos e processos desenvolvidos na área de nanotecnologia", transformando-o em "número de novos produtos e processos desenvolvidos na área de nanotecnologia". Alterar a fórmula de cálculo de "Relação entre o volume de exportações brasileiras baseado em materiais, produtos e processos em nanotecnologia no ano e o volume de exportações brasileiras baseado em materiais, produtos e processos em nanotecnologia no ano-base, multiplicado por 100" para "volume de exportações brasileiras baseado em materiais, produtos e processos em nanotecnologia no ano".

Difusão e Popularização da Ciência

Objetivo

Promover a democratização do acesso ao conhecimento e seus benefícios, por meio de sua difusão e da popularização da ciência.

Público-Alvo

Centros e instituições de pesquisa, comunidade científica, professores, alunos e sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 64.975.011,00	Empenho Liquidado:	R$ 54.276.349,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 54.276.349,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 2.835.000,00	R$ 1.786.564,85

Indicador(es)

1. Número-Índice de Acessos aos Sites das Instituições Federais de Pesquisa

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 135 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 140

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. Trata-se de estimativa, pois não existe mecanismo para apurar o índice com exatidão.

2. Número-Índice de Visitação às Instituições Federais de Pesquisa e a Museus

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 130 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 140

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. Trata-se de estimativa, pois não existe mecanismo para apurar o índice com exatidão.

3. Número-índice de docentes capacitados no ensino de ciências com o apoio do programa

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 115 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 150

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. Trata-se de estimativa, pois não existe mecanismo para apurar o índice com exatidão.

Contextualização

A percepção de que as questões científicas e tecnológicas apenas interessam a um círculo restrito impede que a ciência e a tecnologia venham a desempenhar plenamente o seu papel no desenvolvimento do país e a elevação da qualidade de vida da população. A compreensão pública do que é ciência constitui elemento fundamental na construção da cultura científica e é complementar à educação para a ciência, na medida em que atua na informação ao público sobre os grandes temas científicos e tecnológicos e suas implicações na qualidade de vida. A sociedade do conhecimento exige que se estabeleçam ações de estímulo individual ao aprendizado contínuo e ao desenvolvimento de uma cultura científica e tecnológica. Nesse sentido, a educação científica e tecnológica deve dirigir-se aos estudantes da educação básica e das escolas técnicas, aos professores e aos administradores escolares, bem como a todos os cidadãos que necessitam de conhecimentos básicos e aplicados de ciência e tecnologia. O programa define duas linhas de atuação, uma voltada para o estímulo à difusão do conhecimento científico e tecnológico, e a outra voltada para a popularização da ciência. A difusão do conhecimento científico e tecnológico é requisito para responder ao desafio da construção de uma sociedade em que o conhecimento é o propulsor das conquistas culturais, sociais e econômicas.

Principais Resultados

- Realização da 2ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.
- Apoio a diversos projetos de implantação de Centros Vocacionais Tecnológicos.
- Apoio à realização de Olimpíadas de Português, Astronomia e Biologia.
- Apoio aos museus de ciências e a seminários de ciências para jovens.
- Implantação de sistemas de informações e comunicação para a rede de tecnologia social.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O fluxo de recursos financeiros sofreu descontinuidade com aumento do limite para empenho autorizado apenas no último mês do exercício de 2005, o que prejudicou a realização das atividades administrativas necessárias ao apoio das demandas. A quantidade de recursos humanos e materiais é insuficiente e a infra-estrutura e a qualificação dos recursos humanos são inadequadas na equipe gerencial. Outra restrição foi o financeiro comprometido com restos a pagar. Há desconhecimento, por parte da gerência da ação implementada em outro Ministério e de ações implementadas em outras unidades administrativas do próprio Ministério.

Outros Aspectos Relevantes

O programa foi extinto na última revisão do Plano Plurianual, suas ações tendo sido transferidas para os programas 0471 – "Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e Desenvolvimento Social" e 0461 – "Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico". Os indicadores do programa foram transferidos para o programa 0471 – "Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e Desenvolvimento Social". Assim, foram feitas apenas recomendações que se aplicam a essas ações e indicadores, mesmo estando em outros programas.

Recomendações

- Fazer gestão no sentido de garantir a apuração dos indicadores "número-índice de acessos aos sites das instituições de pesquisa do MCT", "número-índice de docentes capacitados no ensino de ciências com o apoio do programa" e "número-índice de visitação às instituições de pesquisa e museus do MCT" e não apenas a geração de uma "estimativa", inclusive estabelecendo mecanismos de apuração.
- Modificar os indicadores do tipo "número-índice", transformando-os em números absolutos. Alterar as fórmulas de cálculo correspondentemente.

Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa

Objetivo

Ampliar a capacidade de resposta do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia às demandas de conhecimento e de serviços técnico-científicos da sociedade, mediante a formação e capacitação de pesquisadores.

Público-Alvo

Pesquisadores, estudantes de nível superior, universidades e centros de pesquisa, públicos e privados.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 597.629.389,00	Empenho Liquidado:	R$ 598.590.780,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 598.590.780,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Bolsistas de Doutorado do Programa (CNPq) que se Titularam

Unidade de medida: %
Último índice apurado: 68 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 85

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média.

2. Taxa de ex-bolsistas de doutorado do programa (CNPq), cadastrados como pesquisadores no Diretório dos Grupos de Pesquisa

Unidade de medida: %
Último índice apurado: 50 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 60

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média.

3. Taxa de pesquisadores apoiados pelo programa

Unidade de medida: %
Último índice apurado: 25 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 25

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado para 2005.

4. Coeficiente de pesquisadores doutores em relação à população

Unidade de medida: 1/1.000.000
Último índice apurado: 264 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 300

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa.

5. Taxa de doutores em relação aos pesquisadores do diretório dos grupos de pesquisa

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 62 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 66

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta.

6. Taxa de egressos do programa de bolsas de iniciação científica (PIBIC) em programas de pós-graduação

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 25 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 30

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média.

Contextualização

O aumento da atividade de Ciência e Tecnologia (C&T), nos dias atuais, é componente importante para a inserção e adequada competição das nações no contexto atual de globalização. Para esta atividade, além de instalações e equipamentos adequados, são necessários recursos humanos altamente capacitados. Este programa destina-se a ampliar e consolidar a base de pesquisa técnico-científica, resultante de esforços empreendidos com êxito ao longo de décadas, por meio da formação e capacitação de recursos humanos. A qualidade já alcançada permite, neste momento, fixar com mais precisão os focos que devem orientar o crescimento do quadro de pesquisadores, nos diversos níveis de formação. Assim, o programa define suas ações em 4 grandes linhas: a) buscar a permanente formação e atualização dos pesquisadores brasileiros,

tendo como referência os mais elevados padrões internacionais; b) assegurar o processo de renovação do quadro de pesquisadores, numa perspectiva de longo prazo, estimulando o surgimento de novas vocações; c) orientar segmentos da base de pesquisadores para a capacitação em áreas de reconhecida relevância e/ou definidas como estratégicas, a fim de dar respostas aos grandes problemas sociais e aos desafios associados à agenda de modernização do País; d) preparar os quadros técnicos de suporte à pesquisa.

Principais Resultados

- Aumento no volume de bolsas concedidas: o programa contabilizou 51.753 bolsas-ano, concedidas em 2005, experimentando um aumento de 5% em relação ao ano de 2004. Cada bolsa-ano compreende 12 mensalidades pagas a um ou mais beneficiários no ano. As modalidades que mais cresceram foram as de pós-doutorado (33,5%), desenvolvimento tecnológico industrial (12,5%), desenvolvimento científico regional (11,8%), mestrado (9,2%) e doutorado (8,3%). Com os resultados de 2005, a quantidade de bolsas concedidas pelo programa retorna ao patamar histórico,, ocorrido em 1995.
- Bolsas de Extensão: iniciou-se à implementação das bolsas de extensão no país, destinadas a apoiar profissionais especialistas engajados no desenvolvimento de atividades inovadoras de extensão e de transferência de tecnologia, voltadas para a disseminação de conhecimentos que possam contribuir para a inclusão social de parcelas menos assistidas da população, para as quais a absorção de tecnologias e processos inovadores pode trazer grandes benefícios.
- Ampliação do programa de iniciação científica Jr.: o programa foi ampliado com a concessão de duas mil novas bolsas, atingindo, assim, aproximadamente 5 mil bolsas em 2005. Prevê-se que esta modalidade atinja 7 mil bolsas ao final de 2006, uma vez que foram concedidas, no final de 2005, mais 2 mil bolsas aos vencedores das olimpíadas de matemática. Importante destacar que estas bolsas atendem, também, aos estudantes do ensino médio e podem ser inseridas no leque de ações do MCT para a inclusão social.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O programa não tem conseguido acompanhar o crescimento do seu público-alvo como deveria. Há necessidade de se aumentar o ritmo de formação de recursos humanos para a pesquisa, visando adequar-se ao crescimento verificado na demanda, formada pelos cursos de pós-graduação, institutos de pesquisa públicos e privados, centros de P&D, entre outros, inclusive adequando as metas físicas correspondentes. A execução financeira do programa não foi suficiente, gerando restos a pagar para 2006. A inscrição em restos a pagar tem comprometido os limites do ano seguinte. Assim, muitos pesquisadores, com projetos inscritos em restos a pagar, podem ficar até seis meses sem receber recursos, o que compromete a execução de seus projetos de pesquisa.

Outros Aspectos Relevantes

A bem sucedida utilização de Comitês Assessores (CAs) na concessão dos apoios, dada a escassez de recursos e em face de uma clientela altamente competitiva e

exigente, pode ser considerada uma boa prática de gestão a ser aplicada a sistemas semelhantes da administração pública. Os CAs são formados por membros da comunidade científica nacional.

Recomendações

- Alterar os índices de referência para os indicadores "Taxa de bolsistas de doutorado do programa (CNPq) que se titularam" e "Taxa de ex-bolsistas de doutorado do programa (CNPq) cadastrados como pesquisadores no Diretório dos Grupos de Pesquisa", pois derivam de fórmula de cálculo de metodologia anteriormente adotada e foram utilizados antes de o novo indicador ser apurado pela primeira vez.
- Esclarecer a fórmula de cálculo dos indicadores "Taxa de bolsistas de doutorado do programa (CNPq) que se titularam" e "Taxa de ex-bolsistas de doutorado do programa (CNPq) cadastrados como pesquisadores no Diretório dos Grupos de Pesquisa".
- Tornar o censo do Diretório dos Grupos de Pesquisa anual (ou de extração possível a qualquer tempo), uma vez que é fonte de informação para vários indicadores do programa.
- Fazer maiores aportes de recursos, para que o programa possa acompanhar a demanda atual por formação de recursos humanos para a pesquisa no país.
- Alterar o objetivo do programa, que é bastante amplo. Além disso, á incompatibilidade entre o objetivo e os indicadores existentes (o objetivo é mais amplo do que os indicadores captam).

Gestão da Política de Ciência e Tecnologia

Objetivo

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de ciência e tecnologia.

Público-Alvo

Governo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 26.384.116,00	Empenho Liquidado:	R$ 21.506.433,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 21.506.433,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

Este programa não possui indicadores, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

Contextualização

O momento atual requer nova forma de atuação do Estado, em que as atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais assumam especial relevância na formulação, na avaliação, no reordenamento e no controle dos programas finalísticos.

Muitos fatores afetam o desempenho do Brasil, principalmente as carências estruturais, como as de vias de transporte, pontos estratégicos de embarque e desembarque, logística em armazenamento, acondicionamento e distribuição, estruturas de organização e gestão especializadas em comércio internacional e, na área fitossanitária, sistemas estruturados de monitoramento e controle de pragas, vigilância fitossanitária, além de barreiras fitossanitárias em fronteiras interna e externa. Quanto a ocorrências de perdas, significativos índices são observados desde a produção no campo até os pontos de distribuição, como desperdícios que atingem cerca de 90% no segmento do caju e 50% no setor da banana. Dentre os fatores externos, os de maior relevância referem-se a mecanismos de proteção vigentes no segmento agrícola, fortemente subsidiado por países como os Estados Unidos (EUA) e membros da União Européia (UE), além de rigorosos critérios em barreiras fitossanitárias e limites máximos de resíduos químicos, que ainda não contemplam os requisitos básicos para as frutas tropicais.

Os esforços do PROFRUTA priorizam ações para qualificação de técnicos e gestores da cadeia das frutas, em estratégicas áreas temáticas, abrangendo os principais pólos do país, e representam um dos fatores de impacto nos resultados até aqui alcançados. Compreendem atividades em processos de incorporação tecnológica no campo e tratamentos em empacotadoras, em conformidade com requisitos de mercado internacional, como o do sistema da Produção Integrada de Frutas (PIF), que se fundamenta em princípios da sustentabilidade ambiental e agrícola, segurança alimentar e saúde humana e, sobretudo, viabilidade econômica. Associado às ações de capacitação, outro fator de importância refere-se à organização da base produtora, que confere possibilidades de agregação de valor, escala de produção e padrões de qualidade na oferta, mediante ações de integração de diferentes agentes da cadeia das frutas. O resultado observado é a melhor competência gerencial, maior padrão qualitativo das frutas ofertadas e, conseqüentemente, mais competitividade na inserção do setor frutícola em importantes mercados interno e externo. As principais parcerias envolvidas nesta matriz de integração registram 21 órgãos federais, 19 estaduais, 13 universidades, 17 associações de produtores e cooperativas e, ainda, 3 instituições internacionais, totalizando 73 organismos atuando em áreas temáticas como biotecnologia, entomologia, fitossanidade, nutrição, solo, água, biologia, ecologia, logística em pré e pós-colheita, tecnologia da informação, gestão do agronegócio, dentre outras áreas. A interação das atividades é processada em cada um dos 57 projetos implementados pelo convênio Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (MAPA/CNPq), sendo 27 na área da PIF, 25 em Implantação de Viveiros Matrizes e Borbulheiras e 5 da Defesa Fitossanitária, abrangendo as espécies frutíferas de importância socioeconômica nos principais pólos do País.

Principais Resultados

- Efetivação e continuidade da política traçada no Plano Estratégico do MCT em 2004, desdobrado nos eixos: política industrial, tecnológica e de comércio exterior, objetivos estratégicos nacionais, CT&I para a inclusão e o desenvolvimento social, consolidação, expansão e integração do sistema nacional de CT&I.
- Consolidação da cooperação entre o MCT e os sistemas estaduais de CT&I.
- Realização da 3a Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (3a CNCTI), em novembro de 2005, onde foram debatidas questões que ampliam as percepções de como a ciência, a tecnologia e a inovação produzidas no Brasil podem e devem ser usadas como estratégia para promover o desenvolvimento econômico, político, social e cultural do país.
- Intensificação de ações conjuntas de cooperação internacional, destacando-se: 41 projetos aprovados no âmbito do Programa Sul Americano de Apoio às Atividades de Cooperação em C&I (Prosul); 17 projetos no âmbito do Programa de Cooperação Temática em Matéria de C&T (Proáfrica); 12 projetos no âmbito do programa CPLP Ciências Sociais (voltado para comunidades de países de língua portuguesa); instalação de plataforma de coleta de dados para monitoramento ambiental na Bacia do Rio Zambeze, em Moçambique.
- Aprimoramento das ferramentas de gestão com o desenvolvimento de novos módulos e funcionalidades do Sistema de Informações Gerenciais

(SigMCT), visando promover maior transparência na execução do orçamento.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Não foram identificadas inadequações na concepção. A equipe gerencial do programa conta com número insuficiente de recursos humanos, visto que uma mesma equipe acumula várias atribuições. A mesma restrição aplica-se às equipes executoras, tendo em vista o acúmulo de atividades.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

- O programa realiza um esforço contínuo voltado para a sensibilização dos atores envolvidos no ciclo de gestão, bem como para o fortalecimento da estrutura de acompanhamento físico-financeiro das ações e a coordenação das atividades gerenciais.

Inovação e Competitividade

Objetivo

Desenvolver e difundir soluções e inovações tecnológicas voltadas à melhoria da competitividade dos produtos e processos das empresas nacionais e das condições de inserção da economia brasileira no mercado internacional.

Público-Alvo

Setor produtivo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 630.816.268,00	Empenho Liquidado: R$ 623.022.018,00 Pago estatais: - Total: R$ 623.022.018,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de certificação de sistemas e famílias de produtos

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 220 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 170

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice previsto ao final do PPA alcançado já em 2004.

2. Taxa de pedidos de depósito de patentes no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) por Parte de Residentes

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 103 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 180

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado em 2005.

3. Taxa de Participação dos Gastos em Pesquisa e Desenvolvimento no Faturamento Bruto das Empresas

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 1,70 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: 2,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado em 2005.

4. Taxa de Participação de Novos Produtos no Faturamento Bruto Médio das Empresas

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 30,8 em 2000
Índice previsto ao final do PPA: 35

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado em 2005.

5. Coeficiente de participação de pessoal técnico em atividades de pesquisa e desenvolvimento no total de empregados das empresas

Unidade de medida: 1/1.000
Último índice apurado: 25,8 em 2000
Índice previsto ao final do PPA: 35

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado em 2005.

Contextualização

Até o início dos anos 90, o setor produtivo aplicava muito pouco na sua capacitação tecnológica: cerca de 10% do total dos investimentos em C&T, os quais, por sua vez, não ultrapassavam a 0,8% do PIB. Atualmente, tanto os investimentos globais quanto os investimentos do setor produtivo vêm crescendo significativamente, mas ainda em níveis insuficientes quando comparados ao que acontece nos países industrializados, que investem em C&T entre 2% a 3% do seu PIB, com participação majoritária do setor produtivo. Com este programa, pretende-se atingir um patamar de investimentos compatível com as necessidades e os desafios de uma economia extremamente competitiva, aprofundando e viabilizando um efetivo Sistema Nacional de Inovação. Este programa enfatiza não só a capacidade de gerar inovações tecnológicas de produtos e processos produtivos, mas também a capacidade gerencial das empresas brasileiras e ainda, em especial, estimula a formação e o fortalecimento de parcerias entre os diversos atores - empresas, institutos tecnológicos, universidades e agentes financiadores. Essas parcerias contribuem para o incremento da competitividade dos bens e serviços produzidos no País e a inserção da economia brasileira no mercado internacional.

Principais Resultados

- Em relação às ações dos fundos setoriais, cabe destacar o lançamento de um total de 36 chamadas públicas, executadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Financiadora de Estudos e Projetos – (FINEP), que aprovaram um total de 1.265 projetos.

- Durante o ano de 2005, dos 20 editais e chamadas públicas do CNPq com recursos deste programa, fundos setoriais a ele relacionados e parceiros, 926 foram aprovados e estão em contratação.
- Durante o ano de 2005, do total de projetos captados por 16 editais e chamadas públicas da FINEP com recursos deste programa, fundos setoriais a ele relacionados e parceiros, 337 foram aprovados e estão em contratação.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A principal restrição relacionada ao financiamento é o contingenciamento dos recursos, em especial nas ações relacionadas aos fundos setoriais. A descontinuidade e a irregularidade no repasse dos recursos dificultaram a implementação de algumas ações, em especial aquelas que ofereciam bolsas aos pesquisadores envolvidos em projetos já iniciados.

Outros Aspectos Relevantes

As principais ações são monitoradas e avaliadas pelos respectivos comitês gestores, em especial, aquelas relacionadas aos Fundos Setoriais. Os comitês contam com a participação de representantes dos principais órgãos de Governo, dos setores produtivos e da área científica e tecnológica.

O programa foi extinto na última revisão do Plano Plurianual; suas ações e alguns de seus indicadores foram transferidas para o Programa 1388 – "Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)". Assim, foram feitas apenas recomendações que se aplicam a essas ações e indicadores, mesmo estando em outro programa.

Recomendações

- Liberar recursos dos Fundos Setoriais em reserva de contingência.
- Modificar os indicadores do tipo "Número-índice" transformando-os em números absolutos. Alterar as fórmulas de cálculo correspondente.
- Acrescentar ao indicador "Número-índice de pedidos de depósito de patentes no INPI por parte de residentes", ou como outro indicador, o número de licenciamentos de patentes, dado que a difusão tecnológica também faz parte do objetivo do programa 1388 - Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior.

Mudanças Climáticas Globais

Objetivo

Desenvolver informações científicas relativas à emissão de gases de efeito estufa para subsidiar a definição da política de atuação em mudanças climáticas.

Público-Alvo

Comunidade científica, tomadores de decisão e a sociedade em geral, principalmente nas áreas de relações internacionais, ciência e tecnologia, agricultura, transportes, energia, pesca, saúde, indústria, serviços jurídicos legais, planejamento regional e de recursos hídricos, tratamento de resíduos e setor florestal.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 8.461.118,00	Empenho Liquidado:	R$ 2.318.965,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 2.318.965,00

Previsto não orçamentário	**Realizado não orçamentário**
-	-

Indicador(es)

Este programa não possui indicadores.

Contextualização

A mudança global do clima é o resultado do aumento, pela ação do homem, da concentração na atmosfera dos chamados gases de efeito estufa. Há evidência científica de que o aumento na temperatura média da superfície do planeta, nos últimos 150 anos, deve-se aos gases resultantes da atividade humana. Prevê-se que o problema agravar-se-á no futuro próximo. A mudança climática global é, por excelência, uma questão de competência do Estado, cabendo-lhe definir instrumentos adequados e tomar as medidas necessárias para vencer esse desafio. Para se desenhar uma política relativa ao assunto, são necessárias informações sobre o nível atual das emissões de gases prejudiciais e seus efeitos prospectivos sobre o clima. O Brasil assumiu compromisso, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima, de elaborar e periodicamente atualizar inventários de emissões e remoções de todos os gases de efeito estufa gerados pelas atividades humanas. O Brasil também foi instado a adotar medidas para limitar o crescimento de suas emissões. A participação do país nos foros internacionais de discussão sobre o tema precisa apoiar-se em informações e elementos científicos, de modo que os compromissos assumidos pelo Brasil não sejam contrários ao interesse nacional São necessários instrumentos e procedimentos que possibilitem o cumprimento dos compromissos internacionais.

Principais Resultados

- Aprovação, por parte da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, de 61 projetos no âmbito do mecanismo de desenvolvimento limpo do Protocolo de Quioto, com a respectiva emissão das cartas de aprovação. Foram analisados todos os projetos submetidos.
- Construção do laboratório de biogeoquímica e gases-traço da Embrapa Meio Ambiente, visando à capacitação para determinação de gases de efeito estufa, em especial, de gases-traço (metano e óxido nitroso), provenientes de atividades agropecuárias e florestais.
- Publicação da versão em português dos relatórios de referência que serviram de base para o primeiro inventário brasileiro das emissões antrópicas por fontes e remoções por sumidouros de gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal.
- Conclusão e apresentação dos seguintes estudos: 1) Estudo técnico-científico para avaliar os efeitos do aumento da temperatura da água do mar (relacionado às mudanças climáticas globais) sobre os organismos fotossimbiontes dos corais, cuja perda causa-lhes branqueamento, bem como de sua capacidade de tolerância e/ou aclimatação a essas mudanças ambientais bruscas; 2) Estudo retrospectivo sobre a vulnerabilidade socioambiental da população quando submetida a eventos climáticos extremos e endemias sensíveis às oscilações climáticas, como também a modelagem de um SIG, a partir do qual podem-se fazer prevenções de situações críticas que aumentam o risco da morbi-mortalidade pelas doenças selecionadas para o estudo; 3) Manual de orientação para aproveitamento do metano gerado por efluentes líquidos no Brasil, fomentando a criação de centros embrionários voltados para essa atividade no restante do país; e 4) Manual de orientação para aproveitamento do metano gerado por resíduos sólidos no Brasil, fomentando a criação de centros embrionários voltados para essa atividade no restante do país.
- Atualização e reformulação do site "O Brasil e a Convenção sobre Mudança do Clima". Atualmente, o site possui um total de 4.532 páginas publicadas, sendo 1.549 em português, 1.373 em inglês, 1.255 em espanhol e 355 em francês. Trata-se do site temático mais acessado dentro da home page do MCT.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Não foram identificadas inadequações na concepção do programa. Com a entrada em vigor do Protocolo de Quioto, os recursos orçamentários destinados ao programa são insuficientes, dada a crescente demanda gerada para implementação desse instrumento. Não há estrutura adequada no programa para apoiar, por exemplo, as atividades ligadas à aprovação de projetos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Pelo mesmo motivo, os recursos humanos na equipe gerencial estão em quantidade insuficiente.

Outros Aspectos Relevantes

O programa foi extinto na última revisão do Plano Plurianual, suas ações tendo sido transferidas para os Programas 0473 - "Gestão da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação" e 1122 – "Ciência, Tecnologia e Inovação para Natureza e Clima". Assim,

foram feitas apenas recomendações que se aplicam a essas ações, mesmo estando em outro programa.

Recomendações

- Incrementar os recursos financeiros (orçamento) e os recursos humanos (por meio de autorização de concurso público ou contratação temporária), para fazer frente ao aumento substancial da demanda de análise de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo resultante da entrada em vigor do Protocolo de Quioto.

Nacional de Atividades Espaciais

Objetivo

Desenvolver e utilizar tecnologias espaciais na solução de problemas nacionais.

Público-Alvo

Governo, comunidade científica e setor produtivo nacional.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 223.111.931,00	Empenho Liquidado:	R$ 220.068.309,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 220.068.309,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Número-índice de tecnologias geradas no âmbito do programa

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 442 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 180

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alto. A conceituação do termo "tecnologia" de forma ampla proporcionou um índice elevado e o indicador está sendo revisto para ser melhor focado.

2. Taxa de participação da indústria nacional na execução do programa

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 4,93 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 30

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado em 2005.

Contextualização

Os sistemas espaciais são essenciais não apenas na obtenção de informações sobre a Terra, como também na viabilização de aplicações e serviços decorrentes dessas informações. No caso brasileiro, as características territoriais e geopolíticas do país tornam a tecnologia espacial a única alternativa viável para o atendimento de

necessidades nacionais como as telecomunicações, o levantamento e a prospecção de recursos naturais, o acompanhamento de alterações no meio ambiente e a vigilância das fronteiras.

Principais Resultados

- O foguete de sondagem VSB-30 foi lançado com sucesso em 01/12/05, a partir do centro de lançamento de Kiruna, na Suécia, às 7h04 no horário de Brasília (DF), em vôo destinado à realização de experimentos em micro-gravidade. O sucesso desse lançamento ampliará as oportunidades comerciais de exportação desses veículos para atender os programas de micro-gravidade de outros países.
- Foram distribuídas mais de 150 mil imagens do satélite sino-brasileiro CBERS, desde a implantação da política de distribuição de imagens CBERS, em meados de 2004. As imagens são oferecidas sem custo, favorecendo o crescimento do mercado de sensoriamento remoto no país. Mais de 5 mil instituições, entre órgãos públicos, universidades, centros de pesquisa e ONGs, além da iniciativa privada, utilizaram gratuitamente as imagens do satélite. A iniciativa satisfaz os usuários de dados de sensoriamento remoto, ao mesmo tempo em que também promove a inclusão social e aproxima a sociedade do programa espacial.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Com relação às fontes de financiamento, as receitas do fundo espacial estão muito aquém do necessário para viabilizar as ações de capacitação de pessoal e promover maior integração das atividades de pesquisa e desenvolvimento com a indústria na área espacial. Do ponto de vista orçamentário as liberações dos limites de empenho por períodos quadrimestrais prejudicaram a realização de licitações de grande vulto, retardando ainda mais o cronograma dos projetos e implicando em um elevado volume de restos a pagar para 2006, da ordem de R$ 83,5 milhões. Estes restos a pagar irão provocar, por sua vez, um significativo impacto na execução do orçamento que vier a ser autorizado para 2006, visto que eles representam aproximadamente 34% do crédito orçamentário previsto para aquele ano.

Outras restrições são o financeiro comprometido com restos a pagar - foram inscritos R$ 61,7 milhões como restos a pagar e efetivamente pagos R$ 47 milhões, que representam 21% em relação ao orçamento autorizado de R$ 223,1 milhões para 2005 e dificuldades de liberação de guias de exportação de materiais ou produtos, com características de tecnologia de uso duplo. Para a ação 7299 - "Construção de Terminal Portuário em Alcântara", sob responsabilidade do DNIT/MT, os recursos foram insuficientes, faltando comunicação e coordenação com a gerência do programa.

As ações do programa relacionadas com o funcionamento da infra-estrutura de apoio às atividades espaciais não têm permitido a modernização e atualização de equipamentos. Esta questão aplica-se em especial no caso de equipamentos eletrônicos que se tornam rapidamente obsoletos, cujas peças de reposição não são mais encontradas no mercado, impossibilitando a sua manutenção. Por outro lado, pela insuficiência de recursos, algumas obras relacionadas com a infra-estrutura laboratorial (LIT, IAE,CRC,LCP) e de centros de lançamento (CEA, CLA, CLBI e

Sítio Ciclone) não puderam avançar conforme previsto e impactarão o cronograma das missões previstas pelo PNAE.

Existe uma inadequação na quantidade de pessoal, tanto na equipe gerencial quanto na executora. Particularmente, no campo gerencial, a AEB não dispõe ainda de um quadro próprio de pessoal e, no que se refere às equipes executoras, há competência em quase toda a cadeia de conhecimento científico e tecnológico do setor espacial. Entretanto, há lacunas a serem preenchidas, destacando: materiais e processos; controle de altitude e órbita; sensores e atuadores espaciais; imageadores ópticos de alta resolução; radares de abertura sintética (SAR); nanotecnologias; e propulsão líquida. Além disso, a quantidade de especialistas mostra-se insuficiente para cobrir as necessidades do programa, dada a idade média elevada de alguns grupos de especialistas e dificuldade de fixação de profissionais experientes, dado o baixíssimo nível salarial das carreiras de ciência e tecnologia e militares.

Outros Aspectos Relevantes

Como boa prática de gestão, deve ser destacada a realização da reunião de avaliação do programa, com a participação dos coordenadores de ação, assessores, executores, além de convidados da Casa Civil/PR, SPI/MP e ASCAV/MCT.

Recomendações

- Aprimorar os indicadores do programa que carecem ainda de melhor definição conceitual e aperfeiçoamento da sua metodologia de apuração.
- Aprimorar as definições dos produtos e as finalidades de algumas ações.
- Fazer gestões no sentido de garantir a apuração do indicador "Taxa de Participação da Indústria Nacional na Execução do Programa", inclusive estabelecendo mecanismos de apuração.
- Incluir indicadores tais como artigos científicos de instituições brasileiras e patentes depositadas no INPI.

Nacional de Atividades Nucleares

Objetivo

Garantir o uso seguro e pacífico da energia nuclear, desenvolver tecnologias nuclear e correlatas para a medicina, indústria, agricultura, meio ambiente e geração de energia e atender ao mercado de equipamentos, componentes e insumos para a indústria nuclear e de alta tecnologia.

Público-Alvo

Instalações nucleares e radioativas, comunidade científica, setor produtivo e sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 938.397.748,00	Empenho Liquidado: R$ 721.744.437,00 Pago estatais: - Total: R$ 721.744.437,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa do Ciclo Combustível Nuclear com Processo de Produção Nacional

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 60,3 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 76,2

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média.

2. Número-índice de tecnologias geradas com apoio do programa

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 129,5 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 104

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta.

3. Número-índice de pacientes atendidos com produtos e técnicas nucleares

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 114,7 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 122

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta.

4. Número-índice da produção de equipamentos para a indústria pesada com apoio do programa

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 198,6 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 123

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta.

Contextualização

As atividades nucleares contribuem diretamente para a qualidade de vida da população, através da utilização da tecnologia nuclear nas áreas de energia, indústria, saúde, meio ambiente, agricultura e recursos hídricos, assegurando a proteção do trabalhador, da população e do meio ambiente nelas envolvidos.

Principais Resultados

- Em 2005, foram distribuídos 18.390.624 miliCuries de radiofármacos, que permitiram a realização de cerca de 2,5 milhões de procedimentos médicos com produtos e técnicas nucleares. A meta inicialmente estabelecida no PPA para o exercício (16,8 milhões de mCi) foi ultrapassada em aproximadamente 10%, em função do aumento da demanda pela produção de radioisótopos e radiofármacos no País.
- Com relação à implantação da unidade de enriquecimento de urânio pela Indústrias Nucleares do Brasil (INB), destaca-se a comprovação técnica do processo de enriquecimento de urânio em escala industrial, pelo processo da ultracentrifugação, uma vez que a primeira cascata de ultracentrífugas (das 10 contratadas junto à Marinha-CTMSP) entrou em comissionamento a quente, possibilitando a produção de urânio enriquecido. Outro marco alcançado foi o acordo de salvaguardas nucleares firmado com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e a Agência Brasil-Argentina de Contabilidade de Material Nuclear (ABACC), que permitiu operar a primeira cascata e conseqüentemente enriquecer urânio.
- Foi concluída, pela INB, a 13ª recarga de Angra 1, com 40 elementos combustíveis (EC). Com relação à 4ª recarga de Angra 2, foram produzidos 44 EC. Em conjunto, o total de EC produzidos significou o cumprimento parcial da meta de 94 EC previstos para o exercício de 2005 (89%).
- Foram produzidas, pela Nuclebrás Equipamentos Pesados (NUCLEP), 4.749 toneladas de equipamentos no exercício. A NUCLEP concluiu, ainda,

os investimentos necessários para a produção de cascos de plataformas de petróleo semi-submersíveis, garantindo a capacitação para construção da plataforma P-51 e outras semelhantes.Também iniciou a construção de dois geradores de vapor para a usina Angra 1 e de blocos estruturais para a plataforma P-51. O pioneirismo dessas obras comprovou a capacidade técnica de construção destes componentes no Brasil, criou mais de 1 mil empregos diretos e capacitou e qualificou profissionais para futuros empreendimentos similares.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Com relação à concepção, o público-alvo está definido de forma muito genérica e não está bem dimensionado, tendo em vista sua segmentação. As ações na área de pesquisa e desenvolvimento são insuficientes para expressar a prática do programa. Os indicadores apenas revelam os resultados em quatro áreas (radiofármacos, combustíveis, desenvolvimento tecnológico e equipamentos) quando o programa também atende à regulação do setor nuclear. Os produtos de algumas ações não estão bem caracterizados, não expressando de forma adequada o resultado final de suas ações. Houve comprometimento do cronograma físico em função da descontinuidade do fluxo de recursos. A infra-estrutura de sistemas de informação é inadequada na equipe gerencial. Nas equipes executoras, o espaço físico é inadequado para a alocação de servidores e há necessidade de modernização de mobiliário, equipamentos de informática e instalações físicas. Na equipe gerencial, mais especificamente nas áreas de Segurança Nuclear e Radioproteção, existe uma grande concentração de atribuições em poucas pessoas. Outras restrições são a liberação de recursos somente no final do exercício e dificuldades em licitações e celebração de contratos, geradas pelas determinações da Lei nº 8.666.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Caracterizar melhor o público-alvo, visando a melhorar o seu dimensionamento, por meio da segmentação.
- Substituir o indicador de tecnologias geradas por um de inovação tecnológica e incluir um indicador de segurança nuclear.
- Alterar o produto da ação 2961 de "produto/serviço ofertado" para "produto/serviço fornecido", visando a contribuir melhor para os resultados do programa.
- Modificar os indicadores do tipo "número-índice" transformando-os em números absolutos, alterando as fórmulas de cálculo correspondentemente.
- Incluir indicador que mensure o uso seguro da energia nuclear, levando em consideração inspeções de segurança.
- Incluir indicadores de artigos científicos e patentes na área nuclear, contemplando o "desenvolvimento da tecnologia nuclear" expresso no objetivo do programa.

Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Objetivo

Promover o desenvolvimento científico e tecnológico do País, mediante o fortalecimento da pesquisa e da infra-estrutura técnico-científica existentes e incremento da produtividade dos pesquisadores.

Público-Alvo

Instituições de pesquisa, universidades e empresas nacionais.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 428.572.037,00	Empenho Liquidado:	R$ 400.214.497,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 400.214.497,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de produtividade científica e tecnológica dos pesquisadores das unidades de pesquisa do MCT

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 0,80 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 1,44

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa.

2. Número-índice de artigos publicados por pesquisadores brasileiros em periódicos científicos indexados no ISI

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 100 em 2002
Índice previsto ao final do PPA: 140

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado em 2005.

3. Índice numérico de produtividade científica e tecnológica dos pesquisadores apoiados pelo programa

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 100 em 2002
Índice previsto ao final do PPA: 125

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado em 2005.

Contextualização

O avanço do conhecimento científico e a aplicação de novas tecnologias são fatores de crescimento econômico das nações e, por conseqüência, da elevação e manutenção da qualidade de vida de seus povos. A competitividade de produtos e serviços está diretamente relacionada com a descoberta de tecnologias e processos mais eficazes. As inovações são fruto, principalmente, dos investimentos que o governo e o setor empresarial dedicam à ciência e à tecnologia (C&T). Países como o Brasil necessitam de investimentos em C&T proporcionalmente mais elevados e em setores estrategicamente selecionados, sem se esquecer da livre criação do conhecimento. A pesquisa em áreas na fronteira do conhecimento deve ser uma das prioridades da ação governamental, por meio do fomento direto a instituições de pesquisa e estímulo ao envolvimento do setor empresarial nesta tarefa. Os investimentos a serem feitos por meio deste programa têm como finalidade apoiar o aumento da produtividade científica e tecnológica, a geração e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, o crescimento e o fortalecimento da infra-estrutura para pesquisa, em especial nas instituições vinculadas ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). A desconcentração regional da atividade de pesquisa e os aspectos relacionados com a melhoria da qualidade de vida da população nortearão a seleção de prioridades neste programa.

Principais Resultados

- Avanço considerável nas pesquisas científicas e tecnológicas, evidenciado pelo número de publicações, com destaque para as revistas estrangeiras indexadas, principalmente no campo da Física, Astronomia, Matemática, Tecnologia da Informação, Biotecnologia, Fontes Alternativas de Energia.
- Recuperação da infra-estrutura física de praticamente todas as Unidades de Pesquisa vinculadas ao MCT.
- Conclusão do Projeto Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (PRODES) e do sistema Detecção de Desmatamento em Tempo Real (DETER), voltados ao monitoramento da Amazônia, ambos operados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).
- Lançamento de várias Chamadas Públicas pela Financiadora de Estudos e Projetos - Finep, a exemplo do Programa Institucional de Infra-estrutura para Pesquisa e Pós-graduação (Proinfra), que teve 91 projetos aprovados.
- Contratação de 2.771 projetos aprovados a partir de edital do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e lançamento de três novos editais, contemplando várias áreas do conhecimento científico.
- Contratação pelo CNPq de 203 novos projetos aprovados em edital universal para áreas de pesquisa científica e tecnológica.

- Intensificação da difusão e popularização da ciência por quase todas unidades de pesquisa, aproveitando especialmente a Segunda Semana Nacional de Ciência e Tecnologia

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A concentração de liberações de recursos ao final do ano continua sendo um problema para a execução orçamentária plena das ações. Há carência de recursos materiais nas unidades de pesquisa do MCT e deficiências em sua infra-estrutura. Os recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras são insuficientes, em especial nas Unidades de Pesquisa do MCT e no CNPq. Além disso, a qualificação do pessoal das equipes executoras também é insuficiente, especialmente o da área administrativa. Outras restrições são: o atraso na liberação de recursos e a sua liberação apenas nas últimas semanas do ano; limites financeiros insuficientes e conseqüentes dificuldades com licitações e celebrações de contratos; grandes dificuldades de comunicação e integração da gerência com ações implementadas em outros Ministérios; e as articulações insatisfatórias com outras unidades administrativas do próprio Ministério, em especial o CNPq e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

Outros Aspectos Relevantes

Os Termos de Compromisso de Gestão, assinados anualmente pelo Ministro e os Diretores das unidades de pesquisa do MCT, têm sido instrumentos fundamentais para a melhoria da gestão dessas unidades, assim como o Sistema de Gerenciamento Tecnológico (SIGTEC), criado pelo Centro de Pesquisas Renato Archer (CenPRA), do MCT, que está sendo implantado em todas unidades com bastante sucesso. Esses dois instrumentos, em particular, poderiam ser replicados na administração pública, para quaisquer instituições, com as devidas adaptações.

Recomendações

- Gerir no sentido de garantir a apuração dos indicadores "número-índice de artigos publicados por pesquisadores brasileiros em periódicos científicos indexados no ISI" e "taxa de produtividade científica e tecnológica dos pesquisadores apoiados pelo programa", inclusive estabelecendo mecanismos de apuração.
- Retomar o acesso à base do Institute for Scientific Information (ISI), fonte do indicador "número-índice de artigos publicados por pesquisadores brasileiros em periódicos científicos indexados no ISI". Para tanto, fazer contato com a Coordenação de Acesso à Informação Científica e Tecnológica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES/MEC, que controla o acesso ao ISI para o Portal CAPES, evitando gastos redobrados de tempo e dinheiro para a esfera federal.
- Revisar os indicadores de forma a medir os resultados da totalidade do programa.
- Revisar os produtos de várias ações do programa, que não expressam a realidade de suas execuções.
- Realizar imediatamente concursos públicos para as unidades de pesquisa do MCT e suas agências, particularmente o CNPq, em todas as categorias de servidores: pesquisadores, tecnologistas, técnicos, gestores e analistas de C&T.

Sociedade da Informação

Objetivo

Universalizar o acesso e a inclusão de todos os brasileiros na sociedade da informação.

Público-Alvo

Produtores e usuários do conhecimento, empresas de tecnologia e informação, comunidade tecnológica, instituições de ensino e pesquisa e sociedades.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 105.412.986	Empenho Liquidado:	R$ 96.181.544
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 96.181.544

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Número-índice de Hosts

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 168 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 300

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Programa excluído na última revisão.

2. Número-índice de Domínios Internet

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 175 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 140

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice previsto para o final do PPA ultrapassado já em 2004. Programa excluído na última revisão.

3. Número-índice de Usuários Internet

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 175 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 300

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Programa excluído na última revisão.

Contextualização

Viver numa sociedade da informação significa viver em uma nova era em que a informação flui a velocidades e em quantidades muito grandes, assumindo valores sociais e econômicos fundamentais. Três fenômenos inter-relacionados estão na origem da transformação em curso: a) a convergência da base tecnológica; b) a dinâmica da indústria; e c) o crescimento da Internet. As tecnologias envolvidas vêm transformando as estruturas e as práticas de produção, comercialização, consumo, cooperação e competição entre os agentes, alterando a própria cadeia de geração de valor. Deste modo, pode-se afirmar que a sociedade da informação representa uma profunda mudança na organização da sociedade e da economia. O Brasil dispõe dos elementos essenciais para a conclusão de uma iniciativa nacional rumo à sociedade da informação. No entanto, o caminho é repleto de desafios que refletem uma combinação singular de oportunidades e riscos. Desta forma, verifica-se que a chamada "alfabetização digital" constitui-se num elemento chave nesta era. O governo brasileiro deve promover a universalização do acesso e o uso crescente dos meios eletrônicos de informação para gerar uma administração eficiente e transparente em todos os níveis. O programa permitirá cada vez mais alavancar a pesquisa e a educação, bem como assegurar que a economia brasileira tenha condições de competir no mercado mundial.

Principais Resultados

- Fomento a dois projetos de desenvolvimento de software para exportação.
- Apoio a 15 projetos de instituições e empresas de pesquisa e desenvolvimento em microeletrônica.
- Implementação de sete pontos de presença da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) com banda maior que 100 Mbps.
- Implementação de tecnologia Multicast na RNP em todos os estados do Brasil. Essa tecnologia permite que um único fluxo de dados, proveniente de uma determinada fonte, seja enviado simultaneamente para diversos receptores interessados, oferecendo ótimos resultados para transmissão de dados multimídia.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Foram identificadas inadequações na definição dos indicadores, considerados incapazes de expressar os resultados do programa na medida em que não captam os efeitos do conjunto de suas ações. O lançamento de informações das ações, para fim de monitoramento, que deveria ocorrer mensalmente, não ocorre no prazo previsto.

Também constituem restrições o contingenciamento e a dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais. Com relação ao fluxo de recursos financeiros, o inicial retardamento na provisão dos recursos já extremamente limitados, a posterior liberação compartimentada, as provisões das ações-fim contidas nos valores do segundo quadrimestre e dificuldades com os repasses financeiros impedem a normal execução orçamentária, impactando negativamente o andamento do programa.

Os recursos materiais à disposição da gerência e na execução das ações são insuficientes, havendo falta de recursos para atualização de equipamentos de comunicação e colaboração necessários à evolução da RNP. Os sistemas de informação da gerência não atendem às necessidades e colocam em risco a integridade dos dados, o fluxo de documentos e a qualidade do tratamento que é de alta responsabilidade. Também há insuficiência na infra-estrutura interna de comunicação de dados de universidades, unidades de pesquisa e organizações usuárias, configurando barreira para o melhor aproveitamento das aplicações avançadas, disponíveis através da RNP.

A não aprovação do Projeto de Lei 1787/96 e a falta de regulamentação da Lei 11.077/04 também afetam os resultados do programa.

Outros Aspectos Relevantes

O programa foi extinto na última revisão do Plano Plurianual e suas ações foram transferidas para os programas 1008 - "Inclusão Digital", 0461 – "Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico" e 1388 – "Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)". Assim, foram feitas apenas recomendações que se aplicam a essas ações, mesmo estando em outros programas.

Recomendações

- Aperfeiçoar a integração operacional e a comunicação entre a gerência do programa e os coordenadores de ações.
- Corrigir o dimensionamento das metas físicas das ações.



Ministério da Cultura

Brasil Patrimônio Cultural
Brasil, Som e Imagem
Cultura Afro-Brasileira
Cultura, Educação e Cidadania
Engenho das Artes
Gestão da Política de Cultura
Identidade e Diversidade Cultural
Livro Aberto
Monumenta
Museu Memória e Cidadania

Sumário Executivo

Em 2005, do total previsto para o Ministério da Cultura, foram utilizados R$ 542 milhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 670.823.593,00	**Realizado orçamentário[1]:**	R$ 542.635.300,00
Recursos não orçamentários previstos:	-	**Realizado não orçamentário:**	-
Total previsto:	R$ 670.823.593,00	**Total realizado:**	R$ 542.635.300,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R$ 90,2 milhões inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R$ 72,8 milhões.

Principais Resultados

Os principais resultados obtidos pelo conjunto dos programas do Ministério da Cultura em 2005 a serem destacados foram:

- A diversidade das políticas a cargo do Ministério da Cultura (MinC) envolve vários segmentos de atuação. Na área de Cinema e Audiovisual, destaca-se a realização de 14 projetos cinematográficos por meio de editais abertos aos profissionais do setor, de 35 documentários por intermédio da iniciativa DOC-TV e de 40 filmes de curta duração por meio do programa "Revelando os Brasis", iniciativa que tem propiciado às populações carentes ou excluídas expressar aspectos relevantes de suas vidas e de seus costumes.
- O programa "Cultura, Educação e Cidadania" implementou 442 Pontos de Cultura e capacitou 6.310 pessoas em áreas de vulnerabilidade social. A iniciativa do programa é considerada prioritária pelas políticas do órgão, cuja estratégia é levar o jovem a um processo de transformação social e humana, de progressão e emancipação, reduzindo o fosso social decorrente da má distribuição das riquezas do país, particularmente nas áreas tecnológica, educacional e cultural.
- No que concerne às ações voltadas para as populações afro-brasileiras, as realizações mais significativas dizem respeito ao fomento a projetos e ao desenvolvimento socioeconômico de comunidades negras rurais. Um total de 317 comunidades remanescentes de quilombos receberam certidões de auto-reconhecimento de sua condição, documento que propicia o estabelecimento de convênios para a execução de ações voltadas ao seu

[1] A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

etnodesenvolvimento, permitindo, inclusive, garantir assessoria jurídica gratuita às comunidades tituladas.

- O conceito de diversidade, no contexto da nova política cultural brasileira, abrange, também, aspectos humanos relacionados com a aceitação do outro e com a harmonização de diferenças de ordem social, cultural ou de gênero. A promoção da cultura da paz é um dos grandes pilares dessas iniciativas. As iniciativas voltadas às sociedades indígenas, ao movimento hip-hop, à cultura digital e à produção de jogos eletrônicos também se enquadram nesse novo rol de expressões. Quanto aos segmentos sociais, os grupos GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros) foram reconhecidos por sua contribuição para a construção de um ambiente de tolerância e de combate à homofobia e à discriminação.
- O programa "Livro Aberto" manteve as estruturas operacionais de centenas de bibliotecas espalhadas pelo território nacional, apoiou a realização de feiras do livro, adquiriu acervos bibliográficos e realizou pesquisas na área do conhecimento científico aplicado ao livro e à leitura. Iniciou, também, os procedimentos de constituição de 400 novas bibliotecas em Municípios que ainda não as possuem.
- A "Difusão Cultural" destaca, no âmbito da música, o Projeto Pixinguinha, que promoveu 160 espetáculos em 53 cidades brasileiras e o Projeto Bandas, que distribui gratuitamente instrumentos de sopro às bandas civis. O "Arte sem Barreiras", direcionado a pessoas portadoras de necessidades especiais, promoveu o desenvolvimento de experiências inovadoras de conteúdo estético e artístico em favor da valorização da percepção e da expressão individual desse segmento da sociedade. As Caravanas de Circulação Regional de Teatro e Dança, de Arte Contemporânea e de Dramaturgia beneficiaram artistas nacionais no desenvolvimento de novos conteúdos e linguagens estéticas nessas áreas. Somam-se a isto a modernização e a melhoria de 40 teatros públicos ou privados sem fins lucrativos de diversas localidades brasileiras, cujos equipamentos de iluminação cênica foram modernizados com o apoio do MinC.
- O programa "Museu, Memória e Cidadania" criou o Sistema Nacional de Museus, que abre portas à valorização do patrimônio cultural de comunidades populares e tradicionais.
- Na área do Patrimônio Cultural, destacam-se as iniciativas voltadas para o fortalecimento do patrimônio imaterial da cultura brasileira e as ações de recuperação e preservação do patrimônio histórico e cultural do país. Soma-se a estes o programa "Monumenta", que desenvolve ações de recuperação de estruturas físicas, mas que principalmente gera condições favoráveis de auto-sustentação dos Municípios contemplados, pelo incremento do turismo e de outras atividades econômicas que resultem na geração de emprego e renda para as populações locais.
- No campo internacional, o Ano do Brasil na França promoveu 436 eventos culturais em 161 cidades francesas, oferecendo uma vasta retrospectiva da produção cultural nacional. Os efeitos comerciais e de divulgação da cultura e da imagem do Brasil no exterior estão ainda por ser completamente mensurados

Aspectos Relevantes

Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 48/05, oriunda da PEC 57/03, que aprovou o Plano Nacional de Cultura, reafirmou-se que a cultura represen-ta uma política estratégica para a emancipação da sociedade brasileira e é ditada por uma visão cultural inclusiva e participativa, de forma a promover uma época de desenvolvimento cultural por meio da realização satisfatória das aspirações sociais de um país tão diverso e culturalmente amadurecido.

As mudanças implementadas pela atual gestão do MinC quanto à forma de a-tendimento das demandas externas, particularmente as decorrentes da política de editais, foram fortalecidas e executadas por todas as secretarias finalísticas e unidades vinculadas, superando a política de balcão que imperava no órgão desde a sua criação.

Merece destaque a interlocução social decorrente das reuniões das Câmaras Se-toriais e dos encontros preparatórios para a constituição do Sistema Nacional de Cultura (SNC). A adesão de diversos Estados e Municípios ao SNC, por meio da assinatura do Protocolo de Intenções, permite vislumbrar a construção de políticas estáveis para o setor cultural, evitando a superposição de gastos e buscando uma melhor distribuição da ação pública nas diferentes regiões do país.

As restrições que prejudicaram o desempenho do Órgão dizem respeito às parcerias formalizadas com outros ministérios, as quais não produziram os re-sultados esperados. Pode-se citar, por exemplo, o não cumprimento dos termos de cooperação por parte do Ministério do Trabalho e Emprego, que não disponibilizou as 12.500 bolsas do primeiro emprego aos jovens dos Pontos de Cultura acordadas com o MinC e por parte do Ministério das Comunicações, que ainda não implementou as ações de instalação de antenas do programa "Governo Eletrônico/Serviços de Atendimento ao Cidadão" (GESAC) nesses mesmos Pontos de Cultura. As políticas de inclusão social do MinC dependem de parcerias com outros entes públicos, particularmente no que concerne à democratização do acesso à internet pelas populações que habitam áreas com alta vulnerabiliade social.

A liberação de limite orçamentário a partir de setembro comprometeu a execução de ações. O descontingenciamento foi o maior problema do Minc no segun-do semestre do exercício. A política de editais foi visivelmente prejudicada e áreas cruciais, como a de Cinema e Audiovisual, não puderam dar início a diversos projetos por falta de tempo hábil para efetuar os procedimentos legais típicos desse tipo de instrumento. Em relação às obras de preservação do pa-trimônio, o impacto do contingenciamento foi ainda mais grave, pois os proce-dimentos de contratação de empresas para reforma e preservação duram entre 60 e 90 dias.

Recomendação

Sugere-se maior interlocução entre os programas, considerando que as iniciativas do MinC, em sua grande maioria, têm por objetivo enfrentar problemas referentes aos aspectos de valorização da juventude em situação de vulnerabilidade social, de recuperação patrimonial e histórica, de preservação da memória nacional e de redução da discriminação e das desigualdades sociais e étnicas, entre outras. Para alavancar essa interlo-cução, o Ministério constituiu o Sistema MinC, fórum interno

voltado para o debate e aperfeiçoamento das ações de todas as secretarias e das unidades vinculadas do órgão. Embora haja aspectos comuns que permeiam a grande maioria de suas ações, existe um esforço cotidiano do MinC para evitar a superposição de esforços e o desperdício de recursos.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos pro-gramas sob a responsabilidade do pelo Ministério da Cultura.

Brasil Patrimônio Cultural

Objetivo

Preservar e revitalizar o patrimônio cultural brasileiro.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 53.502.852,00	Empenho Liquidado: R$ 33.028.287,00 Pago estatais: - Total: R$ 33.028.287,00
Previsto não orçamentário R$ 81.100.000,00	**Realizado não orçamentário** R$ 65.846.012,00

Indicador(es)

1. Taxa de Preservação de Bens Móveis Edificados do Patrimônio Histórico-Cultural Tombados pela União

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 0,06 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: 1,12

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O indicador deve ser alterado para "Taxa de Preservação de Bens Móveis e Imóveis do Patrimônio Histórico Cultural Tombado pela União". O índice final do Plano Plurianual (PPA) também deve ser modificado porque atinge uma meta superior a 100%.

O Ministério da Cultura (MinC) reconhece a fragilidade e a inadequação de muitos indicadores constantes de seus programas. Devido às especificidades do setor cultural, essas prospecções não tiveram os resultados esperados, razão pela qual não houve execução na ação "Elaboração e Aperfeiçoamento de Indicadores".

No final do exercício, soluções começaram a ser vislumbradas em parceria com profissionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na qual se busca uma profunda revisão de todos os indicadores e de suas formas de mensuração ainda em 2006.

2. Número de Registros de Bens Culturais de Natureza Imaterial

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 7 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A dinâmica do programa possibilita ampliar o índice previsto para o final do PPA, que foi superado desde 2005. Tecnicamente, o indicador não possibilita mensurar a evolução no transcorrer do tempo. Foram previstos 5 bens registrados, no entanto foi possível registrar apenas 1 deles em 2005, chegando a 7 bens acumulados desde o início do PPA.

Contextualização

O programa visa a revitalizar, proteger e integrar os bens do patrimônio de caráter histórico-cultural, notadamente centros históricos, igrejas, monumentos, bens integrados e acervos, estimulando novas dinâmicas sociais e parcerias geradoras de oferta turística, valores econômicos, educação patrimonial e auto-estima da população.

O problema se manifesta pela deteriorização e descaracterização dos bens culturais de natureza material em suas diversas vertentes, seja em decorrência da escassez de iniciativas de conservação preventiva, seja de situações de origem fortuita.

Os sítios arqueológicos estão localizados em regiões menos desenvolvidas economicamente, criando-se uma zona de tensão para a preservação do patrimônio nas frentes agropecuárias, em expansão, e áreas de menor densidade demográfica, como o Centro-Oeste, o Nordeste e a Amazônia.

Há baixa identificação dos bens culturais de natureza processual e pouca produção de conhecimento institucional, necessário para subsidiar políticas de fomento e apoio à inclusão de bens culturais imateriais no conjunto do patrimônio cultural brasileiro.

Principais Resultados

Patrimônio Imaterial:

- Conclusão de 28 projetos de inventário e 18 processos de registro de bens imateriais.
- Prosseguimento de 4 projetos de salvaguarda de bens imateriais da expressão cultural brasileira.
- Criação e implantação da Câmara do Patrimônio Imaterial junto ao Conselho Consultivo do patrimônio cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), de fundamental importância para o desenvolvimento da política de preservação do patrimônio imaterial.
- Reconhecimento do Jongo do Sudeste como patrimônio cultural do Brasil, em mais de 30 comunidades em 4 Estados,inscrito no livro de registro das normas de expressão.

- Regulamentação dos procedimentos administrativos dos processos de registro.
- Registros, em fase de conclusão, da Cachoeira de Iauaretê, como lugar sagrado dos povos indígenas dos Rios Uapés e Papuri do Estado do Amazonas/AM e da Feira de Caruaru em Pernambuco.
- Realização de edital de mapeamento, documentação e apoio ao Patrimônio Cultural Imaterial.
- Continuação do projeto Rotas da Alforria, trajetórias da população afro-descendente na Região de Cachoeira/BA.

Patrimônio Material:

- Realização de 77 obras de recuperação de imóveis históricos em pelo menos 37 Municípios do país, em sua grande maioria, obras emergenciais.
- Obras emergenciais no Convento Nossa Senhora D'Ajuda, Porto Seguro/BA.
- Ação emergencial de prevenção de incêndio no conjunto arquitetônico em Antônio Prado/RS.
- Sinalização turística do Casario do Porto, Corumbá/MS (área tombada e entorno do conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico).
- Elaboração de normas e procedimentos de fiscalização aduaneira de bens culturais, Rio de Janeiro/RJ.
- Atualização e ampliação do sistema de informações automatizado relativo ao banco de dados do processo de tombamento.
- Organização parcial dos processos de tombamento, com dossiês de estudos.
- Catalogação de critérios de intervenção nos sítios tombados de Mariana/MG, São Luís/MA e Sobral/CE.
- Inventário parcial de normas de preservação dos sítios urbanos tombados.

Promoção do Patrimônio Cultural:

- Concessão de 100 bolsas para capacitação de artífices, pelo Programa de Oficinas-Escola, em parceria com o Governo Espanhol, e montagem do projeto de instalação de mais uma oficina no Estado do Maranhão.
- Produção de 5 edições da Revista Eletrônica do IPHAN.
- Concessão do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade em 7 categorias de premiação.
- Realização do Encontro Nacional de Educação Patrimonial, com 210 inscritos, que promoveu, no IPHAN, a prática das orientações da Reunião Técnica de Educação Patrimonial, visando a implantar a diretriz nacional para a área.
- Especialização em patrimônio, com parceria entre o IPHAN e a Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO) e concessão de bolsas de estudos para profissionais recém-formados em diversas áreas, visando à sua inserção no campo da preservação cultural.

- Edição do Relatório de Atividades do IPHAN e da Revista do Patrimônio, números 31 e 32.
- Identificação, inventário e diagnóstico no Médio Amazonas e Alto Solimões/AM, no entorno do Parque Nacional da Serra da Capivara/ PI e no Sítio Joanes, em Marajó/PA.
- Desenvolvimento do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico (SGPA).

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Embora a carência de pessoal e precária infra-estrutura da Instituição criem certa dificuldade para que sua atuação vá além das ações emergenciais de recuperação do patrimônio em risco, o IPHAN realiza ações educativas para a recuperação e a valorização da auto-estima das populações que habitam os centros históricos.

As ações desenvolvidas pelo programa buscaram reverter o quadro de degradação dos bens que integram o patrimônio histórico-cultural, particularmente, igrejas, monumentos, acervos e a complexidade do patrimônio imaterial.

A liberação de recursos, em sua maioria no segundo semestre, prejudicou o planejamento realizado pelo IPHAN, quanto ao desenvolvimento de projetos de inventário, preservação, identificação, registro, promoção de eventos, etc.

O valor inscrito em restos a pagar ficou em torno de R$ 18,4 milhões, o que se justifica pelo descontingenciamento, que só ocorreu ao final do exercício.

Embora algumas ações não tenham sido executadas satisfatoriamente, a maioria superou as previsões iniciais para o exercício, alcançando uma média de 90% das metas físicas, que, a julgar pela precária estrutura física e de pessoal da Instituição, é considerado um bom resultado. É necessário o desenvolvimento de novas parcerias com agentes públicos e privados com potencial para investimentos em patrimônio cultural.

As alterações feitas pelo Congresso Nacional não prejudicaram a execução do Plano de Ação do IPHAN, embora a dotação final autorizada tenha sido insuficiente para atender a todas as demandas existentes.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Ainda não há sistema informatizado, que possibilite um melhor monitoramento das ações, o que se faz por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI),de aplicativo gerencial, por meio eletrônico, telefone, memorando e planilha eletrônica de acompanhamento da execução orçamentária e financeira disponibilizada na intranet.

As atribuições de fiscalização estão seriamente prejudicadas, uma vez que requerem recursos humanos suficientes e com qualificação profissional. Cabe ressaltar que apenas os funcionários dos quadros do IPHAN podem exercer legalmente a fiscalização do patrimônio. Dessa forma, são freqüentes as depredações, os roubos, as demolições ilegais, entre outros danos causados ao patrimônio nacional.

Para provimento de recursos humanos, realizou-se concurso público, que não foi suficiente para suprir as reais necessidades da Instituição.

O IPHAN passa por problemas relacionados ao seu orçamento, tendo em vista a amplitude e diversificação de suas atribuições. As deficiências são inúmeras, em especial ligadas à infra-estrutura logística, como, por exemplo, a inadequação dos espaços para funcionamento da administração central e de muitas unidades, a insuficiência de veículos adequados para realização das ações de Fiscalização e Inspeção Técnica de Bens Culturais em Área Urbana e Rural, a deficiência de equipamentos de informática e de mobiliário, entre outras.

A infra-estrutura não corresponde às demandas rotineiras e emergenciais necessárias para o cumprimento da missão institucional do IPHAN.

Trabalhar em espaço inadequado, com equipamentos obsoletos, e, ainda, com carência de mobiliário, impõe uma sobrecarga ao corpo técnico disponível para viabilizar as ações. Os servidores da Instituição convivem com condições insalubres de trabalho, instalações precárias e falta de espaço.

É necessário promover melhorias nos equipamentos de informática (desktop e servidores), nas instalações elétricas e telefônicas, bem como adquirir móveis. A inexistência de plano de cargos e salários inviabiliza a manutenção de corpo técnico compatível com a crescente demanda das ações do programa.

O IPHAN acompanha regularmente a execução dos projetos por intermédio de suas superintendências regionais.

A falta de um interlocutor institucional que atue junto aos outros ministérios dificulta o monitoramento das ações executadas fora do âmbito do IPHAN. Os Ministérios da Defesa e das Minas e Energia atuam em projetos vinculados à preservação de bens imóveis, de acervos e de monitoramento de depósitos fossilíferos, cujas ações não são monitoradas pela Instituição.

A Fundação Biblioteca Nacional, a Fundação Nacional de Artes (FUNARTE) e a Casa de Rui Barbosa possuem ações de preservação de acervos culturais, identificação e inventários, que apresentaram desempenho conforme o previsto.

Os parceiros não-governamentais, com os quais se desenvolvem ações do programa, desempenham as metas e respectivas prestações de contas de forma competente, entretanto, não há instrumentos técnicos e jurídicos que agilizem a consecução de parcerias com o terceiro setor.

A atuação da unidade ocorre, primordialmente, por intermédio de ações emergenciais, e não há como implementar uma política permanente de recuperação e de preservação patrimonial com o atual orçamento.

O risco de perdas e danos irreparáveis ao patrimônio histórico do país é uma realidade concreta, que decorre, basicamente, das precárias condições do IPHAN.

O programa necessita, também, de mecanismos de avaliação de suas ações, visto que os relatórios institucionais nem sempre retratam a abrangência desses resultados, uma vez que os indicadores são inadequados para mensurá-los qualitativamente.

Inexiste um sistema de avaliação da satisfação dos beneficiários de suas ações e os custos para implementação de métodos científicos que atuem junto à clientela do programa são altíssimos, porém não há disponibilidade de recursos para isso. Além disso, mensurar o resultado das diversas ações do programa junto à sociedade exige que o número de entrevistados seja considerável, de forma a dar maior confiabilidade à pesquisa.

Recomendações

- Criar indicador próprio para mensurar os bens imóveis sob proteção.
- Desenvolver novas parcerias com agentes públicos e privados que possuam potencial e recursos necessários para investimentos em patrimônio cultural.
- Dotar a Instituição de infra-estrutura necessária para o atendimento das demandas rotineiras e das emergenciais necessárias para o cumprimento da sua missão institucional.
- Criar parcerias com instituições públicas e privadas específicas para a proteção e resguardo de acervos culturais, sujeitos a depredações, roubos, demolições ilegais, dentre outros danos irreparáveis.
- Desenvolver e gerir políticas com os demais Ministérios, visando a incluir a preservação no planejamento das ações de Governo, prevendo destinação orçamentária, de forma a evitar desgastes previsíveis, quando da implantação de projetos de grande porte que impliquem em impacto ambiental.
- Promover treinamentos específicos para Estados e Municípios, constitucionalmente co-responsáveis pela preservação do patrimônio cultural.
- Analisar os recursos e gestão do programa, visto que o aporte de parcerias privadas é uma forma de implementação que promove melhorias na execução.

Brasil, Som e Imagem

Objetivo

Ampliar a produção, a difusão, a exibição, a preservação e o acesso às obras audiovisuais brasileiras e promover a auto-sustentabilidade da indústria cinematográfica.

Público-Alvo

Sociedade brasileira

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 56.628.155,00	Empenho Liquidado: R$ 51.939.550,00 Pago estatais: - Total: R$ 51.939.550,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 15.000.000,00	-

Indicador(es)

1. Participação da Produção Nacional no Mercado Cinematográfico do Brasil

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 12,5 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 35

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice alcançado reflete um distanciamento do índice de referência e da meta almejada para 2007. Tal situação somente poderá ser revertida com a regulamentação imediata do mercado nacional e a ampliação do parque exibidor, permitindo a ampliação do acesso do público ao conteúdo nacional.

2. Taxa de Participação da União na Produção de Obras Cinematográficas e Videofonográficas

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 93 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A apuração de dados está em conclusão.

3. Relação Público x Número de Cópias Lançadas de Filme Nacional

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 5.548 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Não há histórico que permita a avaliação do número de espectadores por cópia de filme nacional lançado. Infere-se, no entanto, que 5.548 espectadores por cópia não é um bom resultado. Percebe-se, ainda, que um filme lançado com menor quantidade de cópias também teve um investimento reduzido em outros elementos do seu lançamento como, por exemplo, mídia.

4. Taxa de Distribuição do Filme Brasileiro para Exibição no Mercado Nacional

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A apuração de dados está em conclusão.

Contextualização

O setor audiovisual tem um papel estratégico no processo produtivo mundial, interagindo com outros setores produtivos, apresentando-se como propício à geração de emprego e renda e à construção de padrões de consumo e comportamento.

O setor é uma forma de expressão de identidades culturais e um dos campos sensíveis da sociedade contemporânea, pois lida diretamente com a disseminação de valores, crenças e ideologias e com a difusão de informações e fontes de lazer, transformando-se em dinamizador privilegiado da construção positiva da soberania nacional e cidadania, bem como de uma articulação dialógica entre as esferas públicas e privadas. Ademais, a cadeia produtiva do audiovisual mostra-se capaz de incorporar as revoluções tecnológicas do campo da eletrônica, informática e telecomunicação nos processos de produção, distribuição, comercialização e exibição, com repercussões substantivas nos marcos de competitividade de vários ramos industriais envolvidos no processo global.

Tendo vem vista a baixa visibilidade do cinema brasileiro no mercado, a qualificação do conjunto da produção e a relação sala/espectadores, bem como a indefinição de uma política clara dotada de instrumentos regulatórios capazes de introduzir novas dinâmicas no mercado cinematográfico, o setor permanece oligopolista, o que dificulta o alcance do público.

Os mecanismos de distribuição/exibição das obras audiovisuais atendem aos interesses do capital transnacional, com implicações significativas no processo de imposição de valores e de dominação cultural.

Principais Resultados

- Apoio a 139 Projetos Cinematográficos e Audiovisuais.
- Realização de 19 Eventos de Intercâmbios Audiovisuais.
- Outorga de 25.403 Certificados de Exploração Comercial de Obras.
- Fiscalização de 2.743 atividades integrantes da Indústria Cinematográfica e Videofonográfica.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A insuficiência orçamentária restringe a execução do programa, obrigando, no decorrer do processo de execução, o ajuste das ações previstas.

Os indicadores previstos para o programa são insuficientes para medir os efeitos do conjunto das ações, mas eficientes na medição do Fomento à Produção à Audiovisual.

O mercado cultural é carente de estudos estatísticos mais gerais que possibilitem políticas de avaliação eficientes.

A Secretaria do Audiovisual (SAV) conduz uma discussão, que prevê uma série de propostas capazes de viabilizar mecanismos de sustentabilidade do setor audiovisual brasileiro. Um de seus pontos centrais é a possibilidade de criação de um Fundo de Apoio à Produção, com o objetivo de ampliar os recursos utilizados para fomento do setor, cujo desenvolvimento é prejudicado pelo orçamento disponibilizado.

Como a ampliação das metas físicas de algumas ações também depende da disponibilidade orçamentária, há necessidade de revisão do orçamento.

A irregularidade do fluxo de recursos inviabiliza qualquer possibilidade de planejamento, além de prejudicar sobremaneira a articulação de parcerias institucionais que potencializem os programas.

Outros Aspectos Relevantes

Como a SAV está localizada em instalações provisórias, em função do projeto de restauração das instalações da sede do Ministério da Cultura, a análise referente à infra-estrutura sofre prejuízo.

O quadro de pessoal do MINC não atende à demanda da sociedade em termos quantitativos e qualitativos. Essa situação gerou a necessidade de contratar profissionais terceirizados, que também não apresentam a qualidade técnica exigida para o atendimento da demanda do mercado cultural.

O Programa de Apoio à Exportação do Conteúdo Audiovisual de TV, desenvolvido em parceria com a Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), teve um desempenho positivo, gerando ampliação, a partir de 2006, ao trabalhar com o produto cinematográfico.

As ações desenvolvidas com parcerias não-governamentais também apresentam resultados bastante positivos. Dois projetos centrais da SAV, o "DOCTV" e o "Revelando os Brasis", potencializaram a capilaridade das ações.

A SAV possui um conselho consultivo, com reuniões semestrais, em que são avaliadas e discutidas as ações desenvolvidas. Além disso, a Secretaria possui o Conselho Superior de Cinema, instância de discussão das linhas gerais das políticas audiovisuais do MINC.

A avaliação da satisfação dos beneficiários é realizada pelo Conselho Consultivo da SAV, cujos integrantes apresentam as impressões identificadas em cada um dos setores da atividade.

Recomendações

- É necessária a contemplação das ações executadas pela Agência Nacional do Cinema (ANCINE) no Relatório de Avaliação.
- Os atuais indicadores são suficientes para mensurar a difusão das obras.
- Caso o Fundo de Apoio à Produção Audiovisual seja criado, será preciso agregar recursos ao orçamento.
- As discrepância entre valores previstos e realizados das metas físicas das ações de benefícios ao servidor deve ser esclarecida, visto que provoca significativas alterações nos custos médios por servidor.
- Concursos públicos devem ser realizados para dotar o programa de recursos humanos suficientes, com capacidade executiva e qualidade técnica exigida para atender à demanda do mercado cultural.
- Como o contingenciamento é estabelecido para o Órgão Setorial e não para os programas, cabe o gerenciamento interno do limite disponibilizado, conforme suas prioridades.
- Apesar da limitação, foram empenhados 91,7% dos recursos previstos para o programa. Quanto à ação "Fomento a Projetos Cinematógráficos e Audiovisuais", o problema pode ter sido de dimensionamento da dotação em relação às metas previstas, e não de contingenciamento, pois foram empenhados 98,8% dos recursos previstos para a ação.

Cultura Afro-Brasileira

Objetivo

Preservar e promover a cultura e o patrimônio afro-brasileiro.

Público-Alvo

Sociedade em geral, com prioridade para os/as afro-brasileiros/as.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 16.047.883,00	Empenho Liquidado:	R$ 9.385.517,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 9.385.517,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Desenvolvimento Socioeconômico-Cultural das Comunidades Remanescentes de Quilombos

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 1,4 em 2002
Índice previsto ao final do PPA: 6,9

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Este indicador não condiz com a especificidade das ações do programa e, por isso, é necessário revisá-lo adequadamente.

2. Número de Manifestações e Bens de Natureza Material e Imaterial Registrados

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O indicador não foi apurado. Há necessidade de revisá-lo, tendo em vista o cruzamento com registro de bens materiais e imateriais. Foi feito levantamento, em 2005, pelo Ministério da Cultura (MinC), de profissionais que pudessem contribuir para a construção ou aperfeiçoamento dos indicadores de seus programas, mas não foi obtido o resultado esperado.

Contextualização

Os problemas enfrentados pela cultura afro-brasileira dizem respeito à sua invisibilidade nas instâncias formadoras da educação nacional e da opinião pública, o que resulta na produção de representações negativas ou incompletas do seu papel formador da cultura brasileira. A isso soma-se o abandono do patrimônio material e imaterial da cultura afro-brasileira, carente de um amplo inventário de ações de preservação de seus bens, de modo a poderem referenciar programas educativos e programas de divulgação.

Elemento de fortalecimento dessa cultura é o intercâmbio com países de cultura afro-originária, o que permitirá o acesso aos acervos históricos, museológicos e culturais, bem como possibilitará o intercâmbio de intelectuais, cientistas e artistas produtores de uma cultura pan-africana.

Vale registrar que o Brasil é o segundo maior país do mundo com população negra.

Principais Resultados

- Atuação para a preservação da cultura afro-brasileira, por meio do apoio a 248 projetos criados por comunidades negras em linguagens diversas, como teatro, artesanato, cinema, capoeira, música, artes plásticas e literatura.
- Elaboração de diagnóstico sociocultural das comunidades quilombolas, definindo políticas públicas específicas.
- Emissão de certidão de auto-reconhecimento da condição social e étnica para 317 comunidades remanescentes de quilombos.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A execução das ações ocorre por meio de transferência de recursos (aproximadamente 60%), o que imprime ao programa condição desejável para o estabelecimento de parcerias com organizações governamentais e não-governamentais, que possibilitaram o alcance das metas físicas, superior ao estabelecido. Ressalta-se que as parcerias da Fundação Cultural Palmares (FCP) impulsionaram regionalmente o programa, principalmente na efetivação da descentralização.

A liberação total de recursos oriundos de emendas individuais, também colaborou para o desempenho do programa. Foi obtido acréscimo de 45% no limite orçamento/financeiro, com a transferência de recursos por meio de destaques do MinC, Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), que permitiu abranger mais regiões do País e maior público.

Quanto às restrições, o quadro técnico da FCP é muito reduzido e não é especifico para o perfil da instituição, pois são oriundos de outros órgãos. Foi estimulada a participação em cursos e seminários, visando à qualificação e à atualização, mas ainda é necessária a contratação de pesquisadores, advogados, antropólogos, sociólogos, bibliotecárias, produtor cultural, programador de informática e administradores com formação em cultura/patrimônio afro-brasileiro e em gestão

pública. Será realizado concurso em 2006, mas para preenchimento de apenas 12 vagas de nível superior na FCP, número insuficiente para impulsionar o desempenho do programa.

Em parceria com o Ministério da Educação (MEC), referente às comunidades quilombolas, as ações "Apoio à Capacitação de professores de Ensino Fundamental, Apoio à Distribuição de Material Didático e Paradidático, e Apoio à Ampliação e Melhoria da Rede Física Escolar" não avançaram, pois o gerenciamento conjunto não funcionou. Ocorre uma relação muito fragmentada da área de competência do MEC junto à FCP, e não há relação de gestão quando solicitadas informações.

Apesar dos entraves relatados, os resultados do programa ficaram conforme o previsto.

Outros Aspectos Relevantes

O Plano Interno (PI) é utilizado como instrumento de acompanhamento das execuções, de avaliação mensal dos resultados, a partir dos relatórios de ações mensais elaborados pelo MinC, e de reuniões com os responsáveis pelas ações para apresentação da análise e correção da execução quando possível. Além disso, é realizado o monitoramento por meio do Sistema de Informações Gerenciais de Planejamento (SIGPLAN), a elaboração periódica de relatórios das ações executadas e a utilização de planilha de acompanhamento físico/financeiro diário.

O programa ainda não dispõe de um instrumento de avaliação, porém a receptividade faz com que as manifestações de criticas sejam diretas, por meio de cartas, avaliações públicas, telefonemas e e-mail.

Em situações de violência às terras dos quilombolas, são promovidas audiências públicas em parceria como outros ministérios, Poder Judiciário e sociedade civil.

O Conselho Curador da FCP, composto ⅔ pela sociedade civil e ⅓ por representação do Governo Federal, colabora na correção do curso da gestão, bem como aproxima e democratiza a gestão pública da sociedade civil.

Recomendações

- É necessária a revisão dos indicadores à luz das atividades que os compõem, das modificações ocorridas a partir do Decreto 4.887/03, das atribuições da SEPPIR e da transversalidade inerente ao tema, conforme as recomendações da Revisão 2005.
- Solicita-se esclarecimento quanto à discrepância entre valores previstos e realizados das metas físicas das ações de benefícios ao servidor, visto que provoca significativas alterações nos custos médios por servidor.

Cultura, Educação e Cidadania

Objetivo

Ampliar e garantir o acesso das comunidades mais excluídas do usufruto de bens culturais aos meios de fruição, produção e difusão das artes e do patrimônio cultural.

Público-Alvo

Agentes culturais (como artistas, produtores, professores e estudantes da educação básica, militantes sociais que desenvolvem ações de combate à exclusão cultural e social), adolescentes e jovens adultos em situação de vulnerabilidade social, habitando áreas com precária oferta de serviços culturais.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	Empenho Liquidado:	R$ 53.822.385,00
R$ 67.845.311,00	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 53.822.385,00

Previsto não orçamentário	**Realizado não orçamentário**
-	-

Indicador(es)

1. Coeficiente de Acesso de População de Baixa Renda a Bens Culturais e de Entretenimento

Unidade de medida: 1/1.000
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 20

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O indicador apresenta uma insuperável restrição para sua utilização devido à sua baixa aplicabilidade, pois o Ministério da Cultura (MinC) não possui a capilaridade necessária à captação dos dados referentes às variáveis envolvidas, nem a capacidade operacional requerida para gerá-los de forma consistente e sustentável.

2. Taxa de Participação da União na Promoção de Bens Culturais e de Entretenimento

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O indicador não produz resultados que permitam observar em que medida os objetivos do programa estão sendo alcançados.

Contextualização

A produção cultural brasileira apresenta-se concentrada e desigualmente distribuída no espaço regional. Na periferia dos grandes Municípios e cidades do interior e nas favelas das grandes cidades, verifica-se ausência de opções de cultura e lazer, quer do ponto de vista da produção, quer do acesso aos bens culturais e de entretenimento, incentivando a desagregação social.

Principais Resultados

- Instalação de 442 Espaços Culturais.
- Capacitação de 6.310 pessoas.

A instalação de Espaços Culturais revelou-se acima do esperado se consideradas as restrições de ordem financeira enfrentadas pelo programa no decorrer do exercício. Tais restrições limitaram a meta, definida no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2006, a 430 espaços culturais instalados. Contudo, devido à progressiva estabilização do fluxo financeiro e ao esforço conjunto de diversas áreas do MINC para viabilizar os convênios, foi possível instalar, ao final do período, um número de espaços culturais maior que o previsto.

A capacitação revelou-se acima do esperado, principalmente, devido à mudança de público-alvo, que passou a englobar não apenas indivíduos voltados para a capacitação profissionalizante, mas todas as pessoas envolvidas com as atividades dos Pontos de Cultura e dispostas a participar de ações de capacitação, de caráter mais abrangente em linguagens artísticas, por meio de oficinas e pequenos cursos.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O programa sofreu forte contingenciamento de recursos no decorrer do exercício, o que impediu que os convênios, necessários à instalação e modernização de Pontos de Cultura, fossem realizados no cronograma inicialmente previsto. Cabe ressaltar que 43,5% do total de recursos empenhados para execução do programa foram liberados somente na segunda quinzena de dezembro. Para a ação "Instalação e Modernização de Espaços Culturais - Pontos de Cultura", por exemplo, cerca de 44,5% foram liberados em dezembro. Mesmo com os esforços da Secretaria de Programas e Projetos Culturais (SPPC) e dos demais setores do MINC responsáveis pelo processo de convênios, não foi possível firmar um número significativo de convênios em tempo tão exíguo.

O programa enfrentou dificuldades para celebrar contrato com a Associação Latino-Americana de Pesquisa e Ação Cultural (ALPAC), o que atrasou o início das atividades de pesquisa e avaliação da implantação e resultado do programa, realizadas pela Associação.

Outros Aspectos Relevantes

A SPPC, à qual o programa está ligado, vem construindo indicadores para avaliação do desempenho, considerando informações sobre as condições sociais dos usuários dos Pontos de Cultura, as possibilidades de acesso a equipamentos culturais e a capacidade de gestão dos Pontos de Cultura. Para isso, foi elaborado e distribuído um questionário com cerca de 30 perguntas, objetivas e subjetivas, para os primeiros 86 Pontos de Cultura, conveniados entre dezembro de 2004 e janeiro de 2005, visando a coletar alguns dados que serão objeto de monitoramento e avaliação, a fim de promover o acompanhamento dos resultados de sua implantação.

Apesar do esforço de participação das entidades, muitas deixaram questões com respostas incompletas ou incorreram em contradições entre uma resposta e outra, o que revelou a necessidade da aplicação de questionários e o acompanhamento efetivo dos projetos in loco. Entretanto, o MINC não apresenta condições técnicas nem a capilaridade necessária para visitar todos os Pontos de Cultura, que hoje já abrangem cerca de 220 Municípios distribuídos em todas as regiões do país. Por essa razão, foi contratada instituição que contribuirá para o acompanhamento presencial dos projetos, coletando informações, aplicando questionários e elaborando relatórios com dados quantitativos e qualitativos de cada Ponto de Cultura e também trará contribuição teórica e técnica para o aperfeiçoamento dos indicadores de desempenho e resultado dos projetos.

Por enquanto, com os dados disponíveis, coletados por questionários, foi possível construir uma razoável base de dados, bem como elaborar alguns índices. A Secretaria de Programas, em conjunto com a ALPAC/ LPP/UERJ, está avaliando o programa, com término previsto para 2006.

Quanto às parcerias, o programa desenvolve trabalhos com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP), o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e o Serviço Social da Indústria (SESI), mas todos se encontram em estágios iniciais, não permitindo uma avaliação adequada.

Na execução do programa é conceitualmente constitutiva a noção de gestão compartilhada e transformadora, que se concretiza na participação de representantes de diversos Pontos de Cultura em momentos relevantes da implantação das ações, como reuniões de planejamento, discussão sobre ações específicas, seleção de novos Pontos de Cultura, e, futuramente, no Conselho Consultivo do Programa Cultura Viva. Os representantes da sociedade, nesse momento, contribuem com seu conhecimento da realidade cotidiana das entidades convenentes, enriquecendo o debate das questões em pauta e elevando a qualidade das decisões tomadas nesses fóruns.

Uma pesquisa focalizando os primeiros 86 Pontos de Cultura conveniados, realizada em setembro de 2005, permitiu avaliar o grau de satisfação das entidades em relação ao programa, a partir da qual se constatou que a principal motivação para a sua constituição foi a falta de acesso a bens culturais entre as comunidades que atuam.

A segunda motivação mais apontada foi a necessidade de preservar tradições. A maioria do público-alvo alcançado era constituído por estudantes da rede pública de ensino, seguido de perto por população de baixa renda sem acesso a bens culturais, bem como de adolescentes e jovens adultos em situação de vulnerabilidade social.

Os resultados revelam que o foco de atuação do Programa Cultura Viva tende a atingir eminentemente a juventude, especialmente aqueles que habitam em áreas de concentração de pobreza.

A execução do programa contribui para melhorar a oferta de bens culturais nas comunidades em que foi implantado e proporcionar inclusão social por meio da cultura para os jovens que participaram das atividades de capacitação realizadas nas entidades convenentes. Como a expansão do programa tem permitido alcançar um número crescente de comunidades nessas condições, acredita-se que a satisfação dos beneficiários tende a aumentar.

Por outro lado, o trabalho de pesquisa e avaliação, que cobre a totalidade dos Pontos de Cultura, abordará de maneira mais direta a satisfação dos beneficiários do programa, a partir de questionário que contempla questões como: processo de seleção, comunicação com o MINC, liberação de verbas, gestão compartilhada e transformadora do programa e avaliação do Programa Cultura Viva. A análise das respostas propiciará a adoção de medidas visando ao aperfeiçoamento do programa.

Recomendações

- É necessária a revisão dos indicadores à luz das atividades que os compõem, das modificações ocorridas a partir do Decreto 4.887/03, das atribuições da SEPPIR e da transversalidade inerente ao tema, conforme as recomendações da Revisão 2005.
- Solicita-se esclarecimento quanto à discrepância entre valores previstos e realizados das metas físicas das ações de benefícios ao servidor, visto que provoca significativas alterações nos custos médios por servidor.

Engenho das Artes

Objetivo

Aumentar a produção, a difusão e o acesso da população aos bens e serviços da cultura brasileira nas áreas de música, artes cênicas e visuais.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 118.526.086,00	Empenho Liquidado:	R$ 75.178.039,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 75.178.039,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Número Médio de Espectadores por Número Total de Espetáculos Culturais Promovidos pela União

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O Ministério da Cultura (MINC) reconhece a fragilidade e a inadequação de muitos indicadores constantes de seus programas. Nesse sentido, promoveu levantamentos em 2005 em busca de profissionais que pudessem contribuir para a construção ou aperfeiçoamento dos indicadores de seus programas, mas essas prospecções, devido às especificidades do setor cultural, não tiveram os resultados esperados. Apenas ao final do exercício começaram a se vislumbrar soluções, com o apoio de profissionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), parceria que busca uma profunda revisão de todos os indicadores e suas formas de mensuração ainda em 2006.

2. Número de Espetáculos Apoiados por Região

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O Ministério da Cultura (MINC) reconhece a fragilidade e a inadequação de muitos indicadores constantes de seus programas. Nesse sentido, promoveu levantamentos em 2005 em busca de profissionais que pudessem contribuir para a construção ou aperfeiçoamento dos indicadores de seus programas, mas essas prospecções, devido às especificidades do setor cultural, não tiveram os resultados esperados. Apenas ao final do exercício começaram a se vislumbrar soluções, com o apoio de profissionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), parceria que busca uma profunda revisão de todos os indicadores e suas formas de mensuração ainda em 2006.

Contextualização

O desconhecimento das artes e da cultura brasileiras e a desvalorização dos trabalhos produzidos nas diversas regiões do país comprometem a formação crítica, devido ao custo elevado de produção e à escassa receita proveniente da bilheteria. O reduzido número de atividades de formação profissional para as artes dificulta o desenvolvimento de suporte aos espetáculos, como gestão, fabricação e reparação de instrumentos musicais, iluminação e vestuário, que elevam ainda mais o seu custo.

Principais Resultados

- Capacitação de 1.128 artistas, técnicos, produtores e agentes culturais.
- Realização de eventos para produção e difusão cultural, a saber:
    - 22 Festivais, Encontros e Mostras de Artes Cênicas, Visuais e Música nas diversas regiões do País, atingindo um público de aproximadamente 577 mil pessoas;
    - 4 Mostras de Arte Sem Barreiras, destinadas aos portadores de deficiência, que reuniram 46.700 pessoas e 493 artistas desse segmento social, promovendo apresentação de experiências e processos estéticos para a valorização da percepção e da expressão individual;
    - 98 concertos na Bienal de Música Brasileira Contemporânea, o mais importante evento brasileiro de música erudita, com um público em torno de 5 mil pessoas;
    - 222 eventos espetáculos de artes cênicas e música nos espaços culturais da Fundação Nacional de Artes (FUNARTE), , atingindo um público de aproximadamente 212 mil pessoas;
    - 160 espetáculos musicais apresentados a 87.135 pessoas em 53 cidades de várias regiões do país, por meio do Projeto Pixinguinha, que empregou cerca de 900 pessoas diretamente e 6 mil indiretamente, contribuindo decisivamente para a formação de novas platéias e para a ampliação do mercado para músicos e produtores.
- Rede Nacional de Artes Visuais – Difusão das artes visuais contemporâneas em todo o território nacional por meio de 93 oficinas e cursos, além de palestras e debates, que atenderam a cerca de 4.000 mil participantes e a um público indireto de aproximadamente 270.000 mil pessoas.
- Implementação das Câmaras Setoriais de Artes Visuais, Circo, Dança, Música e Teatro, colegiados que compõem espaços de diálogo, pactuação e elaboração de políticas de forma compartilhada entre o Governo Federal e a sociedade civil no campo das artes. Registra-se que as diretrizes para a

elaboração do Plano Nacional de Cultura, de caráter plurianual, norteador dos investimentos públicos no amplo espaço de atuação cultural do Brasil, será fruto dessas Câmaras.

- Concessão de Prêmios FUNARTE de Estímulo, a saber: 94 prêmios ao circo, 24 à dramaturgia, 24 à arte contemporânea; e 90 prêmios de Teatro e Dança Miriam Muniz e Klauss Vianna.
- Distribuição gratuita de 1.477 instrumentos musicais de sopro para bandas de música e 40 kits de equipamentos de iluminação cênica a teatros públicos e privados de pequeno e médio porte localizados em diversas cidades do país.
- Concessão de 85 Prêmios FUNARTE-Petrobrás de Fomento ao Teatro e a Dança a grupos de teatro, de forma a ampliar o acesso da população brasileira aos meios de produção e à fruição dos bens culturais.
- Apresentação da criação brasileira, em sua dimensão mais diversa e contemporânea, no projeto Ano do Brasil na França-Espaço Brasil, que visou a aproximar a economia e a cultura dos dois países e promoveu a atualização da imagem do Brasil como um centro de representação artística gerador de encantamento e reflexão.
- Presença do Teatro Brasileiro no VI Festival Internacional de Teatro de Tchekhov, na Rússia .

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A acessibilidade ao bem cultural é premissa básica para todo e qualquer investimento público em cultura. Dessa forma, a atual gestão do MINC prioriza a ampliação do público para as diversas expressões artísticas do país. Entende-se que o crescimento do acesso popular só é possível por meio do barateamento dos custos de produção e da ampliação do alcance dos eventos artísticos a localidades dentro e fora do circuito comercial tradicional. Iniciativas nesse sentido têm efeito imediato na expansão do mercado de trabalho e na estabilidade profissional dos agentes da cultura.

Apesar de algumas descontinuidades no fluxo de recursos, o desenvolvimento das ações não foi prejudicado e a instituição buscou patrocínio para complementar suas ações e outros mecanismos sem comprometer o planejamento. Mesmo com a captação de patrocínio, os recursos são insuficientes para a execução das atividades e os destaques orçamentários são fundamentais para o cumprimento das metas.

Como restrição à elaboração dos projetos básicos de licitações, editais e contratos, nota-se que os objetos culturais são complexos e específicos.

É necessário o desenvolvimento de um sistema de monitoramento que permita diálogo e troca de informações instantâneas para tornar eficiente e eficaz a gestão do programa no tocante à execução física.

Por sua vez, os recursos humanos destinados à execução do programa encontram-se em seu nível mínimo necessário para a manutenção das atividades essenciais de cada órgão, comprometendo a qualidade das informações provenientes dessas unidades. A qualificação nas unidades descentralizadas, de uma maneira geral, é muita baixa.

Outros Aspectos Relevantes

A concepção do modelo de gestão por programas e a criação da figura do gerente de programas resultou em um aumento significativo de demandas e atribuições inerentes à equipe de planejamento e orçamento, que não sofreu alteração significativa em termos quantitativos.

A atual gestão firmou o diálogo com a sociedade e promoveu audiências públicas no Congresso Nacional. Foram criadas as Câmaras Setoriais, das quais sairão as diretrizes para a elaboração do Plano Nacional de Cultura (PNC).

O programa se propõe a atenuar as desigualdades sociais e visa à inclusão cultural, ao acesso do grande público às diferentes manifestações culturais e ao fomento à produção cultural do país.

A participação social contribui para que se detectem mais eficientemente os problemas da cadeia produtiva e para que se possam traçar políticas públicas de desenvolvimento do setor.

Trabalha-se com transparência na aplicação dos recursos, a partir de editais públicos, bem como diálogos com a sociedade e com os segmentos atendidos pelo programa.

Cabe, entretanto, uma discussão pormenorizada sobre o excesso de regulação do Estado, visto que regras e regulamentos são necessários, mas é preciso respeitar as especificidades. A cultura não é medida somente a partir de parâmetros concretos, mas estabelece elos com a imaginação, a criatividade e o inconsciente coletivo.

Recomendações

- Buscar parcerias, com organismos da iniciativa privada, para os principais projetos.

Gestão da Política de Cultura

Objetivo

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da cultura.

Público-Alvo

Governo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 58.000.515,00	Empenho Liquidado: R$ 53.540.214,00 Pago estatais: - Total: R$ 53.540.214,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

Este programa não possui indicadores, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas"

Contextualização

A nova forma de atuação do Estado requer que as atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais assumam especial relevância na formulação, na avaliação, no reordenamento e no controle dos programas finalísticos.

Principais Resultados

- Realização de 436 eventos culturais, envolvendo aproximadamente 2.129 artistas e palestrantes brasileiros, em 24 exposições, 864 espetáculos, 1.298 exibições de audiovisual e 83 eventos literários, realizados em 161 cidades francesas no Ano Brasil na França.
- Implantação do Sistema Nacional de Cultura, configurando iniciativa para a interação institucional entre o Governo Federal/MINC e os Estados e Municípios. Os recursos alocados na ação correspondente foram aplicados na realização de reuniões nos Estados, com vistas à assinatura de Protocolos de Intenções destinados a criar as condições institucionais para a implantação do Sistema, mediante a criação de órgãos/unidades e municipais de cultura e de condições orçamentárias, organização de conferências e planos municipais ou intermunicipais de cultura, entre outras medidas.

- Realização dos Seminários Setoriais de Cultura, no, de caráter macrorregional, organizados pelo MINC, sem vínculo com as conferências municipais e estaduais. Os esforços foram bem sucedidos, com vistas à implantação do Sistema Nacional de Cultura e à realização da 1ª Conferência Nacional de Cultura, como etapa imprescindível de formulação do Plano Nacional de Cultura, que, a partir da promulgação da Emenda Constitucional nº 48, passou a ser o instrumento estratégico de estruturação e consolidação das políticas públicas da cultura no longo prazo.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Não há inadequação da concepção atual do programa, no entanto, é importante uma reflexão acerca da sua contribuição para a implementação de políticas públicas na área de cultura.
O programa de gestão deve promover a integração entre as áreas e a conseqüente otimização de recursos e infra-estrutura física e de pessoal.

No aspecto orçamentário, o MINC foi um dos órgãos da União com maior percentual de execução, considerando-se, em termos gerais, que as metas físicas e financeiras foram realizadas dentro das previsões da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Em relação aos limites para movimentação e empenho liberados, a execução foi excelente, pois atingiu aproximadamente 99%. Entretanto, algumas iniciativas poderiam ter tido maior alcance, como no caso da implementação do Sistema Nacional de Cultura, cujas realizações mais importantes necessitaram de mais verbas para ampliar sua abrangência em todo o território nacional. Os limites para movimentação e empenho foram liberados em maior volume apenas no transcorrer do segundo semestre, dificultando o trabalho de algumas áreas do MINC, o que, , apesar de não ter prejudicado o andamento do programa, causou certa insegurança quanto à efetiva realização de algumas iniciativas no exercício de 2005. Os recursos decorrentes da atuação do Congresso Nacional por meio de créditos adicionais aportaram ao programa R$ 22,1 milhões.

A permanente qualificação de servidores do MINC apresenta resultados positivos em diversas áreas. Mesmo assim, a insuficiência de pessoal detectada não poderá ser superada apenas por intermédio de treinamento de suas equipes. Há muito tempo se demanda a realização de concurso público para contratação de servidores para diversas áreas de atuação.

Outros Aspectos Relevantes

Por tratar-se de um programa que tem como principais beneficiários o próprio órgão e o governo federal, deve-se destacar a importância de algumas de suas ações, como o Ano Brasil na França, tanto para a imagem do país no exterior quanto para a abertura de novos mercados internacionais. As iniciativas decorrentes dos esforços para implementação do Sistema Nacional de Cultura configuram-se valioso instrumento de construção de políticas públicas duradouras para os diferentes segmentos da cultura brasileira.

A interlocução com a sociedade, decorrente dos esforços do Sistema Nacional de Cultura, é uma conquista recente da administração governamental no que diz

respeito à construção de políticas públicas que tenham por base o envolvimento social e a consulta permanente aos setores mais representativos da comunidade cultural brasileira.

A realização da 1ª Conferência Nacional de Cultura pode ser considerada um marco histórico do envolvimento da sociedade brasileira nas grandes questões culturais do país, particularmente no que diz respeito à construção de políticas setoriais duradouras para a área cultural e a democratização do acesso do cidadão aos benefícios decorrentes dos programas do MinC.
O envolvimento de Municípios, Estados e representantes de diversos segmentos culturais do país tem acontecido de modo quase permanente, facilitando o acesso da sociedade aos benefícios da ação pública em favor da cultura brasileira. São exemplos, ainda, a criação das Câmaras Setoriais, que também têm por objetivo o fortalecimento do debate social que resultará em políticas claras e duradouras para o setor cultural e já envolvem segmentos expressivos, como música, teatro, circo, livro e leitura, dança e artes visuais. Observa-se, contudo, que a comunidade artística brasileira encontra-se motivada para participar ativamente das Câmaras Setoriais e do Sistema Nacional de Cultura, em razão dos canais abertos pelo órgão para recepcionar demandas, propostas e soluções para aperfeiçoamento das diretrizes e ações a cargo da pasta.

O ano de 2005 marcou-se pelo fortalecimento tecnológico das unidades vinculadas.

O sistema de comunicação interna desenvolvido pela atual gestão tem possibilitado o envolvimento da administração central do órgão com suas unidades vinculadas e secretarias, seus gerentes e coordenadores de ação.

Recomendações

- Discutir o conjunto de ações do programa, considerando a temática de economias da cultura e de maneira a evitar superposição com outros programas do MinC.

Identidade e Diversidade Cultural

Objetivo

Garantir que os grupos e redes de produtores culturais, responsáveis pelas manifestações características da diversidade, tenham acesso aos mecanismos de apoio, promoção e intercâmbio cultural entre as regiões e grupos culturais brasileiros, considerando características identitárias por gênero, orientação sexual, grupos etários, étnicos e da cultura popular.

Público-Alvo

Grupos e redes de produtores culturais responsáveis pelas manifestações características da diversidade cultural brasileira.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 4.942.000,00	Empenho Liquidado: R$ 4.411.494,00 Pago estatais: - Total: R$ 4.411.494,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Número de Manifestações Culturais da Diversidade Cultural Brasileira Mapeadas

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O Ministério da Cultura (MINC) reconhece a fragilidade e a inadequação de muitos indicadores constantes de seus programas. Nesse sentido, promoveu levantamentos em 2005 em busca de profissionais que pudessem contribuir para a construção ou aperfeiçoamento dos indicadores de seus programas, mas, devido às especificidades do setor cultural, essas prospecções não tiveram os resultados esperados. Apenas ao final do exercício, começaram a se vislumbrar soluções com o apoio de profissionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), parceria que busca uma profunda revisão de todos os indicadores e suas formas de mensuração ainda em 2006.

2. Taxa de Participação da União no Apoio às Manifestações Culturais da Diversidade Brasileira Mapeadas

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O MINC reconhece a fragilidade e a inadequação de muitos indicadores constantes de seus programas. Nesse sentido, promoveu levantamentos em 2005 em busca de profissionais que pudessem contribuir para a construção ou aperfeiçoamento dos indicadores de seus programas, mas, devido às especificidades do setor cultural, essas prospecções não tiveram os resultados esperados. Apenas ao final do exercício, começaram a se vislumbrar soluções com o apoio de profissionais do IBGE, parceria que busca uma profunda revisão de todos os indicadores e suas formas de mensuração ainda em 2006.

Contextualização

A diversidade cultural brasileira é riqueza que, por diversos fatores, corre riscos de empobrecimento. O conjunto de traços distintivos espirituais, materiais e intelectuais que caracterizam uma sociedade e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, os sistemas de valores, as tradições e as crenças, caracterizaria o que se conhece por identidade cultural, enquanto a diversidade cultural se referiria à multiplicidade de culturas ou identidades culturais. Processos que promovem a homogeneidade da cultura, tais como efeitos da globalização ou das indústrias culturais e determinados processos educacionais formadores da identidade nacional moderna são fatores que ameaçam a manutenção e desenvolvimento pleno da diversidade cultural brasileira. O reconhecimento e a valorização das diversas manifestações culturais brasileiras, especialmente as ligadas às culturas populares, deve também levar em conta as diferentes expressões locais ou regionais, expressões ainda não completamente reconhecidas e valorizadas.

Principais Resultados

- Lançamento do Livro "Seminário Nacional das Culturas Populares".
- Edição e lançamento do Livro "Seminário Diversidade Cultural Brasileira".
- Publicação do Edital "Fomento às Expressões das Culturas Populares", tendo sido registradas 640 adesões (projetos enviados de todo o Brasil), tendo sido conveniados 44 projetos em 23 Estados.
- Publicação do Edital "Fomento às Expressões Culturais Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais (GLTB)", que recebeu em resposta 52 projetos de 24 Estados, dos quais foram aprovados pela comissão julgadora 28 em 17 Estados.
- Realização de 4 oficinas de capacitação de gestores de grupos e redes culturais.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Para alcançar os objetivos do programa , foram criados grupos de trabalho temáticos, a saber: GT GLTB, GT Indígena e GT Culturas Populares. No âmbito dos grupos foram formuladas propostas para a criação de políticas públicas, colaborações na elaboração de editais, na execução de oficinas de capacitação e disponibilização de redes.

É importante destacar algumas dificuldades como a especificidade do público-alvo, que abrange culturas populares, gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais e indígenas, pois não existe uma estatística oficial de referência para mensuração, de modo que a quantificação a ser considerada para o desenho de políticas passa a ser relativa.

A estratégia da implementação das ações consistiu de seminários que qualificaram e deram subsídios à criação de editais destinados ao fomento de atividades culturais produzidas por comunidades que nunca tinham sido atendidas.

No campo orçamentário/financeiro ocorreram algumas restrições, como no caso das culturas populares, em que menos de 10% dos projetos de baixo orçamento inscritos foram atendidos (42 de um total de 640 projetos). Os recursos orçamentários foram insuficientes para atender ao número de pessoas e comunidades que o programa pretende atingir.

A descontinuidade no fluxo também prejudicou a execução do programa, que engloba ações que contemplam sazonalidades às vezes incompatíveis com os processos burocráticos. O atraso na liberação dos recursos prejudicou o planejamento e o calendário proposto para implementação das ações, além da expectativa gerada no público-alvo. A carência de especialistas para dar pareceres sobre os projetos apresentados pela sociedade dificultou a atenção das demandas.

Outros Aspectos Relevantes

O Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares, realizado em fevereiro de 2005, apontou a necessidade de criação de editais de fomento para segmentos das culturas populares. Os editais de contemplaram várias manifestações por meio de projetos de preservação, oficinas para transmissão de conhecimentos, confecção de indumentárias, fomento a festas e encontros, mapeamento e gravação de CDs. A maioria dos grupos nunca tinha sido contemplada com recursos federais.

Foram realizadas oficinas com o objetivo de esclarecer os mecanismos do Programa Nacional de Apoio a Cultura (PRONAC) e ajudar na formatação de projetos, preenchimento de formulários e tramitação de processos. Essas oficinas contribuiram para a formação de multiplicadores, por atenderem a um segmento da sociedade que carece de formação para apropriação dos mecanismos de fomento e melhoraram a qualidade dos projetos apresentados para a obtenção de subsídios da Lei Rouanet e dos que foram captados pelo Edital das Culturas Populares.

O seminário realizado em 2004, na Fundação Casa de Rui Barbosa, com a participação de vários pensadores, professores, gestores, artistas e do representante indígena, serviu de base para o aporte do Brasil na Convenção Sobre a Proteção e Promoção

da Diversidade das Expressões Culturais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

É importante registrar que o livro do Seminário Nacional de Políticas Públicas das Culturas Populares foi distribuído a todos os delegados participantes e enviado às secretarias municipais e estaduais, além de fundações, institutos, associações privadas de cultura, tornando-se um material de estímulo à criação de políticas e fóruns de discussão por todo o país. A capacitação permitiu dotar de instrumentos os multiplicadores que transmitirão o conhecimento necessário ao acesso aos mecanismos de fomento à cultura.

Cabe ressaltar que o programa contemplou, pela primeira vez, diversas camadas da população que não possuem qualquer tipo de organização. O movimento GLTB, mais organizado, nunca tinha obtido a atenção do Ministério como um segmento cultural e parte da diversidade.

Recomendações

- Em 2005, apenas duas ações do programa tiveram recursos alocados: "Fomento a Grupos e Redes da Diversidade Cultural Brasileira" e "Gestão de Administração do Programa". Sugere-se migrar a ação "Fomento a Grupos e Redes da Diversidade Cultural Brasileira" para o programa "Engenho das Artes" ou outro que se inclua no escopo de programas do MINC.

Livro Aberto

Objetivo

Estimular o hábito da leitura, facilitando o acesso às bibliotecas públicas e propiciar a produção e a difusão do conhecimento científico, acadêmico e literário.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 43.787.368,00	Empenho Liquidado:	R$ 33.407.758,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 33.407.758,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Coeficiente de Bibliotecas Públicas

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 23 em 2002
Índice previsto ao final do PPA: 32

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Está em estudo uma metodologia de apuração e a definição de fonte de dados para este indicador.

2. Taxa de Municípios com Bibliotecas Públicas

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 88,5 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
De acordo com informações da base de dados cadastrais do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), houve a implantação de 400 bibliotecas em 2005. Existem 4.918 Municípios com bibliotecas, o que representa 88% dos Municípios do País.

3. Índice Nacional de Leitura

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 2

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Está em estudo uma metodologia de apuração e a definição de fonte de dados para este indicador.

Contextualização

Existe hoje, no Brasil, uma grande carência no acesso aos benefícios sociais, políticos, econômicos e de lazer inteligente, que apenas a familiaridade com a leitura pode proporcionar, privando principalmente a população de baixa renda, que além de não ter acesso à aquisição de livros, enfrenta a escassez de bibliotecas públicas, geralmente concentradas nas zonas urbanas de classe média ou nas áreas centrais e raras nas periferias ou nas áreas rurais.

Há, também, a necessidade de capacitação dos profissionais voltados para o desenvolvimento de atividades culturais na área do livro e da leitura e de suporte às bibliotecas públicas no que tange à sua organização e implementação de técnicas, ações e políticas de fortalecimento e modernização dos serviços ofertados.

Principais resultados

Acesso às Bibliotecas Públicas

- Instalação, em 400 bibliotecas públicas, de kit composto por livros, mobiliários, equipamentos de imagem e som e equipamentos de informática.
- Atendimento a 400 mil usuários na Biblioteca Nacional (BN), na Biblioteca Demonstrativa de Brasília, na Biblioteca Euclides da Cunha e na Casa da Leitura.
- Assessoria técnica a 154 bibliotecas públicas nas 5 regiões do país.

Capacitação e Formação

- Capacitação de 394 profissionais da área do livro e da leitura por meio de seminários, cursos e encontros de bibliotecas públicas estaduais.

Difusão do conhecimento

- Concessão do Prêmio Luís de Camões, instituído pelos governos de Brasil e Portugal, à escritora Lygia Fagundes Teles.
- Concessão do Prêmio FBN, distribuído em 7 categorias: romance, contos, poesia, ensaio literário, ensaio social, projeto gráfico e tradução.
- Concessão de 18 bolsas para tradução e publicação de obras de autores brasileiros, a editoras da Argentina, Chile, Espanha, França, Holanda, Itália e Suécia.
- Realização da pesquisa "A Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira", que tornou públicos os registros produzidos ao longo da expedição científica empreendida no Brasil entre 1783 e 1792.
- Produção de edições e co-edições de10 obras, com 3 edições da revista

"Poesia Sempre" e instrumentação e edição fac-similar do "Reverbero Constitucional Fluminense, 1821–1822".

Participação em Eventos Nacionais e Internacionais:

- Exposição comemorativa do centenário de lançamento da revista "O Tico-Tico Lá, o Tico-Tico Cá", projeto bibliomúsica que alia a apresentação musical com informações sobre os instrumentos utilizados.
- Feiras de livros do Rio de Janeiro, da Bahia, Pan-Amazônica, de Pernambuco, de Porto Alegre, de Havana, Salão do Livro de Paris e Ano do Brasil na França e Festa Literária de Parati.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Parte das metas foi cumprida de modo satisfatório graças a parcerias e à interação com outros órgãos. O desempenho do programa seria ainda mais satisfatório se os limites orçamentário e financeiro não fossem liberados apenas no final do ano.
As metas físicas ficaram abaixo do previsto devido a fatores tais como o limite orçamentário utilizado para a readequação de crédito, por conta da insuficiência de recursos, para cobrir as despesas com benefícios, manutenção e funcionamento da Instituição e, ainda, a greve dos servidores públicos no período de 4 de abril a 17 de julho.

Outros aspectos relevantes

As bibliotecas mantidas e implantadas pela FBN são de acesso livre e o público-alvo é representado por todos aqueles que fazem uso de seus acervos e, na prática, é formado por pesquisadores e leitores a partir de 5 anos de idade, que acessam os espaços mantidos e as bibliotecas implantadas pela FBN. participante das feiras nacionais e internacionais de livros organizadas ou representadas pela FBN.

Em relação aos espaços mantidos pela , a greve dos servidores, de abril a julho, prejudicou o atendimento ao público, que foi normalizado logo após seu término.
Quanto às bibliotecas implantadas, devido à iniciativa realizada somente em dezembro, por conta do descontingenciamento tardio dos recursos, a aferição do público-alvo ainda está se consolidando.

O desempenho físico é mensurado a partir do Plano Interno (PI) e a avaliação mensal dos resultados, a partir dos relatórios de ações mensais elaborados pelo MINC, das reuniões com os responsáveis pelas ações para apresentação da análise e da possível correção da execução.
A carência de recursos humanos deve-se à falta de plano de carreira e de concursos públicos necessários para compor o quadro funcional, hoje bastante deficitário.

As Setoriais, órgãos colegiados criados no âmbito do MINC, compõem espaços de diálogos no campo do livro e da leitura. Apesar de trabalhar com transparência na aplicação dos recursos, o programa esbarra no excesso de regulação do Estado. Como exemplos de práticas continuadas, se destacam os editais públicos e o diálogo com a sociedade e com segmentos atendidos pela atuação do programa.

Recomendações

Conforme recomendado na avaliação do exercício 2004, é necessário que a BN explicite a composição dos kits de leitura distribuídos às Bibliotecas Públicas a cada ano.

- Deve ser pensada a distribuição de kits de livros nos Pontos de Cultura. Recomenda-se pró-atividade entre a BN e a Secretaria de Programas e Projetos Culturais do MINC, visando aos Pontos de Cultura, que são espaços propícios para o hábito da leitura, assim como um diálogo mais estreito entre a BN e o MINC, visto que a primeira coordena o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas.
- Quanto à implementação do programa, sugere-se instituir acompanhamento e monitoramento das bibliotecas, mediante a criação de sistema de avaliação das bibliotecas instaladas.
- Quanto ao público-alvo, sugere-se a adoção de uma forma simples de mensurar o número de pessoas que têm acesso aos produtos oferecidos pelas bibliotecas que compõem o programa.

MONUMENTA

OBJETIVO

Revitalizar o patrimônio cultural em centros urbanos, criando condições para a sua sustentabilidade.

PÚBLICO-ALVO

População dos municípios brasileiros detentores de sítios urbanos ou conjuntos de monumentos considerados Patrimônio Nacional.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos)	Empenho Liquidado:	R$ 37.880.443,00
R$ 47.240.000,00	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 37.880.443,00

Previsto não orçamentário	**Realizado não orçamentário**
-	-

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE CENTROS HISTÓRICOS CONSERVADOS DE FORMA SUSTENTÁVEL

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 20,6 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice apurado até 2005 (20,6%) refere-se ao percentual de obras concluídas e em fase de execução nos 26 centros históricos atendidos pelo programa.

O atual indicador não demonstra o número real de bens conservados de forma sustentável, pois as obras de restauração estão em fase de conclusão e os Fundos Municipais de Preservação ainda estão sendo implantados. Cabe ressaltar que nenhum centro histórico encontra-se completamente preservado e sustentável, sendo o indicador de sustentabilidade de difícil mensuração.

Até 2005, 6 Fundos foram implantados e 24 obras em monumentos/logradouros públicos concluídas.

2. Taxa de Conhecimento do Patrimônio Histórico e Cultural sob Proteção Federal pela População

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 25/1998
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O atual indicador não é capaz de mensurar os resultados. O Ministério da Cultura (MINC) reconhece a fragilidade e a inadequação de muitos indicadores constantes de seus programas. Apenas no final do exercício, foram vislumbradas soluções com o apoio de profissionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), parceria que busca uma profunda revisão de todos os indicadores e suas formas de mensuração ainda em 2006.

Contextualização

O abandono do patrimônio histórico urbano (edificações e logradouros) deve-se à perda do interesse econômico, seja quanto à sua localização, seja quanto à sua adequação física. Com isso, esses bens culturais perderam seu valor imobiliário, resultando em degradação progressiva dos imóveis e incentivo à ocupação por população marginal, com o conseqüente aumento da depreciação dos valores imobiliários e desestímulo à inversão de recursos para a sua recuperação e conservação.

Principais resultados

Restaurações/Recuperações:

- Conclusão de 10 obras de restauração do patrimônio histórico, compreendendo monumentos nas cidades de Diamantina, Congonhas e Ouro Preto (MG), Pelotas (RS), Rio de Janeiro (RJ). Goiás (GO), São Francisco do Sul (SC).
- Início de 26 obras em 18 Municípios conveniados.
- Realização de trabalhos de limpeza dos "12 Profetas", esculturas de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, que compõem o conjunto arquitetônico do Santuário Senhor Jesus do Matosinhos, em Congonhas (MG).
- Recuperação da Ponte do Mocha e osdas pequenas capelas "Cinco Passos da Paixão", pertencentes à diocese de Floriano,em Oeiras (PI).
- Entrega do prédio localizado na Rua Riachuelo 933, no Centro de Porto Alegre (RS), primeiro imóvel privado recuperado no país com recursos do programa, cuja obra foi iniciada em março e finalizada em dezembro.
- Inauguração da Orla do Porto Geral em Corumbá (MS), com reurbanização que contou com novo paisagismo, calçamento e iluminação de 400m2 de área. A obra permite o fácil acesso aos barcos e está localizada em um centro de observação privilegiado do casario histórico e do Rio Paraguai, que circunda a cidade.

Educação Patrimonial

- Lançamento, em setembro, do projeto Tapume do programa Monumenta, exposição de educação patrimonial montada ao ar livre na Praça Tiradentes, localizada no Centro Histórico do Rio de Janeiro.

Cooperação

- Assinatura do Termo de Cooperação para criação do Museu da Cidade do Rio de Janeiro, que terá como sede o Solar do Visconde do Rio Seco.
-

Capacitação e formação

- Conclusão do curso de restauração e fabricação de azulejos, oferecido pela Escola de Azulejaria de São Luís (MA), um projeto de capacitação e formação, fruto da parceria do programa com a prefeitura, para qualificação de mão-de-obra, visando ao restauro das fachadas azulejadas do acervo arquitetônico da capital maranhense.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Para a efetivação dos contratos de obras (investimentos integrados), houve grande quantidade de recursos interpostos pelas empresas participantes dos certames e morosidade das comissões de licitação em seu julgamento. Quanto às licitações, ocorreram erros procedimentais incompatíveis com o regulamento do programa. O distanciamento dos projetos básicos da real necessidade na aprovação dos perfis, identificado na análise para autorização das licitações, obrigou à readequação dos projetos e a novas apreciações pela Unidade Central de Gerenciamento (UCG) e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) de inúmeras obras a serem licitadas. Isso causou atrasos nas contratações e, conseqüentemente, no início das obras.

A celebração dos contratos para recuperação de imóveis privados com a Caixa Econômica Federal, foi difícil, porque a instituição financeira não chegou a um denominador comum quanto ao perfil do mutuário. A inadimplência efetiva dos proponentes dificultou os aditamentos dos convênios para 2005 e para o desembolso financeiro.

Com a execução orçamentária acima do esperado, atividades importantes para os resultados do programa foram realizadas, tais como: análise de 57 processos de licitação em investimentos integrados; desenvolvimento e implementação do Sistema de Administração Físico-Financeira (SAFF), que permite disponibilizar informações de todos os componentes do programa em tempo real, com base confiável e uniformizada; conclusão de editais de seleção pública para contratação de 52 projetos para intensificação do uso do patrimônio histórico arquitetônico dos Municípios elegíveis, visando à implementação de parte do componente "Promoção de Atividades Econômicas"; e lançamento de cartilha explicativa sobre o financiamento para recuperação de imóveis privados. Após o lançamento, várias cidades elegíveis lançaram o edital para o financiamento, no segundo semestre de 2005.

Com o início de nova gestão Municipal neste ano, houve alterações das equipes nas cidades conveniadas, prejudicando a continuidade dos trabalhos realizados

pelas Unidades Executoras de Projetos (UEPs), principalmente quanto às licitações e contratações de obras.

A inadimplência das cidades conveniadas com o Governo Federal prejudicou o andamento de diversas obras. Assim, uma boa parte das obras teve sua programação alterada.

As metas físicas estão dentro do previsto para a ação "Preservação do Patrimônio Histórico Urbano", considerando-se que a execução financeira e orçamentária superou as expectativas. Como o indicador para essa ação é ineficaz para a mensuração da meta física (conjuntos históricos), é difícil obter-se um resultado coerente, visto que não há como medir o cumprimento da meta física anual.

As ações "Capacitação de Técnicos na Área do Patrimônio Histórico Urbano" e "Educação Patrimonial na Área do Monumenta" ficaram abaixo do previsto.

O contrato de empréstimo prevê parceria privada, entretanto, há necessidade de se construirem mecanismos para incrementar a articulação com a iniciativa privada e com as Organizações Não-Governamentais (ONGs).

Outros aspectos relevantes

Em 2005, foi concedido ao programa "Monumenta" um aporte adicional de recursos da ordem de 95% a mais do que em 2004, o que permitiu um aumento considerável tanto de investimentos integrados quanto de atividades concorrentes.

O programa foi avaliado em agosto de 2005 pela 3ª Missão de Administração, realizada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A avaliação do BID é realizada anualmente.

Do início do programa até 2005, as atividades tomaram dimensões diferentes dentro das ações e, atualmente, os indicadores não refletem nitidamente os resultados, visto que alguns são de caráter qualitativo e não quantitativo.
Não foi realizada pesquisa de opinião pública para apurar o percentual de atendimento ao público-alvo do programa, o que deverá ser realizado ao final do programa.

Dois atores fazem o acompanhamento físico de forma descentralizada à UCG, a saber: 1) UEPs das cidades conveniadas, responsáveis pelo acompanhamento físico in loco da evolução das metas e 2) as sub-regionais do IPHAN, responsáveis por atestar in loco a qualidade dos serviços executados.

Nessa concepção, o monitoramento do desempenho físico desenvolvido pela UCG consiste na checagem de relatórios encaminhados sempre que ocorrem solicitações de pagamento. Assim, a periodicidade do monitoramento está vinculada aos desembolsos e sua abrangência é total.
Outro mecanismo de monitoramento, por exigência contratual do BID, é o relatório de progresso, de realização semestral, em que são avaliadas todas as ações executadas no âmbito do programa. Nele são apontados os resultados e entraves ocorridos e sua evolução. Bimestralmente o programa encaminha o relatório de Metas Presidenciais, que visa a verificar o monitoramento e os ajustes do programa.

O programa está realizando coleta de informações a partir de dados disponibilizados pelas prefeituras para o Sistema de Informações Patrimoniais, que integrará o Sistema Nacional de Informações Culturais. A base de dados de patrimônio está sendo desenvolvida juntamente com técnicos do programa e do MINC.

O fortalecimento institucional do IPHAN suscitou uma revisão completa do Plano de Ação, elaborado inicialmente em 1999. Com a nova estrutura da autarquia e em vista dos resultados da implantação de algumas ações, fizeram-se necessários a reprogramação e o detalhamento das atividades para o alcance das metas, tais como inventários nacionais, normatização para acautelamento e gestão do patrimônio, plano estratégico de informação e informática e plano de capacitação, a ser elaborado a partir da identificação da demanda do quadro funcional do IPHAN.

Quanto à gestão do programa, cabe esclarecer que a gerência trabalha em conjunto com as coordenações das ações. Foram realizadas oficinas, visando a levantar demandas comunitárias, assim como reuniões para discussão descentralizada de definição das ações que serão financiadas pelo programa, visto que são propostas apresentadas por associações comunitárias, ONGs, grupos étnicos e conselhos municipais. Resultaram dessa participação a definição de critérios para a destinação econômica dos bens já restaurados e em fase de conclusão, o fortalecimento de grupos locais estabelecidos nas áreas elegíveis pelo programa e a definição quanto ao fomento de atividades turísticas voltadas à promoção de atividades econômicas.

Em 2002, foi utilizado o mecanismo de disposição a pagar (DAP) em pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) nas cidades beneficiadas pelo programa, que objetivou medir a disposição dos beneficiários em pagar pela à preservação do patrimônio histórico. Em 2005 não foi realizada pesquisa de opinião pública, pois os conjuntos históricos não foram concluídos.

As práticas continuadas e inovadoras de gestão adotadas pelo programa consistem em unir estruturas já existentes no âmbito das três esferas de Governo, criando sinergias, através de Planos Diretores, em parceria com o Ministério das Cidades; Circuito de Pousadas Históricas, em parceria com o Ministério do Turismo; atividades concorrentes, fomentadoras de potencialidades socioeconômicas, culturais e turísticas de cada cidade; e intercâmbio de experiências nas cidades, por meio de oficinas, trazendo as comunidades locais para o contexto do programa.

Recomendações

- É necessário o aprimoramento do indicador "Taxa de Centros Históricos Conservados de Forma Sustentável", mudando-se, por exemplo, a fórmula de cálculo, já que o conceito fundamental do programa Monumenta - a sustentabilidade - é o diferencial da conservação e preservação do patrimônio histórico e cultural em relação aos demais programas do MINC que tratam do mesmo assunto.

Museu, Memória e Cidadania

Objetivo

Revitalizar os museus brasileiros e fomentar a criação de novos institutos de memória, aumentando o acesso da população a esses produtos culturais nas diversas regiões do País.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 21.162.413,00	Empenho Liquidado:	R$ 20.339.105,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 20.339.105,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Sustentabilidade de Museus da União

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 17 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: 35

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Não houve apuração dos indicadores, pois não há nenhum instituto que o faça. A definição de indicadores para o setor cultural configura um grande problema, tendo em vista ser difícil mensurar os impactos das políticas culturais na sociedade.

2. Relação Número de Visitantes a Museus / Número de Museus Revitalizados pela União

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 2,25 milhões em 2003
Índice previsto ao final do PPA: 3,15 milhões

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Não houve apuração dos indicadores, pois não há nenhum instituto que o faça. A definição de indicadores para o setor cultural configura um grande problema, tendo em vista ser difícil mensurar os impactos das políticas culturais na sociedade.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os museus brasileiros e as instituições de memória passam por uma fragilidade nunca vista, sem recursos e capacidade técnica para desempenhar adequadamente suas atividades. Em sua grande maioria, os museus e demais espaços culturais estão instalados em imóveis antigos, muitos do período colonial, tornando necessária a implantação de ações sistemáticas de conservação e restauração dos prédios e instalações. Esses museus possuem coleções representativas das várias matrizes culturais brasileiras, o que também exige atenção especial que minimize os fatores naturais de sua degradação.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Consolidação da Política Nacional de Museus, resultante de uma ação democrática, cuja criação teve a participação de diversas entidades vinculadas à museologia, profissionais da área, do meio universitário e Secretarias Estaduais e Municipais de Cultura.
- Realização de aproximadamente 800 eventos culturais, com a participação de 250 instituições de todas as regiões do país, na 3a edição das comemorações da Semana Nacional de Museus.
- Realização de 111 oficinas e 22 fóruns com mais de 6.600 profissionais de instituições museológicas e entidades afins, para a Capacitação em Museologia, feita em parceria com Universidades e Secretarias Estaduais e Municipais de Cultura, atingindo 20 Estados de todas as regiões do país.
- Restauração do Museu Histórico Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes, mediante intervenções feitas pelo Ministério da Cultura (MINC).
- Garantia de condições de funcionamento aos museus do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), permitindo a manutenção física dos prédios, o atendimento ao público e demais ações necessárias ao funcionamento dos museus.
- Seleção de 73 projetos, por meio de edital, distribuídos entre 24 Estados, para serem apoiados em 2006.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Existem, no Brasil, em torno de 2 mil museus e o programa prevê o atendimento a qualquer um deles. Considerando-se o total de recursos orçamentários disponíveis, o atendimento se concentra em museus do MINC. Para os museus não vinculados foi destinada uma parte dos recursos, aplicados em projetos selecionados por meio de edital público.

Em que pese o forte contingenciamento, que levou ao redimensionamento de vários projetos, sua liberação no final do exercício possibilitou alcançar resultados satisfatórios. Os recursos estão bem abaixo das necessidades dos museus descentralizados em nível nacional, principalmente em função da 2a edição do Edital "Modernização de Museus", que visa a atender aos projetos de museus não vinculados ao ministério e tem como um dos critérios o atendimento a regiões menos privilegiadas no recebimento de recursos públicos.

Não houve apuração dos indicadores, tendo em vista a dificuldade em mensurar os impactos das políticas culturais na sociedade.

Os trâmites burocráticos, as inúmeras exigências legais com relação à documentação para se firmarem convênios e o conseqüente atraso na liberação orçamentária e financeira prejudicam a execução das ações planejadas para o programa, tendo em vista que atrasam a formalização de convênios e a condução dos processos licitatórios.

Outros aspectos relevantes

O programa desenvolve uma rede de parcerias, sobretudo por meio do Sistema Brasileiro de Museus, que abrange museus privados e entidades da sociedade civil ligadas ao setor museológico (Associação Brasileira de Museologia e Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus). As parcerias são fundamentais para a realização de fóruns de discussões sobre as políticas museológicas implementadas nos Estados, a comemoração da Semana Nacional de Museus em todo o país e a realização de oficinas de capacitação em museologia em todas as regiões.

A maioria das metas físicas ficou acima dos patamares previstos em virtude das parcerias entre o Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU/IPHAN) e as Secretarias e Fundações Culturais dos Estados, que permitiram dividir os custos e ampliar os resultados e promoveram a realização de Fóruns de Museus em todas as regiões do país, com a finalidade de discutir o andamento e as diretrizes das políticas públicas no campo museológico em nível estadual e nacional, fornecendo subsídios para a condução da Política Nacional de Museus e, conseqüentemente, do programa "Museu, Memória e Cidadania".

A participação social, fomentada pelos fóruns de discussão promovidos pelo DEMU, é fundamental para o delineamento das diretrizes e definição de ações que serão realizadas dentro da Política Nacional de Museus e do programa "Museu, Memória e Cidadania". Isso contribui para que a demanda do setor musicológico seja atendida dentro das possibilidades do programa e para que os resultados sejam alcançados.

O Sistema Brasileiro de Museus (SBM), cuja base de financiamento é o programa "Museu, Memória e Cidadania", se sustenta num modelo de gestão balizado em três pilares, que potencializam a ação desse arranjo institucional:

1. Instrumentos institucionais: organização institucional do setor museológico, compreendendo o programa de governo para o setor e os mecanismos indispensáveis para a execução da Política Nacional de Museus, como a criação do Cadastro Nacional de Museus.
2. Instrumentos de democratização: formação de rede de colaboradores nacionais e internacionais, de modo a incentivar o acesso democrático aos bens culturais, a disseminação de conhecimento, a distribuição democrática dos recursos públicos e a discussão das diretrizes das políticas públicas para o setor museológico.
3. Instrumentos de fomento: mecanismos desenvolvidos de modo a garantir os investimentos necessários para a revitalização dos museus, como os editais públicos de apoio a entidades museológicas.

O Sistema Brasileiro de Museus disponibiliza instrumentos institucionais de fomento e democratização para a gestão do Programa Nacional de Museus e a consecução

dos seus objetivos. Esse modelo provê organicidade à gestão e demonstra que determinadas ações enquadram-se em mais de um instrumento. Exemplos são os editais de apoio a museus, que são instrumentos de fomento e democratização, assegurando condições iguais a todos os interessados.

Com esse modelo de gestão, o Departamento de Museus e Centros Cultuais pretende valorizar o patrimônio cultural brasileiro por meio da revitalização e criação de instituições museológicas, a partir da obtenção dos seguintes resultados: incremento de recursos para investimento na área museológica em todo o país; estabelecimento de parcerias para captação de recursos humanos e financeiros e utilização de novas tecnologias para aperfeiçoamento do setor; profissionalização do setor museológico em todo o Brasil; visibilidade e valorização do tema "museus" pela sociedade.

O SBM dispõe de um Comitê Gestor, composto por entidades governamentais e da sociedade civil ligada ao setor museológico, constituindo um instrumento de democratização e suprindo o estabelecimento de mecanismos de comunicação legítimos e próprios para as demandas do campo museológico brasileiro.

Recomendações

- Estabelecer meta de atendimento de museus pelo programa.
- Criar indicadores, como, por exemplo, "Taxa de Cobertura/ Atendimento de Museus Brasileiros por Editais". Quanto à mensuração dos indicadores, são aplicáveis: "Custo do Museu / Receita", para o indicador 1 e "Número de Visitantes aos Museus", para o indicador 2 .
- Monitorar efetiva e continuamente a avaliação do programa.
- Priorizar a captação de recursos, visto o elevado número de museus que o programa pretende atender.
- Propiciar parcerias público-privadas para resguardar os museus dos crimes a que estão atualmente expostos com maior intensidade.



Ministério da Defesa

Adestramento e Emprego Combinado das Forças Armadas
Adestramento e Operações Militares da Aeronáutica
Adestramento e Operações Militares da Marinha
Adestramento e Operações Militares do Exército
Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade Civil
Calha Norte
Comunicações, Comando, Controle e Inteligência nas Forças Armadas
Controle de Armamentos, Munições e Explosivos
Desenvolvimento da Aviação Civil
Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária
Ensino Profissional da Aeronáutica
Ensino Profissional da Marinha
Ensino Profissional do Exército
Gestão da Política de Defesa Nacional
Mobilização para Defesa Nacional
Proantar
Produção de Material Bélico
Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira
Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil
Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro
Recursos do Mar
Segurança da Navegação Aquaviária
Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro
Serviço de Saúde das Forças Armadas
Tecnologia de Uso Aeroespacial
Tecnologia de Uso Naval
Tecnologia de Uso Terrestre

Sumário Executivo

Em 2005, do total previsto para o Ministério da Defesa, foram utilizados R$ 33,6 bilhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 35.399.108.939,00	**Realizado orçamentário[1]:**	R$ 33.361.053.978,00
Recursos não orçamentários previstos:	R$ 1.164.209.010,48	**Realizado não orçamentário:**	R$ 306.446.482,74
Total previsto:	R$ 36.563.317.949,48	**Total realizado:**	R$ 667.500.460,74

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R$ 1,2 bilhão inscrito em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foi executado cerca de R$ 1 bilhão.

Principais Resultados

O Ministério da Defesa priorizou a atuação das Forças Armadas em iniciativas de apoio ao desenvolvimento econômico e social do país, sem comprometimento de sua missão principal de manutenção da soberania e da integridade territorial. Destacam-se, a seguir, os principais resultados alcançados em 2005:

- Aquisição de 24 aeronaves AL-X destinadas ao policiamento do espaço aéreo para monitoramento da Região Amazônica.
- Aquisição de uma aeronave Embraer EMB-145 para o Correio Aéreo Nacional, aumentando o apoio médico e assistencial aos lugares mais distantes e menos desenvolvidos do país.
- Ampliação da área de abrangência do Programa Calha Norte (PCN), que passou de 74 a 151 Municípios, atendendo às demandas essenciais nas áreas de educação, saneamento básico e infra-estrutura em 21 Municípios carentes.
- Realização de 16 Operações de Assistência Hospitalar às populações ribeirinhas da Amazônia, totalizando 160.594 atendimentos em 558 localidades.
- Realização de exercícios de adestramento combinados, envolvendo as três Forças Armadas, possibilitando a elevação do grau de integração entre elas e, principalmente, dinamizando a eficiência operacional dos meios militares brasileiros.
- Formação de 24.775 jovens no âmbito do programa "Soldado-Cidadão", por meio de cursos profissionalizantes, proporcionando-lhes capacitação técnico-profissional básica e formação cívica, de forma a melhorar as

[1] A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

condições para ingresso no mercado de trabalho.

- Realização, no escopo no Projeto Rondon, de duas operações em 33 Municípios dos Estados do Acre e Amazonas, com a participação de cerca de 350 estudantes universitários, buscando soluções que contribuam para o desenvolvimento sustentável e a ampliação do bem-estar dessas comunidades carentes.
- Participação em missões propostas pela Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de apoiar e promover a reconciliação nacional no Haiti e no Timor Leste.
- Execução, pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO), de obras e serviços referentes à ampliação e modernização da infra-estrutura aeroportuária, elevando sua capacidade de 110 para 115 milhões de passageiros/ano, destacando-se os seguintes aeroportos: Aeroporto Internacional de Maceió, Aeroporto Internacional de Campinas, Aeroporto Internacional de Brasília Presidente Juscelino Kubitschek, Aeroporto de Uberlândia, Aeroporto Internacional de Congonhas (São Paulo).
- Conclusão da implantação das instalações e do fornecimento de equipamentos e sistemas do Projeto SIVAM e recebimento final do software dos Centros Regionais de Vigilância (CRV) e do Centro de Coordenação Geral (CCG) do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), permitindo o monitoramento completo da Amazônia brasileira.

Aspectos Relevantes

Algumas restrições prejudicaram o desempenho das atividades do Órgão, conforme relatado a seguir:

- Contingenciamento e atraso na liberação de recursos, em geral prejudicando todos os programas. Foram efetuados ajustes no planejamento das execuções das ações, visando a minimizar os efeitos. Ainda assim, houve impactos negativos na obtenção de equipamentos e na execução de obras de alto custo, principalmente em relação aos Programas de Reaparelhamento de cada Força. Ressalte-se que esses entraves vêm afetando o cumprimento de prazos dos projetos e gerando conseqüências negativas em compromissos comerciais e financeiros assumidos, além de comprometer o adimplemento de metas relativas à recuperação operacional das Forças.
- Insuficiência de recursos necessários para a manutenção de um nível de operacionalidade e atuação combinada das Forças Armadas compatível com as dimensões e características do país, resultando em insuficiência e obsolescência do material militar de uso naval, aéreo e terrestre e das instalações orgânicas, bem como elevando o custo para a manutenção dos recursos existentes.
- Insuficiência no nível de suprimento de material militar de uso naval, aéreo e terrestre.
- Dificuldade em relação às licitações, decorrente do atraso na liberação dos créditos aprovados para o programa "Comunicações, Comando, Controle e Inteligência nas Forças Armadas", gerando a necessidade de reprogramar licitações e causando impactos na execução das ações.
- Insuficiência de recursos orçamentários, obrigando os Comandos das Forças a adotarem medidas de contenção de despesas, a fim de adequar a

preparação operacional da tropa. Destaque-se que o montante insuficiente para a alimentação da tropa obrigou os Comandos a utilizarem o regime de meio expediente nos meses de novembro e dezembro de 2005. Sob o aspecto social, os reflexos foram negativos, particularmente para os cabos e soldados, em sua grande maioria, oriundos das camadas mais humildes da sociedade.

- Insuficiência de recursos materiais, necessidade de incremento tecnológico nos laboratórios, necessidade de atualização no acervo bibliográfico e quantidade insuficiente de recursos humanos nos programas de tecnologia das três Forças, demandando ajustes no planejamento com o objetivo de garantir a consecução dos resultados. Particularmente, a implementação do programa "Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro" foi prejudicada devido à escassez de recursos materiais disponíveis para equipe gerencial e à inadequação da infra-estrutura. A infra-estrutura para a implementação do programa "Recursos do Mar" também sofreu o impacto da falta de navios e laboratórios para a condução das pesquisas pelas equipes executoras; da obsolescência dos equipamentos científicos dos meios flutuantes para a realização das pesquisas no mar; da manutenção inadequada, obsolescência e quantidade insuficiente dos laboratórios existentes em terra firme.
- Destacam-se ainda algumas dificuldades que fogem à governabilidade do MD: falta de visão de Estado, relativamente à área de Defesa; crescente convocação das Forças Armadas para participar de soluções para os problemas nacionais; reduzida percepção quanto aos assuntos relativos à Defesa Nacional; dificuldade de obtenção de financiamentos de instituições civis para projetos na área de Defesa, tendo em vista a baixa ou nula rentabilidade desse tipo de iniciativa; dependência externa do país relativamente aos recursos de natureza estratégica para a sua defesa, causada pela inexistência de parque industrial nacional voltado para essa necessidade; evasão de mão-de-obra especializada na área científica e tecnológica, que dificulta a criação e o desenvolvimento de tecnologias de ponta específicas para fins militares; tentativas de formação de consensos internacionais contrários aos interesses nacionais, relativamente à região Amazônica e outros vazios estratégicos; intensificação da ocorrência de crimes transnacionais, tais como contrabando e narcotráfico, sobretudo na região norte do país; dificuldade de importação de material de emprego militar, devido à dificuldade de acesso a materiais e tecnologias avançados, aos prazos de entrega demasiadamente longos e dificuldade de manutenção dos compromissos dos contratos.

Recomendações

- Aperfeiçoar os instrumentos de coordenação e de gerenciamento do conjunto de programas do PPA.
- Melhorar a estrutura organizacional, o arranjo do setor e a coordenação setorial.
- Aperfeiçoar os processos administrativos do órgão setorial (gestão de pessoas; gestão orçamentária e financeira e gestão de suprimentos).

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade do pelo Ministério da Defesa.

Adestramento e Emprego Combinado das Forças Armadas

Objetivo

Garantir a interoperabilidade das Forças Armadas no desempenho de ações de defesa da Pátria e dos interesses nacionais, de garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem e no apoio às comunidades nacional e internacional.

Público-Alvo

Nação brasileira e a comunidade internacional.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 279.552.858,00	Empenho Liquidado:	R$ 197.706.162,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 197.706.162,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

O programa não possuía indicador em 2005. Todavia, foi inserido indicador na revisão do PPA vigente em 2006.

Contextualização

Por sua ampla dimensão territorial, o Brasil precisa contar com um sistema de defesa eficaz, baseado na interoperabilidade e interconectividade das suas Forças Armadas, altamente qualificadas para atuar, de forma combinada, em sistemas integrados de logística e mobilização. Da mesma forma, intensificar a participação do Brasil na intermediação de conflitos internacionais exige a manutenção de uma força preparada para integrar missões internacionais de manutenção da paz.

Especificamente, este programa visa à reunião de esforços para garantir a interoperabilidade das Forças Armadas no desempenho de ações de defesa da Pátria e dos interesses nacionais, de garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem e no apoio às comunidades nacional e internacional

Principais Resultados

- Operação TIMBÓ III: realizada no período de 20 a 30 de julho, intensificou a presença das Forças Armadas (FA) na Amazônia Ocidental, englobando uma extensa faixa da fronteira, com a participação de 4.260 militares das três forças.

- Operação MARACAJU IV: realizada no período de 15 a 19 de agosto, com a finalidade de preparar as FA para o exercício de Defesa Aeroespacial, abrangendo os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, com a participação de 540 militares das três forças.
- Operação PAMPA I: realizada no período de 10 a 20 de outubro, com o envolvimento de dois Comandos Combinados, abrangendo os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com a participação de 4.500 militares das três forças
- Operação LEÃO II: realizada no período de 20 a 30 de novembro, com a finalidade de preparar as FA em operações de evacuação de não combatentes, empregando operações anfíbias, aeroterrestres e especiais, abrangendo os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, com a participação de 5.343 militares das três forças.
- Operação JAURU II: realizada no período de 27 de maio a 5 de junho, com a finalidade de intensificar a presença das FA na faixa de fronteira e atualizar os planejamentos de apoio ao combate a delitos transnacionais e ambientais, abrangendo uma extensa faixa de fronteira brasileira nos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e parte do Paraná, com a participação de 3.425 militares das três forças.
- Missão da ONU – HAITI: participação do contingente brasileiro, com um efetivo de 1.200 militares, das três Forças, além de uma Companhia de Engenharia do Exército Brasileiro, com 150 militares.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Todas as atividades planejadas foram realizadas em sua plenitude, de modo que a execução física das ações aconteceu dentro do previsto. O monitoramento do desempenho físico das ações ocorreu por meio de relatórios de missão, transmitidos ao término das atividades planejadas.

O fluxo de recursos foi compatível com a programação. E a execução financeira do Programa atingiu R$ 197.706.162,00, que equivalem a 71 % do valor previsto.

Houve atraso na aprovação e abertura dos créditos destinados a suportar as missões de paz a que o governo se comprometeu , os quais constituíram ônus adicional e não previsto para as Forças que, por sua vez, utilizaram recursos próprios nas providências preparatórias, evitando que também ocorresse atraso no cumprimento do compromisso assumido pelo governo brasileiro

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Alterar a denominação do Programa para "Preparo e Emprego Combinado das Forças Armadas".
- Alterar o objetivo para: "Desenvolver e garantir a capacidade operacional e o emprego combinado das Forças Armadas no desempenho de suas missões constitucionais e no apoio às comunidades nacional e internacional".

Adestramento e Operações Militares da Aeronáutica

Objetivo

Preparar a Aeronáutica para o cumprimento de sua destinação constitucional de defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Público-Alvo

Nação brasileira.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 767.680.321,00	Empenho Liquidado:	R$ 754.461.379,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 754.461.379,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Esforço Aéreo

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 93,23 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 90

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Haja vista que o índice ao final do PPA, previsto em 90%, foi superado em 2004 (94,11%) e em 2005 (93,23%), estima-se que a viabilidade de manutenção ou superação, em 2007, é bastante alta.

Contextualização

Não há.

Principais Resultados

Realização de manobras operacionais:

- FAEX VII – Manobra com o objetivo de treinar o emprego e o desenvolvimento de técnicas e novos métodos de localização de sobreviventes, resgate noturno e marítimo.
- PORTEIRA FECHADA – Operações de policiamento do espaço aéreo brasileiro, com enfoque para a região norte/noroeste do país.

Realização de operações internacionais:

- PRATA III – Operação combinada com a Força Aérea Argentina, tendo como enfoque principal o emprego conjunto de meios destinados à detecção, interceptação e adoção de medidas de policiamento do espaço aéreo contra tráfegos ilícitos na aérea da fronteira entre o Brasil e a Argentina.
- PARBRA I – Operação combinada com a Força Aérea Paraguaia, tendo como enfoque principal a padronização dos procedimentos para a defesa aérea, com base no Acordo de Cooperação Mútua, para reprimir o tráfego de aeronaves envolvidas em atividades ilícitas na área da fronteira entre o Brasil e o Paraguai.
- CEIBO - Operação combinada entre as Forças Aéreas da Argentina, do Chile e do Uruguai, tendo ainda o Paraguai e a Bolívia como observadores. O exercício teve como objetivo treinar os pilotos e mecânicos das forças aéreas participantes, além de capacitar os estados-maiores no planejamento e na execução de operações combinadas, tendo como base a estrutura e doutrina empregadas pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Operações com as demais Forças:

- MARACAJU IV – Manutenção do estado de alerta de Defesa Aeroespacial como medida preventiva contra eventuais ameaças à soberania nacional, realizando operações de policiamento do espaço aéreo brasileiro, com enfoque para a região norte/noroeste do País. Participantes: FAB, Marinha do Brasil (MB) e Exército Brasileiro (EB).
- TIMBÓ III – Operação combinada, de grande porte, na fronteira norte do País, a fim de garantir a soberania na região. Participantes: FAB, MB e EB.
- LEÃO II – Exercício de grande porte, envolvendo a FAB e a MB. A operação foi realizada como jogo de guerra e somente na carta, sem atividade aérea.
- JAURU III – Adestramento das equipagens, com base em cenários reais de combate ao ilícito. Participantes: FAB e EB.

Operações da Força Aérea Brasileira - FAB com a Marinha do Brasil:

- PATCOS (ATLÂNTICO) – Ação de presença na Zona de Exclusão Econômica (ZEE), apoiando a MB na missão de fiscalização do cumprimento das normas e leis estabelecidas nas águas jurisdicionais brasileiras.
- ADEREX I e ADEREX II – Operação combinada com a Marinha do Brasil, tendo como foco principal o aprimoramento de doutrinas voltadas para operações aeronavais, empregando-se as aviações de patrulha e caça.
- FRATERNO – Operação combinada com a Marinha do Brasil, tendo como foco principal o aprimoramento de doutrinas voltadas para operações aeronavais, em conjunto com a Armada Argentina, empregando-se as aviações de patrulha e de caça.

Operações da FAB com o Exército Brasileiro:

- MEMBECA III – Adestramento das equipagens de combate na execução de missões de apoio às Forças de Superfície.
- AGULHAS NEGRAS III – Execução das ações constantes dos Planos de Campanha dos Comandos Militares de Área, vocacionados para a Defesa Externa.

Missões de Assistência Social e de Emergência:

- Evacuação Aeromédica (EVAM)/Missão de Misericórdia (MMI) – Remoção de enfermos e feridos para locais em melhores condições de atendimento médico-hospitalar e atendimento a comunidades isoladas e/ou carentes, com consulta médica, tratamento odontológico, exames laboratoriais, orientações etc.
- SAR – envolvimento de aeronaves da FAB em missões de resgate, busca e salvamento.
- Linhas do CAN – Manutenção das linhas do Correio Aéreo Nacional – CAN no Acre e ao longo dos rios Juruá e Purus, levando apoio às comunidades carentes e integrando, cada vez mais, o território e o povo. Além das linhas nacionais, manteve-se a linha internacional do CAN, entre as cidades de Brasília, Assunção, Buenos Aires e Montevidéu, contribuindo, ainda mais, para a integração do MERCOSUL e aproximação dos países sul-americanos.
- TSUNAMI – Transporte para Bancoc, na Tailândia, de 16 toneladas de medicamentos e alimentos e 60 toneladas de mantimentos, água e remédios para Colombo, capital do Sri Lanka, para distribuição às vítimas da tragédia.
- Atendimentos emergenciais a governos estaduais e municipais e comunidades atingidas pela seca (Tabatinga, Eirunepé, Boca do Acre e Tefé no Amazonas e Porto Velho em Rondônia). Mais de 17 toneladas foram transportadas para essas localidades.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A execução orçamentária da LOA 2005 foi de 98,28%, porém, não foi suficiente para atender 100% das metas físicas.

Este fato deve-se ao Limite Orçamentário muito aquém das necessidades. Os recursos previstos na LOA 2005 foram insuficientes para o desenvolvimento das seguintes ações, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Ação Orçamentária	Recursos	Pré-proposta Orçamentária (em R$)	LOA 2005 (em R$)
2866 Ações de Caráter Sigiloso	Tesouro	810.000,00	200.000,00
2864 Alimentação de Pessoal	Tesouro	108.639.638,00	70.450.000,00
2881 Capacitação Física	Tesouro	420.371,00	10.000,00
2890 Mnt/Sup de Material Bélico	Tesouro	73.427.922,00	24.325.001,00
2755 Mnt/Sup de Campo/Est.	Tesouro	550.000,00	150.000,00
2048 Mnt/Sup de Mat. Aer.	Tesouro	723.580.844,00	298.021.077,00
2756 Mnt/Sup de Contra-Incêndio	Tesouro	9.068.500,00	7.368.500,00
2894 Mnt/Sup de Mat. Int. Tesouro	Tesouro	17.640.000,00	1.500.000,00
2896 Mnt/Sup de T. Log. Sup.	Tesouro	1.013.480,00	500.000,00
2757 Mnt/Sup de Simuladores	Tesouro	2.990.807,00	800.000,00

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Alterar a denominação do Programa para "Preparo e Emprego da Força Aérea".
- Para que o nível de execução possa ser melhorado, é necessário que:
  - As dotações orçamentárias reflitam as reais necessidades do programa.
  - Os limites orçamentários e financeiros sejam concedidos em tempo hábil para sua execução.
  - Que os créditos extraordinários, eventualmente concedidos, incorporem limites.

Adestramento e Operações Militares da Marinha

Objetivo

Preparar o Poder Naval e manter o seu aprestamento para assegurar o cumprimento da missão constitucional de defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, a lei e a ordem.

Público-Alvo

CNação brasileira.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 593.665.105,00	Empenho Liquidado:	R$ 561.552.295,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 561.552.295,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Aprestamento de Navios Distritais para Composição da Força de Emprego Rápido

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 64 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 56

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice já foi alcançado.

2. Taxa de Aprestamento de Navios e Submarinos subordinados à Esquadra para Composição da Força de Emprego Rápido

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 51 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 54

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. Ressalte-se que a viabilidade decorre, principalmente, dos patamares orçamentários disponibilizados.

3. Taxa de Aprestamento de Navios e Submarinos subordinados à Esquadra para Composição da Força de Emprego Rápido

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 34 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 58

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. Ressalte-se que a viabilidade decorre, principalmente, dos patamares orçamentários disponibilizados.

Contextualização

Visando ao cumprimento da missão constitucional determinada pelo art 142 da Constituição Federal, que trata sobre a defesa da Pátria, da garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem, é necessário que as Forças Armadas brasileiras estejam devidamente aprestadas, dispondo de efetivo altamente adestrado e dos meios logísticos adequados e prontos para seu emprego, de forma a atuarem em diferentes ambientes operacionais com eficiência, eficácia e grau de presteza apropriados às necessidades do País.

Principais Resultados

- Realização de Patrulhas Navais para a fiscalização e proteção das áreas de produção de petróleo situadas na plataforma continental e nas proximidades do Arquipélago de São Pedro e São Paulo, a fim de manter a ação de presença na Zona Econômica Exclusiva (ZEE) daquele Arquipélago.
- Capacitação alcançada com a conclusão do emulador para lançamento do míssil Exocet MM-40 por Fragatas Classe Greenhalgh (FCG) e do Sistema de Simulação e Treinamento Tático Multi-Tarefa, como ferramenta de planejamento e avaliação de diretivas

Realização das seguintes Operações Combinadas:

- Operação MARACAJU IV/05, com a participação da Marinha Brasileira - MB, do Exército Brasileiro - EB e da Força Aérea Brasileira - FAB, em que foram empregadas, pela primeira vez, aeronaves do Esquadrão VF-1 em ações de defesa aeroespacial na área das plataformas na Bacia de Campos, tendo as aeronaves decolado da Base Aérea Naval de São Pedro da Aldeia, simulando o Navio Aeródromo - NAe "São Paulo", operando ao largo de Cabo Frio.
- Operação TIMBÓ-IV/05, na área da Amazônia Ocidental, com participação da MB, do EB, da FAB e de órgãos de segurança pública.
- Operação JAURU-II/05, na fronteira oeste do país, com a participação da MB, do EB, da FAB e de órgãos de segurança pública e fiscalização fazendária.
- Operação PAMPA-I/05, na Região Sul, com a participação da MB, do EB e da FAB.
- Operação Leão II, no Rio de Janeiro e Espírito Santo, relacionada ao treinamento para resgate de nacionais e materiais de interesse do governo brasileiro em território estrangeiro, com a participação da MB, do EB e da FAB.

Realização de atividades subsidiárias:

- 16 comissões de operações de assistência hospitalar, o que perfaz 415,5 dias de comissão, totalizando 160.594 atendimentos, em 558 localidades nos rios Purus, Juruá, Tarauacá, Envira, Acre, Madeira, Negro, Branco, Solimões, Içá, Javari, Tapajós, Nhamundá, Japurá, Copeá, Auati, Timbó, Xingú, Jari e Marajó.
- 9 comissões de ações cívico-sociais, perfazendo 21 dias de comissão, totalizando 1.437 atendimentos médicos e odontológicos, em 29 localidades da região.
- Participação no Projeto Rondon, com três navios e duas aeronaves do Comando do 9º Distrito Naval nas localidades de Carauari, Eirunepê, Fonte Boa, Tabatinga e Tefé, além do apoio da Capitania Fluvial de Tabatinga e das Agências Fluviais de Tefé e de Eirunepê.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Os resultados das atividades empreendidas neste programa não alcançaram os níveis desejados, no que concerne ao aprestamento das Forças Navais e à manutenção das unidades navais, aeronavais e de fuzileiros navais, em face das restrições orçamentárias impostas à Marinha.
Além dos reduzidos índices de disponibilidade das unidades operativas da Força, cabe enfatizar que aquelas atualmente em operação possuem significativas restrições operacionais e não dispõem de suas dotações mínimas de munição convencional e de armas inteligentes, o que, aliado ao baixo nível de estoques de combustíveis, inviabiliza o poder dissuasório da Esquadra brasileira. A Esquadra vem tendo sucessivos decréscimos de dias de operações no mar, significando sensível diminuição na qualificação e no adestramento do pessoal. Conseqüentemente, há perda do conhecimento técnico-profissional dos oficiais, praças e servidores civis da Marinha, patrimônio nacional intangível, em cuja formação o país investiu volumosos recursos.

Ademais, as atividades do programa sob comento serão seriamente afetadas, impondo-nos reduzi-las ainda mais e, em alguns casos, até mesmo paralisá-las, com reflexos negativos para a sociedade brasileira e a economia nacional, bem como no campo das relações internacionais e da defesa.

Considerando-se especificamente as unidades da Esquadra, cujas tarefas estão diretamente relacionadas ao cumprimento da missão constitucional da MB, a situação agravou-se sensivelmente: em dezembro de 2005, das 106 unidades existentes na Esquadra, entre navios, submarinos, helicópteros e aviões, 61 encontravam-se imobilizadas e 45 operavam com restrições.

Em relação à Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE), houve redução dos exercícios anfíbios, decorrentes da indisponibilidade de unidades navais, causando prejuízos à capacitação operativa da FFE na realização de operações anfíbias. Cumpre ressaltar que a situação é mais grave ainda em face da redução da munição de armas portáteis, com influência direta no adestramento.

Enfim, considerando-se os baixos patamares orçamentários, os resultados alcançados foram compatíveis com os recursos disponibilizados em 2005.

Outros Aspectos Relevantes

A Marinha utilizou integralmente os recursos orçamentários disponibilizados. Todavia, em razão do contingenciamento da dotação orçamentária, que já havia sido estabelecida em valor insatisfatório, há conseqüências indesejáveis, tais como o cancelamento de operações militares e a insuficiente manutenção das unidades navais, aeronavais e de fuzileiros navais, levando ao comprometimento da proteção das plataformas de petróleo, do combate à poluição marinha por navios e do apoio à prevenção da pesca irregular.
A liberação parcelada dos recursos, no transcorrer do exercício de 2005, implicou na necessidade de se postergar a execução de diversas atividades do programa.

As organizações responsáveis pela manutenção e pelo reparo das unidades operativas da Marinha apresentam grau de obsolescência elevado, necessitando de investimentos para a modernização e recuperação de sua capacidade industrial.

Para a recuperação a curto prazo do estado de prontidão operativa dos navios e aeronaves existentes, foi elaborado o Programa Emergencial de Recuperação do Poder Naval (PERPN). Seu objetivo é a correção gradativa dos problemas materiais acumulados nos últimos anos e foi planejado, com custo médio anual de R$ 290 milhões, para ser executado em quatro anos e implementado a partir de 2006.

Recomendações

- Alterar a denominação do Programa para "Preparo e Emprego do Poder Naval".
- Há a necessidade de se alocar mais recursos orçamentários para atender ao Programa.

Adestramento e Operações Militares do Exército

Objetivo

Preparar o Exército Brasileiro para assegurar o cumprimento de sua missão constitucional de defender a pátria, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Público-Alvo

Nação brasileira.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 616.996.858,00	Empenho Liquidado:	R$ 615.846.494,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 615.846.494,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Preparo do Efetivo Militar

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 45,17 em dezembro de 2005
Índice previsto ao final do PPA: 53

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Tendo em vista os índices apurados em 2004 e 2005, de 37,00% e 45,17%, respectivamente, e considerando que a insuficiência de recursos reflete-se negativamente em várias ações, estima-se uma baixa possibilidade de alcance do índice previsto para o final do PPA, que é de 53%.

Contextualização

Para o devido cumprimento da missão constitucional determinada pelo art. 142 da Constituição Federal, é necessário que as Forças Armadas brasileiras estejam devidamente aprestadas, dispondo de efetivo altamente adestrado e dos meios logísticos apropriados e prontos para seu emprego, de forma a atuarem em diferentes ambientes operacionais com eficiência, eficácia e com grau de presteza adequados às necessidades do País.

Para o cumprimento dos objetivos de defesa, o país deve dispor de uma força terrestre adequada ao seu perfil geográfico, com os necessários atributos de alta

mobilidade e leveza, capaz de atender, com rapidez e eficiência, quando solicitada, em qualquer parte do território nacional

Principais Resultados

Realização das seguintes operações militares:

- "Operação Timbó III": exercício operacional que visou ao adestramento das Forças Armadas - Marinha, Exército e Força Aérea - no planejamento e execução de operações combinadas, intensificando a presença da Força Terrestre na faixa de fronteira. Foram adestrados os integrantes do Comando Combinado da operação na coordenação e controle de seus meios militares, os quais estavam distribuídos em uma faixa de aproximadamente 5 mil km de extensão, com uma área de 606 mil Km². A Força Terrestre empregou um efetivo de aproximadamente 4 mil militares nas diversas ações desenvolvidas, ao mesmo tempo em que foram intensificados os contatos com as populações ribeirinhas e levantados dados operacionais que facilitarão futuros planejamentos de emprego militar.
- "Operação Jauru III": operação combinada realizada nos Estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e no noroeste do Paraná, sob comando único atribuído ao Comandante Militar do Oeste (CMO). Participaram da Operação diversos órgãos que atuam na região, como a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Receita Federal, o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), as Secretarias de Segurança Pública dos Estados envolvidos, bem como suas polícias civis e militares, além de outros órgãos de fiscalização fazendária e ambiental estaduais. A área de operações englobou uma extensa faixa da fronteira brasileira, de 2.300 km, junto à Bolívia e ao Paraguai, que vai desde o Município de Comodoro, MT ao Município de Guaíra, PR. Foram priorizadas as ações de intensificação de vigilância das fronteiras, de patrulhamento nas calhas dos rios e de apoio aos órgãos de segurança pública e outros órgãos civis de fiscalização fazendária e ambiental. Além disso, as comunidades carentes da região receberam atendimento médico e odontológico.
- "Operação Centauro II": exercício de operações militares inserido no Período de Adestramento da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, sediada em Bagé, RS, teve por finalidade aprimorar o adestramento dos militares em operações de guerra convencional, aplicando técnicas e táticas aprendidas e treinadas durante o ano de instrução militar. Foi desenvolvido na região dos Municípios de Bagé, Dom Pedrito, São Gabriel e no Campo de Instrução Barão de São Borja, localizado no Município de Rosário do Sul, RS.
- "Operação Pampa I": exercício combinado do Ministério da Defesa, considerada a principal atividade de adestramento para as operações convencionais. Desenvolvido nos Estados do Rio Grande do Sul e Paraná, no período de 10 a 20 outubro, teve por objetivo adestrar as Forças Armadas no planejamento e na execução de operações combinadas de guerra convencional. A área de operações abrangeu a região do Porto de Rio Grande, com ações da Força Tarefa Combinada da Marinha, sob o comando do 5º Distrito Naval; o Campo de Instrução de Santa Maria, com a utilização do Centro de Aplicação de Exercícios de Simulação de Combate 2 (CAESC 2), pela 3ª Divisão de Exército; e a região de Bagé,RS, com a 6ª Divisão de Exército, realizando no terreno uma marcha para o combate. Da Base Aérea

de Canoas, - RS, aeronaves decolaram para combater a aviação inimiga da Base Aérea de Santa Maria. A 5ª Divisão de Exército, com sede em Curitiba ,PR, participou na simulação de combate e na direção do exercício.

- "Operação Santa Tecla": operação da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (3ª Bda C Mec) realizada no período de 5 a 9 de dezembro de 2005 eve por finalidade aprimorar o adestramento dos militares em Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) em faixa de fronteira e no combate a ilícitos transfronteiriços. A Operação contou com a participação dos orgãos de segurança pública e de fiscalização aduaneira e de tributos. A Operação desenvolveu-se na região dos Mmunicípios gaúchos Aceguá, Bagé, Candiota, Hulha Negra, Pinheiro Machado, Pedras Altas, Sant'ana do Livramento, São Gabriel, Lavras do Sul, Caçapava do Sul, Santana da Boa Vista, Dom Pedrito, Santa Margarida do Sul, São Sepé e Vila Nova do Sul.
- "Operação Agulhas Negras": exercício operacional com vistas a adestrar o Comando da 2ª Divisão de Exército no planejamento e execução de operações em um quadro de guerra regular realizando a concentração estratégica; marcha para o combate; ataque coordenado e defesa de área; assalto aeromóvel; reconhecimento e patrulhas, além de infiltração e exfiltração aeromóvel. Executou-se, também, o deslocamento do apoio logístico, a mudança do Pelotão de Combate - PC do Cmdo 12ª Brigada de Infantaria Leve - Aeromóvel (12ª Bda Inf L - Amv), a transposição e travessia de cursos d´água, um exercício de simulação de combate e a execução de tiro real com armamento coletivo. O exercício foi realizado no Campo de Instrução da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende-RJ, no período de 14 a 18 de novembro de 2005, e contou com a participação da 11ª Bda Inf L (GLO), 12ª Bda inf L - Amv e unidades do Comando da Aviação de Exército, da FAB, de Defesa Química, Bacteriológica e Nuclear, e de Guerra Eletrônica, com um efetivo de 3.070 homens. O exercício caracterizou-se, também, pelo emprego da Engenharia no preparo e execução da transposição do Rio Paraíba do Sul de mais de 200 Vtr, sem acidentes ou atrasos construção do PC subterrâneo do Cmdo da 12ª Bda Inf L - Amv, na C Pnt Amv.
- "Operação Membeca": exercício de adestramento que empregou o Comando da 1ª Divisão do Exército (DE) no planejamento e execução de operações em um quadro de guerra regular, em Área Operacional do Continente (AOC). As ações ofensivas exploradas foram: marcha para o combate, combate em localidade, infiltração terrestre, assalto aeromóvel e ataque coordenado. As ações defensivas foram: assalto aeroterrestre, cabeça de ponte aérea, retardamento e defesa de área. Foram ainda exploradas ações de apoio aéreo aproximado com aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB) e guerra eletrônica. Foi empregado o Observador, Controlador e Avaliador (OCA) e o equipamento de simulação "DSET" no adestramento da tropa com excelentes resultados. O exercício foi realizado no Campo de Instrução da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende, RJ, no período de 31 de outubro a 4 de novembro de 2006, com tropas da 9ª Brigada de Infantaria Motorizada - Escola (9ª Bda Inf Mtz - Es) e Brigada de Infantaria Pára-quedista, empregando cerca de 1800 homens. Foi priorizada a manobra de flanco, executada pela 9ª Bda Inf Mtz (Es) e a infiltração pelo 1º Batalhão de Infantaria Motorizado - Escola (1º Btl Inf Mtz - Es). Foram destaques: o emprego adequado dos meios disponíveis; o detalhamento

dos planejamentos; o emprego dos meios de guerra eletrônica (GE); o emprego dos meios aéreos e do apoio de fogos disponíveis; a motivação e o grau e adestramento da tropa.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

O principal fator de limitação ao atendimento das metas físicas e, conseqüentemente, do alcance de todos os resultados fixados para os programas, foi a insuficiência dos recursos disponibilizados, o que impossibilitou a consecução integral do preparo, capacitação, adestramento, modernização e adequação dos meios necessários ao emprego da Força Terrestre. Entretanto, vale ressaltar algumas ações que causaram impacto no resultado final do Programa:

- Ação "Doutrina e Estratégia Militar": logrou cumprir 100% de sua meta física. A formulação doutrinária, ao responder os questionamentos "Como deve a Força Terrestre ser organizada?", "Como deve ser equipada e armada?" e "Como deve combater?" impacta diretamente no objetivo final do programa e no próprio cumprimento da missão constitucional do Exército.
- Ação "Manutenção e Suprimento de Fardamento": sua execução física alcançou 93.498 militares atendidos, 56,48% da meta total prevista. No último pregão do ano (22 de dezembro de 2005), cujo objeto era a aquisição de fardamento para atender a incorporação de 50 mil homens, em 2006, só se adquiriu o suficiente para atender 25 mil.
- A dotação orçamentária consignada à ação "Manutenção e Suprimento de Material Bélico" ficou aquém das necessidades, interferindo nas atividades administrativas e operacionais da Força Terrestre. As restrições, contudo, foram resolvidas. O crédito previsto foi recebido integralmente, mas mostrou-se insuficiente, principalmente, no que se refere à aquisição de viaturas, armamentos, equipamentos e ferramentas, atendendo menos de 10% das necessidades. Já para a manutenção de material bélico alcançou-se, em média, 60% das necessidades. A sua meta física é caracterizada como "não cumulativa", devido à consolidação de diversas Seções de Manutenção da Diretoria de Manutenção (DMnt) e de Seções de Suprimento da Diretoria de Suprimento (DS). Por essa razão, a meta física deve ser de 510 Organizações Militares (OM) e não de 1020.
- A ação "Manutenção e Suprimento de Combustíveis e Lubrificantes" não teve a sua meta física atingida em 2005, em virtude da insuficiência dos recursos destinados à aquisição de suprimentos para atender toda a demanda. O fato de a quantia de R$ 5.238.000,00 ter sido incluída em restos a pagar causou um transtorno à administração, em virtude de o combustível licitado não ter sido recebido no ano de 2005, o que teria amenizado a situação crítica enfrentada pela Força.
- O contingenciamento dos recursos da ação "Alimentação de Pessoal" teve impacto nas atividades realizadas a partir do mês de novembro de 2005, obrigando o Exército a adotar o regime de meio expediente em algumas Organizações Militares, como solução inicial para amenizar o problema. Em dezembro de 2005, foram descontingenciados cerca de R$ 8,4 milhões, minimizando as restrições na alimentação de pessoal; porém, permaneceram contingenciados em torno de R$ 5,2 milhões. Em função da programação financeira estipulada, R$ 8,4 milhões foram inscritos em restos a pagar,

sendo R$ 400 mil processados e R$ 8 milhões não processados.

- A ação "Manutenção e Suprimento de Munição" foi prejudicada, porque os fornecedores de munição não tinham material em estoque, necessitando realizar entregas parceladas. O planejamento da execução física contemplou todas as organizações militares, entretanto, estas foram atendidas de maneira precária, já que os recursos previstos na LOA atenderam somente a 10% da Dotação de Munição Anual (DMA), necessária à instrução e ao adestramento do Exército Brasileiro. No mês de dezembro de 2005, foram recebidos R$ 1,8 milhões, a título de crédito adicional, utilizados para a aquisição, conforme planejamento da DS, de tiros 105 mm AE M1 B1 junto às empresas IMBEL e EMGEPRON, no valor de R$ 876.800,00. Em relação ao saldo restante, firmou-se contrato com a empresa CBC, para a aquisição de munições de calibre até 30mm.

Além disso, foi possível prosseguir à ativação, em Goiânia, GO, da Brigada de Operações Especiais (força apta para o combate ao terrorismo) e à transformação, em Campinas, SP, da 11ª Brigada de Infantaria Blindada em 11ª Brigada de Infantaria Leve (vocacionada para as missões de Garantia da Lei e da Ordem - GLO).

O prosseguimento da ativação da 2ª Brigada de Infantaria de Selva em São Gabriel da Cachoeira (AM) dependeu, exclusivamente, do aporte de recursos do Programa Calha Norte para a construção das instalações programadas e dos próprios residenciais nacionais para oficiais, subtenentes, sargentos, cabos e soldados.

Outros Aspectos Relevantes

Há vários anos, as dotações orçamentárias consignadas ao Exército vêm sendo insuficientes para o desenvolvimento adequado dos seus diversos programas, o que tem obrigado o Comando da Força a adotar medidas de contenção de despesas, a fim de adequar a preparação operacional da tropa à disponibilidade dos recursos orçamentários.

O exercício financeiro de 2005 manteve-se restritivo, implicando em conseqüências e reflexos negativos para a manutenção de um Exército compatível com a estatura político-estratégica da nação, que se propõe a ser reconhecida no cenário internacional, inclusive pleiteando uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU.

O Comando do Exército está ciente de que a restrição de gastos em todas as áreas é indispensável para permitir a retomada do crescimento econômico do país e tem colaborado, em todos os sentidos, com o esforço nacional.

.

Recomendações

- Alterar a denominação do Programa de "Adestramento e Operações Militares do Exército", para "Preparo e Emprego da Força Terrestre"..

Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade Civil

Objetivo

Contribuir para o desenvolvimento sustentável nas comunidades carentes, estimulando a busca de soluções para os problemas sociais da população, além de dotar de formação cívica e profissional que habilite os jovens, em idade de prestação do serviço militar, que necessitam de qualificação social e profissional, ao primeiro emprego.

Público-Alvo

Sociedade brasileira.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 65.407.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 53.020.098,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 53.020.098,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Grau de Atendimento à Demanda de Transporte Aéreo Governamentalo.

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 250 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 65

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Embora o índice de 50%, apurado em 2005, tenha ficado abaixo do índice inicial do programa, que é de 60%, as operações não deixaram de ser executadas. Pretende-se, entretanto, incrementar os recursos em 2007, existindo grande probabilidade de alcance do índice previsto.

2. Taxa de Atendimento à Demanda de Cooperação

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 100 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 38

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Este indicador está relacionado diretamente à disponibilidade de recursos em fontes de convênio (181) no orçamento do Exército Brasileiro, especificamente para os Batalhões de Engenharia e Construção (BEC). Atualmente, todos os convênios propostos estão sendo atendidos, gerando 100% de resultado.

Contextualização

Tendo em vista a necessária participação de todos os segmentos da sociedade no esforço nacional de superação das deficiências sociais do país, o programa viabiliza o emprego das Forças Armadas no apoio às ações governamentais.
Assim, cumprindo missões complementares à sua destinação, o Ministério da Defesa participou, em conjunto com os órgãos responsáveis, de ações de defesa civil, assistência social e construção de infra-estrutura, apoiando as ações de governo na consecução de metas e objetivos nacionais. O MD viabilizou, ainda, a participação do estudante universitário nos processos de desenvolvimento e de fortalecimento da cidadania, oferecendo aos jovens brasileiros oportunidades formativas inovadoras e criativas, mediante sua formação integral, através de cursos profissionalizantes que lhes proporcionem qualificação social e profissional.

Principais Resultados

- Operações Amazonas 2005 e Acre 2005, com participação de 350 estudantes universitários em 19 Municípios, no âmbito do Projeto Rondon.
- Habilitação de 24.775 jovens pelo programa Soldado Cidadão.
- Construção da rodovia BR 282 em Santa Catarina.
- Pavimentação das rodovias MT 040 e MT 361 em Mato Grosso.
- Construção do anel rodoviário em Barreiras, BA.
- Restauração do dique Poti Velho em Terezina, PI.
- Construção da pista do Aeroporto Internacional de Natal, RN.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A realização financeira alcançou R$ 53.020.098,00, equivalente a 81% do previsto.

Destacam-se, positivamente, as seguintes ações: 2862 – "Ações Cívico-Sociais", por meio das quais foram atendidas 11.322, de uma previsão de 1 mil pessoas; e 8447 – "Apoio Aéreo para o Transporte de Cargas e Passageiros", que realizou 30 missões, de uma meta de 10 missões.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- O índice previsto, ao final do PPA, do indicador "Taxa de Atendimento à Demanda de Cooperação", deverá ser alterado, de 38% para 100%, tendo em vista que o mesmo já foi alcançado.
- O objetivo, que engloba apenas as ações referentes aos projetos "Rondon" e "Soldado Cidadão", deverá ser ajustado.
- A justificativa do programa não está relacionada aos Batalhões de Engenharia e Construção, tampouco explica a necessidade do transporte aéreo de cargas e passageiros e, portanto, deverá sofrer ajustes.

Calha Norte

Objetivo

Aumentar a presença do Poder Público na região ao norte do rio Solimões/Amazonas, contribuindo para a defesa nacional, proporcionando assistência às suas populações e fixando o homem na região.

Público-Alvo

População da região da Calha Norte.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 236.694.311,00	Empenho Liquidado: R$ 133.032.420,00 Pago estatais: - Total: R$ 133.032.420,00
Previsto não orçamentário -	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

1. Densidade Populacional na Região da Calha Norte

Unidade de medida: habitante por km²
Último índice apurado: 1,1 em dezembro de 2000
Índice previsto ao final do PPA: 1,31

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA.
Alta.

2. Extensão de Fronteira por Núcleo de Povoamento integrado à Pequena Unidade Militar.

Unidade de medida: km por núcleo
Último índice apurado: 330 em julho de 2003
Índice previsto ao final do PPA: 300

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A viabilidade de alcance da meta é média. Dependerá da liberação tempestiva dos recursos orçamentários para a construção de novos Pelotões Especiais de Fronteira.

Contextualização

Tendo em vista o desenvolvimento sustentável da região, que corresponde a 14% do território nacional, abrangendo uma faixa de fronteira de cerca de 6.700 km e a

integração de sua população ao conjunto nacional, o programa objetiva:

- O aumento da presença brasileira, com o fortalecimento das estruturas governamentais de oferta de serviços.
- O fortalecimento da infra-estrutura de energia e telecomunicações e viária, por meio do transporte fluvial (vocação natural da Amazônia).
- A intensificação das atividades, visando à perfeita demarcação da fronteira.
- A promoção de assistência às populações indígenas, delimitando e demarcando suas terras e estimulando seu desenvolvimento.

Principais Resultados

- Inauguração do Destacamento de Aeronáutica de São Gabriel da Cachoeira - AM , núcleo da futura Base Aérea de São Gabriel da Cachoeira (FAB).
- Manutenção em 5 aeroportos que atendem aos Pelotões Especiais de Fronteira (EB).
- Construção e manutenção de inúmeras embarcações de unidades militares da região da fronteira.
- Finalização das obras de recuperação do Parque Industrial da Base Naval de Val de Cães – PA.
- Continuação das obras de infra-estrutura, em São Gabriel da Cachoeira, para a transferência da 2ª Brigada de Infantaria de Selva.
- Continuação das obras de recuperação do aeroporto que atende ao PEF de Ipiranga – AM.
- Construção e doação de uma Lancha de Apoio Médico - "AMBULANCHA" ao Governo do Estado do Pará para emprego em proveito das populações ribeirinhas da Ilha de Marajó – PA.
- Continuidade da implantação dos pontos de reabastecimento de combustível de helicópteros em diversas localidades da região, em proveito das aeronaves das FFAA que operam na Amazônia.
- Início das obras de recuperação da Pista de Pouso de Tiriós – PA.
- Conservação da BR – 307, que liga São Gabriel da Cachoeira a Cucuí, no Amazonas, e da Rodovia Surumu-Uiramutã, em Roraima.
- Implantação de infra-estrutura básica nos Municípios mais carentes da região da Calha Norte: obras de pavimentação (urbanas e rodoviárias), saneamento (sistema de abastecimento de água, esgoto, drenagem de águas pluviais), postos de saúde, escolas, creches, iluminação pública, pontes, quartéis da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, áreas de entretenimento e lazer (praças, ginásios esportivos, campos de futebol), aquisição de equipamentos agrícolas, bibliotecas, entre outros.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A execução financeira alcançou o valor de R$ 133.032.420,00, o que equivale a 56 % do valor previsto. Cabe destacar:

- Ação 2439 - "Apoio Aéreo na Região da Calha Norte": A meta de 2 mil horas de vôo, estabelecida nesta ação, foi superdimensionada. Os recursos disponibilizados nesta ação são utilizados para adquirir horas de vôo de helicópteros e aviões dos Comandos da Marinha, Exército e Aeronáutica

para utilização, pelo programa, em visitas, inspeções e vistorias em obras. O custo da hora de vôo do helicóptero Cougar é de US$ 3.673,24, e o do helicóptero HM-1 Pantera é de US$ 1.285,20. A meta realista para o montante de recursos disponibilizados nesta ação, em 2005 (R$ 703.324,00), seria de 180 horas/vôo. Tendo em vista que foram realizadas 183 horas/vôo, a execução física foi compatível com o recurso.

- Ação 2442 – "Conservação de Rodovias na Região da Calha Norte": A meta física desta ação (conservar 300 km de rodovias) está muito acima do que os recursos disponibilizados (R$ 549.032,00) podem realizar. Segundo cálculos do 2º Grupamento de Engenharia de Construção do Exército, seriam necessários recursos da ordem de R$ 4 milhões para conservar 300 km de rodovias na Amazônia. Cabe ressaltar que esses recursos também são usados para financiar reparos em pontes de concreto e madeira, ao longo das rodovias atendidas. Portanto, os 30 km conservados de rodovias, realizados com os recursos desta ação, estão compatíveis com os recursos financeiros disponibilizados.
- Ações 1211 – "Implantação de Infra-estrutura Básica nos Municípios mais Carentes da Região da Calha Norte" e 1E02 – "Implantação de Infra-estrutura Básica em Municípios da Região Norte": Com recursos da ordem de R$ 116 milhões, recorde nos 20 anos de existência do Programa, foram executadas 221 obras. No entanto, cerca de 95% dos recursos foram liberados nas últimas semanas de dezembro de 2005, impedindo, assim, que as metas previstas fossem atingidas (3.075 obras). Acrescenta-se que 99,98% dos recursos aprovados em Lei Orçamentária foram provenientes de Emendas Parlamentares, direcionando, portanto, a execução para as obras pretendidas pelos autores das emendas.

As demais ações apresentaram execução dentro do previsto.

Quanto aos recursos humanos necessários para a implementação do programa, há necessidade de redimensionamento da equipe, e de mais uma equipe completa de fiscalização (1 engenheiro e dois auxiliares).

Como principais dificuldades, citem-se o contingenciamento e o atraso na liberação de recursos.

A participação social é promovida por meio de reuniões com comunidades contempladas pelo programa. No entanto, por falta de recursos humanos e financeiros, a satisfação dos usuários não é avaliada dentro de critérios técnicos adequados.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Implementar mais uma equipe completa de fiscalização (1 engenheiro e dois auxiliares).

Comunicações, Comando, Controle e Inteligência nas Forças Armadas

Objetivo

Aperfeiçoar a capacidade de comando, controle e inteligência do Sistema de Defesa e a segurança da comunicação militar.

Público-Alvo

Nação brasileira.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 20.730.624,00	Empenho Liquidado: R$ 18.493.969,00 Pago estatais: - Total: R$ 18.493.969,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Nível de Implantação dos Sistemas de Comunicação, Comando, Controle e Inteligência

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 10 em dezembro de 2003
Índice previsto ao final do PPA: 50

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
CO indicador só foi apurado em 2003, quando apresentou o índice de 10%. Considerando-se a diferença em relação ao índice previsto ao final do PPA, 50%, estima-se que a viabilidade de alcance é muito baixa.

Contextualização

É imprescindível aperfeiçoar a capacidade de comando e controle de todos os órgãos envolvidos na tarefa de defesa nacional, proporcionando-lhes condições que facilitem o processo de decisão, baseado em sistemas inteligentes e capazes de antecipar situações que exijam sua utilização, e em meios de comunicação modernos e seguros, de modo a garantir a capacidade de operação combinada ou conjunta das Forças Armadas..

Principais Resultados

- Continuação do desenvolvimento do novo software do Sistema Militar de Comando e Controle, com conclusão prevista para março de 2006.

- Início do emprego de videoconferência entre os centros principais do Sistema Militar de Comando e Controle.
- Atualização tecnológica de todas as centrais telefônicas do sistema.
- Aquisição de 24.175 Km² de imagem de satélite de alta resolução.
- Desenvolvimento e operacionalização de um sistema de compartilhamento de imagens de satélites existentes na Marinha, no Exército e na Aeronáutica.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A execução financeira atingiu 89 % do previsto. Quanto à execução física das ações, ocorreu dentro do previsto, com exceção de:

- Ação 5132 - "Implantação do Sistema de Comunicações Militares via Satélite (SISCOMIS)": com os recursos disponíveis, foi possível a aquisição de oito Estações Táticas Transportáveis e três Estações Móveis Navais, além de equipamentos correspondentes na estação central de Brasília, cujas implantações corresponderam a 59 % do Sistema, que era a meta prevista.
- Ação 5134 – "Implantação do Sistema de Comunicações Seguras (SECOS)": com o contingenciamento de R$ 1.433.246,00, a meta prevista não foi atingida, mas foi dada continuidade à confecção da interface entre o Sistema SECOS (Aeronáutica) e o Sistema YB (Marinha) e à aquisição de equipamentos para ampliar os laboratórios de pesquisa das Forças Singulares, a fim de capacitá-los para a implantação do novo Sistema Tático de Dados interforças.
- O monitoramento do desempenho físico das ações e o desenvolvimento dos projetos é realizado pelo gerente, por meio de relatório circunstanciado, pessoalmente, ou por intermédio de assessores.
- Embora o contingenciamento orçamentário tenha prejudicado a consecução das metas na sua plenitude, a liberação dos recursos foi compatível com a programação. Houve dificuldade, também, em relação às licitações, decorrentes do atraso na liberação dos créditos aprovados.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Controle de Armamentos, Munições e Explosivos

Objetivo

Controlar a produção, utilização, importação, exportação, desembaraço alfandegário, circulação, armazenamento e comércio de armas, munições, explosivos e outros produtos perigosos.

Público-Alvo

Pessoas físicas e jurídicas que fabricam, utilizam, importam, exportam, transportam e comercializam produtos controlados pelo Exército.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 11.901.298,00	Empenho Liquidado: R$ 11.830.315,00 Pago estatais: - Total: R$ 11.830.315,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Controle de Armamentos, Munições e Explosivos

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 169,11 em dezembro de 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice apurado ultrapassou o índice previsto em 69,11 pontos percentuais. Como o indicador demonstra a relação percentual entre as quantidades de procedimentos de fiscalização e registro realizados no ano e o total previsto no ano, verifica-se que os procedimentos de fiscalização ocorreram em quantidade bem maior que a dos procedimentos previstos.

Contextualização

O Exército Brasileiro tem a obrigação de controlar a produção, circulação, armazenamento e destinação de armamentos, explosivos e munições, como forma de auxiliar na segurança física da população e do patrimônio nacional. Esse controle é implementado através de atividade de fiscalização de comerciantes e transportadores dos produtos sob controle.

Principais Resultados

- Implantação do Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (SIGMA), com o objetivo de manter em banco de dados e em âmbito nacional o cadastro de todas as armas de uso pessoal dos militares das Forças Armadas, de colecionadores, de atiradores e de caçadores. O SIGMA fornecerá informações imediatas sobre as armas e seus proprietários, permitindo o controle de forma mais efetiva.
- Implantação do Sistema de Controle Fabril (SICOFA), com o objetivo de permitir o controle de todo o comércio de armamento e munição brasileiros, no país e no exterior, por meio das fábricas nacionais.
- Implantação da Guia de Tráfego Eletrônica na 2ª Região Militar (São Paulo-SP), com previsão de utilização nas demais Regiões Militares, em 2006. O Guia propicia o controle, em tempo real, pela rede de fiscalização, de todo o trânsito dos produtos controlados, com sensível aumento da eficiência na fiscalização da atividade.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A execução financeira alcançou o montante de R$ 11.830.315,00, equivalente a 99,4 % do valor previsto de R$ 11.901.298,00.

Os recursos orçamentários alocados foram suficientes, atingindo 97% da arrecadação da Taxa de Fiscalização de Produtos Controlados, e possibilitaram a aquisição de 89 veículos administrativos, principal deficiência da rede de fiscalização, além de outros recursos necessários para a atividade fim, tais como: combustível, locação de veículos, custeio da atividade meio e aquisição de equipamentos de processamento de dados.

Quanto ao fluxo de recursos, salienta-se que houve liberação de R$ 4,85 milhões somente na última semana do ano de 2005. Esses recursos foram integralmente empenhados, no entanto, tiveram que ser inscritos em restos a pagar.

A única ação do programa, "Registro e Fiscalização de Produtos Controlados", apresentou desempenho físico muito acima do esperado, realizando 761.020 fiscalizações, de uma meta de 450 mil fiscalizações.

O monitoramento da ação é efetuado por meio das 12 Regiões Militares, que remetem ao coordenador relatórios mensais onde constam todas as atividades de concessão e revalidação e as autorizações para aquisição, fabricação, comercialização, importação, exportação, colecionamento, exposições, armazenamento, tráfego e utilização de produtos controlados pelo Exército.

O relacionamento do programa com o público-alvo é realizado por meio de página na Internet, que contém o link com a Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados, "fale DFPC", que procura interagir com seus usuários e seu público-alvo, possibilitando informações adequadas às dúvidas, aos questionamentos, à legislação e a outros assuntos pertinentes. Como resultados dessa participação, convém citar o aprimoramento da legislação e a elaboração de instruções técnico-administrativas, portarias e minutas de portarias relacionadas ao controle e à utilização de armas, munições, explosivos e produtos químicos.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Desenvolvimento da Aviação Civil

Objetivo

Promover o desenvolvimento do Sistema de Aviação Civil brasileiro, a fim de melhorar a qualidade da prestação dos serviços oferecidos pelos elos componentes do Sistema.

Público-Alvo

Usuários da aviação civil e pessoal especializado da área da aviação civil.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 89.910.565,00	Empenho Liquidado: R$ 58.243.593,00 Pago estatais: - Total: R$ 58.243.593,00
Previsto não orçamentário -	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

1. Evolução da Aprovação de Empresas Fiscalizadas

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 1,05 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 1,50

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta.

2. Evolução das Licenças Expedidas

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 1,05 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 1,50

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta.

3. Fator de Aprovação de Produtos, Equipamentos, Procedimentos e Fiscalizados

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 1,05 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 1,50

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta.

4. Grau de Acompanhamento de Empresas e Aeronautas em Atividade

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 0,84 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 0,95

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta.

5. Índice de Segurança de Vôo

Unidade de medida: Número absoluto
Último índice apurado: 1,06 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 1,05

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta.

Contextualização

A aviação civil brasileira demanda, cada vez mais, uma visão econômica e social, necessitando de estruturas e modelos de gestão específicos para o setor. Assim, é necessário regular as atividades da aviação civil mediante critérios de modernidade e racionalidade, dando ao Sistema Brasileiro de Aviação Civil uma nova modelagem, de acordo com as expectativas e necessidades do setor como um todo. Nesse sentido, este programa tem por objetivo promover o desenvolvimento do Sistema de Aviação Civil brasileiro, a fim de melhorar a qualidade da prestação dos serviços oferecidos pelos elos componentes do Sistema.

Principais Resultados

- Aquisição de 5 aeronaves para instrução em aeroclubes.
- Celebração de 10 convênios com escolas de aviação e aeroclubes.
- Realização de 4.500 homologações.
- Formação de 2.562 inspetores e técnicos em cursos de formação e especialização na área da aviação civil.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A execução financeira alcançou o valor de R$ 58.243.593,00, o que equivale a 65% do montante previsto, de R$ 89.910.565,00.

Ressalte-se que a ação 0628 – "Suplementação Tarifária à Aviação Regional" - encontra-se paralisada devido à baixa arrecadação e aos contingenciamentos orçamentários, que vêm ocorrendo desde janeiro de 2004. A expressiva arrecadação de 2004, em torno de R$ 4,5 milhões, não foi utilizada para o pagamento da suplementação tarifária do referido ano, por conta de contingenciamentos orçamentários.

Os recursos financeiros, incluindo os créditos autorizados na LOA 2005, suficientes para atingir as metas físicas propostas, foram liberados ao longo do exercício, sem prejuízo para a execução financeira.

A execução física das ações ocorreu dentro do esperado, com exceção da ação 2879 – "Fomento a Aeroclubes e Escolas de Aviação Civil" –, por meio da qual foram apoiadas apenas 10 entidades, de um total previsto de 56 entidades.

O monitoramento do desempenho físico das ações é efetuado por meio da análise de relatórios mensais enviados pelos coordenadores das ações ao gerente do programa e também por meio de reuniões, encontros, painéis, simpósios, inspeções regulares e auditorias.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- A unidade de medida do indicador "Índice de Segurança de Vôo", que atualmente é "número absoluto", já foi alterada pela Revisão 2005 do PPA, para "acidente por milhão de decolagens".

Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária

Objetivo

Aumentar a capacidade e melhorar a eficiência do sistema de infra-estrutura aeroportuária brasileira.

Público-Alvo

Usuários do sistema aeroportuário brasileiro.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 946.747.118,00	Empenho Liquidado: R$ 495.523.459,00 Pago estatais: R$ 265.711.690,00 Total: R$ 761.235.149,00
Previsto não orçamentário R$ 1.414.209.010,48	**Realizado não orçamentário** R$ 306.446.482,74

Indicador(es)

1. Grau de Desenvolvimento de Construção, Expansão ou Conservação da Infra-Estrutura

Unidade de medida: Porcentagem
Último índice apurado: 70 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
Prevê-se para o final do PPA o índice de 74%, e não o originalmente previsto em 2003 de alcance de 100% em 2007.

Contextualização

O desenvolvimento socioeconômico nacional necessita da continuidade da expansão e modernização da infra-estrutura aeroportuária, que visa a apoiar as empresas no escoamento de suas produções; aumentar as opções de acesso ao território nacional, beneficiando a indústria do turismo; promover a integração regional como parte da inserção competitiva do país e do Mercosul; e estabelecer opções de acesso para aeronaves militares em todo o país como fator de integração, desenvolvimento e defesa nacional.

Principais Resultados

Os principais resultados obtidos, indicados abaixo, estão relacionados com a reforma e ampliação de vários aeroportos e aeródromos estratégicos para a Defesa Nacional,

assegurando a manutenção, em condições de uso, da malha aeroviária brasileira, composta por aeronaves civis e militares, e contribuindo, decisivamente, para a segurança nacional e para o desenvolvimento de Municípios nos quais, muitas vezes, o avião é o único meio de transporte:

- Continuação das obras de reforma e ampliação das pistas de pouso dos aeródromos de Ipiranga - AM, Eirunepé - AM, Palmeiras do Javari - AM, Bittencourt - Jupará - AM, Estirão do Equador - AM, Iauaretê - AM, Maturacá - AM, Oiapoque - AP, Surucucu - RR e Tiriós – PA.
- Implantação de Seções Contra-incêndio nos aeródromos da Base Aérea de Santa Cruz - RJ, Parintins - AM, Fernando de Noronha - PE, Breves - PA, Alta Floresta - MT, Humaitá - AM, Porto de Moz - PA e Barcelos – AM.
- Construção do novo terminal de passageiros e ampliação do sistema de pistas e pátios, do Aeroporto Internacional de Maceió - AL.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Devido ao contingenciamento das ações pertinentes às unidades orçamentárias "Comando da Aeronáutica" e "Fundo Aeronáutico", os recursos não foram suficientes para executar a programação inicialmente prevista.

Nessas ações, o planejamento é coordenado e consolidado pelo Estado-Maior da Aeronáutica, visando à aplicação eficaz e eficiente dos recursos destinados ao desenvolvimento e ao aprimoramento da infra-estrutura aeroportuária. Os recursos são descentralizados para as várias unidades executoras e a execução é acompanhada pela Diretoria de Engenharia da Aeronáutica, pelo Departamento de Aviação Civil e pela Comissão de Aeroportos da Região Amazônica, que enviam relatórios mensais ao gerente do programa, o qual realiza visitas às principais obras em andamento.

Ressalta-se, também, que o contingenciamento de recursos provocou a reprogramação das ações 5150 – "Reforma e Ampliação de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Nacional", 5154 – "Reforma e Ampliação de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Estadual", 12CD – "Construção de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Nacional" e 12CE – "Construção de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Estadual", implicando a alteração das metas físicas nas ações envolvidas. Após essa reprogramação, a execução do programa ocorreu de acordo com o replanejamento realizado, apresentando resultados dentro do esperado.

Para as ações das demais unidades orçamentárias, o Gerente tem encontrado dificuldades no monitoramento , por se tratar de entidades vinculadas ao Ministério, caso da unidade orçamentária 52212 (Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária–INFRAERO), ou por pertencerem a outros ministérios.

Saliente-se que nas unidades orçamentárias 28234 (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES, vinculadas ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) e 54201 (Embratur-Instituto Brasileiro de Turismo, vinculado ao Ministério do Turismo), não havia coordenadores de ação designados, impossibilitando o fornecimento de subsídios ao Gerente para o acompanhamento das respectivas ações.

Em relação às ações não-orçamentárias, cuja execução é de responsabilidade da INFRAERO e que contribuem para a consecução do objetivo do programa, também não houve acompanhamento da execução.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Estabelecimento de sistemática de acompanhamento da execução das ações de responsabilidade de unidades orçamentárias fora do Comando da Aeronáutica, visando ao cumprimento do Decreto no 5233, de 6 de outubro de 2004.
- Designar coordenadores para as ações pertinentes a essas unidades orçamentárias.

Ensino Profissional da Aeronáutica

Objetivo

Formar e educar continuadamente os recursos humanos, a fim de prover profissionais habilitados a atender às necessidades do Comando da Aeronáutica.

Público-Alvo

Alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino da Aeronáutica.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 8.079.820,00	Empenho Liquidado: R$ 8.073.661,00 Pago estatais: - Total: R$ 8.073.661,00
Previsto não orçamentário -	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

1. Taxa de Aproveitamento Acadêmico (Formação)

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 98 em dezembro de 2005
Índice previsto ao final do PPA: 92

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice ao final do PPA já foi ultrapassado em 6 pontos percentuais.

2. Taxa de Aproveitamento Acadêmico (Pós-Formação)

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 99 em dezembro de 2005
Índice previsto ao final do PPA: 95

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice ao final do PPA já foi ultrapassado em 4 pontos percentuais.

Contextualização

É imprescindível que os servidores militares e civis das Forças Armadas sejam constantemente motivados a aperfeiçoarem-se e a qualificarem-se para o melhor cumprimento das missões que lhe são atribuídas. Para que isso aconteça, as oportunidades devem ser oferecidas freqüentemente, tanto no sentido da elevação do seu nível cultural, quanto da sua capacidade profissional. De igual importância

é a orientação do jovem estudante para a carreira militar, promovida através das instituições militares de ensino fundamental e médio.

Principais Resultados

- Reformulação do Currículo Mínimo do Curso de Formação de Oficiais Especialistas, com a implantação de MBA em Capacitação Gerencial.
- Consolidação dos cursos de MBA para os alunos dos cursos de Política e Estratégia Aeroespaciais e Comando e Estado-Maior.
- Consolidação do Curso de Administração na Academia da Força Aérea.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A execução financeira alcançou praticamente 100% da dotação prevista, que era de R$ 8.079.820,00. Os recursos orçamentários foram suficientes e liberados em fluxo compatível com a programação.

O cumprimento das metas físicas ocorreu dentro do esperado. Cabe salientar que a meta física, em alguns casos, é maior que o planejado inicialmente, quando há ativação de algum curso não previsto. Porém, a regra geral é que o número de alunos diminua devido a desistências, seja por inaptidão, por motivo de saúde ou por falta de aproveitamento.

Destacam-se, positivamente, as seguintes ações, que apresentaram desempenho muito superior à meta:

- Ação 2744 – "Especialização e Aperfeiçoamento de Oficiais e Civis": matriculou 2.654 alunos, o que equivale a 210% da meta prevista, de 1.260 alunos.
- Ação 2514 – "Formação de Oficiais": matriculou 1.218 alunos, o que equivale a 248% da meta prevista, de 490 alunos.

O aumento da eficiência dos cursos deveu-se à revisão curricular, à adoção de práticas docentes mais modernas e à implantação de vários MBA, de forma a melhorar a qualidade dos cursos realizados, além de melhorias realizadas na infra-estrutura de algumas escolas (com recursos de outros programas, específicos para este fim).

Por meio de avaliações, ao final de cada curso, que envolveram aspectos como coordenação, currículo, conteúdo das disciplinas, corpo docente e infra-estrutura, a coordenação do curso promoveu as melhorias apontadas e consideradas viáveis. Ademais, a despeito de algumas limitações impostas por aspectos ligados a bibliotecas, equipamentos de informática, instalações e laboratórios, essas avaliações indicaram que os beneficiários do programa estão muito satisfeitos com os cursos realizados.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Ensino Profissional da Marinha

Objetivo

Formação e educação na área de recursos humanos, a fim de propiciar profissionais habilitados a atender às necessidades da Marinha do Brasil.

Público-Alvo

Marinha do Brasil.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 16.311.859,00	Empenho Liquidado: R$ 9.438.995,00 Pago estatais: - Total: R$ 9.438.995,00
Previsto não orçamentário -	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

1. Taxa de Qualificação do Pessoal da Marinha

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 84 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A viabilidade de alcance do índice final do PPA dependerá do volume de recursos alocados ao programa.

2. Taxa de Qualificação do Pessoal da Marinha

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 80 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A viabilidade de alcance do índice final do PPA é baixa e dependerá do volume de recursos alocados ao programa.

Contextualização

É imprescindível aperfeiçoar a capacidade de comando e controle de todos os órgãos envolvidos na tarefa de defesa nacional, proporcionando-lhes condições que facilitem o processo de decisão, baseado em sistemas inteligentes e capazes de

antecipar situações que exijam sua utilização, e em meios de comunicação modernos e seguros, de modo a garantir a capacidade de operação combinada ou conjunta das Forças Armadas.

Principais Resultados

- Formação de 685 Oficiais nos cursos de Altos Estudos pela Escola de Guerra Naval (EGN).
- Formação de 471 militares em diversos cursos de pós-graduação, mestrados e cursos técnicos, nas áreas de interesse da Marinha Brasileira - MB, no Brasil e no exterior, em diversas instituições de ensino, outras Forças Armadas e Órgãos Civis.
- Formação de 633 alunos pelo Colégio Naval.
- Especialização e aperfeiçoamento de 419 oficiais e 3.100 praças, pelos Centros de Instrução da MB.
- Formação de 1.156 Oficiais pela Escola Naval e pelo Centro de Instrução Almirante Wandenkolk.
- Formação de 3.200 praças pelo Centro de Instrução Almirante Alexandrino e pelas Escolas de Aprendizes de Marinheiros de Pernambuco, do Ceará, do Espírito Santo e de Santa Catarina.
- Realização de 50 cursos à distância, atingindo 1.478 alunos, em diversas áreas como Administração, Saúde, Operações, Línguas (em parceria com Instituição Privada) e Altos Estudos Militares.
- Criação do Curso Especial de Direito Internacional Humanitário, tendo como público-alvo o pessoal que comporá as Missões de Paz da ONU, em face do aumento da participação da MB nesse tipo de Missão.
- Promoção do Simpósio "O Mar e a Amazônia Azul: o Comércio Exterior, o Transporte Marítimo e os Portos Brasileiros", com vistas a contribuir para o aperfeiçoamento e a evolução do pensamento político-estratégico naval brasileiro.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Os resultados obtidos estiveram dentro do esperado, de acordo com a quantidade de recursos disponibilizados, seja pelas quantidades de discentes egressos das escolas e centros, seja pela qualidade satisfatória da grande maioria deles. Entretanto, a restrição orçamentária foi o fator limitador, impedindo que o Sistema de Ensino Naval (SEN) caminhasse lado a lado com a evolução tecnológica.

Em razão do insuficiente limite de movimentação e empenho, houve a necessidade do contingenciamento de parte das dotações orçamentárias, o que prejudicou a adequada condução das atividades relacionadas ao programa. Ademais, a liberação parcelada dos recursos implicou a necessidade de postergar-se a execução de diversas atividades do Programa. Saliente-se que os recursos orçamentários disponibilizados foram utilizados integralmente.

No que tange à ação "Cursos Pós-graduação", houve o cancelamento de alguns cursos extra-MB programados no País e no exterior, concorrendo para o descompasso do aprimoramento técnico necessário para o conhecimento dos militares e civis da MB.

Na ação "Cursos de Altos Estudos e de Política e Estratégia", em 2005, mantiveram-se os cursos de Política e Estratégia Marítimas e de Estado-Maior para Oficiais Superiores, em nível de pós-graduação lato sensu, tipo Master of Business Administration (MBA), ministrado em conjunto com a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O monitoramento das ações é realizado por meio da estrutura prevista no Sistema do Plano Diretor (SPD), que é detalhado em diversos Planos Internos (PI). As metas previstas para cada PI são consolidadas e validadas pelo Conselho Financeiro e Administrativo da Marinha (COFAMAR). Esse Conselho, internamente, exerce função semelhante à da Comissão de Monitoramento e Avaliação prevista no Dec nº 5.233/2004.

Cumpre esclarecer que cada ação orçamentária, para efeitos de gestão interna, é desdobrada em vários PI, a fim de permitir o controle, o monitoramento e a avaliação das atividades realizadas nos diversos escalões da Instituição. Dependendo do tipo de monitoramento pretendido, a periodicidade é mensal e/ou trimestral. Ressalta-se, dentre os aspectos que necessitam ser aprimorados, a introdução de indicadores de eficiência, eficácia e efetividade, conforme o previsto no Decreto de Gestão do PPA.

O grau de satisfação do público-alvo é aferido, principalmente, por meio de pesquisas e inquéritos pedagógicos realizados juntos aos alunos. Também são elaborados relatórios por parte das organizações militares que receberem esses recursos humanos formados e/ou aperfeiçoados.

Outros Aspectos Relevantes

O Sistema do Plano Diretor (SPD) foi adotado pela MB há mais de 45 anos e vem recebendo contínuo aprimoramento. Entretanto, atualmente, ainda carece de adequações que viabilizem sua perfeita interação com os demais sistemas utilizados pelos setores orçamentário e financeiro do Governo Federal. Ainda assim, O SPD contribui de forma significativa para que os recursos disponibilizados para a Força sejam aplicados com tempestividade e efetividade.

Recomendações

- É necessária a melhoria da infra-estrutura das instalações de ensino, principalmente no Colégio Naval (ensino médio) e no Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (formação, especialização e aperfeiçoamento de oficiais), e da qualificação do corpo docente, a qual depende da necessidade de expansão dos referenciais monetários atribuídos ao programa.
- Faz-se necessário suprir a lacuna de equipamentos instrucionais nas diversas organizações militares componentes do Sistema de Ensino da Marinha, principalmente de simuladores, cuja falta é devida aos recursos orçamentários e financeiros alocados ao programa, ao longo dos anos, em patamar inferior às suas necessidades.

Ensino Profissional do Exército

Objetivo

Formar e capacitar recursos humanos que atendam às necessidades do Exército Brasileiro.

Público-Alvo

Exército Brasileiro.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 23.683.808,00	Empenho Liquidado:	R$ 22.651.406,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 22.651.406,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Qualificação do Exército

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 96,56 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 95

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Os resultados obtidos confirmaram que as metodologias empregadas no processo ensino-aprendizagem estão de acordo com os objetivos propostos nos Planos Gerais de Ensino em vigor.

Contextualização

É imprescindível que os servidores militares e civis das Forças Armadas sejam constantemente motivados a aperfeiçoarem-se e a qualificarem-se para o melhor cumprimento das missões que lhe são atribuídas. Para que isso seja viável, as oportunidades devem ser freqüentemente oferecidas, tanto no sentido da elevação do seu nível cultural, quanto da sua capacidade profissional. De igual importância é a orientação do jovem estudante para a carreira militar, promovida através das instituições militares de ensino fundamental e médio.

A formação, o aperfeiçoamento e a qualificação dos recursos humanos para as Forças consiste no objetivo específico deste programa, a fim de prover profissionais habilitados para atender às necessidades do Comando do Exército.

.

Principais Resultados

- A Universidade do Sul de Santa Catarina e o Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército Brasileiro firmaram, em 31 de agosto de 2005, convênio para a oferta de cursos de graduação à distância em condições especiais, objetivando atender ao seguinte público: militares da ativa, militares da reserva remunerada do exército brasileiro e seus dependentes (nos termos da Lei nº. 6.880, de 9 de dezembro de 1980) e servidores civis do exército brasileiro.
- Os colégios militares tiveram desempenho destacado no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), obtendo as primeiras colocações nas seguintes capitais: Belo Horizonte, Brasília, Campo Grande, Manaus, Porto Alegre e Salvador.
- Cabe ressaltar que os colégios militares que não obtiveram as primeiras colocações no ranking divulgado, alcançaram médias em torno de 60 (índice acima da média nacional, que gira em torno de 40).
- Ensino à distância desenvolvido pelo Colégio Militar de Manaus, que atende a dependentes de militares que servem em localidades distantes do interior da Amazônia e a dependentes de militares que servem no exterior. São atendidos dependentes nas seguintes localidades: Normandia, Bonfim, Auaris, Boa vista, Maturacá, São Gabriel da Cachoeira, São Joaquim, Tabatinga, Cruzeiro do Sul, Porto Velho, Tefé, Eirunepé, Clevelândia, Macapá, V. Bittencourt, Marabá, E. do Equador. No exterior são atendidas as seguintes localidades: EUA, México, El Salvador, Equador, Bolívia, Paraguai, Rússia e China.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Apresentou-se dentro do esperado. O Exército, como um todo, é atendido em virtude de, após o término dos cursos, os militares concludentes serem classificados nas diversas organizações militares localizadas em todo o território nacional. A qualidade do ensino ministrado nos diversos estabelecimentos de ensino do Exército destaca-se pela apresentação e desenvoltura das habilidades que são desenvolvidas pelo corpo discente.

Outros Aspectos Relevantes

Foi aperfeiçoada a forma de apuração do índice do indicador, eliminando possíveis assimetrias de informações.

Recomendações

- Migrar a ação 2A82 – "Graduação e Pós-graduação em Engenharia" para o programa 0642 – "Tecnologia de Uso Terrestre".
- Há a necessidade de alocar-se mais recursos orçamentários para atender ao programa, tendo em vista o acréscimo de estabelecimentos de ensino a serem atendidos.

Gestão da Política de Defesa Nacional

Objetivo

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e o controle dos programas na área das Forças Armadas.

Público-Alvo

Governo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 41.951.668,00	Empenho Liquidado: R$ 40.781.495,00 Pago estatais: - Total: R$ 40.781.495,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

Este programa não possui indicador, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas"

Contextualização

O momento atual requer nova forma de atuação do Estado, em que as atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais assumem especial relevância na formulação, na avaliação, no reordenamento e no controle dos programas finalísticos.

Principais Resultados

- Aumento de 12.400 itens na base de catalogação do Sistema de Catalogação das Forças Armadas (SISMICAT), alcançando um total de cerca de 650 mil itens.
- Manutenção do Brasil no nível TIER-2 (classificação do sistema OTAN de catalogação), em decorrência do desempenho positivo do sistema brasileiro de catalogação, o Sistema Gerencial de Dados de Catalogação (SGDC).
- Realização dos estudos para a ativação do centros de Certificação, de Metrologia, de Normalização e de Fomento Industrial das Forças Armadas(CCMEFA).
- Implementação do MBA em altos estudos de política e estratégia.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A execução financeira alcançou o valor de R$ 40.781.495,00, o que equivale a 97,2% do montante previsto, de R$ 41.951.668,00.

A ação 2864 – "Alimentação de Pessoal", executou 100% do montante previsto. Observe-se que, durante o exercício, a ação necessitou de crédito suplementar de R$ 117.955,00 para a adequação das necessidades do MD, que incluem a alimentação de militares que participam de cursos promovidos pelo Ministério da Defesa.

A ação 2055 – "Altos Estudos de Política e Estratégia", a cargo da Escola Superior de Guerra (ESG), atingiu a meta prevista, de 260 treinandos, e promoveu a participação de outros 1.150 alunos em atividades afins, tais como seminários, cursos e ciclos de extensão e estudos na área de política e estratégia. Os custos decorrentes dessa superação de meta foram exclusivamente relacionados à logística operacional da ESG.

Destaca-se, também, o plano de capacitação de recursos humanos do MD que, por meio da ação 4572 – "Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação", promoveu o treinamento de 558 servidores, superando a meta prevista, de 447 servidores.

Quanto à ação 1E01 – "Apoio ao Reaparelhamento das Forças Armadas", criada por emenda parlamentar, houve dificuldade no que diz respeito à mensuração do produto e à organização militar modernizada. Em relação ao produto e à meta física prevista, observou-se, ainda, a inadequação na utilização de recursos das três Forças. Assim, não houve possibilidade de mensurar a execução física da ação.

Quanto ao monitoramento do desempenho físico das ações, cabe salientar a ação 2864 – "Alimentação de Pessoal", cujo acompanhamento é efetuado por equipamento (catraca) instalado na entrada do local onde é fornecida a alimentação.

As demais ações apresentaram desempenho dentro do previsto. Quanto aos recursos e/ou infra-estrutura para a implementação do programa, constatou-se:

- Inadequação dos equipamentos de informática utilizados.
- Rede corporativa de dados deficiente.
- Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial, pois esta também é responsável pela gestão administrativa da Administração Central do Ministério da Defesa.

A gestão do programa que, em 2005, estava a cargo da Gerência de Planejamento, do Departamento de Orçamento e Finanças, foi transferida, em 2006, para a Diretoria do Departamento de Administração Interna, visando a incrementação da integração e coordenação das ações.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Migrar a ação 2864 – "Alimentação de Pessoal" para o programa 0750 – "Apoio Administrativo", por ser de natureza tipicamente administrativa.

Mobilização para Defesa Nacional

Objetivo

Preparar e, quando necessário, executar a mobilização para a defesa nacional, sob a orientação do Estado.

Público-Alvo

Nação brasileira.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 6.935.225,00	Empenho Liquidado: R$ 5.506.756,00 Pago estatais: - Total: R$ 5.506.756,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Capacitação Logística Nacional

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 40 em dezembro de 2005
Índice previsto ao final do PPA: 90

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A falta de legislação específica para as atividades de mobilização nacional foi significativa para o fato de o índice não ter variado desde sua primeira apuração, em 2003, igual a 40%.

Para atingir o índice previsto (90%) ao final do PPA, é necessário que haja um crescimento científico e tecnológico muito grande, que permita à logística nacional atender em quantidade, qualidade e oportunidade à demanda de todas as hipóteses de emprego das Forças Armadas, o que torna muito baixa a viabilidade de alcance dessa previsão.

Contextualização

Para o Brasil posicionar-se à altura de sua importância político-estratégica em face de possíveis e eventuais ameaças, torna-se condição essencial alcançar uma elevada capacidade de mobilização, colocando o país em condições de transformar sua estrutura de paz, com o máximo de efetividade e um mínimo de transtorno para a sociedade brasileira. Nesse sentido, deve-se assegurar o funcionamento de mecanismos de complementaridade nas necessidades logísticas do país, visando,

quando necessário, à efetiva capacidade de obtenção de recursos adicionais, de toda ordem, necessários à sua defesa ou em ações de interesse da sociedade.

Principais Resultados

Realização dos Estágios Intensivos de Mobilização Nacional nas cidades de Brasília, Manaus, Porto Alegre e Recife.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

As metas físicas das ações foram 100% implementadas e a execução financeira, de R$ 5.506.756,00, equivale a 79% do valor previsto.

Os recursos alocados, contudo, limitaram sobremaneira o aumento de metas, embora a liberação, ao longo do exercício, tenha sido compatível com a execução da metas previstas.

O programa sofre o efeito da falta de aprovação e regulamentação da Lei de Mobilização, o que impede que o Ministério da Defesa, órgão central do Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB), emita diretrizes aos demais órgãos setoriais do sistema. A infra-estrutura da equipe gerencial foi adequada, mas após a implantação do SINAMOB em todos os seus órgãos integrantes, haverá a necessidade de aporte de recursos humanos capacitados, além de grande volume de recursos financeiros.

A satisfação do público-alvo é avaliada em todos os eventos realizados, por meio de fichas nas quais observam-se todos os aspectos dos eventos, além de sugestões emitidas pelos participantes.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

PROANTAR

OBJETIVO

Efetuar pesquisas conjuntas, visando ao conhecimento científico dos fenômenos antárticos.

PÚBLICO-ALVO

Marinha do Brasil e comunidade científica.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 7.939.000,00	Empenho Liquidado: R$ 4.524.386,00 Pago estatais: - Total: R$ 4.524.386,00
Previsto não orçamentário -	**Realizado não orçamentário** -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE PESQUISAS REALIZADAS NA ANTÁRTICA

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 56 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 57

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os compromissos decorrentes do Tratado da Antártica, do qual o Brasil é signatário, e a necessidade de reconhecer a influência dos fenômenos antárticos sobre as nossas áreas territoriais e marítimas, levaram a Marinha a participar, em conjunto com outros órgãos governamentais, universidades e instituições de pesquisas, subordinados à Política Nacional para Assuntos Antárticos, dos trabalhos de exploração científicos e ocupação da Antártica. Essas pesquisas têm o intuito de obter informações úteis para outros ramos da atividade nacional, notadamente, na agricultura e na pesca, além de garantir a presença brasileira nos fóruns de decisão sobre o Continente Antártico.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Manutenção, no Continente Antártico, da Estação Antártica "Comandante Ferraz" (EACF) e de sua estrutura de apoio logístico móvel, composta pelo Navio de Apoio Oceanográfico "Ary Rongel" e helicópteros.

- Início, , em 21 de outubro de 2005, da Operação Antártica XXIV, com previsão de participação de 109 pesquisadores, em 23 projetos científicos de relevância para os interesses nacionais no Continente Antártico.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Os resultados obtidos estão diretamente relacionados à disponibilidade de recursos, que não foram suficientes para a execução de toda a programação de pesquisas científicas, devido aos reduzidos referenciais orçamentários atribuídos ao Programa.

Os recursos orçamentários disponibilizados (Limite de Movimentação e Empenho) foram utilizados integralmente. Todavia, em razão do limite imposto à Marinha, houve a necessidade do contingenciamento de parcela das dotações orçamentárias, o que prejudicou a adequada condução das atividades, principalmente em relação à aquisição e à manutenção dos equipamentos da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF).

Saliente-se que as restrições orçamentárias dos últimos anos fizeram com que o fluxo de recursos interministeriais direcionados ao PROANTAR fossem interrompidos, com exceção da Marinha, que permaneceu arcando com seus custos logísticos. Diante dessa situação e do desgaste natural do material, após 22 anos de existência, a EACF apresenta-se degradada e com forte processo de corrosão de todos os seus sistemas e módulos, o que pode provocar danos ambientais ao Continente Antártico. Mantida a situação atual, haverá riscos indesejáveis quanto à segurança do pessoal e à integridade do Navio e da Estação, não restando outra alternativa, a não ser reduzir o Programa até sua paralisação total. Isto implicará o descredenciamento do País como membro efetivo do Tratado da Antártica, com indesejáveis conseqüências para o Brasil no contexto das nações.

A periodicidade de liberação e a indisponibilidade para empenho do total das dotações orçamentárias inviabilizaram o ganho de qualidade no desempenho das ações deste programa. O LME atribuído a Marinha em 2005 exigiu o contingenciamento de parte dos créditos. Ademais, o atraso na liberação dos recursos orçamentários prejudicou o atendimento de parte das atividades programadas.

O monitoramento do desempenho físico das ações é realizado por meio da estrutura prevista no Sistema do Plano Diretor (SPD), que é detalhado em diversos Planos Internos (PI). As metas previstas para cada PI são consolidadas e avaliadas pelo Conselho Financeiro e Administrativo da Marinha (COFAMAR). Cumpre esclarecer que cada ação orçamentária, para efeitos de gestão interna, é desdobrada em vários PI, a fim de permitir o controle, o monitoramento e a avaliação das atividades realizadas nos diversos escalões da instituição. Dependendo do tipo de monitoramento pretendido, a periodicidade será mensal e/ou trimestral.

Outros Aspectos Relevantes

O Sistema do Plano Diretor (SPD) foi adotado pela Marinha Brasileira há mais de 45 anos. Apesar do seu contínuo aprimoramento, o sistema ainda carece de adequações que viabilizem sua perfeita interação com os demais sistemas utilizados pelos setores orçamentário e financeiro do Governo Federal. Ainda assim, O SPD contribui de

forma significativa para que os recursos disponibilizados à Força sejam aplicados tempestiva e efetivamente.

Recomendações

- Alterar o objetivo do Programa, para: "Efetuar pesquisas conjuntas, visando ao conhecimento científico dos fenômenos antárticos e manter a presença do Brasil na Antártica".
- Alterar o público-alvo para: "Sociedade brasileira, especialmente a comunidade científica, as universidades, empresas nacionais e órgãos integrantes da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), ligadas ao PROANTAR".
- Alterar a justificativa, para: "Os compromissos decorrentes do Tratado da Antártica, do qual o Brasil é signatário, e a necessidade de reconhecer a influência dos fenômenos antárticos sobre nossas áreas territoriais e marítimas levaram a Marinha a participar, em conjunto com outros órgãos governamentais, universidades e instituições de pesquisa, executores da Política Nacional para Assuntos Antárticos, da pesquisa científica na Antártica, visando a obtenção de informações úteis para outros ramos da atividade nacional, notadamente, na agricultura e na pesca além de garantir a presença brasileira nos fóruns de decisão sobre o Continente Antártico. A presença brasileira na Antártica é garantida pela permanência mínima de um Grupo Base na Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) durante todo o ano.
- Reavaliação dos atributos das ações deste programa.
- Necessidade de introdução de indicadores de eficiência, eficácia e efetividade, conforme previsto no Decreto de Gestão do PPA.

Produção de Material Bélico

Objetivo

Aumentar a produção nacional de armamentos necessários à defesa nacional e à segurança pública.

Público-Alvo

Forças Armadas brasileiras e polícias militares.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 1.400.000,00	Empenho Liquidado: - Pago estatais: R$ 1.400.000,00 Total: R$ 1.400.000,00
Previsto não orçamentário -	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

1. Taxa de Nacionalização dos Armamentos Utilizados pelo Exército Brasileiro

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O indicador do programa, medido pela relação percentual entre a quantidade dos armamentos utilizados pelo Exército brasileiro produzidos no País e a quantidade total dos armamentos utilizados pelo Exército brasileiro produzidos no País e no exterior, nunca foi aferido, não havendo previsão de índice ao final do PPA.

Contextualização

Este programa envolve as atividades desenvolvidas pela Indústria de Material Bélico (IMBEL), que está em processo de reestruturação, haja vista a situação deficitária em que se encontra, inclusive, sem capacidade de novos investimentos. Nesse sentido, grande parte de suas atividades produtivas ficou prejudicada, até à solução do problema.

Principais Resultados

Não há.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A execução financeira alcançou R$ 1.400.000,00, o que equivale a 100% do montante previsto. Já a execução física da principal ação, "Adequação do Parque Industrial", também atingiu 100% da meta prevista: 10% do parque industrial adequado.

Ressalte-se que, embora os recursos financeiros tenham sido gastos conforme o montante planejado, eles foram liberados com atraso (em dezembro de 2005) e foram insuficientes para o cumprimento do objetivo pretendido: aumentar a produção de explosivos e cargas para munições.

O monitoramento do desempenho físico das ações é efetuado por meio do acompanhamento de relatórios mensais e trimestrais, abrangendo toda a empresa IMBEL, e da realização de visitas e inspeções.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Rever o atual indicador, tendo em vista a dificuldade de sua aferição. O novo indicador deverá considerar os itens produzidos pela IMBEL, que são utilizados pelas três Forças e não só pelo Exército. Assim, deveriam ser revistos todos os atributos, inclusive a denominação.

Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira

Objetivo

Reaparelhar e adequar a Força Aérea Brasileira, com a finalidade de recuperar e manter a sua capacidade operacional e de proporcionar os meios de apoio a uma eficiente operação, em proveito de sua missão constitucional.

Público-Alvo

Nação brasileira.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 677.133.220,00	Empenho Liquidado: R$581.756.329,00 Pago estatais: - Total: R$ 581.756.329,00
Previsto não orçamentário -	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

1. Taxa de Adequação dos Meios Operativos da Aeronáutica

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 78,18 em dezembro de 2005
Índice previsto ao final do PPA: 90

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Este indicador é composto por três subindicadores: Indicador Aeronaves, Indicador Logístico e Indicador Infra-Estrutura. O primeiro apresenta viabilidade de alcance alta e os dois últimos, baixa. Dessa forma, pode-se concluir que a viabilidade de alcance do indicador do Programa é média.

Contextualização

Os objetivos da segurança e da defesa exigem que se promova a necessária modernização dos equipamentos das Forças Armadas, de modo a proporcionar ao país um sistema de defesa eficaz e adequado às suas dimensões territoriais e necessidades estratégicas.

É preciso destacar, ainda, o componente tático do transporte aéreo, observando-se a extensão do país e a eventual necessidade de transportar tropas para regiões distantes ou de difícil acesso, a exemplo da área estratégica da Amazônia.

Assim, faz-se necessário o reaparelhamento e a adequação dos meios operativos da

Força Aérea Brasileira às necessidades do país, no que concerne à defesa aérea, com o objetivo de recuperar e manter a sua capacidade operacional e proporcionar os meios de apoio necessários ao cumprimento de sua missão constitucional.

Principais Resultados

- Aquisição de 24 aeronaves AL-X.
- Aquisição das duas últimas aeronaves P-3, a serem modernizadas.
- Aquisição de uma aeronave EMB-120.
- Aquisição de uma aeronave EMB-145.
- Aquisição de 45 viaturas leves.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A execução financeira alcançou o valor de R$ 581.756.329,00, o que equivale a 86% dos recursos previstos de R$ 677.133.220,00. Em relação aos planos em vigor no Comando da Aeronáutica, destaca-se que os recursos contemplados na Lei Orçamentária Anual - LOA 2005 foram insuficientes para o desenvolvimento das ações previstas, afetando, especialmente, o processo de aquisição e modernização de aeronaves da Força Aérea Brasileira, conforme demonstra a tabela a seguir:

Ação	Necessidades Orçamentárias	LOA 2005
3113 Aquisição de Aeronaves	R$ 1.993.046.019,00	R$ 479.151.992,00
3116 Modernização de Equipamentos de Comunicação e Eletrônica	R$ 10.519.032,00	R$ 8.000.000,00
7861 Implantação de Sistemas de Simulação	R$ 10.288.512,00	R$ 3.000.000,00
3105 Aquisição de Veículos de Superfície	R$ 11.542.000,00	R$ 2.000.000,00
3120 Construção e Aquisição de Instalações Militares	R$ 25.459.287,00	R$ 6.000.000,00
3123 Implantação de Novos Sistemas Bélicos	R$ 91.850.675,00	R$ 8.000.000,00
5261 Implantação de Sistemas de Telemática Militar	R$ 32.525.548,00	R$ 2.000.000,00
3108 Modernização de Instalações Militares	R$ 4.237.999,00	R$ 3.991.694,00
3128 Modernização e Revitalização	R$ 859.316.311,00	R$ 155.989.534,00
1493 Obtenção de Próprios Residenciais para a Aeronáutica	R$ 15.000.000,00	R$ 9.000.000,00
TOTAL	**R$ 3.053.785.383**	**R$ 677.133.220**

Quanto ao contingenciamento orçamentário, salienta-se que, como a aquisição e a modernização de aeronaves encontra respaldo na Diretriz Presidencial de 13 de julho de 2000, muitos contratos foram assinados, inclusive no exterior, para o desenvolvimento dos projetos ao longo do período compreendido entre 2000 e 2007. Assim, os entraves orçamentários vêm afetando o cumprimento de prazos

dos projetos e gerando conseqüências negativas aos compromissos comerciais e financeiros assumidos, além de comprometerem a realização de metas relativas à recuperação operacional da Força Aérea Brasileira - FAB.

Quanto à execução física das ações, destacam-se:

1. Ação 3113 - Aquisição de Aeronaves: devido, em parte, à suplementação de R$ 372.946.883,00, foram adquiridas 28 aeronaves, quando o previsto na LOA eram 13 aeronaves, previsão essa que não foi ajustada ao crédito suplementar.
2. Ação 3105 - Aquisição de Veículos de Superfície: execução de 155,17%, devido à modalidade de aquisição por Pregão, o que propiciou a redução dos custos das viaturas, além da aquisição de viaturas leves, em detrimento de outras, pesadas e necessárias, obedecendo aos limites orçamentários disponibilizados na LOA 2005.
3. Ação 3123 - Implantação de Novos Sistemas Bélicos: a indisponibilidade de recursos para material permanente obrigou à postergação de várias etapas de 2005 para o ano seguinte. Foram priorizados os serviços de Assistência Técnica e Treinamento, além de material de suprimento, deixando para 2006 o recebimento da maior parte dos equipamentos de teste e de apoio de solo. A tramitação dos termos aditivos para a atualização técnica de equipamentos e para a redução de objeto de quatro contratos em vigor, finalizada apenas em agosto, motivou a postergação de várias etapas em bloco, por vários motivos, dentre os quais destacam-se: a complexidade do programa, composto por 4 contratos plurianuais, sendo um no exterior, que possuem cronogramas físico-financeiros interdependentes, de modo que atrasos ou dificuldades em qualquer deles causam impactos nos outros; e a repactuação que resultou na redução de itens do objeto, fato que causou a necessidade de a contratada renegociar insumos com fornecedores internacionais (África do Sul, Alemanha, Escócia, Estados Unidos e Inglaterra), provocando atrasos na produção e, conseqüentemente, a solução de continuidade nos mencionados cronogramas.
4. Ação 7861 - Implantação de Sistema de Simulação: dificuldades em licitação internacional fizeram com que o órgão responsável pelos projetos realizasse um novo planejamento, com a redefinição dos recursos. Isso determinou que os empenhos fossem executados apenas no segundo semestre, com reflexos na execução física de 48,67% do sistema.
5. Ação 3116 - Modernização de Equipamentos de Comunicação e Eletrônica: alcançou somente 55% de execução física, pois a definição de equipamento de comunicação e eletrônica é bastante abrangente e pode ser empregada para se referir tanto a equipamentos de navegação/comunicação aérea/terrestre quanto a equipamentos de eletrônica fina; todos de concepção sofisticada e custo elevado. O ocorrido em 2005 pode ser utilizado como referência para equipamentos, acessórios e componentes não tão sofisticados, de baixo custo unitário e, portanto, se necessário, adquirido em quantidades maiores.
6. Ação 3128 - Modernização e Revitalização de Aeronaves: cumpriu a meta física de apenas 9 aeronaves, atingindo 45% do previsto, em decorrência dos problemas técnicos da contratada do Projeto F-5BR. No ano de 2005, estava prevista a entrega de 20 aeronaves à FAB.
7. Ação 1493 - Obtenção de Próprios Nacionais Residenciais para a

Aeronáutica: apresentou um percentual de execução física de 0%, embora todos os recursos tenham sido empenhados e as obras devam ser concluídas em 2006. A execução física dessa ação compreende a: 6% da construção de 56 apartamentos na Vila de Oficiais da Barra da Tijuca; 12% dos serviços previstos para um prédio de 4 pavimentos comportando 20 apartamentos e para um prédio de um pavimento comportando 12 unidades habitacionais, no Bairro Flores, em Manaus-AM.

O monitoramento da execução física das ações é realizado mensalmente, por meio de planilhas próprias, encaminhadas pelo gerente do programa aos coordenadores de ações, e atualizadas pelos últimos, que utilizam as informações fiscais dos contratos. A partir de setembro de 2005, foi instituída, no âmbito do Estado-Maior da Aeronáutica, a Inspeção Gerencial, com o objetivo de examinar a gestão relativa aos aspectos de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade dos programas, ações, projetos e atividades de responsabilidade do Comando da Aeronáutica. Ademais, além do acompanhamento constante, foram realizadas duas reuniões com os coordenadores de ações, em que foram esclarecidos todos os aspectos do programa e definidas as atribuições e os prazos a serem cumpridos. Foi aperfeiçoada, também, uma planilha para o encaminhamento das informações dos gerentes de projetos aos coordenadores de ações, e vice-versa..

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil

Objetivo

Reaparelhar e adequar a estrutura da Marinha às necessidades de aplicação do Poder Naval.

Público-Alvo

Nação brasileira.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 325.349.497,00	Empenho Liquidado: R$ 216.656.200,00 Pago estatais: - Total: R$ 216.656.200,00
Previsto não orçamentário -	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

1. Taxa de Adequação da Marinha do Brasil

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 31 em dezembro de 2005
Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Em face aos limites orçamentários, estima-se que a viabilidade de indicador, medido pela relação percentual entre o número de meios adequados à defesa existentes e o total de meios adequados necessários, alcançar o índice previsto ao final do PPA é baixa.

Contextualização

Os objetivos da segurança e da defesa exigem que se cuide da modernização das Forças Armadas, promovendo a necessária atualização de seus equipamentos, de modo a proporcionar ao país um sistema de defesa eficaz e adequado às suas dimensões territoriais e necessidades estratégicas.
A extensão do litoral brasileiro e das águas territoriais exigem uma força naval eficiente e o espaço marítimo a ser controlado requer um sistema que permita projeção de poder sobre esta vasta área de inegável valor estratégico. O desenvolvimento das forças de superfície e de submarinos para este espaço justifica o reaparelhamento dos estaleiros do país, de forma a promover a autonomia estratégica.
O objetivo específico do programa é reaparelhar e adequar os meios operativos e a estrutura da Marinha do Brasil às necessidades do país, relativamente à defesa naval,

com a finalidade de recuperar e manter a sua capacidade operacional e proporcionar os meios de apoio necessários ao cumprimento de sua missão constitucional.

Principais Resultados

- Início da concepção do projeto para a construção, no País, de um submarino convencional e para a modernização dos existentes na Força de Submarinos, bem como para o estabelecimento das bases para a assinatura de um Acordo de Compensação (OFFSET), que se destina a melhorar a capacitação do Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), do Centro de Projeto de Navios e do Centro de Armas da Marinha.
- Prosseguimento da construção da Corveta "Barroso", com perspectiva de conclusão em 2008.
- Conclusão do Programa de Modernização das Fragatas da Classe "Niterói" (FCN), conhecido como ModFrag.
- Lançamento do Submarino "Tikuna" ao mar, em 9 de março de 2005 e sua incorporação à Armada, em 16 de dezembro do mesmo ano.
- Prosseguimento da modernização dos sistemas do Navio-Aeródromo (NAe) "São Paulo", destacando-se a substituição do Sistema de Processamento de Dados Táticos Navais (SPDTN) existente por um Sistema Nacional.
- Conclusão do desenvolvimento da instalação de tiro nacional para Míssil EXOCET MM-40, para as Fragatas da Classe Greenhalgh (FCG), inclusive com o lançamento real de um míssil.
- Aquisição de 50 viaturas tipo Land Rover-Defender, dando continuidade ao Programa de Reaparelhamento do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN).

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A execução financeira atingiu o valor de R$ 216.656.220,00, o que equivale a 67% do montante previsto de R$ 325.349.497,00.

O programa utilizou integralmente os recursos orçamentários disponibilizados. Todavia, em razão do contingenciamento da dotação orçamentária, cerca de 34% do montante de créditos consignados na LOA (já considerados os créditos adicionais recebidos durante o exercício) não puderam ser utilizados. Além disso, o montante destinado ao programa encontra-se muito aquém da necessidade da Força.

Cabe ressaltar que os créditos adicionais de R$ 148 milhões não puderam ser utilizados integralmente, uma vez que não houve a correspondente expansão do Limite de Movimentação e Empenho (LME).

O cumprimento das metas físicas ocorreu em patamar abaixo do previsto, em conformidade, porém, com a disponibilidade de recursos. Salienta-se que, em face dos insuficientes referenciais monetários, as metas físicas foram propostas em patamar inferior ao necessário.

A indisponibilidade de recursos vem reduzindo sobremaneira a capacidade de investimentos da Marinha, fazendo com que o Poder Naval Brasileiro apresente crescente vulnerabilidade estratégica, em decorrência do esgotamento da vida útil das unidades operativas de que dispõe.

Os únicos investimentos em execução são as construções do Submarino "Tikuna" e da Corveta "Barroso" e a modernização das Fragatas Classe "Niterói".

Ademais, a liberação parcelada dos recursos, o LME e a existência de restos a pagar provenientes do exercício de 2004, tiveram como conseqüência a necessidade de se postergar a execução de diversas atividades do Programa.

É importante frisar que os projetos de construção naval apresentam um período médio de maturação da ordem de 6 anos, e quaisquer postergações na iniciação do Programa de Reaparelhamento da Marinha (PRM), potencializarão o problema da desativação de unidades operativas.

Ressalve-se, todavia, que a estrutura modular do PRM permite sua execução por projetos individualizados, conforme a premência operacional e estratégica da Marinha, além da sua adequação à política econômica governamental.

O monitoramento do desempenho físico das ações é realizado por meio da estrutura prevista no Sistema do Plano Diretor (SPD), que é detalhado em diversos Planos Internos (PI). As metas previstas para cada PI são consolidadas e validadas pelo Conselho Financeiro e Administrativo da Marinha (COFAMAR). Cumpre esclarecer que cada ação orçamentária, para efeitos de gestão interna, é desdobrada em vários PI, a fim de permitir o controle, o monitoramento e a avaliação das atividades realizadas nos diversos escalões da Instituição.

Dependendo do tipo de monitoramento pretendido, a periodicidade é mensal e/ou trimestral.

A gestão do Programa é realizada pelo Sistema do Plano Diretor (SPD) da Marinha do Brasil, o qual, apesar de seu contínuo aprimoramento, ainda carece de adequações que viabilizem sua perfeita interação com os demais sistemas utilizados pelos setores orçamentário, de planejamento e financeiro do Governo Federal.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro

Objetivo

Reaparelhar e adequar a estrutura do Exército para atender às necessidades de defesa do território brasileiro.

Público-Alvo

Nação brasileira.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 89.109.454,00	Empenho Liquidado: R$ 60.418.008,00 Pago estatais: - Total: R$ 60.418.008,00
Previsto não orçamentário -	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

1. Taxa de Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 8,34 em dezembro de 2005
Índice previsto ao final do PPA: 2

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice previsto foi significativamente ultrapassado. Tendo em vista que o índice de referência apurado em 2002 foi de 8,75 %, percebe-se que o índice estimado ao final do PPA (2%) foi subdimensionado.

Contextualização

A segurança e a defesa nacionais exigem que se cuide da modernização das Forças Armadas, promovendo a necessária atualização de seus equipamentos, de modo a proporcionar ao país um sistema de defesa eficaz e adequado às suas dimensões territoriais e necessidades estratégicas.

O objetivo específico do programa é reaparelhar e adequar os meios operativos e a estrutura do Exército Brasileiro às necessidades do país, no que se refere à defesa terrestre, com a finalidade de recuperar e manter a sua capacidade operacional e proporcionar os meios de apoio necessários ao cumprimento de sua missão constitucional.

Principais Resultados

Principais equipamentos adquiridos:

- 762 Materiais aeroterrestres (pára-quedas, fardos e pacotes).
- 652 Armamentos (fuzis, espingardas, pistolas).
- 277 Equipamentos de rádio.
- 62 Viaturas.
- 01 Simulador de queda livre.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A execução financeira alcançou o valor de R$ 60.418.008,00, o que equivale a 68 % do montante previsto, de R$ 89.109.454,00.

O fluxo de liberação de recursos sofreu descontinuidade e atrasos que prejudicaram o planejamento de ação, causando impacto na obtenção de equipamentos e na execução de obras de alto custo.

Registra-se que as necessidades da Força Terrestre estão muito além do que foi alocado no orçamento (LOA + Crédito 2005).

As execuções físicas das ações abaixo relacionadas ficaram comprometidas em virtude de parte dos créditos terem sido contingenciados e/ou remanejados.

- 11 U2 - Implantação da Brigada de Operações Especiais.
- 3144 - Modernização da Força Terrestre.
- 3131 - Obtenção de Próprios Nacionais Residenciais para o Exército.
- 3138 - Implantação do Sistema de Aviação do Exército.

Salienta-se que esta última ação não teve execução física e financeira.

O monitoramento da execução do programa é realizado por meio de informações obtidas no SIGPlan e no SIAFI, e pelo acompanhamento do Demonstrativo Físico-Financeiro Mensal.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Recursos do Mar

Objetivo

Levantar e compilar dados e informações relativos ao relevo e aos recursos do mar da plataforma continental brasileira, a fim de atender às necessidades da defesa naval e à exploração comercial desses recursos.

Público-Alvo

Marinha do Brasil e exploradores legítimos da plataforma continental brasileira (comunidade científica, universidades e empresas nacionais).

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 2.939.000,00	Empenho Liquidado: R$ 2.061.423,00 Pago estatais: - Total: R$ 2.061.423,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Atualização do Levantamento do Relevo e dos Recursos Existentes da Plataforma Continental

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 50,0 em dezembro de 2005
Índice previsto ao final do PPA: 80

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Considera-se baixa a probabilidade de se atingir o índice previsto para 2007, em função da insuficiência dos créditos e recursos orçamentários que vêm sendo aportados ao Programa.

Contextualização

Os acordos internacionais relativos ao direito do mar, dos quais o Brasil é signatário, e as necessidades de levantar e explorar os recursos da Plataforma Continental e da Zona Econômica Exclusiva, com finalidades de defesa e comerciais, impelem a Marinha a participar ativamente em trabalhos de levantamento de dados e informações sobre os recursos do mar, em conjunto com outros órgãos governamentais, instituições de pesquisa e empresas nacionais, visando à ampliação dos conhecimentos sobre as potencialidades de nosso mar e à busca de novas formas de exploração/exportação dos recursos marinhos, em benefício da sociedade brasileira.

Principais Resultados

- Apoio às atividades de 24 projetos de pesquisa, nas áreas de geologia, geofísica, biologia, recursos pesqueiros, oceanografia, meteorologia e sismografia, realizadas na Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ECASPSP), e aquisição de equipamentos e utensílios para aparelhá-la.
- Fundeio de três bóias fixas de coleta de dados oceanográficos, que compõem a extensão sudoeste do Programa "Pilot Research Moored Array in the Tropical Atlantic" (PIRATA).
- Lançamento de 10 bóias de deriva para coleta de dados oceanográficos no Atlântico Sul.
- Aquisição de 2 estações maregráficas de última geração.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A execução orçamentária alcançou R$ 2.061.423,00, o que equivale a 70,1% do montante previsto de R$ 2.939.000,00.

Quanto ao cumprimento das metas físicas, a execução das ações ocorreu dentro do previsto, em conformidade com a disponibilidade de recursos, com exceção da ação 7112 – "Avaliação dos Recursos Não-Vivos da Zona Econômica Exclusiva", gerenciada pelo Ministério das Minas e Energia (MME), por meio do Serviço Geológico do Brasil (CPRM). Nesta ação os recursos aportados foram utilizados para a realização de mini-workshops, com a finalidade de reformular a Proposta Nacional de Trabalho e elaborar as suas respectivas Propostas Regionais.

No entanto, devido ao aporte de recursos, que ficou aquém do necessário para a consecução do objetivo do Programa, a maioria dos projetos atinentes às diversas ações, à exceção daqueles afetos à Ação 2520 – "Manutenção da Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo", pouco evoluiu em 2005. Ademais, os reduzidos referenciais orçamentários limitaram as atividades à manutenção dos sistemas já em operação e, ainda assim, com restrições.

A ação 7112 – "Avaliação dos Recursos Não-Vivos da Zona Econômica Exclusiva (ZEE)", gerenciada pelo MME, também carece de aporte de recursos financeiros suficientes para a conclusão do levantamento dos recursos minerais marinhos da Plataforma Continental Jurídica do Brasil (PCJB).

Cabe salientar os seguintes projetos, que se mantiveram praticamente estagnados:

- Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira, primordial para o levantamento dos recursos minerais não-energéticos brasileiros.
- Apoio ao intercâmbio de conhecimentos, responsável pelo aporte de recursos para investimentos na formação da mentalidade marítima nacional, que proporcionará aos brasileiros conhecerem a importância econômica e estratégica do território brasileiro marinho.
- Apoio às atividades de pesquisa, fundamental para custear a realização de pesquisas no mar, obter e manter meios de apoio (navios), dispor de uma infra-estrutura satisfatória (laboratórios), aumentar o conhecimento

sobre suas riquezas e desenvolver novas tecnologias de aproveitamento sustentável dos recursos do mar.

O monitoramento do desempenho físico das ações é realizado por meio da estrutura prevista no Sistema do Plano Diretor da Marinha, que é detalhado em diversos Planos Internos (PI). As metas previstas para cada PI são consolidadas e avaliadas pelo Conselho Financeiro e Administrativo da Marinha. Cumpre esclarecer que cada ação orçamentária, para efeitos de gestão interna, é desdobrada em vários PI, a fim de permitir o controle, o monitoramento e a avaliação das atividades realizadas nos diversos escalões da Instituição. Dependendo do tipo de monitoramento pretendido, a periodicidade será mensal ou trimestral.

A infra-estrutura para implementação do Programa sofre o impacto de:

- Falta de navios e laboratórios para a condução das pesquisas pelas equipes executoras.
- Equipamentos científicos obsoletos para a realização das pesquisas no mar , dificultando a obtenção de conhecimentos e o levantamento de dados, o que onera a manutenção e, por vezes, inviabiliza os cruzeiros.
- Carência de manutenção adequada e de modernização dos laboratórios existentes em terra firme, além da necessidade de estabelecimento de mais laboratórios científicos no País.

A participação social no programa é efetivada por meio de reuniões regulares com representantes da comunidade científica e da classe empresarial, e pela discussão das atividades no âmbito dos Comitês Executivos da Subcomissão para o Plano Setorial de Recursos do Mar (PSRM) e da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM).

A gestão do programa é realizada pelo Sistema do Plano Diretor (SPD) da Marinha do Brasil que, apesar de seu contínuo aprimoramento, ainda carece de adequações que viabilizem sua perfeita interação com os demais sistemas utilizados pelos setores orçamentário, de planejamento e financeiro do Governo Federal.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Alterar o objetivo do programa, para: "Levantar, compilar e disponibilizar dados oceanográficos e climatológicos e informações relativas ao relevo e aos recursos do mar na plataforma continental brasileira, a fim de atender aos interesses e às necessidades de defesa nacionais e à exploração comercial desses recursos, gerando divisas para o País".
- Alterar o público-alvo do programa para: "Sociedade brasileira, especialmente comunidade científica, universidades, empresas nacionais e Instituições da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) ligadas aos recursos do mar".

Segurança da Navegação Aquaviária

Objetivo

Prover a segurança da navegação em águas sob jurisdição brasileira.

Público-Alvo

Comunidades marítima e fluviária e Marinha do Brasil.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 59.684.198,00	Empenho Liquidado: R$ 56.364.304,00 Pago estatais: - Total: R$ 56.364.304,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador

1. Coeficiente de Acidentes Náuticos

Unidade de medida: 1/1.000
Último índice apurado: 1,6 em dezembro de 2005
Índice previsto ao final do PPA: 1,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O indicador do programa, medido pelo número de acidentes náuticos registrados a cada mil embarcações existentes, alcançou o índice de 1,6 acidentes por mil embarcações existentes. Tendo em vista que não houve evolução do índice desde a primeira aferição, em 2002, a viabilidade de alcance do índice previsto ao final do PPA é baixa.

Contextualização

Compete à Marinha do Brasil a gestão dos aspectos relacionados à segurança da navegação, ao controle e à proteção dos meios e das pessoas que trafegam nas áreas marítimas e fluviais sob jurisdição brasileira. As atividades executadas nesse sentido, além do propósito primeiro da segurança da navegação, contribuem diretamente para a redução dos custos de navegação e dos fretes dos produtos transportados, resultando em economia de divisas para o País e melhoria das condições para o desenvolvimento nacional.

Principais Resultados

- Fiscalização de 2.400 embarcações.
- Produção de 200 cartas náuticas.
- Desenvolvimento do projeto de vetorização dos arquivos originais das cartas náuticas brasileiras, visando a agilizar a produção de cartas náuticas, em papel e eletrônicas.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A execução financeira de R$ 56.364.304,00 equivale a 94% do montante previsto de R$ 59.684.198,00, tendo sido utilizados todos os recursos disponibilizados pelo Limite de Movimentação e Empenho. Todavia, a dotação orçamentária foi considerada insuficiente. O contingenciamento, por sua vez, gerou conseqüências negativas, tais como a manutenção inadequada dos equipamentos do Sistema de Sinalização Náutica, ocasionando a permanência de sinais apagados por um longo período de tempo e a queda no índice de eficácia no balizamento. Essa deficiência ampliou os riscos de acidentes náuticos, com prejuízos materiais e riscos à vida humana no mar. Além disso, as solicitações de créditos adicionais, que visavam à redução da grave situação vivenciada pela Marinha, foram parcialmente atendidos, o que gerou a necessidade de priorização. E a irregularidade do fluxo de recursos implicou na necessidade de adiamento da execução de diversas atividades do Programa.

Apesar dos problemas citados, o cumprimento das metas físicas da maior parte das ações ocorreu dentro do previsto, no entanto, em face dos referenciais monetários alocados, as metas de algumas ações foram previstas em patamar aquém do necessário.

No âmbito das ações concernentes ao Ensino Profissional Marítimo, cujo propósito é preparar recursos humanos para o desempenho de cargos e o exercício de funções e ocupações peculiares às categorias de aquaviários, portuários e trabalhadores em atividades correlatas de nível médio e superior, foram realizados 1.394 cursos para as Comunidades Marítima e Portuária e de Atividades Correlatas, pelos Centros de Instrução "Almirante Graça Aranha" (CIAGA), "Almirante Áttila Monteiro Aché" (CIAMA) e "Almirante Braz de Aguiar" (CIABA), pelas Capitanias dos Portos, Delegacias e Agências, pela Fundação de Estudos do Mar e, ainda, por outras Organizações Militares e Civis que, eventualmente, realizam cursos subsidiados pelo Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo.

O monitoramento do desempenho físico das ações é realizado por meio da estrutura prevista no Sistema do Plano Diretor (SPD), que é detalhado em diversos Planos Internos (PI). As metas previstas para cada PI são consolidadas e validadas pelo Conselho Financeiro e Administrativo da Marinha (COFAMAR). Cumpre esclarecer que cada ação orçamentária, para efeitos de gestão interna, é desdobrada em vários PI, a fim de permitir o controle, o monitoramento e a avaliação das atividades realizadas nos diversos escalões da Instituição. Dependendo do tipo de monitoramento pretendido, a periodicidade é mensal e/ou trimestral.

A participação social é promovida por meio dos canais de comunicação existentes nas Capitanias, Agências e Delegacias que compõem o Sistema de Segurança do

Tráfego Aquaviário (SSTA). Também são captadas críticas e sugestões por meio dos recursos da Internet. Ademais, periodicamente são promovidas reuniões com grupos de interesse como, por exemplo, sindicato de portuários e armadores.

O grau de satisfação dos usuários é verificado mediante pesquisas pedagógicas e utilizando recursos da Internet. Em decorrência dos reduzidos referenciais monetários alocados no programa, a quantidade de beneficiários em relação ao Ensino Profissional Marítimo foi inferior ao esperado pela comunidade marítima, o que provocou reflexo negativo na satisfação dos usuários.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Alterar o público-alvo do Programa para "Operadores de transportes aquaviários e de embarcações em geral, e seus usuários.".

Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro

Objetivo

Prover o controle e a segurança do vôo no espaço aéreo sob jurisdição do Brasil.

Público-Alvo

Empresas aéreas, operadores de aeronaves civis e militares, pilotos civis e militares, unidades aéreas das Forças Armadas, usuários ou assinantes dos serviços e sistemas de telecomunicações aeronáuticas, de informações aeronáuticas, de meteorologia aeronáutica, de busca e salvamento e de investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 498.880.437,00	Empenho Liquidado: R$ 434.164.687,00 Pago estatais: R$ 1.381.282,00 Total: R$ 435.545.969,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Espaço Aéreo Monitorado

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 94 em dezembro de 2005
Índice previsto ao final do PPA: 94

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Em 2005, o indicador, que é medido pela relação percentual entre o espaço aéreo monitorado e o espaço aéreo brasileiro, atingiu o percentual previsto para o final de 2007 (94%).

Deve-se ressaltar que não é de interesse atingir-se a taxa de monitoramento de 100%, considerando-se que a parcela restante (6%) do espaço aéreo continental brasileiro apresenta reduzida densidade de tráfego aéreo, o que não justifica, portanto, o emprego de meios de monitoramento do espaço aéreo.

2. Coeficiente de Acidentes Aéreos

Unidade de medida: 1/100.000
Último índice apurado: 0,53 em dezembro de 2005
Índice previsto ao final do PPA: 0,56

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O coeficiente de acidentes alcançou o índice 0,53 (relação entre onúmero de acidentes ocorridos na aviação civil e o número de aeronaves registradas no DAC, multiplicado por 100), ultrapassando, assim, o índice previsto ao final do PPA, que é 0,56.

Contextualização

O controle do espaço aéreo brasileiro e a sua proteção demandam atenção especial, que deve contar com equipamentos de detecção, tratamento e visualização de dados adequados à extensão do país, e de comunicações e auxílio à navegação aérea e ao pouso. Para tanto, deve-se desenvolver a capacidade de acoplar, tratar, processar e transmitir dados de unidades táticas de controle do espaço aéreo, a fim de proporcionar mais segurança, regularidade e fluidez à circulação aérea nacional.
Isso, portanto, exige a modernização da Força Aérea Brasileira, com a aquisição de equipamentos adequados à amplitude territorial do país.

Principais Resultados

- Modernização dos Sistemas de Vigilância do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), compreendendo: modernização e implantação de radares; implantação de 3 sistemas centrais de monitoramento e controle remoto e de 5 sistemas regionais (Brasília, Curitiba, Recife, Manaus e São Paulo) de monitoramento e controle remoto.
- Continuidade do suporte às atividades de Busca e Salvamento.
- Continuidade da ampliação da capacidade da vigilância meteorológica, através da implantação de Radares e Estações Meteorológicas em diversas localidades da Região Amazônica.
- Implantação de rede de estações de comunicação por satélite, na Amazônia.
- Implantação da central de áudio em Belém.
- Implantação de dois radares de área terminal e substituição de um radar de mesmo tipo na região de São Paulo.
- Substituição do sistema de tratamento e visualização de dados do APP Rio de Janeiro.
- Implantação de estação meteorológica de superfície Classe 1, em Guaratinguetá.
- Reforma e ampliação da Torre de Controle de Brasília.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A execução financeira alcançou o valor de R$ 498.880.437,00, o que equivale a 87,3% do montante previsto de R$ 435.545.969,00.

O cumprimento das metas físicas demonstrou-se abaixo do previsto, pois os recursos orçamentários, consignados na Lei Orçamentária Anual, foram contingenciados em 14,5%, pela Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica, impossibilitando o total cumprimento das metas físicas previstas para o exercício.

A ação 3133 – "Modernização e Revitalização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – SISCEAB" sofreu, em fevereiro de 2005, contingenciamento de cerca de 29% em relação ao crédito orçamentário aprovado pela LOA 2005, passando de R$

155 milhões para cerca de R$ 110 milhões. A execução física, por sua vez, alcançou 4,6% de revitalização do sistema, frente a uma previsão de 19%. No entanto, cabe salientar que o valor corrigido corresponde a 7,76% do sistema revitalizado.

A ação 2683 – "Cartografia Aeronáutica", não apresentou execução físico-financeira, devido a dificuldades na celebração de convênios, ocasionadas pelo fato de a INFRAERO (órgão concedente) não ter alocado recursos para a confecção de Cartas de Aeródromos de seu interesse e do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA).

Destaca-se que os recursos aprovados na Lei Orçamentária estão aquém dos recursos provenientes de tarifas e das reais necessidades do SISCEAB. Outro fator que contribuiu para o não cumprimento das metas foi o atraso nos processos licitatórios que, por causa da obrigatoriedade de se utilizar o pregão, prejudicou o pronto atendimento das necessidades do SISCEAB.

Quanto ao monitoramento do desempenho físico das ações, a Gerência avalia e consolida os dados lançados pelos coordenadores de ações no SIGPlan. Além disso, são utilizados relatórios mensais e realizadas reuniões do gerente com os coordenadores para discussão sobre o desenvolvimento das ações. São também realizadas, no DECEA, reuniões bimensais com os gerentes de metas para avaliar o desenvolvimento dos empreendimentos.

A implementação do programa foi, ainda, prejudicada pela insuficiência de recursos materiais disponíveis para a equipe gerencial e inadequação da infra-estrutura, tendo em vista que os gerentes e as equipes executoras compartilham, em suas organizações de trabalho, os recursos materiais e a infra-estrutura disponíveis.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Serviço de Saúde das Forças Armadas

Objetivo

Prestar assistência médico-hospitalar e odontológica ao pessoal militar ativo e inativo das Forças Armadas , e a seus dependentes.

Público-Alvo

Militares das Forças Armadas e seus dependentes.

Execução do Progrma

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 730.215.490,00	Empenho Liquidado: R$ 701.067.555,00 Pago estatais: - Total: R$ 701.067.555,00
Previsto não orçamentário -	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

1. Taxa de Ocupação Hospitalar da População-Alvo

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 70 em dezembro de 2005
Índice previsto ao final do PPA: 60

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média**.**

Contextualização

É muito importante para a saúde física e mental dos servidores militares das Forças Armadas e de seus dependentes, que lhes sejam garantida a assistência médico-hospitalar e odontológica adequada.

Principais Resultados

- Inauguração da UTI Integrada (para as três Forças), no Hospital de Guarnição de Natal, para atender às demandas da região Nordeste.
- Implantação de programas de saúde preventivos.
- Realização do primeiro Curso de Capacitação do Centro Internacional de Cooperação Técnica em HIV/AIDS (CICT).
- Realização, pelo projeto "Retrato da Família Militar", de levantamento de dados sobre a família militar, com o fim de subsidiar os projetos desenvolvidos dentro do programa.

- Instalação dos Pontos de Tele-educação médica continuada nos Hospitais de Guarnição de Porto Velho, São Gabriel da Cachoeira, Marabá, Tabatinga e Tefé, pelo projeto "Incentivo ao Deslocamento de Médicos para Amazônia Legal".

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A execução financeira alcançou o valor de R$ 701.067.555,00, o que equivale a 96% do montante previsto, de R$ 730.215.490,00. Embora o fluxo de recursos tenha sido descontínuo, a realização das metas físicas ocorreu dentro do previsto.

Cabe destacar que o Fator de Custo de Atendimento Médico-Hospitalar (valor estipulado, por militar e por dependente, que serve de base para o cálculo de dotação orçamentária destinada à assistência médico-hospitalar) não sofre atualização desde 1999, necessitando-se, assim, da utilização de recursos próprios das Forças Armadas para cobrir as despesas com serviços de saúde, o que causa impacto negativo em outros programas do ministério.

Destaca-se a ação 2059 – "Atendimento Médico-Hospitalar/Fator de Custo", que beneficiou 1.678.995 pessoas, superando significativamente a previsão de 1.287.034 pessoas beneficiadas.

Em relação ao quantitativo de recursos humanos, verifica-se carência tanto na equipe gerencial como nas equipes executoras. Ressalta-se que, nas áreas remotas e de difícil acesso do país, entre elas as de fronteira, há insuficiência de profissionais de saúde. Assim, os médicos formados nos grandes centros do país são deslocados para essas áreas, recebendo incentivos financiados por meio de uma articulação entre os ministérios da Defesa, Saúde e Educação.

Há uma parceria entre a ONU (UNAIDS) e o Ministério da Saúde, no "Programa de Prevenção e Controle de DST/AIDS nas Forças Armadas". Os mecanismos dessa parceria foram cumpridos a contento.

A cobertura do público-alvo é completa, pois todos os militares ativos e inativos, dependentes e pensionistas são contemplados pelo programa. O grau de satisfação do usuário, conforme apurado em questionários de avaliação, varia de bom a muito bom, mas é crescente o número de usuários do programa que estão procurando assistência de saúde complementar, por meio de seguradoras de saúde, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, o que aponta para a necessidade de investimento nessas regiões. Ademais, por meio do Projeto "Retrato da Família Militar", são feitos levantamentos, atualizados anualmente, com vistas a aferir o grau de atendimento às demandas de saúde da população-alvo.

Como boa prática de gestão, vale ressaltar que os serviços de saúde das três Forças e o Hospital das Forças Armadas realizam auditorias técnicas internas e inspeções administrativas periódicas, através dos comandos militares superiores, e auditorias sistemáticas, através dos órgãos de controladoria de cada Força e do Ministério da Defesa, respectivamente

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Tecnologia de Uso Aeroespacial

Objetivo

Promover a capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial brasileira.

Público-Alvo

Nação brasileira.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 67.854.061,00	Empenho Liquidado: R$ 66.345.438,00 Pago estatais: - Total: R$ 66.345.438,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Execução de Pesquisas

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 60 em dezembro de 2005
Índice previsto ao final do PPA: 65

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Tendo em vista que o índice de referência apurado em 2003 foi de 60%, verifica-se que não houve evolução até 2005. Infere-se, portanto, que a viabilidade de alcance do índice previsto ao final do PPA, de 65%, é baixa.

Contextualização

O desenvolvimento de capacitação científica e tecnológica e a contribuição de universidades e de centros de pesquisas em áreas de interesse da defesa, além do desenvolvimento da indústria nacional de defesa, são pressupostos básicos para a redução da dependência externa do país em ciência e tecnologia, sobretudo no que se refere aos recursos de natureza estratégica necessários para a defesa do País.

Principais Resultados

- Prosseguimento do desenvolvimento do MAA-1B, que representa uma modernização e um avanço tecnológico de grande importância operacional para a Força Aérea Brasileira.
- Conclusão do desenvolvimento da aeronave AL-X.

- Iniciado o processo de adequação, desenvolvimento e calibração dos girômetros para atender a especificações em faixa larga de temperatura.
- Realização do levantamento do mosaico de áreas de interesse operacional da polícia militar de São José dos Campos, juntamente com o aerolevantamento de baixo custo.
- Utilização de radar de abertura sintética para captar veículos blindados, a fim de aperfeiçoar técnicas de reconhecimento automático de alvos militares.
- Conclusão da estação de solo do sistema de guiamento por Global Positioning System (GPS), da gestão da configuração e dos testes do software da plataforma de vôo e do treinamento atrelado ao software.
- Obtenção de melhor seqüência de empilhamento das camadas de material cerâmico de aplicação aeronáutica, para a resistência balística mais eficaz.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A execução financeira alcançou o valor de R$ 66.345.438,00, o que equivale a 98% do montante previsto, de R$ 67.854.061,00. O fluxo de recursos sofreu o impacto dos contingenciamentos impostos pelo governo federal, que estabeleceu a proporção de 60% no primeiro quadrimestre, 25% no segundo e 15% no último, o que causou prejuízo em alguns serviços e compras.

Em algumas ações, o cumprimento da meta física situou-se abaixo do previsto, com destaque para a ação 5408 – "Desenvolvimento de Projetos de Sistemas Bélicos e Associados", em razão de especificidades de natureza técnica, que causaram dificuldades no cumprimento de prazos por parte de empresas contratadas, e também da carência de pessoal em alguns de seus projetos.

Quanto à infra-estrutura utilizada para a implementação do programa, destaca-se que os laboratórios destinados ao desenvolvimento de projetos necessitam de expressivos reparos.

Como diferencial na gestão do programa, deve-se ressaltar que, durante o exercício de 2005, foram realizadas reuniões mensais do Conselho de Direção para demonstrar os desempenhos de cada projeto e seu andamento financeiro e físico, ocasiões nas quais se definiram as providências a serem adotadas para sanar eventuais deficiências.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Tecnologia de Uso Naval

Objetivo

Desenvolver e implementar tecnologia e infra-estrutura científica, no âmbito da Marinha do Brasil, que possibilitem o desenvolvimento do Poder Naval.

Público-Alvo

Marinha do Brasil e utilizadores nacionais de produtos de tecnologia nuclear e engenharia naval.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 63.885.845,00	Empenho Liquidado: R$ 54.861.578,00 Pago estatais: - Total: R$ 54.861.578,00
Previsto não orçamentário -	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

1. Taxa de Execução de Pesquisas

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O indicador do programa, medido pela "relação percentual entre o total de aquisições nacionais de meios de defesa naval e o total de aquisições internacionais", não se vincula adequadamente ao objetivo e, dadas as dificuldades de aferição, não foi apurado. No entanto, já foi aprovada a substituição pelo indicador "Grau de Domínio", na Revisão do PPA em 2005.

Contextualização

O desenvolvimento de capacitação científica e tecnológica e a contribuição de universidades e de centros de pesquisas em áreas de interesse da defesa, além do desenvolvimento da indústria nacional de defesa, são pressupostos básicos para a redução da dependência externa do país em ciência e tecnologia, sobretudo quanto aos recursos de natureza estratégica necessários para a defesa do país.

Principais Resultados

- Conclusão, no Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), da montagem final do conjunto vaso de pressão e internos do reator do

Laboratório de Geração Núcleo-Elétrica (LABGENE), empreendimento que visa à capacitação do país na geração de energia elétrica de origem nuclear e ao desenvolvimento futuro de sistemas de propulsão naval;

- Conclusão da rotina experimental de fechamento do vaso de pressão do reator.
- Continuidade do fornecimento das ultracentrífugas de enriquecimento de urânio para as Indústrias Nucleares do Brasil (INB), que vem suprindo 2/3 das necessidades de urânio enriquecido das Usinas de Angra I e II, eliminando gastos vultosos com a importação de material.
- Prontificação do Sistema de Aquisição de Dados Acústicos, Magnéticos e de Pressão (SAAMP), projeto desenvolvido pelo Instituto de Pesquisas da Marinha (IPqM) para a coleta e armazenamento de assinaturas acústicas, magnéticas e de pressão de navios de superfície e de submarinos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A execução financeira alcançou o valor de R$ 54.861.578,00, o que equivale a 86% do montante previsto de R$ 63.885.845,00.

O programa utilizou integralmente os recursos orçamentários disponibilizados (Limite de Movimentação e Empenho). Todavia, em razão da insuficiência da dotação orçamentária e do contingenciamento, há riscos de conseqüências indesejáveis, tais como a perda de significativo patrimônio acumulado pelo Brasil, ao longo da execução do programa, e a possível demissão de pessoal altamente qualificado.

Quanto ao fluxo de recursos, deve-se ressaltar que a liberação parcelada dos recursos no transcorrer do exercício implicou na inscrição de despesas em restos a pagar para 2006 e na postergação da execução de diversas atividades do programa, com prejuízos para a capacitação dos recursos humanos empregados.

O cumprimento das metas físicas ocorreu em conformidade com a disponibilidade de recursos, no entanto, muito abaixo do necessário.

O monitoramento do desempenho físico das ações é realizado por meio da estrutura prevista no Sistema do Plano Diretor (SPD), que é detalhado em diversos Planos Internos (PI). As metas previstas para cada PI são consolidadas e validadas pelo Conselho Financeiro e Administrativo da Marinha (COFAMAR). Cumpre esclarecer que cada ação orçamentária, para efeitos de gestão interna, é desdobrada em vários PI, a fim de permitir o controle, o monitoramento e a avaliação das atividades realizadas nos diversos escalões da Instituição. Dependendo do tipo de monitoramento pretendido, a periodicidade é mensal e/ou trimestral.

No que se refere à infra-estrutura para execução do Programa, saliente-se que os recursos materiais das equipes executoras são insuficientes, necessitando-se de contínua atualização e modernização de laboratórios, métodos e processos. Ademais, em face da insuficiência dos recursos alocados, as equipes executoras têm sido desviadas para atividades relacionadas à obtenção de recursos por prestação de serviços, desviando o foco de suas atividades e sem o necessário investimento em requalificação e atualização.

No que tange aos recursos humanos, no caso específico do "Programa Nuclear da Marinha", vêm ocorrendo perdas decorrentes de passagem de pessoal para a inatividade, sem a necessária reposição. Para a correção desta tendência, faz-se necessário o aporte de recursos que permitam a retirada do programa do "estado vegetativo".

Outros Aspectos Relevantes

O programa é caracterizado por uma série de subprodutos de aplicações na área civil e, caso sejam mantidos os patamares orçamentários semelhantes aos verificados no exercício em comento e nos anteriores, corre o risco de descontinuidade. Os recursos alocados sequer são suficientes para a manutenção de sua vida "vegetativa", o que gera impacto negativo na preservação dos recursos humanos, na pesquisa e no desenvolvimento do ciclo de combustível e na construção do protótipo do reator. Isto implica a perda de significativo patrimônio acumulado pelo Brasil ao longo do programa, e a possível demissão, a partir de agosto de 2006, de pessoal altamente qualificado.

O Sistema de Ciência e Tecnologia da Marinha encontra-se em reestruturação, de modo a aumentar a eficiência e integração dos diversos setores internos ligados à pesquisa, desenvolvimento e engenharia e a medir a efetividade do Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Marinha.

Recomendações

Não há recomendações.

Tecnologia de Uso Terrestre

Objetivo

Pesquisar, desenvolver e avaliar material de emprego dual de interesse do Exército e das demais forças singulares.

Público-Alvo

Exército Brasileiro e utilizadores nacionais de tecnologia militar.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 13.395.001,00	Empenho Liquidado: R$ 13.390.058,00 Pago estatais: - Total: R$ 13.390.058,00
Previsto não orçamentário -	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

1. Taxa de Desenvolvimento de Tecnologia de Uso Terrestre

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 44 em 6/10/2004
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O Indicador não foi aferido em 2005, pois a metodologia do Plano Básico de Ciência e Tecnologia, fonte de dados para o cálculo, encontra-se em fase de implantação no Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército Brasileiro.

Contextualização

O desenvolvimento de capacitação científica e tecnológica e a contribuição de universidades e de centros de pesquisas em áreas de interesse da defesa, bem como o desenvolvimento da Indústria Nacional de Defesa, são pressupostos básicos para a redução da dependência externa em ciência e tecnologia, sobretudo quanto aos recursos de natureza estratégica necessários para a defesa do país.

Principais Resultados

- Projeto, montagem e entrega do protótipo do módulo de telemática.
- Primeira obtenção de fibra de carbono do piche mesofásico.
- Definição do módulo para projeto de Viatura Blindada.
- Projeto e início de montagem do módulo tático de Guerra Eletrônica.

- Construção de protótipo de morteiro 81 mm.
- Desenvolvimento do primeiro protótipo de simulador de tiro.
- Projeto e construção de assento balístico para helicóptero.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A execução financeira alcançou o valor de R$ 13.390.058,00, praticamente 100% do montante previsto de R$ 13.395.001,00 e as metas físicas das duas ações do programa foram integralmente atingidas.

O monitoramento do desempenho das ações é realizado por meio de reuniões semanais da equipe executora, mais uma reunião anual para avaliação de resultados.

Embora a implementação do programa tenha ocorrido dentro do previsto, sofreu impacto negativo dos seguintes fatores: insuficiência de recursos materiais, necessidade de incremento tecnológico nos laboratórios, necessidade de atualização no acervo bibliográfico e quantidade insuficiente de recursos humanos. Esses fatores demandaram ajustes no planejamento, com o objetivo de não afetar a consecução dos resultados.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Alterar o objetivo do programa para "Promover o desenvolvimento científico-tecnológico da Força Terrestre, por intermédio de pesquisa, desenvolvimento, avaliação, produção, implantação, manutenção de sistemas e materiais de emprego militar e civil e capacitação de recursos humanos, de modo a proporcionar a permanente atualização da infra-estrutura militar terrestre para o cumprimento das missões constitucionais do Exército Brasileiro, além de contribuir para o fomento da indústria nacional de defesa".



Ministério da Educação

Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos
Brasil Escolarizado
Desenvolvimento da Educação Especial
Desenvolvimento da Educação Infantil
Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica
Desenvolvimento do Ensino da
Pós-Graduação e da Pesquisa Científica
Desenvolvimento do Ensino Fundamental
Desenvolvimento do Ensino Médio
Educação para a Diversidade e Cidadania
Gestão da Política de Educação
Universidade do Século XXI
Valorização e Formação de Professores e
Trabalhadores da Educação Básica

Sumário Executivo

Em 2005, do total previsto para o Ministério da Educação, foram utilizados R$ 20 bilhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 22.329.424.928,00	**Realizado orçamentário[1]:**	R$ 20.028.497.199,00
Recursos não orçamentários previstos:	-	**Realizado não orçamentário:**	-
Total previsto:	R$ 22.329.424.928,00	**Total realizado:**	R$ 20.028.497.199,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R$ 1,2 bilhão inscrito em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R$ 891,9 milhões.

Principais Resultados

Os principais resultados obtidos pelo conjunto dos programas do Ministério da Educação em 2005 a serem destacados foram:

- Lançamento do Plano de Qualidade para a Educação Brasileira, que inclui a criação do Sistema Nacional de Formação de Professores, formado pelo conjunto de iniciativas do MEC que desenvolvem ações nessa área: Pró-Infantil, Proformação, Pró-Licenciatura, Pró-Letramento, ProLind e a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica.
- Concessão pelo Prouni de 71.905 bolsas integrais e 40.370 parciais de cinqüenta por cento, totalizando 112.275 bolsas de estudo a universitários de baixa renda para o ano letivo de 2005, em 1.135 instituições privadas e filantrópicas de ensino superior.
- Atendimento de 3.342.531 alunos por meio da Educação de Jovens e Adultos (Ensino Fundamental) em 4.175 Municípios, bem como de 2.049.059 alfabetizandos em 4.500 Municípios.
- Criação da 1ª Universidade Tecnológica Federal do Brasil, mediante a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (Cefet/PR). A instituição conta atualmente com cerca de 15,5 mil alunos e 1,3 mil professores distribuídos em sete unidades de ensino.

[1] A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

Aspectos Relevantes

A programação do Ministério da Educação está vinculada majoritariamente ao desafio de "ampliar o nível e a qualidade da escolarização da população, promovendo o acesso universal à educação". Tal desafio pressupõe um conjunto de objetivos setoriais: dar oportunidade a todos os jovens e adultos de se alfabetizarem; universalizar a educação básica; reformular a educação profissional; formar, valorizar e estimular os professores; e adequar a universidade aos desafios do Século XXI. Os programas e as ações do Ministério da Educação têm forte impacto na sociedade, visto que seu público-alvo é composto por crianças, adolescentes, jovens e adultos em fase escolar, além de ser um instrumento privilegiado de inclusão social e de exercício da cidadania. A reestruturação da programação do Ministério da Educação para o ano de 2005 foi um dos fatores que mais contribuíram para o alcance dos seguintes indicadores:

- Queda da taxa de analfabetismo - No Brasil, o analfabetismo é um problema que ainda atinge cerca de 14,6 milhões de pessoas, o que corresponde a uma taxa de 11,2%, em 2004, pouco abaixo dos 11,6% de 2003. Quando se consideram os diferentes grupos de população, confirma-se a tendência histórica de que o analfabetismo entre os mais jovens se situe num nível bem menor, registrando 3% na faixa etária de 15 a 24 anos e 19,3% para o grupo de idade dos mais de 40 anos. Tais diferenças nas taxas por faixa etária podem ser associadas, por exemplo, à expansão do atendimento escolar nas últimas décadas, que possibilitou uma acentuada redução na taxa de analfabetismo entre os jovens.
- Aumento da escolaridade média da população - A escolaridade média da população brasileira vem crescendo, ainda que lentamente. Passou de 6,4 anos de estudo, em 2001 para 6,8 anos, em 2004. Quando se analisa a escolaridade média dos diferentes grupos de idade, observa-se que os jovens de 18 a 24 anos apresentam uma média pouco acima da equivalente ao ensino fundamental completo, com 8,6 anos de estudo.
- Acesso aos níveis de ensino não obrigatórios - Na faixa etária de 0 a 6 anos a proporção dos que são atendidos pela educação infantil é crescente, mas o atendimento permanece relativamente baixo. Para as crianças de 0 a 3 anos é significativo observar que apenas 13,7% freqüentam creches. Já para a faixa etária de 4 a 6 anos, a proporção de crianças freqüentando escola chegou a 71,3%. Na faixa de idade de 15 a 17 anos, foi registrada uma pequena redução na proporção de freqüência à escola (de 82,4%, em 2003 para 82,2% em 2004). Além disso, dos 82,2% que estavam na escola, em 2004, apenas 45,1% se encontravam matriculados no ensino médio, nível adequado à faixa etária considerada. Contudo, é importante salientar um aumento de 2 pontos percentuais nesta taxa de escolarização (era 43,1%, em 2003), o que reflete a tendência de redução da distorção idade-série, ampliando a oportunidade para um número maior de mais jovens cursarem o ensino médio na idade adequada. Com relação aos jovens de 18 a 24 anos, com idade adequada para o ensino superior, o indicador de acesso é muito baixo; apenas 10,8% chega a esse nível de ensino. Já a proporção desses jovens que freqüentam a escola, que estava estabilizada em 34% no período 1999-2003, caiu para 32,4% em 2004.

As principais dificuldades para atingimento dos resultados estão destacadas a seguir:

Limitação Orçamentária - O MEC tem estreitado relações com o Fórum de Estatais, que abre oportunidades de parcerias com amplitudes diversas, no intuito de contornar a limitação orçamentária pela ampliação do leque de fontes de financiamento. Além disso, está em tramitação a proposta de criação do Fundeb.

Fluxo de recursos – Devido ao cronograma de execução de algumas ações se iniciarem apenas no segundo semestre, houve dificuldades no repasse de todo o volume de recursos ao final do ano, provocando inscrição de montante significativo de recursos em restos a pagar. Diferentemente dos recursos de transferência automática que são creditados diretamente na conta dos entes vinculados legalmente, os recursos de transferência voluntária têm seus trâmites para liberação de forma mais lenta, tornando morosos os processos de liberação de recursos e de implementação das ações.

Implementação – A maioria das ações é implementada de forma descentralizada, por meio de convênios firmados com os Estados, o DF e os Municípios que trazem, em documentos previstos na legislação afeta, informações sobre o quantitativo de pessoas que serão beneficiadas com o projeto. O acompanhamento do desempenho físico é feito por meio de sistemas e programas do próprio Ministério da Educação e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Entretanto, os convênios são firmados em função da demanda, ou seja, de quem tem capacidade de elaborar projetos.

Recursos Humanos – As equipes de assessoramento aos gerentes não são suficientes, nem possuem a qualificação adequada para manter o acompanhamento anual dos programas. Faz-se necessário o aumento do número de técnicos com qualificação nas áreas de educação, planejamento e gestão. O mesmo ocorre nas equipes que implementam as ações nas diversas unidades orçamentárias.

Monitoramento – Há certa carência de funcionários técnico-administrativos para a captação e acompanhamento de dados, bem como registra-se divergência entre os gerentes de programa e os coordenadores de ação em relação aos dados finais consolidados. Foi implantado o Sistema Integrado de Monitoramento do MEC (Simec), que consolida as informações e os valores físicos e financeiros e promove maior aproximação entre os coordenadores das ações e a gerência do programa.

Recomendações

- É preciso alavancar a articulação interministerial dos programas sociais, dada a potencialização da mobilização dos beneficiários e dos resultados alcançados por meio da ação conjunta. A complementaridade de recursos orçamentários e humanos dos órgãos é um aspecto muito importante no sucesso de metas sociais.
- Para melhorar a execução dos programas, seria de grande valia a descentralização de responsabilidade dos coordenadores; o treinamento específico para os técnicos vinculados às respectivas ações; o desatrelamento de vários sistemas institucionais com programações diferenciadas dos objetivos dos sistemas federais; alteração na forma de implementação de

algumas ações; comprometimento dos coordenadores; maior integração entre os entes (federal, estadual e municipal) e maior integração entre os setores afins.

- É necessária a utilização mais intensa dos instrumentos de gestão disponíveis, no caso o SIMEC e o SIGPLAN, no sentido de articular melhor as ações que, pela sua relevância e pelo volume de recursos que envolvem, precisam ter informes de situação sempre atualizados e disponíveis.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade do Ministério da Educação.

Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos

Objetivo

Garantir acesso e permanência de jovens e adultos a programas educacionais que visam atender as suas necessidades específicas de aprendizagem e formação.

Público-Alvo

Usuários de transporte nos Estados do Pará, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso e Goiás.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 685.407.290,00	Empenho Liquidado:	R$ 673.239.958,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 673.239.958,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 a 24 anos

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 3,2 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 2,29

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

2. Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 25 a 34 anos

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 6,5 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 4,3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

3. Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 35 anos ou Mais

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 17,5 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 12,9

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

4. Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 Anos ou Mais

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 11,4 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 8,19

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
Baixa. Em 2005 foram desenvolvidas iniciativas específicas, em parceria com a Secretaria Nacional da Juventude-PR, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, visando a mobilizar o público-alvo do programa a partir de 2006 para participação nas turmas de alfabetização. Portanto, a viabilidade de alcance do índice até 2007 é baixa

5. Percentual da População na faixa Etária de 15 Anos ou Mais com Escolaridade Inferior a 4ª Série

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 24,9 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 18,9

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. A viabilidade de alcance do índice foi definida como baixa, tendo em vista as incertezas relativas ao financiamento da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no contexto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB). Enquanto não houver definição infraconstitucional, regulamentando os critérios de financiamento, há palpáveis riscos com relação à continuidade do incremento das vagas ofertadas.

6. Percentual da População na Faixa Etária de 15 Anos ou Mais com Escolaridade entre a 4ª Série e 7ª Série

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 27,7 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 25,6

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A viabilidade de alcance do índice foi definida como baixa, tendo em vista as incertezas relativas ao financiamento da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no contexto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB). Enquanto não houver definição infraconstitucional, regulamentando os critérios de financiamento, há palpáveis riscos com relação à continuidade do incremento das vagas ofertadas.

Contextualização

De acordo com o Censo de 2000 do IBGE, 13,6% da população de 15 anos e mais é analfabeta. Em algumas regiões do Brasil, esse quadro é ainda mais grave: 26,2% na Região Nordeste e 16,3% na Região Norte. Estas taxas vêm diminuindo nas últimas décadas, mas ainda estão longe do ideal. De acordo com estudo publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), a taxa de analfabetismo no país está diretamente atrelada à distribuição de renda. O Brasil

apresenta uma das piores concentrações de renda do mundo: a renda dos 20% mais ricos é 32 vezes maior que ados 20% mais pobres e as taxas de escolarização e analfabetismo não poderiam ser diferentes. A taxa de analfabetismo da população cujo rendimento é inferior a um salário mínimo é de 29%; já nos domicílios cujo rendimento é superior a dez salários mínimos esse índice não chega a 2%. Quanto ao grau de escolaridade, observa-se que cerca de 33,2 milhões de brasileiros possuem até a terceira série do ensino fundamental. Ademais, persiste grande descontinuidade no processo de alfabetização de jovens e adultos, comprometendo a qualidade do ensino e o alcance dos resultados almejados.

Principais Resultados

- 3.342.531 alunos de Educação de Jovens e Adultos (Ensino Fundamental) atendidos em 4.175 Municípios, o que representa um aumento de cerca de 82% em relação ao ano de 2004;
- 2.049.059 alfabetizandos atendidos em 4.500 Municípios;
- Aumento de cerca de 85% no número de secretarias municipais de educação parceiras nas ações de alfabetização, com relação ao ano de 2004;
- 101.410 bolsas de estudo concedidas a alfabetizadores, o que representa um aumento de cerca de 50% em relação ao ano de 2004;
- 104.429 alfabetizadores formados (formação inicial e formação continuada), o que representa um aumento de cerca de 45% em relação ao ano de 2004.
- 300 mil kits de material didático distribuídos para alfabetizandos e alunos do primeiro segmento de EJA;
- 5.060 agricultores familiares atendidos com Educação de Jovens e Adultos e Qualificação Social e Profissional;
- 46.795 presidiários atendidos com Educação de Jovens e Adultos.
- 3.402 educadores e agentes penitenciários formados.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Faz-se necessário ampliar o atendimento do público-alvo para alcançar o objetivo do programa, porém a limitação orçamentária dificulta tal ampliação. Uma estratégia, ainda que insuficiente, para contornar tal restrição é a ampliação do leque de fontes de financiamento para iniciativas de alfabetização e educação de jovens e adultos. A ênfase dada pelo MEC a tal estratégia é perceptível no estreitamento das relações com o Fórum de Estatais, que abre oportunidades de parcerias com amplitudes diversas, tais como aquelas desenvolvidas pela Eletrobrás epela Eletronuclear, entre outras.

As ações 0965 - Apoio à Distribuição de Material Didático para a EJA", 0972 - "Apoio à Capacitação de Professores de Jovens e Adultos" e 09ET - "Apoio à Capacitação de Profissionais Atuantes na Educação Básica de Jovens e Adultos" já estão contempladas na ação 0081 - Apoio à Ampliação da Oferta de Vagas do Ensino Fundamental de Jovens e Adultos". A proposta de fusão das ações 0965, 0972 e 09ET na ação 0507 - "Apoio a Projetos Especiais para Oferta de Educação Básica a Jovens e Adultos" foi implementada para o exercício de 2006, com o intuito de atender às demandas de segmentos específicos, tais como população prisional, jovens, pescadores e outros por educação de jovens e adultos.

Caso a regulamentação do FUNDEB , que definirá os fatores de prioridade para distribuição dos recursos do Fundo, implique na redução dos recursos destinados

à Educação de Jovens e Adultos, poderá haver a desmobilização dos esforços para a "continuidade de estudos". Isso porque as secretarias estaduais e municipais de educação , responsáveis pela oferta da modalidade de EJA em suas redes regulares de ensino, perderão os incentivos financeiros para a oferta de vagas em EJA e, assim, haverá um "represamento" dos egressos das turmas de alfabetização, que ficarão impedidos de dar continuidade a seus estudos.

O programa apresenta problemas de fluxo de recursos por conta do cronograma de execução das ações que se inicia em meados do segundo semestre e esses problemas geram dificuldades no repasse de recursos ao final do ano. Tal fato tem implicado montante significativo de restos a pagar que prejudicam a execução das ações das entidades afetadas, levando, por exemplo, à desmobilização das turmas de alfabetizandos e a problemas na aquisição de material didático para alunos de Educação de Jovens e Adultos.

Quanto à adequação dos recursos humanos, materiais e de infra-estrutura disponíveis, o programa apresenta insuficiência de equipamentos (hardware) para a equipe de Sistemas de Informação e insuficiência de técnicos e pessoal de apoio administrativo.

A execução descentralizada é o cerne do programa, haja vista a natureza das ações de alfabetização e educação de jovens e adultos. Em que pesem eventuais problemas na execução (advindos, em sua maioria, de problemas de coordenação, comunicação e monitoramento), os resultados alcançados permitem afirmar que a estratégia de execução descentralizada possui desempenho efetivo.

A disponibilização das informações e a integração com uma parcela dos entes executores sofreram prejuízos por algumas razões, como falta de recursos humanos e de infra-estrutura na ponta e baixa capacidade de gestão das ações, que impactam, por exemplo, na consistência dos dados e informações alimentados no Sistema Brasil Alfabetizado (SBA) e, conseqüentemente, no acompanhamento das ações.

Outros Aspectos Relevantes

Além da avaliação anual dos programas do PPA, está em andamento outra avaliação deste programa pelas seguintes instituições: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Sociedade Científica da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (SCIENCE); Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale-UFMG); Instituto Paulo Montenegro (IPM); Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope Opinião); e Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC), com previsão de conclusão para dezembro de 2007. O plano de avaliação foi desenhado de forma a comportar uma estrutura organizativa horizontal, que permita a articulação das diversas instituições parceiras executoras. Dessa forma, preserva-se a expertise de cada instituição sem prescindir de uma atuação coordenada. Serão avaliadas nesse primeiro momento a ação 0920 - "Concessão de Bolsas aos Alfabetizadores" e a ação 09BT - "Apoio à Capacitação de Alfabetizadores de Jovens e Adultos".

Durante o ano de 2005 também foi organizado, em parceria com o Inep, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e o Ipea, o "Mapeamento Nacional de Iniciativas de Alfabetização de Jovens e Adultos", iniciativa inovadora que

possibilitou identificar as ações de alfabetização desenvolvidas em todo o Brasil, além daquelas financiadas pelo Governo Federal. Dessa forma, foi possível estimar o grau de mobilização em torno da alfabetização de jovens e adultos, tendo em vista o volume de recursos financeiros, humanos e organizacionais alocados, o número de alfabetizandos atendidos, as parcerias estabelecidas e outras variáveis. Além do conhecimento da diversidade das iniciativas de alfabetização, tais dados e informações subsidiaram a formulação dos parâmetros de repasse de recursos para alfabetização no ano de 2006 e permitiram delinear estratégias para efetivar a continuidade de estudos.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão responsável pelas atividades de assistência financeira, normatização, coordenação, monitoramento, fiscalização, cooperação técnica e avaliação da aplicação dos recursos, diretamente ou por delegação, possui equipe de técnicos responsáveis pelo monitoramento e auditoria in loco às entidades executoras das ações do programa juntamente com a equipe de técnicos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC).

O processo de acompanhamento do programa é realizado de várias maneiras: à distância - por meio da consulta aos dados alimentados pelas entidades parceiras noSBA-; por meio dos relatórios eletrônicos de acompanhamento; através de contatos telefônicos e por correio eletrônico; e mediante visitas in loco às turmas de alfabetização, selecionadas por meio da sinalização de aspectos captados no acompanhamento a distância, bem como por denúncias recebidas. Quanto à abrangência, devido às restrições dos recursos financeiros e humanos, não há possibilidade de se acompanhar in loco um número de turmas suficiente para configurar uma amostra representativa do universo dos beneficiários do programa.

Os principais objetos de gasto na GAP são: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa. Não há dificuldades consideráveis que impeçam a apropriação dos gastos realizados na GAP nas demais ações do programa.

Em 2005 percebeu-se um estreitamento dos laços com as demais unidades administrativas do MEC, possibilitando a implementação de ações em parceria com a Secretaria de Educação Superior (Observatório Educacional); a Secretaria de Educação Básica (formação de professores e política de leitura); a Secretaria de Educação à Distância (Proformação); e a Secretaria de Educação Tecnológica (ProEJA e Escola de Fábrica).

Realização de parcerias com órgãos governamentais como o Ministério da Justiça (Projeto de Educação Prisional); a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (Projeto

Pescando Letras); a Secretaria Especial de Direitos Humanos (Manual de orientação para os alfabetizadores sobre registro civil); a Secretaria Nacional da Juventude (ProJovem); o Ministério do Trabalho e Emprego (Economia Solidária e Projeto Trabalhador Doméstico Cidadão); o Ministério do Desenvolvimento Social (integração do Brasil Alfabetizado com o Bolsa Família); o Ministério do Desenvolvimento Agrário (Projeto Saberes da Terra).

Os parceiros não-governamentais executaram satisfatoriamente as tarefas acordadas, alcançando as metas estabelecidas. Contudo, há que se ressaltar a diversidade entre os diversos parceiros não-governamentais quanto a tamanho, estrutura, capacidade de mobilização, abrangência de atuação e outros aspectos, que condicionam os resultados obtidos por cada entidade parceira.

A participação social se dá por meio dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos, que são compostos por educadores, representantes de movimentos sociais, ONGs e instituições de ensino e pela Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, instância de caráter consultivo que acompanha, sob os aspectos sociais, a execução das ações do programa. A participação social permitiu que as ações do programa fossem redesenhadas de acordo com as necessidades do público-alvo: elaboração de cartilha para identificação de alfabetizandos com deficiência visual; aumento do rol de materiais didáticos passíveis de aquisição com os recursos distribuídos para Educação de Jovens e Adultos; e atendimento para segmentos específicos (população indígena, populações do campo, pescadores artesanais etc).

Entre as boas práticas de gestão, destacam-se: a) Sistema Brasil Alfabetizado (SBA), disponível para acesso amplo no endereço eletrônico http://www.mec.gov.br/secad/sba. O SBA é o instrumento de gestão operacional do Programa Brasil Alfabetizado, responsável pela consolidação das informações sobre a operacionalização e execução das ações (cadastro das turmas, cadastro dos alfabetizadores, cadastro de alfabetizandos, previsão das datas e horários de funcionamento, atendimento a segmentos específicos etc.). Os órgãos e entidades parceiras realizam a alimentação remota do SBA, validando recorrentemente as informações disponibilizadas, o que permite o acompanhamento, por parte da equipe gerencial, do processo de execução das ações acordadas. Ademais, o SBA possui a função de permitir o controle social das ações do programa e implementar o critério de transparência da gestão, uma vez que é possível acessar os dados pelo endereço eletrônico acima especificado; b) Plano de Avaliação do Programa Brasil Alfabetizado, estruturado de forma a permitir a atuação de diversas instituições especializadas na área de avaliação. Tal estrutura horizontal foi construída em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), através do instituto das agências implementadoras, que permite a seleção rigorosa de instituições com reconhecida expertise.

Recomendações

- Melhorar a concertação com Estados e Municípios, principalmente no que tange ao incremento da mobilização com vistas à continuidade de estudos dos jovens e adultos egressos da Alfabetização de Jovens e Adultos, encaminhado-os para matrícula na Educação de Jovens e Adultos.
- O programa teria condições de atender a todos os Municípios brasileiros, caso houvesse recursos financeiros e humanos que permitissem a capacitação dos gestores municipais e estaduais para a mobilização dos

jovens e adultos não-alfabetizados ou com baixa escolaridade. Dessa forma, seria possível a existência de projetos que agregassem qualidade ao atendimento de jovens e adultos, incluindo parcerias com entidades que demonstram boas práticas em alfabetização e educação de jovens e adultos e o delineamento de uma estrutura de distribuição de recursos calcada na equidade federativa e regional potencial do programa.

- A articulação interministerial dos programas sociais deveria ser tida como prioridade no governo federal, dada a potencialização da mobilização dos beneficiários e dos resultados alcançados por meio dessa ação conjunta. A complementaridade de recursos orçamentários e humanos dos órgãos é um aspecto muito importante no sucesso de metas sociais. Ressalva-se, contudo, que o impacto de tais articulações, realizadas no transcorrer do ano de 2005, será sentido mais efetivamente em 2006, dado o lapso temporal necessário para alcançar os benefícios das sinergias de esforços entre os órgãos.

Brasil Escolarizado

Objetivo

Garantir o acesso e a permanência de todas crianças e adolescentes na Educação Básica, com melhoria de qualidade.

Público-Alvo

Crianças e adolescentes matriculados na educação básica.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 1.733.281.971,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.653.068.158,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 1.653.068.158,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicadores

1. Número Médio de Séries Concluídas da População na Faixa Etária de 10 a 14 anos

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 4,1 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 4,55

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média

2. Índice de Adequação de Escolaridade da População na Faixa Etária de 11 a 18 anos

Unidade de medida: -
Último índice apurado: 0,78 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 0,87

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média.

Contextualização

Ainda que preconizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a universalização da educação básica está se concentrando em apenas um dos seus níveis de ensino, o

fundamental. Dessa forma, o processo educacional se segmenta pela precariedade da oferta nos outros dois níveis, educação infantil e ensino médio. A universalização da educação básica começa pela oferta suficiente do seu primeiro componente, a educação infantil. As estatísticas apontam que 11,6 milhões (89,4%) de crianças de 0 a 3 anos de idade e 3,9 milhões (38,5%) na faxia de 4 a 6 anos estão sem atendimento escolar. Fenômeno semelhante vem ocorrendo com o terceiro segmento de direito cidadão ao processo educacional, o ensino médio. Pressionado pela universalização do ensino fundamental e pela correção do fluxo escolar desse nível de ensino, decorrente da redução da defasagem idade-série, o ensino médio, majoritariamente sob a responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal, carece, primeiramente, de oferta suficiente.

Principais Resultados

- A Alimentação Escolar atendeu a 35,8 milhões de alunos da Educação Básica (incluindo escolas indígenas, pré-escolas, ensino fundamental, filantrópicas, creches e quilombolas), cerca de 1 milhão a menos em relação a 2004. Tal fato é verificado devido à redução do índice de natalidade que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), vem declinando ano após ano e, ainda, à ascensão dos alunos para séries do ensino médio. Em contrapartida, foi verificado o aumento no valor per capita para o ano de 2005, no ensino fundamental, de R$ 0,15 para R$ 0,18 por aluno/dia. No ensino para quilombolas, o valor per capita foi fixado em R$ 0,34 por aluno/dia, independentemente do nível de ensino (fundamental ou infantil).
- Distribuição de 306 mil acervos bibliográficos às 136 mil escolas, num total de 3.575.160 livros, beneficiando cerca de 17 milhões de alunos de 1ª a 4ª série do ensino fundamental público. Vale lembrar que o processo de distribuição do programa foi alterado. Em anos anteriores, os alunos recebiam os livros; em 2005 as escolas passaram a receber acervos em proporção ao número de alunos matriculados.
- Ampliação e adequação de equipamentos escolares, bem como da contemplação das construções de espaços escolares, melhorando a qualidade e infra-estrutura física dos estabelecimentos de ensino público.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

- Diferentemente dos recursos de transferência automática, que são creditados diretamente na conta dos entes vinculados legalmente, os recursos voluntários têm seus trâmites para liberação de forma mais lenta, isto devido à inadimplência das instituições responsáveis, à não exatidão dos objetivos, ao detalhamento na execução e à documentação dos projetos educacionais enviados de forma equivocada, gerando a morosidade do processo de liberação para esse tipo de repasse.
- Outra restrição é o atraso nas prestações de contas dos Estados e Municípios ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), podendo os repasses não serem creditados por esse motivo.
- A concentração de recursos oriundos da contribuição do salário educação limita ao Ensino Fundamental a execução das ações 0509 - "Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica"; 09CW - "Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública" e 09EV "Apoio à Aquisição de Equipamentos para a Rede Pública".

Outros Aspectos Relevantes

- O programa não tem meios de avaliação de satisfação dos beneficiários, como coleta de opiniões, mas os resultados apontados em encontros e seminários são de que a implantação das ações do "Brasil Escolarizado" tem, efetivamente, elevado a qualidade da Educação Básica pública e que a utilização dos recursos e materiais tem se mostrado um grande reforço ao trabalho desenvolvido pelos professores e um incentivo aos alunos. O programa tem propiciado condições para que o aluno tenha nova chance de reverter o fracasso escolar, o que favorece o resgate da auto-estima e a crença em seu potencial.
- A falta de comunicação da execução entre as partes envolvidas desvirtua o foco almejado temporalmente para as ações multissetoriais. As informações são conflitantes e quase não se chega a um acordo; dados são mal interpretados e a burocracia torna a execução mais lenta devido aos diferentes trâmites de cada ministério.
- Sistemas de integração foram criados, como por exemplo o Sistema de Monitoramento do MEC (Simec), que consolida as informações e valores físicos e financeiros, mas as avaliações qualitativas continuam ainda sendo construídas a partir de um responsável e não de uma equipe (coordenador, equipe de apoio e técnicos), o que causa inexatidão das informações e, conseqüentemente, divergências de valores entre os ministérios envolvidos.
- Em nível municipal foram criados conselhos para fiscalização de certas ações vinculadas ao "Brasil Escolarizado", entre os quais se destaca o da Alimentação Escolar. Esses conselhos dão contribuições ao melhoramento da utilização dos recursos financeiros, conseqüentemente ao melhoramento da qualidade dos serviços prestados pelos profissionais da educação, tornando mais ativa a participação dos pais e mestres e da comunidade, bem como do comércio local que se interrelaciona com as escolas.

Recomendações

- Para melhorar a execução das atividades das ações do programa "Brasil Escolarizado", seriam de grande valia: 1) a descentralização de responsabilidade dos coordenadores; 2) o treinamento específico para os técnicos vinculados às respectivas ações; 3) o desatrelamento de demasiados sistemas institucionais com programações diferenciadas dos objetivos dos sistemas federais; 4) a descentralização das ações; 5) comprometimento dos coordenadores e multas para os responsáveis pela inadequação de tarefas; e 6) maior integração entre os entes (federal, estaduais e municipais) e entre os setores afins.

Desenvolvimento da Educação Especial

Objetivo

Assegurar, aos alunos com necessidades educacionais especiais, as condições de acesso e permanência com qualidade na educação brasileira, na perspectiva de impulsionar e fortalecer o atendimento desses alunos em classes comuns da Rede Regular de Ensino e de garantir-lhes o atendimento pedagógico especializado.

Público-Alvo

Alunos com necessidades educacionais especiais.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 74.514.480,00	Empenho Liquidado:	R$ 68.030.092,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 68.030.092,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Prevalência da Educação Inclusiva nos Municípios Brasileiros

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 50,1 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 55

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Foi apurado um índice de 50,1%, ultrapassando os 46,00% previstos para 2005, refletindo os avanços alcançados com o desenvolvimento da Educação Especial como fator de inclusão escolar.

2. Taxa de Qualificação Docente para Atendimento de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais na Educação Básica

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 2,0 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 6,7

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. Houve um crescimento significativo no número de professores da educação básica com qualificação docente para atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, mas o censo escolar ainda não capta esse crescimento.

3. Taxa de Matrícula de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais em Classes Comuns de Escolas Comuns na Educação Básica

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 41 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 43

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Foi atingido um índice de 41%, superando os 35% previstos para 2005. O avanço demonstrado reflete o apoio dado aos sistemas de ensino, possibilitando sua organização para promoção da inclusão educacional.

4. Taxa de Apoio Pedagógico Especializado

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 30,4 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 43,3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. Houve uma ampliação da oferta do atendimento educacional especializado, registrado no censo escolar. Porém, quando o apoio especializado é ofertado extracurricularmente, esse dado não é corretamente preenchido no censo, porque a escola onde o aluno estuda não considera o atendimento especializado dado por outro estabelecimento. Desta forma o índice fica distorcido.

Contextualização

Mais de 90% da matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais concentra-se nos níveis mais elementares de ensino, o que indica que a falta de atendimento educacional especializado pode criar obstáculos à perspectiva de progresso nos estudos a que todo aluno tem direito. Além disso, cerca de 70% dos alunos com necessidades educacionais especiais ainda estudam em escolas especiais ou em classes especiais. Ressalte-se que, dos 65,4% dos alunos matriculados no ensino fundamental, somente 1,5% chegam ao ensino médio e somente 7,3% têm acesso à educação profissional. Ademais, de 174.894 escolas públicas da Educação Básica, apenas 3,6% possuem dependências e vias adequadas aos alunos com necessidades educacionais especiais.

Principais Resultados

- Há na educação básica brasileira 301.586 estudantes com necessidades especiais matriculados em escolas especializadas. Esse número inclui alunos com múltiplos e variados tipos de necessidades especiais. Os alunos com necessidades mentais especiais formam o maior grupo nas escolas de educação especial (52,96% do total).
- A política de inserção de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares vem mostrando resultados positivos. De 2004 a 2005 houve um acréscimo de 22 mil alunos especiais na rede regular de ensino. Conforme dados do Censo Escolar 2005, há atualmente 114.834 alunos incluídos em classes comuns e que contam com apoio pedagógico especializado. Desses, 1.928 alunos são superdotados e freqüentam a

escola em classe regular: a rede estadual abriga 967 e a rede municipal, 828 alunos. Apenas 133 estão em classe regular na rede particular de ensino.

- Hoje, 4.582 Municípios ofertam matrículas para alunos com necessidades educacionais especiais, o que corresponde a 82,3% do total de Municípios brasileiros.
- Cerca de 4.250 professores e profissionais da educação especial foram contemplados com formação continuada e mais de 8 mil alunos receberam kits de material didático. Cada kit contém reglete, punção, soroban, guia de assinatura e papel de gramatura específica, que possibilitam o ensino e a aprendizagem do braile, além de bengalas para o desenvolvimento de atividades de orientação e mobilidade.
- A formação continuada de professores tem sido uma das ações prioritárias e atendeu 27.900 professores em 2005, com vistas à melhoria da escolarização e do atendimento educacional especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais. Destacam-se os cursos "Interiorizando LIBRAS"; "Interiorizando Braille"; "Formação de professores do Programa de Informática da Educação Especial-PROINESP"; "Formação para o uso das tecnologias assistivas de comunicação alternativa"; "Formação para altas habilidades/superdotação"; e outros cursos abrangendo áreas específicas da Educação Especial.
- Adaptação física e arquitetônica de mais de 11.900 escolas e distribuição de equipamentos para 60 escolas, visando a assegurar aos alunos com necessidades educacionais especiais as condições básicas de acesso e permanência com qualidade no sistema de ensino, para viabilizar a utilização de novas metodologias de ensino, facilitar o aprendizado e o desenvolvimento das potencialidades dos alunos.
- Um dos grandes avanços conquistados em 2005 foi a universalização da distribuição de livros didáticos para alunos cegos matriculados no ensino fundamental. Pela primeira vez, todos os alunos cegos matriculados no ensino fundamental em escolas públicas ou nas particulares sem fins lucrativos receberam livros didáticos em braile. Em 2005, foram investidos R$ 1,6 milhão na produção de 40 mil exemplares de Português, História, Geografia, Ciências e Matemática, a maior produção de livros didáticos em braile na história do país. Os livros estão beneficiando 3,5 mil alunos cegos de 1.244 escolas públicas e instituições especializadas sem fins lucrativos.
- Para os alunos com deficiência auditiva, a regulamentação da Lei de Libras (Língua Brasileira de Sinais) definiu a realização de cursos de formação de professores para o ensino de libras nas séries iniciais do ensino fundamental, ao mesmo tempo em que previu a especialização em libras, no curso de Letras, para docentes que atuam a partir da quinta série. O número de matrículas de alunos surdos ou com deficiência auditiva na educação básica chegou a 66.261 em 2005. Foram implantados Centros de Formação de Professores e Atendimento aos Alunos com Surdez (CAS) em 10 Estados e foram formados 1.260 professores no programa "Interiorizando Libras". Além disso, os dicionários e as coleções de livros digitais de literatura infanto-juvenil em libras passaram a integrar os programas do governo federal de distribuição de livros para as escolas públicas, totalizando 15 mil coleções de livros digitais em libras.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A gerência do programa tem solicitado apoio do Ministério do Planejamento no sentido de facilitar contatos e parcerias com outros órgãos visando a cumprir as metas do Plano Nacional de Educação.

Destaca-se como dificuldade para a implementação dos projetos em parceria com instituições não-governamentais a exigência de cumprimento da legislação para realização de licitações por parte daquelas instituições.

Outros Aspectos Relevantes

Houve um crescimento significativo no número de professores da educação básica com qualificação docente para atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, mas o censo escolar ainda não captou esse crescimento. Para 2006, a Secretaria de Educação Especial do MEC orientará os sistemas de ensino sobre a importância do preenchimento do instrumento de coleta de dados sobre a formação continuada de professores, no formulário do censo escolar.

A execução das ações do programa acontece basicamente através de convênios com os Estados e Municípios e o Distrito Federal, tendo desempenho alto, já que os resultados superaram os previstos na grande maioria das ações.

Dentro do programa constam ações de execução pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e Instituto Benjamin Constant (IBC) que tiveram desempenho alto, considerando que todas as ações tiveram execução financeira superior a 85%.

Os projetos realizados em parceria com instituições não-governamentais foram executados de forma satisfatória e todos os requisitos foram cumpridos.

O monitoramento do desempenho físico das ações é feito pelo Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação (SIMEC), que é preenchido mensalmente com dados obtidos dos convênios assinados e, também, pelo SAPE, sistema do FNDE que registra todas as fases do Plano de Trabalho Anual.

A participação social ocorre por meio da Ouvidoria do MEC, da realização de consultas públicas e de reuniões com comunidades representativas das pessoas com deficiência para integração e obtenção de subsídios para o planejamento das ações, possibilitando maior eficiência na execução e melhoria dos resultados no atendimento às demandas da sociedade. Além disso, a Secretaria de Educação Especial participa do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, órgão consultivo com representação governamental e não-governamental.

Recomendações

- Alterar o indicador "Taxa de Atendimento Educacional Especializado" para "Índice de Atendimento Educacional Especializado", porque ficou constatada sua inadequação. Está sendo promovida a adequação da "Taxa de Atendimento Especializado", possibilitando uma melhor avaliação dos resultados do programa.

- Promover reuniões com os ministérios que atendem a pessoas com deficiência no intuito de estabelecer parcerias e, se possível, quantificar o número de alunos com necessidades educacionais especiais que são beneficiados e quanto é investido no atendimento desse público-alvo.

Desenvolvimento da Educação Infantil

Objetivo

Ampliar o atendimento à Educação Infantil de crianças de até 6 anos de idade.

Público-Alvo

Crianças até 6 (seis) anos de idade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 16.629.600,00	Empenho Liquidado: R$ 8.594.976,00 Pago estatais: - Total: R$ 8.594.976,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de freqüência à Escola da População na Faixa Etária de 0 a 3 anos

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 13,4 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 36,7

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. Em três anos, no período 2002/2004, o crescimento do atendimento de crianças em creche foi de 1,7 pontos percentuais, passando de 11,7% para 13,4%. Com esse baixo ritmo de crescimento não será possível alcançar o índice previsto de 36,7% em 2007. Essa meta prevista foi estimada sem nenhum amparo na realidade da evolução do atendimento em creche.

2. Taxa de freqüência à escola da população na faixa etária de 4 a 6 anos

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 70,5 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 77

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Em 2004, 70,5% das crianças de 4 a 6 anos freqüentavam a escola, portanto é bem provável que o índice previsto ao final do PPA seja alcançado, ou até superado, principalmente com a implementação do ensino fundamental de 9 anos que torna obrigatório o ingresso de crianças de 6 anos de idade. O Censo Escolar 2005 aponta que há no país 2.165.114 crianças de 6 anos freqüentando a educação infantil.

3. Número-Índice de Matrículas na Educação Infantil na Faixa Etária de 0 a 3 Anos de Idade

Unidade de medida: -
Último índice apurado: 100 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: 414,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. Inviável pelas razões expostas no indicador taxa de freqüência à escola para 0 a 3 anos. Aliás, este indicador é dispensável, pois capta o mesmo movimento do indicador mencionado.

4. Número-Índice de Matrícula na Educação Infantil na Faixa Etária de 4 a 6 Anos de Idade

Unidade de medida: -
Último índice apurado: 100 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: 120,2

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. Este indicador é dispensável, pois capta o mesmo movimento do indicador taxa de freqüência à escola para 4 a 6 anos.

Contextualização

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a educação infantil passou a ser considerada a primeira etapa da educação básica e, apesar de não ser de freqüência obrigatória, é dever do Estado oferecê-la em creches e pré-escolas para toda a população. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/2001), menos de 35% das crianças de 0 a 6 anos de idade estão freqüentando creche ou pré-escola. Na faixa etária de 0 a 3 anos, apenas 7,3% das crianças procedentes de famílias com renda até ½ salário mínimo estão freqüentando creche, para um percentual de 32,6% das crianças provenientes de famílias com mais de 3 salários mínimos. Na faixa de 4 a 6 anos, embora a situação seja melhor, a diferença das taxas de escolarização entre as crianças continua marcante: até ½ salário mínimo, a taxa de escolarização é de 57,4% e com mais de 3 salários mínimos, sobe para 94,5%. Portanto, é evidente o desequilíbrio entre a oferta de educação infantil e a demanda por creches e pré-escolas de modo a garantir o cumprimento das determinações legais.

Principais Resultados

- O atendimento de mais de 67 mil crianças de até 6 anos de idade, contempladas com materiais didáticos que favorecem o seu desenvolvimento integral, superou em muito a meta de 17.000 alunos inicialmente prevista.
- Foram beneficiadas 85 escolas com Apoio à Aquisição de Equipamentos, ao invés das 50 previstas, representando uma execução de 170%.
- De acordo com os dados consolidados do Censo Escolar da Educação Básica de 2005, há 1.414.343 crianças matriculadas nas 32.296 escolas brasileiras que oferecem creche.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A infra-estrutura disponibilizada para o programa deixa a desejar, em qualidade e quantidade, entre outros, quanto aos aspectos de espaço físico, ramais telefônicos, equipamentos de informática, sistemas de informação e controle e servidor, para uma melhor execução das ações. Além disso, faltam recursos humanos com perfil e experiência para dar suporte à gerência executiva no acompanhamento da execução das ações do programa.

Outros Aspectos Relevantes

Apesar de existirem recursos financeiros alocados às ações de Educação Infantil em outros programas, tais como a 0973 - "Apoio à Formação Continuada de Professores da Educação Infantil" (R$ 6 milhões) e a 8379 - "Formação em Serviço e Certificação em Nível de Professores Não-titulados da Educação Infantil" (R$ 5,8 milhões), o Ministério ainda aloca poucos recursos para esta etapa da Educação Básica.

A superação dos resultados em 2005 ocorreu devido ao grande número de projetos com custos abaixo do estimado, decorrente do crescimento de parcerias locais e do maior envolvimento das equipes nos Estados, no DF e nos Municípios.

O programa não dispõe de pesquisas próprias sobre a satisfação dos beneficiários, mas há manifestações voluntárias positivas de pessoas ligadas à Educação Infantil que inferem sua relevância. A ação "Distribuição de Periódicos" poderia fazer avaliação, com base no material recebido dos beneficiários, , mas, devido à falta de recursos humanos, de sistema apropriado e de tempo, o trabalho de aferimento não foi realizado.

A maioria das ações é implementada de forma descentralizada, por meio de convênios firmados com os Estados, o DF e os Municípios que trazem, nos documentos previstos na legislação afeta, informações sobre o quantitativo de pessoas beneficiadas com o projeto. O acompanhamento do desempenho físico é feito por meio de sistemas/programas do próprio Ministério da Educação e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Os convênios são firmados em função da demanda, ou seja, de quem tem capacidade de elaborar projetos. E quem tem capacidade de elaborar projetos são os Estados e Municípios mais ricos.

A falta de compromisso dos coordenadores com suas ações e a não cooperação com o gerente executivo se refletem, possivelmente, na inexistência de acompanhamento e em uma avaliação limitada. Por outro lado, as parcerias firmadas com os vários atores comprometidos com a Educação, como Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme), organismos internacionais, Movimento Interfóruns de Educação Infantil no Brasil (Mieib), entidades representativas de pais e mestres e da comunidade e outros parceiros não-governamentais têm sido muito valiosas.

Em 2005, foi constituído Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar proposta para a transição da gestão do apoio do Governo Federal às creches e pré-escolas

atualmente apoiadas financeiramente pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para o Ministério da Educação (MEC).

Recomendações

- Estudos indicam que as crianças que freqüentaram a Educação Infantil têm melhor desempenho nas outras etapas da Educação Básica. Desta forma, o MEC deveria priorizar esta etapa de ensino.
- Deveriam existir fontes estáveis e suficientes de financiamento para que a Educação Infantil tenha autonomia e flexibilidade na superação de limitações atualmente existentes.
- Excluir os indicadores "Número-Índice de Matrículas na Educação Infantil na Faixa Etária de 0 a 3 Anos de Idade" e "Número-Índice de Matrícula na Educação Infantil na Faixa Etária de 4 a 6 Anos de Idade", pois captam os mesmos dados que os outros 2 indicadores.

Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

Objetivo

Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos técnicos de nível médio e superiores de tecnologia, com melhoria da qualidade, incorporando novos atores sociais ao processo de formação profissional, técnica e tecnológica visando democratizar o acesso às oportunidades de escolarização, formação, trabalho e desenvolvimento humano, promovendo inclusão social a amplas camadas da população brasileira e contribuindo para reduzir as desigualdades regionais.

Público-Alvo

Jovens e adultos que buscam melhores oportunidades de formação profissional, técnica e superior tecnológica, alunos de pós-graduação, professores e pesquisadores.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	Empenho Liquidado: R$ 1.024.704.076,00 Pago estatais: - Total: R$ 1.024.704.076,00
R$ 1.235.392.289,00	
Previsto não orçamentário	**Realizado não orçamentário**
-	-

Indicador(es)

1. Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional de Nível Técnico

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 120 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 121,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

2. Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional de Nível Tecnológico

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 188 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 225

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Contextualização

O público-alvo potencial da Educação Profissional e Tecnológica, compreendendo jovens e adultos na faixa etária de 14 a 24 anos (abrangendo 38,4 milhões de brasileiros em 2005, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE em 2004) pode ser dividido em dois grupos distintos: os oriundos do ensino médio e os trabalhadores que já estão no mercado de trabalho em situação de desemprego ou em busca de capacitação para o acesso, a reinserção e/ou o reposicionamento no mercado de trabalho. A População Economicamente Ativa entre 18 e 49 anos tem estimativa de crescimento de 91,3 milhões em 2005, para 108,7 milhões em 2050. Portanto, iniciativas que proporcionem o atendimento à demanda deste público por Ensino Médio integrado à Educação Profissional são estratégicos para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Principais Resultados

- O Projeto "Escola de Fábrica" firmou parcerias com 558 escolas, 700 empresas privadas e sete empresas estatais, atendendo a 11,5 mil alunos em 19 Estados. O projeto amplia os espaços de formação profissional, transformando a fábrica em sala de aula.
- Ampliação dos alojamentos das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (IFETs), incluindo refeitório e infra-estrutura para o atendimento ao educando, atendendo sobremaneira à educação agrícola, eixo estratégico de investimento governamental e apoio às Instituições Profissionais de Educação do Campo.
- O Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio (PROEJA) ofereceu cursos de formação inicial e continuada para jovens e adultos e educação profissional técnica de nível médio para os que concluíram o ensino fundamental.
- A supervisão e avaliação das Instituições de Educação Profissional foi responsável pelo acompanhamento in loco das atividades desenvolvidas nas IFETs.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Devido à complexidade do programa, falta efetivo suficiente de profissionais especializados e instrumentos de controle. Isto está sendo solucionado com a renovação dos contratos temporários e com a abertura de novas vagas para concursos públicos, além da implantação de diversos sistemas de acompanhamento.

Devido à precariedade ou inexistência de planos de carreira e à pouca valorização do servidor, refletida no baixo nível salarial e de oportunidades de evolução profissional com capacitação ou cursos de reciclagem e aperfeiçoamento, nota-se o esvaziamento dos cargos gerenciais e executivos.

Embora a descentralização de recursos tenha tornado o processo de execução orçamentário-financeira do programa mais ágil, ele ainda sofre com o contingenciamento de recursos.

Foram atendidas antigas demandas, no entanto, algumas ações orçamentárias precisam ser fortalecidas.

Outros Aspectos Relevantes

Com o intuito de aumentar ainda mais a oferta de vagas no ensino profissional, o Governo Federal já comprometeu recursos da ordem de R$57 milhões para a implantação de 25 novas Unidades de Ensino Descentralizadas. Foram, também, autorizadas 1 mil vagas para professor nas Instituições Federais de Educação Profissional (IFETs), sendo 500 para 2006 e 500 para 2007.

Com a implementação do Sistema de Informações Gerenciais (SIG), tornou-se possível à Secretaria, além de acompanhar gerencialmente as Unidades de Educação Profissional e Tecnológica vinculadas, fazer o detalhamento mensal das ações sob sua responsabilidade e de todas as unidades envolvidas no programa. Com a integração prevista entre o SIG e o Sistema Integrado de Monitoramento do MEC (SIMEC), ficam garantidas as informações de execução física em tempo real.

Recomendações

- Considerando-se que haverá um aumento de 60 unidades no número de escolas atendidas, há a necessidade de incremento dos recursos para que o atendimento seja realizado em níveis, no mínimo, semelhantes aos atuais.
- Planejar com a devida antecedência a ampliação da oferta de cursos, mediante o credenciamento de escolas agrotécnicas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e desses em Universidades Tecnológicas, ampliando os quadros docentes e técnico administrativos, mantendo a correlação aluno/professor e a criação das devidas funções, não prejudicando a qualidade do ensino oferecida pela Rede.
- Priorização dos recursos existentes, por parte do Ministério da Educação, para sua aplicação na Educação Profissional.

Desenvolvimento do Ensino da Pós-graduação e da Pesquisa Científica

Objetivo

Formar pessoal de alto nível no país e no exterior, com vistas à produção do conhecimento científico, para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil.

Público-Alvo

Jovens e adultos que buscam melhores oportunidades de formação profissional técnica, e superior tecnologica, alunos de pós-graduação, profissional técnica e superior tecnológica, alunos de pós-graduação, professor e pesquisador.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	Empenho Liquidado:	R$ 659.272.215,00
R$ 678.831.704,00	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 659.272.215,00

Previsto não orçamentário	**Realizado não orçamentário**
-	-

Indicador(es)

1. Índice de Mestres Titulados no País

Unidade de medida: 1/100.000
Último índice apurado: 15,14 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 18,44

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta, se mantido o ritmo de crescimento atual.

2. Índice de Doutores Titulados no País

Unidade de medida: 1/100.000
Último índice apurado: 4,79 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 5,48

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta, se mantido o ritmo de crescimento atual.

3. Índice de Qualificação do Corpo Docente com Título de Mestre das Instituições de Ensino Superior

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 35 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 37,3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. De 2002 a 2005 (1º semestre), o índice evoluiu de 34% para 35%. Se o índice crescer no mesmo ritmo, a meta não será alcançada por completo. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a cada ano vem aumentando o número de bolsas de mestrado, contudo, para o índice evoluir, os futuros mestres (não docentes) precisam ser absorvidos pelas Instituições de Educação Superior (IES).

4. Índice de Qualidade da Pós-graduação Nacional

Unidade de medida: Nota
Último índice apurado: 4,27 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 4,07

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O primeiro cálculo desse indicador foi realizado com dados de dezembro de 2002. A meta final foi subestimada e será revista para 2007 já que em três anos a mesma foi superada em 6,75%.

5. Índice de Qualificação do Corpo Docente com Título de Doutor das Instituições de Ensino Superior

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 22,7 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 25,3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Foram incluídos, além dos docentes com doutorado, os que têm pós-doutorado e os livre-docentes. De 2002 a 2005 (1º semestre), o índice evoluiu de 21,6% para 22,7%. Se o índice crescer no mesmo ritmo, a meta não será alcançada por completo. A CAPES a cada ano vem aumentando o número de bolsas de doutorado, contudo, para o índice evoluir, os futuros doutores (não docentes) precisam ser absorvidos pelas IES.

Contextualização

Os esforços do governo federal voltados para a educação pós-graduada nas últimas cinco décadas contribuíram de maneira substantiva para o desenvolvimento da educação brasileira. O Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), no entanto, ainda não se encontra desenvolvido em sua plenitude. Aspectos específicos do cenário acadêmico e científico continuam a demandar ações estratégicas por parte do governo. Diversas estimativas indicam que a pós-graduação atende a apenas cerca de 10% da necessidade de pessoal qualificado no país para seu desenvolvimento. Para acelerar a formação de recursos humanos de alto nível, precisa-se de um conjunto

de iniciativas: execução do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2005/2010); implementação da Reforma Universitária, ora em tramitação no Congresso Nacional; investimentos em infra-estrutura da pós-graduação e da pesquisa, sobretudo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; aumento dos quadros docentes das universidades públicas; expansão dos vínculos dos cursos de pós-graduação com seus congêneres tanto em nível nacional quanto internacional; e ampliação do acesso à informação científica e tecnológica por parte dos cursos de pós-graduação, entre outras. Além disso, torna-se urgente aprofundar a parceria, nas atividades de pesquisa, da Universidade com a iniciativa privada, em atendimento à Política Industrial e do Comércio Exterior do Governo.

Principais Resultados

- Em 2005, foram concedidas 10.215 bolsas de doutorado no país, um crescimento de 15% sobre as 8.866 bolsas de 2001. O número de diplomados também cresceu; hoje são cerca de 8.867 novos doutores e foram ofertados 1.180 cursos de doutorado. O avanço não foi só quantitativo como também qualitativo, inclusive com a incorporação de novas áreas de conhecimento , favorecendo o desenvolvimento da produção científica nacional, embora ainda persista o grande desafio de reduzir as desigualdades regionais.
- Houve uma ampliação considerável na concessão de bolsas de mestrado em 2005, ou seja, um acréscimo de 2.873 bolsas distribuídas a 2.224 cursos de mestrado, o que representa um crescimento de 23% em relação a 2001,. Em 2005 houve um número recorde de titulações em nível de mestrado: 27.921 mestres foram graduados.
- A política de financiamento de bolsas para o exterior permitiu que, em 2005, cerca de 2.093 pessoas fossem atendidas. Previa-se inicialmente atender a 1.563 bolsistas, mas tendo em vista a queda no valor do dólar foi possível atender a um número maior de bolsistas.
- Além de aumentar o número de acessos ao Portal de Periódicos em 400% (de 6,6 milhões para 32,6 milhões ao ano) e em 355% o número de títulos oferecidos (de 2.096 para 9.546), em relação a 2002, também foram ampliadas as áreas do conhecimento atendidas pelo Portal. Até 2002, estas eram basicamente concentradas nas Ciências Exatas, Engenharias e Ciências da Saúde. Atualmente, há um volume considerável de títulos nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Letras e Artes.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Há carência de funcionários técnico-administrativos para a captação e tratamento dos dados da pós-graduação e para o gerenciamento das ações de fomento. Além do número insuficiente de servidores, a CAPES não conta com uma estrutura compatível às suas necessidades para o seu pleno funcionamento. Nesse sentido, foram feitas solicitações ao Ministério do Planejamento para ampliação dos quadros de pessoal permanente e comissionado.

Os problemas de espaço físico enfrentados pela CAPES se agravam a cada ano dado o acúmulo de atividades, principalmente no que se refere à acomodação de consultores e colaboradores eventuais por ocasião das avaliações da pós-graduação brasileira

e da avaliação de mérito dos programas de fomento nacionais e internacionais, além da análise das candidaturas a bolsas no exterior. Como forma de amenizar o problema, a direção da CAPES locou um imóvel, que servirá como base para toda a Diretoria de Avaliação.

A carência de pessoal tem acarretado dificuldades na celebração e gerenciamento dos convênios. Assim sendo, a CAPES está revendo os instrumentos utilizados para a formalização das parcerias com as IES, para otimizar o processo de repasse de recursos e assim, melhorar o desempenho das ações.

Foi verificada a necessidade de obtenção de dados sobre o corpo discente, em fluxo contínuo, para tornar mais eficientes e eficazes as ações de fomento, estando previsto para 2006 o lançamento do "Cadastro Discente", que deverá fornecer mensalmente informações atualizadas sobre o alunado da pós-graduação stricto sensu.

Há necessidade de preservar a memória da pós-graduação e o histórico das ações de fomento. Nesse sentido, está previsto para 2006 projeto de digitalização e tratamento da memória da entidade.

A CAPES não tem conseguido acompanhar, nas suas ações de fomento e no seu atendimento à comunidade científica nacional, o crescimento exponencial do sistema nacional da pós-graduação. A CAPES tem trabalhado reiteradas vezes, junto aos órgãos competentes, em prol de sua adequação orçamentária e estrutural a esse novo cenário.

Outros aspectos relevantes

Para o ano de 2007 a CAPES propôs mais uma ação ao conjunto existente, visando a qualificar recursos humanos em temas estratégicos para o desenvolvimento do país.

Para solucionar o problema de espaço físico, foi solicitada a alteração dos atributos da ação 11L3, constante do Projeto de Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) para 2006, a denominar-se "Aquisição e Ampliação do Prédio Sede da CAPES", uma vez que há intenção da CAPES em adquirir o imóvel alugado.

Recomendações

- As ações 8015 – "Ensino e Pesquisa de Pós-Graduação em Estatística e Geociências" e 4909 – "Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação em Botânica e Meio Ambiente" são executadas por outros órgãos e outras unidades orçamentárias. As unidades não informaram, nem no Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação (SIMEC) nem no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN), os resultados da execução das ações. Contato via mensagem SIAFI foi tentado, mas não houve resposta, logo, não é possível avaliar seus desempenhos.
- Todas as macrodecisões do órgão, tanto de caráter puramente administrativo quanto de políticas públicas em relação à pós-graduação, são submetidas à apreciação do Conselho Superior e do Conselho Técnico-Científico. O Conselho Superior tem entre suas atribuições aprovar o relatório anual das atividades da CAPES e a respectiva execução orçamentária, apreciar

critérios, prioridades e procedimentos para a concessão de bolsas de estudos e auxílios. As reuniões dos membros dos conselhos citados ocorrem com freqüência. A avaliação das ações de fomento da CAPES pelos Conselhos garante a boa aplicação dos recursos.

- A periodicidade do monitoramento é constante, já que a execução das ações também é contínua e abrange todos os produtos das diversas ações. O pagamento das bolsas é mensal, seja mediante repasses às IES, seja pelo pagamento direto ao bolsista; os acessos ao Portal de Periódicos são constantes; o trabalho dos consultores no processo de avaliação dos cursos e dos projetos é contínuo (podendo variar o objetivo do trabalho) e os projetos fomentados, nos mais diversos programas que a CAPES disponibiliza ao público acadêmico, também têm um suporte contínuo. A CAPES dispõe de ferramentas computacionais, que, por controlarem as atividades ordinárias das diversas Coordenações, possibilitam a coleta das informações pertinentes às ações e conseqüentemente o monitoramento do desempenho.

Desenvolvimento do Ensino Fundamental

Objetivo

Assegurar o acesso e a permanência de todas as crianças e adolescentes no ensino fundamental, com melhoria de qualidade.

Público-Alvo

Crianças e adolescentes do ensino fundamental.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 1.043.719.875,00	Empenho Liquidado:	R$ 989.044.583,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 989.044.583,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Freqüência à Escola da População na Faixa Etária de 7 a 14 anos

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 97,1 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 97

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Superada. O índice previsto ao final do PPA já foi alcançado em 2004.

2. Taxa de Distorção Idade-Série no Ensino Fundamental

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 30 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 23,9

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta, se for mantido o ritmo, desde 1998, de redução de 3 pontos percentuais ao ano.

Contextualização

Uma das grandes conquistas da sociedade brasileira é a quase universalização do acesso ao ensino fundamental. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), aproximadamente 97% das crianças e adolescentes da faixa etária de 7 a 14 anos estão matriculados no ensino fundamental.

Entretanto, dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de 2003 apontam que apenas 2,8% e 5,7% dos alunos das escolas públicas apresentam rendimento "adequado" em língua portuguesa nas 4ª e 8ª séries do ensino fundamental, respectivamente. Assim sendo, o Poder Público em suas diversas instâncias, articulado com a sociedade, deverá, nos próximos anos, enfrentar os seguintes desafios: garantir o acesso universal ao ensino fundamental, buscando "taxa de escolarização líquida" próxima aos 100% no ensino fundamental de 9 anos, aprimorar a qualidade da educação, reduzindo, inclusive, a defasagem idade-série no ensino fundamental.

Principais Resultados

- A Comissão de Educação do Senado aprovou por unanimidade o Projeto de Lei da Câmara que amplia o Ensino Fundamental de 8 para 9 anos de duração, com ingresso escolar obrigatório de crianças a partir de 6 anos de idade. O prazo para que as redes de ensino e escolas do país possam estruturar as alterações é de 5 anos, porém, 8.113.819 alunos freqüentam escolas que já utilizam o novo formato. A maioria (5.226.936) está na rede municipal, 2.749.441 estão na rede estadual, 131.499 estão na rede particular e 5.943 na rede federal.
- Distribuição de 54 milhões de exemplares de livros didáticos para o Ensino Fundamental pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), beneficiando todos os alunos das oito séries da rede pública de ensino fundamental, inclusive das escolas de educação especial públicas e das instituições privadas comunitárias e filantrópicas.
- Atendimento a 192 mil alunos em classes de aceleração da aprendizagem, com o apoio para a capacitação de professores e material didático para alunos e professores das redes estaduais e municipais, com intuito de redução na defasagem idade/série desses alunos e conseqüente estímulo à continuidade dos seus estudos.
- Assistência a 5.317 Municípios para a manutenção de transporte escolar, garantindo o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares de 3.314.909 alunos do ensino fundamental público, residentes em área rural.
- Em 2005 foram beneficiadas 22 mil escolas de Ensino Fundamental com dinheiro direto na escola, privilegiando a descentralização das políticas públicas e a autonomia das escolas públicas do ensino fundamental das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, nas modalidades regular, especial e indígena, além de entidades sem fins lucrativos responsáveis pela manutenção e representação de escolas privadas de educação especial.
- Apoio a 1.264 escolas na região Norte, 3115 escolas na região Nordeste e 1.037 escolas na região Centro-Oeste, pelo Projeto de Fortalecimento da Escola (FUNDESCOLA III), promovendo um conjunto de ações para a melhoria da qualidade das escolas do ensino fundamental, bem como a permanência e o aumento da escolaridade das crianças nas escolas públicas.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Inexistem no programa indicadores de medição de desempenho dos alunos do Ensino Fundamental. Atualmente esses índices podem ser medidos através de

informações coletadas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), realizado anualmente pelo INEP/MEC.

Houve relativo atraso nas etapas preliminares da execução das ações, compreendendo a elaboração, publicação e divulgação dos critérios de execução, prejudicando o cronograma de liberações dos recursos, mas não a execução das ações.

Grande parte dos recursos foi repassada ao final do exercício, por diversos problemas como o período de análise e correção de projetos, a não adesão por parte das instituições, documentação incompleta e bloqueio na prestação de contas de exercícios anteriores das entidades responsáveis.

Alguns Municípios deixaram de receber os recursos das transferências automáticas e voluntárias devido ao atraso ou a não entrega da prestação de contas de recursos recebidos anteriormente, que impede a celebração de novos convênios e o repasse dos recursos descentralizados, bem como pela falta de documentação de habilitação, como a não comprovação de regularidade da situação junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Procuradoria Geral da República Federal (PGRF) e outros.

Faltam informações de meta física e situação de algumas ações do programa, que deveriam ter sido informadas pelos coordenadores no SIMEC ou no SIGPLAN. A falta de integração e envolvimento entre coordenadores e gerência, não apenas de coordenadores lotados em outras instituições e Secretarias do MEC, bem como os da própria Secretaria de Educação Básica (SEB), prejudicam o acompanhamento e a avaliação do programa.

Os materiais de apoio necessários à realização de atividades de controle e acompanhamento das ações são escassos e de baixa qualidade, havendo a necessidade de aquisição própria de livros técnicos e de referências, pastas, catálogos, cadernos, agendas, lápis, borracha, caneta, entre outros necessários ao andamento dos trabalhos.

Os equipamentos de comunicação e de informática não funcionam de forma eficiente, ocorrendo paradas de sistemas de rede, perda de informações e dificuldade de geração de relatórios. Não há impressoras suficientes e verifica-se constante falta de cartuchos. Não existem sistemas operacionais para controle e acompanhamento das etapas de execução de todas as ações que compõem o programa.

A equipe de assessoria à gerência não é suficiente para manter o acompanhamento anual do programa. Destaca-se, ainda, a necessidade de técnicos com experiência nas áreas de educação, planejamento e gestão, o mesmo ocorrendo na equipe operacional do programa. Salienta-se a necessidade de contratação de servidores públicos com vínculo, com experiência nas áreas de educação e execução, pois se verifica que as equipes responsáveis pelas ações, em sua grande maioria, são formadas por prestadores de serviços e consultores, que não podem ser responsabilizados diretamente pelos serviços técnicos (licitações, concorrências, comissões, grupos de trabalho).

A oferta de cursos de especialização e aperfeiçoamento aos gerentes e à equipe operacional no âmbito do Ministério é limitada, usualmente justificada pela falta

de recursos financeiros e influenciada pela indisponibilidade de tempo para participação em treinamentos e capacitações.

O Ministério da Educação tem atualmente como prioridade o Ensino Superior.

Outros Aspectos Relevantes

O Ministério da Educação criou o Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação (SIMEC) para o monitoramento das ações e programas educacionais. A situação das ações deve ser informada mensalmente pelos coordenadores e validadas trimestralmente pelos gerentes executivos. O SIMEC foi implantado no 2º semestre de 2005, não havendo ainda disponibilidade de todas as informações do ano. Para maior eficácia e efetividade do monitoramento, será necessária maior interlocução entre os coordenadores e a gerência do programa e padronização da apresentação das informações.

A contribuição dos parceiros não-governamentais, como o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime), os Conselhos, os Organismos Internacionais, tais como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), e outras instituições de interesse público da sociedade civil, tem sido de grande importância no desenvolvimento das ações do programa pois, além de atuarem como colaboradores em sua implementação, participam como fomentadores da política educacional e balizadores das diversas opiniões dos atores envolvidos, permitindo o aperfeiçoamento e a correção de rumos para o atingimento do objetivo principal do programa.

As avaliações de satisfação são realizadas em cada ação específica do programa, mediante relatos em capacitações e pesquisas de opiniões. Na ação "Dinheiro Direto na Escola" foi realizado estudo sobre a "Gestão Democrática e Descentralizada de Recursos Públicos", cujos resultados estão sendo discutidos pelostécnicos do MEC, grupos de pessoas entrevistadas, instituições nacionais e organismos internacionais, visando a sistematizar e fundamentar propostas para o PDDE, no sentido de corrigir distorções, falhas ou insuficiências do modelo de gestão financeira atualmente praticado.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o Inep desenvolveram um sistema de "Levantamento Nacional do Transporte Escolar", com o objetivo de colher e disseminar um conjunto de informações que servirão de base para subsidiar a formulação de políticas públicas, voltadas para a melhoria do Sistema de Transporte Escolar. Além disso, essas informações servirão também para a ampliação das discussões sobre este tema em âmbito Nacional, com vistas à manutenção do aluno na sala de aula, diminuindo a evasão e promovendo a eqüidade na educação. Os formulários foram disponibilizados para os gestores estaduais e municipais e os dados estão sendo compilados.

Destaca-se como uma ação inovadora para a gestão pública a criação do Sistema de Controle de Remanejamento e Reserva Técnica (Siscort), que coloca à disposição das escolas e secretarias estaduais e municipais de educação um sistema desenvolvido para auxiliar as redes públicas de ensino fundamental a remanejar os livros didáticos

distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD),. Pelo acesso ao Siscort, no sítio eletrônico do FNDE, as escolas das redes públicas podem verificar a disponibilidade de livros nas unidades educacionais mais próximas e registrar possíveis sobras em sua instituição, sendo o Siscort um instrumento valioso para o remanejamento e a troca de livros, resolvendo assim um dos grandes problemas enfrentados pelo programa, o da falta de livros nas escolas. O Sistema é atualizado anualmente com dados da distribuição nacional de livros por escolas e de alunos cadastrados no censo educacional, foi testado em todo o país e encontra-se em processo contínuo de atualização e melhoramento.

Recomendações

- A alteração no sistema de financiamento e sua legislação, que permitirá o enfrentamento da questão da ampliação do atendimento e da melhoria da qualidade da educação básica, principalmente no âmbito do Ensino Fundamental, depende da criação e implantação de um novo Fundo que contemple toda a educação básica (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - Fundeb). A alteração da matriz de financiamento no PPA/2007, depende da aprovação do Fundeb pelo Congresso Nacional.
- Inclusão de indicadores de medição de desempenho dos alunos do Ensino Fundamental.
- É necessária uma utilização mais intensa dos instrumentos de gestão disponíveis, no caso o SIMEC e o SIGPLAN, no sentido de articular melhor as ações do programa que, pela sua relevância e dado o volume de recursos que envolvem, precisam ter informes de situação sempre atualizados e disponíveis.

Desenvolvimento do Ensino Médio

Objetivo

Garantir o acesso e a permanência de todos os adolescentes e jovens do ensino médio regular, com melhoria de qualidade.

Público-Alvo

Adolescentes, jovens e adultos do ensino médio regular.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 300.692.927,00	Empenho Liquidado:	R$ 279.603.143,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 279.603.143,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Número Médio de Séries Concluídas da População na Faixa Etária de 15 a 17 Anos

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 6,9 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 7,2

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Em 2004, de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), chegou a 6,9 a média de anos de escolarização dos jovens de 15 a 17 anos, sendo portanto alta a viabilidade de alcance do indicador previsto para 2007 se mantido o mesmo ritmo de crescimento de 0,1 ponto percentual ao ano.

2. Taxa de Freqüência Bruta ao Ensino Médio

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 81,4 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 83,4

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Em 2004, de acordo com o INEP, a taxa de freqüência bruta ao ensino médio já foi de 81,4%, sendo portanto possível até superar o índice previsto para 2007 se mantido o mesmo ritmo de crescimento de 2,75 pontos percentuais ao ano.

3. Taxa de Freqüência Líquida ao Ensino Médio da População na Faixa Etária de 15 a 17 Anos

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 44,4 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 46

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Em 2004, de acordo com o INEP, a taxa de freqüência líquida de jovens de 15 a 17 anos já foi de 44,4%, sendo portanto possível até superar o índice previsto para 2007 se mantido o mesmo ritmo de crescimento de 2,2 pontos percentuais ao ano.

4. Taxa de Distorção Idade-Série no Ensino Médio

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 46,3 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 44,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Em 2004, de acordo com o INEP, a taxa de distorção idade-série no ensino médio já foi de 46,3%, sendo portanto possível até superar o índice previsto para 2007 se mantido o mesmo ritmo de redução de 3 pontos percentuais ao ano.

Contextualização

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o ensino médio passou a ser considerado como a etapa final da educação básica. No ano de 1999, a matrícula no ensino médio regular era de 7.769.199 alunos, crescendo para 9.169.357 alunos em 2004. Com a quase universalização do acesso ao ensino fundamental, a expectativa formada era de aumento na pressão pela oferta de vagas para o ensino médio, mas a taxa de crescimento das matrículas vem desacelerando desde 2000, chegando a um crescimento de apenas 1,1% em 2004 em relação à 2003. Contudo, ações coordenadas são necessárias para melhoria da qualidade de ensino, formação e atualização de docentes, materiais de ensino-aprendizagem para a escola e para o aluno e aquisição de equipamentos e laboratórios.

Principais Resultados

- Aumento de 4.076 turmas, caracterizando a expansão do ensino médio, 96.415 novas matrículas, caracterizando a melhoria do acesso e aprovação de 182.110 alunos do ensino médio, caracterizando a melhoria deste nível de ensino na rede pública estadual. Os dados indicam um progresso gradativo destes indicadores, com base na comparação das informações levantadas pelo INEP em 2003 e 2004.
- No início de 2005, foi concluída a primeira distribuição de livros das disciplinas de Português e Matemática a alunos do ensino médio. Nessa primeira ação, o Programa Nacional do Livro Didático do Ensino Médio atendeu 1,3 milhão de alunos de 5.392 escolas públicas das regiões Norte e Nordeste. O programa tem o objetivo de suprir a falta de livros nas regiões mais carentes do país.

- Apesar de 46,3% dos estudantes matriculados no Ensino Médio estarem fora da faixa etária considerada adequada, que é de 15 a 17 anos, houve uma redução de três pontos percentuais na distorção idade-série que era de 49,3% em 2003.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Nenhuma restrição foi relatada.

Outros Aspectos Relevantes

O Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Mu-nicipais de Educação (Undime) atuam como representações constituídas na articulação entre a definição da política e sua execução.

Recomendações

- Considerando-se a disponibilidade de dados referentes aos Censos Escolares de 2004 e 2005, é necessário que o MEC providencie a atualização dos indicadores do programa.
- O programa estabelece metas de alcance, definindo indicadores de acompanhamento, sem uma abrangência qualitativa do alcance das metas. Caberia, para tanto, o estabelecimento de avaliações qualitativas.

Educação para a Diversidade e Cidadania

Objetivo

Combater as desigualdades étnico-racial, de gênero, orientação sexual, geracional, regional e cultural no espaço escolar.

Público-Alvo

Alunos de todas as idades, seus familiares e os profissionais de educação.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 57.151.390,00	Empenho Liquidado: R$ 54.871.805,00 Pago estatais: - Total: R$ 54.871.805,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

O programa não possui indicador.

Contextualização

A discriminação étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, geracional, e sob qualquer outra forma, é um fato concreto da sociedade brasileira e acontece em todos os ambientes, sejam eles sociais, familiares ou privados, uma vez que os preconceitos estão profundamente enraizados nos indivíduos e na cultura. Historicamente a escola não só vem reproduzindo em seu ambiente os processos discriminatórios como também os reforça, na medida em que os indivíduos que sofrem discriminação, nas suas mais diferentes formas, quando vítimas de violência ou de exclusão do ambiente escolar, têm reduzidas as suas oportunidades de trabalho assim como a sua renda. A discriminação é responsável por parte significativa das desigualdades observadas no campo educacional, o que se reproduz no mercado de trabalho, pois pelo menos 40% da desigualdade salarial no Brasil pode ser explicada pela questão educacional. Essas desigualdades resultam de um processo ativo de preconceitos e estereótipos que legitimam, diuturnamente, procedimentos discriminatórios. Dentro do próprio ambiente escolar são constantes os tratamentos preconceituosos, as medidas discriminatórias, os insultos e constrangimentos, as ameaças e agressões físicas ou verbais contra estudantes de determinados grupos, como negros, indígenas, pobres, crianças e jovens com idade defasada para a série ou, ainda, crianças e jovens com orientação sexual diferenciada.

Principais Resultados

- Impressão de 1 milhão de exemplares das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.
- Impressão de 11 mil exemplares de cada um dos livros 2º Prêmio Educar para a Igualdade Racial: Experiências de Promoção da Igualdade Racial/ Étnica no Ambiente Escolar e Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Educação: exercitando a definição de conteúdos e metodologias- ambos organizados pelo Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdade (Ceert), com o apoio do programa "Diversidade na Universidade".
- Publicação de 5 mil exemplares de Ações Afirmativas e combate ao racismo nas Américas e de 8 mil exemplares da História da educação do negro e outras histórias ,da Coleção Educação Para Todos, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, do Ministério da Educação (Secad/MEC).
- 1.237 escolas das regiões metropolitanas de Belo Horizonte-MG, Porto Alegre-RS, Recife-PE, Rio de Janeiro-RJ, Salvador-BA e Vitória-ES abertas nos finais de semana para o desenvolvimento de atividades educacionais, culturais e de lazer.
- Mais de 1 milhão de alunos beneficiados com atividades de cunho artístico, cultural, esportivo, de reforço do conteúdo escolar, de orientação vocacional, entre outros, fora do horário regular de aulas.
- 370 alunos de grupos socialmente desfavorecidos, especialmente afrodescendentes e indígenas, atendidos com cursos preparatórios para o vestibular.
- Merecem destaque as atividades voltadas à Educação para os Direitos Humanos realizadas em 2005, dando continuidade ao processo de articulação em torno do tema, iniciado em 2004. Embora a maioria das suas atividades não tenham impacto orçamentário, esse processo resultou no amadurecimento da agenda educacional nesse campo, exemplificada pelo projeto "Brasil sem Homofobia", através do qual a Secad lançou termo de referência para projetos de capacitação/formação de profissionais da educação para a cidadania e a diversidade sexual. O projeto "Saberes da Terra", iniciado em 2005 em parceria com MDA e MTE, estimula e apóia o fortalecimento e a ampliação das iniciativas de acesso e permanência de jovens agricultores(as) familiares no sistema formal de ensino, oferecendo oportunidades de elevação de escolaridade, qualificação social e profissional. Está prevista uma proposta de uma ação específica no presente programa nesse sentido, a fim de viabilizar e reforçar a qualidade da educação do campo. Vale registrar a parceria do Ministério com a SEPPIR e a SEDH na elaboração de propostas de políticas voltadas para as questões étnico-raciais.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Para o programa como um todo, considerando-se ambas as dimensões de atendimentos aos públicos específicos e atuação sobre os sistemas de ensino, os resultados se mostraram acima do previsto. Contudo, o cumprimento das metas físicas teve comportamento bem distinto entre as ações. Mesmo considerando-se as especificidades e características dessas ações, pode-se afirmar que isso ocorreu

no geral acima das expectativas. A ação referente à Educação do Campo, por exemplo, apresentou um resultado bem superior. Entretanto, mesmo sendo fruto da articulação eficiente da área, o resultado aponta também para a necessidade de redimensionamento das metas.

A ação de apoio à valorização da diversidade no acesso e na permanência na universidade apresentou um desempenho abaixo do esperado, no que tange ao alcance das metas físicas previstas no Plano Plurianual (PPA), devido aos critérios pré-estabelecidos contratualmente com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a seleção e aprovação dos projetos de iniciação científica (PIC). Entretanto, as demais atividades previstas na ação 09CU tiveram suas metas superadas, como é o caso da implementação da Lei nº 10.639 e dos benefícios aos alunos que puderam contar com sucessivos cursos de capacitação, além de receberem livros didáticos sobre a temática étnico-racial.

A ação referente ao desenvolvimento de atividades educacionais, culturais e de lazer em escolas abertas nos finais de semana apresentou um desempenho 24% superior ao previsto, passando de 155 escolas em janeiro de 2005 para 1.237 escolas apoiadas ao final do mesmo ano. As ações relativas à distribuição de material didático e qualificação de profissionais também apresentaram performances significativas, decorrência de articulação entre os diversos participantes da política.

Outros Aspectos Relevantes

A execução de 2005 permitiu avançar em diversas áreas, inclusive na elaboração de indicadores. Como anteriormente o desafio não fora abordado de forma integrada, conseqüentemente não havia um indicador apurado pelas estatísticas tradicionais para mensurar os avanços alcançados por meio das ações do programa. Sendo assim, foi implementada uma ação específica para elaborar índices adequados. O trabalho de desenvolvimento de indicadores já está em conclusão e contou com a participação de gestores da Secad, especialistas nas áreas abrangidas pelas ações do programa e técnicos em indicadores de avaliação.

Foram formalizadas parcerias com outros órgãos do governo federal, como é o caso dos projetos com os Ministérios do Trabalho e Emprego (MTE) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), assim como projetos com a participação do Ministério da Justiça (MJ), das Secretarias Especiais de Direitos Humanos (SEDH), de Promoção de Políticas para a Igualdade Racial (SEPPIR) e de Políticas para as Mulheres (SPM). Registre-se que o foco de enfrentamento da desigualdade por meio das ações desenvolvidas pela Secad no âmbito deste programa revelou-se um importante instrumento de ampliação da eficácia, eficiência e efetividade das políticas do Governo Federal na área da educação. Também as universidades, em grande parte as públicas, foram parceiras das ações da SECAD, o que indica a constituição de uma ampla e dinâmica rede de instituições, dotada de forte capacidade de geração e difusão de conhecimentos, engajada no fortalecimento das políticas educacionais como fator de superação das desigualdades no país.

O programa não possui um questionário formalizado para avaliação da satisfação de seus beneficiários. Todavia, esta avaliação é realizada por meio da percepção e do diálogo permanente com os beneficiários e seus representantes legitimados. Isto se dá em conversas telefônicas, em fóruns, seminários, oficinas e visitas à

localidade. Estas conversas, travadas diretamente com o público-alvo, têm permitido o aperfeiçoamento tempestivo dos projetos implementados, bem como a devida orientação das ações propostas. O retorno dado pelos beneficiários é positivo, porém, por vezes, as sugestões de melhorias esbarram em entraves legais ou na "lentidão da burocracia", conforme informado pelos próprios beneficiários.

A Diretoria de Avaliação e Informações Educacionais da Secad é responsável, em conjunto com a área finalística, pelo monitoramento e acompanhamento e pela avaliação de políticas, programas e ações. Em 2005, a Secad desenvolveu um sistema para planejar suas ações, denominado Sistema Eletrônico de Planejamento de Informações da Secad (SECADPLAN), que permitirá melhorar a transparência nas diretrizes dos projetos geridos pela Secad, bem como destacar informações que auxiliarão na gestão dos programas e das ações. Outro ponto positivo desse Sistema é a visualização das metas físicas e financeiras por grupos de atividades e/ou projetos que contribuam para o alcance das metas previstas para cada ação no PPA. Entretanto, é mister considerar que esse Sistema se encontra ainda em fase de estruturação.

As despesas com a ação "Gestão e Administração do Programa (GAP)" compreendem serviços administrativos, pessoal ativo, manutenção e uso de frota veicular, tecnologia da informação, despesas com viagens e locomoção, sistemas de informações gerenciais internos, entre outras despesas administrativas. Essas despesas contribuem para estudos para formulação das políticas públicas, além de viabilizar o contato da SECAD com entidades que lidam diretamente com os beneficiários, seja por meio de visitas técnicas, seja através de encontros e seminários na capital federal, nos quais as partes interessadas são convidadas a participar.
As articulações internas ao MEC apresentaram resultados satisfatórios, concretizados em diversas iniciativas que envolveram diferentes instâncias. Por exemplo, uma das iniciativas da ação 09HS - "UNIAFRO" foi realizada em parceria com a Secretaria de Educação Superior (Sesu), contribuindo para que o enfrentamento das desigualdades em educação se torne política pública e não apenas uma ação pontual restrita às preocupações da Secad.

Dentre os diferentes parceiros não-governamentais envolvidos na execução das ações do programa, vale destacar a cooperação estabelecida com dois importantes atores: o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed) e a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime). A parceria com essas entidades permitiu um salto de qualidade nas políticas públicas, como por exemplo na execução da ação 09EM. Registra-se, igualmente, a colaboração de organismos internacionais, especialmente o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), na implementação das ações deste programa, através de instrumentos eficazes de gestão e de assessoria técnica, especialmente na ação 09EL. Os resultados devem ser creditados tanto à decisão política de constituir um programa com essas atribuições, como ao envolvimento das equipes técnicas e parceiros na promoção da educação como fator de acesso à plena cidadania de crianças, jovens e adultos de diferentes localidades, idades, gêneros, raças e etnias.
A implementação de políticas educacionais voltadas para o enfrentamento das desigualdades seria equivocada se não incluísse nos debates sobre sua formulação, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação os sujeitos sociais a que se destinam. Há um fortalecimento do papel dos movimentos sociais representativos

dos segmentos envolvidos na condução das políticas, o que tem possibilitado que a Secad seja interlocutora reconhecida por aqueles que se dedicam a lutar por maiores e melhores oportunidades em educação para os povos do campo, dos quilombos, indígenas e outros alijados dos benefícios advindos da ampliação da oferta em educação. Para ilustrar, podem ser citadas melhorias no desenho e implementação das ações, como é o caso da 09EM, 09EL e 09CX; aperfeiçoamentos nos projetos propostos (09HS); e criação de mais um canal institucional para veiculação das demandas desses públicos-alvo dentro do próprio MEC, como é o caso da oferta de formação de magistério para professores indígenas.

Como boas práticas de gestão destaca-se o projeto "Escola Aberta", excelente oportunidade de socialização em espaços carentes de áreas de lazer, que pode ser replicada em situações semelhantes. O processo de fortalecimento de consultas nas ações do programa que, sem deixar de olhar para o interesse público, consideram as demandas da sociedade civil pode também ser considerado como uma boa prática de gestão.

Recomendações

- Definir o indicador do programa.
- Excluir a ação 09CX – "Apoio a Projetos Educacionais Inovadores Voltados à Educação para Diversidade e Cidadania" e incluir em seu lugar a 2C81- "Apoio a Projetos Educacionais Inovadores para Comunidades de Baixa Renda".
- Incluir mais duas ações: 0B82 – "Apoio à Educação Integrada com Qualificação Social e Profissional para o Desenvolvimento Local no Campo" e 2C68 – "Fomento à Inclusão Social e Étnico-racial na Educação Superior".

Gestão da Política de Educação

Objetivo

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação.

Público-Alvo

Governo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 492.942.697,00	Empenho Liquidado: R$ 463.651.341,00 Pago estatais: - Total: R$ 463.651.341,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

Este programa não possui indicador, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

Contextualização

As ações de educação têm ramificações e impactos nas mais longínquas localidades do território nacional e a sua implementação deve contar com o empenho efetivo dos dirigentes dos Estados e Municípios, o que requer um esforço mútuo para a conscientização da importância do aprimoramento de mecanismos que começam pela legislação e incluem, entre outros, a eficiência na busca de novos recursos para o financiamento e a sua aplicação. Envolve, portanto, as etapas de implementação e a efetividade do controle e da avaliação dos resultados. A educação, além de ser um modo de inclusão social, é instrumento de promoção de paz, desenvolvimento e garantia da soberania nacional. Deste modo é preciso envolver toda a sociedade na sustentabilidade da educação, assim como na sua gestão democrática. Busca-se, portanto, propor diretrizes e regras para a democratização de todo o sistema educacional em sua relação com a sociedade. A partir destas diretrizes poderão ser estabelecidos regras e princípios para a gestão, o financiamento e o desempenho administrativo mais eficazes e eficientes. O não atingimento das metas de gestão, controle e avaliação sistemática implicaria na perpetuação de situações de exclusão de milhões de brasileiros da educação, no agravamento da concentração de renda, na injustiça social e na ineficiência e ineficácia das políticas públicas.

Principais Resultados

- Foram concluídas as discussões a respeito da implantação da nova sistemática de atendimento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).
- Foram celebrados 27 convênios entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC) e cada uma das 27 Secretarias de Estado da Educação com o objetivo de prestar assistência financeira suplementar e apoiar os sistemas públicos estaduais responsáveis pelo Ensino Médio.
- A capacitação de 8.604 gestores através de encontros presenciais e cursos a distância para o monitoramento de programas e projetos educacionais superou em muito a previsão inicial de 4 mil gestores.
- Foram realizados 95 estudos, pesquisas e avaliações educacionais pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), entre os quais destaca-se o estudo que viabilizou a implantação do projeto piloto da Escola de Gestores em 10 Estados escolhidos e a participação de 400 cursistas indicados pelos Estados e Municípios.
- Por meio do "Apoio ao Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino", foram capacitados técnicos e gestores de 68 Municípios do semi-árido dos Estados de AL, BA, PB e PE. O projeto é realizado em ação conjunta da União Nacional dos Secretários Municipais de Educação (Undime) e das Universidades públicas federais e estaduais.
- Foi realizado o "Levantamento Especial sobre Educação Infantil", que contempla uma investigação sobre características complementares de educação e acesso à merenda escolar. Os resultados da pesquisa deverão ser divulgados em março de 2006.
- Gerenciamento das políticas da Educação à Distância, da Educação Básica, da Educação Profissional, de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e do Ensino Superior.
- Apesar de 46,3% dos estudantes matriculados no Ensino Médio estarem fora da faixa etária conside-rada adequada, que é de 15 a 17 anos, houve uma redução de três pontos percentuais na distorção idade-série que era de 49,3% em 2003.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Nenhuma restrição foi relatada.

Outros Aspectos Relevantes

A maior parte das ações é monitorada pelo seu desempenho financeiro (majoritariamente satisfatório); algumas, que têm metas físicas, são monitoradas mensalmente por meio do Sistema Integrado de Monitoramento do MEC (SIMEC), uma ferramenta gerencial, em fase de implantação, com uma aceitação muito grande por parte da alta gestão, gerentes e coordenadores de ação, mas que carece ainda de habitualidade (rotinização de uso) por parte dos seus usuários.

Este programa deve avaliar toda a política do Órgão, de modo a aferir a satisfação dos beneficiários dos programas e ações do MEC.

Todas as ações, menos a de "Gestão e Administração do Programa", são implementadas em outras unidades administrativas do próprio Ministério. Com a implantação do SIMEC, passou a haver maior aproximação entre os coordenadores das ações e a gerência do programa. Essa integração ocorreu, predominantemente, em relação às ações executadas nas unidades centrais (MEC, autarquias e fundações sediadas em Brasília).

Recomendações

- Considerando-se a disponibilidade de dados referentes aos Censos Escolares de 2004 e 2005, é necessário que o MEC providencie a atualização dos indicadores do programa.
- O programa estabelece metas de alcance, definindo indicadores de acompanhamento, sem uma abrangência qualitativa do alcance das metas. Caberia, para tanto, o estabelecimento de avaliações qualitativas.

Universidade do Século XXI

Objetivo

Reformar a Educação Superior e estruturar as instituições federais de ensino, preparando-as para as tendências de futuro, ampliando com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento e promover condições para o desenvolvimento sustentável do País.

Público-Alvo

Alunos e professores de instituições Federais de Ensino Superior - IFES, bem como estudantes bolsistas do IES privados.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	Empenho Liquidado: R$ 8.847.418.884,00 Pago estatais: - Total: R$ 8.847.418.884,00
R$ 10.528.522.349,00	

Previsto não orçamentário	**Realizado não orçamentário**
R$ 84.000.000,00	-

Indicadores

1. Taxa de Docentes (em Exercício) com Doutorado Atuando nas Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 43,22 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 52,1

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Se as metas forem corretamente implementadas, com os recursos necessários, o índice final do PPA será alcançado.

2. Taxa de Docentes (em Exercício) com Mestrado Atuando nas Instituições Federais de Educação Superior – Graduação

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 26,64 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 35,2

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Se as metas forem corretamente implementadas, com os recursos necessários, o índice final do PPA será alcançado.

3. Taxa de Docentes (em Exercício) com Graduação Atuando nas Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 30,1 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 18,3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. O índice deve ser reduzido, pois o objetivo é diminuir o número de docentes com formação em nível de graduação.

4. Coeficiente de Alunos por Docentes em Exercício na Educação Superior

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 14,92 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 16,3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta.

5 .Taxa de Matrículas de Alunos em Cursos de Graduação Presenciais no Turno Noturno

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 58,95 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 57,9

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Já superada.

6. Taxa de Matrícula de Alunos em Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial - no Turno Noturno

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 25,1 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 33

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. A ampliação das matrículas no turno noturno, em instituições públicas, deve ser incentivada, pois amplia as possibilidades de acesso para quem trabalha durante o dia. No entanto, é baixa a probabilidade de se elevar o índice em oito pontos percentuais no prazo de 2 anos.

Contextualização

Uma das diretrizes de ação do Ministério da Educação é a de reformar o modelo de Educação Superior, que atualmente dá sinais de esgotamento e a própria instituição universitária, quase milenar, que sofre os abalos de uma transição paradigmática, simultaneamente teórica e social. Nas últimas décadas, as universidades federais tiveram suas atividades comprometidas, devido à falta de recursos financeiros, materiais e humanos. Muitas sofreram uma crise mais profunda, na própria alma

da universidade, em razão de uma falta de sintonia com a realidade ao seu redor. Isto implica no próprio saber universitário, que está ficando defasado, perdendo seu ritmo e sua sintonia em relação à demanda de conhecimento fora dos seus muros. Um grande desafio, hoje, é adaptar-se aos novos tempos. As tendências de futuro devem ser levadas em conta de forma a que se capacite a universidade a responder a novas demandas, criando novos cursos e novos processos pedagógicos. A Universidade do Século XXI deve estar apta a respeitar a diversidade e promover o desenvolvimento integral do ensino, da pesquisa e da extensão. Estas atividades devem ser objeto de acompanhamento e avaliação sistemáticos, de forma a que os recursos humanos formados e os conhecimentos gerados e transferidos à sociedade se dêem em conformidade com o desenvolvimento sustentável do país.

Principais Resultados

- A interiorização tem sido uma das principais diretrizes norteadoras do "Mapa da Expansão das Universidades Federais de Ensino Superior", ao lado das necessidades e vocações econômicas de cada região do país. Estão sendo criados ou consolidados 42 campus situados em 21 Unidades da Federação em todas as regiões do país, além da implantação de dez novas universidades federais.
- Incremento do orçamento de capital e outros custeios das instituições federais de ensino superior, com exceção do orçamento de pessoal, incluindo o pagamento de bolsas de ensino dos programas de pós-graduação e pesquisa e os recursos originários de convênios e emendas parlamentares.
- Abertura de concursos públicos para a contratação de 4.200 professores nas universidades federais, número que não inclui as 2.300 autorizações de contratação referentes ao seu programa de expansão e a autorização para a contratação de cerca de 800 novos servidores, assim como a implantação do seu plano de carreira.
- Em dois anos, o Programa Universidade para Todos (Prouni) ofertou 250.943 bolsas para alunos carentes. Foram oferecidas 71.905 bolsas integrais e 40.370 parciais (50% do valor integral), totalizando 112.275 bolsas de estudo a universitários de baixa renda para o ano letivo de 2005, em 1.135 instituições privadas e filantrópicas de ensino superior. Para 2006, foram ofertadas mais 138.668 bolsas (98.698 integrais e 39.970 parciais), com a adesão de 1.289 instituições.
- 1.500 alunos, beneficiados pelo Prouni, matriculados em cursos com três ou mais anos de duração e carga horária diária média de seis ou mais horas de aula, estão recebendo a bolsa permanência, que consiste em benefício mensal de R$ 300,00.
- Foram beneficiados 2.631 programas de residência médica e concedidas 3.439 bolsas para residentes.
- Atividades de extensão nas instituições de ensino superior públicas, com foco especial em políticas públicas de inclusão e desenvolvimento social. A atividade "Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Públicas de Educação Superior (Uniafro)" está em pleno desenvolvimento em 18 Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs). A ação "Incluir", que apóia propostas desenvolvidas nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES) para superar situações de discriminação contra estudantes com deficiência, já está sendo desenvolvida em 13 universidades.

- Foram credenciadas 60 Instituições de Ensino Superior, autorizados 283 cursos e reconhecidos outros 485.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O contingenciamento orçamentário, no primeiro semestre, ocasionou atraso temporário em algumas ações. Os créditos suplementares foram decisivos para a consecução de diversas iniciativas, inclusive a expansão das IFES.

Houve um número muito grande de aposentadorias de professores de 3° grau e há mais de nove mil professores substitutos nas IFES. As estruturas universitárias estão em processo de expansão, inclusive internamente e o suporte técnico-administrativo é completamente insuficiente ou inexistente em alguns casos. Os profissionais são docentes de 3° grau, técnicos administrativos de nível superior e de nível médio.

Outros Aspectos Relevantes

O monitoramento de todas as ações foi iniciado no final do ano com a implantação do Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação (SIMEC), que permite o acompanhamento das ações executadas pelas unidades vinculadas (Universidades).

As parcerias estão sendo bem sucedidas, propiciando o alcance das metas do programa. Um exemplo é a parceria público-privada entre a Vale do Rio Doce e a Universidade Federal do Pará (UFPA) para a implantação do campus de Marabá.
Foram desenvolvidas várias iniciativas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Federal. Destaca-se a implantação nas IFES do projeto "Gestão do Conhecimento", uma prática inovadora de gestão nas áreas administrativas e de planejamento, realizado pela Subsecretaria de Administração do MEC.

Existem duas ações não orçamentárias no programa: 9A00 – "Universidade para Todos (Prouni)" e 9858 – "Financiamentos a Projetos na Área da Educação". Esta última é uma iniciativa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que teve, como meta financeira, em 2005, R$ 84 milhões para financiamento de projetos de instituições de ensino superior públicas e privadas, sendo consideradas como financiáveis: obras civis, estudos e projetos de engenharia, gerenciamento e equipamentos nacionais.

Recomendações

- Inclusão das ações referentes ao Plano de Expansão do Ensino Superior.
- Rever os valores de índice previsto ao final do PPA dos 3 primeiros indicadores (Taxa de Docentes com Doutorado, Mestrado ou Graduação), porque a soma deles deve ser 100.

Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica

Objetivo

Oferecer oportunidades de capacitação e formação continuada aos professores e trabalhadores da Educação Básica, associadas a planos de carreira, cargos e salários, e promover o acesso a bens culturais e a meios de trabalho.

Público-Alvo

Professores de todosos níveis de ensino de educação básica e pessoal de apoio das escolas.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 820.887.032,00	Empenho Liquidado:	R$ 807.837.286,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 807.837.286,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicadores

1. Taxa de Docentes com Nível Superior Atuando na Pré-Escola

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 40 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 86,26

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Muito Baixa. Verifica-se aumento no índice, que em 2003 era de 31,3%, todavia os recursos humanos, materiais e financeiros destacados ao programa anualmente não demonstram suficiência para atingimento da meta final prevista pelo Plano Nacional de Educação.

2. Taxa de Docentes com Nível Superior Atuando no Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 47,7 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 87,22

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Muito Baixa. Verifica-se aumento no índice, que em 2003 era de 36,1%, todavia os recursos humanos, materiais e financeiros destacados ao programa anualmente

não demonstram suficiência para atingimento da meta final prevista pelo Plano Nacional de Educação.

3. Taxa de Docentes com Nível Superior Atuando na Pré-Escola

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 95,6 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 98,04

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Verifica-se um expressivo aumento no índice e, considerando-se a implementação de ação de formação em serviço e certificação em nível superior para professores não titulados do Ensino Fundamental, que atuam na 5ª a 8ª séries (Pró-Licenciatura) e o incentivo para participação viabilizado pela ação de concessão de bolsas para os professores que atuam no programa, acredita-se no atingimento da meta prevista.

4 .Taxa de Docentes com Nível Superior Atuando no Ensino Médio

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 47,7 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 87,22

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Verifica-se um expressivo aumento no índice, e, considerando-se a implementação do "Pró-Licenciatura" para professores que atuam no ensino médio e o incentivo à participação viabilizado pela ação de concessão de bolsas para os professores que atuam no programa, acredita-se no atingimento da meta prevista.

5 .Taxa Docentes com Nível Superior Atuando em Creches

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 29 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 83,54

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Muito Baixa. Verifica-se aumento no índice, que em 2003 era de 17,7%, todavia os recursos humanos, materiais e financeiros destacados ao programa anualmente não demonstram suficiência para atingimento da meta final prevista pelo Plano Nacional de Educação.

Contextualização

No Brasil, a formação dos professores e trabalhadores da educação básica ainda apresenta grande defasagem em relação ao que é preceituado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Na pré-escola, 3,2% dos professores não possuem o ensino fundamental completo e 1,8% dos docentes que atuam de 1ª a 4ª série do ensino fundamental não terminaram os oito anos de escolarização obrigatória. Entre os professores que lecionam nas turmas de 5ª a 8ª série e nas turmas do ensino médio, 29,3% e 19,2%, respectivamente, não possuem curso de licenciatura, formação adequada para esses níveis de ensino. No ensino médio, 4,9% dos docentes completaram somente a educação básica e 9,4% têm ensino superior sem licenciatura.

Os demais trabalhadores da educação, como a merendeira, o vigia, o secretário, o servente, o profissional que cuida dos diversos espaços da escola, também não têm capacitação adequada.

Principais Resultados

- No âmbito do ensino médio, foram capacitados 5.140 profissionais mediante apoio aos Estados e Municípios participantes do Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (PROMED) , com a cooperação da UNESCO.
- 44.498 professores de educação infantil foram atendidos com formação continuada e mais 6.500 foram atendidos pelo "Proinfantil" para formação inicial em nível médio. O "Proinfantil" conta, ainda, com 650 tutores, 512 professores formadores, 16 coordenadores estaduais, 10 assessores técnicos e 63 agências formadoras em todo país.
- 136.894 professores em exercício nas redes estaduais e municipais de educação foram atendidos com formação continuada e mais 6.065 foram atendidos pelo "Proformação" para formação inicial em nível médio.
- Foi realizada a formação de profissionais da educação com utilização de tecnologias de informação e comunicação, mediante educação à distância, com a capacitação de 11.200 profissionais e disponibilização de 481 horas de programas pelo "TV Escola" e, ainda, o atendimento a 1.777 profissionais para atuar no "Proinfo".

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Houve racionalização na disponibilização dos materiais por serem escassos. A infra-estrutura se apresentou incompatível com o necessário como, por exemplo, a quantidade de impressoras, a rede sobrecarregada, equipamentos de informática ineficientes. Também houve pouca disponibilização dos materiais para a maioria das equipes executoras. Praticamente, a mesma realidade da equipe gerencial foi vivida pelas equipes executoras. Não há recursos humanos disponíveis para assessorar a gerência no acompanhamento do programa. Apesar disso, houve um grande esforço em promover reuniões com os coordenadores. Também não há recursos humanos suficientes para executar as atividades, bem como técnicos com perfil adequado, ou seja, com experiência nas áreas de planejamento, orçamento e gestão. Com a escassez de recursos humanos para atender às tarefas, nem sempre é possível a participação em cursos, capacitações e treinamentos.

Outros Aspectos Relevantes

No caso das ações executadas por meio de transferência voluntária via Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o acompanhamento é feito por meio do Sistema de Acompanhamento de Programas e Projetos Educacionais (SAPE). A periodicidade é simultânea à liberação dos pareceres técnicos. Todas as ações do programa são monitoradas pelo Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação (SIMEC), criado para o acompanhamento dos programas e ações orçamentárias e o monitoramento das etapas dos projetos e atividades viabilizados em cada uma das ações. O sistema recebe informações mensais dos coordenadores de ações e trimestralmente dos gerentes executivos. Destaca-se, ainda, que nas ações implementadas em cooperação técnica internacional com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), (Proinfantil

e Proformação), suas atividades são monitoradas concomitante à sua execução, mediante avaliação da participação dos professores, tutores e formadores, pelo cadastro dos dados no Sistema de Informações do Proformação (SIPWEB). Também são realizadas reuniões tripartites anuais entre o MEC, o PNUD e a Agência Brasileira de Cooperação para o monitoramento das atividades desenvolvidas nos programas.

Foram realizados vários encontros regionais e estaduais com gestores estaduais e municipais para informar, esclarecer e orientar quanto aos procedimentos para inserção nas ações do programa, além da divulgação on-line. Verifica-se que a maioria das ações sob a responsabilidade da Secretaria de Educação à Distância (SEED) e do FNDE teve execução plena dos recursos e das metas previstas. Faltam informações referentes à execução das metas físicas de algumas ações e à situação de cada etapa de seus projetos. Houve integração entre a gerência e os coordenadores de ações que se encontram sob a responsabilidade da Secretaria de Educação Básica (SEB), mas os coordenadores de outras unidades do MEC não se relacionaram com a gerência. A parceria com os organismos internacionais e com os representantes sociais como o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme), entre outros, contribuem para a melhoria da execução das ações e o relacionamento com os diversos atores envolvidos no programa.

São realizadas reuniões, seminários e colóquios com participação de entidades representantes das Instituições de Ensino Superior, das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, dos movimentos sociais, Consed, Undime e demais representantes da sociedade. As ações passaram por discussões envolvendo Conselhos e Comitês a exemplo do Conselho Nacional de Educação e do Comitê Nacional de Políticas da Educação Básica. A participação das entidades representativas da sociedade contribuiu, de forma significativa, com o desenvolvimento do programa, tanto na execução quanto no envolvimento de beneficiários na comunidade escolar.

Recomendações

- Alterar o objetivo do programa para deixar claro que pretende oferecer formação inicial e continuada aos professores e trabalhadores da educação básica.
- Para a adequação do programa às novas demandas faz-se necessário acrescentar duas ações: a primeira denominada "Formação em Serviço e Certificação em Nível Médio e Técnico Profissional de Funcionários da Educação Básica (Pro-Funcionário)"; e a segunda intitulada "Formação em Serviço e Certificação em Nível Superior de Professores Não-Titulares do Ensino Fundamental e Médio (Pró-Licenciatura)".
- Também estão inadequadas as metas físicas e a composição das fontes de financiamento. Como os recursos são insuficientes para ampliar e melhorar o atendimento e desempenho das ações, a previsão de atendimento (meta física) sempre fica muito aquém da real necessidade de atendimento.
- Criar indicador voltado para o funcionário da escola - apoio escolar.

- Excluir a ação 0304 – "Complementação da União ao Fundo de Manutenção e

Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério" tendo em vista o término do Fundef em 2006.

- Identificar os custos unitários das ações que compõem o programa.



Ministério da Fazenda

Administração Tributária e Aduaneira
Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais
Banco para Todos
Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas e Áreas Afins
Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários
Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional
Desenvolvimento dos Mercados de Seguros,
Previdência Complementar Aberta e Capitalização
Educação Fiscal
Fortalecimento da Administração Fiscal dos Estados - PNAFE
Fortalecimento da Gestão Administrativa e
Fiscal dos Municípios - PNAFM
Gerenciamento de Risco e Prevenção de Perdas e Acidentes
Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União
Gestão da Política de Regulação de Mercados
Gestão da Política Econômica
Gestão das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito
Produção de Moeda e Documentos de Segurança
Recuperação de Créditos e Defesa da Fazenda Nacional

Sumário Executivo

Em 2005, do total previsto para Ministério da Fazenda (MF), foram utilizados R$ 88,2 bilhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 14.662.672.716,00	**Realizado orçamentário[1]:**	R$ 10.968.739.194,00
Recursos não orçamentários previstos:	R$ 56.851.349.899,73	**Realizado não orçamentário:**	R$ 77.295.911.696,7
Total previsto:	R$ 71.514.022.615,73	**Total realizado:**	R$ 88.264.650.890,72

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R$ 399,1 milhões inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R$ 37,3 milhões.

Principais Resultados

Os resultados obtidos com a execução do conjunto de programas do Ministério da Fazenda no exercício de 2005 foram:

a) Arrecadação de tributos e demais receitas

- Aumento do volume de arrecadação de receitas pela Secretaria da Receita Federal (SRF). A arrecadação bruta das receitas administradas pela SRF, em 2005, atingiu o valor de R$ 347 bilhões, o que representou um crescimento nominal de 15,45% e real de 8,02% (considerando-se como indexador o IPCA) em relação ao mesmo período do ano de 2004. Esse desempenho garantiu o financiamento de bens e serviços à sociedade no exercício de 2005.
- Cabe ressaltar que o incremento na arrecadação ocorreu pelo esforço da SRF nas áreas de fiscalização de tributos internos e aduaneiros e na ênfase à estratégia de combate à sonegação e às fraudes fiscais. A ação da SRF aumentou a percepção de risco do contribuinte faltoso e elevou o nível de cumprimento voluntário de suas obrigações tributárias e, conseqüentemente, aumentou a arrecadação dos tributos e contribuições federais.
- Recuperação de Créditos da Fazenda Nacional. O resultado da arrecadação total em 2005 chegou a R$ 8,8 bilhões, sendo 2, 6 bilhões relativos à Dívida Ativa da União e R$ 6, 1 bilhões à Defesa Judicial da Fazenda Nacional. As receitas arrecadadas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) também contribuíram para a elevação do nível de receitas em 2005.
- Arrecadação de cerca de R$ 37 bilhões em receitas correspondentes aos

[1] A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

haveres financeiros e mobiliários da União geridos pelo Tesouro Nacional, correspondendo a aproximadamente 93% da meta física de R$ 40 bilhões, prevista no orçamento, o que contribuiu para o alcance da meta de superávit primário nas contas públicas, estabelecida na LDO.

- A edição da Lei nº. 11.196/05 (conversão da MP do Bem), que entre outras medidas instituiu incentivos fiscais para a inovação tecnológica, regimes especiais de tributação e de aquisição de bens de capital, beneficiou principalmente o setor produtivo.
- No âmbito dos tributos internos administrados pela Receita Federal, foram realizados 23.243 procedimentos fiscais com autuações da ordem de R$ 48,3 bilhões. Esse resultado foi decorrente do esforço da SRF no sentido de garantir maior eficácia e efetividade às ações fiscais e combater a sonegação e a fraude.

b) Políticas fiscal e monetária

- Superação da meta de superávit primário estabelecida na LDO. A meta constante da lei era de 4,25% do PIB de superávit primário para o setor público consolidado, enquanto o resultado efetivamente obtido foi de 4,84% do PIB (aproximadamente R$ 93,5 bilhões).
- Continuação da trajetória descendente da inflação. A taxa de inflação mensurada pelo IPCA foi reduzida de 7,6%, em 2004, para 5,69%, em 2005, situando-se pelo segundo ano consecutivo dentro das metas estabelecidas.
- Redução da vulnerabilidade externa do país. Essa redução se deu por meio do aumento das reservas internacionais, da redução da dívida pública externa, do pré-pagamento dos empréstimos com o FMI e ao Clube de Paris, entre outras medidas.
- Realização de 320 leilões de títulos da dívida pública, com a finalidade de refinanciamento da dívida pública. Como resultado dos leilões, houve melhora da composição da Dívida Pública Federal (DPF), e da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi), em linha com as metas estabelecidas no Plano Anual de Financiamento para 2005.
- Além disso, o estoque da DPF, ao final de 2005, estava abaixo do limite inferior previsto e a proporção da dívida vencendo em 12 meses caiu.
- No programa "Tesouro Direto" as vendas de títulos públicos alcançaram o montante de R$ 656,6 milhões, aumento de 82,6% em relação ao ano de 2004, quando o volume financeiro foi de R$ 359,6 milhões.
- No que diz respeito ao número de investidores cadastrados, verificou-se aumento de 50,9% relativamente ao ano de 2004 (49.498 em 2005, contra 32.796 em 2004).

c) Fiscalização e regulamentação do sistema financeiro nacional e inclusão bancária

- Implantação do Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS). A implantação desse sistema proporcionou maior agilidade aos trabalhos de investigação conduzidos por órgãos públicos, CPIs e Poder Judiciário.
- Publicação de normativos relativos aos seguintes assuntos: operações de microcrédito, segmento cooperativo, crédito Imobiliário, inclusão bancária e edição de regras prudenciais tais como, registro de títulos e valores mobiliários emitidos pelas referidas instituições quanto dos acordos

envolvendo os respectivos resgates antecipados, mercado de câmbio e "lavagem de dinheiro".

- Inclusão bancária de 2,1 milhões de pessoas, o que favoreceu grande parcela da população desassistida dos serviços bancários.
- Liberação de R$ 165 milhões em crédito para financiamento ao consumo e à produção. Também foi ampliados o número de serviços financeiros oferecidos a pessoas físicas de baixa renda e microempreendedores da economia informal.

d) Supervisão do mercado de seguros e companhias abertas

- Aumento do valor das indenizações do Seguro Obrigatório por danos por veículos automotores em vias terrestres (DPVAT), de R$ 10.300,00 para R$ 13.479,48, em caso de mortes ou invalidez permanente e de até R$ 2. 000,00 para R$ 2.695,90 para cobertura de despesas médicas, quando não houver mortes ou invalidez permanente.
- Implementação da supervisão baseada em riscos e superação da meta de inspeções em 20%. Os últimos anos representam um marco na transição do modelo de supervisão baseada em regras para a supervisão baseada em riscos. Os consumidores e investidores deste mercado estão sendo beneficiados com maior eficiência e solidez do capital das sociedades supervisionadas pela SUSEP.
- Aumento do volume financeiro negociado na bolsa de valores, que em 2005 atingiu o volume de R$ 4,4 bilhões nas emissões primárias de ações e R$ 41,5 bilhões de emissão de debêntures. Esse desempenho demonstra a confiança do investidor na economia brasileira.

e) Capacitação

- Ampliação da rede de disseminadores do Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF). Em 2005 foram capacitados 8022 disseminadores do PNEF em diversos Municípios. Essa iniciativa é de suma importância para incentivar o exercício da cidadania mediante a sensibilização da população para a função socioeconômica do tributo e o incentivo ao controle social da aplicação dos recursos públicos.
- O treinamento de servidores públicos nacionais e internacionais na área de finanças públicas superou a meta esperada, perfazendo um total de 44.758 capacitados em 2005.

f) Reestruturação dos Estados e Municípios na área fiscal

- Aumento da arrecadação estadual do ICMS de 6,66% do PIB (1997) para 7,80% do PIB. Esse aumento ocorreu graças à implementação de novas soluções de tecnologia de informação para recolhimentos de impostos, por meio de processamento eletrônico automático e SINTEGRA - sistema com múltiplas funções de consulta e apoio aos contribuintes e pelos programas de educação fiscal, ministrados a mais de 4 milhões de pessoas.
- Adesão de 58 Municípios à implementação de projetos de modernização administrativa e fiscal, sendo 35 ampliações de projetos e 23 simplificações.
- Aumento da arrecadação de tributos municipais próprios (IPTU e ISS), em decorrência da atuação do programa "Fortalecimento da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios (PNAFM)".

Aspectos Relevantes

Dentre as principais restrições enfrentadas pelo MF para a consecução dos objetivos traçados destacam-se: restrições orçamentárias e financeiras causadas pelo contingenciamento; atraso na liberação de recursos; carência de recursos humanos e materiais na maioria das unidades e empresas executoras de programas; inadequação de infra-estrutura.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade do Ministério da Fazenda.

Administração Tributária e Aduaneira

Objetivo

Promover a arrecadação de tributos e realizar o controle aduaneiro, cumprindo e fazendo cumprir a legislação aplicável de forma justa.

Público-Alvo

Governo Federal, contribuintes e sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 3.986.236.136,00	Empenho Liquidado: R$ 3.504.376.185,00 Pago estatais: - Total: R$ 3.504.376.185,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Realização da Receita administrada pela Secretaria da Receita Federal.

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 108,57 em 31/12/2002
Índice previsto ao final do PPA: 100,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: O alcance do índice originalmente previsto é possível, desde que seja colocado a disposição desta secretaria os recursos orçamentários, financeiros e humanos necessários para o desempenho das atividades.

Contextualização

O programa possibilita a arrecadação de recursos para o financiamento das ações do Estado, mediante a aplicação da legislação tributária vigente e do controle aduaneiro.

Principais Resultados

- Edição da Lei nº 11.196/05 (conversão da MP do Bem), que beneficiou principalmente o setor produtivo.
- Recebimento pela Secretaria da Receita Federal (SRF) de mais de 103,5 milhões de declarações, englobando declarações de pessoas físicas e jurídicas e declarações do Imposto Territorial Rural (ITR).

- Promoção de ações de cobrança sobre cerca de 4,7 milhões de Pessoas Jurídicas, envolvendo um total de aproximadamente R$ 4,78 bilhões em débitos cobrados; relativamente às Pessoas Físicas, foram emitidos em torno de 455 mil avisos de cobrança, perfazendo um total de cerca de R$ 568 milhões em novos débitos cobrados.
- Em dezembro de 2005, a carteira de parcelamento de tributos e contribuições administrados pela SRF contava com 234.396 processos, totalizando aproximadamente R$ 6,49 bilhões em créditos tributários.
- Encaminhamento pela Receita Federal à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) em 2005, de 889.841 processos, envolvendo cerca de R$ 21,6 bilhões em créditos tributários, para cobrança executiva / inscrição em Dívida Ativa da União..
- Realização de 23.243 procedimentos fiscais com autuações da ordem de R$ 48,3 bilhões, no âmbito dos tributos internos administrados pela Receita Federal.

Além dos resultados globais de arrecadação e de controle aduaneiro, merecem destaque, ainda, os trabalhos de assessoramento na formulação da política tributária e aduaneira; as ações voltadas para um melhor atendimento ao contribuinte e à facilitação ao cumprimento voluntário das obrigações tributárias; as ações relacionadas ao controle e recuperação dos créditos tributários; a ênfase dada pela SRF à fiscalização de tributos internos e do comércio exterior e ao combate à sonegação, ao contrabando e ao descaminho; a administração do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex); e as atividades voltadas para a educação fiscal.

Ressaltam-se os estudos e atividades voltados para a revisão e melhoria dos processos de trabalho e para a modernização e reestruturação da Receita Federal, desenvolvidos durante a vigência da MP nº 258, de 22/07/2005, que unificava a Secretaria da Receita Federal e a Secretaria da Receita Previdenciária, criando a Receita Federal do Brasil.

Ressalte-se ainda, em 2005, o início da implementação na Receita Federal, como parte do Projeto Piloto de Investimento (PPI) do Governo Federal, do Projeto de Modernização da Administração Tributária e Aduaneira (PMATA), o qual integra o Programa 0770 Administração Tributária e Aduaneira, do PPA 2004/2007. O Projeto consiste num conjunto de investimentos voltados para a redução da burocracia do comércio exterior e para a melhoraria do ambiente de negócios do País. Foram realizados em 2005 investimentos da ordem de R$ 225,57 milhões, abrangendo investimentos em tecnologia da informação e na modernização aduaneira.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Contingenciamento orçamentário e atraso na liberação de recursos: em função das restrições impostas pelo Decreto 5.379/05, o programa atravessou dificuldades para honrar seus compromissos contratuais, pois a abertura de créditos adicionais, a liberação de limites de movimentação e empenho e, principalmente, a liberação de recursos financeiros, ficaram descompassadas das reais necessidades do Órgão.
Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras: para uma força de trabalho que prevê 15.006 cargos efetivos de Auditor-Fiscal da Receita Federal e 16.999 Técnicos da Receita Federal (de acordo com os quantitativos fixados pela Portaria Mare nº 2.581, de 29.8.96), a lotação real hoje existente, de 7.704

Auditores-Fiscais e 6.346 Técnicos, representa, respectivamente, 51,34% e 37,40% da lotação ideal.

Outros Aspectos Relevantes

A avaliação da satisfação dos contribuintes em relação aos serviços prestados pela SRF foi iniciada de forma piloto em dezembro de 2004, com utilização da ferramenta de pesquisa Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação (IPPS), na Delegacia de Administração Tributária (DERAT) do RJ. Na experiência piloto, no que diz respeito à avaliação geral, a nota geral foi de 8,74 numa escala de 0 a 10. Nas conclusões preliminares, foram elencadas 5 oportunidades de melhoria e 4 pontos fortes no atendimento realizado por aquela Unidade. Outro mecanismo de avaliação da satisfação dos usuários com os serviços prestados pela SRF são as premiações consecutivas obtidas por esta Secretaria como resultado do atendimento virtual realizado no sitio Web, atuando no campo do governo eletrônico.

Recomendações

Não há recomendações.

Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais

Objetivo

Ampliar as facilidades de acesso ao crédito e aos produtos e serviços bancários.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 1.079.403.579,00	Empenho Liquidado: - Pago estatais: R$ 570.402.936,00 Total: R$ 570.402.936,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador

Este programa não possui indicadores.

Contextualização

O crescente aumento das exigências dos clientes e do mercado torna imprescindíveis a ampliação e modernização das instituições financeiras oficiais a fim de lhes permitir competir em igualdade de condições com as empresas privadas e atender às demandas dos clientes.

Principais Resultados

- Investidos recursos em tecnologia da informação com vistas a modernizar o sistema de atendimento, dar mais segurança operacional e aumentar e facilitar o atendimento à clientela.
- Modernizadas e adaptadas 50% das dependências no Banco do Nordeste do Brasil e Banco da Amazônia segundo os padrões considerados adequados.
- Instalação de 156 novas agências da Caixa Econômica Federal.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Não há.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Alterar o objetivo do programa para: "Melhorar e aumentar a capacidade de atendimento aos clientes, inclusive os oriundos das camadas de menor renda, com crédito e serviços bancários".
- Alterar o público alvo para: "Clientela, os clientes em potencial, o setor produtivo, e ainda os beneficiários dos serviços de responsabilidade da união".

Banco para Todos

Objetivo

CPermitir que a população desassistida dos serviços do sistema bancário seja incluída como usuária de produtos e serviços financeiros.

Público-Alvo

Pessoas físicas de baixa renda e microempreendedores da economia informal.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
–	Empenho Liquidado: - Pago estatais: - Total: -

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 970.296.000,00	R$ 178.675.990,39

Indicador(es)

1. Taxa de Acesso de Desassistidos a Serviços Bancários via Banco do Brasil e CAIXA.

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Há estimativas, a partir de cruzamento dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do número de desassistidos ser de 25 milhões, 32 milhões ou até 54,6 milhões de brasileiros. Não há um dado unificado, o que dificulta o monitoramento dos resultados. Com a ampliação do Programa em 2006, com a entrada de dois novos bancos públicos federais (Banco do Nordeste e Banco da Amazônia), o indicador precisará ser alterado. Entretanto, para isso ocorrer, a gerência do Programa busca, junto com os coordenadores de ação, instituir um índice confiável, que possa ser utilizado para o bom monitoramento dos resultados. A partir desta definição, haverá a necessidade de se nivelar os dados de execução junto aos coordenadores de ação, o que possivelmente impedirá de se iniciar esse monitoramento ainda em 2006.

Contextualização

Aproximadamente 70% da população brasileira está excluída do sistema financeiro. O país apresenta condições favoráveis ao desenvolvimento de microcréditos. O desinteresse de segmentos do Setor Bancário em atender às classes mais pobres

e a falta de instituições com experiência em micro financiamento aumentam o problema.

O baixo custo operacional do atendimento bancário por meio eletrônico pode ser um meio de baratear o custo e permitir a inclusão dos menos assistidos ao sistema financeiro. Entretanto, sabe-se que grande parte da população brasileira, apesar das exigências da globalização, ainda não desenvolveu as habilidades necessárias (a lfabetização digital).

Principais Resultados

- Inclusão bancária de 2,1 milhões de pessoas.
- Liberação de R$ 165 milhões em crédito para financiamento ao consumo e à produção.
- Acesso à bancarização e microcrédito divulgados aos gestores públicos municipais e entidades do Terceiro Setor de todo o país, por meio de parceria entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).
- Presença em todos os Municípios brasileiros, com uma rede de atendimento superior a 15 mil unidades.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

As restrições foram individuais, de acordo com problemas enfrentados por cada banco participante. A CAIXA, em 2005, atuou no processo de bancarização, mas o microcrédito ficou relegado a segundo plano por dificuldades de precificar o produto em bases lucrativas, tendo em vista a existência de índice de inadimplência alto. O Banco do Brasil / Banco Popular do Brasil também sofreu com altos índices de inadimplência, além de redução de recursos para custeio de publicidade, o que dificultou a realização do planejamento. E o BNDES teve que reformular seu programa de microcrédito para atender às especificações da Lei nº 11.110/2005, somente iniciando a comercialização a partir do final do ano.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas e Áreas Afins

Objetivo

Desenvolver recursos humanos do setor público em finanças públicas e áreas afins, mediante formação de carreiras e educação continuada.

Público-Alvo

Servidores públicos do sistema fazendário e afins das três esferas de governo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 23.726.557,00	Empenho Liquidado:	R$ 22.556.073,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 22.556.073,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 714.000,00	-

Indicador(es)

1. Grau de Satisfação dos Alunos

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 92,8
Índice previsto ao final do PPA: 90

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: A manutenção do padrão de qualidade dos serviços prestados pela Escola refletiu-se no indicador alcançado em 2005.

1. Grau de Satisfação dos Contratantes

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 98,2
Índice previsto ao final do PPA: 87

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: A manutenção do padrão de qualidade dos serviços prestados pela Escola refletiu-se no indicador alcançado em 200

Contextualização

SSuprir o Governo de mão-de-obra selecionada e elevar o nível de qualificação profissional para o aprimoramento dos sistemas tributário e controle, da formulação e avaliação de políticas públicas, da alocação dos recursos, da gestão das finanças públicas, da redução do déficit público nas três esferas de governo.

Principais Resultados

- Treinamento de 44.758 servidores públicos nacionais e internacionais, superando a meta esperada.
- Seleção de 2.072 candidatos em concurso público e formados 1.491 alunos, superando a meta esperada.
- Capacitação de 106 servidores no projeto "Formar", curso que objetiva elevar o nível de escolaridade dos funcionários do Ministério da Fazenda, visando ao desenvolvimento pessoal e ao melhor desempenho nas suas atividades.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

- Atraso na liberação de recursos: a não liberação de crédito suplementar solicitado impediu o aumento no nº de capacitações de servidores e a realização de concursos públicos.
- Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras: o corte de cargos comissionados afetou diversas áreas da Escola de Administração Fazendária (ESAF). Dificuldade de reposição de servidores, devido às características da Escola.
- Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras: carência de recursos orçamentários para treinamento de servidores.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações

Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários

Objetivo

Assegurar as condições para o aperfeiçoamento e desenvolvimento do mercado de valores mobiliários.

Público-Alvo

Sociedade, órgãos e entidades da Administração Pública.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 75.566.007,00	Empenho Liquidado: R$ 55.547.674,00 Pago estatais: - Total: R$ 55.547.674,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Número de Acessos à Home-Page da Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Unidade de medida: unidade
Último índice apurado: 21.993.281 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 7.000.000

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Tendo em vista a entrada em produção do Portal do Investidor até outubro/2006 e as novas sistemáticas implantadas em 2005, o índice foi revisado, e a nova projeção para 2007 é de 29.000.000,00.

2. Taxa de Participação das Companhias Abertas listadas em Bolsa e em Balcão organizado no Produto Interno Bruto (PIB)

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 50 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 32

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
Alta. Em função da imensa valorização do mercado no biênio 2004-2005, revisamos o número para 45%.

3. Taxa de Emissões Primárias da Economial

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 15,5 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 15,50

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. Através de uma análise conservadora, percebe-se um risco de queda do índice, que, em 2007, deverá ser 12% a 13%.

Contextualização

O mercado de valores mobiliários vem se tornando um instrumento do Governo Federal para aumentar a taxa de poupança doméstica da economia, pelo apelo que possui quanto a expectativas de taxas de retorno mais elevadas, embora com maior risco, e de participação no lucro das empresas.

Principais Resultados

- Emissão recorde no volume de debêntures, totalizando R$ 41.5 bilhões.
- O volume médio de emissões também foi o maior registrado nos últimos dez anos, atingindo R$ 834 milhões por emissão.
- Publicação do primeiro Plano Estratégico, que abrange o triênio 2005-2007.
- Crescimento no registro de ofertas de valores mobiliários.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras: dificuldades relacionadas à ampliação da Sede no Rio de Janeiro. Nos anos anteriores, por falta de dotação e, em 2005, por falta de ofertas no mercado. Atraso na alocação dos servidores nas novas dependências da Regional de São Paulo. Após incêndio em janeiro de 2005, houve a necessidade de suplementação da ação de manutenção, para a adaptação da nova dependência. Como a aprovação do crédito ocorreu somente no segundo semestre, não houve tempo hábil para as alterações previstas (conclusão da obra, aquisição de mobiliário, etc.), passando para 2006 a conclusão do planejamento inicial.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras: apesar da admissão de 94 novos Analistas e Inspetores, no início de 2005, continuamos com a carência de servidores de nível intermediário (suporte técnico-administrativo especializado). No segundo semestre de 2005, o Ministério do Planejamento aprovou as vagas solicitadas referentes à reposição e, assim, realizou-se concurso público para provimento de 54 vagas de Agente Executivo. A CVM criou as condições para atingir, logo no início de 2006, a melhor relação entre as vagas existentes e aquelas efetivamente ocupadas desde a vigência da Lei nº 8.112/90. No caso do concurso para Agentes Executivos, registre-se ainda que o intervalo de tempo entre a aprovação do certame e a nomeação dos habilitados foi de apenas cinco meses e sete dias, prazo significativamente menor do que o habitualmente praticado em projetos congêneres.

Atraso na liberação de recursos: os atrasos na liberação dos recursos, principalmente no início do ano, causaram sérios transtornos para a Gerência Financeira junto aos fornecedores.

Financeiro comprometido por restos a pagar: o decreto de programação financeira, nº 5379/05, não considerou todos os restos a pagar para determinação do limite financeiro. Dessa forma, foi necessário solicitar expansões de limite, além de cancelamento de algumas despesas.

Outros aspectos relevantes

O programa ainda necessita de aperfeiçoamento no que tange à suficiência das ações, que será buscado a partir da criação de uma Superintendência de Planejamento, em 2006, com atribuições, entre outras, de supervisionar as atividades de formulação de diretrizes, implementação, estruturação e avaliação do Plano Plurianual e do Planejamento estratégico da CVM.

Recomendações

- Alteração da finalidade e descrição da ação "4852 – Transações Imobiliárias da União de Interesse Público".
- Alteração da finalidade da ação "0A18 - Desenvolvimento do Projeto Orla".
- Alteração da finalidade da ação "6738 – Regularização Fundiária de Assentamentos Informais em Imóveis da União".
- Alteração da fórmula de cálculo do indicador "Variação da Arrecadação da Receita Patrimonial".

Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional

Objetivo

Assegurar a solidez do Sistema Financeiro Nacional.

Público-Alvo

Instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 899.308.100,00	Empenho Liquidado: R$ 765.380.249,00 Pago estatais: - Total: R$ 765.380.249,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Nível de enquadramento às exigências de capitalização por parte das instituições do sistema financeiro nacional

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 99,98 em dezembro de 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
Alta. Foi alcançado o índice de 99,98% (Dez/2005), sendo observado que algumas poucas instituições de pequeno porte, principalmente cooperativas de crédito, não têm se enquadrado. Isso, contudo, não representa qualquer risco à solidez do Sistema Financeiro Nacional.

Contextualização

Demanda do governo e da sociedade por um sistema financeiro sólido, eficiente, eficaz e efetivo. O programa é desenvolvido por meio da atuação das unidades administrativas do Banco Central do Brasil (Bacen) responsáveis pelo macroprocesso "Regulação e Supervisão do Sistema Financeiro Nacional" e pela área de informática (dada a importância do Sisbacen na execução das atividades que compõem o programa).

Principais Resultados

- O Banco Central realizou atividades de fiscalização direta e indireta, no

Brasil e nas agências e subsidiárias de bancos brasileiros localizados no exterior, com o objetivo de analisar estratégias, políticas de gerenciamento de riscos, situação econômico-financeira e cumprimento da regulação vigente. Foram verificados a estrutura e os procedimentos adotados pelas instituições no que se refere à prevenção no uso do Sistema Financeiro Nacional (SFN) para lavagem de dinheiro.

- Metodologia de classificação de instituições financeiras (rating) aplicada em 9 instituições, de acordo com o nível de risco apresentado, que permite análise mais sistematizada das instituições e, conseqüentemente, um melhor planejamento das atividades de supervisão.
- O Sistema de Informações de Crédito do Banco Central (SCR) teve sua implantação concluída, propiciando uma maior capacidade de monitoramento do risco de crédito do SFN. O sistema introduziu facilidades de compartilhamento de informações com o sistema financeiro, via internet, permitindo melhorar a análise na concessão de crédito pelas instituições e a conseqüente redução do risco de crédito. Em 2005, foram verificadas 150.458.929 consultas externas às informações abrangidas pelo SCR.
- Em cumprimento à Lei nº 10.701, de 2003, o Banco Central implantou o Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS), um sistema de informações que proporciona maior agilidade aos trabalhos de investigação conduzidos pelos órgãos públicos, Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPIs) e Poder Judiciário. Podem ser obtidos junto ao CCS os nomes das instituições com as quais se relacionam os clientes e os correntistas do sistema financeiro, bem como seus representantes legais e procuradores.
- Em atendimento às demandas oriundas do Poder Legislativo, por meio de sete Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) e Comissões Mistas Parlamentares de Inquérito (CPMI), foram encaminhados 1.485 ofícios com documentação às Comissões e quebrados 886 sigilos bancários.
- Em relação ao atendimento às solicitações do Poder Judiciário, foram processados cerca de 680 mil pedidos de informações sobre a existência de contas-correntes, aplicações financeiras, determinações de bloqueios e desbloqueios de contas envolvendo pessoas físicas e jurídicas e comunicação e extinção de falências, realizados pela internet, por intermédio do Sistema de Atendimento ao Poder Judiciário (BacenJud). Ademais, foram atendidos aproximadamente 140 mil pedidos pela forma tradicional, ou seja, correspondência em papel, sendo observado um aumento de 20,6% em comparação ao exercício de 2004.
- Relativamente aos processos administrativos punitivos, foram decididos cerca de 2.906, resultando na aplicação de penas de advertência, multas e inabilitações para atuar no SFN. Desse total, 2.735 referem-se a processos de multa por não pagamento de importação, 62 por sonegação de cobertura cambial em exportação, 70 por infrações a normativos de natureza cambial e 39 por irregularidades de natureza financeira.
- Publicação de normativos relativos aos seguintes assuntos: 1) operações de microcrédito - foi editada regulamentação contendo os parâmetros para que uma operação seja considerada como de microcrédito produtivo orientado; 2) segmento cooperativo - editada objetivando dar continuidade ao processo de consolidação do segmento de cooperativas de crédito no país, empreendido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil; 3) crédito imobiliário - foram implementadas importantes alterações no direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança, em

função das projeções feitas para a necessidade de novos financiamentos. Embasados nas informações mensais do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), estudos apontaram que seriam necessárias novas contratações da ordem de 8 bilhões de reais para o ano de 2005. Esse valor representava aumento de 166% em relação ao montante financiado no ano de 2004, cerca de 3 bilhões de reais; 4) inclusão bancária - simplificação dos procedimentos específicos para a abertura, manutenção e movimentação de contas de depósitos à vista no país, de titularidade de pessoas físicas brasileiras que se encontrem temporariamente no exterior, admitindo, de forma análoga, a abertura de contas de depósitos de poupança não vinculadas a contas de depósitos à vista de mesma titularidade.

- Quanto ao "Sistema de Informações do Banco Central (Sisbacen)" foram alcançados os seguintes resultados: 1) sistemas implementados mantidos operacionais e disponíveis, principalmente os que suportam o SFN; 2) inserção do Banco Central do Brasil no ambiente internacional; 3) apoio ao desenvolvimento das atribuições institucionais; 4) provimento de moeda e informações sobre o uso do dinheiro para a sociedade.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial: muitos microcomputadores com capacidade de processamento inadequada para a execução das tarefas demandadas e notebooks em número reduzido e também com capacidade de processamento inadequada.

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial e nas equipes executoras: há necessidade de desenvolvimento de diversas ferramentas de Tecnologia da Informação (TI), de forma a otimizar a execução das atividades. Rede local das regionais necessitando de atualização; capacidade de armazenamento e processamento dos Servidores inadequada para as demandas atuais.

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras: o quantitativo de servidores para a execução das atividades ligadas a ação de supervisão é insuficiente, frente às atribuições da área. Observa-se, em todas as unidades da área, que a existência de pessoal está bem abaixo da fixado.No caso da ação Sisbacen, há necessidade de pessoal para a execução de boa parte das atividades, pois hoje há grande número de serviços terceirizados nas equipes.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial e das equipes executoras: ainda não foram verificados grandes avanços no sentido de capacitar e desenvolver a equipe gerencial, visto que as ações de treinamento ainda são insuficientes vis-a-vis o porte da instituição e a importância das tarefas a serem executadas. Equipe gerencial formada por excelentes técnicos com pouca qualificação gerencial. Há necessidade de reciclagem para a equipe gerencial. Necessidade de mais servidores qualificados nas equipes executoras, tendo em vista que o quantitativo de servidores está abaixo da dotação.

Contingenciamento orçamentário: as atividades de capacitação e desenvolvimento das equipes foram impactadas pelo excessivo atraso na liberação de recursos orçamentários destinados ao treinamento e, principalmente, pelos contingenciamentos ocorridos no exercício. O contingenciamento orçamentário foi contornado pela

redução do número de de capacitações realizadas, assim como, pelo adiamento na realização de alguns eventos. No caso da ação Gestão e Administração do Programa, em que o volume de recursos foi insuficiente para a cobertura das despesas com pessoal, foi solicitado crédito adicional de R$ 108 milhões, tendo o mesmo sido liberado no final do ano (nov/dez-2005). Já no caso da ação Construção do Edifício em Curitiba (PR), foi solicitado crédito adicional de R$ 5.3 milhões, tendo sido liberado apenas no final do mês de dezembro/2005. Em conseqüência, os recursos foram inscritos em restos a pagar e a conclusão da obra foi postergada para 2006.

Atraso na liberação de recursos: com fluxo normal de recursos orçamentários iniciado somente em abril, várias atividades planejadas no Programa Anual de Supervisão - PAS (atividades finalísticas) e no Extra-PAS (atividades de suporte e gestão), relativamente ao primeiro trimestre do ano, tiveram que ser adiadas, prejudicando a realização de todo o programa.

Dificuldades em licitações e celebração de contratos: os processos licitatórios são naturalmente morosos. Isso aliado à liberação dos recursos apenas no final do exercício inviabilizam sua execução ainda dentro do exercício dos créditos orçamentários.

Outros Aspectos Relevantes

No caso da ação Regulamentação do SFN, a audiência pública é um mecanismo regularmente utilizado na coleta de subsídios para o desenvolvimento da ação, tanto de instituições financeiras, quanto das pessoas físicas em geral. Além disso, o Banco Central do Brasil, dentro da filosofia de uma maior transparência, abre espaço para que a sociedade também participe do desenvolvimento da ação, através de instrumentos como a divulgação de decisões e de pretensões de pessoas físicas e/ou jurídicas de atuar no SFN. Tal procedimento está institucionalizado pelas publicações das Declarações de Propósito, em que as pessoas que pretendem ingressar no SFN são obrigadas a submeter à apreciação da sociedade a sua intenção, bem como pela divulgação, no Diário Oficial e no Sisbacen, das homologações concedidas. Eventuais manifestações da sociedade a essas divulgações são devidamente apreciadas no exame dos processos de autorização.

Recomendações

Não há recomendações.

Desenvolvimento do Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização

Objetivo

Assegurar as condições para o aperfeiçoamento e desenvolvimento do mercado de valores mobiliários.

Público-Alvo

Agentes econômicos atuantes no mercado de valores mobiliários.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 75.566.007,00	Empenho Liquidado: R$ 19.877.603,00 Pago estatais: - Total: R$ 19.877.603,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Participação do Mercado de Capitalização no Produto Interno Bruto (PIB)

Unidade de medida: percentagem
Último índice apurado: 0,36
Índice previsto ao final do PPA: 0,42

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
Muito baixa. Capitalização é um mercado maduro, cuja evolução depende fortemente das políticas comerciais das empresas. Assim, em comparação com o PIB as vendas do produto mantém-se relativamente estáveis ao longo dos últimos anos. Na Capitalização, a expectativa é de manutenção da participação no PIB.

2. Taxa de Participação das Companhias Abertas listadas em Bolsa e em Balcão organizado no Produto Interno Bruto (PIB)

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 50
Índice previsto ao final do PPA: 32

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
Em função da imensa valorização do mercado no biênio 2004-2005, revisamos o número para 45%.

3. Taxa de Emissões Primárias da Economia

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 15,00
Índice previsto ao final do PPA: 15,50

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
Através de uma análise conservadora, percebe-se um risco de queda do índice, que, em 2007, deverá ser 12% a 13%.

Contextualização

O mercado de valores mobiliários vem se tornando um instrumento do Governo Federal para aumentar a taxa de poupança doméstica da economia, pelo apelo que possui quanto a expectativas de taxas de retorno mais elevadas, embora com maior risco, e de participação no lucro das empresas.

Principais Resultados

- Emissão recorde no volume de debêntures, totalizando R$ 41,5 bilhões.
- O volume médio de emissões também foi o maior registrado nos últimos dez anos, atingindo R$ 834 milhões por emissão.
- Publicação do primeiro Plano Estratégico, que abrange o triênio 2005-2007.
- Crescimento no registro de ofertas de valores mobiliários.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

- Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras: dificuldades relacionadas à ampliação da Sede no Rio de Janeiro. Nos anos anteriores, por falta de dotação e, em 2005, por falta de ofertas no mercado. Atraso na alocação dos servidores nas novas dependências da Regional de São Paulo. Após incêndio em janeiro de 2005, houve a necessidade de suplementação da ação de manutenção, para a adaptação da nova dependência. Como a aprovação do crédito ocorreu somente no segundo semestre, não houve tempo hábil para as alterações previstas (conclusão da obra, aquisição de mobiliário, etc.), passando para 2006 a conclusão do planejamento inicial.
- Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras: apesar da admissão de 94 novos Analistas e Inspetores, no início de 2005, continuamos com a carência de servidores de nível intermediário (suporte técnico-administrativo especializado). No segundo semestre de 2005, o Ministério do Planejamento aprovou as vagas solicitadas referentes à reposição e, assim, realizou-se concurso público para provimento de 54 vagas de Agente Executivo. A CVM criou as condições para atingir, logo no início de 2006, a melhor relação entre as vagas existentes e aquelas efetivamente ocupadas desde a vigência da Lei nº 8.112/90. No caso do concurso para Agentes Executivos, registre-se ainda que o intervalo de tempo entre a aprovação do certame e a nomeação dos habilitados foi de apenas cinco meses e sete dias, prazo significativamente menor do que o habitualmente praticado em projetos congêneres.

- Atraso na liberação de recursos: os atrasos na liberação dos recursos, principalmente no início do ano, causaram sérios transtornos para a Gerência Financeira junto aos fornecedores.
- Financeiro comprometido por restos a pagar: o decreto de programação financeira, nº 5379/05, não considerou todos os restos a pagar para determinação do limite financeiro. Dessa forma, foi necessário solicitar expansões de limite, além de cancelamento de algumas despesas.

Outros Aspectos Relevantes

Em 2005, foi implantada a Ouvidoria Institucional, com o objetivo de receber reclamações da sociedade em relação aos serviços prestados pela CVM, com eventuais ajustes, primando pela excelência no atendimento. Analogamente à audiência pública de suas normas, a CVM também, em algumas ocasiões, inicia consultas públicas a respeito de assuntos de interesse do mercado de capitais, e sujeitos à sua competência, com a finalidade de colher subsídios dos agentes de mercado sobre suas atividades e regulamentação.

Recomendações

- O programa ainda necessita de aperfeiçoamento no que tange à suficiência das ações, que será buscado a partir da criação de uma Superintendência de Planejamento, em 2006, com atribuições, entre outras, de supervisionar as atividades de formulação de diretrizes, implementação, estruturação e avaliação do Plano Plurianual e do Planejamento estratégico da CVM. .

Educação Fiscal

Objetivo

Promover o exercício da cidadania mediante a sensibilização da população para a função socioeconômica do tributo e o incentivo ao controle social da aplicação dos recursos públicos.

Público-Alvo

Alunos do ensino médio e fundamental.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 426.640,00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 398.598,00 - R$ 398.598,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Abrangência Municipal

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 37,13 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 40,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Palestras e reuniões de sensibilizações sobre a importância do PNEF estão sendo feitas em várias prefeituras, e temos conseguido o interesse das prefeituras em implantar o programa em diversas escolas.

2. Taxa de Atendimento a Alunos do Ensino Fundamental em Educação Fiscal

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 9,11 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 10,50

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O curso a distância realizado pela Escola de Administração Fazendária (ESAF) para capacitação de professores e as outras capacitações realizadas pelos Estados tem possibilitado ampliar o numero de alunos que estão sendo instruídos na questão tributária.

3. Taxa de Atendimento a Alunos do Ensino Médio com Educação Fiscal

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 13,32 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 9,79

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice já foi superado.

Contextualização

Necessidade de criar no cidadão brasileiro, desde cedo, uma consciência maior da importância da relação entre qualidade e quantidade dos serviços públicos que são oferecidos pelos três níveis de governo, como contrapartida dos tributos (impostos, taxas e contribuições) pagos pela sociedade.

Principais Resultados

- Ampliação da rede de disseminadores. Foram capacitados 8.022 disseminadores do PNEF em 2005.
- Reprodução do kit pedagógico. Foram reproduzidos 38.500 kits contendo 4 cadernos pedagógicos com os assuntos trabalhados pela Educação Fiscal.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras: enquanto gerência nacional, faltam recursos para apoiar as atividades desenvolvidas nos estados para implementação do programa.

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras: dificuldade de obtenção de recursos financeiros e limitação de contratação de pessoal devido aspectos legais.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras: ocorreu devido à redução de recursos financeiros para capacitação de servidor.

Outros Aspectos Relevantes

A capacitação à distância e a entrega do kit pedagógico do programa aos professores do ensino fundamental e médio deverão impulsionar a implantação do programa nas escolas. Na capacitação de professores são criadas oficinas pedagógicas. Os professores idealizam o trabalho que farão com os alunos, criam peças teatrais, desenvolvem pesquisas e trabalhos mostrando a relação dos impostos e os serviços prestados pelo estado. São realizadas também palestras em universidades em outros eventos de instituições com parcerias com o PNEF para disseminação do programa e semanas educativas em shoppings para conscientização dos tributos existentes e sua função social.

Recomendações

Fortalecimento da Administração Fiscal dos Estados (PNAFE)

Objetivo

Melhorar a gestão dos recursos públicos dos Estados, contribuindo para o ajuste fiscal e possibilitando a racionalização e transparência na sua atuação.

Público-Alvo

Estados.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 109.319.031,00	Empenho Liquidado:	R$ 104.036.979,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 104.036.979,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

Não há indicadores.

Contextualização

O Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (PNAFE) foi implantado em 1997, como medida complementar ao processo de renegociação de dívidas dos Estados e Municípios, tendo em consideração que o refinanciamento não traria os resultados esperados sem que fossem implementadas ações no domínio das finanças públicas municipais e estaduais para a eliminação das fontes de desequilíbrio fiscal e financeiro. Sem esforço de melhoria da gestão dos recursos públicos estaduais e municipais, a situação de inadimplência e desajuste tenderia a se repetir. O prazo de encerramento do programa estava previsto para 31 de dezembro de 2003. O ritmo de execução do programa, entretanto, foi afetado pelas eleições de 2002 e pela mudança de governo, o que redundou na necessidade de prorrogação do prazo de execução do programa. Por outro lado, estão sendo estudadas ampliações nos projetos, viabilizadas pela maior disponibilidade de reais decorrente do crescimento da taxa de conversão do dólar.

Principais Resultados

- Implementação de novas soluções de Tecnologia da Informação, como por exemplo o recolhimento de impostos com processamento eletrônico automático e o Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços (SINTEGRA), sistema com múltiplas funções de consulta e apoio aos contribuintes.

- Programas de educação fiscal ministrados a mais de 4 milhões de pessoas.
- Melhoria dos processos e procedimentos de trabalho.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras: houve diversas substituições de membros das equipes executoras nos Estados, o que exigiu esforços adicionais da Unidade de Coordenação de Programas (UCP) e das demais equipes de coordenação no sentido de nivelar e/ou atualizar os conhecimentos do programa. Além disto, a equipe da UCP, que em janeiro era de 23 servidores, foi reduzida para 16 em dezembro.

Contingenciamento orçamentário e atraso na liberação de recursos: contribuiu para a não finalização total do programa no final do ano, como originalmente programado.

Atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios: há um descompasso entre os prazos estipulados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e os prazos legais e constitucionais de que dispõem os Estados.

Outros Aspectos Relevantes

Como mecanismo de promoção à participação social, destaca-se o Programa de Educação Fiscal - PNEF coordenado pela Escola de Administração Fazendária (Esaf), em conjunto com os Grupos de Educação Fiscal dos Estados, atingindo mais de 20.000 programas em diferentes escolas, 130.000 professores e 4,5 milhões de alunos.

Recomendações

Inexistem recomendações pelo fato de o programa encontrar-se em fase de encerramento. A Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda (MF) desenvolveu ações junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e à Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores (MRE), no sentido de estender o período de vigência do programa para 2006. Em consonância com os entendimentos mantidos com o BID, o período de desembolso do Contrato de Empréstimo se estenderá até 31 de Dezembro de 2006, data prevista para encerramento do programa.

Fortalecimento da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios (PNAFM)

Objetivo

Aumentar a eficiência administrativa e fiscal dos municípios, assegurando o melhor aproveitamento do potencial arrecadatório, a ampliação da transparência e do controle social na gestão dos recursos públicos e a melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão.

Público-Alvo

Municípios.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	Empenho Liquidado:	R$ 101.114.577,00
	Pago estatais:	-
R$ 160.233.002,00	Total:	R$ 101.114.577,00

Previsto não orçamentário	**Realizado não orçamentário**
R$ 284.200.000,00	-

Indicador(es)

1. Taxa de Municípios com Superávit Corrente

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 88,6 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 70

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Dos 35 municípios que possuem projeto ampliado, 2 não atingiram superávit corrente no ano de 2004 e 2 não enviaram informações, equivalendo a um indicador de 88,6%. Para o ano de 2005, as informações ainda não foram disponibilizadas pelos municípios até o presente momento. Considera-se o nível de 88,6% do indicador de superávit muito mais uma conseqüência dos efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal do que decorrência de ações de modernização. Quanto ao crescimento real de arrecadação, do universo de 35 municípios com projetos PNAFM ampliados, apurou-se no ano de 2004 comparado com 2003 a ocorrência de crescimento real dos impostos próprios (IPTU e ISS) em 13 municípios, equivalente a um percentual de 37,1% do total previsto. Entende-se que este índice reflete com mais propriedade os efeitos das ações de modernização administrativa do que o de superávit corrente acima mencionado.

Contextualização

O fortalecimento da posição do Município na Federação brasileira tem-se

intensificado a partir de 1988. O raio de autonomia tem se ampliado, configurando, para muitos, um reforço de juridicidade. O processo de descentralização não se tem restringido à esfera fiscal com a ampliação das transferências de recursos, das faculdades tributárias próprias e da autonomia administrativa. O Governo Federal também tem privilegiado os Municípios, estabelecendo-os como centros de referência de diversos de seus programas, como, por exemplo, a municipalização da saúde e dos programas assistenciais. Há a convicção de que os serviços públicos são mais eficientes e responsivos no nível local. A proximidade favorece o cidadão, de um lado, pela solução mais imediata dos problemas e, de outro, pela possibilidade do exercício efetivo do controle social. A consolidação do processo de descentralização, entretanto, depende do aumento da capacidade organizativa e fiscal dos Municípios para que assumam os gastos sociais básicos, fundamentais à promoção do desenvolvimento humano e à melhoria das condições de vida da população, uma vez que essas despesas não poderão ser financiadas pelo aumento da participação local na receita dos impostos federais e estaduais e por níveis crescentes de endividamento. Há que se observar o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, que impõe ao gestor público disciplina fiscal, limitando gastos e inibindo a geração de déficits imoderados. Estudos apontam um aumento da arrecadação própria dos Municípios de 196% entre 1988 e 2000, mas ainda há um potencial tributário não explorado, considerando-se que Municípios com perfil idêntico em termos de região, renda e população apresentam grande dispersão nos indicadores de receita própria. As causas são as mais diversas e vão muito além do descaso dos prefeitos com a geração de recursos através de medidas pouco populares. A evolução desse quadro requer, em muitos casos, investimentos na modernização da gestão fiscal e administrativa dos Municípios, criando as condições para que esses alcancem maior autonomia no financiamento do gasto público e desempenhem melhor suas funções sociais, cumprindo as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal. Associadas ao equilíbrio fiscal, são fundamentais a orientação dos serviços públicos para o cliente/usuário/cidadão e a criação de mecanismos de controle social, como forma de desenvolver excelência na prestação de serviços públicos. A referida lei define, no art. 64, que a União prestará assistência e cooperação financeira aos Municípios para a modernização das respectivas administrações tributária, financeira, patrimonial e previdenciária, com vistas ao cumprimento das suas normas.

Principais Resultados

- Adesão de 58 Municípios para implementação de projetos de modernização administrativa e fiscal, sendo 35 ampliados e 23 simplificados.
- Aumento da arrecadação de tributos municipais próprios, Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e Imposto sobre Serviços (ISS).
- Melhoria dos padrões de gestão com a implantação de sistemas integrados e a capacitação de servidores municipais.
- Projetos simplificados, atingido 3,7% do objetivo , com um total de 23 contratos firmados, contra 703 previstos.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras: houve diversas substituições de membros das equipes executoras nos Municípios, o que exigiu esforços adicionais da Unidade de Coordenação de Programas (UCP), da

Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda e das equipes de coordenação no sentido de propiciar a capacitação adequada. Além disso, a equipe da UCP, que em janeiro era de 23 servidores, foi reduzida para 16 em dezembro.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras: tem sido alta a deficiência de conhecimento específico na área de administração pública por parte das equipes gestoras dos Municípios. A UCP, por sua vez, tem intensificado os esforços no sentido de propiciar a capacitação específica na execução de projetos às Unidades de Execução Municipais (UEM), evitando-se a paralisação da execução dos projetos ampliados.

Contingenciamento orçamentário e atraso na liberação de recursos: tal fato contribuiu para elevar ainda mais os atrasos existentes na execução física e financeira dos projetos municipais.

Atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios: há um descompasso entre os prazos estipulados pelo BID e os prazos dispostos nas legislações municipais.

Outros Aspectos Relevantes

O desempenho físico e o acompanhamento da execução financeira das ações do programa são realizados pela Unidade de Coordenação de Programas - UCP, por meio de sistema contábil próprio (SIAPM), processos específicos e da submissão de diversos relatórios e informações, destacando-se entre estes os Relatórios Financeiros, Relatórios de Progresso, Indicadores de Execução e de Impacto. O programa inclui também a realização de missões periódicas de acompanhamento para constatação "in loco" das ações implementadas através de consultores contratados. Além disso, a Secretaria Federal de Controle Interno realiza anualmente auditoria e verificação nas contas dos municípios pertinentes ao programa, identificando problemas e apontando irregularidades na execução dos projetos.

Recomendações

Não há recomendações.

Gerenciamento de Risco e Prevenção de Perdas e Acidentes

Objetivo

Avaliar riscos potenciais e condições de segurança de instalações comerciais e industriais brasileiras.

Público-Alvo

Mercado segurador nacional e mercado ressegurador internacional.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
-	Empenho Liquidado: - Pago estatais: - Total: -

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 605.190,00	R$ 1.407.245,26

Indicador(es)

1. Taxa de Inspeção para Importâncias Seguradas Inferiores a R$ 150 milhões

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 6,32 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 4,44

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O atual quadro funcional de inspetores, além de muito reduzido, prevê baixas por aposentadorias ao longo do período a decorrer do PPA 2004/2007. A eventual reposição de recursos humanos demanda, entretanto, treinamento intensivo em prazo não inferior a dois anos.

2. Taxa de Inspeção para Importâncias Seguradas Superiores a R$ 150 milhões

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 6,2
Índice previsto ao final do PPA: 19,65

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O atual quadro funcional de inspetores, além de muito reduzido, prevê baixas por aposentadorias ao longo do período a decorrer do PPA 2004/2007. A eventual reposição de recursos humanos demanda, entretanto, treinamento intensivo em prazo não inferior a dois anos.

Contextualização

Garantir a estabilidade da produtividade econômica brasileira pela proposição de medidas de prevenção, proteção e combate de riscos futuros do parque comercial/industrial brasileiro, reduzindo consideravelmente, a subjetividade dos critérios de taxação securitária, face ao melhor conhecimento dos padrões de segurança e da variedade de riscos e suas potencialidades, determinando o grau de vulnerabilidade a que os segurados estão sujeitos e que possam produzir perdas vultosas, por vezes imediatas, que se relacionam diretamente à sustentação do crescimento da renda, do trabalho e do emprego.

Principais Resultados

- Melhoria na qualidade dos riscos inspecionados para aceitação, taxação e concessão de benefícios tarifários e condições especiais.
- Realização de "força-tarefa" para aprimoramento da gestão de regulação de sinistros. O esforço contribuiu para uma redução do prazo de regulação.
- Definição de rotina de controle informatizado, de alteração de clausulado, de integração de procedimentos com a regional de São Paulo e de condução das regulações (cooperação).
- Diagnóstico de dificuldades com recomendações de solução.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

- Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras: o quadro atual de inspetores é insuficiente para o atendimento à meta prevista. Espera-se que, com o novo concurso público, em 2006, sejam destinados novos empregados para as áreas de inspeção de riscos e regulação de sinistros.
- Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras: com a iminente aposentadoria do atual quadro funcional, a vinda de novos empregados requer treinamento intensivo de prazo não inferior a dois anos.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União

Objetivo

Contribuir para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da União, mediante administração da execução financeira dos orçamentos fiscal e da seguridade social, do endividamento público nacional e da recuperação de haveres do Estados.

Público-Alvo

Governo Federal.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 333.174.772,00	Empenho Liquidado:	R$ 172.860.179,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 172.860.179,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

Este programa não possui indicador, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

Contextualização

No que tange ao sistema de administração financeira, gestão das obrigações e haveres da União e análise fiscal e financeira do setor público, a demanda é por uma administração eficiente da dívida pública interna e externa e dos haveres da União, assim como a programação e administração do fluxo de caixa do Governo, de forma a manter o equilíbrio fiscal, em concomitância com a tempestiva liberação de recursos, para custear a execução das atividades do Governo Federal. Quanto ao sistema de contabilidade federal, a expectativa é de correição e agilidade no registro, no controle e na elaboração das demonstrações contábeis, relativas à administração orçamentária, financeira e patrimonial da União. O sucesso deste programa dependerá da atual capacidade de cada organização, em se alinhar ao momento de mudanças do Governo Federal, modernizando seus processos de gestão interna, para responder a seus clientes.

Principais Resultados

- Arrecadação de cerca de R$ 37 bilhões em receitas correspondentes aos haveres financeiros e mobiliários da União geridos pelo Tesouro Nacional, correspondendo a aproximadamente 93 % da meta física de R$ 40 bilhões prevista no orçamento, o que contribuiu para o alcance da meta de

superávit primário nas contas públicas estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- Realização de 320 leilões de títulos da dívida pública.
- Superação da meta de superávit primário estabelecida na LDO. A meta constante da lei era de 4,25 % do PIB de superávit primário para o setor público consolidado, enquanto o resultado efetivamente obtido foi de cerca de 4,84% do PIB (cerca de R$ 93,5 bilhões).

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras: há carência, de maneira geral, na execução das ações do programa, de sistemas informatizados de tecnologia da informação para a geração e obtenção de informações mais seguras e tempestivas.

Contingenciamento orçamentário: ocorreram contingenciamentos de recursos que provocaram atrasos no pagamento dos serviços contratados, afetando a execução financeira da dotação orçamentária da ação 2081 - Sistemas Informatizados da Secretaria do Tesouro Nacional. Outrossim, a dotação da ação 2086 - Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI não só foi objeto de contingenciamento do orçamento, o que causou o reconhecimento de dívida, como também a sua dotação orçamentária foi insuficiente para atendimento de suas demandas.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Alterar o objetivo do programa para "Contribuir para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da União, mediante administração da execução financeira dos orçamentos fiscal e da seguridade social, do endividamento público nacional e da administração dos haveres financeiros e mobiliários da União geridos pelo Tesouro, de modo a propiciar o alcance da meta de superávit primário estabelecida no Anexo das Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias".
- Migração da ação "2B93 – Sistema Integrado de Informações (SINTEGRA) para o programa "0770 – Administração Tributária e Aduaneira".
- Exclusão da ação "7688 – Assistência Técnica em Responsabilidade Fiscal".

Gestão da Política de Regulação de Mercados

Objetivo

Estabelecer novos marcos regulatórios e instrumentos de políticas públicas setoriais, voltados ao crédito, ao abastecimento, à comercialização, à formação de estoques, à produção e ao consumo.

Público-Alvo

Agentes econômicos e cidadãos.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 5.891.172,00	Empenho Liquidado:	R$ 3.488.261,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 3.488.261,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

Este programa não possui indicador, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

Contextualização

Deficiência dos instrumentos de gestão e regulação voltados para diversos segmentos econômicos, marcos regulatórios e legais inadequados ao ambiente de mercado concorrencial e falhas de mercado relativas ao abastecimento, produção e comercialização dos produtos. Necessidade de consolidação da cultura da concorrência no Brasil.

Principais Resultados

- A meta foi alcançada, inclusive com resultado 420% superior ao previsto inicialmente. Foram realizadas 21 Análises dos Reajustes de Preços e Tarifas de Serviços Públicos e 187 Homologações e Acompanhamentos de Promoções e Sorteios com fins Comerciais.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE) não dispõe de quadro próprio de carreira. Muitos servidores pertencem à carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, empresas públicas, sociedades de economia mista, ou à carreira de Analistas de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional

(STN) e outros tantos são titulares somente de cargo em comissão, não possuindo vínculo com a Administração. Essa situação ocasiona uma elevada rotatividade de técnicos e se configura como um gargalo à execução das ações sob responsabilidade da SEAE. Não obstante, em 2005, a SEAE pôde contar com um reforço em seus quadros técnicos e se encontra atualmente em discussão no Congresso Nacional (PL nº 5877/2005) uma forma de prover regularmente mão-de-obra técnica aos órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC).

Outros Aspectos Relevantes

Os impactos socioeconômicos das operações da SEAE fazem parte dos indicadores da Diretriz Estratégica traçada pelo Presidente da República relativa à Consolidação da Estabilidade Econômica com Crescimento Sustentável, seguindo o Megaobjetivo de Governo de Criação de um Ambiente Macroeconômico Favorável ao Crescimento Sustentável, traduzido pelas baixas taxas de inflação no país, permitindo a manutenção do poder de compra da moeda, beneficiando consumidores e agentes econômicos.

Uma política de defesa da concorrência efetiva aliada à existência de marcos regulatórios estáveis e consistentes contribui significativamente para o equilíbrio macroeconômico com a recuperação e sustentação do crescimento da renda, do trabalho e do emprego e para a criação de um ambiente econômico que favoreça os investimentos privados.

Recomendações

- Exclusão da ação "9849 – Acompanhamento Sistemático de Mercados".

Gestão da Política Econômica

Objetivo

Formular, propor e monitorar medidas de política econômica nas áreas: fiscal, monetária, industrial, agrícola, tarifária, do setor externo, do mercado de trabalho, do mercado de capitais.

Público-Alvo

Governo e sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 5.385.063,00	Empenho Liquidado:	R$ 4.932.645,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 4.932.645,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

Este programa não possui indicador, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

Contextualização

Os desequilíbrios da economia brasileira nos últimos anos conduzem à necessidade de uma reorientação da política econômica com o objetivo de promover a retomada do desenvolvimento sustentado. Questões relativas à distribuição de renda, ao desemprego, à taxa de inflação, ao desequilíbrio fiscal e à vulnerabilidade externa, já apontados nas Orientações Estratégicas de Governo do Plano Plurianual 2004-2007 (PPA), demandam, para seu equacionamento, uma abordagem econômica que respeite as reais disponibilidades orçamentárias e a maximização dos recursos alocados. Para tal, é necessário um enfoque econômico com uma articulação harmônica de políticas, de médio e longo prazos, adequadas aos objetivos estabelecidos no PPA. A implementação e a coordenação de medidas adequadas são fundamentais para a superação desses desafios e imprescindíveis para uma correta alocação dos recursos - os quais são escassos - e, em última instância, para se atingir a efetividade das políticas públicas. A experiência acumulada pela SPE, sua competência legal e a sinergia com os demais órgãos de governo a habilitam para implementar este programa. As ações da SPE voltadas para o suprimento de instrumentos econômicos adequados à verificação da efetividade das políticas públicas e à eventual correção de desvios identificados favorecerão resultados positivos, tanto no médio como no longo prazo.

Principais Resultados

- Autorização para a utilização de cotas de fundos de investimento vinculados a plano de previdência e seguros de vida com cobertura por sobrevivência, como garantias adicionais em operações de crédito imobiliário. (Lei n° 11.196/2005).
- Instituição do Fundo de Locação Imobiliária como nova modalidade de garantia de contratos de locação (Lei n° 11.196/2005).
- Instituição da nova sistemática de tributação sobre planos de previdência complementar, baseada em alíquotas decrescentes de acordo com o prazo de manutenção da aplicação, e redução a zero da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) incidente quando da transferência de reservas técnicas, fundos e provisões entre entidades de previdência complementar ou sociedades seguradoras (Lei nº 11.196/2005).
- Elaboração de Projeto de Lei Complementar estabelecendo o marco geral do mercado de resseguros, que dispõe sobre a abertura do mercado de resseguros e institui duas modalidades de ressegurador estrangeiro, o admitido e o eventual, ficando o Brasil Resseguros S.A. (IRB) qualificado como ressegurador local (PLP nº 249/2005, em apreciação na Câmara de Deputados).
- Instituição da nova Lei de Falências, que cria condições efetivas de recuperação de empresas viáveis e protege ativos tangíveis e intangíveis em caso de falência, propiciando um ambiente mais seguro para a realização de negócios, com possibilidade de redução do custo de capital (Lei nº 11.101/2005).
- Instituição do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO), direcionado ao atendimento das necessidades do microempreendedor na sua atividade econômica (Lei nº 11.110/2005).
- Ajuste da regulamentação sobre a tributação de operações de hedge para instituições não financeiras, mediante desoneração da incidência de Programa de Integração Social (PIS)/Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre o resultado obtido, propiciando condições para o setor produtivo desenvolver seus negócios, com operações de proteção necessárias à administração dos respectivos riscos (Decreto nº 5.442/2005).
- Produção dos seguintes documentos: 1) relatório com a consolidação dos subsídios explícitos no Orçamento da União e elaboração do cálculo dos subsídios implícitos, resultantes de operações efetuadas a taxas inferiores ao custo de captação do governo federal; 2) quantificação do impacto do reajuste do salário mínimo sobre o resultado da previdência e elaboração de projeções fiscais do resultado primário do governo central, com estimativas ajustadas do resultado da previdência; 3) projeções atualizadas da carga tributária do país, segundo metodologia própria da Secretaria de Política Econômica (SPE); 4) notas técnicas sobre a evolução da economia e aspectos relevantes para a política econômica.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Suficiência de metas físicas e definição dos indicadores: segundo a metodologia adotada no Plano Plurianual 2004-2007, o programa da SPE enquadra-se na

categoria "gestão de políticas públicas" e, portanto, seus resultados não se associam, necessariamente, a um indicador físico. As atividades da SPE classificam-se como atividade meio (assessoria e formulação de políticas) e, portanto, os resultados finalísticos da implementação do programa não são mensuráveis, a priori. Não obstante, as sugestões da auditoria da Controladoria Geral da União (CGU), no exercício 2004 foram avaliadas e a SPE adotou como indicador, em caráter experimental, e para efeito do acompanhamento periódico do programa no SIGPLAN, o registro do número de Notas Técnicas, Pareceres, Resenhas e demais estudos elaborados. Ressalve-se o fato de que esses trabalhos não registram, em sua real dimensão, todo o trabalho da Secretaria, e sua utilização como indicador físico não observa, stricto sensu, a orientação metodológica do PPA, preconizada pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras: o reduzido quantitativo de profissionais com perfil técnico para atuação na esfera finalística da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda exige um esforço concentrado da equipe para o cumprimento de sua missão institucional, ressaltando, nesse contexto, a inexistência de uma carreira própria e específica para compor o quadro técnico da SPE. Válido mencionar que as dificuldades associadas à gestão do quadro técnico da Secretaria se mantêm desde gestões anteriores.

Contingenciamento orçamentário: as limitações à execução do orçamento, previstas nos Decretos de Programação Financeira, que visam adequar as prioridades e metas do governo às restrições impostas pela conjuntura econômica, diminuem o grau de efetividade das ações em virtude da necessidade de priorização de atividades/projetos em detrimento de outras com execução já planejada.

Outros Aspectos Relevantes

A SPE participa ativamente do sistema de Ouvidoria do MF, respondendo questões formuladas pela sociedade civil sobre assuntos relacionados à política econômica. Grande parte das medidas de política econômica propostas são objetos de discussão com os grupos interessados, e levam em consideração, ressalvado o interesse público, as proposições desses setores. A interação com os grupos de interessem permitem, na medida do possível, o aperfeiçoamento das medidas de política econômica de forma a maximizar a efetividade da ação da SPE e dessa forma propiciar um maior grau de bem estar da sociedade.

Recomendações

Não há recomendações.

Gestão das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito

Objetivo

Garantir o cumprimento das metas para a inflação definidas pelo Governo Federal.

Público-Alvo

Governo Federal.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 18.073.972,00	Empenho Liquidado:	R$ 8.068.160,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 8.068.160,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 5,69 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 4,5%

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A política monetária é calibrada de modo a manter a variação do índice de inflação dentro do intervalo estabelecido pelo governo. Exceto em casos de choques muito fortes, não previsíveis ou cujo combate traga efeitos muito perversos para a economia, a autoridade monetária adotará as medidas necessárias para o atendimento da meta.

Contextualização

Desenvolvimento das políticas monetária, cambial e de crédito, visando à estabilidade do poder de compra da moeda nacional e ao desenvolvimento econômico do país.

Principais Resultados

- Trajetória descendente da inflação, trazendo-a para a trajetória desenhada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) ao Banco Central. A taxa de inflação mensurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi reduzida de 7,6%, em 2004, para 5,69%, em 2005, situando-se, pelo segundo ano consecutivo, dentro das metas estabelecidas.
- Redução da vulnerabilidade externa por meio do aumento das reservas

internacionais, da redução da dívida pública externa, do pré-pagamento dos empréstimos junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Clube de Paris, entre outras medidas.

- Revisão das normas cambiais, contribuindo para maior liberdade cambial.
- Realização de campanhas publicitárias sobre o Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional, o Censo de Capitais Brasileiros no Exterior e o Sistema de Atendimento ao Poder Judiciário (Bacenjud).
- Aprimoramento dos mecanismos de capacitação dos servidores, por meio da implantação da Universidade Corporativa, que deverá ser completada em 2006.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras: no que se refere à ação de capacitação para a plena implantação da Universidade Banco Central do Brasil (UniBacen), é imprescindível que as instalações físicas tenham características adequadas para suportar os novos recursos metodológicos (note-se que as instalações atuais têm em torno de 30 anos de construção).

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras: a instituição busca ampliar e aperfeiçoar o contingente de recursos humanos por meio de capacitação, treinamento, bem como exposição em seminários e workshops.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras:em ocasiões específicas o apoio de consultores é buscado, de modo a ampliar e aprofundar a capacitação para enfretamento de questões.

Contingenciamento orçamentário e atraso na liberação de recursos:para contornar o problema, a equipe da ação de capacitação tem buscado formas alternativas, tais como facilitadores internos, parcerias, cursos gratuitos e recursos de origem não orçamentária.

Atraso na liberação de recursos: o primeiro trimestre de cada ano fica prejudicado, pois praticamente não há ações de capacitação sendo realizadas e oportunidades são perdidas. Eventuais contingenciamentos ao longo do exercício também têm impactos significativos no andamento das ações de capacitação.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Produção de Moeda e Documentos de Segurança

Objetivo

Garantir o atendimento pleno das necessidades dos órgãos governamentais por cédulas, moedas, selos fiscais, selos postais e outros documentos de segurança para o setor público.

Público-Alvo

Órgãos governamentais e empresas prestadoras de serviços públicos.

Autorizado (LOA + Créditos)	Empenho Liquidado: -
R$ 39.000.000,00	Pago estatais: R$ 26.030.650,00
	Total: R$ 26.030.650,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 39.000.000,00	-

Execução do Programa
Indicador(es)

1. Taxa Acumulada de Atendimento da Demanda Anual

Unidade de medida: Percentual (%)
Último índice apurado: 101,3 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice previsto ao final do PPA já foi superado.

Contextualização

Manter sob a gestão do Estado a garantia do abastecimento do Meio Circulante Nacional por Cédulas e Moedas e de instrumento que auxilie o combate à fraude e à sonegação fiscal. Atender outras demandas por documentos de segurança que exigem características específicas, não encontradas em produtos gráficos comuns e que por esta razão só são produzidas por processos mais sofisticados onde poucas empresas estão capacitadas. Este mercado é hoje atendido por empresas estrangeiras ou por empresa nacionais com capital estrangeiro, exceto a Casa da Moeda do Brasil.

Principais Resultados

- O programa atendeu ao seu objetivo, suprindo as necessidades governamentais por Cédulas e Moedas, Selos Postais e Selos Fiscais. Quanto

aos investimentos, foram realizados 66,75% do programado.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Dificuldades em licitações e celebração de contratos: a não realização de 100% do previsto em investimentos foi decorrente de atrasos nos processos de licitação de alguns equipamentos.

Outros Aspectos Relevantes

O programa utiliza como mecanismo de avaliação da satisfação de seus beneficiários a Pesquisa de Satisfação de Clientes, elaborada conforme as seguintes áreas: a) produto/serviço; b) logística; c) documentação; d) atendimento; e) percepção. Vale ressaltar que os beneficiários do programa são os clientes da Casa da Moeda do Brasil e não o usuário final de nossos produtos.

Recomendações

Não há recomendações.

Recuperação de Créditos e Defesa da Fazenda Nacional

Objetivo

Aumentar a recuperação de créditos não-pagos e reduzir as perdas judiciais da União em matéria fiscal.

Público-Alvo

União e contribuintes.

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 136.970.598,00	Empenho Liquidado:	R$ 119.507.154,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 119.507.154,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Execução do Programa
Indicador(es)

1. Arrecadação Acumulada da Defesa da Fazenda Nacional

Unidade de medida: R$ milhão
Último índice apurado: 6.188.025.164,00 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 7.172.256.831,40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. O índice apurado em 2005 já está muito próximo do índice final do PPA em 2007.

2. Arrecadação Acumulada da Dívida Ativa da União

Unidade de medida: R$ milhão
Último índice apurado: 2.622.420.316,00 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 2.129.600.000,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. O índice apurado em 2005 ultrapassou o índice final do PPA em 2007.

3. Perdas de Recursos da União Evitadas

Unidade de medida: R$
Último índice apurado: 26.847.002.543,100 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 198.206.584,35

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. O valor acima resulta do somatório das vitórias obtidas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) em juízo no valor de R$ 26.743.835.878,73, com a conferência e impugnação dos cáculos de liquidação, com acolhimento pelo Poder Judiciário, no valor de R$ 103.166.664,37.

Contextualização

Há muito tempo a sociedade se ressente de uma política fiscal justa, que ao mesmo tempo reduza as desigualdades regionais, propicie a redistribuição da renda, desonere a produção e o consumo de bens e serviços essenciais, combata a fraude e a sonegação fiscal, reduza a carga tributária especialmente sobre os salários e cidadãos de baixa renda e ainda permita recursos suficientes ao acesso e à prestação de serviços públicos qualificados. Não se pode ignorar a necessidade premente de aumentar a recuperação de créditos fiscais e de outras naturezas da União, líquidos e certos, para a satisfação de serviços públicos essenciais; de alavancar outros créditos da União, como depósitos judiciais a serem convertidos em renda; enfocar a recuperação de débitos para com o Estado preferencialmente à criação de novas formas de obtenção de receitas, o que pode ser obviado com a cobrança ágil e eficiente dos débitos para com a Fazenda Nacional; conferir à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) os meios adequados à cobrança de dívida ativa da União e à eficaz defesa da Fazenda Nacional em juízo, esta última podendo resultar na conversão de depósitos judiciais em renda da União.

Principais Resultados

- A arrecadação acumulada no exercício de 2005 foi 9,08% superior ao valor arrecadado em 2004.
- Administradas cerca de 6,6 milhões de inscrições em Dívida Ativa, uma média mensal de 82.186 novos débitos inscritos, patrocinando em torno de 3.550.332 execuções fiscais, além de 3.137.526 processos de defesa judicial.
- Concessão à defesa da Fazenda Nacional do efeito suspensivo a recurso especial da Fazenda Nacional, interposto contra acórdão que deferiu o direito à compensação de crédito-prêmio de IPI, que obstou compensações irregulares em todo o país.
- Implementação do Projeto Grandes Devedores (PROGRAN) que institui a padronização da atuação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional no combate aos grandes devedores.
- Manual da Certidão Conjunta – unificação das certidões de regularidade fiscal antes emitida pelo Ministério da Fazenda, Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
- Parcelamento simplificado – ampliação do limite de R$50 mil para R$100 mil para parcelamento, excetuada a hipótese de garantia pré-existente em ação judicial

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Dificuldade em planejar o dado previsto, uma vez que o produto da ação é gerado quando da existência de demandas em que a União sofrerá e que implicarão atuações da Fazenda Nacional.

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial: embora a Procuradoria-Geral tenha em sua disponibilidade o terreno para construção de sua sede onde integrará a Procuradora Regional e Estadual no Distrito Federal, não houve recursos orçamentários para início da construção.

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial: considerando que o número total de processos e expedientes sob responsabilidade da PGFN (Dívida Ativa, Defesa, FGTS e Consultoria/Assessoramento/Representação Extrajudicial no Órgão Central) foi, em 2005, de 10.062.768 e que o número de Procuradores da Fazenda Nacional em exercício, neste mesmo período, era de 1.034, verifica-se que a média de ocorrências por Procurador da Fazenda Nacional atingiu, no ano, a cifra de 9.732 processos/expedientes per capita. Portanto, o quadro de Procuradores da Fazenda Nacional é ainda insuficiente, mas espera-se que seja suprido com a realização do concurso público cujo edital já se encontra publicado, de forma que a situação crítica do Órgão seja contornada.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras: Quanto aos servidores em exercício no órgão, atualmente totalizam 1.219 em todas as unidades da PGFN, salientando-se o fato da inexistência de carreira de apoio específica do Órgão. Face ao volume de trabalho, resta evidente a insuficiência do número de servidores, eis que grande parte desses servidores são responsáveis pela logística necessária à Administração Tributária, não podendo, com efeito, auxiliar os Procuradores em suas atividades-fim, arrecadação da Dívida Ativa e processos de Defesa da Fazenda Nacional. Em que pese a existência da contratação de terceirizados, ainda assim o número total de força de apoio é insuficiente.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Resgate da ação "2243 - Pró-Labore de Êxito como Incentivo à Arrecadação da Dívida Ativa da União".
- Criação da ação "Construção de Edifício da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional".



Ministério da Integração Nacional

Desenvolvimento da Agricultura Irrigada
Desenvolvimento da Faixa de Fronteira
Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONVIVER
Drenagem Urbana Sustentável
Eficiência na Agricultura Irrigada
Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial
Integração de Bacias Hidrográficas
Organização Produtiva de Comunidades Pobres - PRODUZIR
Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres
Proágua Infra-estrutura
Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - PROMESO
Promoção e Inserção Econômica de Sub-regiões - PROMOVER
Resposta aos Desastres
Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação

Sumário Executivo

Em 2005, do total previsto para o Ministério da Integração Nacional (MI), foram utilizados R$ 6,8 bilhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir.

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 7.882.293.369,00	**Realizado orçamentário[1]:**	R$ 6.769.635.389,00
Recursos não orçamentários previstos:	R$ 74.575.843,00	**Realizado não orçamentário:**	-
Total previsto:	R$ 7.956.869.212,00	**Total realizado:**	R$ 6.769.635.389,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R$ 596,9 milhões inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R$ 460,7 milhões:

Principais Resultados

a) Infra-estrutura hídrica

- Perímetro de Irrigação Jaíba - 1ª Etapa (MG) - Conclusão dos serviços de fornecimento e montagem eletromecânica das glebas A3 e A4 o que disponibilizou uma área de 2.300ha para assentamento.
- Perímetro de Irrigação Luis Alves do Araguaia - 2ª Etapa (GO) - A 1ª etapa de 1.854ha encontra-se concluída. Com relação à 2ª etapa de 4.736ha, foi concluída a infra-estrutura de irrigação de uso comum para uma área de 1.000ha.
- Perímetro de Irrigação Rio Bálsamo (AL) – implantação de infra-estrutura de irrigação de uso comum para uma área de 700ha, compreendendo a conclusão da barragem principal e 85 % da barragem auxiliar, vertedouro e demais obras civis complementares.
- Projeto-Piloto de Irrigação Santa Rosa (PI) - Instalação da estação meteorológica e implantação de 21ha de fruticultura irrigada.
- Conclusão das seguintes obras do Proágua Semi-Árido: estação de tratamento de esgotos de Piritiba Mundo Novo/BA, Padrão Central – 1ª Etapa/BA, Barragem Arneiroz II/CE, Sistema Águas Vermelhas/MG - Blocos 1 e 3 e o Sistema Adutor do Piauitinga/SE.
- Córrego Cascavel - GO – concluída obras de canalização de 95m do córrego e construção de uma ponte de travessia.

b) Desenvolvimento regional e defesa civil

- O Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira atendeu a uma

[1]. A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

população estimada em 1.050.000 habitantes, com 75 projetos de infra-estrutura social e econômica e 15 projetos de Plano de Ação em 76 municípios de 10 estados, estimulando assim o desenvolvimento regional econômico e social, a permanência da população no local em que vive e sua integração ao conjunto da sociedade nacional.

- Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (PROMESO) apoiou 43 arranjos produtivos locais, 64 associações e cooperativas e capacitou 4.118 pessoas.
- Defesa Civil – 3.762 Municípios (67,66% do total nacional) com Coordenadorias Municipais de Defesa Civil e capacitação de 10.314 agentes de defesa civil no País.

Aspectos Relevantes

Cabe destacar a importância crescente da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) como indutora da ação do Governo Federal. Neste aspecto destaca-se a atuação da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, presidida pela Casa Civil da Presidência da República, e do seu Grupo de Trabalho Interministerial de Programas de Desenvolvimento Regional (GTI-PDR), coordenado pela Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional. Ao longo de 2005, o GTI-PDR definiu uma Agenda de Compromissos para atuação multissetorial em 5 Mesorregiões Prioritárias, em 9 sub-regiões do Semi-árido nordestino e em 5 Cidades Gêmeas prioritárias. Para implementação dessa Agenda, foram realizadas articulações interministeriais e federativas que permitiram identificar potencialidades e dificuldades intrínsecas ao processo de concertação da ação governamental.

A principal restrição na vertente de infra-estrutura hídrica está relacionada ao projeto de transposição do Rio São Francisco. Os atrasos ocorreram no processo de licenciamento ambiental, nas contratações das obras civis, no fornecimento e montagem de equipamentos e nos projetos executivos dos 14 lotes nos quais foram segmentados os dois sistemas adutores previstos, Eixo Norte e Eixo Leste. Tais atrasos são conseqüência de diversas liminares impetradas junto ao Supremo Tribunal Federal - STF questionando o processo de licenciamento ambiental do projeto de Integração do Rio São Francisco e suspendendo preventivamente todos os atos administrativos e processos licitatórios relativos ao projeto. As providências para reversão desses atrasos deverão estar concentradas nas medidas de ordem legal desenvolvidas pelo Ministério da Integração Nacional (MI) e Advocacia Geral da União (AGU) no sentido de derrubar as liminares vigentes e retomar o processo de licenciamento ambiental obstando a licença de instalação, bem como dos processos licitatórios para execução de obras, fornecimento e montagem de equipamentos e desenvolvimento dos projetos executivos.

Um problema geral que o MI enfrenta na execução de suas ações está relacionado à assinatura dos convênios. Muitas metas não foram alcançadas em razão dos problemas de ordem institucional, decorrentes de pendências não cumpridas ou atendidas com atraso pelos estados e municípios. Além disso, limitações de ordem orçamentária e financeira, próprias de ajustes macroeconômicos, prejudicaram o atingimento das metas estabelecidas.

Recomendações

- Aprimorar a interface entre o Ministério da Integração Nacional e o Ministério das Cidades, pois em várias obras, principalmente as do programa Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido (CONVIVER), há superposição de competências, no que diz respeito ao tratamento de água.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional.

Desenvolvimento da Agricultura Irrigada

Objetivo

Aumentar a área irrigada, como meio de promoção do desenvolvimento regional, visando a geração de empregos e a distribuição da renda.

Público-Alvo

Podutores e trabalhadores setor primário.

Execução do Programa
Indicador(es)

Autorizado (LOA + Créditos)	Empenho Liquidado: R$ 82.279.262,62
R$ 222.570.292,00	Pago estatais: -
	Total: R$ 82.279.262,62

Previsto não orçamentário	**Realizado não orçamentário**
R$ 47.935.843 ,00	R$ 8.869.950.931,00

1. Área Incorporada à Agricultura Irrigada Pública
   Unidade de medida: Hectare (ha)
   Último índice apurado: 9.300 em 2005
   Índice previsto ao final do PPA: 220.000

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Muito baixa. A grande maioria dos projetos deste programa encontra-se em fase de construção, captação, armazenamento e adução. A mensuração do índice somente se torna possível quando da implantação da infra-estrutura de irrigação de uso comum (área irrigável). A meta prevista para 2005 não pôde ser alcançada, tendo em vista fatores de ordem orçamentária e financeira, além daqueles de ordem institucional, administrativa e legal. Assim, o índice final está em fase de revisão.

Contextualização

A agricultura irrigada é, comprovadamente, uma das mais efetivas ferramentas de combate à pobreza e à má distribuição de renda, gerando empregos para mão-de-obra, tanto qualificada quanto desqualificada, a custos inferiores àqueles empregados em outros setores da economia. Ela também resulta em aumento da oferta de alimentos a preços menores àqueles produzidos nas áreas não irrigadas, bem como o aumento substancial da produtividade dos fatores terra e trabalho. Em que pesem os benefícios advindos do programa, a área irrigada per capita do Brasil continua sendo uma das mais baixas do mundo, colocando o país em desvantagem competitiva, em termos de produtividade dos recursos envolvidos na implantação de áreas irrigadas.

Adicionalmente, na região semi-árida, a produção agropecuária é de alto risco e baixo rendimento sem a irrigação. Nas outras regiões do país, sem a utilização da água como insumo agrícola, é possível a obtenção segura de apenas uma safra por ano, o que representa uma substancial subutilização de investimentos realizados em infra-estrutura física e de apoio à produção, assim como em maquinaria agrícola. O crescimento da agroindústria é igualmente reprimido, haja vista a disponibilidade, apenas sazonal, de matéria-prima.

Principais Resultados

- Projeto de Irrigação Rio Formoso, TO: conclusão das obras da estação de bombeamento, que permitirá a disponibilização de uma área de 5.000ha referentes às 1ª e 3ª etapas, propiciando benefícios a aproximadamente 14 mil habitantes. Os 5.000ha do Projeto Formoso foram considerados disponibilizados, uma vez que os recursos para sua conclusão foram liberados em 2005, apesar de a entrega da infra-estrutura só acontecer em junho/2006.
- Perímetro de Irrigação Jaíba–1ª Etapa, MG: conclusão dos serviços de fornecimento e montagem eletromecânica das glebas A3 e A4, o que disponibilizou uma área de 2.300ha para assentamento e irrigação.
- Perímetro de Irrigação Luís Alves do Araguaia– ª Etapa, GO: a 1ª etapa, de 1.854ha, encontra-se concluída e já está em operação e produção. Com relação à 2ª etapa, de 4.736ha, foi concluída a infra-estrutura de irrigação de uso comum para uma área de 1 mil ha. Essa área, quando estiver em operação, propiciará benefícios a aproximadamente 4 mil habitantes.
- Perímetro de Irrigação Propertins, TO: conclusão da estação de bombeamento principal e aquisição de metade dos equipamentos eletromecânicos. Estão em fase final o Canal Principal 2 e as Estações de Bombeamento Auxiliares 1, 2, 3 e 4, referentes à primeira etapa de 5.000ha e a conclusão dessas obras beneficiará não apenas a Fase I de 900ha, mas parte da 1ª Etapa, de 5.000ha.
- Perímetro de Irrigação Rio Bálsamo, AL: implantação de infra-estrutura de irrigação de uso comum para uma área de 700ha, compreendendo a conclusão da barragem principal e a execução de 85% da barragem auxiliar, vertedouro e demais obras civis complementares.
- Perímetro de Irrigação Pontal, PE: realização de obras civis da estação de bombeamento 3, conclusão do trecho B do canal principal e terraplanagem do trecho C do canal principal.
- Projeto-Piloto de Irrigação Santa Rosa, PI: instalação da estação meteorológica e implantação de 21ha de fruticultura irrigada.
- Perímetro de Irrigação Jaguaribe-Apodi, CE: construção da estrada de acesso ao perímetro para escoamento da produção e aquisição de duas bombas para a estação de bombeamento principal.
- Perímetro de Irrigação Tabuleiro de Russas, CE: conclusão das atividades de infra-estrutura do Setor 4, colocando em operação a 1ª etapa.. O projeto conta com uma área de 15.100ha, sendo a 1ª Etapa de 11.600ha e a 2ª de 3.500ha. Em 2005, foram desenvolvidas atividades que permitiram a conclusão da infra-estrutura hídrica de uso comum da 1ª Etapa, como a limpeza de canais, a desobstrução de drenos, a recuperação de estradas e a conclusão das edificações dos núcleos habitacionais. Em relação ao Setor 4,

com 2.825ha, foram executadas obras no galpão de oficina, no depósito de grãos e frutos e no depósito de insumos, além de construídos reservatórios semi-enterrados e elevados, bem como a drenagem das ruas do Núcleo Habitacional II.

- É importante relatar que outros projetos receberam recursos para andamento de suas obras, dentre eles: Perímetro de Irrigação Colônia, PI, com 200ha; Perímetro de Irrigação Jenipapo, PI, com 200ha; Perímetro de Irrigação Marrecas, PI, com 20ha; Perímetro de Irrigação Baixo Acaraú, CE, 1ª etapa com 8.815ha; Perímetro de Irrigação Flores de Goiás, GO, com 1.000ha; e Perímetro de Irrigação Marituba, AL.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A execução das ações ficou condicionada a limitações de ordem orçamentária. De um total autorizado de aproximadamente R$ 220 milhões, apenas 37% foram empenhados, prejudicando o atingimento das metas planejadas. O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, devido aos limites financeiros, ao atraso na revisão dos projetos e às pendências dos convenentes, dificultando a execução do programa. Essa situação implicou diretamente em prejuízo da execução física. Quanto ao limite, os projetos mais prejudicados foram: Sampaio/TO, Formoso/TO, Luís Alves do Araguaia/GO, Piancó/PB, Pontal/PE, Tabuleiros de Russas/CE e Baixo Acaraú/CE. Quanto à liberação de recursos, Bálsamo/Al e Formoso/TO foram prejudicados.

O resultado alcançado na avaliação do programa, à primeira vista, é baixo, pois o programa sofreu danos com as emendas aos projetos, tendo seus valores alterados, o que significa que, caso fossem considerados apenas os valores propostos pelo Poder Executivo, os resultados da execução orçamentária e financeira do programa seriam melhores. Das emendas apresentadas pelo Congresso Nacional, somente duas ações (Sampaio/TO e Luís Alves do Araguaia/GO), que não foram contempladas dentro da proposta do Ministério e para as quais não houve empenhos ou liberações, somavam R$41,6 milhões.

No tocante às emendas propriamente ditas, tomou-se o cuidado de se avaliar criteriosamente as propostas de pleitos encaminhados, com fulcro nos propósitos estruturantes que norteiam as intervenções do MI. Nesse contexto, registram-se também as limitações orçamentárias para o atendimento das emendas.
Um aspecto importante, no que tange à execução dos convênios, está relacionado com as pendências verificadas nos Estados e Municípios, as quais estão relacionadas, principalmente, à prestação de contas, à solução de aspectos técnicos (planos de trabalho e revisão do projeto) e às inadimplências no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI). Somente 42% da dotação foram empenhados, implicando em baixo índice de pagamentos.

Os Estados e Municípios ainda têm muitas dificuldades em cumprir satisfatoriamente as exigências necessárias para o recebimento de recursos da União. O Ministério tem formatado mecanismos, no sentido de normatizar regras claras para obtenção dos recursos pelos Estados e Municípios, como, por exemplo, a Portaria nº 70, que disciplina as exigências para formalização de convênios e termos de parceria. Além disso, existe a prática de notificar o convenente sobre sua situação, a fim de que haja uma presteza na resolução de suas pendências. Existe, ainda, a necessidade de os

Estados se enquadrarem nos requisitos para apresentação de pleitos, se manterem adimplentes no Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias (CAUC/SIAFI), bem como apresentarem suas prestações de contas de acordo com as exigências institucionais dentro dos prazos adequados.

Não há pessoal capacitado para a resolução de pendências institucionais, o que resulta em constantes atrasos no envio das prestações de contas ao Ministério. Os principais problemas encontrados frente aos convenentes são a inadimplência dos Estados e Municípios junto ao SIAFI, o atraso na apresentação de planos de trabalho devidamente corretos e o atraso na prestação de contas do exercício anterior na apresentação dos documentos obrigatórios.

Outros Aspectos Relevantes

O monitoramento do desempenho físico das obras do programa ocorre fundamentalmente por meio de visitas técnicas aos locais, cuja periodicidade é variável de acordo com o andamento do projeto e, geralmente, são realizadas após a liberação de recursos, a cada dois meses.

O público-alvo do programa somente poderá ser beneficiado quando as devidas áreas entrarem em processo de operação e produção.

O programa utiliza os seguintes mecanismos de participação social: ouvidoria, audiências públicas e reuniões com grupos de interesse. O Ministério disponibiliza um número de telefone gratuito para o recebimento de denúncias, sugestões e esclarecimento de dúvidas sobre os seus programas. Quando ocorre a implementação do projeto, durante a elaboração do estudo de impacto ambiental e do relatório de impacto ambiental pelo órgão executor, é realizada a convocação de entidades representativas da sociedade local para as audiências públicas. As reuniões com grupos de interesse são realizadas quando necessário e são promovidas pelo Ministério, que convoca os representantes dos governos estaduais e municipais.

A satisfação do usuário poderá ser avaliada quando as ações estiverem sob a responsabilidade do programa "Transferência de Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação", tendo em vista que o programa "Desenvolvimento da Agricultura Irrigada" somente implanta a infra-estrutura de uso comum.

A ação "Gestão e Administração do Programa (GAP)" possui como principais objetos de gasto despesas com pessoal (fiscalização, acompanhamento e monitoramento das ações), viagens (deslocamento aos projetos), compra de veículos (fiscalização e visita a projetos), equipamentos de informática, ações de caráter institucional na Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF) (realinhamento estratégico), ações de caráter institucional nos projetos Jaíba, Canal do Xingó e Marrecas/Jenipapo, além de diversos estudos no âmbito do programa. Os principais objetivos dessa ação consistem em: monitorar as ações do programa; possibilitar aos técnicos se deslocarem aos projetos; contratar pessoal qualificado para a análise, avaliação e acompanhamento dessas ações; além de alguns estudos para o desenvolvimento de políticas públicas de irrigação.

RECOMENDAÇÕES

- Revisão do índice do indicador previsto para o final do PPA.
- Inclusão da ação "Operação e Manutenção de Perímetros Públicos de Irrigação", que terá como objeto de gasto aqueles perímetros que já foram implantados, porém não se encontram em nível de sustentabilidade econômica para transferência de sua gestão.

Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Objetivo

Promover a estruturação física, social e econômica das áreas situadas na faixa de fronteira.

Público-Alvo

População residente nos Municípios da faixa de fronteira.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 98.212.800,00	Empenho Liquidado:	R$ 18.936.002,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 18.936.002,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador

1. Número de Ocupações Geradas nos Arranjos Produtivos Locais na Faixa de Fronteira

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Difícil avaliar devido à fragilidade do indicador.

2. Taxa de Atendimento aos Municípios na Faixa de Fronteira

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 20 em 01/01/2004
Índice previsto ao final do PPA: 35

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alcance do índice viável, embora insuficiente para atingir o objetivo do programa.

Contextualização

A área de 150 km na faixa de fronteira, definida pela Lei nº 6.634/79 e associada a razões de segurança e integração nacional, constitui um espaço de atuação governamental. É necessário que as ações incidentes sejam planejadas dentro de uma perspectiva moderna de ordenamento territorial, condizente com uma estratégia de expansão

econômica que considere as especificidades locais e os diversos níveis de participação da sociedade. Ao se considerar, principalmente, a questão geopolítica que permeia a ocupação e o uso dos recursos naturais da Amazônia, faz-se necessário um plano estratégico para a Faixa de Fronteira que responda, sem contradizer ou sobrelevar o planejamento regional, no qual se insere, ao desafio específico de promover o desenvolvimento de uma região por definição altamente complexa em suas relações com os países vizinhos e, por um processo histórico de abandono, extremamente carente de infra-estrutura. As áreas situadas na fronteira brasileira, especialmente aquelas localizadas na Amazônia e no Pantanal, de ocupação econômica recente, carentes de infra-estrutura e de baixo dinamismo, apresentam reduzidos índices de desenvolvimento humano e de qualidade de vida, o que acusa a fragilidade do processo de integração nacional e revela a permeabilidade às influências originadas em países vizinhos, algumas delas de risco à segurança nacional, como narcotráfico, contrabando e guerrilhas. A distância física do centro dinâmico da economia, combinada com as dificuldades de acesso e a dispersão da população nas áreas fronteiriças, produz uma situação de estagnação econômica incoerente com a política de integração nacional.

Importante notar que, tendo sido alvo, nas últimas décadas, de políticas de reforma agrária que estimularam o assentamento de milhares de famílias em regiões longínquas sem a correspondente dotação de infra-estrutura, áreas da faixa de fronteira foram transformadas em itinerário da migração rural-urbana, o que contradiz a perspectiva de integração nacional e reforça a superurbanização precoce da região. Além disso, a criação de unidades de conservação da natureza pelo Governo Federal, visando a proteger áreas de alta biodiversidade e conservar recursos naturais, resulta em uma certa desmobilização dos investimentos nestas áreas, em prejuízo de atividades que, mantidas de modo sustentável, assegurariam a integração ao processo nacional de desenvolvimento. É importante para a missão do MI, em relação ao programa, que as unidades de conservação de uso direto e indireto mantenham determinadas condições de sustentação de atividades e, sem riscos à natureza, promovam a inclusão social das populações locais. Por outro lado, o momento atual, de mudança de paradigmas no sentido da sustentabilidade ambiental e de impulso às trocas internacionais, exige o aprofundamento dos mecanismos de estruturação da faixa de fronteira com vistas à integração latino-americana. A manutenção de espaços deprimidos na fronteira do Brasil é incoerente com a perspectiva de consolidação das relações comerciais e culturais com os países vizinhos.

Este programa, cujo esboço integra, sob controle e participação social, diversas políticas convergentes executadas em várias instâncias públicas e privadas, anuncia a inclusão de uma área territorial de aproximadamente 2.357.850km², abrangendo 588 Municípios em 11 Estados e uma população estimada em 9.557.977 habitantes, em uma perspectiva de desenvolvimento econômico menos concentrado, promotor da superação das desigualdades intra e inter-regionais a partir do aproveitamento das potencialidades locais. A estruturação da base física e econômica da Faixa de Fronteira é condição, portanto, de integração nacional, de inclusão social, de sustentabilidade do desenvolvimento e de afirmação da soberania nacional.

Principais Resultados

- Atendimento a uma população estimada em 1,05 milhão de habitantes, com 75 projetos de infra-estrutura social e econômica e 15 projetos de

plano de ação em 76 Municípios de 10 Estados, estimulando, assim, o desenvolvimento regional econômico e social, a permanência da população no local em que vive e sua integração ao conjunto da sociedade nacional.

- Implementação de ações de desenvolvimento regional nas cidades gêmeas priorizadas pela Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional como forma de operacionalização das diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).
- Ampliação do número de ações do programa, para implementação no período 2004-2007, tornando-se importantes instrumentos de estímulo ao desenvolvimento sócio-econômico e ambiental da região.

O alcance dos resultados em 2005 pode ser observado de duas maneiras distintas. Por um lado, os resultados alcançados com recursos do plano de ação do Ministério são avaliados de forma positiva, superando a expectativa no tocante à execução física e apresentando um bom desempenho quanto à financeira. No entanto, quando verificamos os resultados referentes às ações de emendas parlamentares, percebe-se que a execução foi realizada muito abaixo do previsto, o que é inerente ao processo.

Como a origem de recursos do programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira é majoritariamente de emendas parlamentares, a sua avaliação é classificada como "abaixo do esperado".

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

- Público-alvo inadequado. Os beneficiários serão atendidos em escala regional, distribuída ao longo do tempo.
- Indicadores inadequados. O MI irá propor novos indicadores para o programa.
- Regionalização inadequada. A insuficiência de recursos físicos e humanos, para atendimento de 27% do território nacional correspondentes à faixa de fronteira, determina a necessidade de atuação sub-regional. Assim, as ações precisarão ser escalonadas no tempo e regionalizadas de modo a promover a estruturação de sub-regiões e sua dinamização econômica, o que não foi previsto na concepção do programa.
- Fontes de financiamento inadequadas. A composição da fonte de recursos não condiz com os objetivos da política de desenvolvimento do país. As ações na faixa de fronteira ainda apresentam falta de foco na promoção e resgate da cidadania, bem como na estruturação e dinamização da economia, planejados no espaço, uma vez que os recursos referentes ao plano de ação são insuficientes para garantir essa atuação focalizada, seguindo diretrizes da PNDR (a maior parte dos recursos do Programa são oriundos de emendas parlamentares).
- Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial. O Ministério ainda não apresenta um corpo funcional permanente em número suficiente, com qualificação específica dentro da carreira de desenvolvimento regional, sendo necessário buscar outras modalidades de contratação para técnicos com perfil gerencial. Cada subespaço priorizado para o desenvolvimento da faixa precisa de um gerente indutor de desenvolvimento da região. Além disso, existem apenas 2 engenheiros para atender ao volume de projetos relacionados a obras civis.

- Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial. A insuficiência deve-se à inexistência de técnicos da carreira de desenvolvimento regional com experiência e formação adequada. Dado o tamanho da equipe, esta ainda se ressente de técnicos especializados nos projetos apoiados pelo Programa.
- Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras Em virtude da baixa qualificação, a capacitação é necessária para promover a otimização da utilização dos recursos.
- Dificuldades de celebração de convênios na gerência. Existem aquelas inerentes ao processo administrativo e outras, na busca de instituições com perfil adequado ao projeto e que preencham requisitos de capacidade técnica, credibilidade e inserção local, bem como viabilidade administrativa e adimplência.
- Dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos proponentes. Os proponentes têm dificuldades para a apresentar os relatórios do Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias (CAUC) devidamente atualizados, juntamente com a comprovação de adimplência junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI);
- Lentidão no processo de licenciamento ambiental.As dificuldades apresentadas pelos complexos procedimentos necessários para o licenciamento ambiental de projetos produtivos inviabilizaram o apoio a diversos setores produtivos. A solução encontrada foi apoiar projetos a serem executados por instituições com forte articulação com os organismos ambientais estaduais, visando a viabilizar procedimentos mais ágeis, compatíveis com os prazos de tramitação dos projetos junto ao MI.
- Inadequação e/ou inexistência de norma legal. A legislação que dispõe sobre a faixa de fronteira, que data de 1979, foi regulamentada por Decreto de 1980 e não observa as necessidades de desenvolvimento, fortalecimento da cidadania, dinamização econômica e integração com países vizinhos, o que afeta sobremaneira o desenvolvimento dos Municípios da linha de fronteira, em especial aqueles que compõem cidades gêmeas com países vizinhos, cujo planejamento do desenvolvimento territorial ou subespacial é limitado por questões diplomáticas e barreiras legais.

Outros Aspectos Relevantes

Visando a ampliar o contexto de ações convergentes para o desenvolvimento regional e para a redução das desigualdades inter e intra-regionais, cabe destacar a importância de aprovação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, com abrangência nacional, e o fortalecimento da ação de articulação promovida pela Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional.

Recomendações

- Buscar ação integrada com outros órgãos governamentais e não-governamentais, seguindo as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional e pela Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, evitando ações isoladas e com baixa eficácia para o desenvolvimento sustentável dos territórios situados na faixa de fronteira.

- Fortalecer as instituições que promovem a sustentabilidade das ações desenvolvidas na Faixa de Fronteira, com destaque para os fóruns sub-regionais de desenvolvimento, nos quais os atores locais podem identificar problemas e propor soluções conjuntas.
- Incluir associações de Municípios, Estados, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e instituições do Sistema "S" entre os parceiros elegíveis para a implementação das ações "004D – Apoio à Implantação da Infra-estrutura Social e Econômica nos Municípios da Faixa de Fronteira" e "0674 – Apoio a Arranjos Produtivos na Faixa de Fronteira".
- Aperfeiçoar a aferição dos indicadores do programa ou, se necessário, identificar indicadores alternativos que permitam o monitoramento adequado da implementação das ações do programa.

Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido (CONVIVER)

Objetivo

Reduzir as vulnerabilidades socioeconômicas da população das áreas do semi-árido com incidência de seca.

Público-Alvo

Populações do semi-árido com incidência estrutural de seca.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ R$ 230.973.702,00	Empenho Liquidado:	R$ 202.233.895,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 202.233.895,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 850.000.000	-

Indicador(es)

1. Número de Ocupações Geradas na Região do Semi-Árido pelo Programa

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Este indicador foi inserido no programa em 2005.Tendo em vista que os projetos apoiados pelo programa possuem, em média, duração entre 2 e 3 anos para sua execução e alcance de objetivos, o indicador só poderá ser mensurado ao final de 2006. Os convênios e projetos em andamento, certamente, estão contribuindo para gerar ocupação e renda para os produtores envolvidos. Apenas não foi possível mensurar os resultados, pois os projetos estão em pleno andamento. Dessa forma, pela complexidade e extensão temporal do programa, somente será possível aferir os primeiros resultados de número de ocupações geradas depois de concluídos os primeiros projetos (convênios) realizados.

2. Taxa de População no Semi-Árido Atendida com Rede Geral de Abastecimento de Água

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 62 em 2002
Índice previsto ao final do PPA: 67

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Tendo em vista que o indicador foi incluído no exercício de 2005 e que os projetos apoiados pelo programa possuem, em média, duração entre 2 e 3 anos para sua execução e alcance de objetivos, é necessário um maior tempo para que o resultado seja mensurado, o que será possível em 2006. Existem dificuldades de se trabalhar com esse indicador, pois os dados disponíveis tratam da macrorregião Nordeste e não especificamente do semi-árido.

3. Taxa de Internação de Pessoas com Doenças Infecciosas e Parasitárias na Região do Semi-Árido

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 14,5 em 2001
Índice previsto ao final do PPA: 8

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Como o indicador foi incluído no exercício de 2005 e os projetos apoiados pelo programa possuem, em média, duração entre 2 e 3 anos para sua execução e alcance de objetivos, é necessário um maior tempo para que o resultado seja mensurado, o que será possível em 2006. Existem dificuldades de se trabalhar com esse indicador, pois os dados disponíveis tratam da macrorregião Nordeste, e não especificamente do semi-árido.

Contextualização

O semi-árido constitui uma das sub-regiões mais dependentes de intervenção estatal eficiente para o desenvolvimento regional, voltada para a eliminação dos efeitos desestruturadores decorrentes das adversidades climáticas.

Aproximadamente 500 mil propriedades rurais na área semi-árida não dispõem de oferta adequada de água, aumentando sobremaneira sua vulnerabilidade à seca. A carência de água durante a estiagem aumenta os riscos de fome e desnutrição, desemprego generalizado e migrações intensivas e descontroladas, bem como provoca redução da resistência imunológica.

As obras de grande vulto demandam muitos equipamentos e concentram mão-de-obra, além de exigirem prazos dilatados para construção. Além disso, 40% das obras de captação e de armazenamento pontual de água estão inacabadas ou deterioradas.

Tradicionalmente, as ações limitam-se a medidas assistenciais, em detrimento de intervenções mais efetivas que estimulem projetos educacionais e geradores de emprego e renda, em caráter permanente, visando ao atendimento das necessidades sociais básicas

Neste contexto, torna-se imperativa a articulação dos diversos programas de combate à pobreza, de segurança alimentar e de combate à fome, com os diversos programas de desenvolvimento regional, na implementação de ações que conduzam à sustentabilidade das atividades econômicas nos períodos críticos.

Principais Resultados

- Estruturação do programa no âmbito do Ministério da Integração Nacional (MI) e articulação com demais órgãos envolvidos, de forma a compatibilizar as ações com os recursos liberados para execução, quanto à oferta de água e infra-estrutura hídrica, dinamização econômica, Arranjos Produtivos Locais (APLs) e convivência com o semi-árido.
- Fortalecimento da articulação interministerial, pelo Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) de Programas Regionais, com o objetivo de integrar ações multissetoriais convergentes no semi-árido. Foram selecionadas 9 sub-regiões, uma em cada Estado do semi-árido, que serão objeto de uma ação integrada envolvendo 21 órgãos. O GTI coordenou a articulação com os respectivos governos estaduais, com o objetivo de definir uma agenda de atuação federativa nessas sub-regiões. As ações do programa CONVIVER estão sendo priorizadas para a geração de emprego e renda, com resultados no curto prazo. As ações de organização social, capacitação, apoio ao associativismo e cooperativismo, além do apoio à organização e estruturação de APLs, somaram, em 2005, um orçamento de R$ 9.842,8 mil. As atividades produtivas apoiadas com essas ações são:

    - São Raimundo Nonato, PI: com o apoio do Ministério do Turismo, será construída uma feira turística no centro de São Raimundo Nonato, no local onde se encontra a rodoviária do Município, que será transferida pela prefeitura.
    - Médio e Baixo Jaguaribe, CE: estabelecido o apoio aos setores produtivos do artesanato de palha e da pecuária de leite;
    - Vale do Açu, RN: definido o apoio ao pólo cerâmico do Baixo-Açu.
    - Souza-Piancó, PB: amparo ao APL da fruticultura, com a instalação de uma área de processamento pós-colheita que atenderá às necessidades de comercialização da produção do Perímetro Irrigado de Várzeas de Souza, PB;
    - Sertão do Moxotó, PE: suporte para a implantação do centro tecnológico da agricultura familiar do semi-árido, no perímetro irrigado de Ibimirim, PE, em parceria com consórcio para o desenvolvimento do Moxotó–Ipanema. Apoio ao projeto de realização do marco zero da revitalização da agropecuária na sub-região do Moxotó e APL da apicultura, em parceria com a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF).
    - Santana do Ipanema, AL: amparo ao APL da ovino-caprinocultura, de forma complementar à instalação, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), de um matadouro em Santana do Ipanema, cujo projeto visa a fortalecer a produção para abate na sub-região, de forma cooperativa entre os Municípios, que estão sendo estimulados a se organizarem na forma de consórcio municipal.
    - Sergipana do Sertão do São Francisco, SE: suporte à fruticultura, por intermédio da adequação de sistemas de irrigação no Perímetro Califórnia, e aos APLs de ovino-caprinocultura e aqüicultura, em parceria com a CODEVASF.
    - Brumado-Bom Jesus da Lapa–Guanambi, BA: apoio ao setor

mineral de cerâmica, por meio de um projeto de implantação de bosques energéticos, que pretende garantir material orgânico para queima nos fornos cerâmicos, e ao APL de apicultura, em parceria com a CODEVASF.

- Serra Geral (Janaúba), MG: amparo aos APLs de ovinocultura, apicultura e aqüicultura, por meio da CODEVASF.

- Foi realizada articulação com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Fundação Banco do Brasil para a implantação de unidades familiares de produção agrícola sustentável (mandalas), além de articulações com a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE) para a implantação de poços-peixe, visando ao aproveitamento de águas salinizadas para a criação de peixes em tanques escavados, destinados ao consumo familiar.
- Na vertente da infra-estrutura hídrica, as obras do Proágua Semi-Árido atenderão, até o final do programa, uma população aproximada de 4,7 milhões de habitantes. O programa também concluirá 47 obras, que perfazem um total de 2.600km de adutoras, mas apenas as obras de infra-estrutura hídrica não são o bastante para resolver o problema de desenvolvimento. O acesso à água, sem dúvida, é o principal fator para o desenvolvimento no semi-árido, no entanto, para o desenvolvimento econômico e social, é preciso trabalhar fatores que concorram para a dinamização econômica em setores produtivos de impacto micro e mesorregional, gerando ocupação, renda e inclusão social. Durante a execução do programa, foram concluídas 20 obras, beneficiando cerca de 1 milhão de habitantes, dentre as quais, 5 foram finalizadas em 2005, a saber: estação de tratamento de esgotos de Piritiba Mundo Novo, BA, Padrão Central (1ª Etapa, BA), Barragem Arneiroz II, CE, Sistema Águas Vermelhas, MG (blocos 1 e 3) e Sistema Adutor do Piauitinga, SE.
- Foi promovida a produção de pescado pelo sistema de cria no entorno das obras hídricas realizadas pelas entidades vinculadas ADENE, CODEVASF e Departamento Nacional de Obras contra à Seca (DNOCS), no âmbito do programa de Desenvolvimento da Aqüicultura e Pesca, articulado com o programa CONVIVER. As principais atividades foram:

  - implantação de estação de piscicultura em Jaguaribara, no açude Castanhão, CE, para produção de alevinos destinados à piscicultura intensiva e peixamentos;
  - implantação de parques aqüicolas e piscigranjas nos açudes Castanhão, CE, Açu, RN, São Gonçalo, PB e Ibimirim, PE para desenvolvimento do APL de piscicultura e produção de pescado;
  - recomposição da fauna ictiológica do Rio São Francisco, na Região de Petrolina e Juazeiro, à jusante da barragem de Sobradinho, com produção anual de 1,5 milhão de alevinos de espécies nativas, para beneficiar a pesca artesanal e turística, visando a atingir 800 pescadores artesanais, em 8 Municípios, e 2.000 turistas por ano;
  - estruturação do APL de piscicultura no Norte de Minas, no Baixo São Francisco, em Sergipe e Alagoas, e na microrregião de Valença, PI;
  - implantação de projeto de apoio à aqüicultura na região da hidrelétrica de Xingó, BA e no reservatório de Itaparica, capacitando pescadores artesanais para a produção de peixes em tanques-rede.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

As ações do programa são executadas por meio de convênios ou descentralizações de recursos, firmados ou realizados segundo os planos de trabalho e projetos previamente aprovados, dos quais constam as metas a alcançar e respectivos prazos de execução. Tais convênios e descentralizações são acompanhados por técnicos, que verificam a execução e o alcance das metas de forma periódica, mas sem uma regularidade definida. Apontam-se como dificuldades nesse processo a reduzida equipe, a multiplicidade de tarefas e a dependência de informações a serem retornadas pelos parceiros e convenentes.

O comprometimento dos recursos disponibilizados pelo orçamento de 2005 para o programa alcançou o nível previsto, com exceção de algumas dotações de custeio que não foram executadas por não haver disponibilidade de limite orçamentário. A execução física, no entanto, estará concentrada no exercício de 2006, já que a maioria das descentralizações foi realizada no último bimestre de 2005. Grande parte da celebração de convênios, que dão suporte à execução das ações do programa, concentrou-se no último trimestre do ano, em decorrência da seleção de projetos, que exige uma grande interação com as instituições parceiras. Dessa forma, a maioria das execuções financeiras teve início no final do ano e terá continuidade por meio de recursos inscritos em restos a pagar para 2006.

As principais dificuldades encontradas pelo programa no exercício de 2005 foram:

- contingenciamento orçamentário e financeiro;
- licitações e celebração de contratos;
- celebração de convênios por inadimplência dos proponentes e problemas de ordem jurídica;
- estrutura do programa, que distribui as ações em localizadores, o que, embora privilegie a transparência, resulta em perda de desempenho, pois impede o remanejamento de recursos entre obras ineficientes ou inviabilizadas para outras com maiores chances de alcance das metas;
- quantidade de recursos humanos.

Mesmo com a aplicação de grande esforço na interlocução entre a gerência do programa e os executores e na convergência das estratégias do programa, é necessário um maior avanço no sentido de aproximar a estratégia de ação desses atores.

O fluxo de informações das ações sob responsabilidade de outros Ministérios é baixo e, por isso, a Câmara de Desenvolvimento Regional, que conta com a participação de vários Ministérios, está trabalhando para institucionalizar e viabilizar uma ação transversal, a ser incorporada ao PPA e ao orçamento de 2006, caracterizando o programa como, de fato, multissetorial.

Outros Aspectos Relevantes

A regionalização utilizada na formulação do programa apresenta-se inadequada. Uma sub-regionalização do semi-árido se impõe como condição indispensável para o foco da atuação do programa e não-fragmentação dos recursos disponíveis.

A equipe gerencial, formada pelo Gerente (Secretário da SPR), Gerente Executivo (Diretor da SPR) e Gerente de Apoio (Gerente de Programa), conta com a exclusividade de apenas dois técnicos.

O programa deve aprofundar sua atuação nas atividades previstas de organização social, a fim de gerar uma participação mais direta do público-alvo. A criação de comitês gestores dos APLs para cada segmento econômico apoiado na vertente da dinamização econômica do programa, viabiliza essa participação, no que se refere aos agentes econômicos e sociais associados a cada uma dessas atividades.

Não existem, ainda, mecanismos para a aferição sistemática da satisfação dos beneficiários, embora seja possível avaliá-la a partir de indicações, declarações ou comentários de segmentos representativos da sociedade civil do semi-árido, onde diversas entidades públicas, privadas ou do terceiro setor atuam simultâneamente. O programa tem procurado parcerias não-governamentais com consórcios municipais e, eventualmente, organizações não-governamentais, no entanto, a instabilidade nas regras da administração pública e as diferentes interpretações jurídicas, quanto à celebração de convênios com estes parceiros, dificultam a ampliação dessa ação, em especial em projetos que exigem recursos de investimento.

Os recursos da ação "Gestão e Administração do Programa" (GAP) foram utilizados para pagamento das seguintes despesas:

a) MI: pessoal temporário, e, ocasionalmente, pagamento de passagens e diárias;
b) CODEVASF: despesas com serviços administrativos, manutenção de frota veicular, manutenção e conservação de imóveis, tecnologia da informação e demais atividades necessárias à gestão;
c) ADENE: despesas com o Encontro Regional de Biodiesel no Nordeste e com projeto de apoio ao levantamento energético do Nordeste;
d) Agência Nacional de Águas (ANA): despesas relacionadas à elaboração de documentos referentes a planos de gestão de bacias, tais como: plano de ações e gestão integrada do complexo Estuarino-Lagunar-Mundaú-Manguaba; atlas de obras prioritárias - resultados 2005; relatório de conjuntura de recursos hídricos; e plano de recursos da bacia hidrográfica do Rio Doce.
A utilização dos recursos da GAP contribui decisivamente para a continuidade do programa e ampliação de seus resultados frente ao desafio da redução das desigualdades regionais, pois permite trabalhar a elaboração de planos e documentos fundamentais para a orientação da ação pública no semi-árido.

Recomendações

- Redimensionar o público-alvo do programa.
- Incluir as ações "Apoio ao Desenvolvimento de Atividades Familiares Sustentáveis em Microbacias do Semi-Árido" e "Apoio a Projetos de Inovação Tecnológica da Agricultura Familiar no Semi-Árido" na unidade orçamentária CODEVASF.

.

Drenagem Urbana Sustentável

Objetivo

Objetivo: Promover a gestão sustentável da drenagem urbana com ações não-estruturais e estruturais dirigidas à prevenção, ao controle e à minimização dos impactos provocados por enchentes, inclusive nas zonas costeiras.

Público-Alvo

População urbana, especialmente a residente em Municípios com áreas sujeitas a inundação periódica.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	Empenho Liquidado:	R$ 137.140.182,49
R$ 330.235.853,00	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 137.140.182,49

Previsto não orçamentário	**Realizado não orçamentário**
R$ 180.000.000,00	-

Indicador(es)

1. Taxa de Regulação da Drenagem Urbana no Brasil

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 20,7 em 2000
Índice previsto ao final do PPA: 22,7

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice não foi apurado. Os indicadores não são adequados para a mensuração da execução do programa.

2. Taxa de Municípios com Serviço de Drenagem Urbana Superficial no Brasil

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 78,5 em 2000
Índice previsto ao final do PPA: 79,3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice não foi apurado. Os indicadores não são adequados para a mensuração da execução do programa.

3. Taxa de Municípios com Sistema de Drenagem Subterrânea no Brasil

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 67 em 2000
Índice previsto ao final do PPA: 67,8

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice não foi apurado. Os indicadores não são adequados para a mensuração da execução do programa.

Contextualização

O programa foi concebido em virtude das enchentes causadas em cidades brasileiras, que provocam inúmeros prejuízos. Existe ainda o problema da baixa capacitação institucional e técnica dos Municípios, resultando na concepção inadequada das ações de drenagem urbana e baixa sustentabilidade das mesmas, além da insuficiência na oferta de infra-estrutura de drenagem urbana.

Principais Resultados

- Córrego Cascavel, GO: conclusão das obras de canalização de 95m do córrego, e construção de uma ponte;
- Fundo do Vale do Córrego Bandeira, MS: conclusão da drenagem de 732m do lençol freático, 770m de microdrenagem em galerias e 14.600m de pavimentação;
- Tabuleiro dos Martins, AL: reinício das obras.
- Apesar de ainda não se terem obtido resultados físicos em 2005, foram investidos recursos, dando início a algumas ações, das quais se destacam as obras em Iturama, MG, Córrego Vendas, MS, Carnaubal, CE e Sobral, CE.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O alcance das metas físicas foi considerado muito abaixo do esperado. Com os empenhos e liberações ocorridos apenas no final do exercício de 2005, ficou prejudicada a execução das obras e, conseqüentemente, o atingimento das metas previstas. A maior parte dos recursos encontram-se inscritos em restos a pagar no ano.

A descentralização dos recursos orçamentários para a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF) e o Ministério da Defesa ocorreu no mês de outubro. Por problema de limites, o financeiro não pôde ser transferido na sua totalidade. Assim, as respectivas ações não puderam alcançar as metas previstas. Aliado às limitações de ordem financeira, as inadimplências por parte do convenente (Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias – CAUC), prejudicaram o desempenho do programa, o que dificultou a continuidade ou o próprio início das ações.

O limite orçamentário disponibilizado ao programa ficou muito abaixo do previsto, o que levou a gerência do programa provocar junto a SECEX a criação de um Comitê Multissetorial a fim de assegurar uma melhor aplicação dos recursos e, conseqüentemente, atingir as metas previstas na Lei Orçamentária.

As ações do programa devem ser ampliadas de modo a apresentar mais retorno para a sociedade. As metas físicas, devido a limitações orçamentárias e financeiras, deverão ser revistas.

Fatores como limites orçamentários e financeiros, atraso na prestação de contas, inadimplência dos convenentes no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), dificultam o alcance das metas previstas no orçamento. Cerca de 85% dos recursos foram inseridos no programa por meio de Emendas Parlamentares,e, em função do limite orçamentário, somente 42% foram empenhados. Se considerada a proposta contida no Projeto de Lei Orçamentária encaminhado pelo Poder Executivo, o percentual de empenho chegou a 97%.

A quantidade e a qualidade dos recursos materiais e de infra-estrutura são inadequadas na equipe gerencial e nas equipes executoras, bem como há insuficiente qualificação dos recursos humanos. Existe a necessidade de veículos e equipamentos de medição adequados aos procedimentos relativos à aferição dos resultados. Há ainda o problema da falta de espaço físico e melhores equipamentos de uso exclusivo. Há também insuficiência de técnicos para atender à demanda na formalização dos convênios e no acompanhamento das suas execuções, principalmente, engenheiros com experiência em estudos e projetos de obras de macrodrenagem e contenção de cheias.

A dificuldade no processo de obtenção de licenciamento ambiental por parte dos proponentes, determinou também a inexecução e o atraso das ações. A ausência de um instrumento normativo simplificado e consolidado, que esclareça melhor os procedimentos de formalização e as regras de licitação, licenciamento e obtenção de outorga, afeta, ainda, o processo executivo.

Outros Aspectos Relevantes

A mensuração do público-alvo e a avaliação de satisfação do usuário só poderão ocorrer após a conclusão das obras. Todas as ações, após a formalização do convênio, são acompanhadas e inspecionadas, e os dados são registrados no Sistema de Acompanhamento e Supervisão de Obras (SASO), o que permite verificar o desempenho individual de cada ação.

Não existe uma equipe técnica suficiente para realizar pesquisas de resultados nos Municípios e comunidades beneficiadas pelas obras implementadas, mas estão em discussão formas de se avaliar a satisfação dessas comunidades.

Recomendações

- Rever a metodologia de aferição dos indicadores, pois não são adequados para mensurar o alcance do programa.

Eficiência na Agricultura Irrigada

Objetivo

Aumentar a eficiência dos recursos envolvidos na produção agrícola irrigada.

Público-Alvo

Irrigantes públicos e privados.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 2.870.000,00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 115.964,00 - R$ 115.964,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Consumo Unitário Anual de Água na Irrigação

Unidade de medida: Metro cúbico por hectare (m3/ha)
Último índice apurado: 17.000 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: 16.150

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice estabelecido está em fase de revisão, inclusive o indicador do programa. A sua viabilidade é possível, entretanto, a ação "Cadastro Nacional da Agricultura Irrigada" é de extrema importância para isso, pois por meio dela será possível estabelecer um marco zero na situação dos perímetros irrigados públicos e privados, no tocante ao consumo de água e de energia e sobre a produção, produtividade e utilização de métodos e sistemas de irrigação utilizados.

Contextualização

Apesar da significativa contribuição da agricultura irrigada para o Produto Interno Bruto (PIB) do setor primário, o seu desempenho ainda está longe do ideal. As produtividades médias alcançadas, a eficiência de utilização de água, o emprego de insumos modernos, a capacitação da mão de obra, a integração dos projetos com as cadeias produtivas, entre outros aspectos, são passíveis de melhoria substancial. Pode-se afirmar que, em boa parte da área irrigada, pratica-se uma agricultura tradicional, decrescendo, substancialmente, os benefícios decorrentes da aplicação de água. Adicionalmente, os métodos ainda utilizados no país para cálculo das necessidades hídricas dos cultivos padecem, comprovadamente, de superdimensionamento. A pesquisa existente sobre tais métodos é de pouca expressão e não sistemática, sendo

necessário desenvolver ações que permitam testar e adaptar as novas metodologias e tecnologias.

A implementação do programa traduzir-se-á em uma substancial redução do consumo agrícola de água, economia de energia elétrica e geração de novos empregos, resultando no aumento da oferta de alimentos a custos inferiores aos atuais.

Principais Resultados

- O programa não apresentou resultados diretos para o público-alvo.
- Com relação ao plano de trabalho interno do programa, foi realizada a manutenção do cadastro pela Agência Nacional de Águas (ANA) e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco e Parnaíba (CODEVASF).
- Com os recursos disponibilizados, foi enfatizada a principal ação do programa, "Cadastro Nacional da Agricultura Irrigada", em parcerias com a ANA e a CODEVASF. Os resultados, devido ao contingenciamento de recursos orçamentários, principalmente os de custeio, ficaram aquém do esperado.
- Cabe registrar que foram utilizados recursos do programa "Integração de Bacias Hidrográficas" para dar andamento ao cadastro, tendo em vista que a área trabalhada é aquela cujos projetos encontram-se sob a área de influência da Bacia Hidrográfica do São Francisco.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Verifica-se que a concepção do programa poderia ser aprimorada quanto à suficiência e pertinência das ações. Com relação à pertinência, as ações de cadastramento e modernização dos sistemas parcelares deveriam ser fomentadas por instrumentos de financiamento, e não executadas diretamente pelo Poder Público. Deveria haver ainda uma ação que permitisse intervenções preventivas desde a fase de implantação dos projetos públicos e privados de irrigação.

CODEVASF e ANA estão finalizando o cadastramento dos usuários de água dos projetos de irrigação situados na Bacia do São Francisco - cerca de 80 mil cadastros. Na ação de modernização, no entanto, ainda não houve como perceber resultados no ano de 2005.

A ausência de diretrizes efetivas na Política Nacional de Irrigação retarda a implementação das ações. Outro problema encontrado pelo programa diz respeito à ausência de instrumentos para o Poder Público interferir de forma efetiva na área de irrigação privada.

As ações do programa estão lastreadas nas despesas de custeio, as quais, no exercício de 2005, estiveram sob contingenciamento, impedindo um melhor desempenho do programa.

Entretanto, alguns avanços foram conquistados em parcerias com a ANA e a CODEVASF no andamento para conclusão do cadastramento.

Outros Aspectos Relevantes

A cobertura do público-alvo do programa encontra-se abaixo do esperado porque só ocorreu na área de abrangência da Bacia do São Francisco. A ação de modernização ficou restrita a 2 perímetros irrigados do Rio Grande do Sul. É importante lembrar que o objetivo da ação "Cadastro Nacional da Agricultura Irrigada" é exatamente o de delimitar o público-alvo do programa .

As informações são captadas sempre por solicitação da Secretaria de Infra-estrutura Hídrica (SIH), junto à CODEVASF e à ANA, quanto à ação de cadastro da agricultura irrigada. As informações de desempenho físico da ação "Modernização Tecnológica dos Sistemas Parcelares" são enviadas à SIH pelas empresas executoras.

Neste primeiro momento, as informações sobre o cadastro estão sendo trabalhadas pela SIH e as que se referem aos projetos situados na área de abrangência da bacia do São Francisco, pela . CODEVASF e DNOCS. Portanto a cobertura do público-alvo está sendo feita nessa área.

Recomendações

- Incluir a ação "Modernização Tecnológica dos Sistemas Parcelares" nas unidades orçamentárias CODEVASF e Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)

Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial

Objetivo

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial..

Público-Alvo

Governo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	Empenho Liquidado: R$ 22.046.389,00
R$ 25.660.779,00	Pago estatais: -
	Total: R$ 22.046.389,00
Previsto não orçamentário	**Realizado não orçamentário**
-	-

Indicador(es)

Este programa não possui indicador, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

Contextualização

O momento atual requer nova forma de atuação do Estado, em que as atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais assumem especial relevância na formulação, na avaliação, no reordenamento e no controle dos programas finalísticos.

Principais Resultados

- Continuação de amplo processo de divulgação e difusão da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), com a publicação de propostas para discussão do Plano de Desenvolvimento do Semi-árido e da nova delimitação do Semi-árido brasileiro, do Plano de Desenvolvimento da Mesorregião do Jequitinhonha-Mucuri e contratação de consultoria para elaboração do Boletim Informativo da PNDR.
- Continuidade do processo de capacitação de interlocutores de instituições voltadas à formulação de políticas setoriais e de desenvolvimento regional, com ênfase no domínio de ferramentas e instrumentos de apoio ao monitoramento da política.
- Aquisição de infra-estrutura para montagem da rede de desenvolvimento regional.

- Publicação de referencial teórico da Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT) e contratação de estudo para elaboração de proposta para discussão de uma PNOT.
- Avanço na discussão das questões referentes ao desenvolvimento regional, em todos os níveis de governo e na sociedade.
- Retomada do planejamento macrorregional, com a discussão de propostas para a Amazônia, o Nordeste e o Centro-Oeste, entre outras escalas regionais, também priorizadas, como o Semi-árido e a Faixa de Fronteira.
- Deflagração da discussão acerca de uma proposta de PNOT.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

- Dimensionamento do público-alvo, que extrapola o universo do Governo Federal e deve reunir, obrigatoriamente, pela extensão do objeto do programa, outros atores sociais.
- Insuficiência de recursos materiais e equipamentos e softwares para o suporte da execução de ações do programa.
- Inadequação de espaço físico, cuja solução tem sido buscada pela Secretaria Executiva do Ministério.
- Inadequação de recursos humanos nas equipes executoras, visto que o Ministério dispõe de quadro reduzido de funcionários efetivos.
- Insuficiência de qualificação dos recursos humanos das equipes executoras, que têm sido capacitados mesmo com o quadro reduzido de funcionários efetivos.
- Contingenciamento orçamentário para custeio.
- Dificuldades de celebração de convênios na gerência, em virtude das exigências previstas na legislação em vigor.

Outros Aspectos Relevantes

A ação de retomada da discussão do desenvolvimento regional como item prioritário da agenda de desenvolvimento do país tem, cada vez mais, reunido atores dos mais diversos segmentos da sociedade. Além do próprio Governo Federal, há um interesse crescente pela temática nos governos estaduais e nas instituições do terceiro setor. As parcerias construídas com tais atores sociais garantem a continuidade do processo de combate às desigualdades regionais brasileiras, que é objetivo de Estado, e não somente de um Governo ou de parte da sociedade.

A redução das persistentes desigualdades regionais brasileiras é tarefa que demanda anos de esforços sociais, pois os resultados no curto prazo são tênues. Diversos avanços e vitórias geradas no exercício 2005 serão acumulados para o processo de combate às desigualdades. Os beneficiários diretos do programa, como servidores capacitados e representantes institucionais contemplados, foram satisfatoriamente atendidos, porém os reais beneficiários terão amplo retorno somente no médio prazo.

Recomendações

- Excluir a unidade orçamentária Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE) da ação 6421- "Estruturação, Promoção e Coordenação da Rede de Desenvolvimento Regional de Políticas Públicas, Programas e Ações

Relevantes para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial em cada Instância de Governo", tendo em vista as dificuldades na formação de parcerias enfrentadas pela Agência, principalmente, junto aos governos estaduais e municipais.

Integração de Bacias Hidrográficas

Objetivo

Integrar os recursos hídricos nas bacias com baixa disponibilidade de água, aumentando a oferta de água nessas bacias.

Público-Alvo

Comunidades ribeirinhas, pequenos agricultores situados ao longo das várzeas dos rios e açudes, centros industriais e a população urbana.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 542.177.865,00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 463.762.019,00 - R$ 463.762.019,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Vazão Média Anual de Água das Bacias Beneficiadas pelo Programa

Unidade de medida: Metro cúbico por segundo (m3/s)
Último índice apurado: 75 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: 75

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice do indicador não foi apurado em 2005, pois, em função do atraso verificado na implantação física do empreendimento, foi previsto apenas para o ano de 2007 o início dos serviços nos 14 lotes de obras. Prevê-se que as obras e fornecimentos da primeira etapa de implantação do projeto de integração do Rio São Francisco desenvolvam-se até o exercício de 2009. Dessa forma, a viabilidade do alcance do índice originalmente previsto deverá concretizar-se apenas para o período de 2007 a 2010.

Contextualização

O homem desbravou e ocupou os espaços do território nacional apropriando-se dos recursos naturais disponíveis no desenvolvimento de suas atividades comerciais e produtivas. Sob essa ótica, os cursos de água tiveram papel fundamental como vetores da dispersão e desenvolvimento das populações, devido à característica de seus usos múltiplos. Na Região Nordeste do país, as características do clima e dos solos ocasionam uma crônica escassez de recursos hídricos, aumentada

pelo inadequado manejo ambiental das bacias. Em outras regiões, o crescimento descontrolado das demandas, aliado à degradação ambiental, está gerando sérios conflitos entre os diversos usos dos recursos hídricos. A interligação hidráulica de bacias hidrográficas permitirá maior equilíbrio regional das oportunidades de emprego e renda associadas ao desenvolvimento sustentável, especialmente em regiões semi-áridas, além de viabilizar uma sistemática mais eficiente de operação de reservatórios já construídos, significando melhor aproveitamento da infra-estrutura hídrica e gestão mais eficaz da água. A integração deve ser implementada a um ritmo tal que previna os possíveis conflitos, devendo ser iniciada e continuada nos espaços sub-regionais e regionais para, a seguir, realizar a integração inter-regional. A não-implementação do programa acirrará conflitos já existentes e propiciará o desenvolvimento dos passíveis de ocorrer.

Principais Resultados

Como as obras não foram iniciadas, o programa não apresentou benefícios diretos para a sociedade.
Com relação ao desenvolvimento do plano interno de trabalho, foram executadas as seguintes atividades:

- Elaboração do Plano Ambiental Básico (PBA) do empreendimento, englobando 36 programas ambientais;
- Obtenção de licença prévia (LP) do empreendimento junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA);
- Aquisição do certificado de outorga de oferta hídrica do empreendimento, aprovado pela Agência Nacional de Águas (ANA), definindo vazão de adução firme de 26,4m3/s;
- Contratação dos serviços de gerenciamento e apoio técnico ao Ministério da Integração Nacional (MI) para implantação da primeira etapa do empreendimento;
- Elaboração do projeto executivo dos 2 canais de captação dos Eixos Norte e Leste e das barragens Tucutu e Areias;
- Início do processo de desapropriação de áreas para implantação do empreendimento, com 15 áreas e benfeitorias desapropriadas de um total de 2.387 previstas

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A implantação do empreendimento ocorreu aquém do previsto, em função de atrasos no processo de licenciamento ambiental, nas contratações das obras civis, no fornecimento e montagem de equipamentos e nos projetos executivos dos 14 lotes nos quais foram segmentados os 2 sistemas adutores previstos, Eixo Norte e Eixo Leste. Tais atrasos são conseqüência de diversas liminares impetradas junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), questionando o processo de licenciamento ambiental do projeto de integração do Rio São Francisco e suspendendo preventivamente todos os atos administrativos e processos licitatórios relativos ao projeto. As providências para reversão desses atrasos deverão estar concentrados nas medidas de ordem legal desenvolvidas pelo MI e Advocacia Geral da União (AGU), no sentido de derrubar as liminares vigentes e retomar o processo de licenciamento ambiental, obstando a licença de instalação, bem como dos processos licitatórios para execução de

obras, fornecimento e montagem de equipamentos e desenvolvimento dos projetos executivos.

A execução orçamentária foi aquém das dotações previstas na Lei Orçamentária, tendo em vista as restrições de ordem jurídica e ambiental, no que diz respeito às liminares impetradas, bem como às licenças de instalação que comprometeram sobremaneira essa execução.

O fluxo de recursos também sofreu descontinuidade, pelas mesmas razões.

Outros Aspectos Relevantes

O MI contratou os serviços de gerenciamento e apoio técnico do empreendimento. O consórcio gerenciador do empreendimento elabora, mensalmente, o relatório de progresso, no qual consta quadro de acompanhamento físico-financeiro do projeto. Em função do atraso na implantação do empreendimento, não se aplica a avaliação do programa em relação à cobertura do público-alvo, pois ainda não há resultados concretos da integração de vazão do Rio São Francisco para as bacias receptoras previstas, para posterior comercialização dos volumes de água fornecidos às companhias de gestão de recursos hídricos dos Estados beneficiados.
No processo de licenciamento ambiental prévio do empreendimento (LP) foram realizadas 9 audiências públicas nos Estados que compõem da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Recomendações

Não ha recomendções.

Organização Produtiva de Comunidades Pobres - PRODUZIR

Objetivo

Promover a capacitação e organização produtiva de comunidades pobres, visando sua inserção competitiva no mercado de trabalho, potencializando seus recursos e vocações econômicasl.

Público-Alvo

Segmentos da população mais vulnerabilizados pela pobreza, os chamados "excluídos sociais", trabalhadores desempregados e/ou subempregados.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 2.651.000,00	Empenho Liquidado: R$ 2.127.831,00 Pago estatais: - Total: R$ 2.127.831,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Ocupações Geradas pelo PRODUZIR

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 15 em 01/01/2002
Índice previsto ao final do PPA: 30

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Viabilidade de difícil avaliação devido à fragilidade do indicador. Em 2005, foram contratados profissionais que possibilitarão apurar o índice no ano de 2006.

2. Taxa de Sucesso dos Empreendimentos do PRODUZIR

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 25

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Viabilidade de difícil avaliação devido à fragilidade do indicador. Em 2005, foram contratados profissionais que possibilitarão apurar o índice no ano de 2006.

Contextualização

A grande extensão territorial do Brasil é um dos fatores que contribui para que o processo de desenvolvimento não se distribua espacialmente de forma homogênea. Ao lado de áreas de grande dinamismo econômico, encontram-se regiões onde as atividades produtivas estão estagnadas e os níveis de bem–estar social são bastante baixos, apresentando graves problemas de desequilíbrio socioeconômico.
Nesse contexto, o PRODUZIR, somado a outros programas de dinamização da base produtiva local e regional e de ampliação das possibilidades de acesso aos serviços sociais básicos, visa a promover a inserção econômica e social dos excluídos sociais, populações residentes em áreas deprimidas que se encontram à margem das políticas de desenvolvimento do país.

Os objetivos do programa são: reduzir o desemprego e o subemprego em comunidades urbanas e rurais; capacitar pessoas desempregadas ou subempregadas para sua organização social e produtiva e a geração de postos de trabalho e de renda, potencializando os recursos e vocações econômicos das comunidades; fomentar a estruturação de empreendimentos produtivos, associações e cooperativas para produção de bens e serviços; possibilitar a geração de novas formas e processos de organização social de pessoas que se encontram fora da dinâmica social e das relações de poder local; apoiar a organização de arranjos e cadeias produtivas; e contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades e para o desenvolvimento local, mesorregional e regional sustentável.

Assinala-se como um dos enclaves à execução do programa a inexistência de microcrédito disponível nos diversos Estados, adequado às características do seu público-alvo, as dificuldades de capacitação, no curto prazo, de multiplicadores da Metodologia de Capacitação Massiva e a não-implantação do Sistema de Participação Social para Geração de Trabalho e Renda (SIPGER).

Principais Resultados

- Início da execução de 47 Eventos de Capacitação em Campo.
- Geração de 92 núcleos produtivos coletivos.
- Início da geração e/ou fortalecimento de 141 empreendimentos.
- Capacitação de 4.314 pessoas.
- Elaboração da nova metodologia de execução dos Eventos de Capacitação em Campo.
- Capacitação de técnicos multiplicadores, que atuam como coordenadores dos Eventos de Capacitação em Campo.
-

A meta para 2005 era de 50 Eventos de Capacitação em Campo, contudo o período de seca na Região Norte do Brasil inviabilizou a realização de alguns eventos no Estado do Amazonas, fazendo com que o resultado do programa ficasse abaixo do esperado.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

- Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial, que necessita mais 3 profissionais para atuar no acompanhamento e na supervisão das ações.

- Indicadores inadequados, que deverão ser aperfeiçoados, e insuficiência na apuração, atividade que, em 2006, contará com a participação de profissionais já contratados.
- A maior parte da execução física do programa em 2005 ocorreu com recursos do Projeto de Cooperação Técnica Internacional FAO UTF/BRA/040/BRA, disponível a partir de repasses de exercícios anteriores.

Outros Aspectos Relevantes

O PRODUZIR é um programa de Governo e um Projeto de Cooperação Técnica (PCT). Como programa do PPA, possui recursos ínfimos para sua execução e, como PCT, executa quase a totalidade de suas ações.

O Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN) possui uma estrutura adequada para o acompanhamento e planejamento de programas do PPA, mas inadequada para um PCT, pois os recursos para sua execução, embora sejam originários do orçamento da União, não são necessariamente do exercício em curso. Assim, há uma incompatibilidade entre a execução do programa e do PCT, bem como entre a execução física e financeira. Atualmente, o preenchimento em campos de texto do SIGPLAN destinados a comentários sobre as ações é efetuado, todavia, o campo de comentários não é adequado para o levantamento de informações objetivas e avaliações quantitativas.

A execução dos projetos do programa dura 10 meses, e, por isso, uma ação iniciada num ano é finalizada apenas no ano seguinte. Ações que começaram em 2005 só apresentarão resultados finais no meio do ano de 2006, assim, as informações referentes aos resultados de 2005, preenchidas no SIGPLAN, ficam desatualizadas.

Recomendações

- Aperfeiçoar parcerias com outros órgãos governamentais e não-governamentais, seguindo as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, de forma a evitar a implementação de ações isoladas e desarticuladas nos territórios.
- Melhorar a interação com outros programas de base territorial, especialmente os programas "1025 - Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (PROMESO)" e "1022 - Promoção e Inserção Econômica de Sub-Regiões (PROMOVER)", de maneira a evitar sobreposições na articulação institucional e na implementação de ações.
- Aperfeiçoar o PRODUZIR, visto que sua concepção, execução e monitoramento têm se pautado prioritariamente pelo Projeto de Cooperação Técnica de mesmo nome.
- Aperfeiçoar a aferição dos indicadores do programa ou, se necessário, identificar indicadores alternativos, que permitam o monitoramento adequado da implementação das ações do programa.

Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres

Objetivo

Reduzir os danos e prejuízos provocados por desastres naturais e antropogênicos.

Público-Alvo

Instituições de Defesa Civi.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 142.369.152,00	Empenho Liquidado:	R$ 35.950.054,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 35.950.054,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Municípios Preparados para Prevenção e Atendimento a Desastres

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 67,66 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 78

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O alcance do índice é viável, embora não garanta o alcance do objetivo do programa. As Coordenadorias Municipais de Defesa Civil são os órgãos responsáveis pela prevenção, preparação e resposta a desastres no Brasil e estão presentes em 3.762 Municípios, o que representa 67,66% do total de Municípios. Aqueles em que não há coordenadorias estão mais vulneráveis às situações de riscos de desastres.

Contextualização

O art. 21 da Constituição Federal prevê o planejamento e a promoção da defesa permanente contra calamidades públicas, especialmente as secas e inundações.
Os arts. 16 a 19 do Decreto nº 4.649, de 27/03/2003, que aprovou a estrutura regimental do Ministério da Integração Nacional (MI), estabelecem as competências da Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC/MI).
O Decreto nº 895, de 16/08/1993, dispõe sobre a organização do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), cujo Órgão Central é o SEDEC.
A Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Defesa Civil (CONDEC), de 12/12/1994, aprovou a Política Nacional de Defesa Civil.

Os desastres agravam as condições de vida da população, contribuem para aumentar a dívida social e intensificam as desigualdades inter e intra-regionais, afetando o desenvolvimento sustentável do país. Grande número de desastres é agravado pelas migrações internas, que levam à formação de bolsões e cinturões de extrema pobreza nos centros urbanos, em áreas vulneráveis aos desastres, especialmente inundações, deslizamentos de encostas, incêndios em favelas, desabamentos e, muitas vezes, em áreas próximas a depósitos de produtos perigosos, etc. A falta de planejamento da ocupação e/ou utilização do espaço geográfico, desconsiderando as áreas de risco, somada à deficiência da fiscalização local, tem contribuído para aumentar a vulnerabilidade das comunidades locais, urbanas e rurais, com um número crescente de perdas de vidas humanas e vultosos prejuízos econômicos e sociais. Quando não se priorizam as medidas preventivas, há um aumento significativo de gastos destinados à resposta aos desastres. O grande volume de recursos gastos com o atendimento da população atingida é muitas vezes superior ao que seria necessário para a prevenção. Além disso, esses recursos poderiam ser destinados à implementação de projetos de grande impacto social, como geração de emprego e renda. Por outro lado, a maioria dos órgãos que atuam em defesa civil está despreparada para o desempenho eficiente das atividades de prevenção e de preparação.

A não-implementação do programa contribuirá para o aumento da ocorrência dos desastres naturais, antropogênicos e mistos e para o despreparo dos órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis pela execução das ações preventivas de defesa civil, aumentando a insegurança das comunidades locais.

Principais Resultados

- Capacitação de 10.314 agentes de defesa civil, o que corresponde a 220% dos 6.165 previstos. A capacitação contou com a presença de 3.376 alunos e, em maio, foram capacitados 2.000 alunos pelo 1º curso à distância em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina. Em julho, foram treinados, à distância, 320 profissionais de imprensa. Até agosto, foram capacitados 295 agentes de defesa civil, pela Coordenadoria Estadual da Bahia e, em outubro, 300 pessoas no II Fórum Nacional de Defesa Civil, em Jaboatão dos Guararapes, PE. Em novembro, encerrou-se o 2º curso à distância de defesa civil, com 4.000 alunos e, em dezembro, encerrou-se o Curso de Pós-Graduação em Defesa Civil na Universidade Federal de Santa Catarina. Estes resdultados tornaram-se possíveis graças ao alto comprometimento do Sistema Nacional de Defesa Civil, em que professores, técnicos e agentes de defesa de todo o Brasil têm se empenhado em promover o acesso ao conhecimento em Municípios com áreas de risco.
- Realização da 1ª Semana Nacional de Redução de Desastres, no período de 10 a 14 de outubro de 2005, em que foram desenvolvidas atividades voltadas à redução de desastres nas comunidades em áreas de risco, com o objetivo de esclarecer e informar crianças, jovens, professores e comunidade em geral a respeito das manifestações dos fenômenos naturais que ocorrem no país. Foi produzido material destinado às atividades com os estudantes da pré-escola à 6ª série do ensino fundamental, com o objetivo de mobilizá-los frente à problemática das áreas de risco e fazê-los conhecer os perigos que os cercam, bem como adotar estratégias de prevenção. O material (cartilhas, sacolas, cartazes, folders, vídeos e caixas de lápis de colorir) foi distribuído a

861 escolas de 14 Estados brasileiros que tiveram danos totais causados por desastres naturais em 2004. No total, 20 mil crianças receberam os kits.

O resultado foi considerado acima do esperado.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial. Faltam, pelo menos, 2 gerentes para ações de prevenção e preparação às respostas de desastres.

Contingenciamento orçamentário. Impossibilitou a realização de 20 cursos de capacitação em diversos Estados.

Outros Aspectos Relevantes

Há necessidade de reconhecimento pelo planejamento federal, pois quanto mais se investe em ações de prevenção a desastres, mais se economiza em resposta a desastres. A estimativa da Organização das Nações Unidas (ONU) indica que, para cada dólar investido na prevenção, se aplicam 8 na resposta a desastres, mas no Brasil, para cada dólar investido na prevenção se aplicam 40 na resposta, o que demonstra que se deve investir mais na prevenção e menos na resposta.

Ocorreu um aumento significativo dos recursos financeiros liberados entre 2004 e 2005 em mais de 150%, porém ainda há muito a ser investido para a prevenção de desastres no Brasil.

Em função da capacitação e conscientização de técnicos nos Municípios, tem havido não somente a criação de Coordenadorias Municipais de Defesa Civil, fundamentais para prevenção, preparação, resposta e reconstrução, mas também a sua efetiva operacionalização, que passa a ser não somente um ato político, mas principalmente o desenvolvimento de uma consciência voltada para a segurança global da população, no que diz respeito a riscos de desastres humanos, naturais e mistos.

Recomendações

- Incluir a Ação "Apoio à Criação e Implementação de Órgãos Regionais e Municipais de Defesa Civil", cuja finalidade será fortalecer os órgãos regionais e municipais do SINDEC, reorganizado pelo Decreto nº 5.376, visando à proteção da população, mediante medidas preventivas de preparação, de resposta e de reconstrução.
- Incrementar as articulações com o Ministério das Cidades e o Ministério do Meio Ambiente, tendo em vista a forte interface entre defesa civil, planejamento urbano e gestão ambiental

.

Proágua Infra-Estrutura

Objetivo

Aumentar a oferta de água para o consumo humano e para a produção, por meio da execução de obras estruturantes, barragens, açudes, canais, poços públicos e adutoras.

Público-Alvo

Populações de regiões com baixa disponibilidade de recursos hídricos, concessionárias de serviços de saneamento e produtores dos setores primário e secundário.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 596.022.665,00	Empenho Liquidado: R$ 331.684.831,00 Pago estatais: - Total: R$ 331.684.831,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Adução de Água Bruta

Unidade de medida: Milhão de metro cúbico (m3)
Último índice apurado: 572,00 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 2.858,53

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A viabilidade do alcance do índice do indicador só poderá ser medida quando as obras forem concluídas. As ações atuais ainda estão em execução e, pelas suas características, somente após a sua finalização, se alcançará a efetividade no sistema.

2. Reserva de Água em Barramentos e Açudes

Unidade de medida: Milhão de metro cúbico (m3)
Último índice apurado: 5.495,00 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 10.004,84

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A viabilidade do alcance do índice do indicador só poderá ser medida quando as obras forem concluídas. A justificativa para a As ações atuais ainda estão em execução e, pelas suas características, somente após a sua finalização, se alcançará a efetividade no sistema.

Contextualização

A carência de água para consumo humano e usos múltiplos afeta negativamente os níveis de saúde e restringe as oportunidades de melhoria socioeconômica das comunidades onde a disponibilidade do recurso é reduzida. Essa situação, em muitos casos, é devida ao caráter temporário dos mananciais e à localização das fontes, o que exige grandes esforços para se ter acesso à quantidade mínima indispensável. Paradoxalmente, em outras situações, os recursos armazenados em reservatórios nunca foram eficientemente utilizados, pela inexistência de estruturas de captação, transporte e distribuição. A solução compreende a recuperação de obras existentes e a construção de novas barragens para regulação e armazenamento, bem como de adutoras e estruturas auxiliares necessárias para garantir o acesso fácil à água pelas populações e produtores. Perdurando essa situação, espera-se o crescimento das taxas de mortalidade das populações afetadas, assim como a migração para locais com abastecimento garantido.

Principais Resultados

- Barragem Poço do Marruá, PI: conclusão do maciço de concreto compactado a rolo (CCR);
- Barragem do Córrego João Leite, GO: conclusão do maciço de CCR;
- Barragem Caçamba, AL: construção da estrada de acesso, implantação do canteiro e realização de escavações para a fundação da barragem e canal de desvio;
- Barragem Berizal, MG: execução da 2ª etapa, com conclusão dos serviços de concretagem e terraplanagem do vertedouro, bem como de parte da boca do montante da tomada de água, e compra e montagem dos equipamentos hidromecânicos. Também foram concluídos os Estudos Ambientais Complementares e o Plano de Reassentamento e de Ação Social;
- Complexo Castanhão, CE: implantação de sistemas de abastecimento para 18 comunidades rurais assentadas e estabelecimento de projetos produtivos, desenvolvidos de acordo com a área de assentamento, nas áreas de piscicultura, ovinocaprinocultura, apicultura, artesanato, fruticultura irrigada, pecuária intensiva, galinha caipira, caju e mandioca.;
- Adutora Jucazinho, com 243km de extensão, PE: execução de serviços relativos às obras de assentamento e montagem da adutora, no trecho entre as cidades de Bezerros e Gravatá; realização de atividades de assentamento e montagem de 4km de adutora, referentes ao trecho entre o tanque de alívio unilateral e a estação de tratamento de água da cidade de Bezerros; e instalação de equipamentos hidromecânicos e bombas da estação elevatória 6.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A realização dos empenhos e as liberações ocorreram apenas no final do exercício, prejudicando a execução das obras e, conseqüentemente, das metas previstas. Aproximadamente 78% dos recursos autorizados encontram-se inscritos em restos a pagar.

Alguns fatores, como limites orçamentários e financeiros reduzidos, atraso na prestação de contas e inadimplência dos convenentes no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), inviabilizaram o alcance das metas físicas

e financeiras previstas no orçamento. É importante ressaltar que o programa foi encaminhado pelo Poder Executivo com uma monta de R$ 178 milhões, recebendo emendas no Congresso Nacional de R$ 311 milhões.

Um ponto concernente às unidades executoras, que ainda deve ser avaliado, é a falta de espaço físico e equipamentos adequados, que gera perdas de eficiência no processo de alocação de recursos. Há também insuficiência de técnicos para atender à demanda na formalização dos convênios e no acompanhamento da sua execução. A deficiência em relação ao número de engenheiros alocados nas unidades executoras poderia ser amenizada por meio da realização de concursos e da consolidação de uma carreira.

Com relação aos proponentes, verifica-se o não-atendimento tempestivo às demandas técnicas e o cumprimento das questões normativas para formalização dos convênios, agravando o atraso no atingimento das metas físicas. A dificuldade no processo de obtenção de licenciamento ambiental por parte dos proponentes determinou a demora, e até mesmo a inexecução, de algumas obras, a saber: Barragem Peão, MG, Barragem Setúbal, MG, Barragem do Falairo, BA, Barragem Olho D'água, CE e Barragem Oiticica, RN.

É necessária a instituição de instrumentos normativos simplificados e consolidados, a fim de esclarecer os procedimentos de formalização e as regras de licitação, licenciamento e obtenção de outorga. A diversidade e a dispersão dessas informações, somadas à falta de clareza de alguns normativos legais, atrapalham o processo executivo. Dessa forma, o Poder Executivo deveria atuar de forma pró-ativa, buscando dar subsídios, por meio de cartilhas e publicações, que visem a orientar a atuação dos parceiros na implementação das ações do programa.

O orçamento do programa tem, aproximadamente, 65% dos recursos destinados ao atendimento de emendas e, do total, somente 55% foram empenhados, tendo em vista os limites orçamentários. Se considerada a proposta do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2005, quase a totalidade dos recursos foi empenhada.

Outros Aspectos Relevantes

Com relação ao monitoramento das ações, após a formalização dos convênios com Estados e Municípios, são feitos o acompanhamento e a inspeção, e os dados são registrados no Sistema de Acompanhamento e Supervisão de Obras (SASO), o que permite verificar o desempenho individual de cada ação. Existe a necessidade de veículos e equipamentos de medição adequados aos procedimentos relativos à aferição dos resultados. Dada a obrigatoriedade de fiscalização dos recursos repassados, inclusive nos núcleos regionais, faz-se necessário montar uma estrutura adequada à atividade, que demanda inspeções individualizadas no local, e aferir os serviços executados, com uso de equipamentos de medição.

A mensuração do atendimento ao público–alvo só poderá ser realizada ao final das obras do programa.

A participação social do programa ocorre por meio de ouvidorias e audiências públicas. Os governos estaduais e municipais são responsáveis pelos serviços de ouvidoria relativos às obras do programa, e as audiências públicas ocorrem conforme

a exigência das obras, nos termos da legislação ambiental. A implementação das obras do programa pode ser submetida aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, caso haja demanda nesse sentido, de acordo com a legislação pertinente. O processo de avaliação e licenciamento ambiental de projetos e obras e a participação social que ele propicia têm ofertado obras ambientalmente mais seguras e socialmente mais aceitas.

A ação "Gestão e Administração do Programa (GAP)" teve como principais objetos de gasto a realização de estudos e projetos para obras de infra-estrutura hídrica, deslocamento dos técnicos aos projetos e contratação de consultores especializados para análise, avaliação e acompanhamento dos projetos.

Recomendações

- Alterar a estratégia de implementação do programa para: "as ações do programa compreendem, fundamentalmente: fortalecimento institucional dos sistemas estaduais de gestão dos recursos hídricos; elaboração de estudos, planos e projetos; recuperação e construção de barragens, açudes e adutoras; e aquisição de equipamentos, tais como, motobombas, comportas, válvulas, tubulações e acessórios. As necessidades detectadas pelos governos municipais, estaduais e pelas entidades vinculadas, o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS) e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), permitirão a elaboração dos planos de trabalhos anual e plurianual. A execução será descentralizada, em parceira com governos municipais, estaduais e organismos vinculados, e a prioridade das ações será determinada segundo as necessidades das comunidades, a população atendida, os benefícios gerados, a relação benefício/custo e os prazos de execução"

Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - PROMESO

Objetivo

Aumentar a autonomia e a sustentabilidade de espaços sub-regionais, por meio da organização social, do desenvolvimento do seu potencial endógeno e do fortalecimento da sua base produtiva, com vistas à redução das desigualdades inter e intra-regionais.

Público-Alvo

Gestores públicos, lideranças sociais, comunidades locais e produtores, com ênfase nos pequenos e médios empreendedores.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 165.502.480,00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 122.617.049,00 - R$ 122.617.049,00

Previsto não orçamentário	**Realizado não orçamentário**
R$ 42.200.000,00	R$ 9.310.871,00

Indicador(es)

1. Número de Ocupações Geradas na Região Integrada do Distrito Federal (DF) e Entorno

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Difícil avaliar a viabilidade devido à fragilidade do indicador.

2. Número de Ocupações Geradas na Sub-Região da Bacia do Itabapoana

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Difícil avaliar a viabilidade devido à fragilidade do indicador.

3. Número de Ocupações Geradas na Sub-Região da Chapada das Mangabeiras

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Difícil avaliar a viabilidade devido à fragilidade do indicador.

4. Número de Ocupações Geradas na Sub-Região da Chapada do Araripe

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Difícil avaliar a viabilidade devido à fragilidade do indicador.

5. Número de Ocupações Geradas na Sub-Região da Grande Fronteira do Mercosul

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Difícil avaliar a viabilidade devido à fragilidade do indicador.

6. Número de Ocupações Geradas na Sub-Região da Metade Sul do Rio Grande do Sul

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Difícil avaliar a viabilidade devido à fragilidade do indicador.

7. Número de Ocupações Geradas na Sub-Região de Águas Emendadas

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Difícil avaliar a viabilidade devido à fragilidade do indicador.

8. Número de Ocupações Geradas na Sub-Região do Alto Solimões

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Difícil avaliar a viabilidade devido à fragilidade do indicador.

9. Número de Ocupações Geradas na Sub-Região do Xingó

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Difícil avaliar a viabilidade devido à fragilidade do indicador.

10. Número de Ocupações na Sub-Região do Bico do Papagaio

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Difícil avaliar a viabilidade devido à fragilidade do indicador.

11. Número de Ocupações na Sub-Região do Vale do Jequitinhonha e Mucuri

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Difícil avaliar a viabilidade devido à fragilidade do indicador.

12. Número de Ocupações na Sub-Região do Vale do Ribeira e Guaraqueçaba

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Difícil avaliar a viabilidade devido à fragilidade do indicador.

13. Número de Ocupações na Sub-Região do Vale do Rio Acre

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Difícil avaliar a viabilidade devido à fragilidade do indicador.

Contextualização

O Brasil apresenta nítidas desigualdades intra e inter-regionais, resultado de um processo histórico de desenvolvimento, que se caracterizou pela concentração em áreas específicas do território, notadamente o Centro-Sul e ao longo da faixa litorânea. Em que pesem modestos avanços em termos de desconcentração, o país ainda carece de políticas públicas efetivas, que contribuam para a inserção eqüitativa de áreas menos dinâmicas, com precárias condições de vida para seus habitantes, no processo global de desenvolvimento econômico e social.

Enquanto o Governo Federal dispõe de políticas públicas definidas para as camadas menos favorecidas da população, em que o combate emergencial à pobreza e à fome é a prioridade absoluta, são necessárias a formulação e a implementação de uma política voltada para as camadas imediatamente subjacentes, baseada nos modernos conceitos do desenvolvimento regional. O PROMESO justifica-se, portanto, pela necessidade de se atenuar esse problema, atuando, sobretudo, nas seguintes necessidades: (a) de que a atuação do Governo Federal ocorra, de forma integrada, em novas escalas espaciais, preferencialmente em sub-regiões; (b) de que as demandas e possíveis soluções sejam identificadas com a participação efetiva da sociedade civil que, para tanto, deve estar organizada e legitimamente representada; (c) de consolidação, segundo as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), formulada pelo Ministério da Integração Nacional (MI), de um processo consistente e permanente de redução das desigualdades inter e intra-regionais no país, temática esta que tem sido recorrentemente elencada como prioritária pelo Governo Federal.

Do período compreendido entre 1985 e 1999, apenas de 1994 a 1999, percebe-se uma estabilização dos indicadores de desigualdade. A desconcentração que se observou até 1994 não decorreu, entretanto, de uma redução significativa das desigualdades inter-regionais no país, e sim da redução dos níveis de desigualdades intra-regionais, sendo que a interrupção desse processo de descontração decorreu simplesmente da estabilização dos níveis de desigualdade intra-regionais.

A queda dos níveis de desigualdade interestadual no âmbito das regiões Sudeste e Nordeste, que juntas representam cerca de 70% da população do país, foi a grande responsável pela redução da média ponderada dos Índices Regionais de Desigualdade Interestadual no Brasil entre 1985 e 1994. Cabe lembrar que a Agenda 21 brasileira, em seu Objetivo 8, prioriza os subespaços regionais com os quais o MI já vinha trabalhando e que, em alguns deles, vinha alcançando resultados importantes em termos de mobilização da sociedade, participação e democratização das decisões, numa clara demonstração da possibilidade e conveniência de se promover o desenvolvimento a partir de uma nova perspectiva.

A importância da intervenção em espaços sub-regionais para a economia nacional e, principalmente, regional é relevante pela necessidade de interiorização do processo de crescimento da economia regional, visando à inserção social e econômica das populações locais.

Este programa deve constituir uma prioridade dentro PNDR do MI, pela sua complementaridade com outros programas e ações desenvolvidos no âmbito regional.

Principais Resultados

- Apoio a 43 arranjos produtivos locais em 12 mesorregiões prioritárias e na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF);
- Apoio a 64 associações e cooperativas;
- Capacitação de 4.118 pessoas;
- Apoio ao fortalecimento institucional de fóruns e comitês gestores de arranjos produtivos locais criados no âmbito dos fóruns.

A obtenção de resultados no exercício 2005 ocorreu conforme o esperado, tendo em consideração a totalidade de ações. No entanto, cabe destacar heterogeneidades, tais como: a estratégia de apoiar projetos produtivos, articulando recursos das ações 6424 - Estruturação e Organização de APLs, 4644 - Capacitação para o desenvolvimento Integrado e Sustentável em Espaços Sub-regionais Selecionados e Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo, permitiu o alcance de metas físicas superiores às previstas pela Lei Orçamentária Anual 2005 (LOA), por meio dos convênios realizados para a execução das ações. As ações 9578 - Apoio a Projetos Integrados para a Transformação Econômica e Sustentável das Várzeas Amazônicas, 9576 - Fomento à Estruturação de Atividades Produtivas e 9581- Fomento à Utilização Produtiva de Áreas Alteradas, resultantes de emendas parlamentares, apresentaram execução financeira e física nulas. Parte das ações resultantes de emendas parlamentares, executadas por instituições vinculadas ao MI, apresentou execução financeira de ações. No entanto, o não-preenchimento dos dados físicos correspondentes inviabiliza a avaliação da execução física e dos seus resultados. A formalização dos convênios, realizada em especial no terceiro trimestre do ano, permitirá que a execução física das ações tenha início no exercício de 2006, viabilizando a mensuração de seus resultados concretos.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial. O Ministério não possui recursos humanos, no quadro permanente, com qualificação específica dentro da carreira de desenvolvimento regional, sendo necessário buscar outras modalidades de contratação de técnicos com perfil gerencial. A necessidade de uma ação de acompanhamento mais próximo de cada uma das 12 mesorregiões, objetos de ações do programa, leva à necessidade de uma equipe gerencial volumosa. Avanços quanto à qualidade e quantidade da equipe técnica disponível foram feitos no exercício de 2005, que, no entanto, ainda se apresenta insuficiente.

Contingenciamento orçamentário A redução de limites financeiros de custeio do MI, provocada pelo contingenciamento orçamentário, impossibilitou a execução de parte de recursos do programa.

Dificuldades em licitações e celebração de contratos. A realização de licitações para a execução de ações ocorre por meio de convênios realizados com Estados, Municípios e outras instituições, porém Estados e Municípios apresentam dificuldades na

operacionalização dos processos licitatórios, gerando morosidade na implementação dos projetos e dificultando o alcance dos resultados e a aferição de indicadores.

Dificuldades de celebração de convênios na gerência.As dificuldades na elaboração de convênios devem-se a fatores inerentes ao processo administrativo e à busca por instituições com perfil adequado ao projeto e que preencham requisitos de capacidade técnica, credibilidade e inserção local, viabilidade administrativa e adimplência. O fato de haver predominância de recursos de investimento, com a realização de obras civis, condiciona, também, o processo de seleção de parceiros e de realização de convênios.

Dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes. Com a utilização do Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias (CAUC), no novo formato proposto em 2005, muitos Estados e Municípios, selecionados para execução de projetos por suas características técnicas e de inserção local e regional, se viram impossibilitados, por muitos meses, de celebrarem convênios por motivo de inadimplência frente ao sistema de controle com as novas características em vigência. Isso acarretou atraso na elaboração de convênios, gerando a necessidade de busca de novos parceiros e de readaptação de projetos às novas escolhas.

O Congresso Nacional incluiu 7 novas ações no programa pela Lei Orçamentária Anual 2005. Houve dificuldades quanto à implementação dessas ações, com repercussões importantes no acompanhamento de seus resultados e na sua contribuição para os objetivos do programa. Três ações (9578 - Apoio a Projetos Integrados para a Transformação Econômica e Sustentável das Várzeas Amazônicas, 9576 - Fomento à Estruturação de Atividades Produtivas e 9581 - Fomento à Utilização Produtiva de Áreas Alteradas) apresentaram execução financeira e física nulas, prejudicando a avaliação do programa, com resultados desiguais em relação às ações concebidas inicialmente.

A aplicação dos recursos referentes ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional na Amazônia e no Nordeste é realizada sem articulação com as ações desenvolvidas nos espaços prioritários trabalhados pelo PROMESO, não trazendo impactos diretos para os objetivos do programa e para as áreas prioritárias apoiadas pelo programa.

Outros Aspectos Relevantes

Visando a ampliar o contexto de ações convergentes para o desenvolvimento regional e para a redução das desigualdades inter e intra-regionais, cabe destacar a importância da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, criada no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, da qual participam 21 Ministérios e Secretarias Especiais do Governo Federal. No âmbito dessa Câmara, foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial de Programas Regionais, que definiu 5 mesorregiões (Alto Solimões, Chapada do Araraipe, Vale do Jequitinhonha e do Mucuri, Grande Fronteira do Mercosul e metade sul do Rio Grande do Sul) como áreas prioritárias para a articulação de ações e programas desses Ministérios. A ação conjunta dos Ministérios deu origem a Agendas de Compromissos nesses espaços.

Recomendações

- Aperfeiçoar parcerias com outros órgãos governamentais e não-governamentais, seguindo as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, de forma a evitar a implementação de ações isoladas e desarticuladas nos territórios.
- Melhorar a interação com outros programas de base territorial, especialmente os programas "1022 – Promoção e Inserção Econômica de Sub-regiões (PROMOVER) e 8009 – Organização Produtiva de Comunidades Pobres – PRODUZIR", de maneira a evitar sobreposições na articulação institucional e na implementação de ações.
- Aperfeiçoar a aferição dos indicadores do programa ou, se necessário, identificar indicadores alternativos que permitam o monitoramento adequado da implementação das ações.

Promoção e Inserção Econômica de Sub-Regiões - PROMOVER

Objetivo

Promover, em espaços sub-regionais dinâmicos, a inserção competitiva de atividades econômicas potenciais nas economias local, regional, nacional e internacional.

Público-Alvo

Investidores potenciais, pequenos e médios empreendedores, mão-de-obra existente nas áreas selecionadas de atuação.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 74.521.291,00	Empenho Liquidado:	R$ 69.490.995,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 69.490.995,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 8.590.000,00	-

Indicador(es)

1. Faturamento bruto nos Arranjos Produtivos Locais Atendidos pelo Programa

Unidade de medida: Real (R$)
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Viabilidade de difícil avaliação devido à fragilidade do indicador.

2. Número de Ocupações Geradas nos Arranjos Produtivos Locais Apoiados pelo Programa

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Viabilidade de difícil avaliação devido à fragilidade do indicador.

Contextualização

Recorrentemente são apresentados alguns indicadores de desenvolvimento e de disponibilidade de recursos humanos e de capital físico, que revelam precariedade e

fragilidade, em termos de capacidade e sustentabilidade, do processo de redução das desigualdades inter e intra-regionais no Brasil. Essa situação torna-se cada vez mais complexa para as regiões menos dinâmicas, à medida que se reduzem sistematicamente as barreiras anteriormente existentes no âmbito do comércio internacional, de forma que tais regiões, que já enfrentam a concorrência das regiões mais dinâmicas do país, passam a competir com produtos oriundos dos mercados externos. Não obstante, revelam-se, em alguns casos, oportunidades produtivas existentes e potenciais que, adequadamente identificadas e incentivadas, numa perspectiva sistêmica, poderiam se constituir em vetores do desenvolvimento, pautados na capacidade endógena dos recursos humanos existentes e no aproveitamento sustentável dos recursos daquelas regiões. Dessa forma, a mobilização de ações, de iniciativas e de recursos, aproveitando-se as disponibilidades locais existentes, pode revelar os seus condicionantes de competitividade, os seus principais pontos de estrangulamento e, principalmente, as soluções para os problemas identificados. Nesse sentido, evitando-se a sobreposição de iniciativas e ampliando-se as possibilidades de parcerias existentes nas diversas experiências implementadas pela sociedade civil, voltadas para a identificação e promoção de arranjos produtivos locais, clusters, cadeias produtivas e treinamento e capacitação de mão-de-obra, entre outros, possibilitar-se-ia um processo virtuoso de redução consistente das desigualdades verificadas no país.

Principais Resultados

- Início do incremento da competitividade nos Arranjos Produtivos Locais (APLs) apoiados pelo programa.
- Superação de dificuldades em APLs apoiados.

Os projetos apoiados em 2005 ainda estão em andamento, mas já apresentam resultados ou perspectivas que podem caracterizá-los como dentro do esperado.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Definição dos Indicadores. Como os projetos apoiados pelo programa possuem duração média de 2,5 a 3 anos, e os indicadores foram inseridos no programa pela primeira vez no ano de 2005, os resultados só poderão ser mensurados ao final de 2006.

Quantidades inadequadas de recursos humanos nas equipes executoras. Embora a situação da equipe executora tenha apresentado um avanço na quantidade de pessoas dedicadas a execução de ações do programa, entre 2004 e 2005, ainda existe a necessidade de contratação de 3 gerentes de projetos para suprir as demandas de execução e monitoramento de projetos apoiados pelo programa. .

Contigenciamento orçamentário. Em função do contingenciamento orçamentário de recursos de custeio, algumas atividades foram alteradas para que se adequassem à natureza e quantidade de recursos, entretanto, isso não provocou grande prejuízo.
Atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios. Alguns Estados e Municípios atrasaram o envio de prestação de contas, o que inviabilizou o repasse de parcelas dos convênios, gerando atraso no alcance das metas previstas nos projetos.

Dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes. Diversos

parceiros executores dos projetos possuíam algum tipo de inadimplência, impedindo a celebração de convênios e seus pagamentos.

Lentidão no processo de licenciamento ambiental.

Outros Aspectos Relevantes

O programa PROMOVER possui, em seu eixo central, duas grandes ações: 1) "Apoio a Arranjos Produtivos Locais"; e 2) "Capacitação de Recursos Humanos para a Competitividade". Na análise da primeira ação, em suas diversas unidades orçamentárias, percebe-se que o alcance das metas físicas estabelecidas foi de 86%, com a execução de cerca de 89% dos recursos financeiros disponíveis. Com relação à segunda, a execução física foi superior a 100%, mesmo com execução financeira de 70%. Esse fato justifica-se pela articulação, na elaboração dos projetos, de recursos de custeio dos parceiros executores.

Recomendações

- A ação 09EF – "Apoio a Pesquisas e Inovações Tecnológicas em Doenças dos Trópicos" possui pouca aderência aos objetivos do programa e deve ser excluída.
- Aperfeiçoar parcerias com outros órgãos governamentais e não-governamentais, seguindo as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, de forma a evitar a implementação de ações isoladas e desarticuladas nos territórios.
- Melhorar a interação com outros programas de base territorial, especialmente os programas "Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (PROMESO)" e "Organização Produtiva de Comunidades Pobres (PRODUZIR)", de maneira a evitar sobreposições na articulação institucional e na implementação de ações.
- Aperfeiçoar a aferição dos indicadores do programa ou, se necessário, identificar outros que permitam o monitoramento adequado da implementação das ações do programa.

Resposta aos Desastres

Objetivo

Promover o socorro e a assistência às pessoas afetadas por desastres, o restabelecimento das atividades essenciais e a recuperação dos danos causados, especialmente nos casos de situação de emergência e estado de calamidade pública reconhecidos pelo Governo Federal.

Público-Alvo

Pessoas afetadas por desastres, especialmente os estratos populacionais menos favorecidos.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 254.129.531,00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 228.169.817,00 - R$ 228.169.817,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Resposta aos Desabrigados e Desalojados nos Municípios em Emergência ou Estado de Calamidade Pública

Unidade de medida: Porcentagem
Último índice apurado: 10 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 41

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O alcance do índice é viável, embora não reflita a realidade, em função de as ações deste programa serem basicamente de resposta após a ocorrência dos desastres naturais, humanos e mistos, o que não é previsível, sendo normalmente aferido ao final do exercício financeiro. Em termos de meta física, não é possível predizer com segurança, mas estima-se que, ao final de um dos 4 anos do programa, tenha sido atingido um índice aproximado de ¼ do previsto, considerando-se o que foi realizado e normalmente se repete.

Contextualização

- O art. 21 da Constituição Federal prevê o planejamento e a promoção da defesa permanente contra calamidades públicas, especialmente as secas e inundações.
- O Decreto nº 4.649, de 27/03/2003, aprovou a estrutura regimental do Ministério da Integração Nacional (MI) nos artigos de 16 a 19, que

estabelecem as competências da Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC/MI).

- O Decreto nº 895, de 16/08/1993, dispõe sobre a organização do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), cujo Órgão Central é o SEDEC.
- O Decreto nº 1.080, de 08/03/94, regulamenta o Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP).
- A Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Defesa Civil (CONDEC), de 12/12/1994, aprovou a Política Nacional de Defesa Civil.

Há freqüentes ocorrências de desastres naturais, humanos e mistos, com danos às pessoas e ao patrimônio e com grandes prejuízos econômicos e sociais. Além disso, a maioria dos Municípios não possui estrutura e capacidade financeira para administrar a normalidade, mais ainda na anormalidade provocada por desastres. Especialmente nos desastres de grande porte, quando as necessidades ultrapassam a capacidade de resposta dos Municípios, o atendimento supletivo do Governo Federal tem sido feito sem a urgência necessária (ações relacionadas com o socorro, a assistência às pessoas afetadas e a reabilitação dos cenários), devido à burocracia no repasse dos recursos orçamentários e extraordinários, inviabilizando a pronta resposta. A alocação de recursos no FUNCAP viabiliza a implementação imediata das ações de pronta resposta aos desastres. Nos últimos anos, a indisponibilidade orçamentária comprometeu o atendimento emergencial e oportuno às pessoas afetadas por desastres.

Principais Resultados

- Atendimento a todos os Municípios carentes de ajuda federal, considerando-se os recursos financeiros orçamentários e os oriundos de Medidas Provisórias e emendas parlamentares, no que se refere a socorro e assistência às populações afetadas por desastres e que solicitaram o apoio do Governo Federal. Nas ações de socorro e assistência às pessoas atingidas por desastres e nas de recuperação de danos causados por desastres, devido à burocracia, não foi possível o atendimento pleno com a utilização dos recursos totais envolvidos.
- A SEDEC realizou os empenhos dentro dos prazos e conforme a legislação vigente, no entanto, ocorreram cancelamentos de empenhos realizados, em face do não-atendimento, por parte dos proponentes, às normas legais em vigor, basicamente por não terem conseguido fornecer documentação indispensável à formalização dos convênios.

O resultado foi considerado dentro do esperado, mas os resultados poderiam ter sido melhores caso não ocorresse o excesso de burocracia, aliado ao despreparo das equipes municipais

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Composição das fontes de financiamento. O orçamento anual (LOA) é extremamente reduzido e sua execução depende, portanto, da edição de Medidas Provisórias e de emendas parlamentares, as quais, em seu conjunto, representaram em 2005 mais de 10 vezes a dotação orçamentária desta Secretaria, configurando-se uma verdadeira inversão de valores. Existe o FUNCAP, criado por Lei Federal, o qual não é dotado anualmente de recursos financeiros e que poderia servir como poderoso instrumento

de agilização, tanto das ações de socorro como as de reabilitação e amenizando os efeitos da edição das Medidas Provisórias.

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física, contingenciamento orçamentário e atraso na liberação de recursos. Devido aos contingenciamentos de recursos e à imposição de limite orçamentário e financeiro mensal, eventualmente ocorrem descontinuidades, prejudicando inclusive a realização de destaques orçamentário-financeiros a Órgãos Federais parceiros nas ações de resposta a desastres. No caso das Medidas Provisórias e das emendas parlamentares, as dotações demoram a ser disponibilizadas no curto prazo, prejudicando as populações atingidas.

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial Há necessidade de aquisição imediata de equipamentos especializados e materiais específicos à atividade da equipe gerencial, os quais, devido às dotações orçamentárias existentes, são adquiridos em quantidades pequenas, demandando tempo excessivo para o atendimento das equipes empregadas nas diversas ações do programa.

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras. Há necessidade de mais profissionais capacitados na equipe gerencial e nas equipes executoras, de forma a realizar o gerenciamento das diversas atividades afetas à SEDEC.

Insuficiente qualificação de recursos humanos da equipe gerencial e das equipes executoras. A inexistência de Plano de Cargos e Salários no Ministério dificulta bastante o recrutamento de pessoal em nível gerencial. O vencimento mensal dos técnicos de nível superior é ínfimo se comparado ao de outras categorias salariais, o que concorre para a alta rotatividade dos técnicos concursados, os quais realizam concursos em outros órgãos de melhor remuneração e, conseqüentemente, se afastam por força de suas nomeações. Esse fato obriga a constante reciclagem e treinamento repetido dos novos servidores, prejudicando o desempenho administrativo da SEDEC.

O atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios ocasiona acúmulo de problemas administrativos, pelo despreparo das equipes municipais e mesmo algumas estaduais, o que compromete o dia-a-dia administrativo da SEDEC e acarreta a perda de tempo e esforços consideráveis no atendimento de diligências dos órgãos de fiscalização e controle.

Dificuldades em licitações e celebração de contratos. São enfrentadas dificuldades devido ao despreparo das equipes administrativas municipais e estaduais, na formalização dos processos administrativos obrigatórios pela legislação.

Lentidão no processo de licenciamento ambiental. Os convênios são celebrados com cláusulas condicionantes de somente liberar os recursos financeiros após a apresentação da documentação obrigatória. Esse aspecto prejudica, em última instância, a população afetada por desastres.

Outros Aspectos Relevantes

Estão em fase de criação as Coordenadorias Municipais de Defesa Civil em ritmo acelerado no país, bem como diversos Municípios têm incrementado a criação e funcionamento dos Núcleos Comunitários de Defesa Civil (NUDEC), especialmente para atender à população de baixa renda residente nas periferias dos centros urbanos. Isso tem auxiliado a redução dos efeitos dos desastres junto à população afetada, com reflexos positivos na conscientização dos cidadãos e a significativa redução das mortes ocasionadas por desastres. Essas atividades têm sido, geralmente, solicitadas pelas comunidades junto aos seus governantes.

Está em implementação o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres, o qual constituirá um espaço próprio com equipamentos de última geração, operados por especialistas treinados e apoiado em um sistema de Tecnologia da Informação (TI) recentemente instalado, o Sistema Operacional de Defesa Civil,,que já emite, atualmente, os alertas meteorológicos a todos os Municípios e Estados, bem como realiza o socorro às populações atingidas por desastres, desencadeando as Portarias de reconhecimento de situação de emergência ou de estado de calamidade pública e, ainda, servindo como base de dados de áreas de risco e de facilidades de apoio e socorro às populações em todo o território nacional, sendo que tudo será interligado mediante a Rede Nacional de Defesa Civil, em futuro próximo. Trata-se, portanto, de uma ferramenta de extrema utilidade no gerenciamento de crises.

Recomendações

- Simplificar o processo de descentralização de recursos mediante transferências voluntárias (convênios), especialmente nos casos de reconhecimento de situação de emergência e estado de calamidade pública.
- Incrementar as articulações com o Ministério das Cidades e o Ministério do Meio Ambiente, tendo em vista a forte interface entre defesa civil, planejamento urbano e gestão ambiental.

Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação

Objetivo

Transferir os perímetros públicos de irrigação em condições adequadas à autogestão pelos usuários.

Público-Alvo

Produtores de perímetros públicos irrigados.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$176.843.673,00	Empenho Liquidado:	R$ 132.383.849,80
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 132.383.849,80

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa da Transferência da Gestão de Perímetros Públicos de Irrigação para os Usuários/Produtores

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 20%

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. A meta é factível, porém dependente das liberações financeiras, que, se limitadas ao que foi disponibilizado em 2005, inviabilizarão o alcance do índice. Em caso contrário, há possibilidades de recuperação.

Contextualização

O viés paternalista das políticas de irrigação e de reforma agrária, comum à grande maioria dos países em desenvolvimento, tem reflexo no programa "Desenvolvimento da Agricultura Irrigada", no decorrer das duas primeiras décadas de sua existência, resultando na dependência da assistência financeira pública para o custeio dos gastos de operação e manutenção. Da mesma forma, a grande maioria dos produtores beneficiados por esses projetos nunca alcançaram os níveis de capacitação necessários para se transformarem em pequenos empresários rurais. A figura do colono corresponde a um agricultor de subsistência, explorando uma área na qual foram efetuados vultosos investimentos para adequá-la à produção intensiva.

A transferência da gestão, processo que no Brasil foi denominado emancipação, comprovou ser a medida mais eficaz para aumentar a produtividade das áreas

beneficiadas, bem como para garantir a economia de água e manutenção apropriada das estruturas, verificando-se, igualmente, uma significativa redução de custos operacionais. Como resultado adicional, os produtores deixam de utilizar recursos para a manutenção dos empreendimentos, destinando-os à expansão da área irrigada ou outras atividades que garantam maior retorno socioeconômico. No país, muitos projetos públicos continuam, direta ou indiretamente, sob a tutela do Governo ou necessitam de subsídios públicos para a sua gestão.

Para atingir a autogestão, é indispensável um período de adequação, com operação inicial nos novos projetos e reorganização nos projetos em funcionamento, de modo a permitir que os produtores obtenham as condições mínimas para assumir os encargos financeiros decorrentes. Durante esse período, os agricultores são conscientizados do seu papel de empresários rurais e capacitados em agricultura irrigada e nas tarefas de operação e manutenção dos sistemas. Especialistas fomentam e estimulam a formação do "Distrito de Irrigação", entidade responsável pelo fornecimento de água, bem como a formação de cooperativas ou associações de produtores como forma de obter vantagens competitivas para a sua produção. Tais condições favorecem considerável ampliação da área irrigada e, conseqüentemente, da produção agrícola, assim como a geração de emprego e renda. Atualmente estão em operação 80 projetos que poderão fazer parte do programa no período 2004-2007.

Principais Resultados

- O programa deu prosseguimento às atividades de gestão dos perímetros, sendo que as metas para 2005 devem ser atingidas em março de 2006. Estava prevista a transferência da gestão de 9 perímetros em 2005, a saber: 3 da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), 1 do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) e 5 do Ministério da Integração Nacional (MI), através de convênios com Estados.
- Os da CODEVASF, incluídos no Projeto Piloto de Investimento (PPI), tiveram sua gestão transferida. O perímetro do DNOCS somente poderá ser transferido em 2006, devido a problemas de regularização fundiária e deficiência de recursos financeiros. Dos 5 perímetros do MI, para os quais nenhum recurso financeiro foi liberado em 2005, 4 serão transferidos até julho de 2006 e o outro, somente em 2007.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O cronograma de liberação de recursos afetou diretamente o atingimento das metas físicas previstas para o programa. Outro problema referente aos recursos orçamentários está relacionado ao limite disponibilizado ao órgão, impossibilitando a utilização de todos os recursos do MI.

A falta de espaço físico para comportar a equipe de trabalho, além da insuficiência de instrumentos de trabalho, comprometeram o efetivo desenvolvimento das ações.

Outro problema recorrente diz respeito à insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial. O pessoal existente no MI não está capacitado para realizar as ações e há necessidade da atuação de consultores. Os recentemente contratados por concurso, devido ao reduzido salário, apresentam falta de motivação

para continuar e a qualificação necessária dos profissionais das diversas áreas é apenas a experiência em perímetros irrigados em funcionamento

Outros Aspectos Relevantes

Embora a cobertura do público-alvo tenha alcançado o número esperado, houve grande atraso no início das atividades, devido à liberação de recursos.

Os irrigantes foram apenados devido à não-viabilização de medidas relativas a crédito e assistência técnica, e a organização e reabilitação sofreram atrasos significativos em função da falta de recursos oportunos.

O monitoramento de todos os perímetros é feito mensalmente por meio do levantamento das informações no local e existe uma contínua troca de informações entre o Ministério e as unidades administrativas executoras. O monitoramento e a troca de informações são realizados por técnicos locais e equipes específicas para acompanhamento em contato direto com a coordenação, mas está ocorrendo significativa redução de recursos humanos, em função das limitações financeiras impostas ao programa.

Houve uma redução significativa entre o valor previsto e o aplicado na ação Gestão e Administração do Programa (GAP), gerando dificuldades operacionais, principalmente, referentes à sua execução e controle.

Recomendações

Incluir as ações:

- Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Flores de Goiás, com 3.800ha (1ª Etapa), no Estado de Goiás;
- Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Jacaré-Curituba, com 3.150ha, no Estado de Sergipe;
- Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Sampaio, com 999ha, no Estado do Tocantins;
- Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Rio Formoso, com 27.787ha, no Estado do Tocantins;
- Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Gurita, com 220ha, no Estado do Tocantins;
- Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Luís Alves do Araguaia (2ª Etapa), com 4.736ha, no Estado de Goiás.



Ministério da Justiça

Assistência Jurídica Integral e Gratuita
Combate à Criminalidade
Combate ao Crime Transnacional
Defesa do Consumidor
Defesa dos Direitos Difusos
Defesa Econômica e da Concorrência
Democratização do Acesso à Informação Legislativa
Estrangeiros no Brasil
Gestão da Política na Área da Justiça
Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas
Modernização da Polícia Federal
Modernização do Sistema Penitenciário Nacional
Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento
Reconhecimento de Utilidade Pública
Reforma do Judiciário
Segurança Pública nas Rodovias Federais
Sistema Único de Segurança Pública - SUSP

Sumário Executivo

Em 2005, do total previsto para o Ministério da Justiça, foram utilizados R$ 4,6 bilhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 5.375.463.058,00	**Realizado orçamentário[1]:**	R$ 4.663.005.393,00
Recursos não orçamentários previstos:	-	**Realizado não orçamentário:**	-
Total previsto:	R$ 5.375.463.058,00	**Total realizado:**	R$ 4.663.005.393,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R$ 370,7 milhões inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R$ 271,3 milhões.

Principais Resultados

Os principais resultados obtidos pelo conjunto dos programas do Ministério da Justiça em 2005 a serem destacados foram:

- Avanço na integração dos órgãos de segurança pública por meio do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). A integração dos órgãos de segurança materializou-se com a criação da Força Nacional de Segurança Pública, que se fortaleceu em 2005, e com a expansão da Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização (Infoseg), que se tornou operacional para as 27 Unidades da Federação (UF). Os principais objetivos da criação da Força são a padronização de procedimentos e equipamentos na atuação das polícias militares e a elaboração de uma doutrina nacional para os policiais militares estaduais. A Força, que é composta por policiais militares e bombeiros dos Estados e do Distrito Federal, conta com 4.264 profissionais treinados, dos quais 2.843 receberam instrução de nivelamento em 2005. O Rede, por sua vez, possui informações sobre inquéritos policiais, processos judiciais e mandados de prisão, dados cadastrais e imagens (CPF, CNPJ, foto CNH), dados de veículos e proprietários, condutores e multas e dados de armas da Polícia Federal (PF) e do Exército.
- Esforços no sentido de agir sobre a cultura das instituições de segurança, formando um novo policial. O Ministério da Justiça buscou traçar os parâmetros para a formação de profissionais capazes de promover ações preventivas e que usem da força apenas quando necessário. Nesse sentido, foi implementada a matriz curricular nacional para o ensino policial, que

[1] A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

se constitui num referencial nacional para a formação dos operadores de segurança pública, calcado nos princípios de direitos humanos e cidadania, integração, interdisciplinaridade, continuidade e qualidade, visando a padronizar as atividades formativas em segurança pública nas academias e nos centros de ensino policial.

- Combate à criminalidade. Destacam-se as atuações de repressão ao tráfico de drogas, à corrupção, à lavagem de dinheiro, à pirataria e aos crimes contra a previdência social e contra os recursos naturais, além do combate ao crime transnacional. Em 2005 foram realizadas 9 operações especiais para combater o tráfico de drogas, que resultaram na apreensão de 168 toneladas de drogas e 87 pessoas. Outras 27 operações especiais de combate à corrupção culminaram com a prisão de 695 pessoas. Também merecem destaque as operações realizadas pela PF e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), com a participação eventual do Ministério Público Federal, visando ao desmantelamento de quadrilhas envolvidas na exploração, no transporte e na comercialização ilegal de madeira. Somente as operações Curupira I e II prenderam 142 pessoas. o que se refere ao combate à pirataria, a PF, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) e a Secretaria da Receita Federal (SRF) têm realizado operações de sucesso, expresso na evolução do número de prisões. Em 2004 foram presas 33 pessoas, enquanto que no ano passado o número saltou para 1.200 prisões. No que se refere à apreensão de produtos, houve um aumento expressivo de 120% em relação a 2004.No tocante à repressão ao crime transnacional, foram bloqueados cerca de US$ 300 milhões em recursos remetidos ilegalmente para o exterior, frutos de corrupção e relacionados ao crime organizado.
- Campanha de desarmamento. Foram recolhidas 460 mil armas até setembro de 2005 por meio da campanha do desarmamento iniciada em 2004, que pagou R$ 46 milhões em indenizações. Esse pode ter sido o principal fator para a redução do número de homicídios em 2004. Um estudo realizado pelo Ministério da Saúde demonstrou que a mortalidade por arma de fogo no país decresceu 8,2% em 2004.
- Modernização do sistema penitenciário. O Governo Federal deu seguimento a três estratégias principais: diminuir a superlotação dos estabelecimentos penais nos Estados e no Distrito Federal, quebrar o controle de grupos criminosos organizados sobre a população prisional, e promover atividades que contribuam para a reintegração do preso à sociedade. Além disso, destacam-se os investimentos realizados na infra-estrutura da PF, tais como a aquisição de equipamentos destinados ao novo Instituto Nacional de Criminalística (INC) e às Superintendências Regionais do Departamento de Polícia Federal, que totalizaram R$ 110 milhões em 2005 para a montagem de Laboratórios de Análises Químicas, Documentoscopia, Fotografia e DNA e a implantação da Rede de Radiocomunicação Fixa (Tetrapol) nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília e nas respectivas unidades táticas móveis para os demais Estados. Com vistas a consolidar o sistema penitenciário federal, deu-se seqüência ao projeto de construção das penitenciárias federais. As unidades de Campo Grande (MS) e Catanduvas (PR) atingiram execução física de cerca de 90% e as obras da unidade de Mossoró (RN) foram iniciadas em novembro. Além disso, foram conveniadas 3.478 novas vagas nos sistemas penitenciários estaduais e disponibilizadas 8.412 vagas por meio de convênios firmados em exercícios anteriores. No

tocante ao reaparelhamento e à modernização dos órgãos de segurança de Estados e Municípios, foram transferidos R$ 230,8 milhões.

- Assistência jurídica gratuita. Foram atendidas 227.119 pessoas
- Geração de subsídios para a reforma do judiciário. Foram propostos diversos projetos de lei de natureza infraconstitucional
- Patrulhamento ostensivo e controle de trânsito nas rodovias federais. Especificamente no que se refere à PRF, em 2005 ingressaram 1.100 novos policiais nos quadro da instituição e o número de veículos fiscalizados em 2005 foi superior a 7 milhões. Como resultado, foram aplicadas 1.434.213 notificações, feitas 109.453 apreensões de veículos, 21.135 apreensões de carteiras de habilitação e houve a recuperação de 3.237 veículos. Em decorrência da intensificação do combate ao tráfico de drogas, foram apreendidos aproximadamente 235 mil quilos de maconha e mais de 2 mil quilos de cocaína nesse período, além da erradicação de mais de 1 milhão de pés de maconha em operações realizadas no chamado "polígono da maconha".
- Contribuição para a melhoria da qualidade de vida indígena. É de se ressaltar, finalmente, o resultado das ações gerenciadas pela Fundação Nacional do índio (FUNAI). Entre os principais resultados estão a prestação de atenção básica em saúde a 410.653 indígenas e a garantia de posse e usufruto de terras para mais de 5.200 índios

Aspectos Relevantes

As principais restrições que prejudicaram o desempenho do programa são a carência de recursos humanos, o contingenciamento orçamentário e a indisponibilidade de recursos financeiros. Há uma defasagem generalizada de pessoal técnico em áreas estratégicas que, via de regra, é minimizada mediante a contratação de prestadores de serviço e estagiários e pela requisição de funcionários de outros órgãos. Dos 325 cargos comissionados existentes no MJ apenas 48 são ocupados por servidores efetivos. São precárias tanto a alocação, quanto a redistribuição das pessoas no interior do Ministério.O último concurso público para o preenchimento de cargos foi realizado em 1983.

Os programas multissetoriais gerenciados pelo Ministério apresentam problemas recorrentes de gerenciamento. Nesses casos é preciso, além do aparelhamento das instituições, mais esforço no sentido de provocar reuniões do comitê gestor dos programas.

Também foram identificados diversos problemas relacionados à gestão das informações, dos processos e de custos. A gestão das informações tende a melhorar com a implantação do sistema de informações do MJ, previsto para entrar em funcionamento ainda em 2006. Mas praticamente não existe mecanismo que assegure sinergia e convergência entre os programas. Da mesma forma, são desenvolvidas apenas ações isoladas e esporádicas voltadas ao gerenciamento de custos.

Quanto ao relacionamento com os beneficiários e a sociedade, destaca-se o portal da transparência, por meio do qual o Ministério confere publicidade às informações orçamentárias e financeiras. Entretanto, existem poucas iniciativas para promover a participação social na formulação e implementação dos programas.

No tocante às boas práticas de gestão, destacam-se as atuações dos Conselhos Locais de Saúde e dos Conselhos Indígenas Regionais, os quais contribuem decisivamente no cumprimento da execução das ações referentes à educação e saúde dos povos indígenas.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade do pelo Ministério da Justiça.

Assistência Jurídica Integral e Gratuita

Objetivo

Garantir a prestação de Assistência Jurídica Gratuita e o acesso à justiça ao cidadão, contribuindo para a democratização da justiça.

Público-Alvo

Cidadãos que necessitam de assistência jurídica, judicial e extrajudicial gratuira.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 32.589.188,00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 26.814.466,00 - R$ 26.814.466,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Cidadão assistido com prestação jurídica gratuita

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 227.119 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 180.000

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Já superado. Em 2005 o indicador superou o índice previsto para o final do PPA. A Defensoria Pública da União (DPU) conseguiu reduzir o custo médio por cidadão assistido em 2005 para R$ 118,06, número bem menor que o registrado no ano de 2004, de R$ 139,07.

Contextualização

A Defensoria Pública é uma instituição estatal próxima à sociedade e assume uma posição pró-ativa em relação às demandas da mesma. O programa tem o objetivo de oferecer ao cidadão que não tenha condição de pagar os honorários de um advogado e as custas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de sua família, oportunidade de acesso à Justiça, contribuindo para a sua democratização, em especial, para a prevenção da violência e para assegurar o exercício da cidadania.

A consolidação deste programa de assistência jurídica, com orientação jurídica, disseminação de informações sobre direitos e deveres, promoção de conciliações, prevenção da violência, patrocínio de causas e defesa jurídica vem proporcionando grande impacto na transformação social no âmbito do Sistema Judiciário. O

programa também apresenta respostas a diversos desafios, face ao desconhecimento de direitos por parte do cidadão e ao descrédito da sociedade na Justiça. Por isso, busca-se ampliar o exercício da cidadania, principalmente, oferecendo aos cidadãos mais necessitados, mediante a assistência jurídica gratuita, uma maior aproximação à Justiça.

Principais Resultados

- 227.119 atendimentos realizados pela DPU nos 28 núcleos instalados nas principais cidades brasileiras, o que representa um crescimento de 39% no número de atendimentos em relação ao ano de 2004, quando foram realizados 163.936 atendimentos.
- Foi desenvolvido no ano de 2005 o projeto "Defensoria Itinerante", da DPU, , com um atendimento de mais de 4 mil pessoas. No núcleo de Pelotas, a "Defensoria Itinerante" atendeu aos Municípios de São Lourenço do Sul, Jaguarão, Camaquã, Canguçu, Pedro Osório, Piratini e Cerrito, no interior do Estado do Rio Grande do Sul. Em outros locais, a DPU acompanhou a Justiça Federal. A Defensoria Pública da União em Maceió participou do Primeiro Juizado Especial Federal Cível Itinerante, realizado no Município de Santana do Ipanema, no Estado de Alagoas. Houve também a participação da Defensoria Pública da União no projeto itinerante do Juizado Especial Federal do Estado do Tocantins, realizado nos Municípios de Palmas, Augustinopólis e Araguatins (Região do Bico do Papagaio), entre outros Juizados Itinerantes que possibilitaram a atuação da Defensoria Pública da União em lugares onde não há núcleos instalados.

Criação do núcleo de Roraima, na cidade de Boa Vista, em funcionamento na sala do Juizado Especial, com previsão de nova sede.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

- Os resultados alcançados em 2005, acima do esperado, demonstram que o programa possui capacidade crescente para o atendimento da demanda por assistência gratuita prestada. Cabe destacar que a atual política de expansão das atividades de prestação dos serviços jurídicos aos assistidos considera o reduzido quadro de defensores públicos, a inexistência de quadro de apoio e o baixo número de cargos de DAS, estando atualmente direcionada ao fortalecimento dos núcleos nas capitais. Diante disso, para que essa expansão seja desconcentrada, é de suma importância a aprovação do projeto de criação de 169 cargos de defensor público da União, em relação ao qual a DPU tem se empenhado profundamente na tentativa de acelerar sua tramitação. Cabe destacar a apresentação da proposta de anteprojeto de Estruturação da Defensoria Pública da União, criando as carreiras de analista de assistência jurídica e de técnico de assistência jurídica, além da ampliação do quadro de defensor público da União de 2ª categoria. A proposta contempla a criação de mil cargos de defensor público da União de 2ª categoria e 4.660 cargos de apoio, dos quais 2.540 são de analista de assistência jurídica e 2.120 são de técnico de assistência jurídica.
- O público-alvo do programa são pessoas que recebem até dois salários mínimos, mais de 91 milhões de brasileiros. No entanto, o atendimento realizado considera as limitações financeiras e humanas que hoje atingem a

DPU. Prevê-se que, tão logo haja uma ampliação do quadro de defensores e a criação da carreira de apoio, haverá um substancial crescimento nos números de beneficiários do programa. Acredita-se ser possível realizar mais de 2 milhões de atendimentos à população carente por ano. Dessa forma, o dimensionamento do público-alvo está sempre condicionado e limitado aos recursos humanos e materiais existentes na Defensoria Pública da União.

- Em razão do pequeno orçamento liberado, muitas unidades de atuação da DPU nos Estados ainda não contam com os recursos materiais adequados ao pleno funcionamento. Cabe destacar duas fragilidades em especial: a ausência, em diversas unidades, de veículos para a realização dos trabalhos externos e o fato de que vários núcleos ainda não estão adaptados para o acesso de deficientes.

Outros Aspectos Relevantes

- Foi mplantada pesquisa de satisfação dos usuários para avaliação da qualidade do atendimento prestado, por meio de questionário apresentado ao cidadão. Há iniciativas locais no sentido de verificar a qualidade do atendimento e o grau de conhecimento da instituição por parte da sociedade.
- O Tribunal de Contas da União realizou auditoria operacional em ampla amostra do atendimento da DPU, com o objetivo de efetuar diagnóstico sobre o desempenho do Programa de Assistência Jurídica Integral e Gratuita, atividade fim da instituição. A avaliação foi iniciada no segundo semestre de 2004 e se encerrou em junho de 2005.
- O controle efetivo das atividades desenvolvidas pelos núcleos é realizado através do Relatório Mensal de Assistência Prestada (REMAP), um sistema de controle dos trabalhos desenvolvidos pelos defensores públicos da União. Entretanto, um controle mais efetivo das atividades desenvolvidas pelos núcleos só será possível a partir da implantação do novo sistema informatizado, previsto para fevereiro de 2006. Trata-se de sistema de âmbito nacional, com possibilidade de fornecer uma extensa gama de relatórios estatísticos que evidenciarão detalhadamente as atividades desenvolvidas, permitindo que a administração superior avalie o desempenho setorial da DPU.
- A Defensoria Pública da União disponibiliza o serviço de ouvidoria com uma linha telefônica chamada "Disque Cidadão", destinado a receber ligações de todo o território nacional. Neste canal, o cidadão pode fazer reclamações e dar sugestões sobre o serviço oferecido pela Instituição.
- Como boas práticas de gestão destacam-se: desenvolvimento pelo próprio órgão dos sistemas informatizados; utilização de software livre e gratuito; contatos com a Receita Federal e outros órgãos a fim de adquirir bens; e contatos com a Secretaria de Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, para aquisição de imóveis para instalação dos serviços de assistência jurídica.

Recomendações

- Os defensores públicos são os agentes responsáveis pela execução das ações finalísticas do programa. Para evitar o desvio da função principal,

a Defensoria Pública Geral da União considera de extrema relevância a criação do quadro de apoio, o que certamente irá qualificar e agilizar os trabalhos desenvolvidos na Instituição.

- Criar o indicador "Número de Atendimentos Prestados ao Cidadão", com a finalidade de identificar o atendimento prestado atualmente pela DPU, atendendo à recomendação do Tribunal de Contas da União.

Combate à Criminalidade

Objetivo

Intensificar o combate à criminalidade no país mediante o fortalecimento de repressão às organizações criminosas e operações policiais de competência federal, buscando a integração permanente com os órgãos de segurança pública.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 159.758.994,00	Empenho Liquidado: R$ 131.478.572,00 Pago estatais: - Total: R$ 131.478.572,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal.

Unidade de medida: Dia
Último índice apurado: 80 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 78

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. Este indicador é medido pelo tempo médio de conclusão dos inquéritos instaurados em um ano e relatados dentro do mesmo ano. No ano de 2004 foram realizados 10.577 inquéritos com tempo médio de conclusão de 76 dias e em 2005 foram realizados 13.363 inquéritos com tempo médio de conclusão de 80 dias.

2. Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal.

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 64 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 90

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. A meta para o ano de 2005 foi de 82% de inquéritos concluídos. Em 2005 foram instaurados 66.373 inquéritos e relatados 42.656 inquéritos, o que implica em uma taxa de 64%, obtida pela relação percentual entre o número de inquéritos policiais relatados nas unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados pelo Departamento de Polícia Federal.

É importante observar que, mesmo não se alcançando a meta prevista para 2005, o valor obtido representou um aumento de oito pontos percentuais em relação ao valor apresentado no ano de 2004, que representa cerca de onze mil inquéritos a mais relatados.

Contextualização

Nos últimos anos, a criminalidade no país aumentou substancialmente em todos os níveis e modalidades. Tal quadro evidencia as questões sociais decorrentes dos problemas enfrentados pela economia brasileira, a atuação crescente do crime organizado com fortes reflexos nas taxas de violência, e a escalada da corrupção nas três esferas de poder. Amplia-se a necessidade de maior rigor no combate a crimes transnacionais como o tráfico de armas e drogas e a lavagem de dinheiro. Outra preocupação são os crimes ambientais (biopirataria, tráfico de animais, poluição hídrica), contrabando e descaminho, crimes pela Internet e a entrada e saída de pessoas sem o devido controle imigratório.

Principais Resultados

- Realização de 27 operações especiais de combate à corrupção, implicando na prisão de 695 pessoas.

- Realização de 9 operações especiais de combate ao tráfico de entorpecentes, resultando na prisão de 87 pessoas e apreensão de 168,4 toneladas de entorpecentes.

- Arrecadação de 448.419 armas de fogo por meio da campanha do desarmamento em 2005.

Em 27 operações especiais de combate à corrupção realizadas em 2005 foram presas 695 pessoas por corrupção, entre as quais 229 servidores públicos federais, estaduais e municipais. Foram presos políticos e empresários, acusados de crimes que vão da falsificação de documentos relativos à propriedades de terras na operação Terra Nostra, 8 prefeitos e 4 ex-prefeitos envolvidos com o desvio de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação pela Operação Guabiru e a prisão de policiais federais envolvidos com o desvio de cheques apreendidos durante a operação.

No que se refere à ação "Combate aos Crimes Contra a Previdência Social", em 2005 foram detectadas e corrigidas irregularidades em 6.016 benefícios previdenciários, gerando uma economia mensal de R$ 3,65 milhões, com possibilidade de se recuperar mais R$ 96,5 milhões que foram pagos indevidamente ao longo do tempo. Nesse sentido, foram deflagradas 22 operações, que resultaram em 113 prisões de pessoas do público externo e interno que estavam envolvidas diretamente em fraudes; foram emitidos 74 mandados de busca e apreensão de elementos com provas de materialização das fraudes; foram instaurados 140 inquéritos policiais pela Policia Federal para investigação de fraudes. No total, foram realizadas nesta ação 1.394 operações nas unidades centrais e descentralizadas do DPF.
No âmbito da ação "Combate aos Crimes Praticados Contra Bens, Serviços e Interesses da União", destaca-se a expedição de aproximadamente 55 mil Carteiras Nacionais de Vigilantes, 775 revisões para autorização de funcionamento de

empresas de segurança privada e julgados 1.029 processos punitivos que resultaram em 454 multas aplicadas, 23 advertências e 53 empresas clandestinas fechadas, entre outros.

O combate à lavagem de dinheiro, inserido na ação "Combate ao Crime Organizado e ao Tráfico Ilícito de Armas e Drogas", é um ponto forte do programa. Em 2005, foram realizadas 2.647 operações no âmbito desta ação.

No combate ao tráfico de drogas foram realizadas em 2005 nove operações especiais e outras de menor porte que resultaram em 168,4 toneladas de drogas apreendidas e 4.181 traficantes presos. Ressalta-se que os resultados alcançados por esta ação em 2005 representaram o melhor resultado dos últimos anos - a maior quantidade de drogas apreendidas pelo DPF em um ano - e foram abertos 3.627 inquéritos por tráfico de drogas.

A operação Roupa Suja, que investigou organização criminosa que atuava em fraudes de licitações públicas, resultou em 14 prisões> A operação Canaã/Overbox, que investigou organização criminosa dedicada à prática de contrabando e descaminho, corrupção de agentes públicos e promoção de imigração ilegal para os Estados Unidos e países da Europa, resultou, entre outros, na prisão de sete agentes da Polícia Federal e cinco servidores da Receita Federal.

Das nove grandes operações realizadas pela Polícia Federal, destacam-se a operação Moluscas, que apreendeu cerca de seis toneladas de maconha no Estado do Paraná e a operação Pescador, que apreendeu cerca de três toneladas de cocaína nos estados do Pará e Amazonas. No combate ao tráfico de armas, foram realizadas as operações Gatilho e Chumbo Grosso, no período de fevereiro a novembro de 2005, que apreenderam 847 armas de diversos tipos e munições de diversos calibres.

A Campanha Nacional de Desarmamento, promovida pelo governo federal com base no Estatuto do Desarmamento e o pagamento de indenização pela entrega de armas de fogo são outros destaques nas realizações do programa. Em 2005 foram entregues à Polícia Federal 448.419 armas de fogo, valor que representa um grande número de armas irregulares retiradas de circulação.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A avaliação do desempenho do programa requer um esclarecimento: a metodologia de planejamento e execução utilizada pelo DPF não tem correlação com a metodologia desenvolvida pelo Governo Federal para o PPA 2004-2007. Desta forma, os coordenadores de ação não têm qualquer conhecimento sobre a execução das ações, ou sobre quem as executa, da mesma forma que não sabem que providências adotar e a quem se reportar. Em suma, a metodologia de execução das ações através de coordenadores de ação não é utilizada pelo DPF.

A execução das ações, na maioria das vezes, é realizada por um conjunto de unidades, centrais e descentralizadas. Dessa forma, o resultado físico-financeiro referente à execução das ações é a soma das execuções destas unidades. As informações são repassadas por cada área no início do ano seguinte, quando é elaborado o relatório anual. Porém, este relatório é elaborado levando em consideração o executado por cada unidade central do DPF, não sendo orientado pelas ações. Esse distanciamento

da metodologia do PPA prejudica a avaliação do cumprimento de metas físicas e financeiras, já que a previsão constante da Lei Orçamentária não encontra rebatimento na efetiva execução das ações.

Para um acompanhamento dos executores e implantação de um sistema de monitoramento das ações é necessário modificar o modo como as unidades repassam as informações e orientar a execução de cada área com vistas às ações do PPA que implementam.

A iniciativa do Governo Federal em promover a aproximação dos órgãos ligados ao combate ao crime organizado e à segurança pública, por meio do Sistema Único de Segurança Pública, tem proporcionado uma maior integração do DPF com outras unidades do Ministério da Justiça, como a Polícia Rodoviária Federal, a Secretaria Nacional de Segurança Pública e o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, que coordena os trabalhos relativos à lavagem de dinheiro. Estas parcerias necessitam de aprimoramento.

A Polícia Federal é constantemente demandada pelos mais diversos ministérios, que precisam de apoio operacional para a realização de suas atividades. Não obstante a natureza de imprevisibilidade da ação policial percebe-se que há espaço para um melhor planejamento no desenvolvimento dessas parcerias e no atendimento às demandas.

Os recursos materiais e de infra-estrutura disponíveis para a implementação do programa são inadequados. O DPF tem sérios problemas relativos ao espaço físico. O edifício-sede não comporta adequadamente todas as unidades centrais e necessita de reforma na parte elétrica, e na rede lógica de dados e, além disso, diversas unidades operacionais necessitam de reforma. Há um número insuficiente de computadores e de equipamentos especiais de uso policial, como armamento, coletes para proteção individual, equipamentos de inteligência, viaturas, embarcações, munição operacional, munição de treinamento, munição não-letal, entre outros.

Os limites orçamentário e financeiro disponibilizados para o programa não foram suficientes para atender a todas as despesas, refletindo-se em um alto valor de recursos inscritos em restos a pagar, o que interferiu no ritmo de execução da programação do exercício de 2005.

Outros Aspectos Relevantes

O programa prevê mecanismos de participação social, como a realização de audiências públicas voltadas a informações e esclarecimentos referentes a licitações. Esse canal de participação tende a minimizar os conflitos e demandas judiciais, tornando o processo mais célere. .

Recomendações

Não há recomendações.

Combate ao Crime Transnacional

Objetivo

Combater o crime transnacional e repatriar recursos públicos desviados criminosamente para o exterior.

Público-Alvo

Autoridades públicas de investigação, Ministério Público e Poder Judiciário no Brasil e no exterior.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 1.641.644,00	Empenho Liquidado:	R$ 704.925,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 704.925,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Prazo de Recuperação de Ativos.

Unidade de medida: Ano
Último índice apurado: 2,5 anos em 30/06/2003
Índice previsto ao final do PPA: 1,6 ano

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. Os indicadores de recuperação de ativos estão sendo revistos em decorrência da experiência acumulada nos dois anos de criação do Departamento. Este indicador tem se mostrado inadequado para medir os resultados, especialmente em razão da longa duração do processo de recuperação de ativos, que depende do trânsito em julgado de processos judiciais no Brasil e nos Estados requeridos.

Em 2005, pelas razões expostas, não houve evolução no número aferido pelo indicador ou seja, nenhum dos cerca de 240 processos judiciais de recuperação de ativos monitorados constantemente pelo DRCI, no Brasil e no Exterior, foram concluídos. Conseqüentemente, o índice não teve como ser apurado em 2005, sendo difícil prever a viabilidade de seu alcance.

2. Taxa de Conclusão de Processos de Recuperação de Ativos.

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 5% em 31/12/2002
Índice previsto ao final do PPA: 35%

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Baixa. Os indicadores de recuperação de ativos estão sendo revistos em decorrência da experiência acumulada nos dois anos de criação do Departamento. Este indicador tem se mostrado inadequado para mensurar os resultados, especialmente em razão da longa duração do processo de recuperação de ativos, que depende do trânsito em julgado de processos judiciais no Brasil e nos Estados requeridos.

Em 2005, pelas razões acima, não houve movimentação desse indicador. Ou seja, nenhum dos cerca de 240 processos judiciais de recuperação de ativos monitorados constantemente pelo DRCI, no Brasil e no Exterior, foram concluídos. Conseqüentemente, o índice não teve como ser apurado em 2005, sendo difícil prever a viabilidade de seu alcance.

3. Número de Acordos Firmados de Cooperação Judiciária Internacional.

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 8 em 31/12/2002
Índice previsto ao final do PPA: 6

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O Índice já foi alcançado em 2004.

Contextualização

Para o efetivo combate ao crime transnacional organizado é de fundamental relevância lograr a assinatura de acordos com países dotados de rígidos sistemas de proteção bancária e fiscal, onde grande parte do dinheiro produto de crime é depositada, visando à obtenção de provas e a repatriação de recursos, tomada de depoimentos e declarações, fornecimento de documentos ou registros, localização e identificação de pessoas (físicas e jurídicas) ou bens, entrega de documentos, execução de pedidos de busca e apreensão, procedimentos relacionados com a imobilização e perda de bens, restituição e cobrança e multas.

Assim, é necessário firmar acordos internacionais bilaterais e multilaterais, tendo em vista a limitação do alcance da legislação doméstica para enfrentar esse desafio, uma vez que a Justiça Nacional necessita, constantemente, do contato com autoridades judiciárias estrangeiras. A Carta Rogatória consiste na solicitação feita por um juiz ou tribunal de um país ao de outro, por meio de acordos internacionais, para que determine o cumprimento de certos atos processuais que fogem à jurisdição da autoridade solicitadora (rogante) e pertencem à jurisdição da autoridade solicitada (rogada).

Principais Resultados

- 407 ações penais e inquéritos policiais por lavagem de dinheiro iniciados em 2005.
- 490 agentes públicos de combate à lavagem de dinheiro capacitados e treinados em 415 horas/aula, totalizando 22.476 agentes/hora capacitados.
- 241 processos de cooperação jurídica em matéria penal com vistas à recuperação de ativos.
- 263 pedidos de rastreamento solicitados a 21 países diferentes.
- 162 pedidos de bloqueio solicitados para o exterior.
- 22 tratados de cooperação jurídica em matéria penal com 22 países em tramitação no Congresso Nacional
- Organização da 3ª edição da Estratégia Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e Recuperação de Ativos (ENCLA).

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O número de ações penais e inquéritos policiais por lavagem de dinheiro passou de 384 iniciados em 2004 para 407 iniciados em 2005, repetindo a tendência de alta verificada em 2003, quando foram iniciadas 224 ações penais e inquéritos. Os números entre 1998 (ano de edição da Lei de Lavagem de Dinheiro - Lei 9.613/98) e 2002 foram, respectivamente, 3, 18, 24, 68 e 41. Interpreta-se o elevado aumento de ações e inquéritos como um resultado direto da política do Ministério da Justiça de ampliar o combate à Lavagem de Dinheiro, iniciativa que se consolidou na Estratégia Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e Recuperação de Ativos (ENCLA).

A capacitação e treinamento de agentes públicos para o combate à lavagem de dinheiro é parte essencial do programa de combate ao crime organizado transnacional. Em 2005, foram capacitados 490 agentes, um aumento percentual de mais 93% em relação ao ano passado. Em relação ao PPA, cuja meta era capacitar 98 agentes em 2005, os resultados foram 400% superiores. Os recursos para esse aumento substancial foram obtidos em parcerias (recursos não-orçamentários), uma vez que apenas 14,1% dos recursos disponíveis na ação específica foram realizados.

Os resultados da área de recuperação de ativos em 2005 foram significativos: 241 processos de cooperação jurídica em matéria penal com vistas à recuperação de ativos; 263 pedidos de rastreamento solicitados para o exterior (21 países diferentes) e 162 pedidos de bloqueio solicitados para o exterior (21 países diferentes).

O Brasil tem tratados de cooperação jurídica em matéria penal com 9 países. Atualmente, acordos com outros 22 países encontram-se em tramitação para aprovação no Congresso Nacional. Está aprovado pelo Congresso e aguardando promulgação o acordo com a Coréia do Sul. Acordos com outros 8 países já foram negociados pelo DRCI, os quais serão remetidos, pelo Ministério das Relações Exteriores, ao Congresso Nacional. A meta inicial prevista para todo o período do PPA já foi superada

A organização da terceira edição anual da Estratégia Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e Recuperação de Ativos (ENCLA), de 8 a 11 de dezembro de 2005, em Vitória (ES), consolidou um modelo de formulação de política

pública que envolve órgãos não subordinados ao Governo, como Poder Judiciário e Ministério Público.

Embora os números demonstrados nos resultados acima descritos indiquem um resultado acima do esperado, a falta de série histórica para os números não permitie uma previsão confiável dos resultados e, portanto, a diferença estaria dentro de uma margem de erro esperada.

Repetiram-se em 2005 os problemas resultantes da falta de servidores efetivos na equipe executora, que são supridos por cargos DAS 1, 2 e 3, cuja baixa remuneração tem estimulado a rotatividade de pessoal. Manteve-se uma alta taxa de rotatividade (cerca de um terço da equipe foi renovada no período de um ano), gerando falha na continuidade dos projetos, perda de conhecimento e de recursos investidos em treinamento e capacitação. Têm sido executadas ações de desenvolvimento interno e de retenção de pessoal para procurar minimizar o problema.

Somente no segundo semestre de 2005 foi resolvido um grave problema consistente na ausência de um contrato de tradução de documentos, uma vez que os pedidos de cooperação jurídica internacional, principalmente com vistas a rastreamento, bloqueio e recuperação de ativos, necessitam de tradução. A ausência deste contrato resultou em lentidão na tramitação de pedidos de cooperação.

Ressalva-se que a ação 4946 - "Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro", de responsabilidade do Ministério da Fazenda, não pôde ser acompanhada pela gerência do programa.

Outros Aspectos Relevantes

Em relação a articulação não-hierárquica, foi realizada a terceira edição anual consecutiva da Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro e Recuperação de Ativos (ENCLA), onde os principais dirigentes dos órgãos envolvidos com o tema identificaram os problemas existentes, concluindo que os órgãos e agentes públicos, federais e estaduais, responsáveis por esse combate, executavam agendas próprias e desarticuladas, muitas vezes conflitantes, não compartilhando conhecimento e informações, o que foi fundamental para o alcance de resultados.

Para acompanhar o andamento dos objetivos e metas definidos em cada edição da ENCLA, foi criado o Gabinete de Gestão Integrada de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro (GGI-LD), composto pelos principais órgãos públicos federais e estaduais do Governo, Poder Judiciário e Ministério Público, que se reúnem periodicamente para acompanhamento da efetividade das metas. As autoridades e agentes públicos envolvidos nessa luta dispõem, hoje, de melhor base para continuar a construção do sistema brasileiro de combate a este crime. Neste foco, o combate à lavagem de dinheiro deixa de se resumir ao controle da atividade financeira para assumir papel essencial na política de combate ao crime.

O DRCI implantou o GESPÚBLICA, sistema de gestão governamental do MPOG baseado em critérios internacionais de excelência e obteve o primeiro certificado desse sistema no âmbito do Ministério da Justiça. A adesão ao GESPÚBLICA representou um norteamento de como as principais ações devem ser planejadas periodicamente,

executadas por meio de processos e projetos, analisadas criticamente por indicadores de resultados e melhoradas em ações corretivas e preventivas.

Recomendações

- O problema que justifica o programa descrito faz menção a "remessa ao exterior de recursos provenientes de atividades ilícitas". Dessa forma, não deixa claro que o enfoque do programa "Combate ao Crime Transnacional" limita-se ao combate mediante bloqueio e recuperação de ativos de origem criminosa e à cooperação internacional para esse fim, além da cooperação para produção de provas. Pode confundir-se, portanto, com as formas tradicionais de combate ao crime transnacional, mais afeitas à atividade policial. Dessa forma, recomenda-se a alteração do objetivo para: "combater o crime transnacional e indisponibilizar recursos existentes no exterior oriundos de atividades criminosas para futura repatriação, relacionados com investigações e processos brasileiros".

Defesa do Consumidor

Objetivo

Promover a proteção e defesa do consumidor.

Público-Alvo

Governos estrangeiros, entidades culturais, comunidade internacional, populações e empresas estrangeiras, mídia internacional e seus correspondentes no Brasil.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 4.029.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.313.876,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 1.313.876,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Índice de integração de Procons Estaduais ao Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (SINDEC).

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 40,7 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. A implementação do SINDEC nos primeiros órgãos integrados possibilitou um aprendizado que resultou em uma rotina testada; os computadores já foram adquiridos, possibilitando maior agilidade na implementação.

Contextualização

Os órgãos Federais, Estaduais, do Distrito Federal e dos Municipais, e entidades civis de defesa do consumidor integram o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC) e são responsáveis, em seu âmbito de atribuições, pela proteção e defesa do consumidor. Todavia, é necessário fortalecer a implantação e consolidação da defesa do consumidor no Brasil. Muitos consumidores têm dificuldades de acesso à informação sobre seus direitos e muitos carecem de meios para concretizá-los. Merecem destaques os inúmeros conflitos relativos aos serviços públicos essenciais que recebem como relevantes ações destinadas à qualificação e fortalecimento dos integrantes do SNDC. Respondem por estas ações, como inovações do sistema, a instrumentalização da advocacia do consumidor perante os órgãos regulatórios e a promoção de atividades e cursos de formação e qualificação estratégica do sistema.

Principais Resultados

- Em 2005 foi realizada a integração entre PROCONs de 6 Estados (Goiás, Mato Grosso, Paraíba, Rio de Janeiro, São Paulo e Tocantins) por meio do Sistema Integrado de Informações de Defesa do Consumidor (SINDEC), que somados com os 5 integrados, em 2004, totalizam 11 Estados e representam 40,7% do total.
- Potencialização da gestão dos órgãos de defesa do consumidor, ampliando a sua eficácia na resolução dos conflitos, permitindo o planejamento estratégico e a economia dos recursos públicos com o investimento em áreas críticas, e sobretudo, fortalecendo o consumidor e a sociedade nas relações de consumo.
- Fortalecimento dos serviços em defesa do consumidor por meio da capacitação de 1.084 técnicos de entidades componentes do SNDC.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

- O contingenciamento orçamentário frustrou, em parte, a realização de algumas ações previstas no início do exercício. O atraso na liberação dos recursos gerou uma importante dificuldade no planejamento da realização de despesas e dificultou a execução plena do orçamento.
- Persiste a inadequação da infra-estrutura disponível para a Secretaria de Direito Econômico. Há escassez de espaço para acomodação dos servidores, o que resulta numa ocupação superestimada das salas.
- Os recursos humanos são escassos na Secretaria de Direito Econômico, impossibilitando a formação de uma equipe gerencial dedicada somente ao programa. Especificamente no Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, o quadro técnico é composto por 25 pessoas. Esse número está aquém do necessário para a expansão das metas e para que os servidores trabalhem sob um ritmo adequado.

Outros Aspectos Relevantes

- O sucesso na implementação do SINDEC pode ser atribuído à bem sucedida parceria da SDE com a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI) do Ministério da Justiça, como também à habilidade da direção da SDE e do DPDC em mobilizar a equipe envolvida e em negociar e firmar parcerias com as entidades do SNDC (em especial com o Procon-SP, que cedeu o software que serviu de base tecnológica para o sistema).
- A participação social dá-se essencialmente perante os órgãos de atendimento, que são os Procons, as promotorias de defesa do consumidor e as entidades civis de defesa do consumidor. A SDE não faz atendimentos e atua na coordenação nacional do SNDC.

Recomendações

Não há recomendações.

Defesa dos Direitos Difusos

Objetivo

Reparar danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, de portadores de deficiência, crianças, adolescentes, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 6.400.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 4.273.938,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 4.273.938,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Número de Projetos Apoiados.

Unidade de medida: Projeto apoiado
Último índice apurado: 31 em 31/12/2005
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O programa foi excluído em 2006. Assim, não cabe medir a viabilidade de alcance de índice de indicador de programa excluído.

Contextualização

Há uma série de bens e direitos protegidos por lei que não são de titularidade de particulares, mas estão difusos entre a sociedade. São exemplos desses bens e direitos, o patrimônio histórico, cultural e artístico do país, a proteção ao meio ambiente, a garantia da ordem econômica, a tutela dos cidadãos nas relações de consumo, além de outros interesses coletivos. Considerando-se o caráter difuso desses direitos, é necessária a atuação pró-ativa do Estado, tanto no sentido de garantir que eventuais danos sejam reparados, quanto no sentido de esclarecer e educar a sociedade a respeito da existência e da importância desses direitos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Foco mais centrado na recuperação do bem e do direito lesado.
- Melhores condições para monitoramento dos projetos.
- Melhores condições para a análise de projetos.

O programa, excluído da programação para 2006, teve uma execução financeira de 66,78%. A ação 6067 – "Defesa dos Direitos Difusos", única ação do programa além da ação de gestão e administração do programa, teve uma execução financeira de 67,20%, para uma realização física de 96,88%.

A elevação do número de propostas específicas de reparação dos danos causados aos direitos difusos e aos bens respectivos, que constitui a prioridade do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos - CFDD, ocorreu devido ao novo método de seleção, propiciado pela Resolução nº 11, de 25 de agosto de 2003, bem como pela maior divulgação do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD). Isso trouxe, ainda, um aumento da qualidade dos projetos apoiados pelo CFDD em relação aos anos anteriores.

A racionalização de procedimentos, anteriormente referida, propiciou as condições para uma análise de projetos mais pormenorizada por parte dos técnicos da Secretaria Executiva, resultando no aumento da qualidade dessa atividade.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A Secretaria Executiva do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos depende da liberação de recursos financeiros para que os projetos aprovados pelo Colegiado sejam apoiados e as metas físicas e financeiras sejam alcançadas. Houve necessidade de correção do número de convênios previstos inicialmente na LOA, que passou de 19 para 50, com vistas a abranger os 50 projetos selecionados para apoio com recursos do FDD em 2005 e a refletir: o histórico do número de projetos apoiados com recursos do FDD desde sua criação.

A previsão do número de convênios a serem celebrados em 2005 precisou ser corrigida novamente, passando de 50 para 38, devido ao fato de indeferimentos e desistências quando da deliberação sobre os projetos. A execução financeira para o ano de 2005 (99,04%) deveria ser mais expressiva do que previsto inicialmente.

Com a nova política adotada, implementada por meio da Resolução nº 11, há uma tendência para que um maior número de convênios sejam firmados no segundo semestre, já que a votação dos projetos prioritários pelo Conselho dá-se entre os meses de outubro e novembro e os demais trâmites burocráticos necessários à celebração do convênio costumam levar, no mínimo, 6 meses. Todavia, essa restrição será solucionada com a publicação da Resolução nº 18, que altera o prazo para apresentação de projetos ao CFDD.

Nos meses de junho, setembro e outubro de 2005 o número de convênios firmados foi inferior ao previsto tendo em vista a demora dos proponentes em prestar as informações solicitadas pela Secretaria Executiva do CFDD e devido ao fato de os setores responsáveis pelos demais trâmites burocráticos necessários à celebração de convênios encontrarem-se muito atarefados, demandando mais tempo para efetuar

os procedimentos pertinentes. Conseqüentemente, a execução financeira situou-se abaixo do previsto. No entanto, com relação à meta física, houve apoio a 13 projetos de entidades não-governamentais e a 18 projetos de instituições governamentais, atingindo 96,88% da meta prevista.

Os parceiros não-governamentais desempenham com responsabilidade suas obrigações em relação aos convênios firmados, porém, para exercer melhor as atividades eles necessitam de maior flexibilidade de atuação. A forma de repasse dos recursos para os projetos deve ser aperfeiçoada, a fim de possibilitar a assinatura de "Termos de Parceria" com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), conforme previsão legal. Esse aperfeiçoamento encontra obstáculo na falta de técnicos capacitados na Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça para analisar as minutas.

O programa foi excluído para 2006 e suas duas ações migraram para o programa 0697 - "Defesa do Consumidor".

Outros Aspectos Relevantes

Os beneficiários diretos e indiretos do programa, em torno de 1 milhão de pessoas, são os grupos ou populações indicados como público-alvo de cada proposta, que vivem nos Estados ou nos Municípios em que a Instituição proponente venha a desenvolver seu projeto. Portanto, o maior entrave é a distância entre a sede administrativa do CFDD e o local em que residem os beneficiários.

O monitoramento é efetuado com periodicidade no mínimo mensal. Abrange todos os projetos aprovados pelo CFDD. Mensalmente a Secretaria Executiva do CFDD efetua um acompanhamento mediante a comparação entre o número de convênios efetivamente celebrados e o que deveria ter ocorrido no referido período. Quando o executado fica abaixo do previsto faz-se um esforço para compensar no mês seguinte. O monitoramento é realizado concomitantemente ao da execução financeira, que também apresenta periodicidade mensal, com vistas ao melhor aproveitamento possível dos recursos orçamentários e financeiros destinados ao Fundo.

A participação social dá-se por meio dos Fóruns de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs e Organizações não governamentais - ONGs, dos Fóruns de Municípios e outros. Nesses eventos, representantes do CFDD proferem palestras ou participam de painéis, com vistas a divulgar o Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, esclarecer as dúvidas dos interessados e incentivar a disseminação da cultura dos direitos difusos junto aos diversos setores da sociedade. Com a divulgação do CFDD, diversas instituições tomam conhecimento da existência do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, o que provoca um aumento significativo da quantidade de pleitos apresentados, bem como a ocorrência de um maior número de melhores projetos.

Com a nova política implementada por meio da Resolução nº 11, de 25 de agosto de 2003, substituída pela Resolução nº 18, de 22.12. 2005 (que preservou o conteúdo sobre o assunto), houve uma maior racionalização das atividades, pois, em vez de a Secretaria Executiva analisar todos os projetos para, então, enviar um por um para ser deliberado pelo Conselho, esse passou a selecionar e encaminhar somente os prioritários para análise pela Secretaria Executiva do CFDD. Isso permitiu que,

mesmo com o número reduzido de servidores de que dispõe, ela conseguisse dar continuidade normal a suas atividades, o que não estava sendo possível na época da publicação das referidas Resoluções.

Recomendações

Não há recomendações.

Defesa Econômica e da Concorrência

Objetivo

Combater os abusos do poder econômico e promover a defesa da concorrência.

Público-Alvo

Sociedade (campo inexistente na ficha)

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 16.012.489,00	Empenho Liquidado:	R$ 10.902.015,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 10.902.015,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Prazo de Instrução e Julgamento de Atos de Concentração.

Unidade de medida: Dia
Último índice apurado: 163 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 120

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. A redução drástica no índice apurado de 247 dias em 2003 para 163, em 2005, é resultado de um grande esforço de racionalização do trabalho e de redimensionamento de fluxos e procedimentos. O alcance da meta final do programa está relacionado com a expansão da estrutura física, operacional e de recursos humanos estimada para os próximos dois anos. Os três órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) estão realizando investimentos em aprimoramento tecnológico que resultarão em ganhos de produtividade. Dessa forma, espera-se reduzir o tempo médio de instrução e de julgamento de atos de concentração no sistema. Tramita no Congresso Nacional um projeto de lei que reforma a legislação básica de defesa da concorrência e a estrutura institucional do SBDC, de forma a dar maior racionalidade e agilidade à tramitação de atos de concentração.

2. Número de Processos de Apuração de Infrações contra a Ordem Econômica Julgados pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 48 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 65

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. O esforço de racionalização do trabalho e redimensionamento do fluxo de instrução processual, sobretudo de atos de concentração, reflete no número de processos de conduta julgados pelo CADE. A tendência é que este desempenho melhore à medida em que for reduzido o tempo de tramitação dos atos de concentração no SBDC. As iniciativas legislativas e de gestão que vêm sendo adotadas visam à maior racionalização da análise de concentrações para que tenha maior ênfase e aplicação de recursos na investigação e no julgamento de condutas anticoncorrenciais.

Contextualização

Dadas as tendências de concentração e monopolização dos mercados, faz-se necessário combater os abusos do poder econômico e promover a defesa da concorrência, com vistas a garantir o adequado funcionamento dos diversos mercados. O programa deverá atender às seguintes diretrizes do objetivo estratégico setorial: superar a fragmentação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (CADE/MJ, SDE/MJ, SEAE/MF); conscientizar as entidades de defesa do consumidor e a sociedade civil organizada sobre os instrumentos de defesa da concorrência e regulação; introduzir a concorrência no marco regulatório nacional e implementar ações de combate à formação de cartéis.

Principais Resultados

- Intensificação do combate aos cartéis, com a consolidação do uso de instrumentos de investigação e obtenção de evidências, como a busca e apreensão e o programa de leniência. A atuação da Secretaria de Direito Econômico - SDE no combate aos cartéis tornou-se mais efetiva, o que certamente trará ganhos importantes aos consumidores e ao conjunto da economia brasileira.
- Maior integração entre os órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência - SBDC, com a consolidação do rito sumário e da instrução conjunta para a análise de atos de concentração que tratam de fusões, aquisições e demais operações. O tempo médio de análise destes expedientes na SDE e na Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE/MF e de julgamento no Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE foi substancialmente reduzido. Todos os órgãos do SBDC vêm podendo dedicar maior parcela dos seus recursos à repressão a condutas anticoncorrenciais, principalmente os cartéis. Outro efeito positivo desse esforço é o fato do Estado oferecer ao administrado maior segurança jurídica e institucional para a realização de suas operações, fundamental para realização de investimentos produtivos por parte do setor privado.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

- O contingenciamento orçamentário frustra a expansão da estrutura técnico-operacional, bem como a implantação de medidas que visam à ampliação da capacidade de resposta às demandas do SBDC, uma vez que o volume da demanda continua aumentado.
- Um dos principais problemas decorrentes da descontinuidade do fluxo financeiro é a dificuldade do planejamento da execução orçamentária e,

por conseqüência, a realização de ações importantes. A licitação de uma despesa é um processo demorado e que requer garantia de disponibilidade financeira, o que não aconteceu. O orçamento só esteve disponível praticamente no segundo semestre.

- A execução das ações é realizada satisfatoriamente pelos dois Ministérios (Justiça e Fazenda) e pelo CADE. Isto decorre da divisão de trabalho estabelecida por lei e pelo esforço empreendido nos últimos anos para elevar o grau de coordenação entre as ações executadas por todas as unidades nos dois Ministérios. A grande dificuldade diz respeito ao gerenciamento do programa, pois a atual metodologia do PPA não permite uma gerência colegiada, com representantes de todos os órgãos que contam com ações no programa.
- Apesar do recente incremento na disponibilização de recursos materiais para as equipes executoras das ações, deve-se avançar nessa questão. As principais necessidades ainda não supridas referem-se a fontes de informações e de dados (periódicos, livros, bases de dados, anuários, etc.). É constante também a escassez de suprimentos de informática, que por vezes acarretam atrasos na execução de algumas tarefas.
- Um dos principais problemas em todas as unidades que executam o programa é a preocupante escassez de espaço físico para a alocação adequada do pessoal que atua no SBDC. Nas três unidades (CADE, SEAE/MF e, principalmente, SDE) há falta de espaço, tanto para diversos servidores trabalhando em condições inadequadas, quanto para alocação de pessoas que estão prestes a serem contratadas para a complementação do quadro.

Outros Aspectos Relevantes

- Dada a natureza das atividades que compõem o programa "Defesa Econômica e da Concorrência", é difícil aferir em que medida seus resultados cobriram o público-alvo, a sociedade brasileira. Os efeitos da ação antitruste do Estado fundem-se aos efeitos de outras ações e políticas públicas, como a política macro e microeconômica, a política de defesa do consumidor, a política regulatória, etc. É possível afirmar com segurança que os resultados do programa estão gerando benefícios importantes para a sociedade, tais como o desmantelamento de cartéis de postos de combustíveis.
- A OCDE realizou uma revisão paritária do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Vários aspectos foram avaliados, a saber: resultados finalísticos, recursos estruturais, humanos e financeiros, evolução ao longo dos últimos anos, entre outros. A avaliação foi concluída no ano de 2005 e o relatório encontra-se em link específico do sítio do Ministério da Justiça.
- Acompanhamento minucioso da evolução de instrução e julgamento de atos de concentração e de processos, bem como, o tempo médio de instrução e de julgamento destes mesmos expedientes. Este acompanhamento é realizado mensalmente com base nas informações dos sistemas processuais dos órgãos do SBDC e das reuniões de instrução realizadas periodicamente. Os aperfeiçoamentos necessários referem-se à tecnologia de consolidação e disponibilização de informações e dados sobre instrução. Os três órgãos têm iniciativas nesse sentido em curso.
- A ação Gestão e Administração do Programa - "GAP" está presente somente

na unidade orçamentária do CADE. Nas demais unidades que contam com ações no programa, a parte de apoio administrativo está alocada nas ações de modernização administrativa e de administração da unidade, centralizadas nas Secretarias Executivas dos Ministérios. No CADE a ação "GAP" representa uma proporção substancial do total do orçamento alocado a este órgão por se tratar de Autarquia Federal e, por conseqüência, pela necessidade de que ela contemple a totalidade dos custos de manutenção operacional e administrativa. A relação entre o gasto com a "GAP" e o gasto com outras ações está em níveis razoáveis, embora a situação mais adequada é que tanto o limite alocado à "GAP" quanto o limite alocado às demais ações finalísticas devam aumentar, para que o CADE e os demais órgãos do SBDC possam implementar medidas importantes que requerem mais do que os recursos atuais. Como as principais ações finalísticas do programa referem-se à instrução e julgamento de processos, a apropriação dos gastos realizados na "GAP" por outras ações torna-se inviável devido a dificuldade de apurar a proporção dos recursos estruturais e operacionais utilizada por cada processo julgado e instruído.

- A principal boa prática disseminável foi a implantação, inclusive mediante edição de normas, de uma rotina de diálogo sistemático entre técnicos que atuam nos três órgãos do SBDC, com o objetivo principal de eliminar o trabalho dobrado e a execução repetida de tarefas. A implantação dessa iniciativa melhora a qualidade das análises e instruções processuais realizadas.
- Dada a natureza das ações que compõem o programa, é reduzida a possibilidade de participação social, no sentido mais amplo. No sentido mais específico, existe a possibilidade de manifestação de qualquer ator social nos processos que tramitam no SBDC. Manifestações desta natureza acontecem durante a instrução dos processos e contribuem com influências mais qualitativas do que quantitativas nos resultados do programa.

Recomendações

- A construção de indicadores adequados vem se mostrando uma grande dificuldade para o programa, dada a natureza dos seus resultados. A situação ideal seria a possibilidade de construção de um indicador que, por exemplo, pudesse medir o nível de concorrência nos principais mercados da economia brasileira e que pudesse também aferir a alteração nas condições de consumo como decorrência da ação antitruste do Estado. O que de fato ocorre é que faltam dados que permitam essas medições, o que dificulta o isolamento dos efeitos das ações antitruste nos resultados do Programa. Dessa forma, optou-se por indicadores que permitem uma inferência sobre o desempenho apenas de forma indutiva. A SDE mantém um esforço contínuo de pesquisa de métodos que possam gerar indicadores mais adequados e este esforço inclui um importante investimento que está sendo feito pelos três órgãos do SBDC para a captação, consolidação e tratamento de dados obtidos e gerados a partir da análise de concentrações e instruções de processos de condutas anticoncorrenciais.
- Nos últimos anos, quando os órgãos do SBDC vêm acumulando ganhos de produtividade dos seus fatores de trabalho, há necessidade de maiores recursos para dar os próximos saltos necessários ao alcance das metas requeridas pela sociedade no campo da defesa da concorrência. Ressalta-se

que o resultado da arrecadação das taxas processuais que constituem a fonte própria dos órgãos do SBDC, confrontado com as despesas autorizadas pela Lei Orçamentária, é um substancial superávit. Seria importantíssimo que os órgãos do SBDC pudessem ter seus limites orçamentários ampliados com lastro nesse superávit, pois dessa forma seria possível promover a necessária e imprescindível ampliação da estrutura operacional e humana necessárias ao atendimento pleno das demandas que chegam da sociedade ao SBDC.

- Há a necessidade de uso de recursos de comunicação tais como videoconferências, por exemplo, que não estão disponíveis para a equipe gerencial. As instalações físicas da equipe gerencial são subestimadas. .

Democratização do Acesso à Informação Legislativa

Objetivo

Democratizar o acesso às informações referentes ao ordenamento jurídico e às informações relativas ao dossiê de cada proposição legislativa.

Público-Alvo

Operadores do direito e cidadãos.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 1.100.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 3.454,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 3.454,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Consulta Atendida.

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 1.764 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 50.000

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O número de visitas ao Sistema de Acompanhamento de Normas (SISNORMA) é o indicador utilizado para a avaliação dos resultados e análise das metas alcançadas. A partir do mês de agosto de 2005 foi iniciada a emissão de relatórios contendo o número de acessos às páginas e aos programas disponíveis ao público no site do Ministério da Justiça. Com base nesse levantamento foi possível contar com um parâmetro para a mensuração da quantidade de acessos ao SISNORMA, identificando 1.764 acessos/visitas no ano de 2005.

Contextualização

O acesso à informação legislativa pelo cidadão é um pressuposto para o conhecimento dos seus direitos e deveres. Também os operadores do direito e os agentes promotores de políticas nas áreas da justiça e da cidadania dependem desse acesso, já que a produção e aplicação da norma é um aspecto básico daquelas políticas. A implantação de instrumentos adequados a consultas rápidas e seguras ao complexo universo de dados que constitui o ordenamento jurídico brasileiro tem por finalidade garantir aos cidadãos o conhecimento e o provimento dos direitos

e disponibilizar informações legislativas seguras e sistemáticas aos operadores do direito e aos promotores de políticas públicas.

Principais Resultados

- Inserção de novos registros no SISNORMA, com imagens digitalizadas da legislação.
- Revisão e correção das normas disponíveis no Sistema.
- Divulgação do Sistema na mídia interna e externa ao Ministério da Justiça.
- Contatos com a Imprensa Nacional com o objetivo de estabelecer convênio para adquirir imagens das normas mais antigas que não constam do acervo do Ministério da Justiça.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O programa foi excluído e a partir de 2006 a única ação remanescente estará no programa "Gestão de Políticas na Área de Justiça". Em 2005 foram executados apenas 0,31% dos recursos disponíveis por conta de dificuldades na realização de licitações e celebração de contratos. Durante todo o ano de 2005 aguardou-se a finalização dos processos licitatórios para a contratação de empresa especializada para o aperfeiçoamento do sistema, o que não aconteceu.

Outros Aspectos Relevantes

- A plataforma tecnológica do SISNORMA precisa ser aprimorada e atualizada. A obsolescência da plataforma atual provoca constantes falhas e interrupções no processo de inserção de novas normas e na consulta da base existente por meio da Internet.
- É preciso integrar os dados e a plataforma tecnológica do SISNORMA à base de dados da Casa Civil da Presidência da Republica, principal fonte de consulta para atos normativos de âmbito federal.

Recomendações

- O número de acessos à pagina inicial do sítio deve ser utilizado apenas como indicador complementar, por não indicar se o acesso transformou-se em uma pesquisa concluída com sucesso.

Estrangeiros no Brasil

Objetivo

Prestar atendimento aos estrangeiros residentes ou que se encontrem no país, com vistas à regularização de sua situação, controlar o fluxo imigratório e promover as medidas compulsórias e de transferências transnacionais de presos.

Público-Alvo

Estrangeiros no Brasil (campo inexistente na ficha).

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 360.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 326.685,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 326.685,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Solicitações Atendidas.

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 100 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Da forma como foi inicialmente concebido o indicador, não é possível mensurar a evolução do atendimento às demandas. Diante desta constatação foi solicitada sua substituição pelo novo indicador "Número de processos decididos", a ser aplicado a partir de 2006.

Contextualização

Necessidade de se promover o controle do fluxo imigratório e assegurar os direitos dos estrangeiros residentes no país.

Principais Resultados

A comissão instituída pelo Ministério da Justiça elaborou proposta de anteprojeto da Lei de Estrangeiros, que foi submetida à consulta pública em setembro de 2005. As sugestões estão sendo analisadas e parte delas serão incorporadas ao anteprojeto antes do seu encaminhamento ao Congresso Nacional.

- Reassentamento de 66 refugiados.
- Em 2005, o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) atendeu a 393 solicitações de refúgio, das quais 155 foram deferidas e 238 indeferidas e realizou 470 entrevistas, no Brasil, com solicitantes de refúgio.
- Foi mantido o convênio com a organização não-governamental Cáritas Arquidiocesana de São Paulo e do Rio de Janeiro, para auxílio na manutenção de refugiados no Brasil.
- Foram desenvolvidas iniciativas para a elaboração de "Projeto de Consolidação e Qualificação das Políticas de Migração e Acordos Internacionais".
- Foi apresentada à Agência Brasileira de Cooperação (ABC) uma proposta de assistência preparatória para cooperação técnica internacional junto ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), compreendendo a definição de um desenho institucional que permita consolidar as políticas de Estado sobre o tema migração e promover a modernização das estruturas funcionais do Departamento de Estrangeiros (DEEST/ MJ).
- Iniciou-se o processo de constituição do espaço museológico do Centro de Memória da Imigração no Brasil, utilizando recursos do Fundo de Direitos Difusos e do Ministério da Justiça.
- Distribuição dos livros sobre: Extradição (5 mil exemplares), Transferência de Pessoas Condenadas (5 mil exemplares) e Guia Prático para Orientação a Estrangeiros no Brasil (21.100 exemplares em português e 2 mil exemplares em espanhol). Os livros foram distribuídos a diversos órgãos dos poderes executivo, legislativo e judiciário, às embaixadas estrangeiras no país, a empresas multinacionais, a entidades religiosas e de assistência social, ao Ministério Público Federal, ao sistema penitenciário de todos os Estados, às Universidades Federais e a outros órgãos interessados no tema, além do público em geral.
- Elaborados 10 mil folders contendo instruções sobre transferência de pessoas condenadas. Os documentos foram distribuídos para os consulados gerais dos países que possuem acordo de transferência com o Brasil, assim como para todo o sistema prisional brasileiro.
- Conclusão da parceria com a Imprensa Nacional para a digitalização e microfilmagem dos registros de naturalização. Este projeto visa a eliminar a consulta manual aos livros e às pastas, transferindo as informações para um sistema informatizado que possibilite resposta imediata e conseqüente agilidade na expedição de certidões positivas e negativas de naturalização, além da preservação do acervo histórico a ser exposto no Centro de Memória da Imigração no Brasil.
- Elaboração dos novos modelos de Certificados de Naturalização, confeccionados pela Casa da Moeda do Brasil, contendo diversos itens inibidores de fraude.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

- As metas físicas das ações "Coordenação Nacional das Ações de Nacionalidade, Naturalização e Migração", "Central de Atendimento aos Estrangeiro e Nacionais" e "Execução de Medidas Compulsórias e de Transferência de Presos" foram subestimadas. O valor estipulado como anual representava na verdade o valor mensal. Para corrigir essa questão, as metas foram definidas como "não cumulativas".

- A obtenção dos resultados foi classificada como abaixo do esperado em virtude da escassez de recursos disponíveis para o cumprimento do objetivo. Entretanto, o Ministério informou, contraditoriamente, que os recursos foram liberados de acordo com a programação inicial.
- Há carência no que se refere à infra-estrutura e recursos materiais, em especial recursos de informática e espaço físico, tanto para servidores quanto para manutenção de arquivos.
- Os recursos humanos envolvidos com o programa são insuficientes, tanto na gerência como na equipe executora.

Outros Aspectos Relevantes

- Não é possível mensurar o percentual do público-alvo atendido devido à sua amplitude (estrangeiros, governo brasileiro e governos de países estrangeiros).
- O desempenho das ONGs tem sido extremamente proveitoso, haja vista a posição de referência que o Brasil ocupa no tema refúgio. A maior dificuldade encontrada foi a burocracia quanto à renovação do convênio com a Cáritas de São Paulo e à implantação do convênio com a Cáritas do Rio de Janeiro.
- A Central de Atendimento, entre as suas atividades, contempla uma Ouvidoria que recebe denúncias diversas, inclusive de trabalho escravo de estrangeiros.
- A participação social não teve grande impacto nos resultados do programa, uma vez que a Central foi utilizada prioritariamente como fonte de consulta de processos e não como órgão de denúncia.

Recomendações

Não há recomendações.

Gestão da Política na Área da Justiça

Objetivo

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da justiça.

Público-Alvo

Governo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 7.821.000,00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 492.562,00 - R$ 492.562,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

Este programa não possui indicadores, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas"

Contextualização

Na modernização da atuação do Estado, as atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais assumem especial relevância na formulação, na avaliação, no reordenamento e no controle dos programas finalísticos, o que configura a necessidade institucional de estabelecimento de programa específico de gestão de políticas.

Principais Resultados

- 736 servidores públicos federais capacitados.
- 5.501 eventos de diversões e espetáculos públicos classificados e fiscalizados.
- Licitação de solução integrada de comunicações de dados, voz e imagem, necessária para a Implantação da Plataforma Nacional de Informações sobre Justiça e Segurança Pública.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O programa teve uma realização financeira baixa, isto é 6,30%, sendo que as ações: 3974 – "Implantação da Plataforma Nacional de Informações sobre Justiça e

Segurança Pública", 4283 – "Sistema de Gerenciamento de Cadastro de Cartórios do Brasil" e 4641 – "Publicidade de Utilidade Pública", não tiveram execução.

Apesar do baixo desempenho financeiro, a execução das metas físicas ficou dentro do previsto face aos recursos disponibilizados. Cabe destacar que, apesar do contingenciamento, a ação 6436 – "Classificação e Fiscalização de Diversões e Espetáculos Públicos" teve uma realização física de 188,39%.

Algumas ações tiveram sua execução comprometida em função dos trâmites administrativos, sendo o principal exemplo, a ação 8613 – "Elaboração e Aperfeiçoamento de Indicadores", que se encontra em processo de contratação de consultoria especializada.

Alguns coordenadores de ações sinalizam a insuficiência e inadequação da infra-estrutura disponível, bem como ausência de recursos humanos especializados. Por exemplo, existem ações que demandam um nível de qualificação atualmente não disponível nos quadros gerenciais do programa , como no caso da construção e monitoramento dos indicadores dos programas finalisticos do MJ.

Outros Aspectos Relevantes

As informações relativas ao desempenho físico das ações podem ser obtidas tanto por intermédio do Quadro de Demonstração de Despesas (QDD) quanto pelo SigPlan. Entretanto, esses mecanismos de captação de informações não têm propiciado, muitas vezes, a obtenção de informações oportunas e tempestivas.

Recomendações

- Migrar a ação 4283 - "Sistema de Gerenciamento de Cadastro de Cartórios do Brasil" para o programa 1083 - "Reforma do Judiciário".

Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas

Objetivo

Garantir o pleno exercício dos direitos sociais básicos aos índios e a preservação do patrimônio cultural das sociedades indígenas.

Público-Alvo

Sociedades indígenas.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 255.581.049,00	Empenho Liquidado: R$ 247.033.059,00 Pago estatais: - Total: R$ 247.033.059,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Famílias Indígenas em Situação de Vulnerabilidade Social.

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 10

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Na fase de revisão realizada em 2004 para viger em 2005, houve uma ressalva para que os indicadores propostos pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) fossem modificados, após treinamento dos coordenadores de ação, para melhor expressar os resultados. O treinamento ocorreu por meio da oficina de Monitoramento e Avaliação de Programas do Ministério da Justiça no período de 05 a 07 de outubro de 2005 com a participação de alguns servidores e coordenadores de ação que estão trabalhando no propósito de elaboração de novos indicadores.

2. Coeficiente de Incidência de Tuberculose Bacilífera na População Indígena.

Unidade de medida: 1/100.000
Último índice apurado: 108,6 em 2002
Índice previsto ao final do PPA: 81,8

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice está sob responsabilidade da FUNASA/MS, não tendo sido enviado pela instituição.

3. Coeficiente de Mortalidade Infantil entre Crianças Indígenas menores de 1 ano.

Unidade de medida: 1/100.000
Último índice apurado: 55,7 em 2002
Índice previsto ao final do PPA: 23

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Responsabilidade da FUNASA/MS. Não houve o envio da avaliação anual ano base 2005 para a FUNAI.

4. Coeficiente de Incidência de Desnutrição em menores de 5 anos na População. Indígena.

Unidade de medida: 1/100.000
Último índice apurado: 300/2002
Índice previsto ao final do PPA: 50

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice está sob responsabilidade da FUNASA/MS, não tendo sido enviado pela instituição.

5. Coeficiente de incidência parasitária de Malária na população indígena.

Unidade de medida: 1/100.000
Último índice apurado: 56 em 2002
Índice previsto ao final do PPA: 23

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice está sob responsabilidade da FUNASA/MS, não tendo sido enviado pela instituição.

Contextualização

Cabe ao Estado brasileiro, por meio da FUNAI, o efetivo cumprimento do Art. 231 da Constituição que preconiza a garantia dos direitos indígenas à terra, sua organização social, costumes, língua, crença e tradições. Hoje essas garantias materializam-se no atendimento de uma população de 440 mil índios, habitantes de 600 agrupamentos de terras indígenas que ocupam quase 12% do Território Nacional e vêm enfrentando, em sua grande maioria, uma acelerada e complexa transformação social e estão buscando novas formas de sobrevivência física e cultural com o objetivo de garantir às próximas gerações melhor qualidade de vida. As frentes de expansão da sociedade nacional e o adensamento das populações não indígenas no Brasil vêm causando uma proximidade e um contato cada vez mais freqüente com as populações indígenas, sujeitando-as a situações de risco para as quais não estão preparadas. Esse contato está acarretando uma perda inestimável do patrimônio cultural indígena. O programa reflete o anseio de lideranças, professores e anciões indígenas ouvidos durante os levantamentos e diagnósticos realizados no decorrer de 2001/02, buscando garantir aos índios o exercício pleno da cidadania e preservação do patrimônio cultural das sociedades indígenas.

Principais Resultados

- Atendimento básico em saúde a 410.653 indígenas.
- Realização de 9 Conferências Regionais dos Povos Indígenas com a participação de mais de 2 mil indígenas, e produção de subsídios para a revisão do Estatuto do Índio e a elaboração da Política Indigenista.
- Capacitação de 949 indígenas para desenvolvimento de atividades auto-sustentáveis em terras indígenas.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

As ações do programa são desempenhadas pelos Ministérios da Saúde, Educação, Desenvolvimento Agrário, Esporte e pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que também é responsável pela coordenação do conjunto das ações. É recorrente a necessidade de que sejam tomadas providências no sentido de superar as restrições identificadas na avaliação realizada em 2005, especialmente no que se refere ao modelo de gestão do programa e a suficiência dos recursos para cumprimento das metas físicas. A despeito das inúmeras instituições governamentais que atuam na temática indigenista, ainda há uma desconexão entre suas atuações, carecendo de uma instância político-institucional supraministerial que coordene os trabalhos.

Persistem os problemas orçamentários na Fundação Nacional do Índio (FUNAI) que culminam com a baixa capacidade de atendimento ao público-alvo, principalmente no que se refere à prestação de assistência social. Como conseqüência, vários índios sobrevivem de mendicância, em péssimas condições sociais, convivendo com a desnutrição e um índice alarmante de mortalidade infantil. Em 2005, dos cerca de 440 mil indígenas apenas 7 mil receberam assistência social.

A execução orçamentária foi quase efetiva, representando cerca de 96% do previsto. A descontinuidade no fluxo de recurso financeiro não prejudicou a execução programada, entretanto, no final do exercício, houve indisponibilidade de recursos financeiros gerando um saldo de restos a pagar alto. O crédito suplementar, liberado apenas nos últimos dias do encerramento do exercício, prejudicou a programação causando desestímulo e descrédito junto às comunidades indígenas e aos técnicos da FUNAI. O cumprimento das metas físicas foi considerado médio. Entretanto, a qualidade das informações disponíveis no SIGPLAN para a avaliação dos resultados foi questionada, tendo em vista o não preenchimento de alguns campos pelos por vários coordenadores de ação.

Há necessidade de melhorar a cultura institucional em relação ao registro ordenado de informações como subsídio para o planejamento, execução e avaliação das ações. A gerência do programa acredita que com a implantação de um sistema informatizado de monitoramento de execução das ações, o INFRASIG, o trâmite das informações torne-se mais adequado. É necessário, ainda, capacitar os coordenadores de ação para o preenchimento das informações no SIGPLAN. Hoje, a maioria das ações é monitorada por meio de relatórios periódicos e visitas técnicas, informações que não são disponibilizadas no SIGPLAN.

Os recursos materiais disponíveis são inadequados, principalmente os de informática e os necessários para a prestação de assistência em locais de difícil acesso, como viaturas. As restrições orçamentárias relativas ao gasto com diárias e passagens de

agentes da Policia Federal impactam negativamente o atendimento emergencial aos indígenas.

Há carência também em relação à quantidade e capacitação dos recursos humanos, seja na coordenação das ações, seja nas administrações executivas regionais e nos postos indígenas. Há necessidade de formulação de uma política para a formação e o aperfeiçoamento do corpo técnico, abrangendo indigenismo, gestão de projetos sociais, etnodesenvolvimento, legislação indigenista e ambiental, planejamento e orçamento.

Especificamente no que se refere aos processos de licitação e celebração de contratos, as equipes de servidores nas unidades regionais são insuficientes, dificultando a constituição de Comissões Permanentes de Licitação atrasando os processos.

A dispersão geográfica das ações, associada às dificuldades técnico-operacionais, à falta de cultura institucional de planejamento e avaliação de resultados, à inexistência de um sistema informatizado de informações e à falta de pessoal capacitado são fatores que dificultam a avaliação satisfatória nas comunidades indígenas de maneira sistemática. Contudo, de maneira geral, percebe-se o descrédito do governo federal junto às comunidades indígenas.

Outros Aspectos Relevantes

Em 2004, foi realizado concurso público para preenchimento de 70 vagas na FUNAI. Entretanto, o número de cargos autorizados é insuficiente para que o órgão esteja preparado para cumprir com as atribuições legais. Deve-se considerar que, não existindo uma política salarial isonômica no governo federal, observa-se um alto índice de abandono de emprego na FUNAI.

Fato positivo a se destacar são as atuações dos Conselhos Locais de Saúde e dos Conselhos Indígenas Regionais, que vêm contribuindo para a execução das metas estimadas nas ações referentes à educação e saúde dos povos indígenas.

Recomendações

- Finalizar a reformulação do indicador "Taxa de famílias indígenas em situação de vulnerabilidade social".
- Analisar e propor alternativas frente às necessidades quantitativas e de capacitação de recursos humanos.
- Realizar reuniões do comitê gestor do programa, envolvendo os coordenadores de ação.

Modernização da Polícia Federal

Objetivo

Aprimorar a estrutura, o modelo operacional e gerencial e a capacidade executiva do policiamento federal.

Público-Alvo

Governo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 175.706.000	Empenho Liquidado: R$ 152.487.546 Pago estatais: - Total: R$ 152.487.546

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Modernização das Unidades Operacionais da Polícia Federal.

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 5%

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice é a relação percentual entre o número de unidades operacionais modernizadas e o número de unidades existentes na polícia federal, não tendo sido apurado, o que dificulta tratar sobre a previsão de alcance ao final do PPA.

Contextualização

A Polícia Federal é responsável pelas atividades de polícia judiciária da União e gerencia o Programa de Modernização com vistas à redução das deficiências de meios, principalmente as relacionadas aos sistemas de telecomunicações, ao reaparelhamento do setor de polícia técnica, do segmento de transportes e da construção, e à ampliação, reforma e modernização de suas instalações físicas, de forma a minimizar as vulnerabilidades para o adequado cumprimento de suas atribuições constitucionais.

Principais Resultados

- Contratação do fornecimento de equipamentos laboratoriais para realização de exames e perícias documentoscópicas, em audiovisuais, em

equipamentos eletrônicos e em sistemas informacionais para realização de análises químicas e físicas com o intuito de realizarvarredura eletrônica em sistemas de comunicação e de equipamentos fotográficos.

- Contratação do SERPRO e da Casa da Moeda, visando à implementação do novo passaporte brasileiro.
- Aquisição dos equipamentos de telecomunicações, visando à implementação da rede fixa do sistema de radiocomunicação em curta distância, em UHF, relacionado à rede regional 1, que envolve as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, e um conjunto de equipamentos transportáveis, para implementação da rede tática nos Estados.
- Conclusão das obras do Instituto Nacional de Criminalística (INC), em Brasília.
- Conclusão das obras de construção do Edifício-Sede da Superintendência Estadual do DPF em Vitória e do Edifício-Sede da Superintendência Estadual em Natal. Além disso, foi concluída a maior parte da obra de construção do Edifício-Sede da Superintendência Estadual em Curitiba, Paraná.
- Expedição de 1,44 milhão de passaportes comuns.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O programa apresenta um desempenho adequado às disponibilidades orçamentárias e financeiras. Ressalta-se que os recursos destinados ao reaparelhamento da Polícia Federal são adequados, diferentemente daqueles orientados para ampliação, construção e reforma das unidades. A execução, que representou 86% dos recursos disponíveis, foi inferior ao desejável principalmente em função da indisponibilidade financeira na ação 7081 - "Ampliação e Reforma das Bases Operacionais e Unidades do Departamento de Polícia Federal". A ação 2586 - "Sistema de Emissão de Passaporte e de Controle de Tráfego Internacional" teve desempenho superior ao previsto, devido ao aumento da demanda na sociedade.

Algumas ações apresentaram restrições jurídicas e medidas estão sendo tomadas no sentido de refazer os procedimentos para que as contratações efetivem-se. A ausência de um sistema normativo para a gestão de obras no órgão e as dificuldades impostas por interpretações legais do Tribunal de Contas da União provocaram a necessidade de adaptações na forma de implementação de algumas ações do Programa, atrasando a execução.

O programa de modernização tem um viés de implementação eminentemente técnico e de caráter estratégico, não cabendo a promoção de mecanismos para participação social em sua concepção e implementação. Não obstante, o programa prevê a participação de parcela dos beneficiários em comissões técnicas, principalmente nas fases de delineamento das atividades a serem desenvolvidas.

É importante registrar que os coordenadores de ação vêm aprimorando continuadamente seus mecanismos de planejamento e controle, o que deve contribuir para um melhor desempenho do programa no médio e longo prazos.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Incluir a ação "Construção de Anexo ao Edifício-sede da Superintendência Regional do Rio de Janeiro".
- Incluir a ação "Construção do Edifício-sede da Superintendência Regional da Pará".
- Incluir a ação "Construção do Edifício-sede do Departamento de Policia Federal".
- Incluir a ação "Construção do Edifício-sede da Superintendência Regional de Rondônia".
- Excluir a ação 7803 - "Ampliação, Reforma e Modernização da Academia Nacional de Polícia" .
- Excluir a ação 1247 - "Construção do Edifício-sede da Superintendência Regional do Rio Grande do Norte" .
- Excluir a ação 1245 - "Construção do Edifício-sede da Superintendência Regional do Espírito Santo".

Modernização do Sistema Penitenciário Nacional

Objetivo

Gerar vagas em estabelecimentos penais e promover a reintegração da pessoa presa e do internado à sociedade.

Público-Alvo

Pessoas presas, internadas e egressas de estabelecimentos do Sistema Penitenciário Nacional e seus dependentes.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 224.068.871,00	Empenho Liquidado: R$ 158.534.722,00 Pago estatais: - Total: R$ 158.534.722,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Déficit de Vagas no Sistema Prisional.

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 143 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 130

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa, pois a população prisional cresce a taxa superior à capacidade do programa de gerar vagas.

2. Coeficiente de Reincidência Criminal.

Unidade de medida: 1/1.000
Último índice apurado: 700 em 8 de julho de 2003
Índice previsto ao final do PPA: 620

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Não se pode precisar, pois não houve aferição do indicador em 2005. As informações inseridas pelos Estados no Sistema de Informações Penitenciárias (INFOPEN) são insuficientes para aferir o índice.

Contextualização

O programa destina-se a atender, primordialmente, aos anseios da sociedade no

combate à violência e na redução dos índices de criminalidade, em busca de níveis satisfatórios de segurança pública, bem como tratar o cidadão infrator de forma a reconduzi-lo aos valores morais, sociais e éticos, conferindo-lhe igualdade de oportunidade ao final do cumprimento da sentença penal.

A modernização do sistema penitenciário passa, necessariamente, pela arquitetura e destinação classificatória dos estabelecimentos penais para separar os presos conforme o quesito de periculosidade, pela garantia a individualidade aos regimes de cumprimento e de progressão da pena e por um método de tratamento ao cidadão, conforme o tipo de estabelecimento, para finalizar com a inclusão da população carcerária no rol das políticas públicas de atenção ao cidadão.

Principais Resultados

Consolidação do Sistema Penitenciário Federal

- As obras da Penitenciária Federal de Campo Grande/MS e Catanduvas/PR encerraram o ano com 90% (noventa por cento) de execução física.
- Foram iniciadas as obras da Penitenciária Federal de Mossoró/RN.
- Concluída a licitação para construção da Penitenciária Federal de Porto Velho/RO.

Estabelecimentos Penais Estaduais

- Por meio de contratos de repasse firmados entre a Caixa Econômica Federal, na qualidade de mandatária do Departamento Penitenciário Nacional e os Estados, foram contratadas 3.478 novas vagas nos sistemas penitenciários locais.
- Concluídos 44 convênios, dos quais 33 sobre construção de estabelecimentos penais, tendo gerado 8.412 vagas provenientes de instrumentos celebrados em exercícios anteriores.

Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP), estabelecido pela Portaria Interministerial MS/MJ nº 1.777, de 09/09/2003.

- Em 2005 foi iniciado e concluído procedimento licitatório para a aquisição de equipamentos e aparelhos médico-ambulatoriais para prover o atendimento à saúde da população carcerária em 40 estabelecimentos penais estaduais, localizados em 5 Unidades da Federação.
- Repasse a 10 (dez) Estados de cerca de um milhão de reais, referentes ao incentivo à atenção à saúde básica, pois a melhoria da qualidade dos serviços de saúde à população carcerária contribui positivamente para reintegração social do preso.

Implantação de Escolas Penitenciárias

- A aquisição direta de equipamentos e celebração de convênios viabilizaram a criação de 8 Escolas Penitenciárias nos Estados. As Escolas promoverão um salto de qualidade na formação e capacitação dos atores envolvidos na execução penal, repercutindo diretamente no tratamento dispensado à pessoa privada de liberdade.

Sistema de Informações Penitenciárias (INFOPEN)

- Após um longo processo de readaptação, o "INFOPEN Estatística" foi colocado à disposição dos Estados e do Distrito Federal para inserção de

dados quantitativos relativos à população prisional. Trata-se de importante ferramenta para subsidiar a elaboração de políticas públicas voltadas para a população carcerária.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Um aspecto relevante é que muitos convenentes possuem dificuldades técnicas para compreender as etapas do processo de formalização dos instrumentos de convênio. A gerência do programa estuda uma forma de poder capacitar as equipes técnicas dos entes federados para que possam superar essa deficiência.

A situação de inadimplência dos Estados atrasa e inviabiliza a celebração dos convênios. Prejudica o processo de execução orçamentária e financeira, com conseqüências negativas para a execução de projetos sociais e assistenciais e acarreta paralisação de obras. O grande prejudicado é o público-alvo que passa por situações muito desfavoráveis na condição de privação de liberdade.

O contingenciamento tem afetado sempre o programa, havendo dificuldades em planejar os repasses de recursos aos entes federados para construção de estabelecimentos penais estaduais.

Outros Aspectos Relevantes

Em dezembro de 2004, o DEPEN firmou parceria com a Caixa Econômica Federal para o gerenciamento e fiscalização das obras de construção de estabelecimentos penais nos Estados, e vem acompanhando e avaliando o desempenho da CEF. Vale ressaltar que o mérito da aprovação de todo e qualquer projeto é do DEPEN, à luz da Resolução nº 03/2005, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, que trata das diretrizes para a construção de estabelecimentos penais no país.

A parceria com a CEF foi a solução encontrada pela gerência do programa para agilizar a execução orçamentária, efetuar um controle mais rigoroso e tempestivo da liberação de parcelas, bem como promover uma fiscalização in loco das obras com maior tempestividade e periodicidade, haja vista a capilaridade da CEF em todo o território nacional.

Cabe registrar que, no papel de articulação e fomento, o DEPEN realiza encontros com diversos atores envolvidos na execução penal. Desses encontros são extraídos entendimentos e linhas de ação para o enfrentamento do problema de acordo com as realidades regionais.

Recomendações

- Alterar a denominação do programa para "Aprimoramento da Execução Penal", uma vez que execução penal é expressão mais abrangente, envolvendo ações de ouvidoria, promoção de medidas alternativas, escolas penitenciárias, entre outras.
- Alterar o objetivo do programa para "Promover a reintegração do apenado, internado e egresso do sistema penitenciário nacional e o atendimento a seus dependentes", suprimindo a expressão "gerar vagas". O objetivo do programa é a reintegração da pessoa presa e não a geração de vagas nas prisões.

- Excluir o indicador "Coeficiente de Reincidência Criminal", uma vez que nunca houve apuração desde a criação. Não existem ferramentas apropriadas no âmbito estadual para aferição do indicador.
- Incluir a ação "Apoio à Implantação e Reaparelhamento de Ouvidorias".
- Ampliar os efeitos do Acórdão n.º 1.640/2003 (TCU) ao Fundo Penitenciário Nacional para que a inadimplência dos Estados não impeça a celebração de convênios e o repasse de recursos, tendo em vista a situação dramática dos sistemas penitenciários locais.
- Rever os critérios de distribuição dos recursos para as Unidades da Federação, incentivando a aplicação de penas e medidas alternativas que promovam o respeito ao direito dos apenados.

Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento

Objetivo

Garantir e proteger a integridade do patrimônio territorial e ambiental das sociedades indígenas.

Público-Alvo

Governo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 77.742.999,00	Empenho Liquidado: R$ 56.332.433,00 Pago estatais: - Total: R$ 56.332.433,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Atendimento a Famílias Indígenas com Projetos de Desenvolvimento

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 46,75 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 70,3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A viabilidade de alcançar o índice esperado no final PPA é baixa. Isto se deve ao fato de que a dotação orçamentária é insuficiente para atender o número total de famílias indígenas. Essa dotação só atende a 41.136 famílias indígenas, de um total estimado de 88 mil famílias.

2. Taxa de Degradação de Terras Indígenas

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Na Revisão de 2004 foi feita uma ressalva para que os indicadores propostos pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI fossem modificados, após treinamento dos coordenadores de ação, para melhor expressar os resultados. Em 2007, o indicador passará a ser "Taxa de Atendimento a Terras Indígenas com Projetos Ambientais",

que é a relação percentual entre o total de terras indígenas atendidas com projetos ambientais e o total de terras indígenas conhecidas.

3. Taxa de Usurpação das Terras Indígenas.

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Na Revisão de 2004 foi feita uma ressalva para que os indicadores propostos pela FUNAI fossem modificados, após treinamento dos coordenadores de ação, para melhor expressar os resultados. O treinamento ocorreu através da oficina de monitoramento e avaliação de programas do Ministério da Justiça em outubro de 2005.

4. Taxa de Regularização de Terras Indígenas

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 70,38 em 31/12/2003
Índice previsto ao final do PPA: 80,38

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O indicador da taxa de regularização de terras indígenas não está consolidando o resultado para 2005. Entretanto, vem sendo apontada a flutuação da taxa a cada ano, em movimento de retração e expansão, carente de avaliação adequada. Essa flutuação decorre de demandas fundiárias indígenas que surgem a cada ano, sendo que o parâmetro básico da taxa de regularização é o número de terras indígenas conhecidas, sendo necessário considerar o número de terras indígenas conhecidas no início de cada quadriênio do PPA.

Contextualização

O patrimônio territorial das sociedades indígenas, em suas diferentes situações de contato, encontra-se sob permanente risco de degradação ou usurpação pela ação de agentes externos. Por se tratar de comunidades protegidas por legislação especial e desprovidas de instrumentos próprios de defesa dos seus interesses e direitos, cabe ao Estado promover a proteção, a gestão sustentável e a revitalização daquele patrimônio e dos seus beneficiários, mediante o desenvolvimento de um elenco de ações articuladas e apoio a projetos produtivos sustentáveis, capazes de gerar níveis satisfatórios de segurança alimentar, renda e emprego, que permitam a eliminação do viés paternalista e assistencialista, em parte decorrente da ausência de políticas públicas, de recursos e de estrutura para a gestão territorial sustentável e em contraposição ao avanço desordenado das frentes econômicas. Ao assumir essa responsabilidade, por meio do seu órgão indigenista (FUNAI), o Estado brasileiro estará apenas reafirmando um compromisso republicano histórico, de defesa das sociedades indígenas, que tem sido cumprido de maneira ininterrupta há quase um século, desde a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1910.

Principais Resultados

Homologação de terras indígenas

- Instrução processual necessária à expedição do Decreto de Homologação de 8 terras indígenas, abrangendo cerca de 2,6 milhões de hectares.

Proteção de terras indígenas

- Remoção total ou parcial de ocupações de não-índios em 19 terras indígenas, com a retirada de 543 ocupações.
- Registros cartoriais e na Secretaria do Patrimônio da União de 22 terras indígenas, garantindo a posse e usufruto para mais de 5.200 índios.
- Levantamento fundiário em 11 terras indígenas com o cadastramento e a avaliação de benfeitorias de aproximadamente 420 ocupações de terceiros.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O sucesso do programa depende, em grande medida, de uma boa articulação entre a gerência, sob responsabilidade da FUNAI, e os executores das ações, fato que não se tem verificado.

Na tentativa de melhorar a gestão do programa foi pactuado entre a FUNAI, a SPI/MP, a CC/PR e representantes dos Ministérios da Educação, Saúde e Desenvolvimento Agrário, a criação de um outro ator no modelo de gestão do programa, o Gerente Adjunto, que teria como função disponibilizar as informações necessárias para a execução e gerenciamento das ações. Entretanto, a reunião não produziu os frutos esperados e sequer se vislumbra a criação do Gerente Adjunto.

Persiste a insuficiência na dotação orçamentária para atender à demanda das sociedades indígenas, visto que a proposta orçamentária encaminhada pela FUNAI vem sendo preterida. Esse fator foi determinante para a classificação do resultado de 2005 como abaixo do esperado. Para se ter idéia da distância entre a meta física atendida e a ideal, dados da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) apontam para a existência de aproximadamente 88 mil famílias indígenas no Brasil. Enquanto isso, por meio da ação "Fomento às Atividades Produtivas", são atendidas cerca de 25.470 famílias. Tal fato, por si só, justifica a insatisfação dos beneficiários.

A execução orçamentária foi relativamente baixa, em torno de 73% do orçamento disponível. O atraso na aprovação e liberação do crédito adicional solicitado atrapalhou a execução orçamentária, já que não foi possível atender à programação planejada. A sazonalidade imposta pelo calendário agrícola impõe que a liberação de recursos respeite a programação. Como isso não aconteceu, foi gerado um volume considerável de recursos inscritos em restos a pagar.

Os recursos materiais disponíveis são inadequados e insuficientes. Há carência também em relação à quantidade e capacitação dos recursos humanos, seja na coordenação das ações, seja nas administrações executivas regionais e postos indígenas. Há necessidade de formulação de uma política de formação e aperfeiçoamento do corpo técnico e a contratação de pessoal com formação nas seguintes áreas: desenvolvimento comunitário, engenharia florestal, gestão de informação, técnico em demarcação, sertanista, técnico em indigenismo, auxiliares

de frente de contato, piloto de barco, motorista, técnico em agropecuária e agrônomo, todos com qualificação em indigenismo.

Outros Aspectos Relevantes

Além dos principais resultados citados no item 2, é importante ressaltar a atuação do programa em atividades que contribuem para a proteção de terras indígenas, a saber:

- Conclusão da licitação para a demarcação e aviventação de 06 terras indígenas.
- Realização de 16 estudos antropológicos visando à definição de procedimentos administrativos cabíveis.
- Propostas de programas e projetos, na área ambiental para as comunidades e terras indígenas afetadas por empreendimentos, possibilitando a celebração de convênio ou outro instrumento legal e a conseqüente posição favorável da FUNAI à emissão pelo órgão ambiental competente da Licença de Operação ou sua renovação.

Na gestão cotidiana do programa, alguns aspectos merecem destaque, como o Sistema de Terras Indígenas (STI/DAF), que é um instrumento de monitoria e gerenciamento permanente das ações de regularização de terras indígenas em todas as suas etapas e fases. Entretanto, o STI ainda não é utilizado plenamente pela FUNAI, pois a definição institucional do seu uso para monitoramento ainda está em definição.

É de se destacar a participação social do público-alvo em audiências públicas realizadas no âmbito de alguns processos de licenciamento ambiental. A participação da população beneficiária na formulação, na execução e nas avaliações de cada evento de capacitação tem proporcionado uma maior aproximação da política global da FUNAI em relação à realidade experimentada pelos índios, atendendo melhor suas reivindicações.

Em 2004 foi realizado concurso público para preenchimento de 70 vagas na FUNAI. Entretanto, o número de cargos autorizados é insuficiente para que o órgão possa cumprir com as suas atribuições legais. Considerando-se, ainda, que não existe uma política salarial isonômica no governo federal, observa-se um alto índice de abandono de emprego na FUNAI. Os novos servidores se desligam do órgão assim que logram aprovação em outros concursos.

Recomendações

- Alterar o indicador "Taxa de degradação das terras indígenas" para "Taxa de Atendimento a Terras Indígenas com Projetos Ambientais", representado pela seguinte fórmula de cálculo: "relação percentual entre o total de terras indígenas atendidas com projetos ambientais e o total de terras indígenas conhecidas".

Reconhecimento de Utilidade Pública

Objetivo

Reconhecer a Utilidade Pública Federal de instituições que prestam serviços à sociedade sem interesse lucrativo.

Público-Alvo

Governo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 170.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 22.547,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 22.547,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Coeficiente de Reincidência Criminal.

Unidade de medida: 1/1.000
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Não se pode precisar, pois não houve aferição do indicador em 2005. As informações inseridas pelos Estados no Sistema

Contextualização

O Programa está voltado a nstituições da sociedades civil, associações e fundações com o fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade, como extensão da atuação estatal..

Principais Resultados

- 736 servidores públicos federais capacitados.
- 5.501 eventos de diversões e espetáculos públicos classificados e fiscalizados.
- Licitação de solução integrada de comunicações de dados, voz e imagem, necessária para a Implantação da Plataforma Nacional de Informações sobre Justiça e Segurança Pública.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O programa teve uma realização financeira baixa, isto é 6,30%, sendo que as ações: 3974 – "Implantação da Plataforma Nacional de Informações sobre Justiça e Segurança Pública", 4283 – "Sistema de Gerenciamento de Cadastro de Cartórios do Brasil" e 4641 – "Publicidade de Utilidade Pública", não tiveram execução.

Outros Aspectos Relevantes

As informações relativas ao desempenho físico das ações podem ser obtidas tanto por intermédio do Quadro de Demonstração de Despesas (QDD) quanto pelo SigPlan. Entretanto, esses mecanismos de captação de informações não têm propiciado, muitas vezes, a obtenção de informações oportunas e tempestivas.

Recomendações

- Migrar a ação 4283 - "Sistema de Gerenciamento de Cadastro de Cartórios do Brasil" para o programa 1083 - "Reforma do Judiciário".

Reforma do Judiciário

Objetivo

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da justiça.

Público-Alvo

Governo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 2.638.350,00	Empenho Liquidado:	R$ 2.065.483,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 2.065.483,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Coeficiente de Reincidência Criminal.

Unidade de medida: 1/1.000
Último índice apurado: 700 em 8 de julho de 2003
Índice previsto ao final do PPA: 620

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Não se pode precisar, pois não houve aferição do indicador em 2005. As informações inseridas pelos Estados no Sistema

Contextualização

Na modernização da atuação do Estado, as atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais assumem especial relevância na formulação, na avaliação, no reordenamento e no controle dos programas finalísticos, o que configura a necessidade institucional de estabelecimento de programa específico de gestão de políticas.

Principais Resultados

- Implementação do Cadastro Nacional de Entidades (CNEs).
- Recebimento de 9.999 relatórios circunstanciados.
- Concessão de 1.619 títulos de utilidade pública e qualificação de interesse público federal.
- Publicação, de informações gerais das entidades cadastradas, inclusive disponibilizando modelos e formulários, na Intranet do MJ.

- Encaminhada proposta da Secretaria Nacional de Justiça ao gabinete do Ministro, para a desvinculação do título de utilidade pública do certificado expedido pelo CNAS, por meio de projeto de lei.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Embora o programa tenha sido extinto, as demandas da sociedade civil por reconhecimento e qualificação estatal cresceram acima do esperado em 2005. Com a criação do CNEs, houve um aprimoramento na comunicação entre o Estado e a sociedade, que gerou:

a) a desburocratização do tratamento dos pedidos de qualificação e uma maior eficiência do serviço prestado;

b) a transparência da análise realizada, que constitui o cerne do serviço de qualificação e que justifica tanto o aumento das concessões quanto o aumento no número de cassações, pois por meio do CNEs pode-se trabalhar informações mais precisas e consistentes sobre as atividades desenvolvidas pelas entidades que se dirigem ao MJ.

Outros Aspectos Relevantes

Em junho de 2005 foi realizada, no Ministério da Justiça, reunião para discussão e validação das propostas de alteração do PPA. Naquela oportunidade, decidiu-se que o programa 0671- "Reconhecimento de Utilidade Pública" seria excluído de acordo com a proposta formulada por técnicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; muito embora o Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação fosse contrário à exclusão, propondo apenas alterações pontuais (denominação, objetivos etc.) e a inclusão de uma nova ação, "Cadastro Nacional de Entidades".

Na revisão do PPA para o exercício 2006, o programa foi excluído e suas atividades estão concentradas numa nova ação, "Cadastro Nacional de Entidades", no programa "Gestão da Política na Área da Justiça". A alteração justifica-se pelo escopo reduzido do programa, que não se relacionava a um problema suficientemente amplo da sociedade mas estava focado em apenas uma operação, o reconhecimento de entidades de utilidade pública.

Em decorrência do contingenciamento orçamentário de 86,73% dos recursos deste programa, verificou-se o comprometimento da aquisição, manutenção e substituição de recursos materiais, sobretudo tecnológicos, que dariam suporte à implantação do Cadastro Nacional de Entidades.

A criação do Cadastro Nacional de Entidades (CNEs) pode ser considerada uma prática de gestão exemplar, porque estabelece a indissociabilidade entre eficiência, eficácia e efetividade. Trata-se de um sistema eletrônico destinado à racionalização dos serviços públicos, com o principal objetivo de facilitar a comunicação entre o Estado, as entidades e a sociedade, na medida em que desburocratiza, padroniza e confere transparência aos processos de requerimento e prestação de contas. Dessa forma, proporciona o incremento da participação e do controle social.

Recomendações

Não há recomendações.

Segurança Pública nas Rodovias Federais

Objetivo

Aumentar a segurança pública nas rodovias federais mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito.

Público-Alvo

Governo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	Empenho Liquidado: R$ 962.949.526,00
R$ 1.208.940.459.00	Pago estatais: -
	Total: R$ 962.949.526,00

Previsto não orçamentário	**Realizado não orçamentário**
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de variação de acidentes nas Rodovias Federais.

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 0,19 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Houve readequação dos indicadores no decorrer do Plano, sem a definição dos índices previstos ao final do PPA, o que não gerou parâmetros para avaliar a viabilidade de alcance.

Contextualização

As Rodovias Federais são estratégicas na aplicação de alguns programas nacionais, pois representam o elo de integração nacional. Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira. Os componentes de conseqüências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com as vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis as vítimas, pelos prejuízos à população economicamente ativa, pela perda de cargas e veículos sinistrados, entre muitos outros prejuízos que contabilizam cifras de bilhões de reais, além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão. Uma ação mais efetiva para a redução dos acidentes com vitimas pode diminuir os gastos da previdência social e do sistema de saúde com inválidos e com atendimento aos acidentados.

Principais Resultados

- Fiscalização de 7.558.987 veículos.
- Recuperação de 3.237 veículos.
- Atendimento a 105 mil acidentes e prestação de socorro a 10.077 pessoas.
- Apreensão de 109.453 veículos, retenção de 21.135 carteiras habilitação e aplicação de 1.434.213 notificações.
- Em 2005, 10.077 pessoas foram socorridas diretamente pela Polícia Rodoviária Federal, um indicador expressivo da prioridade dada pela instituição ao atendimento aos usuários brasileiros e estrangeiros que se deslocam pelo país, além das populações lindeiras às Estradas e Rodovias Federais.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

- A aquisição de viaturas demanda mais recursos diante da necessidade de renovação constante da frota, pois é o principal instrumento de fiscalização da instituição e apresenta custos elevados de manutenção. Os serviços na área de tecnologia, monitoramento eletrônico e telecomunicações são indispensáveis para a realização das atividades operacionais do órgão.
- Apesar de algumas dificuldades e de o percentual de execução física em algumas ações não atingir o número ideal, os resultados foram favoráveis e dentro das expectativas iniciais.
- A descontinuidade no fluxo de recursos impactou a execução de serviços básicos de manutenção, tais como: aquisição de combustível, pagamento de diárias operacionais, manutenção da rede de informações, de viaturas e de bens imóveis. Em 2005, não houve a quebra de nenhum destes serviços em decorrência do atraso na liberação financeira, mas houve prejuízo nas novas contratações de projetos que somente puderam ser executados no 2º semestre, atrasando o cronograma inicial.
- Para que se consiga cumprir o objetivo do programa é imperativo que se contrate pessoal com habilidade técnica e gerencial. No mesmo sentido, é necessária a realização de concurso público para a carreira de Policial Rodoviário Federal.
- Mecanismos de avaliação de satisfação de usuários internos e externos demandam uma melhor estruturação do próprio órgão na formação de uma equipe gerencial. Criar planilhas e relatórios, questionários, sistemas de avaliação, entre outras ferramentas, têm como pré-requisito, a confecção de estudos e trabalhos específicos para este fim, para o que a Instituição não dispõe de recursos.

Outros Aspectos Relevantes

Mecanismos de coleta e acompanhamento diário dos resultados em algumas ações, especialmente aquelas que melhor refletem a atividade da instituição, como a promoção da segurança pública nas rodovias federais e a prevenção dos acidentes de trânsito. Como exemplo, pode-se citar: o "ROD On-line", um sistema que coleta os números de todas as ocorrências policiais diariamente e o "BR Brasil", sistema em processo de implantação que acompanha o desenvolvimento de todas as operações e ocorrências policiais em todo o país.

Reuniões periódicas com os coordenadores de ação e a gerência para avaliar o andamento do programa, com o aperfeiçoamento sistemático desse processo. Porém, não há o efetivo acompanhamento físico das ações executadas pelo Ministério dos Transportes, somente o financeiro, que de acordo com os dados do SIAFI apresenta execução de aproximadamente 54% em relação à LOA.

Recomendações

- Definir os índices esperados para os indicadores do programa.

Sistema Único de Segurança Pública - SUSP

Objetivo

Reduzir a criminalidade, a violência e a impunidade mediante a implantação do Sistema Único de Segurança Pública.

Público-Alvo

Operadores de segurança pública.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 370.649.050,00	Empenho Liquidado: R$ 247.909.871,00 Pago estatais: - Total: R$ 247.909.871,00
Previsto não orçamentário -	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

1. Índice Sintético de Desempenho.

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Algumas ações previstas dependem de decisões das Unidades Federadas, o que implica na incerteza quanto ao alcance das metas.

A expectativa é a de implantar 25% do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) por ano e a implantação é mensurada por 6 fatores: valorização e formação profissional; gestão do conhecimento; reorganização institucional; estruturação e modernização da perícia; prevenção da violência e controle externo e participação social.

Assim, até ano de 2005 deveriam estar implantados 50% do SUSP. Entretanto, 32% dos recursos do Fundo Nacional de Segurança pública foram contingenciados, em 2005 e a meta foi reestimada para 42%. A mensuração de todos os fatores de avaliação mostrou um resultado de 48,54% de implantação do SUSP em 2005.

Contextualização

O Governo Federal objetiva adotar uma estratégia de integração de todas as Unidades da Federação. Por meio do SUSP, os governos estaduais e municipais

passaram a apresentar projetos a serem apoiados pelo Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), dentro de diretrizes estratégicas que priorizam o atendimento eficiente às demandas da sociedade e o impacto na criminalidade. Tem por objetivo a articulação das ações das instituições federais, estaduais e municipais no campo da segurança e da justiça criminal. Os principais eixos de atuação são a gestão unificada da tecnologia da informação; gestão do sistema de segurança; formação e aperfeiçoamento de policiais; valorização das perícias e a melhora da produção de prova; prevenção da violência e instalação de ouvidorias independentes e modernização da gestão nos órgãos de segurança pública. Assim, Estados e Municípios terão condições de implementar programas de prevenção e repressão ao crime, reestruturação e reaparelhamento das polícias, combate às organizações criminosas, aprimoramento e valorização profissional bem como melhoria na análise de dados e estatística criminal.

Principais Resultados

Os resultados do SUSP estão divididos em blocos correspondentes às vertentes básicas do programa:

Formação e Valorização Profissional

- Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial: 17 Unidades da Federação têm suas matrizes adequadas ao padrão nacional.
- Rede de Ensino à Distância: foram implantados 60 telecentros em todo o país, capacitando-se aproximadamente 3.800 alunos.
- Jornada Nacional de Educação em Direitos Humanos para Policiais: foram capacitados 1.850 profissionais em oito Estados.
- Parceria com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha: foram percorridos os Estados do Piauí, Amapá, São Paulo, Acre, Tocantins, Mato Grosso, Maranhão, Sergipe, Amazonas, Espírito Santo e Minas Gerais, formando mais de 630 policiais.
- Ações Formativas: em 2005 a Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP apoiou a capacitação de 48.314 operadores de segurança pública por meio da realização de convênios. Também foram realizadas 36 ações formativas, capacitando 6.075 profissionais de segurança pública.

Reorganização das Instituições Policiais

- Padronização de procedimentos e modernização dos Corpos de Bombeiros: foram adquiridas 68 viaturas, 245 equipamentos de proteção respiratória, 3.355 equipamentos de proteção individual, 1.114 equipamentos de mergulho, 126 equipamentos de proteção para produtos perigosos e 101 equipamentos hidráulicos de desencarceração.

Programas de Prevenção à Violência e Criminalidade

- Observatório Democrático de Práticas de Prevenção à Violência e Criminalidade: até o final de 2005, estarão disponíveis no site do observatório mais de 200 práticas de prevenção à violência e criminalidade. (www.mj.gov.br/Senasp)
- Tráfico de Seres Humanos: foram realizadas quatro oficinas regionais para atualização sobre o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual nas capitais de 4 Estados (PA, SP, PB e DF). Foram capacitados 400 operadores de segurança pública, compondo uma rede de proteção, articulação e

responsabilização no tráfico de pessoas, que participarão na elaboração do "Manual sobre o Tráfico de Pessoas para fins de Exploração Sexual", voltado aos profissionais de segurança pública.

- Plano Integrado de Segurança Pública: em 2005, a SENASP beneficiou 68 Municípios, apoiando ações concebidas em consonância com o Plano Integrado de Segurança Pública.
- Política Nacional de Polícia Comunitária: até o final de 2005 encontrava-se em etapa final de elaboração a Matriz Nacional dos Programas. Foi realizado, também, um Concurso de Polícia Comunitária no Brasil e, dos 27 programas cadastrados, três foram premiados.

Estruturação e Modernização da Perícia

- Implantação de Laboratórios Regionais de DNA: foram investidos R$ 1,5 milhão em laboratórios de 9 Estados (AM, BA, DF, SC, MG, RJ, RS, SP, PB) e do Instituto Nacional de Criminalística - INC/DPF.
- Microscopia Eletrônica de Varredura (MEV) Aplicada à Balística Forense: a rede de laboratórios de microscopia recebeu o auxílio de R$ 500 mil do Ministério da Ciência e Tecnologia para a continuidade dos trabalhos. Realizou-se um seminário nacional de microscopia eletrônica com a capacitação de 13 peritos criminais de oito Estados.
- Capacitação: treinamento de 57 peritos criminais em Genética Forense e 41 em Toxicologia Forense

Controle Externo e Participação Social

- Incentivo à implantação e criação de Ouvidorias de Polícia: até o final de 2005, 14 Ouvidorias de Polícia estavam implantadas em 14 Unidades da Federação (UF)
- Ações para Redução da Violência
- Projeto Fronteiras Siniven: realizada pelo Infoseg, esta iniciativa visa ao monitoramento on line do trânsito de veículos em sete pontos de fronteira do país.
- Até o final de 2005, 66 policiais civis, militares e federais das diversas UF foram treinados no curso de Gerenciamento de Crises e Controle de Operações Especiais.
- Manutenção da Força Nacional de Segurança Pública composta por policias militares e bombeiros dos Estados e do Distrito Federal. A Força Nacional de Segurança Pública constitui um instrumento para fixação de uma doutrina nacional para as polícias militares estaduais; para padronização de procedimentos e equipamentos no emprego da força legal (policiamento ostensivo, ação tática, controle de distúrbios civis) e para estabelecer interoperabilidade entre as forças policias estaduais, permitindo ações conjuntas em substituição ao indevido emprego das forças armadas em policiamento civil. Os policiais que passaram pelo programa da Força Nacional tornam-se multiplicadores entre seus pares que ainda não foram capacitados. Até o final de 2005, foram formados 4.989 policiais como membros da Força Nacional de Segurança Pública - FNSP. A FNSP atuou no Espírito Santo e fez treinamentos no Distrito Federal, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraíba. Visando a racionalização do gasto dos recursos do FNSP e atendimento dos Estados conforme suas necessidades, a Senasp optou por comprar as viaturas por meio de aquisição direta durante o ano de 2005. A distribuição de viaturas para as Unidades da Federação é feita

por meio do mesmo índice responsável pela distribuição dos recursos financeiros destinados para os convênios. Até 2005, a Senasp repassou para os Estados 1.373 viaturas.

- Foram adquiridos equipamentos de proteção balística, fardamentos e acessórios, equipamentos pré-hospitalares, materiais de campanha (mochila, saco e marmita com talheres), equipamentos táticos e armamento não letal, equipamentos antitumulto, munição, mascara contra gases e roupas) de Controle de Distúrbios Civis.
- A Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos e Terminais e Vias Navegáveis - Conportos normatizou, por meio de resoluções, os dispositivos que orientam as ações de segurança portuária e definiu a metodologia para a elaboração e aprovação das avaliações de riscos e dos planos de segurança a serem implementados nos portos públicos e privados. Por meio de resolução, a Conportos também avocou para si a formação dos supervisores de segurança portuária. Os supervisores, preconizados no Código ISPS, têm a responsabilidade de interagir com os agentes públicos nos portos visando aos ajustes de proteção entre navio e porto, sobre os planos de segurança das respectivas instalações portuárias onde atuam e, principalmente, na multiplicação de conhecimentos e da nova concepção cultural sobre segurança pública portuária. Dos 200 planos de Segurança Pública Portuária elaborados, 135 estão implementados. A Senasp formou 566 profissionais como supervisores de segurança portuária em seis edições do Curso Especial de Formação de Supervisores de Segurança Portuária.
- Rede Infoseg (Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização): trata-se da integração dos sistemas dos órgãos que compõem as polícias, a justiça e os órgãos de fiscalização, integrando os bancos de dados e permitindo o compartilhamento das informações entre os Estados e os órgãos federais. No ano de 2004, a Rede recebeu 4 milhões de consultas. Até o final de 2005 a Rede teve 7,5 milhões de acessos e já conta com mais de 35 mil usuários cadastrados. É uma rede segura e veloz que utiliza modernas ferramentas tecnológicas e que adota o princípio de interoperabilidade do governo eletrônico (e-Ping), facilitando a integração dos bancos de dados Estaduais e Federais de forma on-line, com os bancos de dados das polícias civis, militares, federais, além das informações da Receita Federal (CPF e CNPJ), entre outros. Disponibiliza informações sobre narcotráfico, inquéritos policiais, processos judiciais e mandados de prisão, além dos dados cadastrais e imagens do Renavam e Renach, como dados de veículos, proprietários, condutores, multas e os dados de armas do Sinarm (DPF) e do Sigma (Exército).
- Gabinete de Gestão Integrada (GGI): é o responsável pela coordenação do SUSP nos Estados e pelo fomento da cultura de integração com foco no controle da violência e da criminalidade. O principal objetivo dessa ação é integrar os órgãos que atuam em segurança pública em todas as unidades da Federação. Em novembro de 2005, foi realizado em Recife o Primeiro Fórum Nacional dos Gabinetes de Gestão Integrada com o objetivo de demonstrar práticas bem sucedidas de Gestão Integrada do Sistema de Segurança Pública e Justiça Criminal. Até o final de 2005, foram implantados Gabinetes de Gestão Integrada em todas as Unidades da Federação. O Primeiro Fórum Nacional dos GGIs, com a participação de

400 profissionais de segurança pública marcou a ação no ano de 2005.

- Capacitação em Gestão em Segurança Pública: até o final de 2005, foram capacitados 110 profissionais na área de segurança pública relativa a gestão de processos e da informação e experiências em êxitos de gestão.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O cumprimento das metas físicas ficou comprometido devido ao contingenciamento de créditos do FNSP e a liberação de parte deles no final do exercício.

Vale ressaltar que a solicitação de recursos feita pela Senasp para a implantação do programa não foi atendida em sua integralidade. Além disso, os créditos foram contingenciados e parte dos recursos só foi liberada no final do exercício, comprometendo o alcance das metas físicas.

Foi observado atraso na realização de licitações e celebração de contratos. Tais problemas não derivam da ausência de informações e integração entre a gerência do programa e a coordenação das ações e sim da falta de recursos humanos qualificados.

Outros Aspectos Relevantes

Até 2005 foram fiscalizados 53 convênios de 10 Unidades da Federação (Amazonas, Amapá, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Piauí, Rio Grande do Norte e Santa Catarina) relativos aos anos de 2001 e 2002. O processo de seleção dos convênios a serem avaliados obedeceu aos seguintes critérios: 1) amostragem aleatória simples; 2) acompanhamento conforme prioridade da "Macro Avaliação de Risco"; 3) falhas/irregularidades apontadas na prestação de contas finais; e 4) amostragens exploratórias, feitas conforme denúncias formais de pessoa física ou jurídica. Nos 53 convênios avaliados, verificou-se que a maior parte deles continham falhas de execução, levando a que uma parte dos recursos recebidos pelos Estados tivessem que ser devolvidos ao Governo Federal. Em geral, essas falhas envolviam problemas nos procedimentos licitatórios, na destinação dos bens, na colocação da logomarca do Governo Federal e na gestão da execução dos convênios.

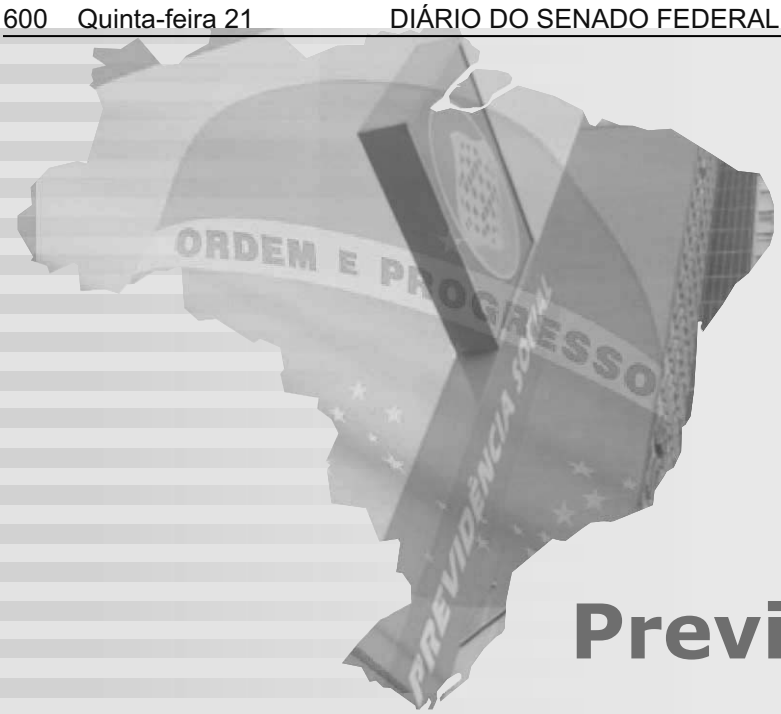
Com o objetivo de criar um sistema de distribuição de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública baseado na necessidade de recursos por parte das Unidades da Federação, a partir de 2003 os recursos foram repassados com base em informações estatísticas que determinam o percentual dos recursos do Fundo para cada unidade. Em 2005 os recursos do FNSP foram distribuídos com base em um índice composto por estatísticas dos Estados relativo a número composto por ocorrências criminais, o efetivo das polícias, a população, a área, o produto interno bruto e o índice de desenvolvimento humano. Ao final de 2005, foi implantado um novo sistema de distribuição dos recursos do FNSP, pautado em estatísticas e nos resultados do monitoramento da avaliação de implantação do SUSP..

Recomendações

- O indicador, atualmente, é calculado a partir da agregação de 6 indicadores construídos sobre as linhas estratégicas estabelecidas pelo Plano Nacional

de Segurança Pública, relacionadas à reforma das Instituições de Segurança Pública e é utilizado um esquema de correção da meta em função do contingenciamento de recursos. Portanto, recomenda-se a alteração nos fatores que compõem o indicador de modo a corrigir a distorção provocada pelo contingenciamento, nos seguintes termos: alterar o fator de avaliação 4 para "Estruturação e Modernização da Perícia: Implantação do Laboratório de DNA em 14 Unidades da Federação até 2007", e o fator de avaliação 5 para "Prevenção: Implantação de 200 projetos municipais de Prevenção à violência e criminalidade até 2007."

- Incluir a ação "Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização – Rede Infoseg".



Ministério da Previdência Social

Arrecadação de Receitas Previdenciárias
Educação Previdenciária
Gestão da Política de Previdência Social
Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União
Previdência Complementar
Previdência de Inativos e Pensionistas da União
Previdência Social Básica
Qualidade dos Serviços Previdenciários
Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal

Sumário Executivo

Em 2005, do total previsto para o Ministério da Previdência Social, foram utilizados R$ 154 bilhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 154 895 595 431,00	**Realizado orçamentário[1]:**	R$ 154.083.765.407,00
Recursos não orçamentários previstos:	-	**Realizado não orçamentário:**	-
Total previsto:	R$ 154 895 595 431,00	**Total realizado:**	R$ 154.083.765.407,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R$ 622,4 milhões inscrito em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R$ 258,5 milhões.

Principais Resultados

Os programas com maior destaque foram 0083 - "Previdência Social Básica", 0084 - "Arrecadação das Receitas Previdenciárias", 0085 "Qualidade dos Serviços Previdenciários", 0086 - "Previdência Complementar" e 1079 - "Educação Previdenciária", que apresentaram os seguintes resultados mais relevantes:

- Foram requeridos 5.775.343 novos benefícios, dos quais 3.955.723 foram concedidos.
- O número de benefícios emitidos pela Previdência Social atingiu 23,9 milhões, sendo que 21,1 milhões desses benefícios são previdenciários e acidentários, com um valor médio nominal de R$ 532,20, e 2,8 milhões são benefícios assistenciais, no valor de 1 salário mínimo.
- Em outubro de 2005 foi iniciada a realização do Censo Previdenciário, que resultará na atualização cadastral do banco de dados de benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, reduzindo a possibilidade de fraudes e desvios de recursos.
- O Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade (SABI), em 2005, foi reativado em várias Gerências do INSS onde se encontrava inativo e foi implantado em 99 Agências da Previdência Social (APS), perfazendo um total de 679 APS dotadas desse Sistema, que acompanha as concessões dos benefícios por incapacidade desde a entrada do requerimento até os encaminhamentos de recursos à Junta e ao Conselho de Recursos da Previdência Social em caso de benefício indeferido.
- A arrecadação previdenciária líquida teve um crescimento real (considerando-se o INPC) de 9,93% em relação ao ano de 2004.

[1] A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

- O monitoramento dos grandes contribuintes realizou 29.066 ações em 2005, recuperando um total de R$ 759 milhões, sendo que 57,65% deste valor (R$ 437 milhões) foram recolhidos à vista durante a própria ação de monitoramento, 15,03% (R$ 114 milhões) foram lançados sob a forma de confissão de dívida para parcelamento e 27,31% foram notificações fiscais de lançamento de débito e autos de infração.
- Aumento dos serviços eletrônicos disponíveis aos cidadãos, ampliando os canais remotos de atendimento e fomentando a migração dos serviços passíveis de serem executados por tais canais, como por exemplo, o agendamento eletrônico do atendimento para aposentadorias, pensões e serviços de maior grau de complexidade, permitindo que o usuário seja atendido em local, dia e hora previamente estabelecidos.
- O Prevfone passou a funcionar 24 horas por dia, de segunda a sábado. Isso representou um aumento de 12% na sua capacidade de atendimento, que terminou o ano de 2005 com 62 posições de atendimento, 154 operadores e 14 supervisores em quatro turnos de 6 horas.
- O Programa de Gestão do Atendimento (PGA), que se iniciou em outubro de 2004, teve sua implementação finalizada em 5 APS na cidade de São Paulo. Foi iniciada a implementação em mais 70 APS, 70 Gerências Executivas e 5 Gerências Regionais do INSS.
- Foram realizadas 5.128 ações educativas, orientando cerca de 710 mil cidadãos em eventos como palestras, feiras, exposições, encontros e seminários.
- Foram treinados 9.261 representantes de entidades da sociedade civil organizada e de órgãos públicos, envolvendo profissionais de diversas áreas, como assistentes sociais, agentes de saúde, lideranças sindicais e de assentados da reforma agrária

Aspectos Relevantes

Em 2005 o planejamento estratégico do Ministério da Previdência teve como principais desafios: melhorar a qualidade do atendimento aos beneficiários, reduzir a vulnerabilidade às fraudes, evitar pagamentos indevidos, traçar medidas que combatam o desperdício e reduzir os custos. Para atingir esses desafios foram estabelecidas quatro áreas estratégicas de desenvolvimento da organização, da tecnologia da informação, da gestão de pessoas e da comunicação social.

Pretende-se, com o desenvolvimento organizacional, integrar e harmonizar o Ministério, o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV por meio do estabelecimento de linhas claras de comunicação, comando e controle. A tecnologia da Informação visa a reduzir o tempo de atendimento aos beneficiários e do processamento de benefícios, minimizando a vulnerabilidade dos sistemas e eliminando a dependência tecnológica. O desenvolvimento da gestão de pessoas tem como objetivo capacitar os servidores para que possam absorver os procedimentos dos novos sistemas operacionais, além de compreender a verdadeira natureza do seu trabalho: atendimento eficiente ao cidadão.

Cabe destacar as principais restrições que dificultaram a implementação da programação dos órgãos. De modo geral, os programas tiveram problemas com a liberação irregular de recursos financeiros, o contingenciamento orçamentário, a insuficiência de recursos humanos, materiais e tecnológicos, dificultando a utilização

do crédito orçamentário disponibilizado na Lei Orçamentária Anual 2005 e gerando impacto negativo na execução física.

A gerências dos programas enfrentaram dificuldades de relacionamento quando as ações foram executadas por outros Ministérios, ou então por outras unidades administrativas do próprio Ministério da Previdência Social. Isso ocorreu principalmente nos programas 0083 - "Previdência Social Básica" 0084 - "Arrecadação das Receitas Previdenciárias" e 0085 - "Qualidade dos Serviços Previdenciários". Nos dois primeiros, o relacionamento frágil com o Ministério da Fazenda dificultou o gerenciamento do programa.

O programa 0084 - "Arrecadação das Receitas Previdenciárias" teve um ano atípico em 2005. Com a criação da Secretaria de Receita Previdenciária no final de 2004, o programa passou do âmbito do INSS para o Ministério da Previdência. Após isso, a Medida Provisória n°. 258, de 22 de julho de 2005, que criou a Receita Federal do Brasil, determinou a fusão da Secretaria de Receita Federal do Ministério da Fazenda com a Secretaria de Receita Previdenciária do Ministério da Previdência Social. Assim, o programa teve a maioria das suas ações transferidas do Ministério da Previdência Social, durante o processo de revisão do PPA em 2005, para o Ministério da Fazenda. Entretanto, a não aprovação pelo Congresso Nacional da referida Medida Provisória criou uma situação inusitada, já que de acordo com a LOA 2006 as ações estão no Ministério da Fazenda. Este não indicou coordenadores para as ações. Esse foi um aspecto complicador na execução, já que as ações tiveram vários coordenadores, dificultado a captação de informações pela gerência do programa.
O programa 0086 - "Previdência Complementar" também teve um ano peculiar, devido à não aprovação da Medida Provisória nº. 233/04, que criava a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC). Houve um impacto negativo na execução de suas ações, uma vez que a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) elaborou o seu planejamento para 2005 considerando que a supervisão, a fiscalização e o controle das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar já seriam realizadas pela PREVIC.

Em que pesem os problemas enfrentados pelo Ministério, vale ressaltar alguns aspectos positivos que se registraram durante o ano de 2005. O trabalho do Conselho Nacional da Previdência Social (CNPS) e suas projeções regionais (Conselhos de Previdência Social) apresentam sua avaliação quanto à prestação dos serviços realizados pelo INSS, permitindo que a instituição direcione seus esforços no sentido de resolver os problemas apontados pelos representantes da sociedade civil. O CNPS sistematicamente aprova resoluções que subsidiam a avaliação das políticas públicas executadas pelo programa, apreciando as propostas orçamentárias antes da sua incorporação à LOA e sugerindo alterações legais que visem à melhoria do funcionamento dos serviços prestados pela Previdência Social.

O valor médio pago ao benefício rural foi de R$ 288,66, aproximadamente 48,0% inferior ao do benefício urbano, que foi de R$ 555,3. Essa diferença é explicada pelo fato de o valor dos benefícios rurais, em sua grande maioria, ser equivalente ao piso previdenciário, ou seja, um salário mínimo. No entanto, o valor médio pago aos benefícios urbanos teve , em 2005, um incremento nominal, em relação a 2004, de 3,9%, enquanto os benefícios rurais registraram um crescimento nominal de 10,5%. Houve um incremento nominal de 7,3% no valor médio dos benefícios previdenciários e acidentários, que em 2004 era de R$ 496,11 e em 2005 passou a ser de R$ 532,20.

Em termos reais, utilizando-se como parâmetro o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), esse crescimento foi de 1,5%.

Recomendações

- Aprimorar a articulação com o Ministério da Fazenda, uma vez que as informações sobre algumas ações não são recebidas tempestivamente. Esta situação seria resolvida com atuação efetiva do Comitê de Coordenação de Programa e do Comitê Gestor de Programa, como está previsto no Decreto nº. 5.233, de 6 de outubro de 2004, que estabelece as normas para a gestão do Plano Plurianual 2004-2007. É necessário que o Ministério da Previdência atualize a Portaria n°. 1.390, de 20 de dezembro de 2004, com os nomes dos responsáveis pelos programas e ações.
- É necessária uma política de recursos humanos que realize concursos anuais, recompondo o quadro de funcionários, principalmente nas Agências da Previdência Social (APS) que atendem diariamente ao cidadão usuário.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade do pelo Ministério da Previdência Social.

Arrecadação das Receitas Previdenciárias

Objetivo

Aumentar a arrecadação da Previdência Social, mediante ação eficaz de controle, fiscalização e cobrança de créditos previdenciários.

Público-Alvo

Contribuintes do Regime Geral da Previdência Social.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 245.974.901,00	Empenho Liquidado: R$ 198.156.024,00 Pago estatais: - Total: R$ 198.156.024,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Número-Índice de Crescimento Real da Arrecadação Previdenciária

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 120,18 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 110,8

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O excelente desempenho da arrecadação previdenciária em 2004 e 2005 proporcionou o alcance do índice previsto para o final do Plano Plurianual (PPA) em 2004. Assim, há necessidade de uma nova estimativa do índice a ser alcançado no final de 2007.

2. Taxa de Recuperação de Créditos Previdenciários

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 3,45 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 7,24

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. O índice abrange créditos administrativos e judiciais. A recuperação administrativa atingiu um índice de 5,6%. A criação do Parcelamento Especial (PAES) teve impacto na capacidade de cobrança, pois alongou o perfil da dívida, que passou a ser paga em 180 meses, e não mais em 60 meses como no parcelamento convencional. Assim, dificilmente o índice proposto para final do PPA será atingido.

Contextualização

Os efeitos do baixo crescimento econômico nos últimos anos, do aumento da expectativa de vida da população e de outros fatores que comprometem a arrecadação previdenciária têm gerado desequilíbrio entre as receitas arrecadadas e o volume de benefícios pagos.

A cobertura social, garantida pela Constituição Federal de 1988 sem a correspondente cobertura financeira compromete a liquidez do sistema previdenciário, e outros fatores agravam o desequilíbrio, a saber: a inadimplência dos contribuintes; a sonegação; o aumento da demanda por novos benefícios; a recuperação dos valores não arrecadados para o Fundo de Previdência; além de fraudes e renúncias fiscais. Nesse sentido, este programa visa aumentar a receita previdenciária, apresentando ações que vão desde a administração de imóveis que não são utilizados com também ações voltadas para recuperação de créditos e auditoria sobre os contribuintes.

Principais Resultados

- Considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), a arrecadação previdenciária líquida teve um crescimento real de 9,93% em relação ao ano de 2004.
- Em 2005, houve uma recuperação de R$ 5,56 bilhões de créditos administrativos, valor bem superior à meta estipulada, observando-se um aumento nominal de 23,71%.
- A ação de Auditoria-Fiscal registrou o resultado de R$ 21,8 bilhões, com 64.425 ações realizadas. Esse valor, proveniente de notificações fiscais de lançamento de débito, autuações, confissões de débitos e recolhimentos realizados durante a auditoria, significa um crescimento de 11,7% em relação a 2004 e de 30,5% em relação a 2003, quando os resultados apurados foram de R$19,5 bilhões e R$16,7 bilhões, respectivamente.
- O monitoramento dos grandes contribuintes realizou 29.066 ações, em 2005, recuperando um total de R$ 759 milhões, dos quais 57,65% (R$ 437 milhões) foram recolhidos à vista durante a própria ação de monitoramento, 15,03% (R$ 114 milhões) foram lançados sob a forma de confissão de dívida para parcelamento e 27,31% foram lançados como notificações fiscais de lançamento de débito e autos de infração.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Com a criação da Secretaria de Receita Previdenciária, no final de 2004, o programa passou do âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o Ministério da Previdência Social (MPS).

Com a edição da Medida Provisória n° 258, de 22 de julho de 2005, que criou a Receita Federal do Brasil, houve a fusão da Secretaria de Receita Federal com a Secretaria de Receita Previdenciária. Assim, o programa teve a maioria das suas ações transferidas do MPS, durante o processo de revisão do PPA em 2005, para o Ministério da Fazenda (MF), entretanto, a não-aprovação pelo Congresso Nacional da referida Medida Provisória criou uma situação inusitada, já que, de acordo

com o Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) 2006, as ações pertencem ao MF, que não indicou coordenadores para essas ações. Esse aspecto prejudicou a execução das ações, que passaram por vários coordenadores, dificultando a captação de informações pela gerência do programa.

A falta de infra-estrutura e recursos materiais dificultaram a execução das ações e os recursos humanos não foram suficientes, pois a equipe gerencial passou por muitas mudanças e contou basicamente com 1 servidor responsável pela coleta, registro e acompanhamento das ações, sobrepondo atribuições. A não-formalização das responsabilidades dos coordenadores das ações comprometeu o envolvimento dos mesmos e conseqüentemente sua gestão.

Apesar desses problemas, cabe ressaltar que aas ações "Recuperação Administrativa de Créditos Previdenciários", "Previsão e Monitoramento da Arrecadação dos Grandes Contribuintes do INSS" e "Administração de Imóveis Não-Operacionais", de grande importância para o programa, tiveram execução acima do previsto.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- O indicador "Número-Índice de Crescimento Real da Arrecadação Previdenciária" já ultrapassou o índice previsto para o final de 2007 em quase 10 pontos percentuais. É necessário se estimar um novo índice para o final do PPA.
- A ação "Remuneração dos Agentes Prestadores de Serviços pelo Recolhimento da Guia de Previdência Social (GPS) e da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP)" trata de 2 contratos distintos, que possuem duas unidades de medida diferentes. A sua meta física na forma como está definida não representa a realidade do acompanhamento da ação, uma vez que as unidades não podem ser somadas. Assim, sugere-se o desmembramento da ação em duas.
- A ação "Administração de Imóveis Não-Operacionais" deve ser transferida para outro programa, gerido pelo INSS, pois como o Projeto de Lei que cria a Receita Federal do Brasil, em fase de aprovação, a vincula ao MF, assim como o Programa Arrecadação das Receitas Previdenciárias, não faz sentido a ação ficar neste Programa.

Educação Previdenciária

Objetivo

Informar e conscientizar a sociedade acerca de seus direitos e deveres em relação à previdência social, com a finalidade de assegurar a proteção social aos cidadãos, por meio de sua inclusão e permanência no Regime Geral de Previdência Social.

Público-Alvo

Cidadãos "sem-previdência".

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 2.495.500,00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 1.242.827,00 - R$ 1.242.827,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Proteção Previdenciária

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 62,6 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 63,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. Este indicador tem boas chances de alcançar o índice esperado. Entretanto, ressalta-se a sua relação direta com a situação do mercado de trabalho, em especial, quanto aos aspectos relacionados à informalidade e à taxa de desocupação.

2. Taxa de Variação de Contribuintes Individuais, Empregados Domésticos, Segurados Facultativos e Segurados Especiais

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 12,64 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 2,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. Os dados deste indicador devem ser ajustados de acordo com o Boletim Estatístico da Previdência Social, em que o índice de referência foi apurado em 5,96%, em 31/12/2003 e o índice para o final do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, estimado em 15%.

Contextualização

A previdência social pública brasileira consegue garantir a proteção de apenas 62,6% da população na faixa etária entre 16 e 59 anos. Trata-se de uma cobertura baixa, já que uma parcela dessa população, sem proteção previdenciária, poderá se utilizar de benefícios assistenciais.

O programa "Educação Previdenciária" tem por objetivo informar a população sobre a importância da previdência social, ao garantir a reposição da renda nas situações de perda da capacidade para o trabalho, temporária ou permanente, em virtude de idade avançada, doença, invalidez, maternidade, acidente ou morte, a fim de reverter o quadro acima. Busca-se não apenas expandir a cobertura e elevar a arrecadação previdenciária, reduzindo a informalidade de trabalhadores e empresas, mas, fundamentalmente, proteger o cidadão. O programa atua por meio de ações de conscientização, tais como cursos de capacitação e formação de disseminadores e distribuição de material informativo e didático.

Principais Resultados

- Foram realizadas 5.128 ações educativas, orientando cera de 710 mil cidadãos em palestras, feiras, exposições, encontros e seminários.
- Foram treinados 9.261 representantes de entidades da sociedade civil organizada e de órgãos públicos, envolvendo profissionais como assistentes sociais e agentes de saúde, lideranças sindicais e de assentados, entre outros.
- Realização de palestras para cerca de 14 mil alunos dos cursos profissionalizantes dos programas Primeiro Emprego e Soldado Cidadão.
- Em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), foram treinados 317 instrutores, responsáveis pela inserção do tema Previdência Social nos cursos oferecidos pelo SENAC.
- Orientação para cerca de 6.500 pequenos e médios produtores rurais e realização de 6 cursos em Belo Horizonte, Manaus, São Luís, Petrópolis e João Pessoa, com a participação de 279 representantes de Federações e Sindicatos de Produtores Rurais, em parceria com a Confederação Nacional da Agricultura (CNA).
- Realização de cursos para os coordenadores pedagógicos do Programa Nacional de Qualificação, para os servidores do Sistema Nacional de Emprego (SINE) e para representantes de entidades conveniadas, totalizando 318 pessoas treinadas como disseminadores das informações previdenciárias.
- Orientação e atendimento previdenciário para 640 descendentes de quilombolas e realização de curso para 32 representantes das comunidades, por ocasião da 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A principal restrição do programa, em 2005, foi a liberação irregular de recursos financeiros. A política de redução de custos e contenção de despesas e as várias mudanças de gestão institucional no Ministério da Previdência Social (MPS) e no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) impossibilitaram a utilização do crédito orçamentário disponibilizado na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2005.

As ações mais prejudicadas foram: 1) "Capacitação de Servidores para Disseminação do Conhecimento Previdenciário", em virtude da limitação de despesas com diárias e passagens impostas pela Portaria Interministerial nº 236, de 10 de agosto de 2005; 2) "Gestão e Administração do Programa", uma vez que a implementação dos projetos e a realização de reuniões de planejamento e avaliação do programa não foram priorizadas.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Exclusão do indicador "Taxa de Variação de Contribuintes Individuais, Empregados Domésticos, Segurados Facultativos e Segurados Especiais", devido a problemas em sua concepção.
- Alteração do público-alvo do programa, já que Inicialmente se tratava de cidadãos trabalhadores não filiados a regimes de previdênciamas constatou-se que as pessoas seguradas também necessitavam de informações quanto às condições e formas de acesso aos seus direitos previdenciários.

Gestão da Política de Previdência Social

Objetivo

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de previdência social.

Público-Alvo

Governo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 67.648.268,00	Empenho Liquidado:	R$ 35.627.534,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 35.627.534,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

ESTE PROGRAMA NÃO FOI AVALIADO

Comentário

O Programa não foi avaliado pela sua Gerência em relação à sua execução em 2005. Foram executados R$ 35,6 milhões de reais por meio de nove ações orçamentárias. Foram ainda realizadas despesas no montante de R$ 304, 1 mil em restos a pagar, de um total de R$ 574,7 mil inscritos.

Indenizações e Pensões de Responsabilidade da União

Objetivo

Assegurar o pagamento dos benefícios de caráter indenizatório e outras pensões graciosas de responsabilidade da União estabelecidos em lei.

Público-Alvo

Beneficiários definidos em lei.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 765.850.740,00	Empenho Liquidado:	R$ 764.600.324,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 764.600.324,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

O programa não possui indicador.

Contextualização

O programa atende a vítimas de danos resultantes de situações em que a União é total ou parcialmente responsável, passando a assegurar o seu sustento e o dos seus familiares, por meio de indenizações e pensões estabelecidas em lei. Beneficia vítimas, por exemplo, da Talidomida e da Hemodiálise de Caruaru, PE, ex-combatentes, anistiados políticos e estatutários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT) e da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), entre outros respaldados por legislação específica.

Principais Resultados

- Pagamento de 100% dos benefícios de caráter indenizatório e de pensões de responsabilidade da União, previstas em lei.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O programa assegura o cumprimento de legislação que prevê o pagamento de benefícios em manutenção, que foram pagos nos devidos prazos e valores fixados. Os recursos orçamentários destinados à sua execução foram suficientes e os financeiros foram liberados de acordo com o cronograma programado.

Os recursos materiais e humanos são adequados à implementação do programa. A única restrição foi o relacionamento da gerência do programa com o Ministério da Fazenda (MF), que não forneceu os dados da ação "Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios de Legislação Especial".

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- A ação "Serviço de Reconhecimento de Direitos de Benefícios de Legislação Especial de Responsabilidade da União" deve ser excluída, já que não apresentou execução financeira nos anos de 2004 e 2005.

Previdência Complementar

Objetivo

Zelar pela segurança, liquidez e solvência dos planos das entidades fechadas de previdência complementar, visando assegurar aos participantes os benefícios contratados nos respectivos planos.

Público-Alvo

População ocupada do setor formal e associados a sindicatos e associações de classe.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 12.019.894,00	Empenho Liquidado:	R$ 6.340.097,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 6.340.097,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Cobertura do Sistema de Previdência Complementar

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 9,62 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 13,97

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. A taxa de cobertura está abaixo do esperado, o que se justifica pelo amadurecimento da massa de trabalhadores, que contribuiu para reduzir o número de participantes ativos sem, contudo, reduzir o número absoluto de pessoas protegidas e pelo crescimento significativo da população ocupada. Isso não representa, entretanto, uma situação desfavorável quanto à performance desse regime de previdência.

2. Taxa de Ativos Totais das Entidades Fechadas de Previdência Privada em Relação ao Produto Interno Bruto (PIB)

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 15,93 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 20,07

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. Este indicador teve uma pequena melhora em relação ao apurado em 2002

(14,22%), mas não deve alcançar o esperado para 2007, uma vez que a evolução do indicador é relativamente lenta no médio prazo.

Contextualização

O Sistema de Previdência Complementar Fechado apresenta números expressivos no contexto social e macroeconômico do país, na medida em que, segundo dados acumulados até 2003, conta com a participação de 2,5 milhões de beneficiários, entre trabalhadores ativos e assistidos, por meio de 350 Entidades Fechadas de Previdência Complementar em funcionamento, administrando cerca de 1 mil planos de benefícios, que acumulam um patrimônio superior a R$ 230 bilhões em ativos. Assim, a principal linha de ação do programa visa à proteção das Entidades Fechadas de Previdência Complementar por meio de medidas reguladoras e de fiscalização que garantam a transparência, confiabilidade e solvência dos planos de previdência complementar.

Principais Resultados

- Análise e aprovação de 16 Planos de Enquadramento das aplicações dos Planos de Benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) às novas diretrizes e limites de aplicação e investimento, ditadas pela Resolução CMN nº 3.121/2003, assim como acompanhamento dos relatórios semestrais de execução dos Planos de Enquadramento aprovados.
- Elaboração e edição da Resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC) nº 15/2005, que permitiu às EFPCs o alongamento de suas carteiras de títulos públicos.
- Desenvolvimento do Demonstrativo Analítico de Investimento e Enquadramento das Aplicações (DAIEAweb), um novo sistema informatizado de captação das informações de investimentos das EFPCs, desenvolvido internamente e adaptado às novas diretrizes e regras de aplicação e investimento, de fácil preenchimento e mais eficiente na tarefa de supervisão e auditagem das informações.
- Elaboração do manual "O Guia do Participante: Acompanhe mais de perto seu Fundo de Pensão", que pode ser consultado pela internet, no site do Ministério da Previdência e visa a orientar os participantes e assistidos a fiscalizarem seu próprio plano, sem prejuízos nas atribuições de responsabilidade do poder público.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A principal restrição foi a não-aprovação da Medida Provisória nº 233/04, que criava a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), pois a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) elaborou o seu planejamento para 2005 considerando que a supervisão, fiscalização e controle das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar já seriam realizadas pela PREVIC.

Como a referida Medida Provisória não foi apreciada pelo Congresso Nacional e perdeu sua eficácia por decurso de prazo, ocorreram sérios problemas para a execução do programa, que tem na supervisão, fiscalização e controle das EFPCs sua principal vertente. A SPC foi levada a operar, em 2005, com a mesma estrutura

que tinha em 2003, desde então insuficiente, o que foi agravado com a criação da Previdência Complementar Associativa, em 2004, que gerou novas EFPCs e, conseqüentemente, o aumento sobre a demanda de supervisão, fiscalização e controle.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- As atividades que são realizadas pela ação "Fiscalização das Entidades de Previdência Complementar" envolvem várias frentes de trabalho. Assim, há necessidade de redimensionamento da meta física desta ação. No Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) 2006, houve aumento na meta física em relação à Lei Orçamentária (LOA) 2005, que, no entanto, não foi suficiente.
- Há necessidade de um ajuste da meta física com a financeira da ação "Orientação aos Patrocinadores e Assistidos do Regime de Previdência Complementar", visto que a execução representou mais de 100% da meta física com menos de 10% dos recursos previstos.
- Após a perda de eficácia da Medida Provisória n° 233, que criava a PREVIC, não houve nova proposta de instrumento legal com o mesmo objetivo, no entanto, a criação da PREVIC é importante para a gestão do programa. Assim, há necessidade da criação de um PL que garanta continuidade ao que foi estabelecido pelo artigo 5° da Lei Complementar nº 109 de 29 de maio de 2001, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar.

Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Objetivo

Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.

Público-Alvo

Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo servidores inativos, dependentes e pensionistas.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 42.258.363.090,00	Empenho Liquidado: R$ 41.958.536.229,00 Pago estatais: - Total: R$ 41.958.536.229,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Comprometimento da Receita Líquida da União

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O indicador não teve o índice de referência apurado e não há nenhum índice previsto para o final do Plano Plurianual (PPA). Assim, não há parâmetros para avaliar a viabilidade do alcance do índice.

Contextualização

A Emenda Constitucional nº 20 e a Lei nº 9.717, de 1998, estabeleceram novas regras para a organização da previdência social dos servidores públicos. Procurou-se dar ênfase ao caráter contributivo e à necessidade de equilíbrio financeiro e atuarial da previdência pública, tornando-a distinta da política de pessoal. O programa "Previdência de Inativos e Pensionistas da União" busca consolidar essa nova orientação da previdência pública, mas sua implementação não é centralizada no Ministério da Previdência Social (MPS), ficando a cargo de cada órgão, no qual os inativos e pensionistas da União se aposentaram.

Principais Resultados

- Pagamento das aposentadorias aos servidores inativos da União e aos seus pensionistas conforme previsto na legislação, inclusive em relação aos prazos e valores.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

As principais restrições do programa estão ligadas à gestão e à captação das informações, em razão da forma como está estruturado e classificado no PPA.

As ações do programa possuem cerca de 350 localizadores distribuídos em todos os órgãos da Administração Direta e Indireta, o que provoca dificuldades gerenciais, em especial quanto à coordenação e ao monitoramento. O MPS não dispõe de meios que permitam a realização das atividades de gerenciamento e avaliação do programa, o que inviabiliza a gestão eficiente e a precariedade na sistematização das informações sobre o programa, mesmo em se tratando de despesas obrigatórias com garantia regular de recursos financeiros. Resta claro a necessidade de uma reflexão sobre seu desenho, responsabilidade e classificação dentro da metodologia do PPA.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Desenvolvimento de sistema ou aplicativo informatizado que colete as informações do programa em todos os órgãos da Administração Pública Federal e as repasse ao Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN).
- Criação de um grupo de trabalho formado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e pelo MPS, para apresentar soluções quanto à necessidade, responsabilização e gestão do programa.

Previdência Social Básica

Objetivo

Garantir o reconhecimento dos direitos previdenciários e a regularidade do pagamento dos benefícios.

Público-Alvo

Segurados e dependentes do Regime Geral de Previdência Social.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 143.746.110.367,00	Empenho Liquidado:	R$ 143.472.686.008,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 143.472.686.008,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Solução de Demandas

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 65,92 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 78

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. Dificilmente o índice alcançará o previsto para o final do Plano Plurianual (PPA) , já que, em 2005, ficou abaixo do índice de referência de 2002, de 70% .

Os principais fatores responsáveis pelo não-alcance do índice foram: a escassez de recursos humanos, agravada pela greve dos servidores do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), em meados de 2005, e pela paralisação dos médicos credenciados, no final do ano; o aumento da demanda de benefícios por incapacidade; e a obsolescência do parque tecnológico para suportar a demanda.

2. Taxa de Retorno de Segurados Reabilitados para o Mercado de Trabalho

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 59 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 66

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. O índice registrado em 2005 ficou abaixo do índice de referência de 2002, de 62%, em virtude da insuficiência de recursos humanos especializados,

particularmente de orientador profissional, da inexistência de locais apropriados para o funcionamento das equipes de reabilitação profissional nas Agências da Previdência Social (APS), da deficiência de recursos materiais e equipamentos e da falta de médicos do quadro de pessoal permanente em condições de operacionalizar o serviço.

É improvável que o índice previsto para o final do PPA seja alcançado.

3. Taxa de Proteção da População Acima de 60 anos pela Previdência

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 77,86 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 85

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. Para este indicador, o índice não foi apurado nos anos de 2003 e 2004, e o apurado em 2005 ficou abaixo do índice de referência de 2002, de 81%. É improvável que o índice previsto para o final do PPA seja alcançado.

4. Taxa de Solução dos Processos em Estoque no Conselho de Recursos da Previdência Social

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 77,42 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 60

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. O índice previsto para o final do PPA já foi atingido em 2005, em decorrência, principalmente, da criação de uma nova Junta de Recursos e da ampliação das composições de julgamento, além da redução da entrada de novos processos no Conselho de Recursos da Previdência Social.

Contextualização

A previdência social, fundamentalmente, deve assegurar proteção aos cidadãos em situações de perda da capacidade laborativa por idade avançada, morte e incapacidades. Trata-se de política contributiva, que deve garantir os meios necessários para que os cidadãos participantes do Regime Geral de Previdência Social possam requerer os benefícios a que têm direito. Assim, este programa, além de garantir o pagamento dos benefícios, executa não só ações para o reconhecimento de direitos e perícias médicas, como também aquelas responsáveis pela reabilitação profissional, que oferecem aos beneficiários meios para promover o seu reingresso ao trabalho.

Para garantir o acesso do cidadão aos direitos previdenciários previstos em lei, a previdência social mantém uma rede de atendimento em grande parte dos Municípios, onde, em muitos casos, o pagamento de benefícios previdenciários representa uma parcela considerável da economia local. Atualmente, a previdência social conta com 1.164 agências, em que 78 são unidades móveis (PREVMóvel), sendo 69 carros e 9 barcos. A média mensal de atendimento nas APS chega a 3.500 pessoas por dia. Em 2005, o total de benefícios previdenciários e acidentários pagos pela previdência social correspondeu a um valor de R$ 128,5 milhões.

Principais Resultados

- Em 2005, foram requeridos 5.775.343 novos benefícios, dos quais 3.955.723 foram concedidos.
- O número de benefícios emitidos pela previdência social, em 2005, atingiu 23,9 milhões, sendo que 21,1 milhões eram previdenciários e acidentários, com o valor médio nominal de R$ 532,20, e 2,8 milhões eram benefícios assistenciais, no valor correspondente a 1 salário mínimo.
- Em outubro de 2005, foi iniciada a realização do Censo Previdenciário, que resultará na atualização cadastral do banco de dados de benefícios do Resultado do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), reduzindo a possibilidade de fraudes e desvios de recursos.
- Foram realizados 9.113.792 exames médicos periciais, o que representou um acréscimo de 9,7% em relação ao ano de 2004.
- O serviço de reabilitação profissional atendeu a 58.109 segurados, representado um aumento de 15% em relação a 2004 e 21% em relação à meta estabelecida para 2005.
- O Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade (SABI), que acompanha as concessões desses benefícios desde a entrada do requerimento até o encaminhamento de recursos à Junta e ao Conselho de Recursos da Previdência Social, em caso de benefício indeferido, em 2005, foi reativado em várias gerências do INSS, onde se encontrava inativo, e implementado em 99 APS, perfazendo um total de 679 APS.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

As principais restrições que tiveram impacto na execução do programa se referem à escassez de recursos humanos e tecnológicos, à insuficiência de recursos orçamentários e ao contingenciamento orçamentário.

As ações de pagamentos de benefícios necessitaram de crédito orçamentário suplementar, pois o que foi disponibilizado inicialmente na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2005 não foi suficiente para atender à demanda de benefícios pagos durante o ano.

A quantidade de recursos humanos não foi suficiente nas equipes gerenciais e executoras do programa. Os trabalhos estão concentrados numa equipe gerencial reduzida que fica responsável pela coordenação de muitos processos. As equipes executoras não têm condições de absorver a demanda a elas dirigidas, pois não têm número de funcionários compatível com a necessidade de atendimento a ser realizada. A situação vem sendo atenuada com a informatização de alguns processos que, no entanto, não resolve o problema por completo, pois a análise dos direitos e o atendimento à população exigem servidores qualificados. Faltam política de capacitação em legislação previdenciária, procedimentos operacionais e sistemas corporativos e em microinformática para os servidores da área de execução das Unidades de Atendimento da Previdência Social.

Aações "Capacitação de Servidores para Reconhecimento de Direitos Previdenciários" e "Serviço de Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários" tiveram a execução prejudicada devido à falta de limite para movimentação e empenho.

O relacionamento com o Ministério da Fazenda, que executa uma ação do programa, "Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios Previdenciários", prejudicou o controle gerencial, pois as informações acerca da execução física não foram disponibilizadas.

Vale ressaltar o trabalho do Conselho Nacional da Previdência Social (CNPS) e suas projeções regionais (Conselho de Previdência Social). Os Conselhos apresentam sua avaliação quanto à prestação dos serviços realizados pelo INSS, permitindo que a instituição direcione seus esforços para a solução dos problemas apontados pelos representantes da sociedade civil. O CNPS aprova sistematicamente resoluções, auxiliando a avaliação das políticas públicas executadas pelo programa, apreciando as propostas orçamentárias antes da sua incorporação à LOA e, ainda, sugerindo alterações legais para melhoria do funcionamento dos serviços prestados pela previdência social.

Em 2005, o valor médio pago ao benefício rural foi de R$ 288,66, aproximadamente 48% inferior ao do benefício urbano, de R$ 555,3. Essa diferença é explicada pelo fato de o valor dos benefícios rurais, em sua grande maioria, ser equivalente ao piso previdenciário, ou seja, um salário mínimo. No entanto, o valor médio pago aos benefícios urbanos teve, em 2005, um incremento nominal, em relação a 2004, de 3,9%, enquanto os benefícios rurais registraram 10,5%.

Em 2005, houve um incremento nominal de 7,3% no valor médio dos benefícios previdenciários e acidentários. Em 2004, o valor era de R$ 496,11 e, em 2005, passou a ser de R$ 532,20. A partir do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), constata-se um crescimento de 1,5%.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Rever a unidade de medida do produto da ação "Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS)", passando de "registro mantido" para "informações processadas", já que um registro pode ter mais de uma informação, como, por exemplo, o caso das remunerações, cuja informação é mensal mas o armazenamento no registro é anual, de forma que um registro de remuneração pode ter até 12 informações de remunerações, além das referentes ao 13º salário. A utilização do termo informação ao invés de registro se justifica, visto que, no processo de concessão de benefícios previdenciários, as APS utilizam-se de informações e não de registros.
- A ação "Implantação do Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade - SABI nas Agências da Previdência Social", que é um projeto e tem o término previsto para o final de 2006, necessita de prorrogação de prazo para o final de 2007, já que, em decorrência de problemas estruturais nos equipamentos de grande porte, o projeto não será cumprido.
- A ação "Serviço de Perícia Médica" deve ter sua descrição modificada, pois a Lei nº10.876, de 2003, estabelece que o serviço de perícia médica é atividade privativa do quadro de pessoal do INSS. Os serviços executados

por médicos credenciados devem permanecer somente para exames especializados e complementares.

- Exclusão do indicador "Taxa de Proteção da População Acima de 60 anos pela Previdência", visto que só foi apurado em 2005 e parece não medir efetivamente os resultados do programa.
- Rever o produto da ação "Funcionamento das Unidades Descentralizadas da Previdência Social" para "agência mantida" no lugar de "usuário atendido".

Qualidade dos Serviços Previdenciários

Objetivo

Melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), atendendo às expectativas dos cidadãos.

Público-Alvo

Empresas, segurados e dependentes do Regime Geral de Previdência Social.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 122.816.895,00	Empenho Liquidado:	R$ 78.903.201,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 78.903.201,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Prazo de Concessão de Benefícios

Unidade de medida: Dia
Último índice apurado: 27 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 13

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. Este indicador não deve alcançar o índice previsto para 2007, pois sua evolução mostra que o índice ao invés de abaixar está aumentando.

2. Idade Média do Acervo de Solicitações de Benefícios

Unidade de medida: Dia
Último índice apurado: 108 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 55

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. Apesar dos esforços do INSS, o indicador está longe de alcançar o índice previsto para o final de 2007. Entretanto, o INSS empreendeu, em 2005, um projeto piloto em 05 de suas maiores Agencias da Previdência Social – APS, na cidade de São Paulo , denominado PGA - Projeto de Gestão do Atendimento, que apresentou resultados favoráveis afetos a este indicador. Estima-se que, a partir do segundo semestre de 2006, este indicador terá uma melhoria considerável, pois, embora o índice esteja bem acima do previsto para final de 2007, ocorreu uma pequena melhoria de 2004 para 2005, passando de 117 para 108 dias.

3. Grau de Satisfação no Atendimento

Unidade de medida: Número-índice
Último índice apurado: 8,38 em 2002
Índice previsto ao final do PPA: 9

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O indicador não foi apurado em 2004 e 2005, devido a mudanças oriundas da substituição da Coordenação Geral de Controladoria pela Diretoria de Atendimento (DIRAT). Ainda não há parâmetros para discutir sua viabilidade no final do Plano Plurianual (PPA), mas a pesquisa de satisfação será realizada no segundo semestre de 2006, com reestruturação metodológica, visando a evitar viés nos resultados e efetivamente oferecer subsídios às ações corretiva

Contextualização

O principal foco do programa é a qualidade dos serviços prestados pela previdência social, de modo que está relacionado diretamente à resolubilidade na concessão, manutenção e cessação de benefícios e serviços prestados aos cidadãos.

São necessários constantes investimentos nos processos institucionais, com intuito de se buscar a excelência da gestão previdenciária, pautada na ética, transparência, participação, descentralização, controle social e orientação aos cidadãos. Tais investimentos visam à reestruturação de processos, à política de desenvolvimento de pessoal, ao controle interno e ao mapeamento dos custos operacionais. Pretendem tornar mais ágeis, eficientes e confiáveis os procedimentos das atividades finalísticas e operacionais nas áreas de benefícios, auditoria, recursos humanos, logística e orçamento e finanças.

Principais Resultados

- Aumento dos serviços eletrônicos disponíveis aos cidadãos, ampliando os canais remotos de atendimento e fomentando a migração dos serviços passíveis de serem executados por tais canais, como, por exemplo, o agendamento eletrônico do atendimento para aposentadorias, pensões e serviços de maior grau de complexidade, permitindo que o usuário seja atendido em local, dia e hora previamente estabelecidos.
- O PREVFONE passou a funcionar 24 horas por dia, de segunda a sábado, o que representou um aumento real de 12% na sua capacidade de atendimento, que terminou o ano de 2005 com 62 posições de atendimento, 154 operadores e 14 supervisores em 4 turnos de 6 horas.
- O Projeto de Gestão do Atendimento (PGA), iniciado em outubro de 2004, teve sua implementação finalizada em 5 Agências da Previdência Social (APS), na cidade de São Paulo. Foi iniciada a implementação em mais 70 APS, 70 gerências executivas do INSS e 5 gerências regionais.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Dificuldades de relacionamento entre a gerência do programa e a unidade administrativa que realiza a execução da ação "Modernização e Expansão da Capacidade de Tecnologia e Informação da Previdência Social" prejudicaram sua

execução. Além disso, houve mudança de foco na sua execução, que até meados de 2004 estava voltada para a modernização tecnológica das APS, com a implantação dos processos de trabalho do INSS (prioritariamente benefício e receita), a adequação da base de dados da previdência social, pelo Projeto de Migração da Base de Dados, a aquisição de equipamentos de grande porte para dar suporte ao projeto, o desenvolvimento de sistemas e algumas capacitações em processos. Para 2005, o foco da sua execução voltou-se para o financiamento de medidas no âmbito do plano estratégico do Ministério da Previdência Social (MPS), denominado Novo Modelo de Gestão da Previdência Social, que envolve, além da melhoria do atendimento, o combate a fraudes nas áreas de arrecadação e de concessão de benefícios.

Nesse novo contexto, a ação, que em grande parte envolve recursos oriundos de operação de crédito, teve sua execução prejudicada.

A ação "Reformulação das Agências de Atendimento da Previdência Social", também, teve sua execução prejudicada devido à descontinuidade na liberação dos recursos.

O programa enfrentou problemas com a quantidade de recursos humanos na equipe gerencial, bem como problemas de qualificação de recursos humanos nas equipes gerenciais e nas equipes executoras.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Percebe-se a importância do PGA para que o programa alcance os resultados esperados, uma vez que está voltado para a disseminação e efetiva utilização de práticas gerenciais, tais como planejamento, controle, ações preventivas e corretivas, com resultados efetivos nas APS em que foi implementado. De acordo com informações da Coordenação de Orçamento do MPS, o PGA é executado basicamente pela ação "Capacitação de Servidores nos Processos de Qualidade e Melhoria Contínua" e tem grande vínculo com a ação "Reformulação das Agências de Atendimento da Previdência Social". Assim, seria interessante se alterar o nome do programa para "Programa de Gestão do Atendimento" e criar uma ação específica para ele, com o intuito de tornar o PGA mais transparente.
- A ação "Reformulação das Agências de Atendimento da Previdência Social" precisa ser revista, uma vez que vem sendo executada desde 2000 e muitas das APS, que já foram reformuladas, devem passar por nova reforma.
- O indicador "Grau de Satisfação no Atendimento" precisa ser apurado.
- As ações "Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos" e "Serviços de Ouvidoria aos Usuários da Previdência Social" devem ter suas metas físicas revistas, já que apresentam baixa execução física.
- A ação "Previdência Eletrônica" também deve ser revista, uma vez que a meta física é muito superior ao volume de recursos.

Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União,Estados, Municípios e Distrito Federal

Objetivo

Zelar pela viabilidade econômica e atuarial dos regimes próprios de previdência da União, dos Estados e Municípios e do Distrito Federal.

Público-Alvo

Beneficiários dos regimes próprios de previdência da União, dos Estados e Municípios e do Distrito Federal.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 17.481.299,00	Empenho Liquidado:	R$ 9.866.294,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 9.866.294,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Variação da Necessidade de Financiamento dos Regimes Próprios de Previdência

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 4,5 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: 2,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O indicador, não apurado em 2004 e 2005, não possui um nível de detalhamento e consistência técnica adequados para expressar com precisão a evolução dos resultados alcançados.

Contextualização

O controle do financiamento do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos é prioridade na agenda política do Governo devido ao desequilíbrio estrutural que causa nas contas públicas. A ausência desse controle tende a comprometer cada vez mais os recursos fiscais e a sustentabilidade do próprio sistema.

As reformas previdenciárias instituídas podem ser consideradas positivas, na medida em que a velocidade de aprovação e regulamentação superou as experiências anteriores e propiciou ambiente de cooperação entre a União e os Estados e Municípios na busca de melhores paradigmas de gestão dos regimes

próprios de previdência do funcionalismo, principalmente incorporando à Constituição linhas gerais do novo modelo de caráter contributivo, em que benefício e contribuição devem estar correlacionados de modo a permitir o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema. As mudanças afetaram, basicamente, os seguintes aspectos do plano de benefícios: a fórmula de cálculo, as regras de elegibilidade e a indexação dos benefícios, além de introduzir a contribuição previdenciária de inativos e pensionistas. Assim, o objetivo do programa é fortalecer a capacidade administrativa de todos os elos dessa estrutura, bem como promover mecanismos legais e técnicos visando à viabilidade econômica e atuarial dos regimes próprios de previdência dos entes federativos

Principais Resultados

- Inicio do recadastramento dos servidores públicos estaduais em 6 Estados da Federação, contribuindo para importante atualização cadastral dos servidores públicos no Brasil.
- Fiscalização de 97 regimes previdenciários próprios estaduais e municipais.
- Implantação do Sistema Integrado de Informações Previdenciárias (SIPREV) em mais 3 Estados, totalizando 19 Estados com o sistema instalado.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A execução do programa é realizada com o apoio de financiamento externo por meio do Programa de Apoio à Reforma dos Sistemas Estaduais de Previdência (PARSEP), que, por sua vez, está ligado às principais ações do programa, como Assistência Técnica às Reformas dos Regimes Próprios de Previdência e Implantação do Sistema Integrado de Informações Previdenciárias (SIPREV).

Cabe destacar que o PARSEP foi premiado pelo Banco Mundial, devido ao alcance dos seus objetivos de forma destacada em relação à carteira de projetos de desenvolvimento dessa instituição financeira multilateral.

Devido à participação de organismos internacionais, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), os processos de licitação e celebração de contratos se tornam ainda mais demorados, dificultando muito a execução do programa.

Outros aspectos relevantes

Não há.

Recomendações

- Alteração do indicador do programa, já que não mensura os resultados do programa.
- As ações "Estudos para a Criação do Regime de Previdência dos Militares da União" e "Estudos para a Criação do Regime de Previdência Complementar dos Servidores Públicos" não foram executadas em 2005. No relatório de avaliação, ano-base 2004, foi proposta a fusão dessas ações,

mas, tendo em vista a necessidade de regulamentação desses regimes por Lei Complementar, o que não ocorreu até o momento, questiona-se a sua pertinência para ano de 2007.

- A ação "Publicidade de Utilidade Pública" também não apresentou execução financeira em 2005, por isso, questiona-se a sua pertinência.



Ministério da Saúde

Alimentação Saudável
Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos
Assistência Suplementar à Saúde
Atenção à Saúde da População em Situações de Urgências,
Violências e outras Causas Externas
Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em
Situações Especiais de Agravos
Atenção Básica em Saúde
Atenção Especializada em Saúde
Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sistema Único de Saúde
Atenção Integral à Saúde da Mulher
Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde
Controle da Tuberculose e Eliminação da Hanseníase
Doação, Captação e Transplante de Órgãos e Tecidos
Educação Permanente e Qualificação Profissional no Sistema Único de Saúde
Gestão da Política de Saúde
Gestão do Trabalho no Sistema Único de Saúde
Investimento para Humanização e Ampliação do Acesso à Atenção à Saúde
Participação Popular e Intersetorialidade na
Reforma Sanitária e no Sistema Único de Saúde
Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis
Saneamento Rural
Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue
Vigilância Ambiental em Saúde
Vigilância e Prevenção de Doenças e Agravos Não Transmissíveis
Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças Transmissíveis
Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes
Vigilância, Prevenção e Atenção em HIV/AIDS e outras
Doenças Sexualmente Transmissíveis
Vigilância, Prevenção e Controle da Malária e da Dengue

Sumário Executivo

Em 2005, do total previsto para o Ministério da Saúde, foram utilizados R$ 40 bilhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 42.932.090.522,00	**Realizado orçamentário[1]:**	R$ 40.174.955.698,00
Recursos não orçamentários previstos:	R$ 13.390.000,00	**Realizado não orçamentário:**	-
Total previsto:	R$ 42.945.480.522,00	**Total realizado:**	R$ 40.174.955.698,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R$ 2,9 bilhões inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foi executado R$ 1,9 bilhão.

Principais Resultados

Os principais resultados dos programas do Ministério da Saúde podem ser apresentados com base na seguinte agregação: serviços prestados à sociedade (incluindo a atenção básica, de média e alta complexidade e assistência farmacêutica); prevenção e controle de doenças e agravos; público-alvo específico e população mais vulnerável; e outros resultados, conforme expresso a seguir:

Serviços – resultados referentes aos programas que disponibilizaram serviços de saúde à sociedade:

- Implantação de 3.332 Equipes de Saúde da Família, totalizando 24.564 em atividade, com a presença em 4.986 Municípios e cobrindo 78,6 milhões de pessoas (cerca de 44,4% da população).
- Implantação de 15.369 Agentes Comunitários de Saúde, totalizando 208.104 em atividade, com a presença em 5.242 Municípios e cobrindo 103,5 milhões de pessoas (cerca de 58,4% da população).
- Até 2005, a implantação do Programa de Saúde da Família registrou um crescimento acentuado, particularmente nos Municípios de menor renda, atuando, portanto, como instrumento de promoção da equidade na atenção básica à saúde.
- Segundo informações constantes do Sistema de Informações da Atenção Básica (SIAB) nas áreas cobertas pelo Programa de Saúde da Família, foi registrada uma tendência de crescimento do aleitamento materno e de redução da desnutrição em crianças menores de 1 ano.
- Implantação de 3.652 Equipes de Saúde Bucal, totalizando 12.603 em

[1] A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

atividade, com a presença em cerca de 3.900 Municípios e cobrindo 61,8 milhões de pessoas (cerca de 34,9% da população).

- Monitoramento da situação nutricional em 3.895 Municípios por meio de Sistemas de Informações sobre Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), propiciando o acompanhamento de 1,8 milhão de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Alimentação.
- Repasse de R$ 16,2 bilhões a Estados e Municípios para financiamento da assistência de média e alta complexidades.
- Realização de cerca de 2,2 bilhões de procedimentos ambulatoriais no Sistema Único de Saúde - SUS e de 11,8 milhões de internações.
- Implantação de 46 novos Serviços Móveis de Atendimento de Urgência (Samu 192), totalizando 88 em atividade, com a presença em 478 Municípios e cobrindo 77,4 milhões de pessoas.
- Distribuição, no âmbito do Samu, de 1.103 ambulâncias e de 1.689 equipamentos para ambulâncias adquiridos em 2004.
- Realização de 11.099 transplantes pelo SUS, de um total de 16.795 realizados no país.
- Aquisição de 667 milhões de preservativos e distribuição de 202 milhões destes.
- Implantação de 51 Farmácias Populares, totalizando 78 em funcionamento.
- Atendimento a 70 milhões de pessoas com medicamentos estratégicos.
- Atendimento a 356 mil pacientes com medicação de alto custo (67% maior que em 2004).

Doenças – resultados referentes aos programas voltados para a erradicação ou o controle de doenças e agravos:

- Alta cobertura vacinal de crianças menores de 1 ano em todo o calendário básico de imunizações, favorecendo a manutenção da eliminação da poliomielite e do sarampo no Brasil e a redução da incidência de difteria, coqueluche, tétano, rubéola, caxumba e infecções pelo Haemophilus influenzae do tipo B.
- Decisão de introdução da vacina contra diarréias por rotavírus no calendário de vacinação da criança, com a compra e distribuição dessa mesma vacina.
- Vacinação de 83,93% das pessoas maiores de 60 anos contra a gripe.
- Queda no coeficiente de prevalência da hanseníase de 1,67/10 mil em 2004 para 1,48/10 mil em 2005.
- Aumento na taxa de cura da tuberculose de 73% em 2004 para 73,10% em 2005.
- Distribuição de micronutrientes específicos a 3,9 milhões de pessoas para tratamento de deficiência de ferro e vitamina A, número 18,3% maior que em 2004.
- Certificação internacional pela interrupção da transmissão da doença de Chagas pelo Triatoma infestans, popularmente conhecido como barbeiro.

Público-Alvo – resultados referentes ao atendimento de grupos específicos de pessoas acometidas por determinadas doenças ou agravos:

- Atendimento de 166.500 pessoas com medicamentos anti-retrovirais, para o tratamento da infecção pelo HIV/Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis.

- Atendimento a 205.488 pacientes na área de atenção à gestante de alto risco, a crianças e adolescentes com patologias de alta complexidade e a portadores de doenças infecciosas.
- Atenção a 21.500 portadores de coagulopatias ou hemoglobinopatias.
- Conclusão de 105 obras de abastecimento de água, de exercícios anteriores, em áreas indígenas, beneficiando 105 aldeias.
- Pagamento de Auxílio Reabilitação a 2.158 egressos de longa internação psiquiátrica (programa "De Volta para Casa").

Outros – resultados referentes a reformas legislativas, políticas regulatórias e outras políticas:

- Coordenação da formulação do Plano de Preparação para Pandemia de Influenza.
- Fiscalização de 77% das operadoras de saúde, aumento de 40% em relação a 2004.
- Regulamentação do fracionamento de medicamentos, proporcionando economia ao consumidor e redução do risco associado ao uso após o término do prazo de validade.

Aspectos Relevantes

As principais dificuldades apontadas para a melhor execução dos programas do Ministério da Saúde estão associadas à natureza tripartite de implementação dos serviços de saúde, envolvendo a União, os Estados e os Municípios.

Além do evidente fator político, outros fatores dificultaram a articulação entre os entes federativos, dentre os quais cabe destacar: baixa capacidade nos Municípios para a celebração de convênios e contratos, bem como para a prestação de contas dos respectivos acordos; descontinuidade na liberação dos recursos financeiros; infra-estrutura inadequada e recursos materiais insuficientes, em especial equipamentos de informática, em grande parte dos Municípios; número e qualificação insuficientes de profissionais nos quadros de pessoal dos três níveis de governo.

No âmbito do Governo Federal, merecem destaque as seguintes restrições: atraso na liberação do limite de empenho do Ministério da Saúde, dificultando o repasse às unidades; morosidade e entraves judiciais em procedimentos licitatórios; descontinuidade administrativa, com prejuízo para a aprovação e implementação de diversos projetos.

Recomendações

- O Ministério da Saúde orienta o repasse de recursos por meio de 5 Blocos de Financiamento, conforme Portaria nº. 698/06 MS. Um grupo de trabalho a ser criado deve avaliar se a mesma Portaria pode orientar a estrutura programática do órgão.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade do pelo Ministério da Saúde.

Alimentação Saudável

Objetivo

Promover a alimentação saudável no ciclo de vida e prevenir e controlar os distúrbios nutricionais e doenças relacionadas à alimentação e nutrição.

Público-Alvo

População brasileira, com enfoque no ciclo de vida (gestação, infância, adolescência, idade adulta e terceira idade) e com abordagem específica para grupos populacionais estratégicos (indígenas, quilombolas, sem-terra, acampados e assentados da reforma agrária) e portadores de deficiência.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 17.855.240,00	Empenho Liquidado:	R$ 15.365.438,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 15.365.438,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Prevalência de Desnutrição em Crianças Menores de 2 Anos nas Áreas Cobertas por Agentes Comunitários de Saúde

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 7,70 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 6,3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. O resultado de 2005 está dentro da queda prevista para atingir a meta até o final de 2007.

2. Taxa de Prevalência de Anemia Ferropriva em Crianças

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 30,20 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 41,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Resultado de 2005 foi considerado acima do esperado, indicando que a meta para o final de 2007 deve ser cumprida.

3. Taxa de Prevalência de Obesidade em Adultos

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 8,00 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 8,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. Resultado de 2005 esteve dentro do esperado. Espera-se que o índice seja mantido em 8 ao longo do PPA. A manutenção deste valor requer monitoramento constante, o que justifica a viabilidade de alcance "média" para o índice previsto ao final do PPA.

4. Taxa de Prevalência de Desnutrição Infantil

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 2,90 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 3,70

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. O resultado em 2005 é superior a meta esperada para 2007, contudo, manter o indicador nesse patamar ainda é um desafio.

Contextualização

Os riscos nutricionais, de diferentes categorias e magnitudes, permeiam todo o ciclo da vida humana, desde a concepção até à senectude, assumindo diversas configurações epidemiológicas em função do processo saúde/doença de cada população.

No Brasil, são inúmeros os problemas inerentes à alimentação e à nutrição inadequadas, podendo ser destacados:

- déficit de altura em 10,5% das crianças brasileiras, com notável variação desta condição nas regiões -5,1 %, no Sul, e 17,9%, no Nordeste - (PNDS, 1996).
- elevada taxa de desnutrição em menores de 5 anos (5,7%), com as maiores freqüências sendo registradas nas regiões Norte (7,7%) e Nordeste (8,3%).

Acrescem-se a esses problemas, aqueles decorrentes de hábitos alimentares inapropriados (como insuficiência de vitaminas, obesidade, entre outros), que constituem, igualmente, um grande desafio.

Frente a essa complexa situação alimentar e nutricional, foi concebido o Programa Alimentação Saudável, entendendo que alimentação saudável é fator de proteção comprovado para as principais causas de doença e morte no Brasil e no mundo.

Principais Resultados

- Publicação do Guia Alimentar da População Brasileira, que sistematiza os conhecimentos científicos atuais sobre a relação entre alimentação e saúde, bem como estabelece diretrizes oficiais para uma alimentação saudável.

- Monitoramento da situação nutricional em 3.979 Municípios por meio de Sistemas de Informações sobre Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), propiciando o acompanhamento de 1,8 milhão de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.
- Distribuição de micronutrientes específicos para o combate a deficiências de ferro e Vitamina A, beneficiando 3,9 milhões de pessoas, um aumento de 18,3% em comparação a 2004.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Cumprimento de metas físicas parcialmente dentro do previsto. Houve problemas em relação à produção do suplemento de sulfato ferroso (xarope), sob responsabilidade do Laboratório Oficial Farmanguinhos. Apenas a região Nordeste foi atendida e apenas a partir do último trimestre de 2005.

Os recursos orçamentários destinados ao programa foram suficientes. O fluxo de recursos sofreu alguma descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. Foram executados 86,06% dos recursos previstos.

A gerência do programa aponta para a inadequação e insuficiência de recursos materiais entre as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde para a execução de ações de alimentação e nutrição, tais como balanças, antropômetros, estadiômetros, computadores e impressoras. Aponta ainda que a quantidade de recursos humanos ligada ao programa é insuficiente.

Outros Aspectos Relevantes

Estima-se que são necessários cerca de R$ 150 milhões/ano para que as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde possam realizar o monitoramento da situação nutricional por meio de ações de vigilância alimentar e nutricional. Esses recursos deveriam constituir um financiamento automático, fundo a fundo, de modo a estimular o fortalecimento das ações de nutrição no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Recomendações

Não há recomendações.

Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos

Objetivo

Garantir o acesso da população a medicamentos e aos insumos estratégicos.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 2.500.020.328,00	Empenho Liquidado:	R$ 2.193.992.657,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 2.193.992.657,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Esquemas Terapêuticos para o Tratamento do Diabetes Disponibilizados pelo SUS

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 50,00 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: 70

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. O índice previsto deve ser alcançado até 2007.

2. Taxa de Esquemas Terapêuticos para o Tratamento da Hanseníase Disponibilizados pelo SUS

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 85,00 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: 85

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. O índice previsto deve ser mantido até 2007.

3. Taxa de Esquemas Terapêuticos para o Tratamento da Hipertensão Disponibilizados pelo SUS

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 50,00 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: 70,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. O índice previsto deve ser alcançado até 2007.

4. Taxa de Esquemas Terapêuticos para o Tratamento da Tuberculose Disponibilizados pelo SUS

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 80,00 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: 90,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. O índice previsto deve ser alcançado até 2007.

Contextualização

Os dados sobre o uso de medicamentos e insumos estratégicos indicam que mais da metade da população brasileira não tem acesso aos medicamentos essenciais e apontam para uma fragmentação das ações que ordenam as políticas públicas do setor dos insumos considerados estratégicos.

Principais Resultados

- Cobertura total da população brasileira com os medicamentos para atenção básica à saúde, fornecendo incentivo financeiro aos 5.560 Municípios habilitados.
- Atendimento a 356.000 pacientes com medicação de alto custo, número cerca de 67% maior que o de 2004.
- Atendimento de aproximadamente 70 milhões de pessoas com medicamentos estratégicos.
- Implantação de 51 Farmácias Populares, totalizando 78 em funcionamento.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Cumprimento de metas físicas dentro do previsto. Os recursos orçamentários destinados ao programa foram suficientes e liberados ao longo do exercício, em fluxo compatível com a programação. Foram executados 87,76% dos recursos orçamentários previstos.

Não há restrições à execução do programa e de suas ações.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Assistência Suplementar à Saúde

Objetivo

Garantir aos usuários de planos e seguros privados de saúde o cumprimento dos serviços contratados junto às operadoras de saúde suplementar, compatibilizado com o Sistema Único de Saúde.

Público-Alvo

Usuários de planos e seguros privados de saúde.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 114.594.980,00	Empenho Liquidado:	R$ 102.374.456,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 102.374.456,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Operadoras Fiscalizadas

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 77,00 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 71,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Foi observado um aumento significativo nessa taxa devido à apuração das denúncias recebidas pela Central de Relacionamento da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos Núcleos Regionais de Fiscalização (NURAFs), bem como pela realização das ações de fiscalização ordinariamente planejadas.

2. Grau de Proteção dos Consumidores Obtido pelas Garantias Financeiras

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 79,52 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 83,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Desempenho do indicador está dentro do previsto.

3. Taxa de Registro Definitivo de Operadoras

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 40,00 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 100,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média.

4. Taxa de Produtos Registrados

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 45,00 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 95,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. Problemas no desenvolvimento do software e incompatibilidade com os sistemas mantidos pelas operadoras provocaram atraso no processamento de dados, prejudicando o cumprimento da meta em 2005.

5. Coeficiente de Denúncias de Segurados

Unidade de medida: 1/1.000
Último índice apurado: 0,23 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 0,31

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Há uma tendência de diminuição de denúncias em razão da fiscalização das operadoras e aumento do número de canais de comunicação para atendimento das principais demandas dos beneficiários.

Contextualização

O programa surgiu da necessidade de implementar, com base na Lei nº 9.656/98, a regulação e a fiscalização das assistências médica, odontológica, ambulatorial, hospitalar e farmacêutica, prestadas aos usuários de planos e seguros privados de saúde.

Principais Resultados

- Fiscalização de 77% das operadoras, aumento de 40% em relação a 2004.
- Elevação do grau de proteção dos consumidores obtido pelas garantias financeiras, de 77% em 2004, para 79,52% em 2005.
- Diminuição do coeficiente de denúncias de segurados para 0,23/1.000, uma queda de cerca de 45% em relação a 2004.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Cumprimento de metas físicas parcialmente dentro do previsto. O não cumprimento de algumas metas físicas foi causado por entraves de natureza judicial ou problemas relativos a funcionamento de software.

Os recursos orçamentários destinados ao programa foram suficientes e liberados ao longo do exercício, em fluxo compatível com a programação. Foram executados 89,34% dos recursos previstos.

Não há restrições à execução do programa e de suas ações.

Outros Aspectos Relevantes

O valor da ação "Gestão e Administração do Programa (GAP)" representa 65,70% do valor total do programa.

Recomendações

Não há recomendações.

Atenção à Saúde da População em Situações de Urgências, Violências e Outras Causas Externas

Objetivo

Implementar políticas públicas destinadas à melhoria da qualidade da atenção à saúde da população em situações de urgências, violências e outras causas externas.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 266.354.664.00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 221.892.462,00 - R$ 221.892.462,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Coeficiente de Letalidade Hospitalar por Urgências

Unidade de medida: 1/100
Último índice apurado: 42,20 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 36,50

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Não apurada.

2. Coeficiente de Letalidade Hospitalar por Causas Externas

Unidade de medida: 1/100
Último índice apurado: 2,66 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 2,29

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Desempenho do índice está dentro do esperado.

Contextualização

Estudos epidemiológicos de diversos autores mostram que, nos últimos 50 anos, a condição de vida e de morte da população brasileira sofreu mudanças bastante significativas. Os indicadores estão em pleno processo de transição, posto que doenças não transmissíveis estão avançando progressivamente a cada ano e

entre elas, as causas externas. As causas externas ocuparam em 2000 o segundo lugar entre as cinco principais causas de mortalidade global no país. Observa-se o aumento no número de mortes violentas. Melhores esclarecimentos das causas desta mortalidade, através de estudos e/ou pesquisas específicas, podem induzir a políticas voltadas à prevenção e atenção integral aos fatos. Dentre as causas externas, observa-se o predomínio dos casos de violências - aproximadamente 28% do total - e dos acidentes de trânsito - 26%. Às demais causas, também importantes, somam-se outras mortes violentas, como o suicídio, as mortes por causas indeterminadas, as quedas e outras. As causas externas de mortalidade são mais expressivas nas regiões metropolitanas; 75% dos casos de morte ocorrem em centros urbanos e afetam principalmente adolescentes e adultos jovens. Essa situação tem forte impacto sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre a sociedade, demandando o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas articuladas e integradas para o seu enfrentamento.

Principais Resultados

- Implantação e habilitação de 45 Serviços de Atendimento Móvel de Urgências (SAMU 192), totalizando uma rede com 88 SAMU, com cobertura populacional de 77,4 milhões de habitantes, em 478 Municípios.
- Distribuição e monitoramento da entrega de 1.103 das 1.108 ambulâncias adquiridas em 2004.
- Distribuição e monitoramento da entrega de 1.689 equipamentos para ambulâncias que foram adquiridos em 2004.
- Aquisição de 298 equipamentos para ambulâncias de suporte avançado, com distribuição e monitoramento da entrega de 99 dos 298 equipamentos.
- Custeio das equipes dos 88 SAMU.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O cumprimento da meta física esteve abaixo do previsto. A expectativa era a de instalar e habilitar 62 SAMU 192 em 2005, mas foram implantados e habilitados apenas 45 novos serviços.

Os fatores apontados como decisivos para esse fraco desempenho foram:

- baixa adesão e fragilidade na pactuação com gestores estaduais para implantação do SAMU 192.
- baixa qualidade dos Serviços de Atenção às Urgências existentes.
- dificuldade de realização das licitações.
- insuficiência de recursos humanos na equipe de profissionais do Ministério da Saúde para analisar, implementar e acompanhar os projetos.

Os recursos orçamentários disponibilizados para o programa foram suficientes para a implementação do SAMU 192. O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, provocando atraso na aquisição de equipamentos e de ambulâncias, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. Foram executados 83,31% dos recursos previstos.

Os recursos materiais disponíveis foram insuficientes, em especial no que se refere a computadores, linhas telefônicas, impressoras, tinta, e demais recursos para organização de oficinas e outros eventos programados para o ano.

A unidade do Ministério da Saúde responsável pelo programa não possui infra-estrutura adequada (área física e mobiliários) para o desempenho das atividades gerenciais.

Há insuficiência de recursos humanos para acompanhamento do projeto e implementação da política. Seriam necessários consultores que pudessem acompanhar os Estados e Municípios onde as ações estão sendo implementadas.

Outros Aspectos Relevantes

A Política Nacional de Atenção às Urgências tem como componentes fundamentais:

- adoção de estratégias promocionais de qualidade de vida.
- organização de redes loco–regionais de atenção integral às urgências (componentes pré–hospitalar fixo; pré-hospitalar móvel; hospitalar e pós–hospitalar).
- capacitação e educação continuada das equipes de saúde.
- orientação geral segundo os princípios de humanização da atenção.

O Serviço de Atenção Móvel de Urgência (SAMU 192) consiste no componente pré-hospitalar móvel da política. Em 2005, a pesar de insuficiências de recursos orçamentários e humanos, o SAMU foi o único componente da política implementado.

Para a implementação de projetos SAMU é necessária a existência de Conselhos Gestores de Urgências que congregam diferentes atores da sociedade (Corpo de Bombeiros, Polícia Civil, Conselhos de Infância e Adolescência e outros relacionados com as urgências nos Municípios e regiões).

Para consolidar-se e ser efetivo nas respostas às urgências da população, o projeto SAMU 192 necessita de uma rede de referência qualificada. De imediato, devem ser reestruturadas, adequadas e qualificadas as unidades hospitalares e não-hospitalares (pronto-atendimentos) de atendimento às urgências.

A implantação do SAMU 192 consiste em meta presidencial, monitorada mensalmente pelos Ministérios da Saúde, do Planejamento, Orçamento e Gestão e pela Casa Civil da Presidência da República.

Recomendações

Não há recomendações.

Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos

Objetivo

Garantir a atenção à saúde de grupos populacionais estratégicos e em situações especiais de agravos de forma eqüitativa, integral, humanizada e de qualidade.

Público-Alvo

Grupos populacionais estratégicos e em situações especiais de agravo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 88.888.520,00	Empenho Liquidado:	R$ 59.965.772,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 59.965.772,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Coeficiente de Mortalidade Infantil

Unidade de medida: 1/1.000
Último índice apurado: 23,10 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 22,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. O resultado positivo de 2005 reflete o investimento em inúmeras ações de atenção no pré-natal, no atendimento ao parto, nos programas de vacinação, no acompanhamento do crescimento e desenvolvimento e na atenção a doenças predominantes no primeiro ano de vida.

2. Coeficiente de Mortalidade Neonatal

Unidade de medida: 1/1.000
Último índice apurado: 15,80 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 14,50

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. O resultado positivo de 2005 reflete o investimento em inúmeras ações de atenção no pré-natal, no atendimento ao parto e nas complicações obstétricas.

3. Taxa de Participação dos Serviços Extra-Hospitalares de Atenção Psicossocial no Gasto Total com Atenção Psiquiátrica

Unidade de medida: Porcentagem
Último índice apurado: 37,70 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 42

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. Há possibilidade de a meta ser alcançada, uma vez que o processo de ampliação da oferta de serviços hospitalares de atenção psiquiátrica tem se mostrado irreversível.

4. Coeficiente de Letalidade Materna Hospitalar no SUS

Unidade de medida: 1/100.000
Último índice apurado: 29,30 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 22,40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A previsão de alcance da meta é alta, tendo em vista a implementação do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal e as ações desenvolvidas no sentido de melhorar a qualidade dos serviços hospitalares do Sistema Único de Saúde (SUS).

Contextualização

As desigualdades sociais construídas historicamente no país e as diferenças entre os segmentos populacionais que se expressam em suas dimensões geracionais, étnico/racial e de gênero, caracterizam diferentes vulnerabilidades sociais e marcam desiguais riscos à saúde.

Este cenário aponta para a necessidade do desenvolvimento de políticas e ações que ampliem o acesso, o conhecimento e a garantia de atenção integral a estes segmentos populacionais, que levem em conta suas necessidades singulares e a complexidade do contexto onde estão inseridos, assim como suas possibilidades de superação e potenciais de saúde, no constante processo de busca da eqüidade e da garantia dos direitos.

Principais Resultados

- Pagamento de Auxílio Reabilitação a 2.158 egressos de longa internação psiquiátrica (programa "De Volta para Casa"').
- Implantação de 287 novos Serviços de Residência Terapêutica (SRT), totalizando 411 SRT em funcionamento.
- Ampliação da rede de serviços extra hospitalares, nos moldes dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPs), com 800 novos serviços.
- Redução de 3.500 leitos em hospitais psiquiátricos, como esforço do processo de deshospitalização.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Os recursos orçamentários destinados ao programa foram suficientes. O fluxo de recursos sofreu alguma descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução do programa. Foram executados 67,46% dos recursos previstos.

O cumprimento das metas físicas esteve parcialmente dentro do previsto. A implementação das políticas previstas no programa ocorre mediante financiamento do governo federal e realização das ações pelos gestores estaduais e municipais.

Nesse contexto, dificuldades operacionais, tais como assinatura de convênios, ou mesmo políticas, como a menor adesão a políticas por parte dos gestores estaduais e municipais, podem prejudicar o desempenho do programa.

Foram apontadas como restrições à execução do programa e de suas ações, o atraso na liberação de recursos para convênios assinados e a morosidade dos processos administrativos ligados a licitações e celebração de contratos.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Atenção Básica em Saúde

Objetivo

Expandir o programa "Saúde da Família" e a rede básica de saúde, mediante a efetivação da política de atenção básica: resolutiva, integral e humanizada.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 5.574.129.201,00	Empenho Liquidado: R$ 5.386.876.580,00 Pago estatais: - Total: R$ 5.386.876.580,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa da População Coberta por Equipes de Saúde Bucal

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 34,90 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 60,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Muito baixa. A previsão é de que o índice alcançado ao final do PPA seja 50,00. O redimensionamento da meta foi provocado pelo alto custo de implantação das Equipes de Saúde Bucal e em razão da dificuldade de cooperação com os gestores municipais, que ainda apresentam certa desconfiança quanto à estabilidade do financiamento pelo Governo Federal.

2. Taxa da População Coberta por Equipes de Saúde da Família

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 44,40 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 70,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Muito baixa. A previsão é de que o índice alcançado ao final do PPA seja 55,00. O redimensionamento da meta foi provocado em razão da dificuldade de cooperação com os gestores municipais, que ainda apresentam certa desconfiança quanto à estabilidade do financiamento pelo Governo Federal.

4. Taxa da População Coberta por Equipes de Saúde da Família em Municípios com mais de 100.000 Habitantes

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 29,38 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 48,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Muito baixa. A previsão é de que o índice alcançado ao final do PPA seja 35,00. O redimensionamento da meta foi provocado em razão da baixa adesão verificada até o final de 2005, cerca de 50% menor à registrada em Municípios com menos de 100.000 habitantes.

Contextualização

O acesso insuficiente da população às ações básicas e aos serviços de saúde, com destaque para a baixa cobertura dos procedimentos odontológicos sobre a população; o predomínio do modelo de atenção à saúde centrado no hospital; e a baixa integralidade e resolubilidade das ações e serviços de saúde, demandam uma intervenção articulada e integrada dos gestores do SUS, em busca da reorganização desse modelo.

Para tanto, torna-se necessária a implementação de medidas estruturantes que possam efetivamente garantir à população serviços básicos de saúde que sejam acessíveis, oportunos, resolutivos e humanizados.

Nesse sentido, foi concebido o programa Atenção Básica em Saúde, no qual está previsto o desenvolvimento de ações destinadas ao reordenamento do modelo de atenção à saúde, com ênfase no fortalecimento da gestão descentralizada da atenção básica e na consolidação da estratégia de saúde da família.

Principais Resultados

- Equipes de Saúde da Família (ESF): implantação de 3.332 novas equipes, totalizando 24.564 ESF em atividade. Presença em aproximadamente 4.900 Municípios, cobrindo 78,6 milhões de pessoas (cerca de 44,4% da população).
- Agentes Comunitários de Saúde (ACS): implantação de 15.369 novos agentes, totalizando 208.094 ACS em atividade. Presença em aproximadamente 5.200 Municípios, cobrindo 103,5 milhões de pessoas (cerca de 58,4% da população).
- Equipes de Saúde Bucal (ESB): implantação de 3.652 novas equipes, totalizando 12.602 ESB em atividade. Presença em aproximadamente 3.900 Municípios, cobrindo 61,8 milhões de pessoas (cerca de 34,9% da população).

Até 2005, a implantação do programa "Saúde da Família" registra um crescimento acentuado, particularmente nos Municípios de menor renda, atuando, portanto, como instrumento de promoção da eqüidade na atenção básica à saúde.

Segundo informações constantes do Sistema de Informações da Atenção Básica

(SIAB), nas áreas cobertas pelo programa "Saúde da Família" foi registrada uma tendência de crescimento do aleitamento materno e de redução da desnutrição em crianças menores de 1 ano.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Cumprimento de metas físicas dentro do previsto. Os recursos orçamentários destinados ao programa foram suficientes e liberados ao longo do exercício, em fluxo compatível com a programação. Foram executados 96,64% dos recursos orçamentários previstos.

São apontadas como restrições do programa:

- insuficiência de recursos materiais e de infra-estrutura na equipe gerencial e nas equipes executoras.
- insuficiência de profissionais envolvidos na equipe gerencial.
- insuficiente qualificação dos recursos humanos nas equipes gerencial e executoras.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há recomendações.

Atenção Especializada em Saúde

Objetivo

Garantir o acesso e a integralidade dos cuidados em saúde, de forma hierárquica e regionalizada, por meio da redefinição do perfil do serviço de saúde de média e alta complexidade e da mudança do modelo de alocação de recursos.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 786.409.768,00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 538.239.725,00 - R$ 538.239.725,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Índice de Consultas Especializadas

Unidade de medida: Consulta per capita
Último índice apurado: 0,47 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 0,48

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Não verificada.

Contextualização

O programa surgiu de necessidade de implantação/implementação de políticas para o enfrentamento dos problemas relacionados a: baixa qualidade do atendimento; iniqüidade no acesso da população aos serviços e ações de saúde; falta de integralidade das ações e serviços de saúde no SUS; e insuficiente capacidade instalada da rede de serviços de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar em determinadas regiões.

Principais Resultados

- Atendimento a 205.488 pacientes na área de atenção a gestantes de alto risco, crianças e adolescentes com patologias de alta complexidade e portadores de doenças infecciosas.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A execução física esteve abaixo do previsto. Os recursos orçamentários foram considerados insuficientes para proporcionar adequação ou melhoria da rede de serviços. A insuficiência de recursos orçamentários provocou o cancelamento de atividades programadas, tais como o apoio a hospitais públicos e privados de médio porte e uma redefinição no cronograma das atividades previstas, sendo alongado o prazo para implementação e reduzida a cobertura inicialmente prevista. Foram executados 68,44% dos recursos previstos.

O espaço físico e a infra-estrutura de informática na gerência são insuficientes, gerando desconforto para servidores, atrasos nas atividades administrativas e dificuldades na implementação de ações voltadas para o monitoramento.

Há carência de pessoal técnico qualificado. Pelo perfil das atividades (gestão de políticas), seria adequado que as equipes fossem compostas por servidores públicos.

Outros Aspectos Relevantes

O programa está sendo avaliado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pela Universidade de São Paulo (USP), por meio de convênios onde são definidos estudos a serem realizados em relação às políticas e ações da atenção especializada. Os primeiros resultados devem ser apresentados no segundo semestre de 2006, mas os estudos terão continuidade até o final de 2007.

A maior parte das ações é de execução descentralizada, contudo, os mecanismos de acompanhamento da execução física das ações e seus impactos são precários.

Recomendações

Não há recomendações.

Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sistema Único de Saúde

Objetivo

Ampliar o acesso da população aos serviços ambulatoriais e hospitalares do Sistema Único de Saúde, na busca da eqüidade, da redução das desigualdades regionais e da humanização de sua prestação.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 17.438.049.208,00	Empenho Liquidado: R$ 17.269.042.567,00 Pago estatais: - Total: R$ 17.269.042.567,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Cobertura de Internação Hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS)

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 6,18 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 7,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média.

2. Coeficiente de Leitos Disponibilizados

Unidade de medida: 1/1.000
Último índice apurado: 2,04 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 2,60

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média.

3. Índice de Consulta por Habitante

Unidade de medida: 1/1.000
Último índice apurado: 1,85 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 2,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. Muito embora o índice previsto para 2005 tenha sido superado, as restrições orçamentárias e financeiras têm prejudicado a expansão dos atendimentos no SUS, razão pela qual se tem uma expectativa baixa em relação ao índice previsto para o final do PPA 2004-2007.

Contextualização

De acordo com a Constituição Federal de 1988, é dever do Estado o desenvolvimento de política pública que garanta o acesso universal e igualitário da população às ações e serviços de saúde. Essas ações e serviços são financiados por recursos da seguridade social e de outras fontes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O cumprimento desse dever por parte da esfera federal pressupõe o repasse de recursos financeiros aos Estados e Municípios para o custeio da atenção à saúde no Sistema Único de Saúde (SUS), bem como a regulação desta atenção como forma de garantir a eqüidade na atenção integral, a redução das desigualdades regionais e a ampliação do acesso da população às ações e serviços de saúde.

Principais Resultados

- Realização de cerca de 2,2 bilhões de procedimentos ambulatoriais no SUS e de 11,8 milhões de internações.
- Repasse de R$ 16,2 bilhões a Estados e Municípios para financiamento da Assistência de Média e Alta Complexidade, proporcionando, entre outros serviços:
  - aumento no número de transplantes.
  - custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).
  - custeio dos Centros Especializados de Odontologia (CEOs).

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Cumprimento de metas físicas dentro do previsto, embora o programa trabalhe com um subdimensionamento do público-alvo em razão de problemas de alocação orçamentário-financeira.

Considerando o planejado, ou seja, o subdimensionamento do público-alvo, os recursos orçamentários destinados ao programa foram suficientes e foram liberados ao longo do exercício, em fluxo compatível com a programação. Foram executados 99,03% dos recursos orçamentários previstos na Lei Orçamentária.

A gerência do programa aponta para a insuficiência na disponibilidade de recursos materiais e humanos nas equipes executoras.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Adequação da meta física referente à ação 8585 – "Atenção à Saúde da População nos Municípios Habilitados em Gestão Plena do Sistema e nos

Estados Habilitados em Gestão Plena/Avançada". Como o produto foi alterado de "pessoa atendida" para "atendimento realizado", a expectativa é de um quantitativo muito maior (cerca de 2,2 bilhões de atendimentos).

Atenção Integral à Saúde da Mulher

Objetivo

Reduzir a mortalidade da mulher por complicações na gravidez, parto, puerpério e outros agravos da condição feminina, por intermédio do atendimento ao pré-natal, de políticas de planejamento familiar e de promoção de estudos sobre a saúde da mulher.

Público-Alvo

População feminina acima de 10 anos de idade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	Empenho Liquidado:	R$ 3.628.090,00
R$ 7.500.000,00	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 3.628.090,00

Previsto não orçamentário	**Realizado não orçamentário**
-	-

Este programa não foi avaliado

Comentário

O Programa 6021 - Atenção Integral à Saúde da Mulher não foi avaliado pela sua Gerência em relação à execução em 2005. O Programa é resultante de emenda parlamentar, tendo sido executados R$ 7,3 milhões por meio da ação Atenção à Saúde da Mulher – 6175. Informações relativas ao programa estão contempladas no âmbito do Programa 1312 - Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos. Foram ainda realizadas despesas no montante de R$ 3,7 milhões em restos a pagar, de um total de R$ 4,1 milhões inscritos.

Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde

Objetivo

Desenvolver e fomentar a pesquisa e a inovação tecnológica no setor de saúde e promover sua absorção pelas indústrias, pelos serviços de saúde e pela sociedade.

Público-Alvo

Unidades gestoras e executoras do SUS, usuários dos serviços de saúde, instituições e organizações de C&TI/S e profissionais de saúde, de ciência e tecnologia e inovação em saúde.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 211.561.242	Empenho Liquidado:	R$ 205.529.823
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 205.529.823

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Projetos de Pesquisa ou Desenvolvimento Tecnológico Executados pela Fiocruz alinhados com a Agenda Nacional de Pesquisa em Ciência & Tecnologia em Saúde

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 100,00 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado em 2005. Previsão de apuração para o final de 2007.

2. Número de Insumos e Produtos de Saúde Desenvolvidos pela Fiocruz

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 16,00 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: 19,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado em 2005. Previsão de apuração para o final de 2007.

3. Número de Patentes Depositadas

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 2,00 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: 4,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado em 2005. Previsão de apuração para o final de 2007.

4. Número de Métodos e Processos em Saúde Pública Desenvolvidos pela Fiocruz

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 35,00 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: 50,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado em 2005. Previsão de apuração para o final de 2007.

5. Índice de Pesquisas Publicadas em Revistas de Relevante Importância para a Comunidade Científica

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 55,00 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: 80,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado em 2005. Previsão de apuração para o final de 2007.

6. Número de Pesquisas Realizadas na Região Centro Oeste

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado em 2005. Previsão de apuração para o final de 2007.

7. Número de Pesquisas Realizadas na Região Nordeste

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 120,00 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: 210,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado em 2005. Previsão de apuração para o final de 2007.

8. Número de Pesquisas Realizadas na Região Norte

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 56,00 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: 97,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado em 2005. Previsão de apuração para o final de 2007.

9. Número de Pesquisas Realizadas na Região Sudeste

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 1.130,00
Índice previsto ao final do PPA: 1.313,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado em 2005. Previsão de apuração para o final de 2007.

10. Número de Pesquisas Realizadas na Região Sul

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado em 2005. Previsão de apuração para o final de 2007.

Contextualização

A ausência de uma política pública e explícita de pesquisa em saúde, orientada pelas necessidades de saúde da população, vem impedindo o aproveitamento do conjunto das potencialidades do esforço brasileiro em ciência, tecnologia e inovação e dificultando a adequada mobilização de recursos de incentivo. Nesse contexto, a definição de uma política de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde deve tratar de uma agenda que incorpore potencialmente todo o leque de pesquisa científica e tecnológica que tenha como finalidade imediata ou mediata contribuir para a melhoria do estado de saúde da população brasileira.

Principais Resultados

- Realização de 14 pesquisas relacionadas a inovações tecnológicas em doenças tropicais.
- Realização de 2.956 pesquisas clínicas, epidemiológicas e em ciências biológicas, humanas e sociais aplicadas à saúde.
- Realização de 9 pesquisas em primatas não humanos.
- Realização de 39 pesquisas em tuberculose e outras pneumopatias.
- Realização de 36 pesquisas em Medicina Tropical e Meio Ambiente.
- Realização de 8 pesquisas na área de vigilância, prevenção e controle de agravos.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Os recursos orçamentários destinados ao programa foram considerados suficientes e liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. Foram executados 97,15% dos recursos previstos.

A execução física foi irregular, com algumas ações superando as metas físicas previstas e outras com baixo desempenho.
Não foram apontadas restrições à execução do programa e de suas ações.

Outros Aspectos Relevantes

O monitoramento do desempenho físico das ações é realizado de forma descentralizada, ou seja, cada coordenação acompanha e monitora seus produtos de acordo com seu respectivo plano de trabalho. O acompanhamento do programa como um todo é feito por meio do Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Ações em Saúde (SISPLAM/MS).

A Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde e a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde foi construída com a participação de gestores municipais e estaduais, pesquisadores e usuários, sendo concluída na II Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde.

Recomendações

Não há recomendações.

Controle da Tuberculose e Eliminação da Hanseníase

Objetivo

Prevenir e controlar a tuberculose e outras pneumopatias de interesse em saúde pública e a hanseníase e outras dermatoses relevantes.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 45.024.200,00	Empenho Liquidado:	R$ 41.578.488,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 41.578.488,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Cura da Tuberculose

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 73,10 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 80,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Desempenho dentro do esperado.

2. Taxa de Municípios Prioritários do Plano Nacional de Controle da Tuberculose (PNCT) utilizando Tratamento Supervisionado

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 63,80 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 50,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Resultado em 2005 já superou a meta para 2007.

3. Taxa de Cura da Hanseníase

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 69,24 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 90,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Alta. A queda na taxa em relação a 2004 (69,27%) é resultado de limpeza no banco de dados, possibilitando uma visibilidade real da informação.

4. Coeficiente de Prevalência de Hanseníase

Unidade de medida: 1/10.000
Último índice apurado: 1,48 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 0,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. O desempenho de 2005 esteve dentro do esperado para o atingimento da meta de erradicação em 2007.

Contextualização

A tuberculose continua sendo um grave problema de saúde no Brasil. Segundo os critérios da Organização Mundial de Saúde (OMS), o país está entre os 22 países de maior carga da doença no mundo. Atinge principalmente a população em idade mais produtiva e nos grupos humanos com piores condições socioeconômicas. Anualmente são descobertos no Brasil cerca de 90 mil casos novos de tuberculose, causando 6 mil óbitos pela doença. As pneumopatias de interesse em saúde pública ocupam o 2º lugar entre as causas de internação no Sistema Único de Saúde.

Em 2002, os casos de hanseníase no Brasil atingiram números perturbadores, com a prevalência de 77.558 casos (4,44/10.000 habitantes) e detecção de 41.402 casos (2,37/10.000 habitantes), sendo o país com maior incidência nas Américas e a 2ª maior incidência em todo o mundo. As dermatoses de interesse em saúde pública ocupam a 4ª colocação na busca aos serviços de saúde.

Principais Resultados

- Queda no coeficiente de prevalência da Hanseníase, passando de 1,67/10.000 em 2004 para 1,48/10.000 em 2005.
- Aumento na taxa de cura da Tuberculose, de 73% em 2004 para 73,10% em 2005.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Cumprimento das metas físicas dentro do previsto. Os recursos orçamentários destinados ao programa foram suficientes. O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. Foram executados 92,35% dos recursos previstos. Muito embora as metas físicas tenham sido atingidas, algumas atividades não foram executadas em virtude de insuficiente limite de empenho ou de atraso na liberação desse limite.

A realização de licitações e a celebração de contratos também foram apontadas como restrições, atribuídas à carência de recursos humanos. Segundo a gerência do programa, há necessidade de ampliação dos recursos humanos envolvidos no programa, seja na equipe gerencial (Ministério da Saúde), seja nas equipes executoras (Estados e Municípios). Em relação às equipes executoras, também foi registrada a necessidade de maior qualificação dos recursos humanos.

Foi apontado que o espaço físico disponível para a equipe gerencial do programa é insuficiente e inadequado. Os recursos materiais e de infra-estrutura disponíveis para as equipes executoras (Estados e Municípios) também foram considerados insuficientes.

Em 2005 foi registrada uma dificuldade no monitoramento do desempenho das ações, causada principalmente pela morosidade no fluxo de informações dos Municípios para o Governo Federal por meio do SINAN (Sistema de Informações que registra os casos notificados). Em 2006 será implantado o SINAN-Net, que deve corrigir essa falha no fluxo de informações.

Outros Aspectos Relevantes

O programa realiza parcerias não governamentais para sua execução. Em 2005, foi fortalecida a Parceria Brasileira contra a Tuberculose, que congrega várias instituições da sociedade civil organizada em apoio ao governo na perseguição das metas definidas para a área. Por meio dessas parcerias, são realizadas ações de mobilização social, educação, comunicação e informação, com grande abrangência nacional.

Em relação à Hanseníase, também houve um fortalecimento de parcerias com organizações não governamentais (ONGs), que permitiu inclusive a implantação de um serviço telefônico para responder dúvidas da população em geral, o Telehansen, criado pelo Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (MORHAN). A Pastoral da Criança também desempenha um importante papel de aproximar os esforços do governo de parcelas específicas da sociedade.

Recomendações

Não há recomendações.

Doação, Captação e Transplante de Órgãos e Tecidos

Objetivo

Reduzir o tempo de espera em fila de candidatos a transplante, por meio da otimização do uso de órgãos e tecidos, recursos operacionais, humanos e assistenciais na área de transplante, com a preservação da ética.

Público-Alvo

Candidatos a transplante de órgãos e tecidos.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 14.030.500,00	Empenho Liquidado:	R$ 12.213.398,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 12.213.398,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Índice de Transplantes Realizados no Sistema Único de Saúde

Unidade de medida: 1/1.000.000
Último índice apurado: 59,91 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 106,10

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice previsto para 2005 era de 73,5. O não alcance do índice esperado deu-se pela necessidade de adequação da rede nacional de transplantes, por meio de: 1) capacitação de profissionais da saúde; 2) informatização da rede de transplantes; 3).adequação das ações específicas de cada órgão/tecido; e 4) preconização da qualidade no processo doação-transplantes.

2. Índice de Captações de Órgãos e Tecidos

Unidade de medida: 1/1.000.000
Último índice apurado: 41,30 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 20,20

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice de captações de órgãos e tecidos previsto para 2005 era de 11,3. A alteração positiva no indicador corresponde à ampliação das possibilidades de captação devido à adoção de novas tecnologias.

Contextualização

De acordo com a Constituição Brasileira de 1988, é dever do Estado dispor sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento. No Brasil, atualmente, mais de 55 mil pessoas esperam um órgão/tecido para transplante. Esse tempo de espera mantém estreita relação com dois fatores determinantes: a capacidade técnica e operacional para realizar transplantes no país e o número de doações efetuadas. O programa atuará fundamentalmente sobre esses dois fatores.

Principais Resultados

- Realização de 11.099 transplantes pelo Sistema Único de Saúde, de um total de 16.795 operacionalizados no País.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A execução física esteve parcialmente dentro do previsto, sendo que o ano de 2005 caracterizou-se principalmente pela organização e melhoria do processo doação-transplante, o que não é apontado diretamente pelas metas físicas constantes do programa. Os recursos orçamentários foram suficientes e sua liberação ocorreu em fluxo compatível com a programação. Foram executados 87,05% dos recursos previstos.

A capacitação dos profissionais que atuam nas equipes das Centrais Estaduais, Regionais e das Comissões Intra-Hospitalares de Transplantes é insuficiente.

Para um melhor desempenho do Programa Nacional de Transplantes de Órgãos, é necessária uma maior articulação entre as políticas federal, estaduais e municipais, de forma a proporcionar avanços na estruturação dos hospitais e redes de referência para a prática de transplante de órgãos.

Outros Aspectos Relevantes

O programa está sendo avaliado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), com conclusão prevista para 2007.

O processo doação-transplantes necessita da interação harmoniosa de diversos fatores: conscientização da população, profissionais de saúde e gestores, acesso a suporte tecnológico, entre outros. O número de transplantes realizados é conseqüência do sucesso das várias ações que os antecedem. Neste momento, é preciso investir na organização, efetivação e efetividade de todo o processo, de forma a impulsionar o aumento do número de transplantes.

Tão importante quanto aumentar o número de doações e de transplantes é garantir a realização de procedimentos seguros aos pacientes, visando não somente à quantidade de procedimentos realizados, mas principalmente a qualidade destes. No ano de 2005, as atenções estiveram voltadas para o fortalecimento da rede nacional de transplantes, buscando levar à população credibilidade e transparência nas ações do sistema.

Os esforços de 2005 foram dirigidos para garantir:

- Maior qualidade na regulação dos procedimentos de transplantes realizados.
- Adequação de políticas para transplantes de órgãos específicos, por meio da atuação das câmaras técnicas em conjunto com o Sistema Nacional de Transplantes/DAE/SAS/MS.
- Melhor gerenciamento da rede, possibilitado pelo funcionamento na versão atualizada do Sistema de Informação de Transplantes de Órgãos e Tecidos (PTx 5.0).
- Capacitação técnica dos profissionais da saúde com relação ao processo doação-transplantes.
- Efetivo controle da qualidade das córneas transplantadas, mediante a implementação e pleno funcionamento dos bancos de tecidos oculares humanos.
- Desenvolvimento de estratégicas e ações em conjunto com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Recomendações

- O programa foi excluído para o exercício de 2006, e suas atribuições transferidas para o programa 1216 – "Atenção Especializada em Saúde".

Educação Permanente e Qualificação Profissional no Sistema Único de Saúde

Objetivo

Promover a qualificação e a educação permanente dos profissionais da saúde do Sistema Único de Saúde.

Público-Alvo

Profissionais da saúde das três esferas de governo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 299.658.960,00	Empenho Liquidado:	R$ 265.001.337,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 265.001.337,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Qualificação de Profissionais de Área de Enfermagem como Auxiliares de Enfermagem

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 92,60 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Não foi definida uma meta a ser alcançada em 2007.

2. Taxa de Cobertura de Capacitação dos Profissionais de Saúde

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 75,00 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta.

Contextualização

Necessidade de construir uma Política de Educação Permanente que articule gestores e instituições de ensino e pesquisa para o desenvolvimento dos trabalhadores da saúde e a melhoria constante da Atenção à Saúde e do Sistema Único de Saúde

(SUS), possibilitando a reflexão crítica sobre as práticas e transformações dos modos de organização da atenção à saúde.

Principais Resultados

- Manutenção de 1.558 vagas de residência médica.
- Manutenção de 20.007 formandos do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem (PROFAE), que formou 250.387 profissionais desde 2000.
- Capacitação ou qualificação de 156.859 profissionais em diversas áreas da saúde, tais como: saúde bucal, saúde da mulher, saúde do trabalhador, saúde do idoso, agentes comunitários de saúde e agentes de vigilância em saúde.
- Lançamento do Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (PRÓ-SAÚDE), com o intuito de aproximar a formação acadêmica do serviço público de saúde, de forma a proporcionar o atendimento das demandas hoje existentes na prestação de serviços e produção científica e o conseqüente fortalecimento do SUS.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O cumprimento das metas físicas esteve parcialmente dentro do previsto. A implementação do Programa de Bolsas para Educação pelo Trabalho, que seria financiado pela ação 6196 – "Serviço Civil Profissional em Saúde", não ocorreu em virtude de inadequações na legislação, que foram sanadas apenas no mês de julho de 2005. No segundo semestre houve a análise de projetos, contudo, sem qualquer execução orçamentária.

Os recursos orçamentários destinados ao programa foram suficientes, mas restrições referentes ao limite de empenho do órgão impediram um melhor desempenho do programa, prejudicando o empenho de convênios e projetos. Foram executados 88,43% dos recursos orçamentários previstos.

A quantidade de recursos humanos nas equipes executoras foi considerada insuficiente. As incertezas geradas pelos vínculos com organismos internacionais (UNESCO e OPAS) e contratos temporários podem prejudicar a qualidade da execução do programa.

Outra restrição destacada foi a dificuldade de celebração de convênios em virtude da inadimplência dos entes federativos.

Outros Aspectos Relevantes

Grande parte das ações desenvolvidas é executada mediante cooperação técnica com organismos internacionais, em especial a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS).

Recomendações

Não há recomendações.

Gestão da Política de Saúde

Objetivo

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da saúde.

Público-Alvo

Governo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 215.419.168,00	Empenho Liquidado:	R$ 185.637.703,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 185.637.703,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 12.319.000,00	-

Indicador(es)

Este programa não possui indicador, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

Contextualização

O programa surgiu da necessidade de fortalecer a implementação do modelo de gestão descentralizada do Sistema Único de Saúde - SUS e a formulação e avaliação de políticas de saúde, devido à insuficiência da estrutura organizacional e escassez de recursos na implementação do novo modelo de gestão.

Principais Resultados

- Implantação do sítio eletrônico "Observatório da Amazônia" (www.saude.gov.br/amazonia) no âmbito do Plano de Qualificação da Atenção à Saúde na Amazônia Legal (PSAL).
- Disponibilização do portal eletrônico COOPERASUS (www.saude.gov.br/cooperasus) no âmbito da Rede de Cooperação Técnica e Apoio à Gestão do SUS).

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O cumprimento de metas físicas esteve parcialmente dentro do previsto e foram executados 86,18% dos recursos orçamentários previstos. O fluxo de recursos sofreu descontinuidade por problemas operacionais do Ministério da Saúde.

Há necessidade de ampliação do espaço físico disponível para a implementação da

ação 8287 – "Qualificação da Gestão Descentralizada do SUS", bem como aquisição de equipamentos de informática.

Com relação à ação 4388 – "Serviço de Processamento de Dados do Sistema Único de Saúde (DATASUS)", todas as atividades desenvolvidas em 2005 sofreram atraso em razão de: 1) mudanças na estrutura de gerenciamento do DATASUS; 2) redefinições na Política de Informática; 3) Problemas nos processos licitatórios; e 4) limite de empenho orçamentário.

Outros Aspectos Relevantes

Foi promovida uma maior participação dos gestores de saúde através de ações realizadas pelo Ministério da Saúde em conjunto com o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS). Nesse sentido, os gestores tiveram oportunidade de apresentar propostas ao Governo federal, formuladas a partir de articulação com diversos grupos sociais, permitindo a discussão de problemas de saúde relevantes para cada região.

Recomendações

Não há recomendações.

Gestão do Trabalho no Sistema Único de Saúde

Objetivo

Promover a desprecarização dos vínculos de trabalho da saúde e a qualificação da gestão do trabalho no Sistema Único de Saúde.

Público-Alvo

Gestores federais, estaduais e municipais, trabalhadores da saúde, sindicatos e entidades representantes dos trabalhadores de saúde.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	Empenho Liquidado:	R$ 3.800.000,00
R$ 3.800.000,00	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 3.800.000,00

Previsto não orçamentário	**Realizado não orçamentário**
R$ 1.071.000,00	-

Indicador(es)

Este programa não possui indicador, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

Contextualização

O programa surgiu da necessidade de regularizar os vínculos de trabalho, assegurando direitos, regulação das profissões da saúde e a qualificação da gestão de educação e trabalho nas instituições do SUS.

Principais Resultados

- Apoio a 22 Observatórios de Recursos Humanos em Saúde.
- Implementação da Mesa Nacional de Negociação do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Finalização da proposta de diretrizes para o Plano de Carreira, Cargos e Salários no Âmbito do Sistema Único de Saúde (PCCS/SUS).

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Apenas uma ação do programa possui meta física e, nesse caso, o desempenho foi acima do previsto. O desempenho das outras ações é avaliado por aspectos qualitativos da implementação e repercussão de suas propostas no âmbito do trabalho no SUS.

Os recursos orçamentários destinados ao programa foram suficientes. Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. Foram executados 100% dos recursos previstos.

Foi apontada a insuficiência de recursos humanos disponíveis nas equipes executoras ligadas ao programa.

Outros Aspectos Relevantes

O programa é implementado com o envolvimento sistemático de representações de trabalhadores do SUS e de movimentos sociais. Além disso, a programação é analisada e aprovada no Conselho Nacional de Saúde.

Recomendações

Não há recomendações.

Investimento para Humanização e Ampliação do Acesso à Atenção à Saúde

Objetivo

Ampliar e humanizar a atenção à saúde.

Público-Alvo

Usuários do Sistema Único de Saúde.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 124.110.000,00	Empenho Liquidado: R$ 119.965.481,00 Pago estatais: - Total: R$ 119.965.481,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Investimento para o Desenvolvimento do Complexo Produtivo da Saúde na Região Centro Oeste

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 3,00 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 13,40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. Os projetos propostos não tiveram o êxito esperado em razão da falta de qualidade técnica.

2. Taxa de Investimento para o Desenvolvimento do Complexo Produtivo da Saúde na Região Nordeste

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 47,00 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 31,30

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Aprovação de projetos acima da expectativa, em razão da grande quantidade e da melhoria na qualidade técnica.

3. Taxa de Investimento para o Desenvolvimento do Complexo Produtivo da Saúde na Região Norte

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 17,00 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 20,40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Alto índice de aprovação dos projetos.

4. Taxa de Investimento para o Desenvolvimento do Complexo Produtivo da Saúde na Região Sudeste

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 23,00 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 19,20

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. Índice de projetos aprovados abaixo da expectativa, em razão de pouca quantidade e baixa qualidade.

5. Taxa de Investimento para o Desenvolvimento do Complexo Produtivo da Saúde na Região Sul

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 10,00 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 15,70

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. Índice de projetos aprovados abaixo da expectativa, em razão de pouca quantidade e baixa qualidade.

Contextualização

O Sistema Único de Saúde - SUS, para alcançar seus objetivos, tem grande necessidade de institucionalizar uma gestão mais eficiente, eficaz, efetiva e humanizada e de ampliar o acesso à atenção à saúde, por meio da integração de sistemas, da otimização de usos e funcionalidades e ainda de novos investimentos que possam ampliar o potencial de utilização e de produtividade da grande estrutura já existente. Investimentos no setor saúde vêm apresentando pouca eficiência sob o aspecto de comparação custo-efetividade. Na prática, não há observação das diretrizes desenvolvimentistas nacionais, além de que, ações insuladas têm gerado duplicação de esforços e estruturas concomitantes, com escassez de oferta em outras unidades. Uma das conseqüências é a geração de iniqüidades na distribuição de recursos. Por outro lado, a atenção à saúde reúne a prestação de serviços, ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde. Dada a magnitude do Sistema Único de Saúde, tais atividades implicam em intensiva utilização de insumos ofertados por diferentes cadeias produtivas, que formam o complexo produtivo da saúde (CPS). Este, por sua vez, atua como dinamizador de diferentes setores da economia, dado o caráter intersetorial da atenção à saúde e o volume de recursos envolvido. Além disso, exerce significativo impacto tanto no balanço de pagamento, quanto na geração

de trabalho e renda. O aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão representa a medida necessária para ampliar o acesso, corrigir iniqüidades e, ao mesmo tempo, exercer influência positiva sobre as cadeias produtivas envolvidas.

Principais Resultados

- Lançamento da primeira versão do Sistema de Organização para Modelos Assistenciais do SUS (SOMASUS).
- Instituição do Comitê Permanente de Implementação e Acompanhamento das Ações para a Integração do Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras (SIS Fronteiras). .

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O cumprimento das metas físicas esteve bem abaixo do previsto. Entre os fatores que prejudicaram um melhor desempenho do programa, destaca-se a alteração do quadro dirigente do Ministério da Saúde, provocada pela troca de ministros. Em razão de novas orientações, o processo de financiamento de projetos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e Banco Mundial - BIRD sofreu atrasos, impedindo parte da execução física no exercício de 2005.

Os recursos orçamentários destinados ao programa foram suficientes, com exceção da ação 6153 – "Cadastro Nacional de Profissionais e Estabelecimentos Assistenciais de Saúde", que não recebeu dotação alguma. Os recursos foram liberados em fluxo compatível com a programação. Foram executados 96,66% dos recursos previstos.

Foi apontada como restrição a incapacidade de grande parte dos Estados e Municípios para celebrar, executar e prestar contas de convênios.

Outros Aspectos Relevantes

Os recursos administrativos, de pessoal, de logística e de materiais para a execução do programa são todos disponibilizados pela UNESCO, através de termos de acordo de cooperação técnica firmados com o Ministério da Saúde.

Recomendações

Não há recomendações.

Participação Popular e Intersetorialidade na Reforma Sanitária e no Sistema Único de Saúde

Objetivo

Promover a participação popular e a intersetorialidade na saúde.

Público-Alvo

Conselhos de Saúde, movimentos sociais e sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 23.975.542,00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 17.874.740,00 - R$ 17.874.740,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

Este programa não possui indicador, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

Contextualização

O Sistema Único de Saúde (SUS), expressão da proposta política da Reforma Sanitária Brasileira, constitui um sistema público descentralizado, integrado pelas três esferas de governo, com princípios e diretrizes legais, que incluem o controle social do sistema. A construção do modelo sistematizado de atenção à saúde do SUS vem apresentando avanços destacados (descentralização da gestão pela criação das Comissões Intergestoras, fóruns de pactuação, criação e desenvolvimento dos Fundos de Saúde Nacional, Estaduais e Municipais, elevação da capacidade de gestão pública, principalmente entre os Municípios) e muitos desafios ainda são apontados (fortalecimento dos conselhos, construção da eqüidade, reorientação da política de recursos humanos, construção da responsabilidade regulatória, disseminação das informações para o controle social) que devem ser superados pelos governos e pela sociedade. A melhoria do nível de saúde da população está relacionada à implementação de políticas sociais articuladas, ao fortalecimento dos conselhos de saúde e ao incentivo à participação popular, como exercício da cidadania e do controle social.

Principais Resultados

- 11,2 milhões de ligações recebidas pela Ouvidoria Nacional de Saúde, com o conseqüente encaminhamento das demandas.
- Implementação da Política Nacional de Gestão Participativa para o SUS,

com atividades permanentes de mobilização social e de democratização de informações para a população em geral.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O cumprimento das metas físicas esteve parcialmente dento do previsto, cabendo ressaltar que das 6 ações do programa, apenas duas possuem produtos definidos. Foram executados 74,55% dos recursos orçamentários previstos.

A principal disfunção detectada para a execução total do orçamento de 2005, especialmente no final do período, está relacionada à limitação dos tetos diários para empenho e à priorização que o Ministério da Saúde deu às transferências regulares e automáticas (fundo a fundo), embora os processos tenham sido enviados em tempo hábil para empenho. Dentre os processos prejudicados, cabe destacar os seguintes:

- Não empenho de R$ 3 milhões da ação 6182 – "Ouvidoria Nacional de Saúde", referentes ao 44º Termo de Referência com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS).
- Não empenho de R$ 1,2 milhão da ação 2016 – "Funcionamento do Conselho Nacional de Saúde", referente à reforma e equipamento do auditório do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Com relação ao processo de aquisição de equipamentos para o Conselho Nacional de Saúde, além da restrição orçamentária, houve dificuldades no processo licitatório.

Os recursos materiais e a infra-estrutura disponíveis para a equipe gerencial foram apontados como insuficientes. Com relação aos recursos humanos, a quantidade disponível na equipe gerencial é insuficiente, assim como a qualificação nas equipes executoras, em especial no que concerne os conceitos de gestão estratégica e participativa.

Outros Aspectos Relevantes

O programa avalia a satisfação do beneficiário mediante questionário dirigido aos usuários do SUS. Os questionários acompanham cartas enviadas para atestar a realização do procedimento e verificar se houve qualquer cobrança indevida. Esse sistema é conhecido como CARTASUS.

Recomendações

- Criar produto e meta física para a ação 6806 – "Controle Social no Sistema Único de Saúde":
  - produto: agentes capacitados.
  - meta física para 2007: 20.000.

- Vincular outras metas para avaliação do programa:
  - implantação de sistema de gestão das ações de controle social no SUS nos Estados e nos Municípios e nas capitais de Estado.
  - implantação de Comitês de Promoção da Eqüidade em Saúde em 30% das Secretarias Estaduais de Saúde (SES).

- implantação de ouvidorias em todos os Estados e no Distrito Federal e nas capitais dos Estados até o final de 2007.
- desenvolvimento de processo de monitoramento e avaliação da gestão do SUS em 60% das Secretarias Estaduais de Saúde (SES) e em 60% das Secretarias Municipais de Saúde (SMS).

Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis

Objetivo

Prevenir e manter sob controle as doenças passíveis de imunização.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 592.243.010,00	Empenho Liquidado: R$ 544.488.685,00 Pago estatais: - Total: R$ 544.488.685,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Cobertura Vacinal de Poliomielite em Menores de 5 Anos

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 95,37 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 95,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. O desempenho de 2005 já é superior à meta programada para 2007.

2. Taxa de Cobertura Vacinal de Influenza em Maiores de 60 Anos

Unidade de medida: Porcentagem
Último índice apurado: 83,93 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 70,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. O desempenho de 2005 já é superior à meta programada para 2007.

3. Taxa de Cobertura Vacinal de Hepatite B em Menores de 1 Ano

Unidade de medida: Porcentagem
Último índice apurado: 86,52 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 95,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. Tal fato pode ser explicado pelos seguintes fatores:

1. A 1ª dose da vacina é ministrada ao nascer, a 2ª com um mês de idade e a 3ª aos seis meses de vida. O grande intervalo entre as 2ª e a 3ª doses pode contribuir para que as mães não completem o esquema de vacinação.
2. Pouca divulgação sobre as possíveis complicações graves decorrentes da Hepatite B, como cirrose e câncer hepático.
3. Não há registro no sistema de informação sobre a procedência da criança, dificultando o controle em relação ao Município em que foi iniciado o esquema vacinal.

A falta da Caderneta de Saúde da Criança impede o registro da 3ª dose quando as dose são aplicadas em diferentes estabelecimentos

Contextualização

Este programa contribui para a manutenção do atual estado de erradicação da poliomielite, febre amarela urbana e da eliminação do sarampo, para o alcance da eliminação do tétano neonatal e para manter sob controle as demais doenças imunopreveníveis, além de controlar estes e outros agravos de relevância para a saúde pública do país em situações ou grupos populacionais específicos. A ausência de execução de suas ações pode implicar em sérios danos à população, que estará suscetível à disseminação de tais doenças e terá como conseqüência o retorno de elevadas taxas de mortalidade e morbidade por este grupo de causas, acarretando altos custos sociais e financeiros ao país.

Principais Resultados

- Manutenção da eliminação da poliomielite e sarampo no Brasil.
- Manutenção de altas coberturas vacinais de todo o calendário básico de imunizações para crianças menores de 1 ano.
- Vacinação de 83,93% das pessoas maiores de 60 anos contra a gripe, superando a meta de 70%.
- Redução da incidência de difteria, coqueluche, tétano, rubéola, caxumba e infecções pelo *Haemophilus influenzae* do tipo B.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O cumprimento de metas físicas esteve parcialmente dentro do previsto, com ressalva à ação 4383 – "Vacinação da População", que realizou apenas cerca de 40% da meta programada, muito embora tenha sido registrada uma execução orçamentária de mais de 87%.

A dotação orçamentária foi considerada suficiente, mas problemas decorrentes da limitação de empenho do órgão e à descontinuidade no fluxo de recursos prejudicaram parcialmente a execução do programa e de suas ações, em especial a celebração de convênios com os Estados. Foram executados 91,94% dos recursos previstos.

Outra restrição ao melhor desempenho do programa refere-se à dificuldade nos processos licitatórios, bem como para a celebração de contratos e convênios, causados pela insuficiência de recursos humanos qualificados na área.

Foi apontada falha no suprimento de insumos de informática e manutenção de máquinas na equipe gerencial. Em alguns Estados e Municípios, há carência de equipamentos, tais como: geladeiras, termômetros, caixas térmicas e computadores. Algumas equipes executoras trabalham em condições precárias de infra-estrutura. Em relação aos recursos humanos, há necessidade de ampliação do quadro envolvido no programa, seja na equipe gerencial, seja nas equipes executoras. Em muitos Estados e Municípios, a qualificação dos recursos humanos é insuficiente.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Saneamento Rural

Objetivo

Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental em áreas rurais.

Público-Alvo

População rural dispersa, residente em assentamentos da reforma agrária e em localidades de até 2.500 habitantes e as minorias étnico-raciais como quilombolas, população indígena e outros povos da floresta.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 97.649.000,00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 88.187.164,00 - R$ 88.187.164,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Cobertura de Abastecimento de Água em Áreas Rurais

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 25,70 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 30,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. A morosidade associada à celebração de contratos e convênios e à execução das obras deve prejudicar o atingimento da meta.

2. Taxa de Cobertura de Esgotamento Sanitário em Áreas Rurais

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 19,55 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 26,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. A morosidade associada à celebração de contratos e convênios e à execução das obras deve prejudicar o atingimento da meta.

3. Taxa de Cobertura de Abastecimento de Água em Áreas Indígenas

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 65,00 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 80,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. A morosidade associada à celebração de contratos e convênios e à execução das obras deve prejudicar o atingimento da meta.

Contextualização

A análise do quadro epidemiológico brasileiro e dos países em desenvolvimento revela a existência de altos índices de morbi-mortalidade relacionados com os fatores ambientais, especialmente com as precárias condições de saneamento básico. A baixa oferta e a baixa qualidade dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e resíduos sólidos e as condições inadequadas de moradia têm forte associação com os elevados casos de doenças como diarréias, verminoses, hepatites, doença de Chagas, mMalária, dDengue, lLeptospirose, infecções cutâneas e outras.

A OPAS/OMS cita o quanto se pode obter com a melhoria no abastecimento de água e destino adequado de dejetos, na redução da morbidade:

- prevenção de pelo menos 80 % dos casos de febre tifóide e paratifóide.
- redução de 60% a 70% dos casos de tracoma e esquistossomose.
- prevenção de 40% a 50% dos casos de disenteria bacilar, amebíase, gastroenterites e infecções cutâneas, entre outras.

Diante do exposto, é de fundamental importância uma ativa participação do setor saúde, envolvendo todas as esferas do Sistema Único de Saúde (SUS), nos processos de discussão, formulação e implementação da Política de Saneamento Ambiental. Tal participação deverá envolver inclusive o apoio técnico e financeiro para a execução de ações.

Principais Resultados

- Conclusão de 105 obras de abastecimento de água em áreas indígenas (de exercícios anteriores), beneficiando 105 aldeias.
- Conclusão de 12 obras em comunidades especiais, beneficiando 1.220 famílias.
- Conclusão de 26 obras de melhorias habitacionais (de exercícios anteriores) para o controle do mal de Chagas, beneficiando 1.158 famílias.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O cumprimento das metas físicas esteve abaixo do previsto. Parte do problema é justificado pela incompatibilidade entre os produtos de algumas ações e a forma de programação da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). Os recursos orçamentários foram suficientes e liberados ao longo do exercício, em fluxo compatível com a programação. Foram executados 90,31% dos recursos previstos.

São apontadas as seguintes restrições à execução do programa e de suas ações:

1. Insuficiente limite de empenho disponibilizado pelo Ministério da Saúde.
2. Baixa capacidade institucional nos Municípios para a celebração dos convênios. Essa baixa capacidade institucional é representada por problemas de ordem técnica, como a baixa qualidade dos projetos de engenharia e por problemas de ordem administrativa, como a não apresentação dos documentos necessários para a celebração do convênio.
3. Baixa qualificação das empresas concorrentes ou ausência de concorrentes, dificultando a conclusão de licitações e a celebração de contratos.
4. Pouco interesse de empresas nas licitações em razão do custo elevado das ações, uma vez que a maioria dos projetos é desenvolvida em áreas de difícil acesso.
5. Atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios, uma vez que prejudica o repasse dos recursos financeiros.
6. Lentidão no processo de licenciamento ambiental.

Os recursos materiais e de infra-estrutura foram considerados inadequados, tanto na gerência com nas equipes executoras. Estão sendo realizadas melhorias na infra-estrutura predial da sede da FUNASA e em algumas coordenações regionais, contudo, ainda não apresentam condições ideais para o desenvolvimento das atividades, em especial no que concerne ao espaço físico disponível. Algumas coordenações regionais não contam com materiais suficientes para o devido acompanhamento e execução das ações. Como providências, a FUNASA tem investido na aquisição de veículos e na recuperação de equipamentos, como máquinas de perfuração de poços.

Quanto aos recursos humanos, a equipe técnica da gerência é insuficiente para coordenar, supervisionar e normatizar o trabalho das equipes locais e executar as atividades necessárias junto aos parceiros externos.
Há também insuficiência de pessoal nas equipes técnicas locais de engenharia para elaborar e analisar projetos, acompanhar e fiscalizar a execução das obras, capacitar e supervisionar o trabalho dos agentes indígenas de saneamento e ainda operar e manter os sistemas implantados em áreas indígenas.

Outros Aspectos Relevantes

As ações de saneamento em áreas indígenas são planejadas em reunião com o Conselho Distrital Indígena, onde são definidas as aldeias e as ações que serão realizadas.

Para as ações realizadas por meio de convênio, a FUNASA exige dos convenentes a realização do Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social (PESMS), que tem como objetivo estimular a participação da sociedade no desenvolvimento das ações e conscientizá-la da importância dos serviços de saneamento.

O monitoramento do desempenho físico das ações se dá por meio de sistemas informatizados (SIASI – Sistema de Informação da Atenção da Saúde Indígena, SISABI – Sistema de Informação de Saneamento em Área Indígena, SIGESAN – Sistema Gerencial de Acompanhamento de Projetos de Saneamento) alimentados pelos técnicos das coordenações regionais da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), permitindo ao nível central acompanhar e monitorar o desenvolvimento das ações nos Estados.

A indefinição quanto ao plano de cargos e salários dos servidores da FUNASA é apontada como fator para a evasão e baixa motivação dos servidores, prejudicando o desempenho do programa.

Recomendações

Não há recomendações.

Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue

Objetivo

Assegurar a qualidade e auto-suficiência em sangue, componentes e derivados sangüíneos e garantir a assistência aos portadores de doenças de coagulação sangüínea e de má formação das hemáceas.

Público-Alvo

Pacientes portadores de hemofilia e da anemia falciforme, e demais pessoas que necessitem de transfusão de sangue.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 281.284.725,00	Empenho Liquidado:	R$ 254.843.246,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 254.843.246,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Doação de Sangue

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 1,75 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 2,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Os esforços desenvolvidos através de campanhas de âmbito nacional de doação de sangue, as ações desenvolvidas pelos hemocentros e a crescente conscientização da população em relação à importância da doação de sangue possibilitam o alcance da meta definida para o final do PPA 2004-2007.

2. Índice de Desempenho do Ciclo do Sangue

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 0,60 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 0,80

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. Até o final de 2007, estão previstos investimentos em estruturação e qualificação dos serviços, o que pode viabilizar o alcance da meta.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Necessidade de implementação de estratégias e ações para o enfrentamento e superação dos problemas relacionados:

- à Insuficiência de oferta de sangue e hemocomponentes - pelos serviços públicos de hemoterapia - para atender a 100% dos leitos do Sistema Único de Saúde (SUS).
- à precariedade da atenção aos portadores de coagulopatias e hemoglobinopatias.
- à limitação de hemoderivados aos pacientes hematológicos, inviabilizando o tratamento profilático de hemofílicos.
- à dependência de mercado/tecnologia externa de insumos estratégicos.
- à falta de tecnologia nacional para produção de hemoderivados.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Atenção a 8.500 portadores de coagulopatias hereditárias, incluindo a distribuição de medicamentos/hemoderivados.
- Atenção a 13.000 portadores de hemoglobinopatias.
- Implantação do Programa de Atenção Integral aos Pacientes Portadores de Doença Falciforme e Outras Hemoglobinopatias, com aquisição e distribuição de equipamentos e medicamentos.
- Desenvolvimento do teste de triagem sorológica para o vírus HIV e HCV por biologia molecular - fase de desenvolvimento de plataforma.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A execução física esteve parcialmente dentro do previsto, com exceção da ação referente à estruturação dos serviços de hematologia e hemoterapia, este com uma execução de cerca de 29% do previsto. Os recursos orçamentários destinados ao programa foram suficientes, sendo que o fluxo de recursos sofreu descontinuidade, sem, contudo, prejudicar decisivamente a execução programada. Foram executados 90,60% dos recursos previstos.

Apesar de ter ocorrido, em 2004, a transferência da Política Nacional de Sangue e Hemoderivados, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para a Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde (SAS/MS), a equipe executora continua ocupando instalações provisórias, com falta de infra-estrutura adequada e recursos humanos insuficientes.

A prestação de contas deficiente de grande parte dos Estados e Municípios tem comprometido a execução dos convênios e, conseqüentemente, a utilização dos recursos disponíveis.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2005 limitou o uso de recursos de convênios, dificultando a realização de atividades voltadas para capacitação de profissionais de hemoterapia.

Outros Aspectos Relevantes

O monitoramento das ações é feito através do Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Ações em Saúde (SISPLAM/MS) e por meio de visitas técnicas aos Estados e Municípios, sem periodicidade definida.

Recomendações

Não há recomendações.

Vigilância Ambiental em Saúde

Objetivo

Identificar e monitorar os fatores de riscos ambientais (biológicos, físicos e químicos) que tenham relação com a saúde humana.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 10.867.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 8.444.500,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 8.444.500,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Secretarias Estaduais de Saúde e Secretarias Municipais de Saúde com Vigilância Ambiental em Saúde Estruturada

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 60,00 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 60,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice previsto para o final de 2007 foi atingido em 2005.

Contextualização

A partir da recente consciência sobre a importância do meio ambiente na qualidade de vida das populações, as instâncias governamentais têm buscado métodos resolutivos capazes de oferecer respostas rápidas e competentes, não somente aos problemas tradicionais na área da saúde, mas também àqueles que emergem desse recente conhecimento sobre as interações entre o homem e o meio que o cerca. O processo de urbanização, a ocupação territorial, as atividades econômicas e os processos produtivos nas cidades e no campo têm contribuído para a melhoria da qualidade de vida das populações, assim como tem levado a elas riscos potenciais que interferem na saúde do homem.

Principais Resultados

- Implantação do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água

para Consumo Humano (SISAGUA) nos 26 Estados e no Distrito Federal.

- Implantação da Vigilância Ambiental em Saúde relacionada a contaminantes ambientais e substâncias químicas (VIGIQUIM) em 4 Estados (Santa Catarina, Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia).
- Implantação da Vigilância Ambiental em Saúde relacionada a pessoas expostas a solo contaminado (VIGISOLO) em 16 Unidades Federadas.
- Implantação da Vigilância Ambiental em Saúde relacionada à contaminação do ar (VIGIAR) em 5 capitais.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O cumprimento das metas físicas esteve dentro do previsto. E os recursos orçamentários destinados ao programa foram suficientes. O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. Foram executados 77,71% dos recursos previstos.

Foi apontada como restrição para o melhor desempenho do programa a morosidade causada pelos procedimentos burocráticos exigidos para a realização de licitações e celebração de contratos e convênios.

O incipiente estágio de estruturação da área de vigilância ambiental nos Municípios e em algumas secretarias estaduais de saúde, caracterizado principalmente pela escassez de equipamentos de laboratório e veículos, é um fator limitante para a execução das ações. No mesmo sentido, são necessários investimentos permanentes para a formação e qualificação dos recursos humanos na área de vigilância ambiental em saúde.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Vigilância e Prevenção de Doenças e Agravos Não Transmissíveis

Objetivo

Implantar o sistema nacional de vigilância das Doenças e Agravos Não Transmissíveis (DANT) e seus fatores de risco, produzir análises específicas, divulgar orientações e informações técnicas, induzir, articular, apoiar e avaliar ações de prevenção e controle das DANT no país.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 7.510.000,00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 6.149.898,00 - R$ 6.149.898,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Óbitos por Doenças Cardiovasculares na Faixa Etária de 30 a 49 Anos em Relação ao Total de Óbitos pelo Mesmo Grupo de Doenças nos maiores de 30

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 10,10 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 9,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. O atingimento da meta depende do desenvolvimento de ações por outros setores governamentais.

2. Taxa de Secretarias Estaduais de Saúde e Secretarias Municipais de Saúde das Capitais com Unidade de Atenção às Doenças e Agravos Não Transmissíveis (DANT) Implantadas

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 77,70 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. É possível a indução do processo junto às Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde.

Contextualização

As Doenças e Agravos Não Transmissíveis (DANT) lideram as causas de morte no país e respondem por elevada carga de morbidade e despesas com assistência médico-hospitalar do Sistema Único de Saúde. Apesar disso, não há um sistema de vigilância para as DANT implantado no Brasil.

Principais Resultados

- Publicação do livro "Envelhecimento Ativo", em parceria com a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS).

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O programa possui uma única ação finalística. As atividades desenvolvidas ao longo do exercício foram caracterizadas pela realização de eventos para a sensibilização de técnicos, especialistas na área e interlocutores das três esferas de governo.

Os recursos orçamentários foram considerados insuficientes. Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. Foram executados 81,89% dos recursos previstos.

Há necessidade de adequação dos recursos materiais e da infra-estrutura disponíveis nas Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde. No mesmo sentido, há necessidade de ampliar a quantidade e qualificação dos recursos humanos envolvidos com o programa.

Outros Aspectos Relevantes

São realizadas parcerias junto a instituições de ensino e pesquisa que se destacam na área de doenças e agravos não transmissíveis. Como a atuação do governo nessa área é recente, essas parcerias são tidas como fundamentais, mas ainda há dificuldades para o estabelecimento e consolidação das atividades em comum.

Recomendações

Não há recomendações.

Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças Transmissíveis

Objetivo

Prevenir e controlar doenças, surtos, epidemias, calamidades públicas e emergências epidemiológicas de maneira oportuna e reduzir a morbimortalidade por doenças transmitidas por vetores e zoonoses.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 1.356.502.862,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.270.612.570,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 1.270.612.570,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Incidência do Sarampo

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. O Brasil vem mantendo altas coberturas vacinais e um programa de vigilância ativa que permitem a manutenção da eliminação do sarampo.

2. Coeficiente de Incidência de Paralisia Flácida Aguda

Unidade de medida: 1/100.000
Último índice apurado: 1,10 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 1,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. O país tem mantido a qualidade da vigilância epidemiológica da Paralisia Flácida Aguda.

3. Taxa de Investigação *in loco* em Emergência Epidemiológicas de Relevância Nacional

Unidade de medida: 1/100.000
Último índice apurado: 100,00 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. O índice previsto para o final do PPA já foi alcançado em 2005. O Ministério da Saúde conquistou maior capacidade operacional de intervenção em relação às emergências epidemiológicas.

4. Taxa de Casos de Doenças de Notificação Compulsória Encerrados Oportunamente

Unidade de medida: 1/100.000
Último índice apurado: 70,00 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 80,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Em 2005 foi verificado um aprimoramento da vigilância em saúde nos Municípios.

5. Incidência de Raiva Humana Transmitida por Animal Doméstico

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 1,00 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Houve aumento das coberturas vacinais da população canina e felina.

6. Taxa de Letalidade por Leishmaniose Visceral (Calazar)

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 6,90 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 4,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. Trata-se de doença parasitária emergente em várias regiões do Brasil. Grande parte das equipes dos serviços de saúde está tendo contato pela primeira vez com esta doença, demonstrando a necessidade de capacitação desses profissionais.

7. Taxa de Municípios com Pelo Menos 80% de Cobertura Vacinal Canina

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 83,00 em 2002
Índice previsto ao final do PPA: 85,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Embora o índice não tenha sido apurado em 2003 e 2004 e a campanha de

vacinação não tenha sido realizada em 2005, considera-se que é alta a viabilidade do índice previsto para o final do PPA.

Contextualização

Ainda hoje verifica-se um sub-registro da ocorrência das doenças de notificação compulsória, uma detecção tardia e uma limitada análise sobre problemas de saúde pública prioritários, levando a uma limitação da capacidade de intervenção na prevenção e controle de doenças e agravos de interesse em saúde pública. Dessa forma, faz-se necessário, fortalecer o processo, em curso, de reestruturação e implementação do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e incrementar a Prevenção e o Controle de Doenças Transmissíveis com vistas à consolidação de estruturas permanentes e descentralizadas capazes de dar sustentabilidade à execução de ações que produzam o necessário impacto sobre os indicadores de morbimortalidade de importantes agravos no Brasil.

Principais Resultados

- Formulação do Plano de Preparação para Pandemia de Influenza.
- Certificação internacional pela interrupção da transmissão da doença de Chagas pelo T infestans.
- Certificação internacional pela interrupção da transmissão da tripanossomíase transfusional nos Estados do Rio Grande Sul e Paraná.
- Manutenção da interrupção da transmissão do sarampo.
- Implantação da vigilância das infecções por rotavírus.
- Implantação de 85 Núcleos Hospitalares de Vigilância Epidemiológica.
- Publicação do Manual de Tratamento de Casos de Leishmaniose Visceral Grave.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O programa executou 93,67% dos recursos orçamentários alocados em 2005, tendo alcançado as metas físicas previstas na maioria das ações. No entanto, as ações 8327 - "Serviços Laboratoriais de Referência Internacional, Nacional e Regional para Diagnóstico de Doenças Infecciosas" e 3994 - "Modernização do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (VIGISUS)" não informaram a meta física realizada, embora tenham executado quase 100% dos recursos orçamentários.

A ação 0829 - "Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios Certificados para a Epidemiologia e Controle de Doenças", que responde por quase 50% dos recursos do Programa, alcançou a meta de 1,5 milhão de pessoas beneficiadas por ações dos Estados e Municípios certificados para a epidemiologia e controle de doenças.

Algumas atividades programadas para 2005, no entanto, deixaram de ser executadas em razão de insuficiente alocação do limite de empenho orçamentário ou por atraso na sua liberação, entre elas a campanha de vacinação contra raiva canina e felina.

Além disso, a Gerência do Programa aponta deficiências na produção, aquisição e distribuição de medicamentos para controle de doenças e reagentes para diagnóstico de laboratório. A Gerência também aponta restrições ligadas a dificuldades para

a realização de licitações e celebração de convênios e contratos, atribuídas à insuficiência e falta de qualificação dos recursos humanos. Além disso, afirma que houve falha no suprimento de insumos de informática e manutenção de máquinas na equipe gerencial. Quanto às equipes executoras, as condições de trabalho são precárias e a infra-estrutura, deficiente.

Outros Aspectos Relevantes

As ações são executadas de forma descentralizada pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde e o monitoramento é realizado por meio do Sistema Nacional de Agravos Notificáveis (SINAN).

Recomendações

Não há recomendações.

Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes

Objetivo

Prevenir riscos à saúde da população mediante a garantia da qualidade dos produtos, serviços e dos ambientes sujeitos à vigilância sanitária.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 187.475.701,00	Empenho Liquidado:	R$ 178.661.471,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 178.661.471,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Notificação de Reação Adversa Grave a Medicamentos

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 33,11 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 19,25

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Viabilidade não apurada.

2. Taxa de Cobertura das Ações de Inspeção Sanitária em Relação aos Parâmetros Pactuados no Termo de Ajustes e Metas (TAM)

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 81,20 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Índice apurado é referente até setembro de 2005.

Contextualização

O campo de atuação da vigilância sanitária brasileira é principalmente a proteção da saúde, incluindo também ações de promoção. Assim, sua finalidade é proteger a saúde da população por intermédio do controle sanitário da produção, circulação e comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive

dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionados, bem como o controle de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados.
As competências do Sistema Único de Saúde (SUS) relacionadas ao trabalho de proteção à saúde dão a dimensão da importância da vigilância sanitária neste sistema. A produção, distribuição e comercialização de medicamentos, cosméticos, saneantes, alimentos e outros produtos de saúde, bem como a prestação de serviços de saúde, podem se converter em um risco para a população, caso esses processos não tenham sido feitos com um padrão de qualidade que garanta a sua utilização de forma segura.
A ingestão e outras formas de contato com substâncias potencialmente prejudiciais à saúde podem acarretar uma série de danos, podendo, eventualmente, levar à morte.
A circulação de pessoas por intermédio dos meios de transporte provenientes do exterior ou de outros Estados brasileiros é outro foco de atuação da Vigilância, inclusive no controle das condições sanitárias dos portos, aeroportos, fronteiras e terminais alfandegários por onde transitam viajantes e mercadorias, incluindo ações de vigilância epidemiológica, imunização e vigilância ambiental.

Principais Resultados

- Regulamentação do fracionamento de medicamentos, proporcionando economia ao consumidor e redução do risco associado ao uso após o término do prazo de validade.
- Regulamentação de medicamentos manipulados, com novas regras para o funcionamento das farmácias de manipulação.
- Realização de 9.948 inspeções na área de serviço, o que representa um aumento de cerca de 40% em relação a 2004.
- Realização de 39.206 inspeções na área de produtos, o que representa um aumento de cerca de 38% em relação a 2004.
- Ampliação da Rede Nacional de Investigação de Surto em Serviços de Saúde (RENISS): 100% dos surtos notificados foram investigados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).
- Monitoramento das políticas de comercialização nas farmácias e drogarias por meio do acompanhamento do preço médio de venda dos medicamentos em seis capitais de Estado.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O cumprimento das metas físicas esteve parcialmente dentro do previsto, representando cerca de 75% do programado referente às ações de vigilância sanitária. Com relação às construções do Edifício-Sede da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e do Laboratório Oficial para Análises e Pesquisas de Produtos Derivados do Tabaco, não houve qualquer execução em 2005, sendo realizados apenas procedimentos burocráticos referentes à disponibilização dos respectivos terrenos.

Os recursos orçamentários disponibilizados para o programa foram suficientes e liberados ao longo do exercício, em fluxo compatível com a programação. Foram executados 95,30% dos recursos previstos.

Outros Aspectos Relevantes

Foi criado Grupo de Trabalho (GT) no âmbito das ações relativas ao Plano Brasileiro de Preparação para uma Pandemia de Influenza, objetivando planejar, formular e implementar o controle sanitário para prevenção do risco da Influenza humana.
O GT está tomando as providências necessárias ao conhecimento das condições de isolamento respiratório nas Unidades de Saúde e gerenciamento dos resíduos gerados, da situação dos laboratórios de saúde pública e das medidas relacionadas à aquisição, à distribuição e ao uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), kits de diagnósticos e de medicamentos.

Recomendações

Não há recomendações.

Vigilância, Prevenção e Atenção em HIV/AIDS e Outras Doenças Sexualmente Transmissíveis

Objetivo

Reduzir a incidência da infecção pelo vírus da imunodeficiência humana e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e de outras doenças sexualmente transmissíveis e melhorar a qualidade de vida dos pacientes.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 807.057.000,00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 804.352.249,00 - R$ 804.352.249,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Coeficiente de Mortalidade por AIDS

Unidade de medida: 1/100.000
Último índice apurado: 6,10 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 5,09

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. Conforme atualização de dados e revisões de estimativas e previsões, a meta definida para 2007 não deve ser alcançada.

2. Coeficiente de Incidência de AIDS

Unidade de medida: 1/100.000
Último índice apurado: 17,20 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 10,30

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. Conforme atualização de dados e revisões de estimativas e previsões, a meta definida para 2007 não deve ser alcançada.

3. Taxa de Detecção de Casos de Sífilis Congênita

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 38,50 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 70,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. Conforme atualização de dados e revisões de estimativas e previsões, a meta definida para 2007 pode ser atingida em razão de ações que estão sendo promovidas junto aos gestores estaduais e municipais.

Contextualização

Estudo realizado pelo Ministério da Saúde estima a existência de 600.000 casos de infecção pelo vírus da Aids, considerando a população de 15 a 49 anos. As regiões Sul e Sudeste concentram 83,0% do total de casos notificados desde o início da epidemia.

Considerando-se a razão de casos entre homens e mulheres, o indicador variou de 6,5 casos entre homens para cada caso entre mulheres, em média, no período de 1980-1990 para:

- 1999: 2,0 casos em homens para cada caso em mulher.
- 2000: 1,8 caso em homens para cada caso em mulher.
- 2001: 1,7 caso em homens para cada caso em mulher.

Particularmente, na faixa etária de 13 a 19 anos, esta razão entre homens e mulheres apresenta sinais de inversão entre 1998 e 2001:

- 1998: 0,9 caso em homens para cada caso em mulher.
- 1999: 0,9 caso em homens para cada caso em mulher.
- 2000: 0,8 caso em homens para cada caso em mulher.
- 2001: 0,6 caso em homens para cada caso em mulher.

Principais Resultados

- Aquisição de 667 milhões de preservativos e distribuição de 202 milhões destes.
- Distribuição de 4 milhões de preservativos femininos.
- Tratamento de 4.502 gestantes/parturientes HIV positivo com quimioprofilaxia para diminuir as chances de transmissão do vírus durante o parto.
- Atendimento de cerca de 166.500 pessoas HIV positivo com medicamentos antirretrovirais.
- Atendimento pelo SUS de 255.000 pessoas que vivem com Aids.
- Implantação do Programa de Prevenção e Assistência às DST/HIV/Aids em 32 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DESAI).

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O cumprimento das metas físicas esteve dentro do previsto. Os recursos orçamentários destinados ao programa foram suficientes, mas liberados com alguma descontinuidade, resultando em R$ 2,6 milhões que não foram empenhados e outros R$ 78,14 milhões inscritos em restos a pagar para 2006. Foram executados 99,66% dos recursos orçamentários previstos.

Os recursos de restos a pagar são uma constante no programa nos últimos 7 anos e, em geral, resultam da combinação de três situações principais:

- Limite e contingenciamento dos tetos financeiros para o Ministério da Saúde no decreto de programação financeira.
- Aprovação tardia pelo Congresso Nacional das suplementações orçamentárias, geralmente em final de novembro ou em dezembro, mesmo quando a solicitação é encaminhada em março.
- Teto para empenho pelo Ministério da Saúde insuficiente, principalmente no último trimestre de cada ano.

As licitações acima de US$ 20 mil (média), até o valor de US$ 100 mil, são realizadas pelas Agências de Cooperação Internacional (UNESCO e UNODC) com agilidade. Algumas aquisições de bens e serviços e consultorias dependem da não objeção pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), o que pode provocar morosidade na formalização dos processos.
O trâmite de aquisição de grandes valores no Ministério da Saúde, acima de R$ 500 mil, também encontra dificuldades na formalização dos processos e sua contratação, causando morosidade.

Outros Aspectos Relevantes

O programa realiza campanhas de prevenção às DST/HIV/Aids pela mídia, enviando diariamente notícias para mais de 900 emissoras de rádio do país.
Em 2005, o endereço eletrônico do Programa Nacional de DST e Aids (www. aids. gov.br) esteve entre os TOP 10 do iBEST.

Recomendações

Não há recomendações.

Vigilância, Prevenção e Controle da Malária e da Dengue

Objetivo

Reduzir a ocorrência da malária e da dengue mediante controle vetorial.

Público-Alvo

População residente em áreas receptivas e vulneráveis à malária e à dengue.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 68.060.000,00	Empenho Liquidado: R$ 64.564.612,00 Pago estatais: - Total: R$ 64.564.612,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Coeficiente de Incidência de Dengue

Unidade de medida: 1/100.000
Último índice apurado: 116,28 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 83,16

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. Existem muitos países limítrofes ao Brasil com circulação do sorotipo DEN-4, que só teve presença no Brasil em 1981 e apenas no Estado de Roraima. Como o país tem mais de 3.600 Municípios infestados por *Aedes aegypti* e quase toda a população é suscetível a esse sorotipo (DEN-4), a sua introdução pode comprometer o alcance da meta. Esse fato causa maior preocupação em áreas infestadas pelo mosquito e com baixo poder de combate ao vetor, como por exemplo, a região metropolitana do Rio de Janeiro.

2. Coeficiente de Incidência de Malária na Amazônia Legal

Unidade de medida: 1/100.000
Último índice apurado: 2.879,00 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 1.180,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. A existência de situações que extrapolam as possibilidades de atuação do setor saúde, como a grande concentração da população do Estado do Amazonas em Manaus, com crescimento desordenado, em área muito receptiva à malária, ou como o crescimento da periferia em Porto Velho, capital do Estado de Rondônia,

sem ações correspondentes de saneamento, dificultam em muito a redução, de forma sustentada, da incidência da doença. A existência de grande número de acampamentos e assentamentos também dificulta a execução das ações de prevenção e controle da malária. Por fim, a instalação de pequenas pisciculturas, que serviriam para gerar renda na região, quando mal conservadas, tornam-se criadouros dos vetores da malária, aumentando o risco de transmissão.

Contextualização

A malária constitui um importante problema de saúde pública no Brasil, especialmente na Amazônia Legal, onde se concentram mais de 99% dos casos registrados no país. Em 2002 foram registrados 349.842 casos.

A dengue é um problema de saúde pública no Brasil, com a circulação simultânea de três sorotipos em 22 Estados da federação e a tendência de aumento no número de casos de Febre Hemorrágica de Dengue e óbitos. Em 2002, foram registrados 794.219 casos de Dengue, com 2.714 casos de Febre Hemorrágica e 150 óbitos. Mais de 3.600 Municípios do país encontram-se infestados por *Aedes aegypt.*

Principais Resultados

- Redução, em 3 Estados, do número de casos de dengue: Alagoas (-56,46%), Acre (-7,31%) e Rio de Janeiro (-3,80%).
- Redução, em 2 Estados, do número de casos de malária: Maranhão (-23,2%) e Tocantins (-16,9%).
- Redução, em 3 Estados, do número de casos de malária por Plasmodium falciparum, responsável pelas formas mais graves da doença e a maioria dos óbitos: Rondônia (-8,9%), Tocantins (-7,8%) e Maranhão (-3,4%).
- Redução, em 3 Estados, das internações hospitalares por malária: Maranhão (-9,9%), Tocantins (-8,2%) e Pará (-3,0%).

Em relação à dengue, a grande mobilidade da população dispersou o vírus do tipo DEN-3 para Municípios de porte médio dos Estados da Região Nordeste, infestados por Aedes aegypti e com a população suscetível ao DEN-3, o mesmo ocorrendo com os Municípios de maior porte da Região Norte.

No caso da malária, o crescimento desordenado de Manaus e Porto Velho e as ações de exploração econômica no Vale do Juruá, no Estado do Acre, contribuíram decisivamente para o crescimento da doença, além do crescimento do número de acampamentos e assentamentos agrícolas (Manaus, Porto, Velho e Cruzeiro do Sul registraram cerca de 27% do total dos casos do país).

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A execução física do programa foi considerada abaixo do previsto em razão de muitos Municípios terem demitido agentes de campo que executavam as ações de combate aos vetores, impedindo o cumprimento integral das normas técnicas dos programas de controle da dengue e malária. No caso da dengue, uma parcela importante dos Municípios prioritários não realizou 6 ciclos de visitas domiciliares para identificação e eliminação de criadouros do Aedes aegypti. Com a mudança de gestores nos Municípios, ocorreu, em um primeiro momento, uma descontinuidade

das ações de prevenção e controle, principalmente devido à demissão ou não renovação de contratos temporários dos agentes de campo.

Os recursos orçamentários destinados ao programa foram considerados insuficientes. A maior parte dos Municípios de grande porte, principalmente capitais, demandam um número elevado de agentes de campo para executar as ações de prevenção e controle da dengue, o que acaba demandando uma utilização da quase totalidade dos recursos do Teto Financeiro de Vigilância em Saúde, prejudicando a realização de outras ações inseridas na Programação Pactuada e Integrada de Vigilância em Saúde. Além disso, o custo para a contratação e manutenção desses agentes é significativamente maior em Municípios de grande porte.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução do programa. Houve atrasos no pagamento dos salários dos agentes contratados pelos Municípios, repercutindo negativamente na qualidade e na continuidade das ações de campo. Isso é válido tanto para a malária quanto para a dengue.

Os recursos inicialmente previstos para o Teto Financeiro de Vigilância em Saúde (TFVS) e para investimento nos programas de dengue e malária foram reduzidos pelo Congresso Nacional quando da votação da Lei Orçamentária. No caso dos recursos do TFVS, isso impediu a correção do repasse para os Municípios de maior porte, que demandam maior número de agentes de campo. No caso de recursos de investimentos, o número de veículos e equipamentos para melhorar a capacidade operacional dos Municípios poderia ter sido maior, diminuindo a demanda ainda existente e não atendida.

Embora os Estados e Municípios recebam sistematicamente os recursos do Teto Financeiro de Vigilância em Saúde, a pouca autonomia administrativa da maioria das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde dificulta a realização de adequações na infra-estrutura disponível e a aquisição de materiais para a viabilização das ações de campo.

Em relação aos recursos humanos envolvidos com o programa, os Municípios, principalmente os de maior porte, alegam que a insuficiência de recursos e as limitações colocadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal impedem a contratação de profissionais nos quantitativos adequados, principalmente agentes de campo.

Como demais restrições, são apontadas a falta de autonomia administrativa das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde para aquisição de equipamentos e realização de licitações de alto valor e a falta de um maior esclarecimento nessas secretarias quanto à legislação vigente, principalmente quanto à aplicação de recursos que são recebidos na modalidade fundo a fundo de transferência e as especificidades da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O controle da dengue e da malária, além das atividades inerentes ao setor saúde, depende de uma série de outros fatores, como por exemplo, as questões ligadas ao saneamento básico (cobertura e abastecimento regular de água; coleta e destinação adequada de resíduos sólidos) no caso da dengue e drenagem de criadouros de importância entomológica no caso da malária.

Outros Aspectos Relevantes

As ações de combate são executadas pelos mais de 5.200 Municípios que assumiram a gestão das ações de Vigilância em Saúde, sendo a atividade mais perceptível sob a ótica da população, a visita domiciliar realizada por agentes de saúde gerenciados pelas Secretarias Municipais de Saúde. As ações de prevenção e controle da dengue e malária são executadas preponderantemente pelos Municípios e pelos Estados, de forma complementar e/ou suplementar.

Deve-se destacar que Manaus é o único Município com população acima de 100.000 habitantes que não assumiu a gestão das ações de Vigilância em Saúde, o que dificulta de forma significativa a execução das ações de prevenção e controle da malária.

O Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Vigilância em Saúde, tem feito um grande esforço para intensificar a integração com o INCRA e o Ministério do Meio Ambiente, no sentido de estabelecer e implantar estratégias para a redução do número de casos de malária em áreas de assentamentos e em projetos de desenvolvimento.

Tanto para o controle da dengue como da malária, além da assessoria técnica e do fornecimento de insumos estratégicos, o Governo Federal tem disponibilizado, para os Municípios de maior risco, veículos, microscópios, equipamentos de informática, bem como aspersores para a aplicação de inseticidas, com o objetivo de melhorar a infra-estrutura para a execução das ações de prevenção e controle.

Em relação ao controle da dengue, tem sido priorizada a efetivação de ações intersetoriais que possam contribuir para a redução da infestação por Aedes aegypti nos Municípios, como por exemplo, a articulação com a Associação Nacional de Fabricantes de Pneumáticos (ANIP), o que tem contribuído efetivamente para reduzir a importância dos pneus como criadouros preferenciais por esse vetor.

Tanto o Programa Nacional de Controle da Dengue quanto o Programa Nacional de Controle da Malária dispõem de sistemas informatizados que permitem acompanhar a evolução da incidência dessas doenças, assim como as medidas de controle implementadas. As dificuldades são comuns, ou seja, como as ações realizadas e as notificações dos casos provêm dos Municípios e dos Estados, existe uma grande dificuldade para obtê-las em tempo oportuno. A abrangência é nacional e a notificação dos casos é quinzenal. Em relação às ações de controle executadas, a periodicidade de alimentação do sistema é mensal.

A regulamentação da Emenda Constitucional nº 51, referente às atividades e ao processo de seleção dos agentes de combate às endemias, é fundamental para a redução da rotatividade do pessoal que executa as ações de prevenção e controle da malária, interferindo diretamente na qualidade das ações e na redução dos custos com formação.

Recomendações

Não há recomendações.



Ministério das Cidades

Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Médio e Grande Porte
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte
Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros
Financiamento Imobiliário Habitacional
Fortalecimento da Gestão Urbana
Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano
Habitação de Interesse Social
Mobilidade Urbana
Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H
Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais
Revitalização da Infra-estrutura em Áreas do Patrimônio Histórico Nacional
Saneamento Ambiental Urbano
Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos
Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários

Sumário Executivo

Em 2005, do total previsto para o Ministério das Cidades, foram utilizados R$ 8,9 bilhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 4.586.797.155,00	**Realizado orçamentário[1]:**	R$ 2.818.228.013,58
Recursos não orçamentários previstos:	R$ 7.540.347.800,00	**Realizado não orçamentário:**	R$ 6.119.666.438,43
Total previsto:	R$ 12.127.144.955,00	**Total realizado:**	R$ 8.937.894.452,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R$ 628 milhões inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R$ 384 milhões.

Principais Resultados

Os principais resultados obtidos pelo conjunto dos programas do Ministério das Cidades em 2005 a serem destacados foram:

- Aplicação de R$ 9,2 bilhões em programas habitacionais geridos pelo Ministério, em benefício de 458 mil famílias, das quais 70 % situam-se na faixa de renda até 5 salários mínimos.
- Apoio técnico e financeiro a 143 municípios para elaboração dos Planos Diretores e realização da Campanha Nacional de Sensibilização e Mobilização para Planos Diretores Participativos, com a organização de núcleos estaduais da campanha em 24 estados e 45 oficinas de capacitação para 3.150 pessoas entre técnicos municipais, gestores e lideranças comunitárias e 459 credenciados para apoio à elaboração de Planos Diretores.
- Conclusão de 389 obras de melhoria dos serviços de saneamento básico em benefício de 636 mil famílias e contratação de recursos orçamentários que totalizam R$ 1,6 bilhão para intervenções na área.
- Iniciação do processo de regularização fundiária de 87.659 famílias.
- Apoio a 77 projetos de melhoria da mobilidade urbana, mormente em grandes cidades e regiões metropolitanas, totalizando R$ 123,9 milhões em investimentos, com destaque para o apoio à implantação do Corredor Expresso de Transporte Coletivo Urbano - Trecho Parque Dom Pedro II - Cidade Tiradentes – na cidade de São Paulo, que atenderá 1,5 milhões de usuários, na sua maioria de baixa renda, da região leste do município.
- Transferência da administração e operação do sistema de trens urbanos de

[1] A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

Salvador para a Prefeitura Municipal, cumprindo o preceito constitucional de descentralização dos sistemas ferroviários urbanos.

- Ampliação dos trechos em operação nos sistemas de trens urbanos de Recife e Belo Horizonte, implicando em número recorde de transporte de passageiros (respectivamente R$ 59,3 milhões e R$ 32,0 milhões de passageiros transportados), e empenho respectivo de R$ 140 milhões e R$ 96 milhões para investimentos nos sistemas de Fortaleza e Salvador no escopo do Projeto Piloto de Investimentos do Governo Federal - PPI.

Aspectos Relevantes

Dentre as dificuldades apresentadas pelo Ministério das Cidades, destacam-se a insuficiência de recursos orçamentários, a descontinuidade no fluxo de recursos financeiros e a grande pressão financeira decorrente do elevado volume de restos a pagar de exercícios anteriores, muitas vezes provocada pela baixa capacidade de execução de suas unidades ou mesmo pela aprovação dos créditos suplementares em tempo não hábil. Tais ocorrências prejudicaram fortemente o planejamento e gestão das ações, provocando inadimplência, aumento de custos, atraso e até paralisação de obras, sobretudo, aquelas contratadas em exercícios anteriores.

No que se refere aos recursos onerosos, a principal restrição constatada remete à liberação tardia pelo Conselho Monetário Nacional dos limites anuais de contratação de recursos onerosos administrados pela União com mutuários públicos. Esta foi efetivada apenas no final de 2005 (Resolução CMN nº 3331/2005), inviabilizando a efetivação de muitos contratos no exercício.

A execução das intervenções propostas pelo órgão também foi prejudicada por dificuldades na realização de licitações, celebração de contratos e convênios. Em grande medida, isso ocorreu por motivo de inadimplência dos entes federativos que acessam os recursos, sobretudo no que tange à regularidade fiscal e previdenciária, ou mesmo por conta de sua baixa capacidade institucional para apresentação dos documentos exigidos pela legislação em vigor para descentralização dos recursos.

Outra dificuldade é a dispersão de recursos imposta pelo grande número de emendas parlamentares introduzidas na programação do Ministério. Muitas vezes, elas são referentes à localidades não compreendidas entre as prioridades estabelecidas, se sobrepõem à outras iniciativas do órgão, ou mesmo não possuem projetos básicos necessários à implementação das obras. Em alguns programas, a magnitude das emendas parlamentares atinge quase a totalidade dos recursos disponíveis, dificultando o planejamento das iniciativas e comprometendo a qualidade do gasto público.

No sentido de reduzir a dispersão dos recursos, foi elaborado e divulgado, antes da apreciação pelo Congresso Nacional do Projeto de Lei Orçamentária 2005, um Manual de Orientação aos Parlamentares para informar sobre as prioridades de cada programa e as condições de atendimento dos pleitos decorrentes de emendas parlamentares. Com a iniciativa, foram observadas melhorias na adequação das emendas às ações propostas e na observância de valores mínimos para aquelas destinadas a investimentos.

Cabe salientar ainda a dificuldade enfrentada pelo Ministério das Cidades

quanto à negociação com os entes federados no que diz respeito aos convênios de descentralização dos sistemas metroviários, especialmente em Recife e Belo Horizonte. Esta indefinição obrigou que, no caso de Recife, não fossem destinados recursos para a continuação das obras no exercício de 2006, ficando a obra fora do rol de ações contempladas pelo PPI.

Destacam-se ainda problemas relativos à insuficiência de recursos materiais, infra-estrutura inadequada e insuficiência de recursos humanos nas equipes gerenciais e executoras dos programas. Essa constatação é atestada não apenas no Ministério das Cidades, mas também nos entes federativos parceiros na execução das ações. Na tentativa de amenizar o problema, foi realizada seleção pública de profissionais para compor o quadro interno do Ministério das Cidades. Entretanto, em função dos baixos salários oferecidos, espera-se grande rotatividade da equipe, impedindo a formação de um quadro qualificado para acompanhamento e implementação das ações.

Cabe ressaltar que muitas iniciativas do Ministério das Cidades têm caráter de execução plurianual. Envolvendo a execução de obras de engenharia complexas, nas quais são exigidas licenciamento ambiental, elaboração de projetos básicos e executivos, elas demandam maior tempo e apresentam inúmeras variações. Assim, em alguns casos, não se pode esperar que haja execução física significativa no mesmo exercício de contratação da intervenção. Além disso, o Ministério das Cidades, ao trabalhar mediante contratos de repasse, só efetua o desembolso financeiro de cada etapa da obra após a sua conclusão, aferida pela Caixa Econômica Federal, de forma que a execução física de muitas de suas ações precede a liquidação financeira das mesmas.

Recomendações

- Implementação dos Comitês Gestores para os programas multissetoriais, no sentido de permear maior coordenação entre suas ações e seus órgãos executores.
- Revisão dos indicadores dos programas considerando o requisito de mensurabilidade.
- Promoção de maior coordenação entre as ações da Secretaria de Mobilidade Urbana, da Companhia Brasileira de Transporte Urbano (CBTU) e da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (Trensurb).

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade do pelo Ministério das Cidades.

Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Médio e Grande Porte

Objetivo

Apoiar a implantação e/ou adequação de recursos de infra-estrutura urbana que contribuam para a qualidade de vida da população, por meio de obras ou ações que não se enquadrem nas ações típicas de outros programas.

Público-Alvo

População urbana de Municípios com mais de 100.000 habitantes.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 386.682.960,00	Empenho Liquidado: R$ 161.925.760,00 Pago estatais: - Total: R$ 161.925.760,00
Previsto não orçamentário -	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

O programa não possuía indicadores.

Contextualização

O problema que deu origem ao programa foi a baixa qualidade da infra-estrutura urbana em Municípios de médio e grande porte, fato que prejudica o desenvolvimento sustentável local.

Principais Resultados

Empenho de R$ 161.925.760,00 para o apoio a 181 projetos associados à melhoria de infra-estrutura urbana, em 181 municípios com população superior a 100 mil habitantes. Estima-se que 107.333 famílias serão beneficiadas após a conclusão dos projetos contratados.

- Os resultados foram abaixo do esperado, sobretudo porque os recursos alocados foram demasiadamente pulverizados e não foram empenhados na sua totalidade.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O programa, concebido pelo Congresso Nacional, é objeto de emendas parlamentares que, em geral, são de pequena monta, muito diversificadas e diluídas por todo o território nacional. Além disso, suas intervenções se sobrepõem a iniciativas de outros

programas do Ministério das Cidades que, por sua vez, não tem competência para definir quais Municípios serão beneficiados, submetendo-se à seleção de emendas realizada pela Presidência da República em conjunto com os respectivos parlamentares autores. Esses fatos, portanto, dificultam o melhor aproveitamento dos recursos do programa, no sentido de compatibilizá-los com as políticas específicas direcionadas ao combate do déficit de infra-estrutura urbana existente nas cidades brasileiras.

Com o intuito de reduzir a dispersão dos recursos, foi elaborado e divulgado, antes da apreciação, pelo Congresso Nacional, do PL da LOA 2005, o Manual de Orientação aos Parlamentares, para informar sobre as prioridades de cada programa e as condições de atendimento dos pleitos decorrentes de emendas parlamentares. A iniciativa, entretanto, não obteve êxito no programa em tela e a implementação do programa foi prejudicada por descontinuidades e insuficiência no fluxo de recursos, que provocaram paralisações freqüentes das obras e o encarecimento dos serviços. Também foi prejudicial a pressão financeira exercida por restos a pagar de exercícios anteriores, que comprometeu boa parte dos recursos disponíveis. Destacam-se, ainda, dificuldades concernentes à celebração de licitações, contratos e convênios, permeadas pela baixa capacidade técnica e pelo elevado nível de inadimplência dos Municípios, além da lentidão no processo de licenciamento ambiental, por conta da precária estrutura dos órgãos de meio ambiente competentes.

Finalmente, constatou-se que a infra-estrutura e a quantidade de recursos humanos foram inadequadas para a implementação do programa. Para solucionar esta última deficiência, realizou-se concurso público para a contratação de pessoal.

Outros Aspectos Relevantes

As iniciativas de melhoria de infra-estrutura urbana são, em geral, plurianuais, uma vez que envolvem, via de regra, a execução de obras de engenharia, para as quais se exigem, previamente, o licenciamento ambiental, a contratação e elaboração de projetos básicos e executivos de engenharia, aspectos que demandam tempo e apresentam inúmeras variações. Nesse contexto, é ilusório esperar que haja execução física significativa no mesmo ano de contratação da intervenção. Na verdade, a apuração da execução física deveria ser feita em cada ano, a partir das iniciativas concluídas durante aquele exercício, cujo desembolso está computado, essencialmente, na rubrica de restos a pagar de anos anteriores. Tampouco parece adequada a apropriação parcial da execução física das intervenções, efetuada ano a ano a partir dos desembolsos financeiros realizados, pois as obras de melhoria de infra-estrutura urbana só beneficiam a população após a sua conclusão e não durante sua execução. A esse respeito, é importante destacar que o Ministério das Cidades trabalha mediante contratos de repasse e, portanto, somente efetua o desembolso financeiro de cada etapa da obra após a sua execução física ter sido aferida pela Caixa Econômica Federal. Logo, a execução física precede a financeira, o que pode comprometer o resultado de qualquer avaliação fundamentada em indicadores de desempenho financeiro. Em vista do exposto, deve-se destacar que não houve execução física significativa das ações de responsabilidade do Ministério com recursos da LOA 2005.

Recomendações

Não há recomendações.

Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte

Objetivo

Apoiar a adequação urbana por meio de adequação de recursos de infra-estrutura urbana que contribuam para a qualidade de vida da população, inclusive adequação de vias para sistemas motorizados e não motorizados.

Público-Alvo

População urbana de municípios com até 100 mil habitantes.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 708.927.840,00	Empenho Liquidado: R$ 497.484.394,00 Pago estatais: - Total: R$ 497.484.394,00
Previsto não orçamentário -	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

O programa não possuía indicadores.

Contextualização

O problema que deu origem ao programa foi a baixa qualidade de infra-estrutura urbana em Municípios de pequeno porte, o que prejudica o desenvolvimento sustentável local.

Principais Resultados

Empenho de R$ 497.484.394,00 para o apoio a 3.071 projetos associados à melhoria de infra-estrutura urbana em 3.002 municípios com população inferior a 100 mil habitantes. Estimativa de que 331.656 famílias serão beneficiadas após a conclusão dos projetos contratados.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O programa, concebido pelo Congresso Nacional, é objeto de emendas parlamentares que, em geral, são de pequena monta, muito diversificadas e diluídas por todo o território nacional. Suas intervenções se sobrepõem a outras iniciativas de outros programas do Ministério das Cidades. Além disso, a definição dos Municípios beneficiados está fora da alçada do Ministério, associando-se à seleção de emendas realizada pela Presidência da República em conjunto com os respectivos parlamentares que as propuseram. Tais fatos dificultam o melhor aproveitamento dos recursos do programa, no sentido de compatibilizá-los com

as políticas específicas, direcionadas ao combate do déficit de infra-estrutura urbana existente nas cidades brasileiras. Com o intuito de reduzir a dispersão dos recursos, foi elaborado e divulgado, antes da apreciação pelo Congresso Nacional do PL da LOA 2005, um Manual de Orientação aos Parlamentares, informando sobre as prioridades de cada programa e as condições de atendimento dos pleitos decorrentes de emendas parlamentares. A iniciativa, entretanto, não obteve êxito no programa em tela. A implementação do programa foi prejudicada por descontinuidades e insuficiência no fluxo de recursos, que provocaram paralisações freqüentes das obras e encarecimento dos serviços. Também foi prejudicial a pressão financeira exercida por restos a pagar de exercícios anteriores, que comprometeu boa parte dos recursos disponíveis. Destacam-se, ainda, dificuldades concernentes à celebração de licitações, contratos e convênios, permeadas pela baixa capacidade técnica e elevado nível de inadimplência dos Municípios, além da lentidão no processo de licenciamento ambiental, por conta da precária estrutura dos órgãos de meio ambiente competentes. Finalmente, constatou-se que a infra-estrutura e a quantidade de recursos humanos foram inadequadas para a implementação do programa. Para solucionar esta última deficiência, foi realizada a contratação de pessoal por meio de concurso público.

Outros Aspectos Relevantes

As iniciativas de melhoria de infra-estrutura urbana são predominantemente plurianuais, uma vez que envolvem, via de regra, a execução de obras de engenharia, para as quais é previamente exigido o licenciamento ambiental e a contratação e elaboração de projetos básicos e executivos de engenharia. Estes aspectos demandam tempo e apresentam inúmeras variações. Nesse contexto, é imprudente esperar que haja execução física significativa no mesmo ano de contratação da intervenção. A apuração da execução física deveria ser empreendida em cada ano, a partir das iniciativas concluídas durante aquele exercício e cujo desembolso está computado, essencialmente, na rubrica de restos a pagar de anos anteriores. Também não parece adequada a apropriação parcial da execução física das intervenções, efetuada ano a ano a partir dos desembolsos financeiros realizados, pois as obras de melhoria de infra-estrutura urbana só beneficiam a população após a sua conclusão e não durante sua execução. A esse respeito, é importante destacar que o Ministério das Cidades, por trabalhar mediante contratos de repasse, só efetua o desembolso financeiro de cada etapa da obra após a sua execução física, aferida pela Caixa Econômica Federal. Logo, a execução física precede a financeira, o que pode comprometer o resultado de qualquer avaliação fundamentada em indicadores de desempenho financeiro. Em vista do exposto, deve destacar-se que não houve execução física significativa das ações de responsabilidade do Ministério com recursos da LOA 2005.

Recomendações

Não há recomendações.

Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros

Objetivo

Melhorar os sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros e transferir sua gestão para os governos locais.

Público-Alvo

População das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Recife, Fortaleza, Salvador e Porto Alegre e das cidades de Maceió, João Pessoa e Natal.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 1.001.604.704,00	Empenho Liquidado:	R$ 781.637.206,58
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 781.637.206,58

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa Ponderada de Transferência da Gestão dos Sistemas de Trens Urbanos

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 79,15% em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 88,9%

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Ainda não foram iniciadas negociações para a descentralização dos sistemas de Natal, João Pessoa, Maceió e Porto Alegre e não se chegou ainda a bom termo nas negociações de Recife e Belo Horizonte. Nos três primeiros casos, é preocupante a situação atual de precariedade dos sistemas. A insuficiência dos recursos empreendidos torna a degradação dos ativos superior à atual capacidade de sua recuperação, sendo, portanto, emergencial o início de negociações que permitam alavancar os investimentos nesses sistemas, associados ao processo de regionalização.

2. Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte – MG

Unidade de medida: Milhar
Último índice apurado: 32.023 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 96.624

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
As obras restantes que propiciariam melhorias no sistema metroviário de Belo Horizonte deverão ser concluídas em 2006, permanecendo como ponto crítico para a elevação da demanda por medidas de redução do intervalo entre viagens e a efetivação das integrações previstas com as linhas de ônibus da BH-TRANS. Já foi emitida a Licença de Operação, mas a BH-TRANS adiou a integração e o DER se posicionou contrário à integração antes da licitação do sistema metropolitano.

3. Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Recife – PE

Unidade de medida: Milhar
Último índice apurado: 59.331 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 89.088

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Muito Baixa. Não foram previstos recursos para investimentos neste sistema no Projeto de Lei Orçamentária 2006 encaminhado ao Congresso Nacional. Dessa forma, as obras de expansão do sistema deverão ser paralisadas a partir de janeiro de 2006, caso não haja a inclusão de recursos compatíveis com as necessidades das intervenções em andamento e o cumprimento dos compromissos assumidos nos contratos já assinados.

4. Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza – CE

Unidade de medida: Milhar
Último índice apurado: 9.436 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 8.856

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A inclusão da ação no Projeto Piloto de Investimentos do Governo Federal (PPI) assegura os recursos necessários para a implantação e modernização do sistema, possibilitando a expansão da oferta e o crescimento da demanda pelo serviço de transporte ferroviário urbano.

5. Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Salvador – BA

Unidade de medida: Milhar
Último índice apurado: 4.403 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 29.832

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Apesar de a inclusão do sistema no PPI garantir um fluxo confiável de recursos para os investimentos previstos, o convênio de descentralização assinado entre a União, o Estado da Bahia e a Prefeitura de Salvador reduziu o escopo original do projeto. Desta forma, as metas inicialmente traçadas, referentes ao número de usuários do sistema, não deverão ser alcançadas.

6. Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre – RS

Unidade de medida: Milhar
Último índice apurado: 47.250
Índice previsto ao final do PPA: 54.450

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. O fluxo de recursos disponibilizados para o sistema não permite a implantação das intervenções dentro do cronograma programado.

7. Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Maceió – AL

Unidade de medida: Milhar
Último índice apurado: 1.815
Índice previsto ao final do PPA: 1.890

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O resultado correspondeu à expectativa.

8. Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa - PB

Unidade de medida: Milhar
Último índice apurado: 2.386
Índice previsto ao final do PPA: 2.260

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O resultado correspondeu à expectativa.

9. Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Natal – RN

Unidade de medida: Milhar
Último índice apurado: 2.409
Índice previsto ao final do PPA: 2.835

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O resultado correspondeu à expectativa.

Contextualização

Por determinação constitucional, os sistemas de trens urbanos operados pelo Governo Federal devem ser transferidos para os Estados e Municípios, facilitando a integração e gestão do sistema de transporte e sua interação com o planejamento urbano específico de cada região. Para viabilizar a descentralização, o Governo Federal realiza um programa de investimento nos sistemas, destinado à sua expansão e/ou modernização, propiciando melhoria na eficiência e qualidade dos serviços, além de melhores condições de mobilidade às populações urbanas.

Principais Resultados

- Transferência da administração e operação do sistema de trens urbanos de Salvador para a Prefeitura Municipal, em 30 de novembro de 2005, em cumprimento à disposição constitucional;
- Transporte, em 2005, de 96,98 milhões de usuários nos sistemas metro-ferroviários operados pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), sob tarifas inferiores àquelas cobradas pelo uso de linhas de ônibus. O número de passageiros transportados foi 4,3% superior ao de 2004 e 5,2% maior quando considerada a média de passageiros transportados por dia útil (316,1 mil passageiros em 2005). Destaca-se que foi o melhor resultado anual, após a estadualização dos sistemas do Rio de Janeiro e de São Paulo, alcançando recordes históricos nos sistemas de Recife e Belo Horizonte. Para tanto, foi determinante a entrada em operação do trecho Recife-Imbiribeira no sistema de Recife e da operação plena do trecho Eldorado-Vilarinho no sistema de Belo Horizonte;
- Transporte de 47,25 milhões de passageiros no sistema de trens urbanos de Porto Alegre, operado pela Trensurb, alcançando uma média de 155,1 mil passageiros transportados por dia útil. Em relação a 2004, houve uma redução de 3% no número de passageiros transportados.

Os resultados do programa, contudo, foram abaixo do esperado. Por um lado, porque o número global de usuários transportados nos sistemas foi inferior às metas estabelecidas para 2005. Em grande medida, isso ocorreu em virtude do fluxo insuficiente e intempestivo de recursos, no exercício, para a ampliação e modernização dos sistemas, restringindo o crescimento da demanda pelos serviços. Por outro lado, porque ainda prevalecem dificuldades concernentes à descentralização dos sistemas de Natal, João Pessoa, Maceió, Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A implementação do programa foi marcada por inúmeras deficiências, com destaque para o baixo cumprimento das metas físicas previstas, cujos fatores determinantes foram a insuficiência de recursos orçamentários e a descontinuidade no fluxo de recursos financeiros. A insuficiência orçamentária, bem como o seu contingenciamento, exigiram atuações intensivas e restritivas na gestão da aplicação de recursos. Ademais, o atraso no repasse dos recursos financeiros, que sempre esteve aquém dos limites orçamentários, prejudicou a evolução das ações ao gerar inadimplência e provocar o aumento dos custos pela demora na realização de pagamentos. Ainda que de forma parcial, obteve-se a ampliação do orçamento disponível, por meio de créditos aprovados no decorrer do exercício; entretanto, isso não ocorreu em tempo hábil para a sua plena aplicação. Um exemplo foi a inclusão de determinadas intervenções no Projeto Piloto de Investimentos do Governo Federal (PPI). A premissa era a de que essas intervenções teriam fluxo de recursos contínuo e livre das restrições dos contingenciamentos orçamentários, o que aceleraria a consecução dos investimentos.

As ações integradas ao PPI foram a implantação do trecho Eldorado-Vilarinho, do sistema metroviário de Belo Horizonte (R$ 83,6 milhões); o apoio à implantação da Linha Sul do sistema de Fortaleza (R$ 140 milhões); o apoio à implantação do trecho Lapa-Acesso Norte (R$ 72 milhões); e a modernização do trecho Calçada-Paripe (R$

24 milhões) do sistema de Salvador. No caso de Belo Horizonte, ocorreu um avanço considerável na execução física e financeira das intervenções, ao passo que nos outros sistemas, integrados ao PPI apenas no final de 2005, espera-se resultado semelhante em 2006. Além da insuficiência de recursos, foram observadas dificuldades em licitações e celebração de contratos. As constantes impugnações, os questionamentos e as solicitações de empresas concorrentes impõem atrasos na evolução das ações. Também se atestam dificuldades técnicas das empresas contratadas, em especial no que tange à qualidade dos serviços e ao cumprimento dos prazos previstos. Finalmente, é importante mencionar o problema da escassez de recursos humanos nas equipes executoras do programa, que prejudicou sobremaneira sua implementação. A avaliação da satisfação dos usuários é contemplada no programa mediante os serviços de atendimento ao usuário existentes nos sistemas de Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre, as ouvidorias e as pesquisas de opinião. Tais instrumentos pautam a implementação de melhorias nos serviços prestados aos usuários dos sistemas.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Financiamento Imobiliário Habitacional

Objetivo

Ampliar o mercado imobiliário, permitindo novas formas de acesso ao financiamento habitacional.

Público-Alvo

Famílias com renda superior a 5 salários mínimos.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
-	Empenho Liquidado: - Pago estatais: - Total: -

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 2.130.000.000,00	R$ 4.372.107.315,71

Indicador(es)

1. Núcleo do Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda acima de 5 Salários Mínimos

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 1.594.931 em 2002
Índice previsto ao final do PPA: 1.509.002

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A viabilidade de alcance do índice previsto para o indicador ao final do PPA 2004-2007 é alta, pois as metas físicas programadas foram superadas em 2005.

2. Núcleo do Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda acima de 10 Salários Mínimos

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 669.275 em 2002
Índice previsto ao final do PPA: 633.079

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. A viabilidade de alcance do índice previsto para o indicador ao final do PPA 2004-2007 é alta pois as metas físicas programadas foram superadas em 2005.

3. Taxa de Domicílios Alugados com Ônus Excessivo de Famílias com Renda acima de 5 Salários Mínimos

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 6,69% em 2002
Índice previsto ao final do PPA: 5,55%

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A viabilidade de alcance do índice previsto para o indicador ao final do PPA 2004-2007 é alta, pois as metas físicas programadas foram superadas em 2005.

Contextualização

O déficit quantitativo habitacional brasileiro, da ordem de 6,6 milhões, implica a necessidade de construção de novas moradias, tanto para a reposição (domicílios rústicos e domicílios depreciados pela idade) quanto para o incremento (domicílios improvisados, domicílios com coabitação familiar e domicílio com ônus excessivo de aluguel) do estoque existente. É necessário que as formas de financiamento habitacional estejam adequadas às faixas de renda das famílias, de forma a permitir o combate efetivo ao déficit.

Principais Resultados

- Atendimento a cerca de 61 mil famílias com renda de 5 a 12 salários mínimos, por meio de financiamento para aquisição de imóveis e atendimento habitacional.

Os resultados alcançados em 2005 superaram as expectativas, facilitando o acesso do público-alvo do programa à moradia. Para tanto, contribuíram as mudanças estabelecidas pela Caixa Econômica Federal nos critérios de avaliação de risco e a realização de feirões da casa própria.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

As metas físicas do programa foram cumpridas de acordo com o previsto. A maioria das ações empreendidas, inclusive, superou as expectativas.. Não foram observadas restrições à implementação das ações, que dependem essencialmente da demanda espontânea de pessoas físicas por crédito para atendimento habitacional. Ressalta-se, no entanto, desempenho inferior na ação referente ao financiamento a pessoas jurídicas para construção habitacional para famílias com renda entre 5 e 12 salários mínimos. Para essa ação, houve execução financeira de apenas 5,5% dos recursos disponibilizados e atendimento de apenas 3,9% (509 famílias beneficiadas) da meta estabelecida para o exercício de 2005 (13.201 famílias beneficiadas).

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Fortalecimento da Gestão Urbana

Objetivo

Fortalecer a capacidade técnica e institucional dos municípios, nas áreas de planejamento, serviços urbanos e gestão territorial.

Público-Alvo

Prefeituras municipais.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 48.783.991,00	Empenho Liquidado: R$ 44.180.521,00 Pago estatais: - Total: R$ 44.180.521,00
Previsto não orçamentário R$ 555.000.000,00	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

1. Taxa de Municípios Consorciados para Habitação

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 1,2% em 2001
Índice previsto ao final do PPA: 5%

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA.
Não apurado. Não foram disponibilizadas informações.

2. Taxa de Municípios com Planos Diretores Aprovados e Elaborados

Unidade de medida: percentagem
Último índice apurado: 20% em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 32%

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Considerando-se o universo de cerca de 1.700 municípios com obrigatoriedade de aprovação de seus Planos Diretores até outubro de 2006 e aplicando-se o índice final do PPA de 32% em 2007, chega-se à meta de 544 municípios com Planos Diretores aprovados em 2007. Assim, em vista do quantitativo de 400 municípios beneficiados ao final de 2005, avalia-se como alta a viabilidade de alcançar o índice final do PPA em 2007, tendo em perspectiva, ainda, os efeitos irradiadores e os resultados da Campanha Nacional.

3. Taxa de Municípios com Cadastros Imobiliários

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 81,5% em 2001
Índice previsto ao final do PPA: 86,5%

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA.
Não foram disponibilizadas informações.

4. Taxa de Municípios Consorciados para Serviços de Esgotamento Sanitário

Unidade de medida: percentagem
Último índice apurado: 1,6% em 2001
Índice previsto ao final do PPA: 7,5%

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Não foram disponibilizadas informações.

5. Taxa de Municípios Consorciados para Serviços de Coleta de Lixo

Unidade de medida: percentagem
Último índice apurado: 2% em 2001
Índice previsto ao final do PPA: 12%

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Não apurado. Não foram disponibilizadas informações.

Contextualização

No Brasil, convive-se com o problema da baixa capacidade técnica e institucional para a gestão e o planejamento do desenvolvimento urbano e territorial nos Municípios, particularmente na questão do planejamento, manejo e controle do uso e ocupação do solo, dificultando o desenvolvimento urbano sustentável nas diversas regiões do país. Desse modo, as intervenções em habitação, saneamento, transporte, trânsito e mobilidade nos Municípios necessitam de apoio para o fortalecimento da gestão urbana.

Principais Resultados

- Apoio direto, técnico e financeiro, a 143 Municípios para a elaboração dos Planos Diretores;
- Realização da Campanha Nacional de Sensibilização e Mobilização para Planos Diretores Participativos, com a organização de núcleos estaduais da campanha em 24 Estados e 45 oficinas de capacitação, para 3.150 pessoas, entre técnicos municipais, gestores e lideranças comunitárias, incluindo 459 credenciados para apoio à elaboração de Planos Diretores.

Os resultados alcançados cumpriram a expectativa, mormente, pelo bom desempenho na elaboração dos Planos Diretores. Incluindo-se os resultados de 2005, cerca de 400 municípios já foram apoiados técnica e financeiramente. Ademais, considera-se que

as atividades de divulgação e capacitação desenvolvidas no âmbito da Campanha Nacional abarcaram, de forma indireta, os cerca de 1700 municípios que formam o universo da obrigatoriedade de Planos Diretores aprovados no prazo de outubro de 2006, conforme estabelece a Lei Federal 10.257, de 2001.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O cumprimento das metas físicas do programa foi satisfatório. Uma restrição importante, porém, foi a inadequação do fluxo financeiro, sempre inferior às necessidades demandadas, que levou a um acúmulo de liberações no final do exercício, paralisando muitas ações e prejudicando a qualidade de sua implementação. Não obstante, as pressões financeiras decorrentes de restos a pagar de exercícios anteriores absorveram quase a totalidade dos fluxos financeiros liberados para o programa em 2005. Destaca-se, ainda, que foi frustrada a iniciativa de alocação de recursos não-orçamentários para o financiamento de Municípios, com vistas à elaboração de Planos Diretores Participativos, uma vez que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social declarou-se impossibilitado de apoiar a ação. Ademais, a implementação das ações foi fortemente comprometida por problemas de infra-estrutura inadequada, insuficiência de recursos humanos, atraso na prestação de contas dos entes federativos apoiados, dificuldades na celebração de licitações e contratos, além de dificuldades na celebração de convênios por conta de inadimplência. Ressalta-se que a maior parte dos Municípios apoiados não possui infra-estrutura institucional e capacidade técnica instalada adequada para a realização das intervenções propostas. Visando a contornar o problema de carência de recursos humanos na equipe gerencial do programa, foi realizada seleção pública de profissionais para compor o quadro do Ministério das Cidades. A implementação do programa possui mecanismos de participação social, haja vista que a validação dos Planos Diretores Participativos elaborados dá-se por meio de audiências públicas e reuniões com grupos de interesse.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano

Objetivo

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e o controle dos programas nas áreas de desenvolvimento urbano, habitação, saneamento básico e ambiental, transporte urbano e trânsito.

Público-Alvo

Governo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 31.549.152,00	Empenho Liquidado: R$ 29.400.443,00 Pago estatais: - Total: R$ 29.400.443,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

Este programa não possui indicadores.

Contextualização

O momento atual requer nova forma de atuação do Estado, em que as atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais assumem especial relevância na formulação, na avaliação, no reordenamento e no controle dos programas finalísticos.

Principais Resultados

- Capacitação de 178 servidores públicos federais.
- Implantação de 21% do Sistema Nacional de Informações de Desenvolvimento Urbano.
- Elaboração de 53 mapas de infra-estrutura física para o planejamento urbano e territorial.
- Elaboração de 63 estudos para o reordenamento institucional e operacional do setor de saneamento.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

- O cumprimento das metas físicas do programa foi abaixo do esperado. Entretanto, as principais restrições não remetem às questões de suficiência e tempestividade do fluxo de recursos, e sim às dificuldades administrativas. Dentre elas, destacam-se a insuficiência de recursos materiais, a inadequação

da infra-estrutura disponível, a dificuldade na celebração de convênios e, sobretudo, a carência de recursos humanos qualificados. Os aspectos positivos da implementação do programa concernem ao bom desempenho das ações de formulação da política nacional de desenvolvimento urbano e do sistema nacional de informações, pautadas em articulações do Ministério das Cidades com os Ministérios da Integração Nacional, do Meio-Ambiente, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Ademais, a execução do programa foi marcada pela constituição de comitês e grupos de trabalho que envolveram representantes de todas as Secretarias Nacionais. Finalmente, ressaltam-se as parcerias com organizações governamentais, organizações não-governamentais e entidades internacionais, com o intuito de unir esforços em busca do objetivo proposto. Muitas ações foram implementadas por meio de parcerias com a Caixa Econômica Federal, a Confederação Nacional de Engenheiros e Arquitetos, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a Comunidade Virtual do Poder Legislativo e o *Lincoln Institute of Land Policy*.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Habitação de Interesse Social

Objetivo

Ampliar o acesso à terra urbanizada, à moradia digna e promover melhoria da qualidade das habitações da população de baixa renda nas áreas urbana e rural.

Público-Alvo

Famílias com renda familiar até 5 salários mínimos.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 660.445.102,00	Empenho Liquidado: R$ 542.470.564,00 Pago estatais: - Total: R$ 542.470.564,00
Previsto não orçamentário R$ 3.290.000.000,00	**Realizado não orçamentário** R$ 3.378.431.399,63

Indicador(es)

1. Núcleo do Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda até 5 Salários Mínimos

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 3.423.190 em 2002
Índice previsto ao final do PPA: 2.388.744

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. Apesar do bom alcance das metas e da ampliação dos recursos onerosos, no exercício de 2005, os recursos destinados ao fornecimento de subsídios à habitação de interesse social ainda são insuficientes, o que pode prejudicar o alcance do índice previsto ao final do PPA.

2. Núcleo do Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda até 3 Salários Mínimos

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 2.449.781 em 2002
Índice previsto ao final do PPA: 2.351.825

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. Apesar do bom alcance das metas e da ampliação dos recursos onerosos, no exercício de 2005, os recursos destinados ao fornecimento de subsídios à habitação de interesse social ainda são insuficientes, o que pode prejudicar o alcance do índice previsto ao final do PPA.

3. Taxa de Domicílios Alugados com Ônus Excessivo de Famílias com Renda até 5 Salários Mínimos

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 39,55 em 2002
Índice previsto ao final do PPA: 20,4

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. Apesar do bom alcance das metas e da ampliação dos recursos onerosos, no exercício de 2005, os recursos destinados ao fornecimento de subsídios à habitação de interesse social ainda são insuficientes, o que pode prejudicar o alcance do índice previsto ao final do PPA.

Contextualização

O déficit quantitativo habitacional brasileiro, da ordem de 6,6 milhões, implica a necessidade de construção de novas moradias, tanto para a reposição (domicílios rústicos e domicílios depreciados pela idade) quanto para o incremento (domicílios improvisados, domicílios com coabitação familiar e domicílios com ônus excessivo de aluguel) do estoque existente. A produção de moradias dotadas de infra-estrutura,, para a população com renda até 5 salários mínimos – segmento que concentra 92% do déficit habitacional –, constitui um desafio a ser superado.

Principais Resultados

- Atendimento a 251.832 famílias com faixa de renda até 5 salários mínimos, por meio de linhas de financiamento para aquisição e construção da casa própria;
- Atendimento a 33.991 famílias com faixa de renda até 6 salários mínimos, por meio de ações de arredamento residencial, das quais cerca de 20 mil possuem renda de até 4 salários mínimos;e
- Atendimento a 12.707 famílias com faixa de renda de até 3 salários mínimos, por meio de apoio aos entes públicos para a construção habitacional.

O resultado do Programa foi satisfatório, tendo em vista a boa cobertura do seu público-alvo. Do total de famílias beneficiadas com a aplicação de recursos onerosos e não-onerosos para fins habitacionais do Governo Federal, 46,16% foram destinados às famílias com renda até 3 salários mínimos e 24,44 % beneficiaram aquelas com renda entre 3 e 5 salários mínimos, totalizando uma parcela de 70,60% do total de beneficiários, situada dentro do público-alvo do programa (faixa de renda até 5 salários mínimos). Em 2002, essa faixa de beneficiários correspondia a apenas 57% do total. Isto demonstra, portanto, o crescimento do volume investido em favor das classes de menor renda.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

As ações destinadas ao financiamento de pessoas físicas, com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) garantiram o bom desempenho do Programa e o alcance de suas metas físicas. A principal restrição à implementação do Programa, contudo, concerne à composição das fontes de financiamento, em que se observa um desequilíbrio entre as fontes onerosas (FGTS, Fundo de Desenvolvimento Social,

Fundo de Arrendamento Residencial) e não-onerosas (Orçamento Geral da União). As fontes onerosas representam 86,6% do total dos recursos para habitação; não há uma contrapartida adequada de recursos orçamentários destinados à provisão de subsídios habitacionais e ao apoio aos governos estaduais e municipais, que permitam maior direcionamento dos investimentos à população de menor renda. A principal providência adotada nesse sentido foi a criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), por intermédio dos quais se espera aprimorar a matriz de financiamento ao setor. Atendendo às diretrizes estabelecidas pelo SNHIS, foram revisados os critérios para a concessão de subsídios com recursos do FGTS, direcionando-os ao atendimento de famílias na faixa de renda de até 5 salários mínimos. Passou-se, também, a considerar a diversidade dos custos de produção e aquisição de imóveis, de acordo com o porte e a localização dos Municípios, o que potencializou as parcerias com Estados e Municípios e ampliou o acesso à moradia dos cidadãos de menor renda.

Um fator prejudicial foi a descontinuidade dos fluxos financeiros para o programa. A irregularidade, sobretudo no que se refere ao fluxo de recursos orçamentários, provocou atrasos e paralisações de obras contratadas em exercícios anteriores. Houve, ainda, problemas relativos à insuficiência de recursos materiais, infra-estrutura inadequada e insuficiência de recursos humanos nas equipes gerenciais e executoras. No tocante aos recursos humanos, foi realizada seleção pública de profissionais para compor o quadro do Ministério das Cidades, com o que se espera solucionar o problema.

Por fim, deve-se destacar que o Programa de Habitação de Interesse Social é amparado por mecanismos de participação social, efetivada por reuniões com grupos de interesse, em que atuam entidades governamentais, associações de empresas, associações civis e movimentos sociais.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Equalizar os subsídios oferecidos por intermédio do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) e da Resolução 460 do FGTS. Em função da diferença entre os subsídios oferecidos pelo PSH e pelo FGTS, prevalece, atualmente, uma tendência dos Municípios em desistir do acesso ao PSH, optando por pleitear acesso aos subsídios oferecidos pelo FGTS.

Mobilidade Urbana

Objetivo

Promover o aumento da mobilidade urbana, de forma sustentável, favorecendo os deslocamentos não-motorizados e o transporte coletivo, com vistas a reduzir os efeitos negativos da circulação urbana, e contribuindo para a melhoria da prestação de serviços de transporte metro-ferroviários estaduais ou municipais por meio da modernização e expansão dos respectivos sistemas.

Público-Alvo

População urbana nas metrópoles e grandes cidades.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 340.406.222,00	Empenho Liquidado: R$ 123.870.570,00 Pago estatais: - Total: R$ 123.870.570,00
Previsto não orçamentário R$ 3.396.000.000,00	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

1. Coeficiente de Mobilidade Urbana

Unidade de medida: Viagens ao dia/habitante
Último índice apurado: 1,5 em janeiro de 2002
Índice previsto ao final do PPA: 2

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
Não apurado. O indicador está sendo aperfeiçoado para que possa medir o impacto de ações localizadas. Para tanto, estrutura-se uma base de dados que permita superar as insuficiências de informações e construir indicadores de acessibilidade.

Contextualização

A ocupação das cidades, de forma irracional e socialmente excludente, e a deficiência e incapacidade do poder público em garantir meios e sistemas adequados e suficientes para o deslocamento de pessoas vêm gerando uma redução expressiva na mobilidade e acessibilidade urbana. Os pedestres, as pessoas com restrição de mobilidade, os usuários de veículos não motorizados e a população de baixa renda, residentes nas periferias das cidades, sofrem com maior intensidade os efeitos das deficiências dos sistemas de transportes urbanos. Os direitos básicos de cidadão, como o acesso à oportunidade de trabalho, aos serviços de saúde e educação e às atividades sociais, religiosas e de lazer, estão comprometidos. Os serviços de transportes urbanos apresentam sérias deficiências, entre elas: problemas relativos

ao planejamento, à gestão e utilização de tecnologias; inadequação do uso das vias; inexistência de calçadas, vias e sinalização que permitam o deslocamento a pé ou de bicicleta, de forma segura; e inacessibilidade do uso dos transportes coletivos pela população de baixa renda, devido à incompatibilidade dos valores tarifários municipais com a renda da população.

Principais Resultados

- Apoio à implantação (em curso) do Corredor Expresso de Transporte Coletivo Urbano - Trecho Parque Dom Pedro II - Cidade Tiradentes, na cidade de São Paulo. O Corredor atenderá 1,5 milhões de usuários, na sua maioria de baixa renda, da região leste do Município, reduzindo o tempo médio de viagem de 130 para 70 minutos;
- Apoio a 63 projetos de melhoria do transporte coletivo urbano, que objetivam deslocamentos mais rápidos, confortáveis e seguros para a população; e
- Apoio a 11 projetos de sistemas de circulação não-motorizada.

Os resultados alcançados ficaram muito abaixo do previsto, sobretudo porque os recursos alocados no orçamento da União, para financiar a infra-estrutura de circulação urbana, com vistas à melhoria da mobilidade, estão aquém da demanda dos Estados, Municípios e do Distrito Federal. Logo, não houve cobertura adequada do público-alvo do Programa

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O Programa não cumpriu satisfatoriamente as metas físicas, apresentando baixo índice de aproveitamento. Os fatores que determinaram o mau desempenho consistem na insuficiência dos recursos orçamentários e na baixa aplicação dos recursos não-orçamentários. Na sistemática de seleção para repasse de recursos de 2005, foram recebidas 1.914 cartas-consulta, mas os recursos orçamentários permitiram o atendimento a apenas 64 projetos (aproximadamente 3,3% do total). A demanda total de recursos solicitados foi de R$ 2.282.651.515,00 . Deve-se ressaltar que dos 123,8 milhões aplicados no programa, apenas R$ 12,8 milhões remetiam a recursos livres, sendo o restante proveniente de emendas parlamentares e do crédito extraordinário direcionado ao apoio ao Corredor Expresso de Transporte Coletivo de São Paulo (R$ 75 milhões). Dessa forma, parte significativa das realizações foge ao objetivo e ao público-alvo do Programa, concebidos conforme as diretrizes da Política de Mobilidade Urbana Sustentável do Governo Federal.

No que tange às ações não-orçamentárias, o Programa de Financiamento de Infra-Estrutura de Transporte Coletivo Urbano (PRÓ-TRANSPORTE), com recursos do FGTS, e a linha de Financiamento ao Transporte de Massa, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), foram iniciativas frustradas. A execução dos financiamentos foi restringida pelo limite de crédito ao setor público estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que impediu a aplicação de cerca de R$ 3,4 bilhões em projetos associados a intervenções de melhoria da mobilidade urbana. A principal providência adotada foi a excepcionalidade, junto ao Ministério da Fazenda, de recursos do FAT, da ordem de R$ 300 milhões, para o financiamento de infra-estrutura de circulação urbana, que deverão ser aplicados apenas em 2006.

Outras restrições observadas dizem respeito à inadequação da infra-estrutura disponível para a equipe gerencial do programa, à qualificação insuficiente dos recursos humanos existentes e à dificuldade na celebração de licitações e contratos. Como tentativa de sanar o problema dos recursos humanos, destaca-se a recente contratação de profissionais, por meio de Plano de Consolidação de Carreira (PCC) Ainda assim, deve-se alertar que a iniciativa esbarra na dificuldade de formação de quadros qualificados e permanentes de pessoal, dada a grande rotatividade dos profissionais contratados em regime de PCC, sobretudo por causa da baixa remuneração oferecida neste tipo de contratação.

Por fim, vale lembrar que o programa apresenta mecanismos de participação social, haja vista que suas ações e a discussão, em andamento, da Lei de Mobilidade Urbana Sustentável passam pelo Comitê de Mobilidade e Transporte Urbano do Conselho das Cidades.

Outros Aspectos Relevantes

- Na revisão do PPA de 2005, para o ano de 2006, foram excluídas as ações pouco significativas e de baixa realização, restando apenas aquelas tidas como estruturadoras do Programa (Apoio a Projetos de Corredores Estruturais de Transporte Coletivo Urbano; Apoio a Projetos de Sistemas de Circulação Não-Motorizados; Apoio à Elaboração de Projetos de Sistemas Integrados de Transporte Coletivo Urbano; Gestão e Administração do Programa), e a ação originária de crédito extraordinário de 2005, associada ao apoio ao Corredor Expresso Pq. Dom Pedro-Cid.Tiradentes, em São Paulo, que se deve estender para 2006 e 2007.
- Em relação às boas práticas de gestão, destaca-se a identificação dos Municípios brasileiros com boas práticas associadas ao cumprimento das Leis nº 10.048 e 10.098, que tratam dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, especificamente no que tange a sua mobilidade nas cidades.

Recomendações

- Aperfeiçoar a matriz de financiamento do Programa, a partir da inclusão de ação não-orçamentária, lastreada com recursos do FAT, direcionada às cidades com população superior a 100 mil habitantes e voltada à concessão de empréstimos limitados ao dobro do valor da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), para melhorias na infra-estrutura da mobilidade urbana local.

Qualidade e Produtividade do Habitat – PBQP-H

Objetivo

Elevar os patamares da qualidade e produtividade da construção civil, por meio da criação e implantação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, contribuindo para ampliar o acesso à moradia para a população de menor renda..

Público-Alvo

Profissionais, empresas e entidades civis e governamentais, públicas e privadas, que compõem a cadeia da construção civil.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 1.560.582,00	Empenho Liquidado: R$ 871.796,00 Pago estatais: - Total: R$ 871.796,00
Previsto não orçamentário R$ 350.000,00	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

1. Taxa de Qualidade dos Materiais e Componentes da Construção Civil

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 83,1 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 87,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
Baixa. O indicador é obtido a partir da média dos indicadores de conformidade dos Programas Setoriais da Qualidade (PSQs). Novos PSQs podem ser inseridos na Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H), sem que possuam indicador de conformidade setorial apurado, ou então, quando apurados, tendam a apresentar valores inferiores aos almejados. Essa dinâmica pode levar a um resultado global abaixo da meta.

2. Taxa de Desperdício de Materiais e Componentes

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 25% em 2001
Índice previsto ao final do PPA: 22%

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
Não apurado. Na avaliação do PPA, referente ao exercício de 2004, observou-se que o indicador não representava corretamente os resultados das ações desenvolvidas no âmbito do PBQP-H, além de ser um indicador de alta complexidade de obtenção, motivo pelo qual não pôde ser mensurado durante o ano de 2005.

Contextualização

Um dos maiores desafios do Estado brasileiro e da construção civil é encontrar soluções para a melhoria das condições do ambiente construído. A baixa qualidade das edificações e de seu entorno imediato prejudica fundamentalmente os segmentos de baixa renda da população. O setor da construção de edifícios habitacionais, no país, tem-se caracterizado, historicamente, por um baixo grau de desenvolvimento e de evolução tecnológica, se comparado a outros setores industriais.

Principais Resultados

- Aumento gradual no indicador de conformidade setorial dos materiais integrantes da cesta básica do PBQP-H, de 80,6%, em 2004, para 83,1%, em 2005.
- Aumento do número de empresas de serviços e obras com atestado de qualificação e/ou avaliação da conformidade pelo Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC/PBQP-H), aumentando de 1227 empresas, em 2004, para 1307 empresas, em 2005.
- Assinatura do Termo de Adesão dos Estados do Mato Grosso do Sul e de Minas Gerais ao PBQP-H, totalizando 24 Estados aderidos ao programa.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A insuficiência dos recursos orçamentários e a intempestividade do seu fluxo foram os principais fatores que limitaram o cumprimento das metas físicas do programa. Em 2005, os recursos orçamentários liberados e efetivamente transferidos corresponderam a apenas 40% do inicialmente previsto, além de terem sido transferidos depois de sete meses do início de 2005, comprometendo o planejamento inicial de execução física de 2005. As ações que sofreram maior prejuízo remetem ao Apoio a Projetos de Assistência Técnica à Autoconstrução e ao Mutirão e à Implantação do Sistema Nacional de Aprovação Técnica (SINAT). Em relação às intervenções não orçamentárias, não foi precisado o desempenho da ação de Cooperação para Formação e Requalificação de Profissionais da Construção Civil, apesar de admitir-se impacto considerável das atividades do PBQP-H sobre os investimentos do setor privado com esta finalidade. Tendo em vista as dificuldades mencionadas, a atuação do programa focalizou a articulação com Estados e Municípios e a continuidade de ações que se encontram institucionalizadas na Coordenação Geral, tais como o Projeto de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos e o Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC). A implementação do PBQP-H também foi comprometida pela inadequação de recursos materiais e de infra-estrutura disponíveis em sua gerência. Foram prementes a insuficiência de equipamentos eletrônicos e de materiais de escritório, o espaço físico inadequado e a carência de mobiliário para arquivamento de documentos técnicos. Outro destaque negativo

é a quantidade limitada de recursos humanos na equipe gerencial, que conta com número insuficiente de técnicos para a realização de suas atividades. A participação do público-alvo e os mecanismos de controle social do programa apresentam-se consolidados por meio de diversas instâncias de discussão e deliberação: o Fórum de Representantes Estaduais, o Comitê Nacional de Desenvolvimento Tecnológico da Habitação (CTECH), a Comissão Nacional de Sistema Nacional de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil, e os Encontros Nacionais de Programas da Qualidade. Além de entidades governamentais, estas instâncias congregam uma diversidade de atores da sociedade civil e do setor privado.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais

Objetivo

Promover a reabilitação urbana e a utilização de áreas desocupadas nos centros urbanos, de forma a otimizar a infra-estrutura instalada, conservando o patrimônio cultural e imobiliário e reduzindo o esvaziamento habitacional nos Municípios-sede das regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife, Belém, Salvador, João Pessoa, Natal, São Luis, Vitória e nos Municípios de Amparo/SP, Pelotas/RS, Piracicaba/SP e Terezinha/PE.

Público-Alvo

População residente ou usuária das áreas reabilitadas (nos Municípios-sede das regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife, Belém, Salvador, João Pessoa, Natal, São Luis, Vitória e nos municípios de Amparo/SP, Pelotas/RS, Piracicaba/SP e Terezinha/PE.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 35.228.235,00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 10.844.108,00 - R$ 10.844.108,00

Previsto não orçamentário R$ 743.000.000,00	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

1. Taxa de Domicílios Vagos nas Áreas de Intervenção

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 11% em 2003
Índice previsto ao final do PPA: 8,6%

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
Baixa. A diminuição do número de domicílios vagos nas áreas centrais não depende exclusivamente da elaboração de planos de reabilitação e da destinação de imóveis públicos para fins habitacionais, mas também da aplicação de recursos financeiros nas obras definidas pelos Planos apoiados. Até o presente momento, esses recursos são provenientes apenas de emendas parlamentares dissociadas do planejamento elaborado pelo Governo Federal e dos Municípios prioritários.

Contextualização

Convivemos, no Brasil, com um elevado déficit habitacional urbano, somado a um esvaziamento populacional, à perda da identidade cultural e à redução da vitalidade econômica e social das áreas urbanas centrais. Além disso, há disponibilidade de infra-estrutura urbana e um expressivo acervo de imóveis habitacionais e comerciais subutilizados ou em desuso, localizados em áreas centrais, que podem ser efetivamente aproveitados para contribuir com o desenvolvimento urbano.

Principais Resultados

- Conclusão de obras de reabilitação em 25 Municípios.
- Contratação de apoio técnico e financeiro para a elaboração de Planos de Reabilitação de áreas centrais em 9 Municípios-sede de regiões metropolitanas.
- Contratação de obras de reabilitação em 56 Municípios.
- Alienação de um imóvel do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) à Prefeitura de Vitória – ES, para reforma e transformação de uso (comercial em habitacional), conforme as diretrizes definidas no Plano Local de Reabilitação de Áreas Urbanas.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A implementação do programa foi deficiente, marcada por baixo cumprimento das metas físicas previstas, insuficiência de recursos orçamentários e descontinuidade no fluxo de recursos financeiros. Dentre estes problemas, ressalta-se a inadequação do fluxo financeiro, sempre inferior às necessidades provenientes das demandas. Esta lógica imprime um acúmulo de liberações represadas para o final do exercício, que paralisa as ações e afeta a qualidade de sua implementação. Ademais, os recursos orçamentários para o apoio a projetos de infra-estrutura provêm de emendas parlamentares dissociadas dos Planos de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, atendendo áreas que não abarcam Capitais e Municípios de regiões metropolitanas. Outro destaque negativo foi o desempenho da ação não-orçamentária de financiamento à infra-estrutura urbana, que apresentou execução nula. Importante mencionar os problemas de escassez de recursos humanos nas equipes gerenciais do programa, o atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios e as dificuldades na celebração de convênios por inadimplência dos entes, que prejudicaram sobremaneira a implementação do programa. O programa possui mecanismos de participação social, efetivada por meio de consultas públicas e reuniões com grupos de interesse. Estes instrumentos favoreceram o entendimento da estratégia de reabilitação de áreas urbanas centrais como importante mecanismo de combate ao problema do déficit habitacional nas grandes cidades.

Outros Aspectos Relevantes

Uma estratégia fundamental do programa é a sua articulação com ações de outras entidades públicas, com destaque para:

- Celebração de Convênio e Acordo de Cooperação Técnica envolvendo a União, por intermédio do Ministério das Cidades, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Ministério da Cultura e do Ministério

do Turismo; o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN; o Estado de Pernambuco; a Prefeitura Municipal de Olinda; e a Prefeitura da Cidade do Recife, visando à elaboração e implementação do Projeto Recife-Olinda;

- Celebração de Acordo de Cooperação Técnica envolvendo o Ministério das Cidades, o Ministério da Previdência Social, a Caixa Econômica Federal e o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), para viabilizar a regularização fundiária e a promoção da habitação de interesse social, a partir de imóveis pertencentes ao fundo previdenciário e que se encontram subutilizados e desmobilizados pelo INSS.

Recomendações

Não há recomendações.

Revitalização da Infra-estrutura em Áreas do Patrimônio Histórico Nacional

Objetivo

Apoiar a adequação da infra-estrutura em áreas e sítios caracterizáveis como de grande importância para o patrimônio histórico nacional e mundial.

Público-Alvo

População brasileira em geral e turistas que visitam o País.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 20.340.000,00	Emenho Liquidado: R$ 2.437.500,00 Pago estatais: - Total: R$ 2.437.500,00
Previsto não orçamentário -	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

Este programa não possui indicadores.

Contextualização

Observou-se o sub-aproveitamento e a degradação de bens, imóveis e sítios urbanos de valor histórico-patrimonial nacional.

Principais Resultados

Não há.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O Programa, criado pelo Congresso Nacional, pela primeira vez obteve destinação orçamentária liberada no final de 2005 (31 de dezembro), quando foram contratadas duas operações definidas por emendas parlamentares. Entretanto, os recursos empenhados foram bem inferiores à disponibilidade orçamentária. Ademais, o programa carece de infra-estrutura adequada e quantidade suficiente de recursos humanos para sua implementação.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Saneamento Ambiental Urbano

Objetivo

Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental urbano.

Público-Alvo

População urbana de menor nível sócio-econômico e a residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em municípios de pequeno porte.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 882.991.709,00	Empenho Liquidado: R$ 680.325.313,00 Pago estatais: - Total: R$ 680.325.313,00
Previsto não orçamentário R$ 2.047.997.800,00	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

1. Taxa de Cobertura dos Serviços Urbanos de Abastecimento de Água

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 88,6% em 31/12/2002
Índice previsto ao final do PPA: 94%

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
Média. A viabilidade da meta foi prejudicada pela interrupção das contratações de recursos onerosos em 2005. Para alcançá-la, será necessário: a) retomar, em 2006 e 2007, o volume de contratações onerosas (financiamentos) efetuadas em 2004; b) melhorar a gestão dos convênios e contratos firmados nos anos de 2003 e 2004, de forma a agilizar a execução das obras, especialmente no Estado de São Paulo; c) melhorar o gerenciamento financeiro dos convênios e contratos com recursos não onerosos, de maneira a minimizar problemas de interrupção de obras provocados por atrasos nos repasses de recursos e d) continuar contando com uma conjuntura favorável aos operadores de serviços de saneamento, de forma a possibilitar o incremento, com recursos próprios, dos investimentos em saneamento.

2. Taxa de Cobertura dos Serviços Urbanos de Coleta de Esgoto

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 50,9% em 30/07/2001
Índice previsto ao final do PPA: 57,9%

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
Média. A viabilidade da meta foi prejudicada pela interrupção das contratações de recursos onerosos em 2005. Para alcançá-la, será necessário: a) retomar, em 2006 e 2007, o volume de contratações onerosas (financiamentos) efetuadas em 2004; b) melhorar a gestão dos convênios e contratos firmados nos anos de 2003 e 2004, de forma a agilizar a execução das obras, especialmente no Estado de São Paulo; c) melhorar o gerenciamento financeiro dos convênios e contratos com recursos não onerosos, de maneira a minimizar problemas de interrupção de obras provocados por atrasos nos repasses de recursos e d) continuar contando com uma conjuntura favorável aos operadores de serviços de saneamento, de forma a possibilitar o incremento, com recursos próprios, dos investimentos em saneamento.

3. Taxa de Tratamento de Esgotos Coletados

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 25,6% em 30/07/2001
Índice previsto ao final do PPA: 36,2%

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
Média. A viabilidade da meta foi prejudicada pela interrupção das contratações de recursos onerosos em 2005. Para alcançá-la, será necessário: a) retomar, em 2006 e 2007, o volume de contratações onerosas (financiamentos) efetuadas em 2004; b) melhorar a gestão dos convênios e contratos firmados nos anos de 2003 e 2004, de forma a agilizar a execução das obras, especialmente no Estado de São Paulo; c) melhorar o gerenciamento financeiro dos convênios e contratos com recursos não onerosos, de maneira a minimizar problemas de interrupção de obras provocados por atrasos nos repasses de recursos e d) continuar contando com uma conjuntura favorável aos operadores de serviços de saneamento, de forma a possibilitar o incremento, com recursos próprios, dos investimentos em saneamento.

Contextualização

Há, no Brasil, um alto índice de insalubridade ambiental em áreas urbanas, decorrente de deficiências na prestação dos serviços de saneamento ambiental e da escassez de recursos para a expansão da cobertura dos sistemas existentes, que atingem de forma mais intensa a população de menor nível sócio-econômico, comprometendo sua qualidade de vida e a sustentabilidade do meio urbano.

.

Principais Resultados

- Conclusão de 389 obras de saneamento no país, beneficiando em torno de 636 mil famílias

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O desempenho do programa foi fortemente comprometido pela estagnação das contratações de operações de crédito com recursos onerosos, os quais representam sua principal fonte. Utilizando-se recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, por exemplo, foram contratados apenas R$ 15,8 milhões, de um orçamento aprovado de R$ 2,7 bilhões. Isto ocorreu em virtude dos limites anuais

de contratação com mutuários públicos regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). No ano de 2005, a autorização para contratação dos recursos onerosos administrados pela União só foi efetivada em 28 de novembro de 2005 (Resolução CMN nº 3331/2005), inviabilizando a efetivação dos contratos no exercício. Outra dificuldade é a dispersão de recursos, imposta pelo grande número de emendas parlamentares introduzidas no programa, na sua maioria referentes às localidades não compreendidas entre as prioridades estabelecidas. Em algumas ações, a magnitude das emendas parlamentares atinge quase a totalidade dos recursos disponíveis, dificultando o planejamento das iniciativas e comprometendo a qualidade do gasto público. No sentido de reduzir a dispersão dos recursos, foi elaborado e divulgado, antes da apreciação, pelo Congresso Nacional, do Projeto de Lei Orçamentária 2005, um Manual de Orientação aos Parlamentares, para informar sobre as prioridades de cada programa e as condições de atendimento dos pleitos decorrentes de emendas parlamentares. Devido a essa iniciativa, foram observadas melhorias na adequação das emendas às ações propostas e na observância de valores mínimos para aquelas destinadas a investimentos. A implementação do programa foi prejudicada por descontinuidades e insuficiências no fluxo de recursos, que ocasionaram paralisações freqüentes das obras e o encarecimento dos serviços. Também foi prejudicial a pressão financeira exercida por restos a pagar de exercícios anteriores. Em vista da natureza plurianual das intervenções de saneamento, os recursos financeiros de um exercício resultam quase integralmente comprometidos com o pagamento de despesas de obras contratadas em anos anteriores. Destacam-se, ainda, dificuldades concernentes à celebração de licitações, contratos e convênios, permeadas pela baixa capacidade técnica e pelo elevado nível de inadimplência dos entes federativos, além da lentidão no processo de licenciamento ambiental, por conta da precária estrutura dos órgãos de meio ambiente competentes. Ademais, constatou-se deficiência na infra-estrutura e carência de recursos humanos para a execução e o gerenciamento do programa. Na tentativa de solucionar essa carência, realizou-se concurso público para contratação de pessoal.

Outros Aspectos Relevantes

As iniciativas de saneamento são plurianuais, pois envolvem, via de regra, a execução de obras complexas de engenharia que, por sua vez, demandam licenciamento ambiental e a contratação e elaboração de projetos básicos e executivos de engenharia, aspectos que demandam tempo e apresentam inúmeras facetas e variações. Levantamento realizado pela Secretaria de Saneamento Ambiental aponta que, num universo de 1.866 intervenções de saneamento apoiadas e concluídas entre janeiro de 2002 e outubro de 2004, a duração média de execução das obras foi de 3,64 anos, aumentando para 4,9 anos quando considerado o período entre a assinatura do contrato e o início físico da intervenção. Logo, não se pode esperar que haja execução física significativa no mesmo exercício de contratação da intervenção. A execução física deveria ser apurada, em cada exercício, a partir das iniciativas concluídas durante aquele exercício e cujo desembolso está computado, essencialmente, na rubrica de restos a pagar de anos anteriores. Tampouco cabe a apropriação da execução física das intervenções parcialmente, ano a ano, a partir dos desembolsos financeiros realizados, pois as obras de saneamento só beneficiam a população após a sua conclusão. A esse respeito é importante destacar, ainda, que a maneira de implementar a ação determina como se deve interpretar o seu desempenho financeiro. Exemplo disso é a comparação da execução da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) com a do Ministério das Cidades. A Funasa, por trabalhar

mediante convênios, adianta recursos ao executor para a implementação de cada etapa da obra, o que significa que o desembolso financeiro precede à execução física. Já o Ministério das Cidades, ao trabalhar mediante contratos de repasse, só efetua o desembolso financeiro de cada etapa da obra após a sua conclusão, aferida pela Caixa Econômica Federal, de forma que a execução física precede a financeira. As duas formas de trabalho para o mesmo objeto podem comprometer o resultado de qualquer avaliação fundamentada em indicadores de desempenho financeiro. Em vista do exposto, não houve execução física significativa das ações de responsabilidade do Ministério das Cidades e da Funasa com recursos da Lei Orçamentária de 2005. Houve apenas recursos empenhados da ordem de R$ 680 milhões e desembolso de apenas R$ 61,364 milhões. No entanto, se considerados os desembolsos realizados nas rubricas de restos a pagar (R$ 172,4 milhões) e nos contratos com recursos onerosos (financiamentos FGTS e BNDES - R$ 572,5 milhões), o valor global atinge R$ 806,3 milhões.

Recomendações

- Aprimorar a composição das fontes de financiamento do programa. A maioria dos recursos programados são provenientes de fontes não orçamentárias e aplicados mediante financiamento. Como o financiamento pressupõe um bom nível de qualificação técnica da proposta, capacidade de pagamento e, principalmente, capacidade de endividamento (no caso de mutuários públicos), ocorrem distorções. A principal é a concentração dos investimentos em localidades urbanas de perfil sócio-econômico mais desenvolvido, relegando a segundo plano as áreas onde residem as populações de menor nível sócio-econômico e os Municípios menores. Há. por exemplo, um nível reduzido de financiamento de iniciativas de saneamento na Região Norte do país. Este problema não é atenuado pela aplicação de recursos não onerosos, que é prejudicada pela insuficiência de recursos e pela desfocalização decorrente da priorização do atendimento de emendas parlamentares. Atualmente, a União não possui recursos livres (não oriundos de emendas parlamentares) para apoiar iniciativas de saneamento em Municípios com população superior a 30 mil habitantes, localizados fora de regiões metropolitanas.

Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos.

Objetivo

Reduzir a mortalidade, a gravidade e o número de acidentes de trânsito no País.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 67.798.495,00	Empenho Liquidado:	R$ 57.626.029,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 57.626.029,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Coeficiente de Vítimas por Acidente de Trânsito no Brasil

Unidade de medida: 1/100.000
Último índice apurado: 217 em 2001
Índice previsto ao final do PPA: 180,7

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
Não apurado. Para este indicador, calculado pelo número de vítimas não fatais, por acidentes de trânsito, a cada 100 mil habitantes, os dados de 2005 ainda não foram totalizados, em razão do prazo (6 meses após o término do exercício) concedido aos Estados para o envio das informações necessárias. Todavia, os dados preliminares de 2004 fornecem um indicador de 198,39 vítimas não-fatais por acidente de trânsito a cada 100 mil habitantes. As informações ora divulgadas não incluem os seguintes Estados: Amapá (AP), Amazonas (AM), Goiás (GO), Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS), Pará (PA), Pernambuco (PE), Rio Grande do Norte (RN), Rondônia (RO), Santa Catarina (SC), Sergipe (SE) e Tocantins (TO), que ainda não enviaram as informações de 2004.

2. Coeficiente de Acidentes de Trânsito

Unidade de medida: 1/10.000
Último índice apurado: 96,20 em 2001
Índice previsto ao final do PPA: 82,40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
Para este indicador, calculado pelo número de acidentes de trânsito com vítimas em cada 10 mil veículos registrados, os dados de 2005 ainda estão sendo apurados, em razão do prazo (6 meses após o término do exercício) concedido aos Estados para o envio das informações necessárias. Todavia, os dados preliminares de 2004 fornecem um indicador de 71 acidentes com vítimas a cada 10 mil veículos registrados. As informações ora divulgadas não incluem os seguintes Estados: Amapá (AP), Amazonas (AM), Goiás (GO), Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS), Pará (PA), Pernambuco (PE), Rio Grande do Norte (RN), Rondônia (RO), Santa Catarina (SC), Sergipe (SE) e Tocantins (TO), que ainda não enviaram as informações de 2004.

3. Coeficiente de Mortalidade por Acidente de Trânsito

Unidade de medida: 1/100.000
Último índice apurado: 11,6 em 2001
Índice previsto ao final do PPA: 8,7

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
Para este indicador, calculado pelo número de mortes por acidente de trânsito a cada 100 mil habitantes, os dados de 2005 ainda estão sendo apurados, em razão do prazo (6 meses após o término do exercício) concedido aos Estados para o envio das informações necessárias. Todavia, os dados preliminares de 2004 fornecem um indicador de 9,5 mortes para 100 mil habitantes. As informações ora divulgadas não incluem os seguintes Estados: Amapá (AP), Amazonas (AM), Goiás (GO), Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS), Pará (PA), Pernambuco (PE), Rio Grande do Norte (RN), Rondônia (RO), Santa Catarina (SC), Sergipe (SE) e Tocantins (TO), que ainda não enviaram as informações de 2004.

Contextualização

O Brasil é um dos recordistas mundiais de acidentes de trânsito. O problema se reflete em índices como a taxa de mortes por 10 mil veículos, que no país atinge 6,80, enquanto que em países desenvolvidos, como o Japão e a Alemanha, não atinge 1,50. Isso demonstra a real periculosidade do trânsito no país, que ocasiona elevadíssimas perdas individuais, sociais e econômicas, constituindo alto prejuízo para a sociedade. Em estudo realizado pelo IPEA, com o objetivo de quantificar com mais precisão quais são os custos relacionados aos acidentes de trânsito, chegou-se à estimativa de um custo anual de R$ 5,3 bilhões, cerca de 0,4% do PIB do país, somente nos 50 maiores aglomerados urbanos. Esse valor sobe consideravelmente – estima-se que chegue a R$ 10 bilhões – caso sejam considerados os custos dos acidentes rodoviários. No ano de 2001, ocorreram 307.287 acidentes com vítimas no país, resultando em 20.039 vítimas fatais e 374.557 não fatais.

Principais Resultados

- Capacitação de 1.931 profissionais de trânsito, em 965 Municípios, para a execução de atividades de engenharia, educação, policiamento ostensivo, fiscalização, operação, administração de trânsito e avaliação de condutores.
- Incorporação de 212 municípios ao Sistema Nacional de Trânsito, em 2005,

totalizando 708 municípios integrados.

- Atualização e manutenção dos sistemas "Registro Nacional de Carteiras de Habilitação – RENACH" e "Registro Nacional de Veículos Automotores – RENAVAM", que foram consultados, aproximadamente, 67 e 166 milhões de vezes, respectivamente, no ano de 2005.

O programa atingiu o desempenho esperado no que tange aos resultados, com destaque para a boa cobertura do seu público alvo.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Em geral, a implementação do programa foi positiva, tendo sido constatada suficiência e tempestividade do fluxo de recursos. Entretanto, observou-se baixo desempenho das ações com recursos descentralizados (5162 – "Implantação e Integração de Sistemas de Dados e Informações do SNT"; 4408 – "Melhoria da Fiscalização de Trânsito pelos Órgãos do SNT"; 4406 -, "Sistema de Atendimento ao Usuário"; e 8487 -, "Fomento a Projetos Destinados à Redução de Acidentes de Trânsito"). Estas apresentaram baixo aproveitamento dos recursos liberados, por conta de fatores como a inadimplência dos entes federativos que realizaram os pleitos, a morosidade na adequação dos projetos e a realização de propostas que fugiam ao escopo pretendido no programa.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários

Objetivo

Melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários, integrando-os ao tecido urbano da cidade e reduzir riscos mediante sua urbanização e regularização fundiária.

Público-Alvo

Famílias de baixa renda, moradoras de assentamentos humanos precários.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 314.622.989,00	Empenho Liquidado: R$ 268.655.548,00 Pago estatais: - Total: R$ 268.655.548,00
Previsto não orçamentário R$ 820.000.000,00	**Realizado não orçamentário** R$ 562.516.081,64

Indicador(es)

1. Taxa de Domicílios em Assentamentos Subnormais nas Áreas Urbanas.

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 4,23% em 2002
Índice previsto ao final do PPA: 2,82%

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
Não apurada. O indicador foi retirado dos estudos realizados pela Fundação João Pinheiro com microdados do censo demográfico. Neste caso, foi utilizado o censo realizado em 2000. Para que se possa ter novamente um dado oficial comparável, seria necessário aguardar o próximo censo. Embora o indicador seja adequado, no que diz respeito ao objetivo proposto, ele não é mensurável no curto prazo, devido à própria natureza das intervenções do programa, que levam mais de 18 meses para serem concluídas e surtirem efeitos na população beneficiária. Ademais, o indicador é prejudicado pela baixa qualidade e precisão dos dados da dimensão do problema.

2. Taxa de domicílios urbanos com irregularidade fundiária, ocupados por famílias com renda até 5 salários mínimos

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 6% em 2002
Índice previsto ao final do PPA: 3,8

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
O indicador foi retirado dos estudos realizados pela Fundação João Pinheiro com microdados do censo demográfico. Neste caso, foi utilizado o censo realizado em 2000. Para que se possa ter novamente um dado oficial comparável seria necessário aguardar o próximo censo. Embora o indicador seja adequado, no que diz respeito ao objetivo proposto, ele não é mensurável no curto prazo, pela própria natureza das intervenções do programa, que levam mais de 18 meses para serem concluídas e surtirem efeitos na população beneficiária. Ademais, o indicador é prejudicado pela baixa qualidade e precisão dos dados da dimensão do problema.

3. Taxa de domicílios em assentamentos subnormais sem infra-estrutura urbana adequada.

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 40,4% em 2002
Índice previsto ao final do PPA: 28,25%

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
Não apurada. O indicador foi retirado dos estudos realizados pela Fundação João Pinheiro com microdados do censo demográfico. Neste caso, foi utilizado o censo realizado em 2000. Para que se possa ter novamente um dado oficial comparável, seria necessário aguardar o próximo censo. Embora o indicador seja adequado, no que diz respeito ao objetivo proposto, ele não é mensurável no curto prazo, pela própria natureza das intervenções do programa, que levam mais de 18 meses para serem concluídas e surtirem efeitos na população beneficiária. Ademais, o indicador é prejudicado pela baixa qualidade e precisão dos dados da dimensão do problema.

4. Taxa de Domicílios em Assentamentos Subnormais nas Áreas Urbanas.

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 15,8% em 2002
Índice previsto ao final do PPA: 6,59%

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
Não apurada. O indicador foi retirado dos estudos realizados pela Fundação João Pinheiro com microdados do censo demográfico. Neste, caso, foi utilizado o censo realizado em 2000. Para que se possa ter novamente um dado oficial comparável, seria necessário aguardar o próximo censo. Embora o indicador seja adequado, no que diz respeito ao objetivo proposto, ele não é mensurável no curto prazo, pela própria natureza das intervenções do programa, que levam mais de 18 meses para serem concluídas e surtirem efeitos na população beneficiária. Ademais, o indicador é prejudicado pela baixa qualidade e precisão dos dados da dimensão do problema.

Contextualização

Dados oficiais revelam que, do total da população brasileira, 82% vivem em cidades, sendo que 15,1 milhões de moradias apresentam uma ou mais das seguintes inadequações: carência de infra-estrutura urbana (10,2 milhões de domicílios), adensamento excessivo (2 milhões de domicílios), indefinição fundiária (1,5 milhão de domicílios) e inexistência de unidade sanitária interna (1,4 milhão de domicílios).

A maior parte desse contingente de moradias está nos assentamentos precários, que fazem com que a cidade irregular cresça quatro vezes mais depressa do que a cidade formal, à margem das normas urbanísticas, em áreas ambientalmente não recomendadas, com riscos à vida da população, agressão à natureza e custos adicionais à economia.

Principais Resultados

- Contratação de R$ 141,7 milhões para o apoio à urbanização e melhoria das condições de habitabilidade em assentamentos precários, em benefício de cerca de 15 mil famílias.
- Contratação de uma proposta de financiamento ao poder público no valor de R$ 180 milhões, para a urbanização de assentamentos precários, em benefício de 15 mil famílias.
- Atendimento de cerca de 72.500 famílias, no âmbito dos financiamentos a pessoas físicas, para a melhoria habitacional (Carta de Crédito/Material de Construção).
- Início do processo de regularização fundiária de 87.659 famílias.
- Apoio a 34 Municípios na elaboração de planos municipais de redução de riscos em assentamentos precários.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Em termos gerais, o cumprimento das metas físicas do programa ficou aquém do previsto. Para tanto, foram determinantes a insuficiência e o contingenciamento dos recursos orçamentários e financeiros. O público-alvo do programa, famílias em assentamentos precários, necessita de investimentos realizados, primordialmente, por intermédio do setor público e com grande parcela de subsídio, o que torna os recursos orçamentários insuficientes frente às necessidades. Além disso, a intempestividade do fluxo financeiro, em especial nos primeiros meses do ano, prejudica sobremaneira a execução das ações, provocando atraso no andamento das obras. O aproveitamento dos recursos orçamentários do programa também foi prejudicado pela sua tramitação no Congresso Nacional. Em que pese o benefício da ampliação dos recursos por intermédio das emendas parlamentares, o planejamento e a execução das ações passam a ficar condicionados a pequenos valores, que não permitem a implementação de ações mais efetivas e que são destinados a Municípios previamente identificados (recursos carimbados), que muitas vezes não concentram os maiores déficits habitacionais, não permitindo, assim, a reversão das desigualdades regionais no acesso à moradia adequada. Ressalta-se, ainda, que a aplicação de recursos não orçamentários não cumpriu o esperado, mormente porque a ação de financiamento de Estados e Municípios para a urbanização de assentamentos precários teve baixo desempenho. Isto ocorreu em função das restrições de crédito ao setor público, associadas ao reduzido limite de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, resultando que somente tenham sido selecionados para contratação menos de 1/3 dos recursos disponíveis. Esses recursos foram remanejados para o financiamento direto de pessoas físicas, uma vez que não houve medida para flexibilizar as limitações de crédito ao setor público. A execução do programa foi marcada por problemas de insuficiência de recursos materiais, infra-estrutura inadequada, escassez e baixa qualificação dos recursos humanos disponíveis, dificuldades na celebração de convênios por inadimplência dos entes e lentidão no processo de licenciamento

ambiental. Para minorar a carência de recursos humanos do programa, o Ministério das Cidades realizou concurso público em 2005. A execução do programa é pautada por mecanismos de participação social. São realizadas reuniões com as comunidades beneficiárias, com o objetivo de contribuir com a elaboração, aprovação, concepção dos projetos e fiscalização da execução das obras. Isto ocorre, em especial e com maior intensidade, nas ações "Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários/ Habitar–Brasil", "Papel Passado", "Apoio à prevenção e erradicação de riscos" e "Apoio a Projetos de Saneamento Ambiental em Assentamentos Precários (PAT/ PROSANEAR)".

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.



EDIÇÃO DE HOJE: 752 PÁGINAS

(OS: 15248/2006)